



MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento - Tipo:	<i>CGENE</i>
Nº. 02001.0 08	<i>165/2016-11</i>
Recebido em:	<i>8/5/2016</i>
Assinatura	<i>[Handwritten Signature]</i>

Porto Velho, 02 de maio de 2016

À Senhora
Regina Coeli Montenegro Generino
Coordenadora CGENE
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Brasília-DF



Nº. Ref. PVH-0001580

Assunto: Resposta ao Ofício 02001.003225/2016-17 CGENE/IBAMA Informações sobre cadastro socioeconômico, imóveis negociados e relatório de monitoramento de indenizados de Jaci Paraná abaixo da cota 75,8 m, cheia excepcional de 2014

Senhora Coordenadora,

Cumprimentando-a cordialmente, a Santo Antônio Energia S/A (“SAE”) considerando o ofício em epígrafe, que encaminha a Nota Técnica 02001.000482/2016-99, emitida pela COHID/IBAMA - vistoria técnica, em específico ao item “2” letra “E” do referido ofício, no qual solicita o envio imediato do cadastro socioeconômico e planilha com o número total de imóveis negociados (residenciais e comerciais) da área urbana de Jaci Paraná, imóveis estes abaixo da cota NA 75,8 m (IBGE 2009), assim como do relatório de monitoramento das famílias já indenizadas, encaminha as informações solicitadas.

As questões acima identificadas, que se deram no âmbito dos impactos causados no distrito de Jaci Paraná pela cheia excepcional verificada no ano de 2014, foram tratadas ao longo daquele ano e dos subsequentes em várias correspondências trocadas entre o empreendedor e o órgão licenciador.

As informações demandadas pelo CGENE/DILIC/IBAMA, referentes aos imóveis indenizados em Jaci Paraná, cota 75,8 m (IBGE 2009), foram respondidas pela SAE por meio dos ofícios SAE/PVH nº 0736/2014, protocolado junto ao IBAMA em 26/12/2014 (encaminha o cadastro dos imóveis afetados diretamente pela cheia excepcional e o cronograma de execução das atividades para a indenização das famílias afetadas) e pelo Ofício SAE/PVH nº 0052/2015 protocolado junto ao IBAMA em 10/02/2015 (informe sobre o processo de negociação levado a cabo à época, encaminhando planilha contendo o cadastro das pessoas e imóveis atingidos;

atas notariais elaboradas durante o período de cheia para a identificação e qualificação dos atingidos; e relatório sobre as oficinas informativas).

Cumpre-nos informar, que as negociações realizadas por ocasião da cheia excepcional de 2014, encerradas em julho de 2015, que atingiu imóveis na cota NA 75,8 m (IBGE 2009), abrangeu um total de 289 processos dispendendo um valor de R\$31.961.110,00.

Destes processos, 172 foram exclusivos para a indenização patrimonial, ou seja, de terrenos e benfeitorias, no valor de R\$24.374.674,00.

Foram realizados ainda a indenização de atividades comerciais existentes nestes imóveis, num total de 117 processos, alcançando o valor de R\$7.586.437,00.

Segue, em anexo (Doc. 01), a planilha total dos processos, com a identificação dos atingidos, endereços e tipo da indenização (patrimonial ou comercial).

Quanto ao cadastro socioeconômico, a SAE encaminhou através do Ofício nº 0052/2015 protocolado junto ao IBAMA em 10/02/2015, atas notariais da população atingida, que foram realizadas na época do alagamento provocado pela cheia excepcional de 2014, ação esta que atendeu as medidas de urgência demandadas à época para a identificação e qualificação da população atingida.

Esta medida inicial desdobrou-se, posteriormente, na identificação dos imóveis e proprietários, moradores e ocupantes, aos quais a SAE endereçou os processos de negociação para a desocupação de áreas da cota NA 75,8 m (IBGE 2009).

A SAE em atendimento as demandas do órgão licenciador, deu providências a inserção desta população no Programa de Monitoramento da Qualidade de Vida da População Remanejada. Este Grupo é identificado como Grupo "D" – Novos Indenizados de Jaci Paraná.

Foram realizadas três ações, iniciadas no ano de 2015, registradas em três relatórios: Relatório de Origem – T0; Campanha 1 – T1 e Campanha 2 – T2 Relatório Final.(Doc. 2). O universo da pesquisa foi formado por 160 propriedades indenizadas pela SAE que pertenciam a 140 grupos familiares, configurando a existência de proprietários de mais de um imóvel, inseridos no processo indenizatório. Esta pesquisa reuniu informações das condições de vida no momento anterior ao processo de indenização, retratando as características de origem da população, cujos imóveis foram alcançados pelas águas da cheia histórica do Rio Madeira em 2014. As

207

informações de origem foram coletadas com entrevistas in loco, quando possível, ou em contato telefônico. Os relatórios detalham a metodologia, as análises quantitativa e qualitativa e as conclusões.

Na análise quantitativa são abordados Sexo do Responsável pelo Grupo Familiar, Idade do Responsável, Setor Econômico, Atividade Principal, Tempo na Atividade Atual, Caracterização da Atividade, Tempo de Moradia, Local de Moradia, Classes Econômicas, Participantes na Renda, Contratação de Empregado Mensalista, Valor do Patrimônio, Investimento em Bens Imóveis, Aquisição ou Reforma de Imóveis, Aquisição de Veículos, Investimento em Negócios, Aquisição de Outros Bens ou Serviços, Transporte Familiar, Veículos de Comunicação, Escolaridade, Número de Estudantes, Número de Capacitações em 2 Anos, Visita a Amigos ou Passeios, Prática de Esportes, Membros de Associações, Apoio Institucional no Período da Cheia, Proximidade dos Serviços Públicos de Saúde, Pessoas com Doenças Crônicas, Número de Banheiros, Destinação de Resíduos Sólidos, Condições e Cuidados Ambientais, Caracterização da Atividade por Setor, Detalhamento das Atividades Formais, Detalhamento das Atividades Informais e Atividade Principal por Renda Média por Atividade

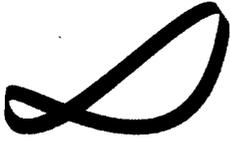
Na análise qualitativa são abordados os Indicadores Objetivos e Subjetivos, Princípios de Indicadores Sociais e os Indicadores Sociais.

No Relatório T2 – Relatório Final do Monitoramento do Grupo D, são apresentadas informações finais do monitoramento realizado em 3 (três) etapas, reunindo, especificamente, dados comparativos entre a condição de origem, a situação vivenciada imediatamente após a indenização e a circunstância atual de famílias indenizadas, sendo uma análise evolutiva, gerando informações em três recortes temporais de pesquisa, realizados com os grupos familiares alvo do monitoramento.

Conforme Relatório T2 identificou-se elementos fundamentais e adequados de sobrevivência livre da miséria, com condições razoáveis de habitação, de trabalho, e dos meios de transporte e de comunicação.

As expectativas das intenções de aplicação dos recursos provenientes da indenização foram superadas e os tipos de investimentos demonstram uma postura sóbria por parte dos indenizados.





Santo Antônio
ENERGIA

Observou-se também elementos complexos, como os relacionamentos, familiares e sociais, apoiando-se na percepção dos consultores, que ratificam a adequação do público alvo aos pressupostos de sociabilidade.

Certificou-se da melhoria no ambiente em que vivem as famílias e indícios de deslocamentos menores no cotidiano dos monitorados, decorrente da localização da nova moradia, com facilidade de acesso aos serviços rotineiramente mais demandados.

A elevação dos principais indicadores de qualidade de vida confirmou tanto a capacidade de adaptação às mudanças decorrentes do processo de indenização quanto o alcance dos objetivos das ações indenizatórias, colaborando com a adequação dos monitorados à nova condição de vida.

Assim sendo, em relação a Jaci Paraná, conforme as informações já prestadas sobre a identificação e qualificação dos atingidos por meio das atas notariais, contidas no ofício SAE/PVH 0052/2015; anexados a este ofício a planilha final do processo de remanejamento devido a cheia excepcional de 2014 com o número total de imóveis negociados (residenciais e comerciais) com nomes dos atingidos (Doc. 01) e os três relatórios do Monitoramento da Qualidade de Vida realizado com este grupo de remanejados (Doc. 02), a SAE atende ao Ofício 02001.003225/2016-17 CGENE/IBAMA ao item "2" letra "E".

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE renova votos de estima e consideração.

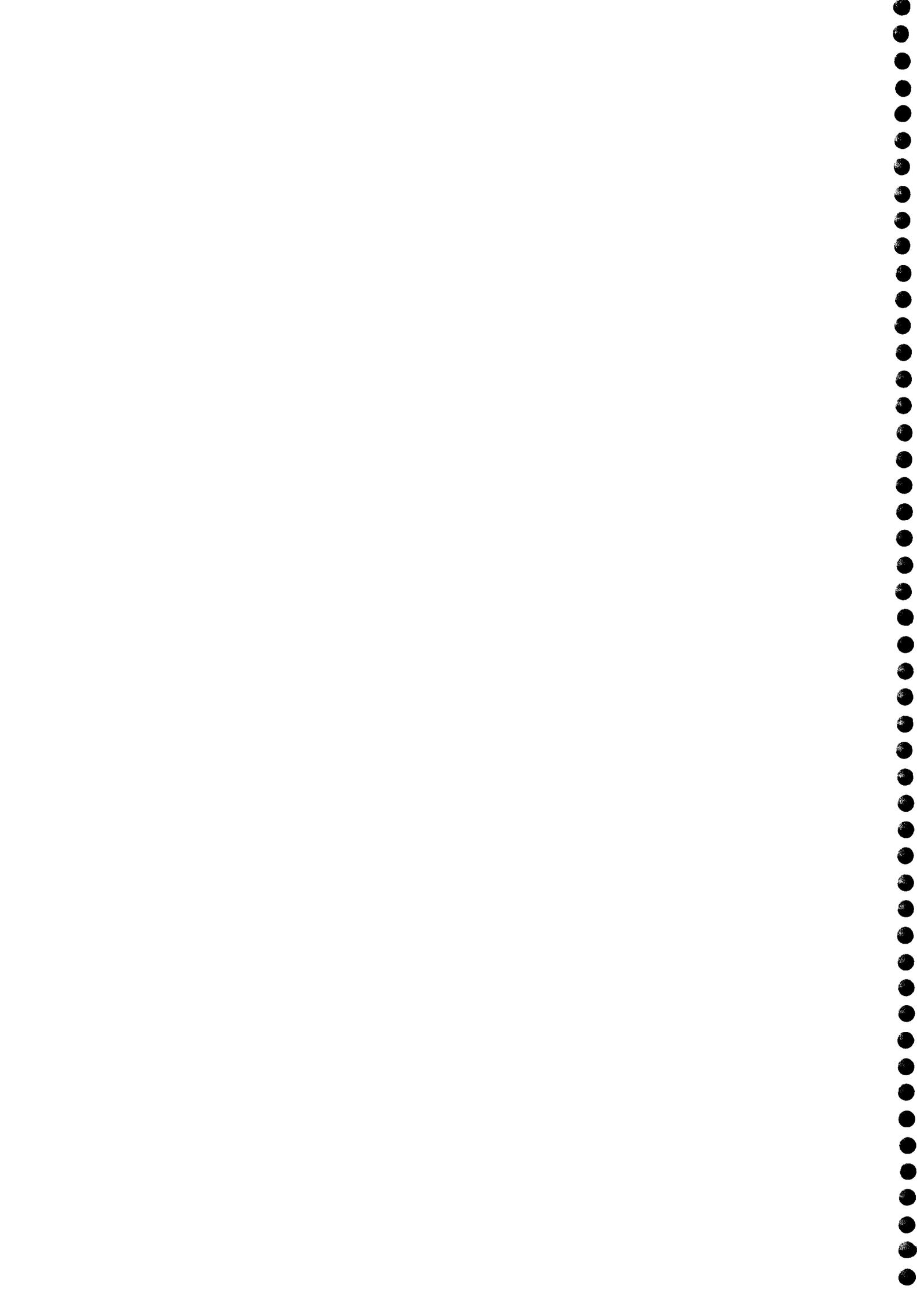
Atenciosamente,

Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade
Santo Antônio Energia

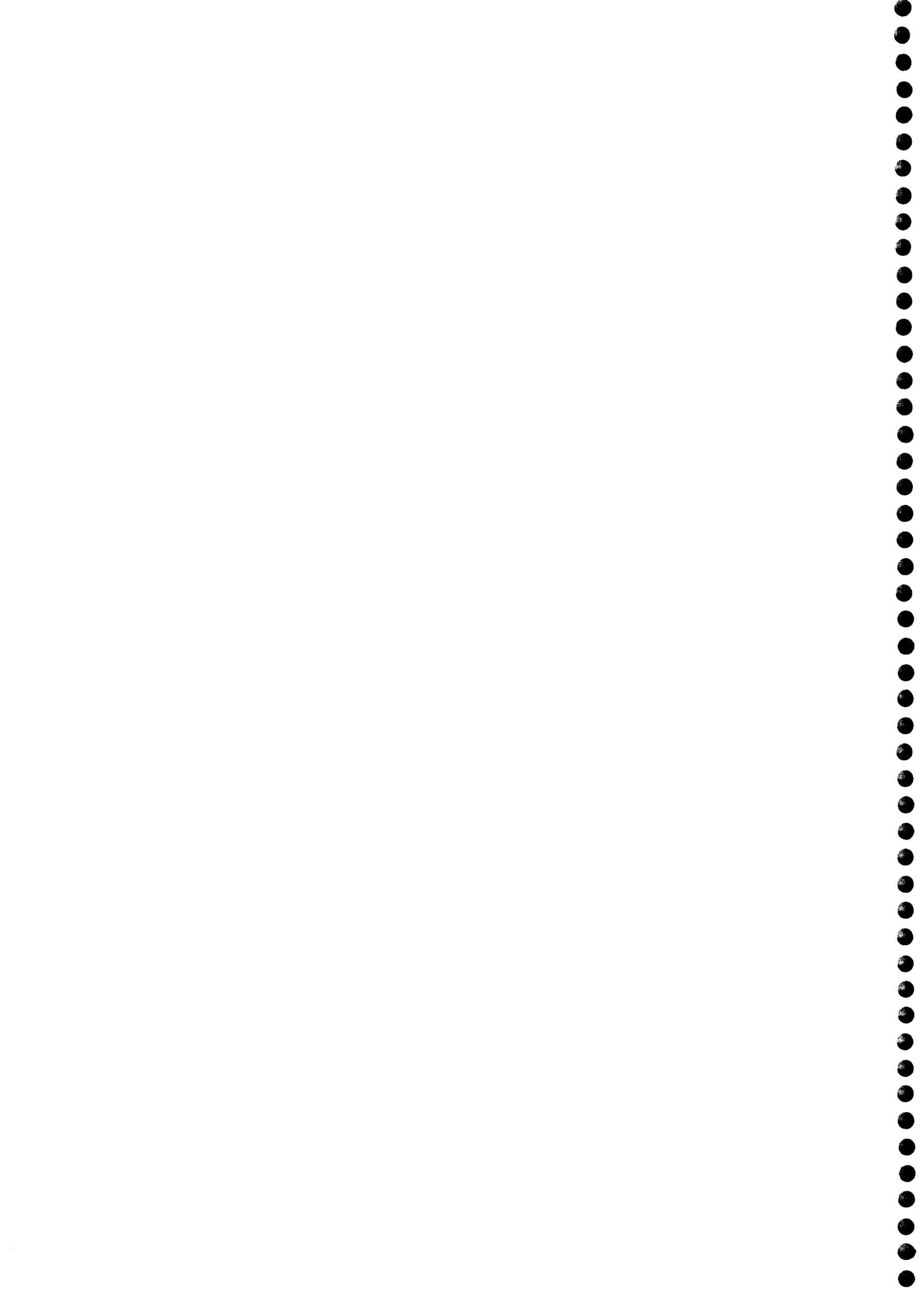
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade

INDENIZAÇÕES JACI PARANÁ CHEIA EXCEPCIONAL 2014

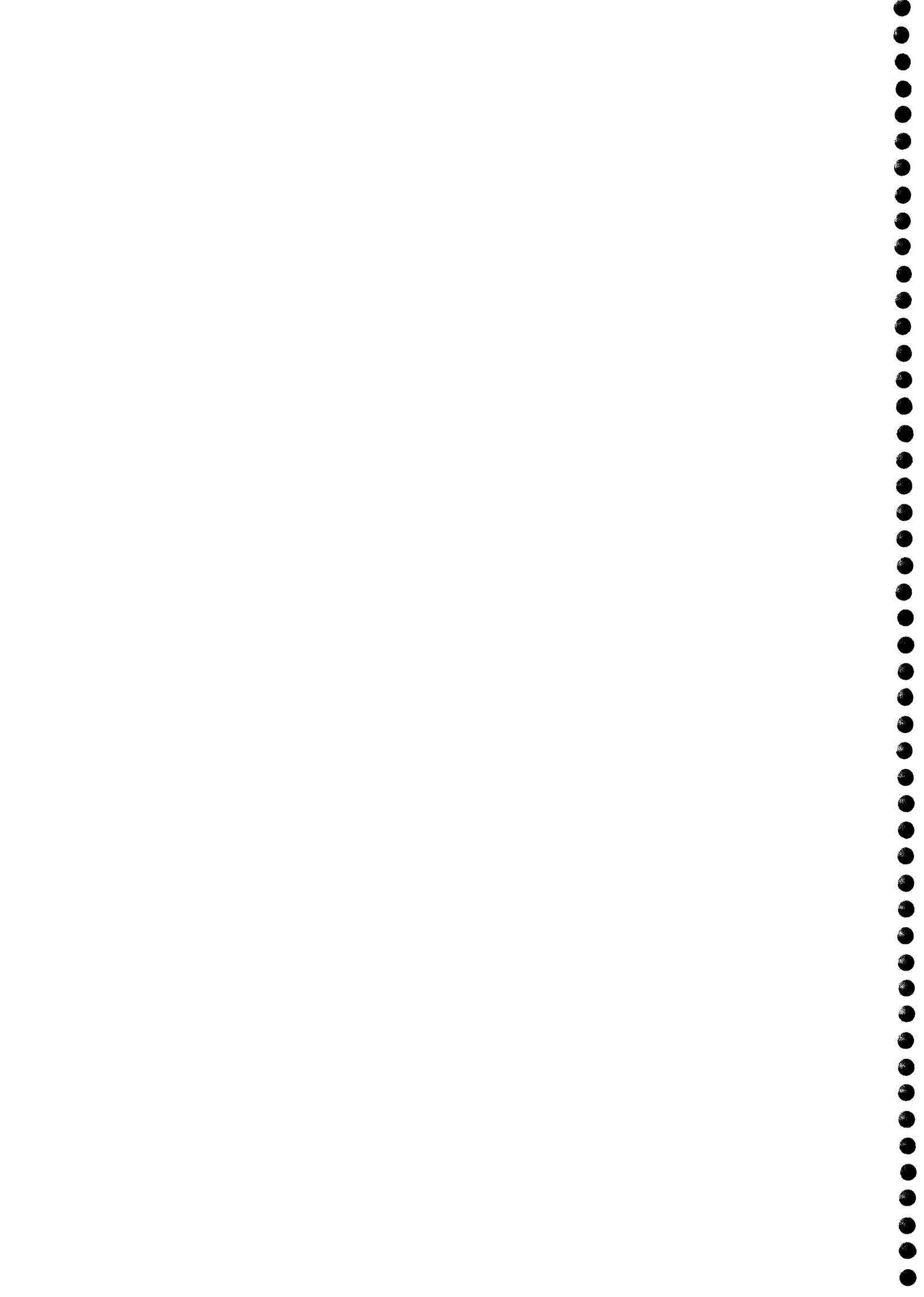
Item	Proprietário(s)	Endereço	Indenização
1	Valdemar Celestino de Carvalho	R. 06, s/n, Lote 530, Setor 01	Patrimonial
2	Jane Maria Mariani	R. 06, s/n, Lote 12, Quadra 01, Setor 01	Patrimonial
3	Ruth da Silva	R. 06, Casa 07, Lote s/n, Quadra 02, Setor 01	Patrimonial
4	Aline Rosa Cardoso de Lima	R. 06, s/n, Lote s/n°, Quadra 02, Setor 01	Patrimonial
5	Marilde de Fátima Fogaça	R. 06, Casa 99, Lote s/n, Quadra 02, Setor 01	Patrimonial
6	José Pereira da Silva/Luzia Quirina da Silva	R. 06, s/n, Quadra 02, Setor 01	Patrimonial
7	José Pereira da Silva	R. 06, s/n, Lote 72, Quadra 02, Setor 01	Patrimonial
8	José Pereira da Silva	R. 06, s/n, Lote 84, Quadra 02, Setor 01	Patrimonial
9	José Pereira da Silva	R. 06, s/n, Lote 96, Quadra 02, Setor 01	Patrimonial
10	Adélio José Borges	R. da Beira, Lote s/n°	Patrimonial
11	Tatiane Zanchin dos Santos	R. da Beira, Lote s/n°	Patrimonial
12	José Caston Montano Pacci	R. da Beira, s/n°	Patrimonial
13	Kevin Henrique Mazzucheli Mota	R. da Beira, s/n°	Patrimonial
14	Delma Borges de Carvalho	R. Pedro Osório, 58	Patrimonial
15	Delma Borges de Carvalho	R. Pedro Osório, 58	Patrimonial
16	Paulo Sergio de Souza Pinto	R. Generoso Ponce, n° 108	Patrimonial
17	Airton de Souza Braga	R. Generoso Ponce, n° 110	Patrimonial
18	Elifas de Souza - Assembléia de Deus	R. Antonio Gomes Vieira, n°232	Patrimonial
19	Francisco Braga Pereira	R. Generoso Ponce, n° 109	Patrimonial
20	Heleno Pereira dos Santos	R. Antonio Gomes Vieira, s/n°	Patrimonial
21	Heleno Pereira dos Santos	R. Antonio Gomes Vieira, s/n°	Patrimonial
22	Heleno Pereira dos Santos	R. Antonio Gomes Vieira, s/n°	Patrimonial
23	Heleno Neves dos Santos Filho	R. Antonio Gomes Vieira, s/n°	Patrimonial
24	Claudio Cardoso da Silva	R. Antonio Gomes Vieira, s/n°	Patrimonial
25	Edinei Neves dos Santos	R. Antonio Gomes Vieira, s/n°	Patrimonial
26	Jorge Gustavo Neves Ferreira	R. Antonio Gomes Vieira, s/n°	Patrimonial
27	Edina Neves dos Santos	R. Antonio Gomes, n° 98	Patrimonial
28	Edilamar Neves de Souza	R. Antonio Gomes Vieira, s/n°	Patrimonial
29	Renato Gomes da Silva	R. Generoso Ponce, n° 114	Patrimonial
30	Carlos Alberto de Souza Franco	Rua da Beira, n° 88	Patrimonial
31	Carlos Alberto de Souza Franco	Rua da Beira, n° 88	Patrimonial
32	Maria Ozita Botelho Lucas	R. Pedro Osório, 132	Patrimonial
33	João Clarindo da Silva	R. Pedro Osório, 529	Patrimonial
34	Sebastião Moura da Silva	R. Pedro Osório, 282	Patrimonial
35	José Virgílio Rodrigues	R. Pedro Osório, 281	Patrimonial
36	Antônio Maria de Oliveira	R. Pedro Osório, n° 505 A	Patrimonial
37	Antônio Maria de Oliveira	R. Pedro Osório, n° 507 A	Patrimonial
38	Elizandra Sales de Oliveira	R. Pedro Osório, n° 505 A	Patrimonial
39	Alexssandro Sales de Oliveira	R. Pedro Osório, n° 507	Patrimonial
40	Elizangela Sales de Oliveira	R. Pedro Osório, n° 507	Patrimonial
41	Antônio Maria de Oliveira	R. Pedro Osório, 508	Patrimonial
42	Manoel Francisco Parente Gomes	R. Pedro Osório, 268 A	Patrimonial
43	Raimundo Soares Parente	R. Pedro Osório, n° 268 - B	Patrimonial
44	Maria Célia Soares Parente	R. Pedro Osório, s/n°	Patrimonial
45	Linique de Souza Soares Parente	R. Pedro Osório, s/n°	Patrimonial
46	Israel Francisco de Souza	R. da Beira, s/n°	Patrimonial
47	Tereza de Oliveira Gonçalves	R. da Beira, Lote n° 287	Patrimonial
48	Vanderlan Soares Parente	R. Pedro Osório, n° 115	Patrimonial
49	Stella Brito Pereira Filha	R. Pedro Osório, n° 433 A	Patrimonial
50	Antônio Pereira Brito	R. Pedro Osório, n° 433 - B	Patrimonial
51	Francisco Pereira Brito	R. Pedro Osório, n° 403 - C	Patrimonial
52	Vânia Ramalho Ayala	R. Antonio Gomes, s/n°	Patrimonial
53	Rosa Maria Lopes	R. Padre Peixoto, n° 453	Patrimonial
54	Patrícia Apolinário	R. da Beira, Lote n° 285	Patrimonial
55	Moacir Leônidas de Lima	R. Antonio Gomes, n° 246	Patrimonial
56	Deyvid Oliveira Amaral	R. Pedro Osório, 245	Patrimonial
57	Ana Paula de Almeida	R. Antonio Gomes, s/n°	Patrimonial
58	Maria Oliveira de Almeida	R. Pedro Osório, n° 246	Patrimonial
59	Manoel Rios Soares	R. Generoso Ponce, n° 243	Patrimonial
60	José Pedro da Silva	R. da Beira, Casa 100, Qd. 02, St. 01	Patrimonial
61	Carlos Célio Merencio dos Santos	R. Antonio Gomes Vieira, s/n°	Patrimonial
62	Carlos Nei Merencio dos Santos	R. Antonio Gomes Vieira, s/n°	Patrimonial
63	Serafim Eduardo Gomes	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
64	Neusa de Souza Barros	R. Antônio Gomes c/ Predro Osório, n°439	Patrimonial
65	Neusa de Souza Barros	R. Antônio Gomes, n°439	Patrimonial
66	Carlos Roberto de Souza	R. Generoso Ponce, n° 113	Patrimonial
67	Daldilho Souza Filho	R. Generoso Ponce, n° 240	Patrimonial
68	Cipriano Rodrigues Trigueiro Neto	R. da Beira, n° 127	Patrimonial
69	José Valério Parente	R. Pedro Osório, s/n°	Patrimonial
70	José Maria de Oliveira	R. Pedro Osório, n° 54	Patrimonial
71	José Ferreira Barbosa	R. Generoso Ponce, n° 244	Patrimonial



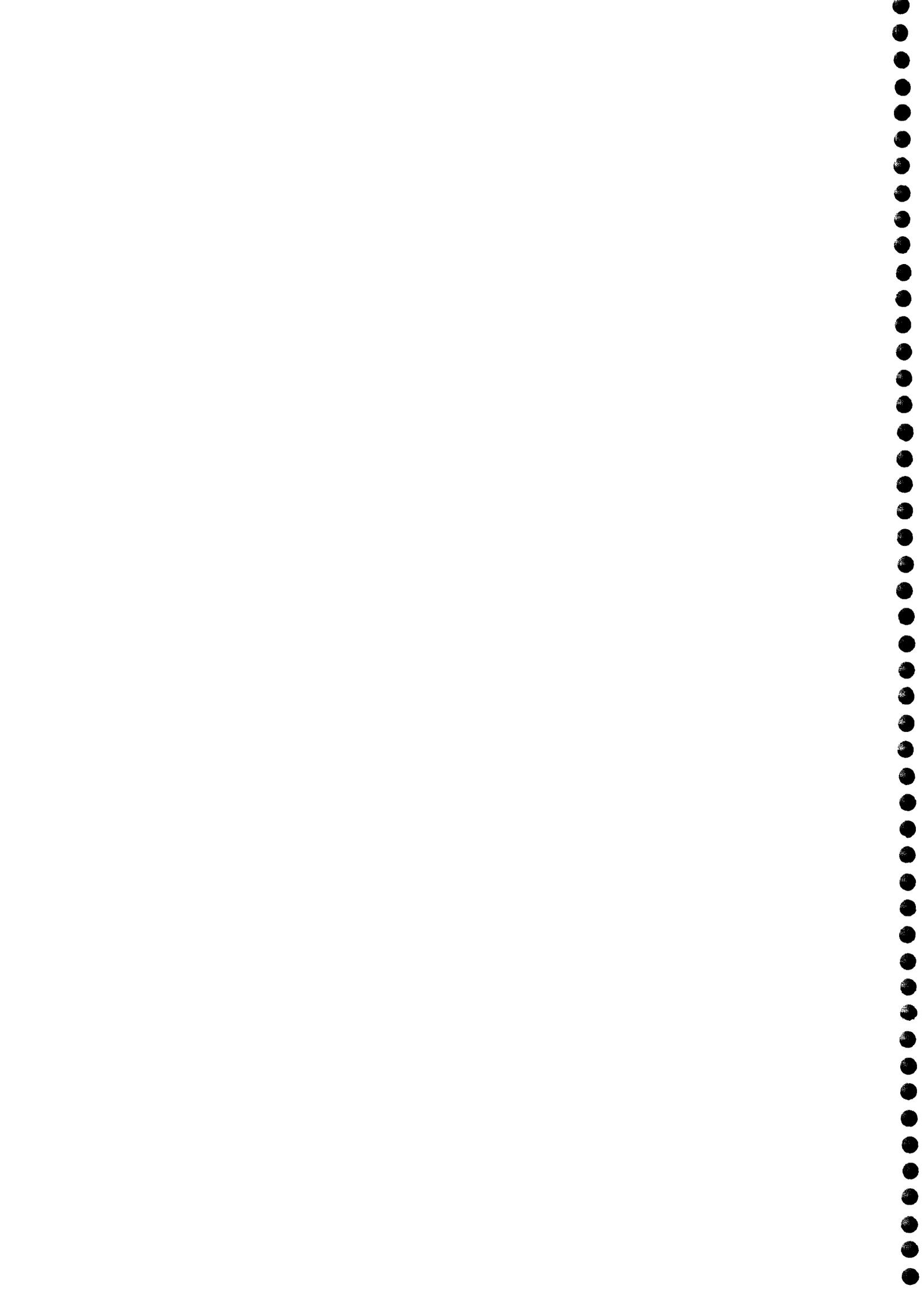
72	Ademir Benedito Luiz	R. da Beira, n° 128	Patrimonial
73	Maria da Conceição de Oliveira	R. Pedro Osório, n° 510	Patrimonial
74	José Raimundo de Oliveira	R. Pedro Osório, s/n°	Patrimonial
75	Lúcia Alves da Cruz	R. Antonio Gomes Vieira, n° 123	Patrimonial
76	Floripes Ferreira da Silva	R. Padre Peixoto, n° 461	Patrimonial
77	Oswaldo Sales Filho	R. Padre Peixoto, n° 450	Patrimonial
78	Jacob Almeida da Silva	R. Padre Peixoto, n° 464	Patrimonial
79	Zeneide de Souza Lima	R. Padre Peixoto, s/n°	Patrimonial
80	Evaristo Brito Pereira	R. Pedro Osório, n° 124	Patrimonial
81	Euzébio Ferreira de Souza	R. Generoso Ponce, n° 256	Patrimonial
82	Deuzilane Pereira dos Santos	R. Pedro Osório, 93	Patrimonial
83	Elias Neves Ferreira	R. Antonio Gomes Vieira, s/n°	Patrimonial
84	Francisco Pereira	R. Generoso Ponce, s/n°	Patrimonial
85	Francisca Batista dos Santos	R. da Beira, s/n°	Patrimonial
86	Fernanda e Silva de Souza	Rua José Salé, n° 147	Patrimonial
87	Cristiane dos Santos Maciel da Silva	Rua José Salé, n° 118 a 125	Patrimonial
88	Israel Francisco de Souza	R. da Beira, s/n°	Patrimonial
89	Luzia Quirina da Silva	Rua José Salé, n° 106 a 110	Patrimonial
90	Cristina dos Santos	Rua José Salé, n° 104	Patrimonial
91	Neuza Maria da Silva Costa	Rua José Salé, n° 103	Patrimonial
92	Neuza Maria da Silva Costa	Rua José Salé, n° 114 a 117	Patrimonial
93	Luzinete Aparecida da Luz Marcelo	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
94	Enoque Pinto da Silva	Rua José Salé, n° 80	Patrimonial
95	Nivaldo Vieira Rodrigues	Rua José Salé, n° 493	Patrimonial
96	Eudes Inocente da Rosa	Rua José Salé, n° 138	Patrimonial
97	Jane Trigueiro da Silva	Rua José Salé, n° 59 a 60	Patrimonial
98	Wanda Calixta da Silva	Rua José Salé, n° 108	Patrimonial
99	Jessé Dourado de Araújo	Rua José Salé, s/n°	Patrimonial
100	Gevalter Moraes de Farias	Rua José Salé, n° 98	Patrimonial
101	Valdemar Celestino de Carvalho	Rua José Salé, n° 335	Patrimonial
102	Maria Eunice dos Santos	Rua José Salé, n° 135 A	Patrimonial
103	Maria Eunice dos Santos	Rua José Salé, n° 135 B	Patrimonial
104	José Edson Figueiredo Reis	Rua José Salé, n° 106	Patrimonial
105	Délcio José Balsan	Rua José Salé, n° 61	Patrimonial
106	Raquel de Souza Araújo	R. Antonio Gomes, s/n°	Patrimonial
107	Raquel de Souza Araújo	R. Antonio Gomes, s/n° B	Patrimonial
108	Maria de Fátima Merêncio	R. Pedro Osório, n° 159	Patrimonial
109	Maria de Fátima Merêncio	R. Pedro Osório com Antônio Gomes	Patrimonial
110	Juscieiton de Souza Rodrigues	R. Generoso Ponce esquina c/ Pde. Peixoto s/n°	Patrimonial
111	Francisco Hugo de Araújo	Rua José Salé, n° 85	Patrimonial
112	Lucineia Grandi do Coito	Rua José Salé, s/n°	Patrimonial
113	Maria Helena de Barros Noruega	R. Generoso Ponce, n° 159	Patrimonial
114	Albeniza da Costa Maciel	R. Generoso Ponce, s/n°	Patrimonial
115	Maria da Conceição Noruega	R. Generoso Ponce, s/n°	Patrimonial
116	Carlos Alberto Lucas	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
117	Carlos Alberto Lucas	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
118	Luiz Claudio Penha Arcos	R. da Beira, s/n°	Patrimonial
119	José Dutra da Silva	R. Generoso Ponce, n° 158	Patrimonial
120	Eugênio Dutra da Silva	R. Generoso Ponce, n° 158	Patrimonial
121	Alzira Gomes de Almeida	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
122	Mariana Kamila do Amaral	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
123	João Casturino dos Santos	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
124	Antônio Marcos Faustino	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
125	Maria das Dores de Souza Simon	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
126	Maria das Dores de Souza Simon	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
127	Leidiane Frota de Souza Barbosa	R. Senador Alvaro Pires, s/n°	Patrimonial
128	Marivalda Nunes de Oliveira	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
129	Raimunda Pereira de Souza	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
130	Raimundo Eloi Moreira	R. José Salé, n° 453	Patrimonial
131	Clério Araújo Ribeiro	Rua José Pereira, n° 361	Patrimonial
132	Joana Fernandes da Silva	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
133	Maria Lucia da Costa	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
134	Francisca Alves de Lima	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
135	Montenegro dos Santos	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
136	Raimunda Gomes de Oliveira	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
137	Mario José Rodrigues	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
138	José Izidoro Jacinto	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
139	Sebastião José da Silva	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
140	Eliete Pereira da Silva	R. José Salé, n° 453 - 9916-6914	Patrimonial
141	Daniel de Souza Falcão	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
142	Raimundo Nonato Neves de Oliveira	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
143	Rodrigo Lima de Oliveira	R. José Salé, s/n°	Patrimonial
144	Pedro Aguiar Sobrinho	Rua José Pereira, n° 335	Patrimonial
145	Luismar Dutra Correa	Rua Senador Olvao Pires, s/n°	Patrimonial
146	Helinda Soares de Souza	R. José Salé, n° 175	Patrimonial



147	Renê Alves de Oliveira	R. Pedro Osório, nº 177	Patrimonial
148	Ana Cristina Rivero de Oliveira	R. Pedro Osório, s/nº	Patrimonial
149	Maria Emília de Carvalho	Rua Issac Martins, nº 45 (972)	Patrimonial
150	Maria de Loudes da Costa	Rua Olavo Pires, nº 973	Patrimonial
151	Francisca Alves de Lima de Souza	Rua Issac Martins, nº 971	Patrimonial
152	Neuza Maria da Silva Costa	R. José Salé, s/nº	Patrimonial
153	Maria Madalena Gomes da Silva	Rua Generoso Ponce, nº 67	Patrimonial
154	Albenice Santana de Miranda	Rua Generoso Ponce, nº 70	Patrimonial
155	Silvio Henrique Pereira	Rua Generoso Ponce, nº 69	Patrimonial
156	Marlene Vicente da Silva	Rua Generoso Ponce, nº 69	Patrimonial
157	Abraão Marques Madeira	Rua Generoso Ponce, nº 411	Patrimonial
158	Eliomar Marques	Rua Generoso Ponce, nº 275	Patrimonial
159	Geraldo Siqueira de Oliveira	Rua Generoso Ponce, nº 73	Patrimonial
160	Francisco Antônio Cardino Leitão	Rua Barão de Levege, nº 900	Patrimonial
161	Denise Gomes da Silva	Via 04, Casa 06	Patrimonial
162	Isaias Teixeira Bastos	Via 04, Casa 01	Patrimonial
163	Isaias Teixeira Bastos	Via 04, Casa 02	Patrimonial
164	Isaias Teixeira Bastos	Via 04, Casa 03 --	Patrimonial
165	Isaias Teixeira Bastos	Via 04, Casa 04	Patrimonial
166	Isaias Teixeira Bastos	Via 04, Casa 05	Patrimonial
167	Wemerson Lemos Tiburcio	R. Senador Alvaro Pires, nº 433	Patrimonial
168	Eliete Pereira da Silva	Av. José Rodrigues, s/nº	Patrimonial
169	Eliete Pereira da Silva	Rua José Salé e Rua 06	Patrimonial
170	Eliete Pereira da Silva	Rua Raimundo Batista, nº 4731	Patrimonial
171	Eliete Pereira da Silva	Rua José Gomes, s/nº	Patrimonial
172	Newton Gurgel Barreto	Av. José Rodrigues, s/nº	Patrimonial
173	Marivalda Nunes de Oliveira	R. José Salé, s/nº	Comercial
174	João Batista Silva Lima	R. José Salé c/ José Pereira	Comercial
175	Marcio Roque Afonso / Sonia	R. José Salé, nº 360	Comercial
176	Derly Marcelo	R. José Salé, s/nº	Comercial
177	Alex Dione Pereira Simplicio	R. José Salé, s/nº	Comercial
178	Michele Amorim da Costa	R. José Salé, nº 335	Comercial
179	Wanda Calixta da Silva	Rua José Salé, nº 108	Comercial
180	Jane Trigueiro da Silva	R. José Salé, s/nº	Comercial
181	Neuza Maria da Silva Costa	R. José Salé, s/nº	Comercial
182	Neuza Maria da Silva Costa	R. José Salé, s/nº	Comercial
183	Antonio Marcos Faustino	Rua José Salé, nº 427	Comercial
184	Cipriano Rodrigues Trigueiro Neto	R. da Beira, nº 127	Comercial
185	Guilherme Ferreira Costa	Rua José Salé, nº 335 - 9957-8263	Comercial
186	Gevalter Moraes de Farias	Rua José Salé, nº 98	Comercial
187	Eudes Inocente da Rosa	Rua José Salé, nº 138	Comercial
188	Solange de Lana Martins Rosa	Rua José Vitória, nº 439	Comercial
189	Sineide da S. Martins / Luiz Carlos G. dos Sa	R. José Salé, s/nº	Comercial
190	Raimunda Gomes de Oliveira	R. José Salé, nº 43	Comercial
191	Maria Sandra Reis da Silva	R. José Salé, nº 411	Comercial
192	Francisco Braga Pereira	R. Generoso Ponce, nº 109	Comercial
193	Daniel Silva Costa	R. José Salé, s/nº	Comercial
194	Ademir Benedito Luiz	Rua da Beira, nº 128	Comercial
195	Maria Emília de Carvalho	Rua Isaac Martins, nº 45	Comercial
196	Pedro Aguiar Sobrinho	Rua José Pereira, nº 335	Comercial
197	Maria Regiane dos Santos Lacerda	R. José Salé, nº 350	Comercial
198	Heliuda Soares de Souza Alves	R. José Salé, nº 175	Comercial
199	Eliete Pereira da Silva	R. José Salé, nº 266	Comercial
200	José Pedro da Silva	R. da Beira, Casa 100	Comercial
201	Stella Brito Pereira Filha	R. Pedro Osório, s/nº	Comercial
202	Sebastião Moura da Silva	R. Pedro Osório, 282	Comercial
203	Anderson Pereira Goes	R. José Salé, s/nº	Comercial
204	Silvanir Alves da Cruz	R. José Salé, nº 314	Comercial
205	Israel Francisco de Souza	R. da Beira, s/nº	Comercial
206	Serafim Eduardo Gomes	R. José Salé, s/nº	Comercial
207	Patrícia Apolinário	R. da Beira, Lote nº 285	Comercial
208	Raimunda Gomes de Oliveira	R. José Salé, nº 43	Comercial
209	Francisco Hugo de Araújo	Rua José Salé, nº 89	Comercial
210	Nilvana Machado Zanre	Rua da Praça, s/nº	Comercial
211	Délcio José Balsan	Rua José Salé, nº 336	Comercial
212	Francisco Neilton da Silva	Rua José Salé, nº 562 (fundos)	Comercial
213	Raimunda Pereira de Souza	R. José Salé, nº 325	Comercial
214	Maria Eunice dos Santos	R. José Salé, nº 135	Comercial
215	Leidiane Frota de Souza Barbosa	R. Senador Alvaro Pires, s/nº	Comercial
216	Nivaldo Vieira Rodrigues	Rua José Salé, nº 332	Comercial
217	Francisca Alves de Lima de Souza	Rua José Salé, nº 38	Comercial
218	João Casturino dos Santos	R. José Salé, s/nº	Comercial
219	Luzia Quirina da Silva	R. José Salé, s/nº	Comercial
220	Luzia Quirina da Silva	Rua da Praça, s/nº	Comercial
221	Luzia Quirina da Silva	Rua da Praça, s/nº	Comercial



222	Francisca Alves de Lima de Souza	R. José Salé, s/n°	Comercial
223	Ana Cristina Rivero de Oliveira	Rua Pedro Osório s/n°	Comercial
224	José Edson Figueiredo Reis	Rua José Salé, s/n°	Comercial
225	Suely dos Santos Monteiro	Rua José Salé, n° 136	Comercial
226	Apolinário Elias	Rua José Salé, s/n°	Comercial
227	Natasha Francisca da Silva Rego	Rua José Salé, n° 325	Comercial
228	Lúcia Alves da Cruz	R. Antonio Gomes Vieira, s/n°	Comercial
229	Liceleine Bento Teles	Rua José Salé, s/n°	Comercial
230	Enoque Pinto da Silva	Rua José Salé, n° 80	Comercial
231	Antônio Maria de Oliveira	R. Pedro Osório, n° 505	Comercial
232	Patrícia Nêris da Silva	Av. José Rodrigues, s/n°	Comercial
233	Jessé Dourado de Araújo	Rua José Salé, s/n°	Comercial
234	Valdivino Celestino de Carvalho	Rua José Cauibi, s/n°	Comercial
235	Francisca Batista dos Santos	R. da Beira, s/n°	Comercial
236	Renê Alves de Oliveira	R. Pedro Osório, n° 177	Comercial
237	C. A. de Souza Franco M.E	Rua General Osório, n° 106	Comercial
238	Simone Soraya Sayão	Rua Senador Olavo Pires, n° 346	Comercial
239	Eliete Pereira da Silva	Rua José Rodrigues esquina c/ Raimundo Batista	Comercial
240	Newton Gurgel Barreto	Av. José Rodrigues, s/n°	Comercial
241	Newton Gurgel Barreto	Av. José Rodrigues, s/n°	Comercial
242	Newton Gurgel Barreto	Av. José Rodrigues, n° 343	Comercial
243	Newton Gurgel Barreto	Av. José Rodrigues, n° 592	Comercial
244	Iasmine Pereira Barreto	Av. José Rodrigues, s/n°	Comercial
245	Eliete Pereira da Silva	Rua Raimundo Batista, n° 4731	Comercial
246	Maria das Dores de Souza Simon	Rua José Salé, n° 595	Comercial
247	Marilda Picher Sychocki	Rua Isaac Martins, n° 45 (972)	Comercial
248	Mazzuchelli & Mazzuchelli - ME	Rua Hilário Maia, n° 611	Comercial
249	Antônio Maria de Oliveira	R. Pedro Osório, n° 505 A	Comercial
250	Valdemar Celestino de Carvalho	Rua José Salé, s/n°	Comercial
251	Claudio Cardoso da Silva	R. da Beira, s/n°	Comercial
252	Anilce Zeferino Restaurante e Lanchonete	R. da Beira, n° 127	Comercial
253	Moraes Silva Peças e Serviços Automotivos	R. da Beira, n° 100	Comercial
254	Valdemar Celestino de Carvalho	Rua José Cauibi, s/n°	Comercial
255	Valdemar Celestino de Carvalho	Rua Seis, s/n°	Comercial
256	Valdemar Celestino de Carvalho	Rua José Cauibi, n° 95	Comercial
257	Maria Aparecida Sabino Lopes	Rua José Salé, n° 411	Comercial
258	Eutíclis Prudêncio Santos	R. José Salé, s/n°	Comercial
259	Luiz Claudio Penha Arcos	R. da Beira, s/n°	Comercial
260	Joelma Aguiar Moreira	Rua José Salé, n° 335	Comercial
261	Tatiane Zanchin dos Santos	R. da Beira, Lote s/n°	Comercial
262	Ana Leide Henrique Lima	Rua José Salé, n° 38	Comercial
263	Renato Gomes da Silva	Rua General Ponce, n° 114	Comercial
264	Francisco Pereira	R. Generoso Ponce, n° 111	Comercial
265	Eliane Aparecida Rosa	Rua General Ponce, n° 114	Comercial
266	José Caston Montano Pacci	R. Hilário Maia, n° 611	Comercial
267	Mario José Rodrigues	R. José Salé, s/n° - lado lava jato	Comercial
268	Cristina dos Santos	Rua José Salé, s/n°	Comercial
269	Fátima Marcia dos Santos de Oliveira	Rua José Rodrigues, n° 343	Comercial
270	Louis Tcharles Jackson de Lima Vidas	Rua José Rodrigues, n° 114	Comercial
271	Maria Eliene da Silva Lima	Rua José Pereira, n° 420	Comercial
272	Jair Pereira Siqueira	Rua José Rodrigues, s/n°	Comercial
273	Manoel Rios Soares	R. Generoso Ponce, n° 128	Comercial
274	Carlos Eduardo Dos Santos	Rua José Rodrigues, n° 350	Comercial
275	José Carlos Pulcheiro de Jesus	Rua José Pereira, s/n°	Comercial
276	Joana Fernandes da Silva	R. José Salé, s/n°	Comercial
277	Lindalva Mendes da Silva	Rua Isaac Martins, n° 37	Comercial
278	Sirnete Seleno do Nascimento	Rua Isaac Martins, n° 37	Comercial
279	Eliete Pereira da Silva	R. José Rodrigues, s/n°	Comercial
280	Eliete Pereira da Silva	R. José Rodrigues, n° 181	Comercial
281	Francisco de Assis Vieira	Rua da Beira, s/n°	Comercial
282	Pereira e Barreto Ltda - ME	R. José Rodrigues, s/n°	Comercial
283	Albenice Santana de Miranda	Rua Generoso Ponce (trihal), s/n°	Comercial
284	Eliete Pereira da Silva	Rua José Salé esq. c/ Raimundo Batista	Comercial
285	Carlos Alberto Lucas	Rua Raimundo Batista, n° 326	Comercial
286	Isaias Teixeira Bastos	Via 05, S/N°, (Rua do Cemitério)	Comercial
287	Newton Gurgel Barreto	BR 364 - Posto Pacífico	Comercial
288	Felipe Idalgo Estigarribia	BR 364, Km 87	Comercial
289	Thiago de Assis Vieira	BR 364, Km 87	Comercial



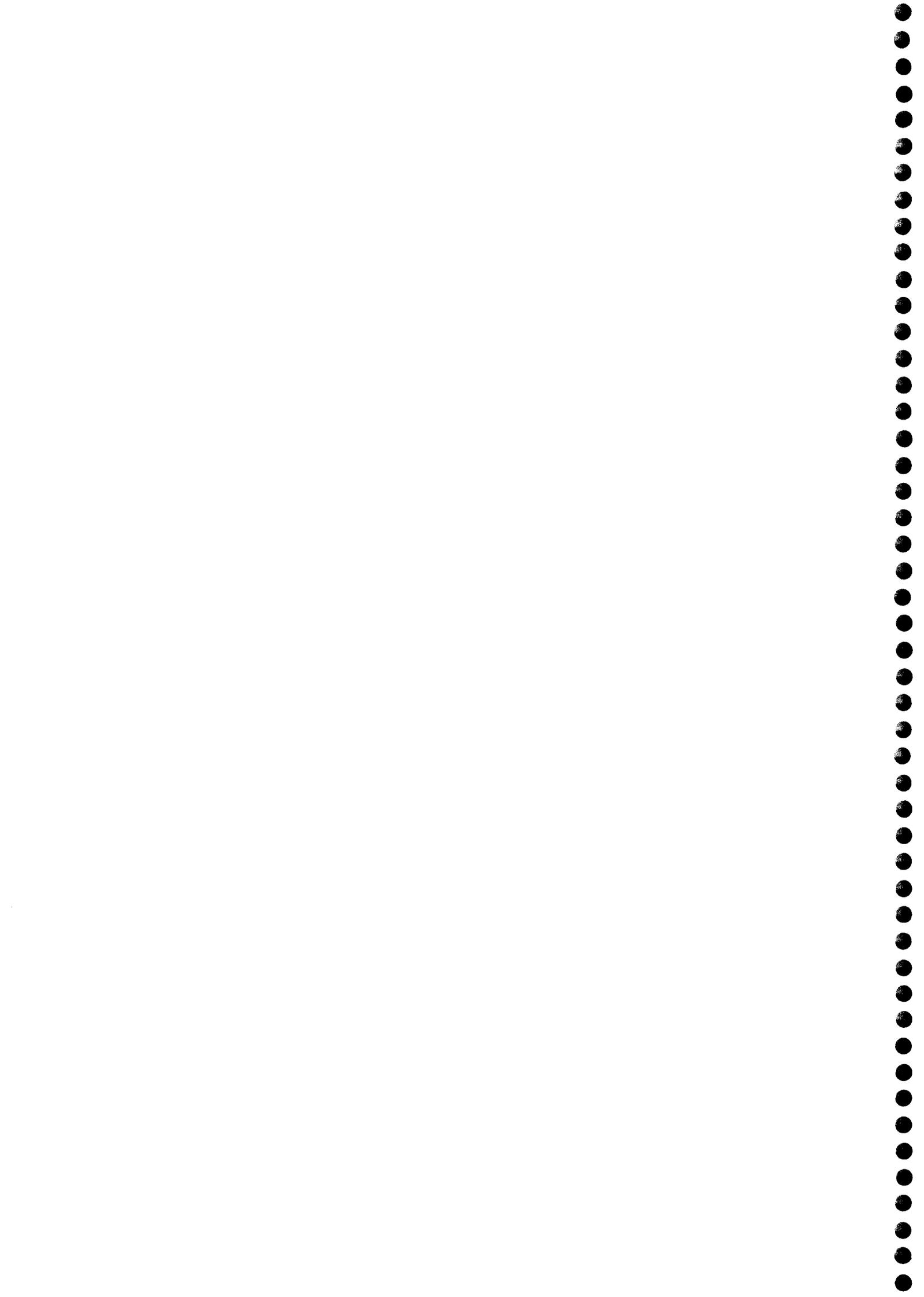
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA
QUALIDADE DE VIDA DOS GRUPOS FAMILIARES
INDENIZADOS PELA SANTO ANTÔNIO ENERGIA
SAE

PÚBLICO D
NOVOS INDENIZADOS DE JACI-PARANÁ

RELATÓRIO DE ORIGEM (T0)



PORTO VELHO
2015



SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A

Presidente

Eduardo de Melo Pinto

Diretoria Técnica

Antônio de Pádua Bemfica Guimarães

Gerência de Sustentabilidade

Guilherme Abbad Silveira

Coordenação Fundiária

Ivan Silveira

Equipe Técnica

Fabio Luiz Nogueira de Almeida – Geógrafo

Jacir José Duzanowski – Analista Socioambiental

Marta Maria Beserra Silveira – Pedagoga

Naelha Auxiliadora Sarmiento de Maria – Engenheira Florestal

Priscila Guerrero Ortiz – Engenheira Agrônoma

Talita da Costa Silva – Assistente Administrativo

PLENU'S SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA.

Consultores Coordenadores

Suzimary Souza Guerra – Administradora

Hélcio Passos – Cientista Social

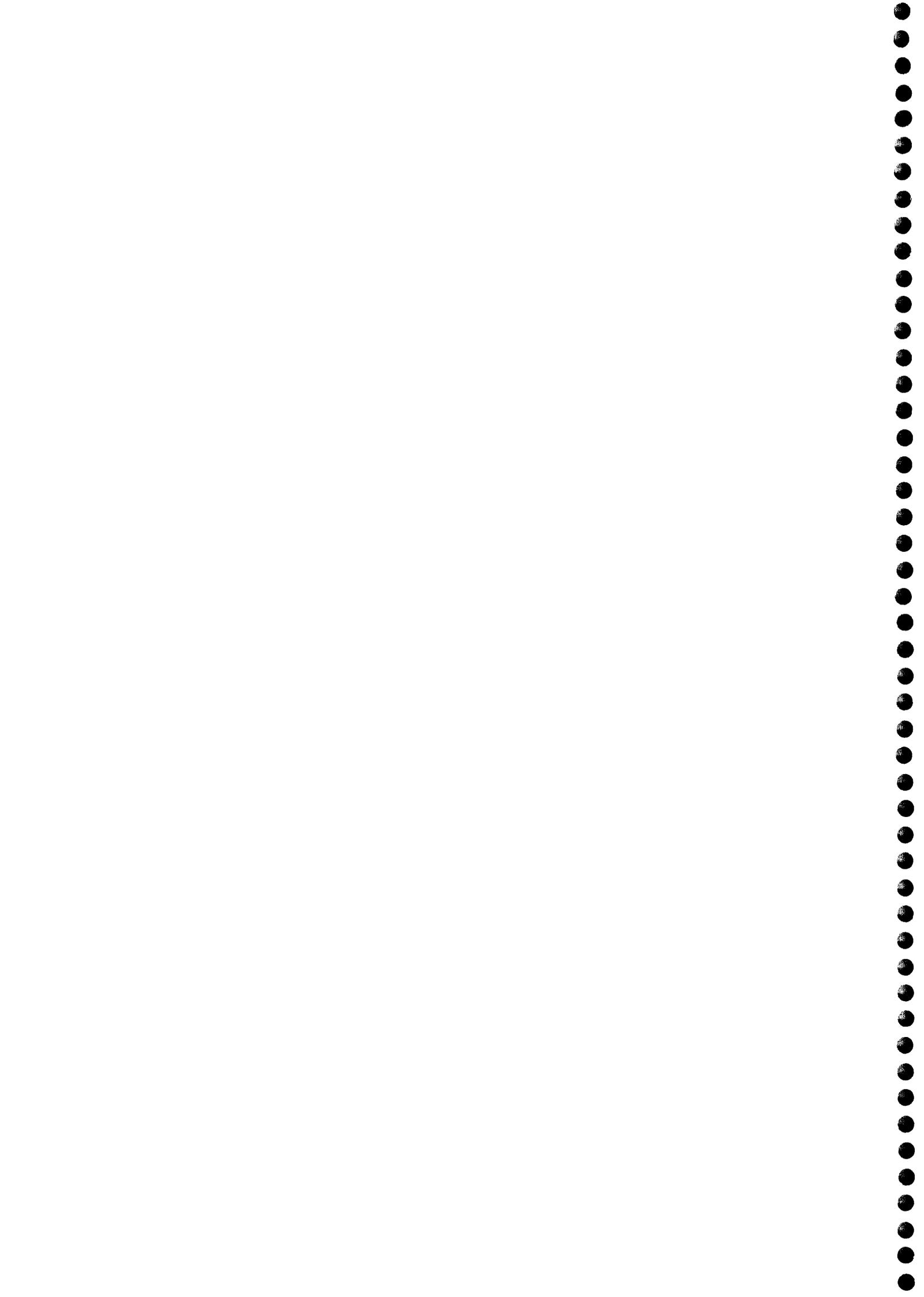
Consultores Especialistas

Emmily Barbosa Gonçalves – Administradora

Laura Imyra Beserra Silveira – Psicóloga / Relações Humanas

Mylton Casaroli Neto – Engenheiro Civil / Análises Estatísticas

Valéria Ramos Carvalho – Administradora / Controle Interno



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
DOS GRUPOS FAMILIARES INDENIZADOS PELA SANTO
ANTÔNIO ENERGIA – SAE

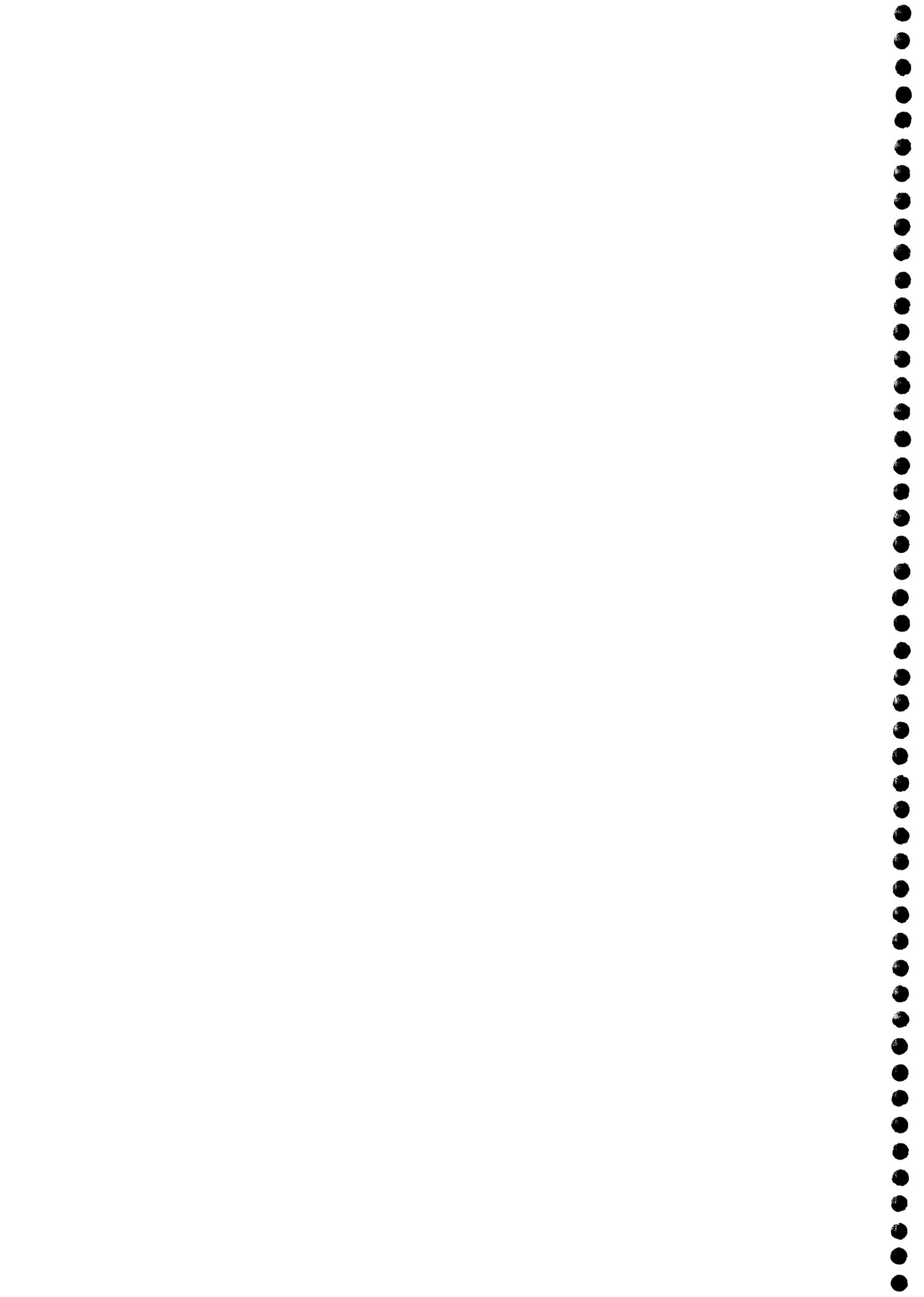
Contratante: SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A – SAE

Contrato: CT.DS.249.2014

Executor: PLENU'S SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA.

Responsável Técnico: Suzimary Souza Guerra

Este relatório faz parte do programa de Monitoramento da Qualidade de Vida dos Grupos Familiares Indenizados pela Santo Antônio Energia – SAE, de acordo com o contrato firmado entre a SAE e a Plenu's, sob o nº **CT.DS.249.2014.**



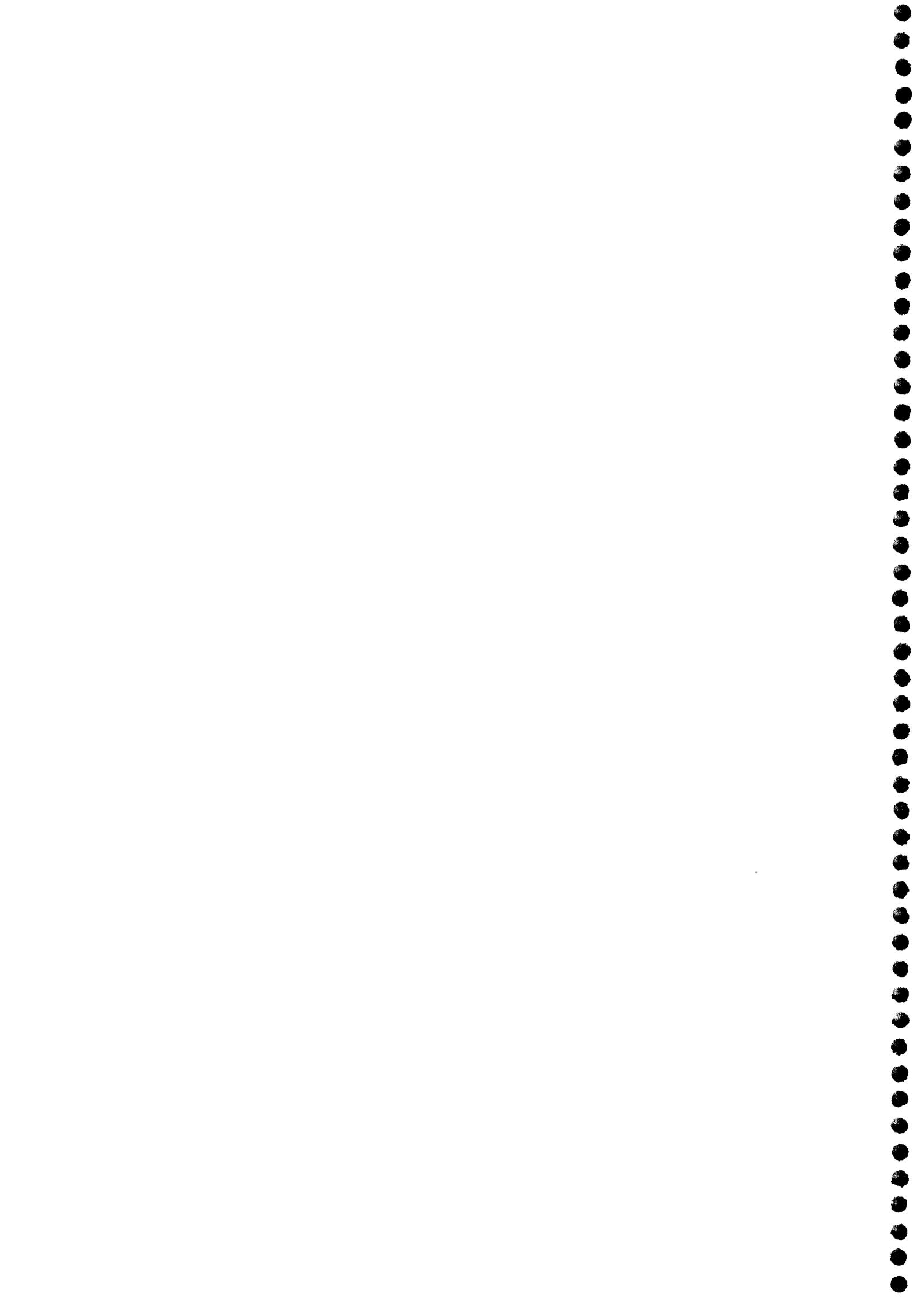
SUMÁRIO

ANÁLISES QUANTITATIVAS

Gráfico 1: Municípios	09
Gráfico 2: Sexo do Responsável pelo Grupo Familiar	10
Gráfico 3: Idade do Responsável.....	10
Gráfico 4: Setor Econômico	11
Gráfico 5: Atividade Principal.....	12
Gráfico 6: Tempo na Atividade Atual	13
Gráfico 7: Caracterização da Atividade	13
Gráfico 8: Tempo de Moradia	14
Gráfico 9: Local de Moradia.....	14
Gráfico 10: Classes Econômicas	15
Gráfico 11: Participantes na Renda	16
Gráfico 12: Contratação de Empregado Mensalista.....	17
Gráfico 13: Valor do Patrimônio.....	18
Gráfico 14: Investimento em Bens Imóveis	19
Gráfico 15: Aquisição ou Reforma de Imóveis.....	19
Gráfico 16: Aquisição de Veículos	20
Gráfico 17: Investimento em Negócios	21
Gráfico 18: Aquisição de Outros Bens ou Serviços	21
Gráfico 19: Transporte Familiar	22
Gráfico 20: Veículos de Comunicação.....	23
Gráfico 21: Escolaridade.....	23
Gráfico 22: Número de Estudantes.....	24
Gráfico 23: Número de Capacitações em 2 Anos.....	25
Gráfico 24: Visita a Amigos ou Passeios	26
Gráfico 25: Prática de Esportes	26
Gráfico 26: Membros de Associações	27
Gráfico 27: Apoio Institucional no Período da Cheia	27
Gráfico 28: Proximidade dos Serviços Públicos de Saúde.....	28
Gráfico 29: Pessoas com Doenças Crônicas	29
Gráfico 30: Número de Banheiros	29
Gráfico 31: Destinação de Resíduos Sólidos	30
Gráfico 32: Condições e Cuidados Ambientais	31
Gráfico 33: Caracterização da Atividade por Setor.....	32
Gráfico 34: Detalhamento das Atividades Formais.....	33
Gráfico 35: Detalhamento das Atividades Informais.....	34
Gráfico 36: Atividade Principal por Renda Média por Atividade	35

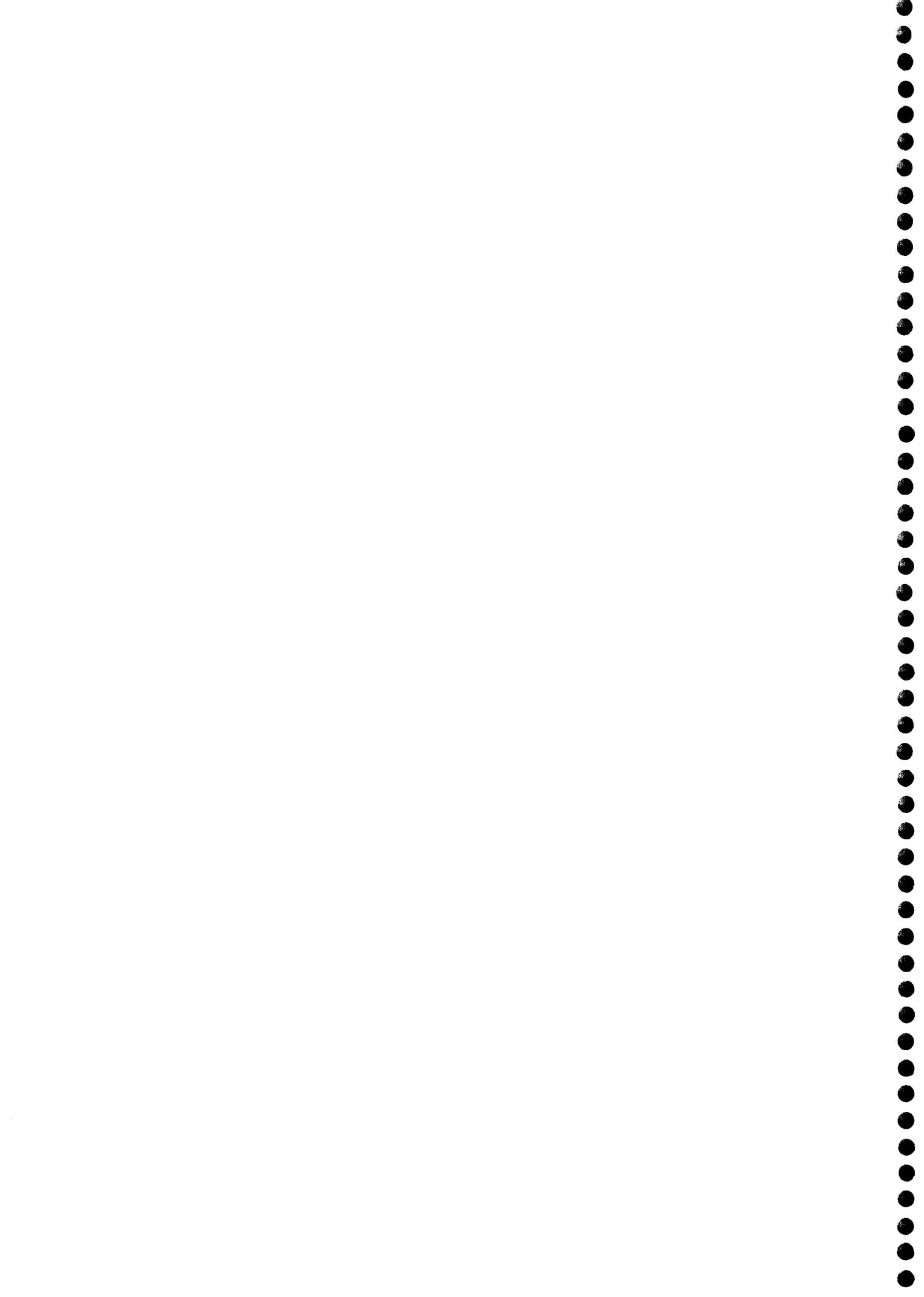
ANÁLISE QUALITATIVA

Quadro 1: Indicadores Objetivos e Subjetivos.....	38
Quadro 2: Princípios de Indicadores Sociais	39
Gráfico 35: Indicadores Sociais (Público D – Novos Indenizados de Jaci-Paraná – T0)	41



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	06
1 METODOLOGIA APLICADA	07
1.1 Universo da Pesquisa	07
1.2 Coleta de Dados.....	07
1.3 Análise dos Dados	08
RELATÓRIO DE PESQUISA	
Público D – Novos Indenizados de Jaci-Paraná	
2 ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS.....	09
2.1 Dados Demográficos	09
2.2 Eixo Econômico	11
2.3 Aplicação dos Recursos Provenientes da Indenização	18
2.4 Logística	22
2.5 Educação	23
2.6 Cultura e Lazer	25
2.7 Saúde e Bem Estar	28
2.8 Ambiente	30
3 ANÁLISES CRUZADAS	32
3.1 Caracterização da Atividade por Setor da Economia.....	32
3.2 Análise de Renda por Atividade	34
4 ANÁLISE QUALITATIVA	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44



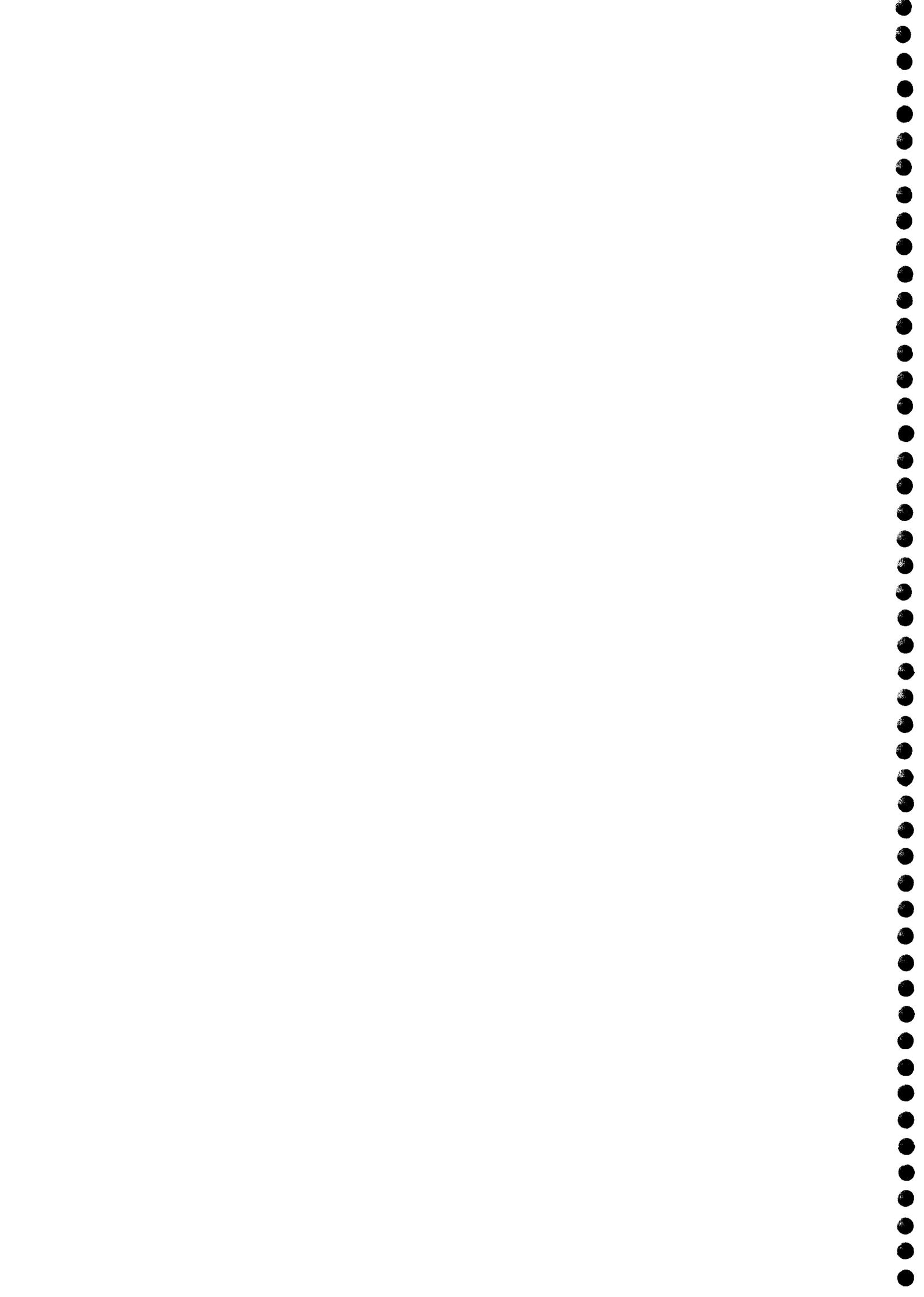
APRESENTAÇÃO

O Programa de Monitoramento da Qualidade de Vida dos Grupos Familiares Indenizados pela SAE – Santo Antônio Energia foi implementado com a finalidade de mensurar os aspectos mais objetivos da qualidade de vida das pessoas diretamente atingidas pela construção da Usina Hidroelétrica Santo Antônio.

O referido programa prevê pesquisas de monitoramento com dados comparativos entre a situação de origem e a situação atual das famílias indenizadas. Esta pesquisa reúne informações das condições de vida no momento anterior ao processo de indenização, retratando as características de origem dos grupos familiares de Jaci-Paraná, distrito de Porto Velho, cujos imóveis foram alcançados pelas águas da cheia histórica do Rio Madeira em 2014. Estas famílias compõem o público alvo de pesquisa denominado como Público D.

As informações de origem foram coletadas com entrevistas *in loco*, quando possível, no próprio imóvel alvo da indenização. Quando não foi possível o contato pessoal o monitoramento foi realizado por telefone.

A apresentação dos resultados é composta por dados estatísticos, com análises quantitativas e qualitativas. Dessa forma, este documento constitui o Relatório de Origem do Público D – Novos Indenizados de Jaci-Paraná.



1 METODOLOGIA APLICADA

A metodologia aqui aplicada foi desenvolvida no Projeto Técnico apresentado e aprovado pela Santo Antônio Energia.

Neste capítulo, apresenta-se um resumo dos principais pontos da metodologia para maior compreensão dos resultados.

1.1 Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa é formado por 160 propriedades indenizadas pela SAE que pertencem a 140 grupos familiares, configurando a existência de proprietários de mais de um imóvel, inseridos no processo indenizatório.

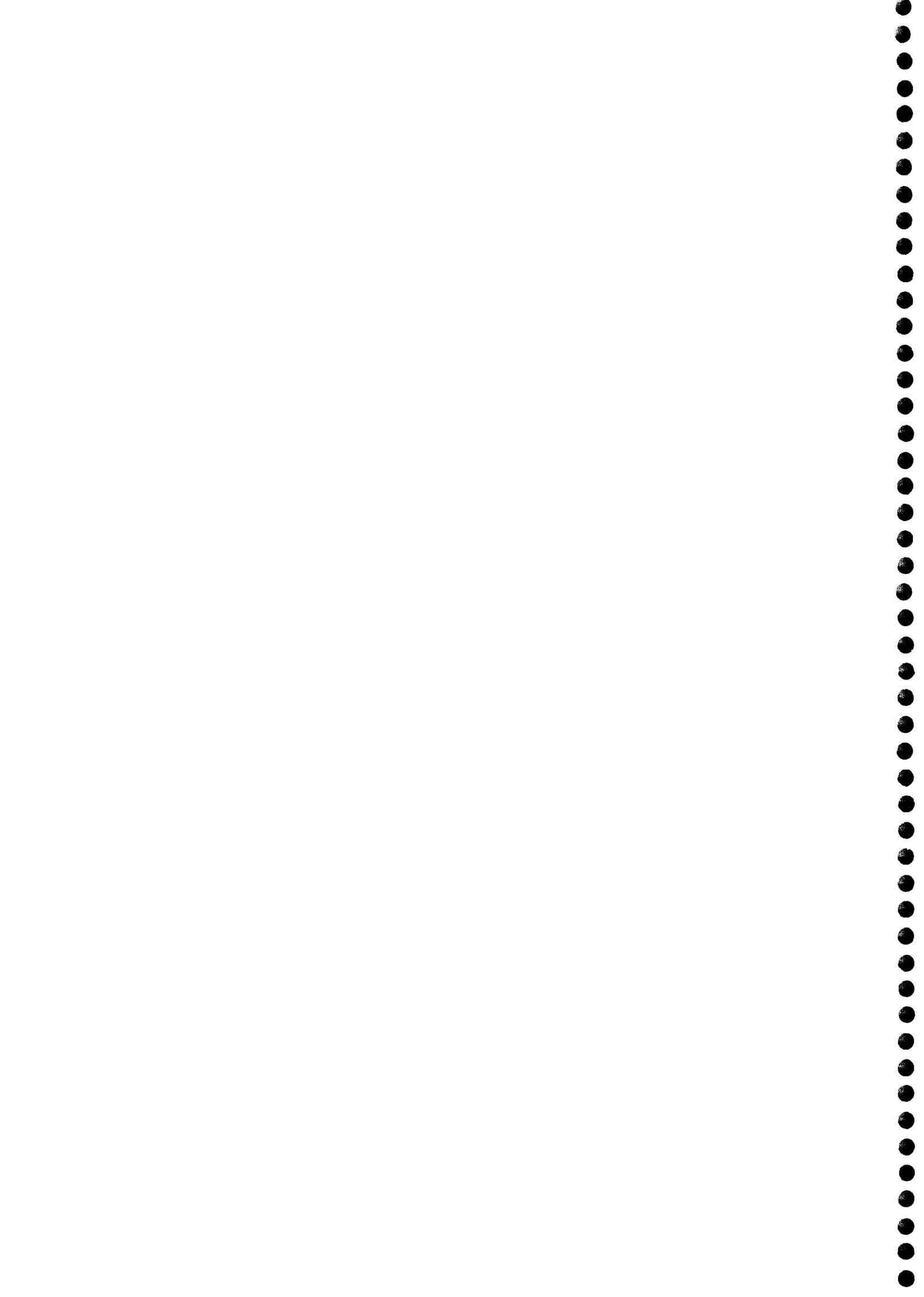
1.2 Coleta de Dados

A coleta de dados foi desenvolvida com a utilização de um instrumento de pesquisa, contendo questões correspondentes aos eixos temáticos definidos no Projeto Técnico, incluindo aspectos de Aplicação de Recursos e excluindo-se o Eixo Produtivo, por entender que o referido público não desenvolve atividades rurais. Tais alterações foram aprovadas pela SAE.

A inclusão dos aspectos de Aplicações de Recursos no instrumento de pesquisa, tem o intuito de analisar comparativamente na situação T0 e T1 os investimentos oriundos das indenizações.

O que se pretende é compreender quais as expectativas de investimentos por parte dos indenizados e posterior mensuração dos resultados destes.

No momento da realização da pesquisa junto aos grupos familiares foi oferecida uma assessoria com orientações básicas a cerca do cenário



econômico atual, destacando quesitos que devem ser observados na hora de investir. A fim de facilitar o trabalho de orientação a Plenu's elaborou material impresso contendo tais informações e disponibilizou-os aos indenizados.

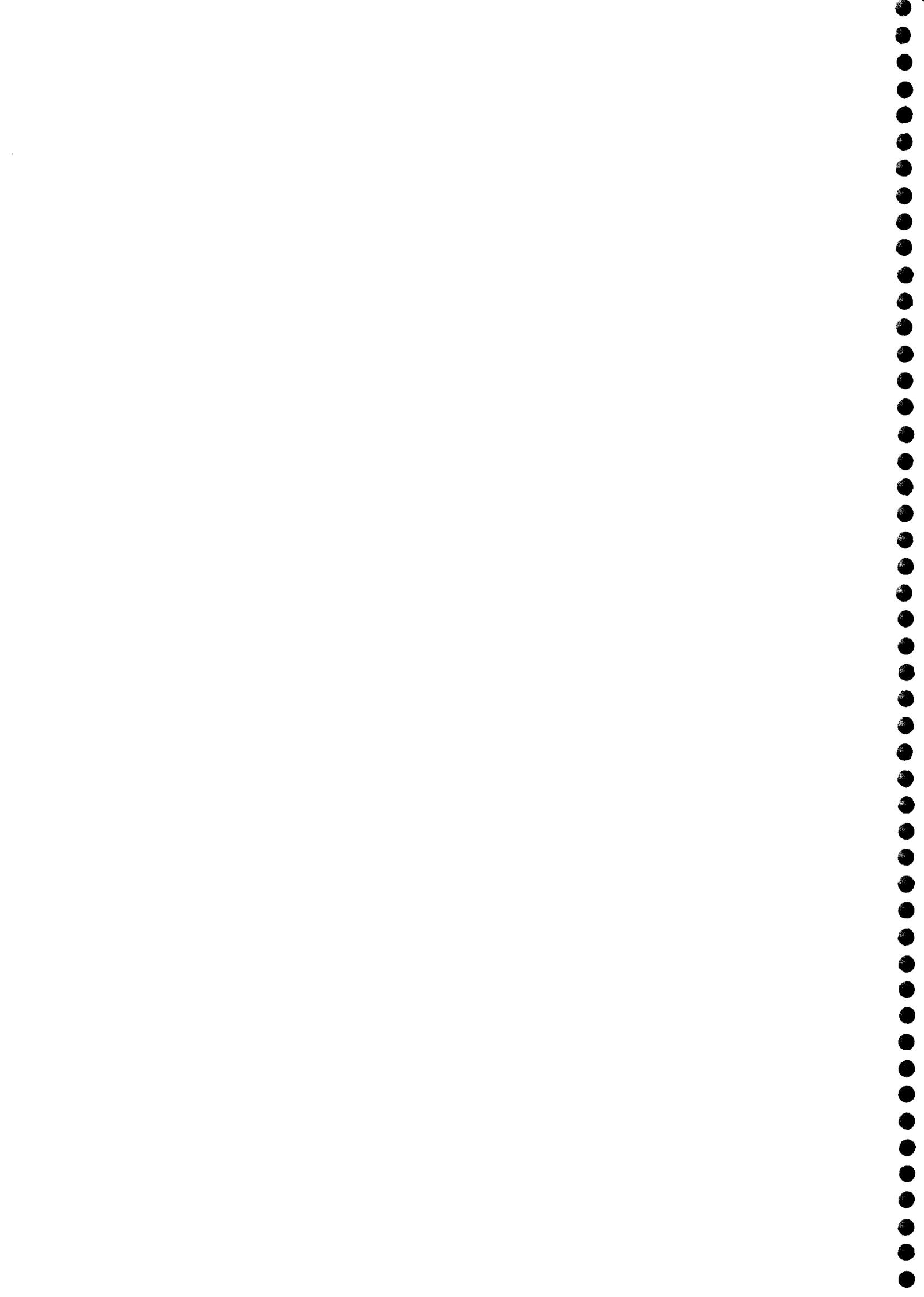
O referido instrumento de coleta de dados que foi aplicado na pesquisa de origem será utilizado também na pesquisa da situação atual dos grupos familiares alvo. O que se pretende com a utilização do mesmo formulário de pesquisa é analisar comparativamente os dados e as informações, com indicadores evolutivos da trajetória de vida do público alvo.

1.3 Análise dos Dados

O relatório analítico apresenta os dados estatísticos, seguidos de análises qualitativas para entendimento dos eixos temáticos pesquisados.

A análise quantitativa é apresentada com índices que são explorados à luz de referenciais teóricos de instituições renomadas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

A análise dos dados é formatada tomando por base os princípios do Sistema de Bem-Estar, conforme apresentado por Herculano (2000), os quais definem indicadores sociais baseados nos verbos *ter* (relacionado aos aspectos materiais), *amar* (refletido nas relações sociais) e *ser* (vinculado aos fatores de auto realização).



2 ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS

PÚBLICO D – NOVOS INDENIZADOS

Integra a amostra desta análise de origem um total de cento e vinte e sete (127) grupos familiares indenizados, conforme informações disponibilizadas pela SAE.

2.1 Dados Demográficos

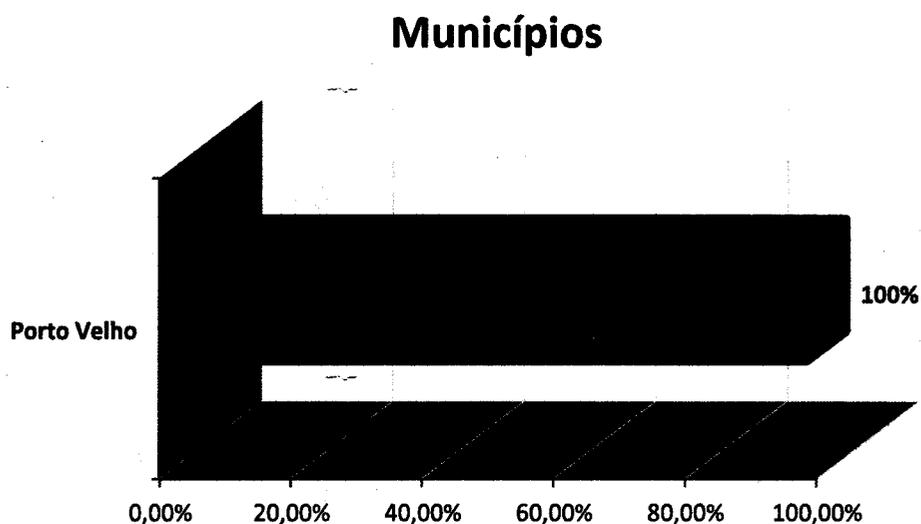
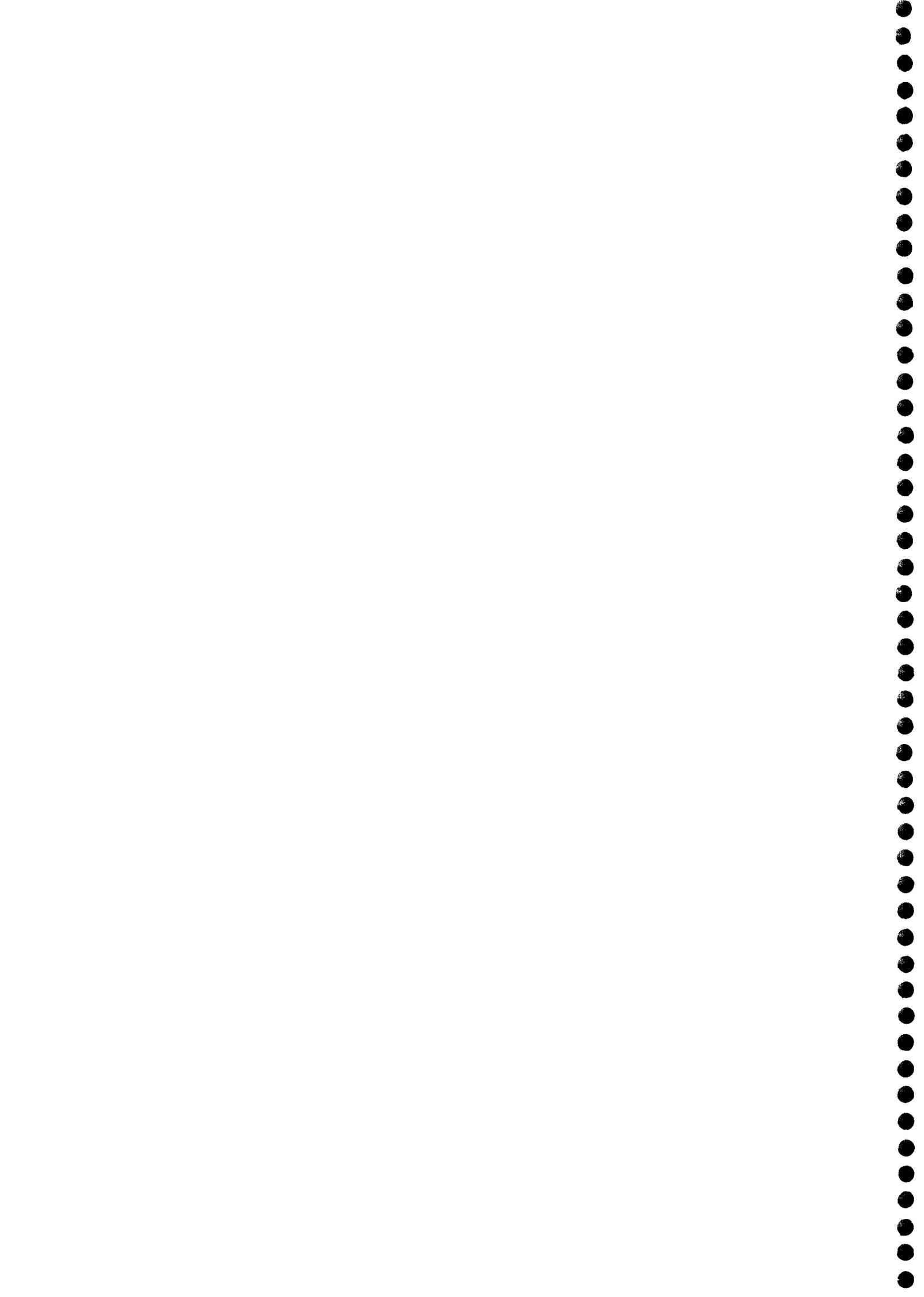


Gráfico 1: Municípios.
Fonte: Plenu's, 2015. Fonte: Plenu's, 2015.

Ao identificar a região onde as famílias indenizadas residem, reconhece-se o contexto socioeconômico em que elas estão inseridas. No caso da amostra do público D, todos os integrantes residem em Porto Velho, sendo 84,25% no distrito de Jaci-Paraná e 15,75% na região urbana do município.



Sexo do Responsável pelo Grupo Familiar

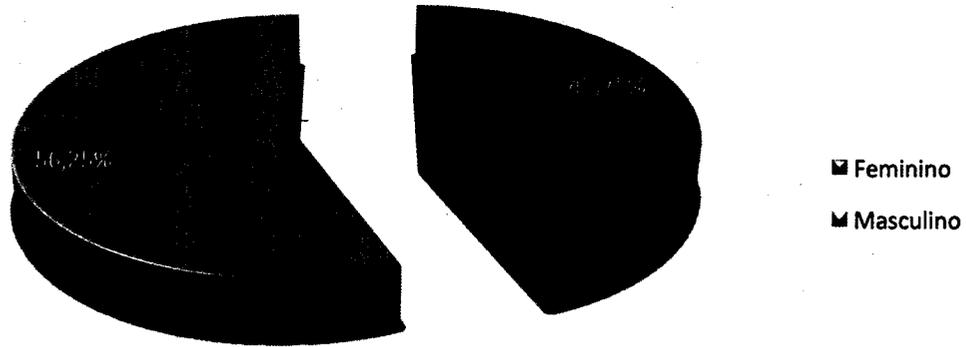


Gráfico 2: Sexo do Responsável pelo Grupo Familiar.
Fonte: Plenu's, 2015.

Dentre os responsáveis pelos imóveis, 56,25% são homens e 43,75% são mulheres.

Idade do Responsável

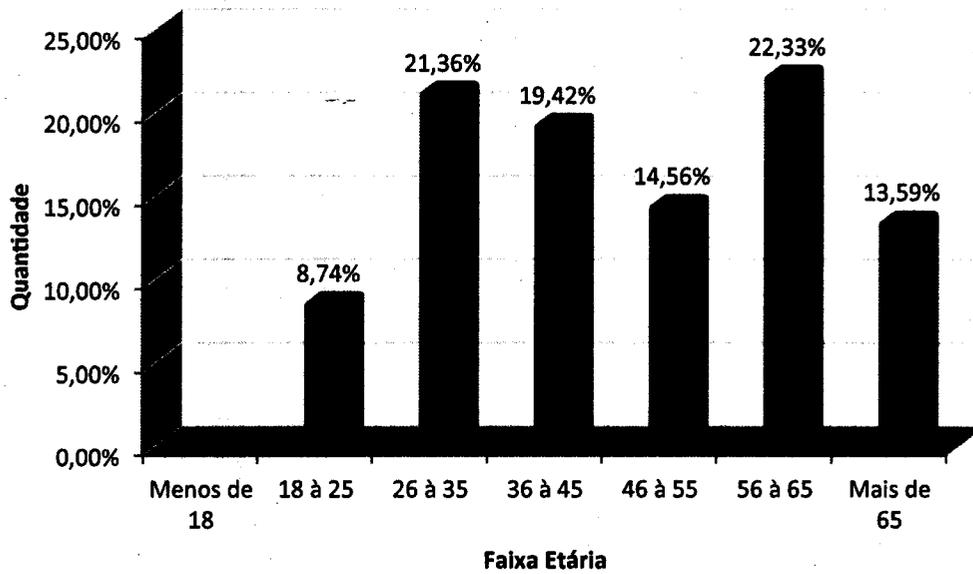
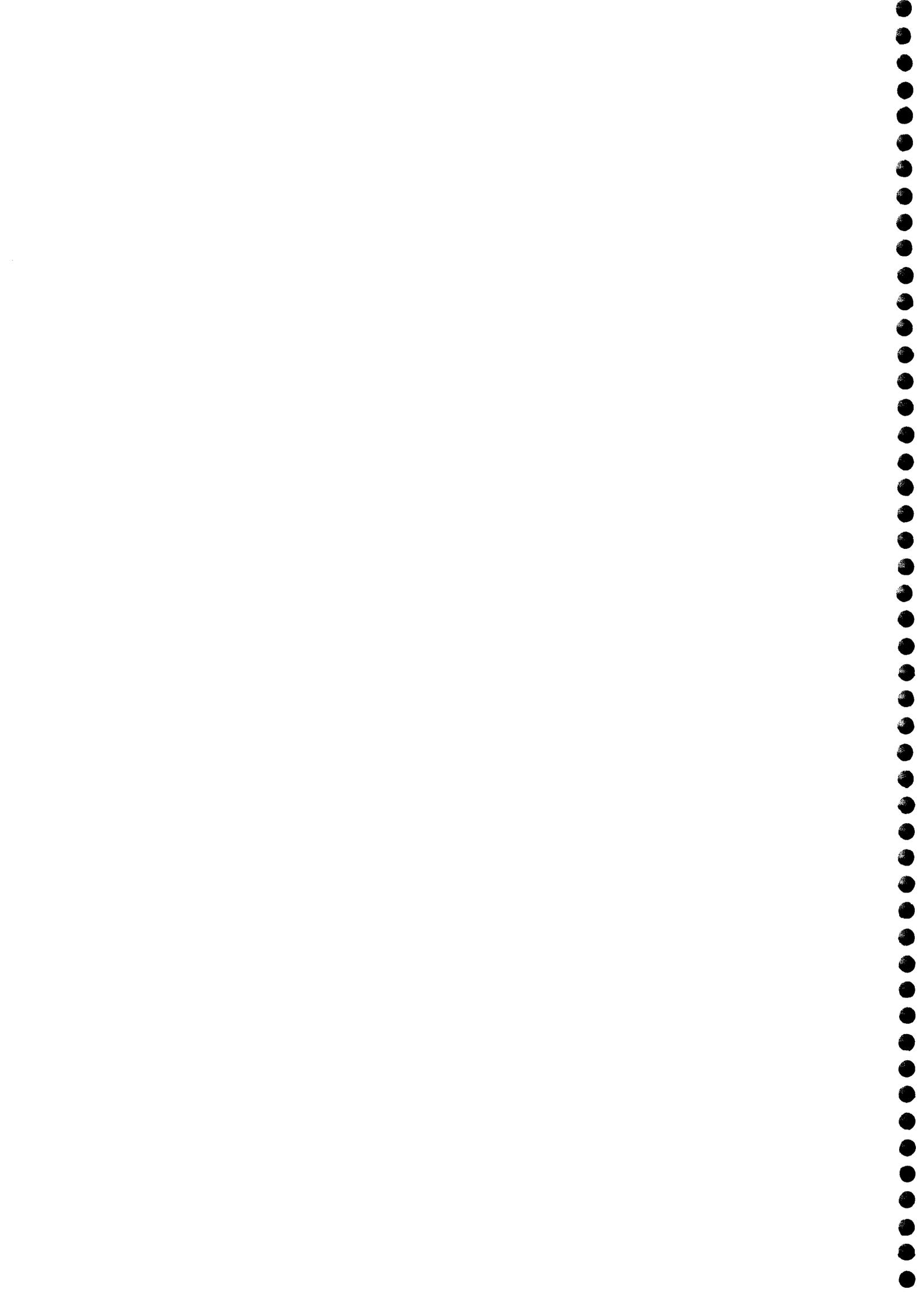


Gráfico 3: Idade do Responsável.
Fonte: Plenu's, 2015.



As faixas etárias dos responsáveis pelos imóveis estão distribuídas de forma equilibrada, sendo que o grupo de menor representatividade é o de 18 a 25 anos de idade, com 8,74% do total, assinalando a maturidade do público pesquisado.

2.2 Eixo Econômico

Para compor este eixo foram analisados os itens de renda, patrimônio e moradia, com o objetivo de pontuar o marco inicial da trajetória dos grupos familiares inseridos no processo de indenização. Iniciou-se avaliando os dados das principais atividades geradoras de renda deste público.

Setor Econômico

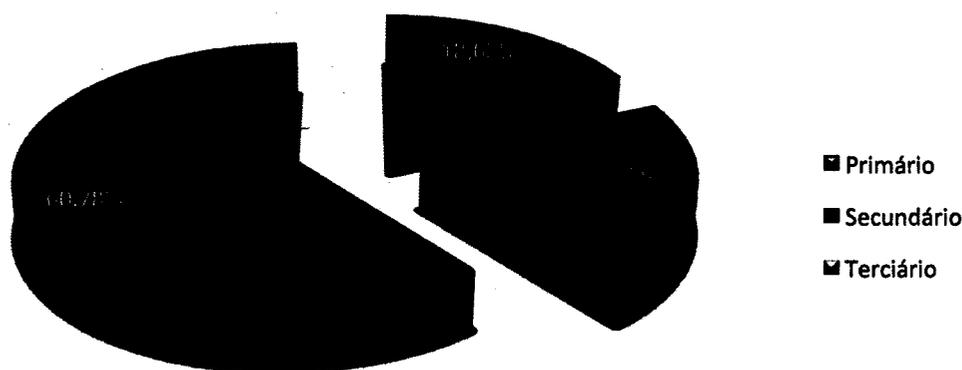
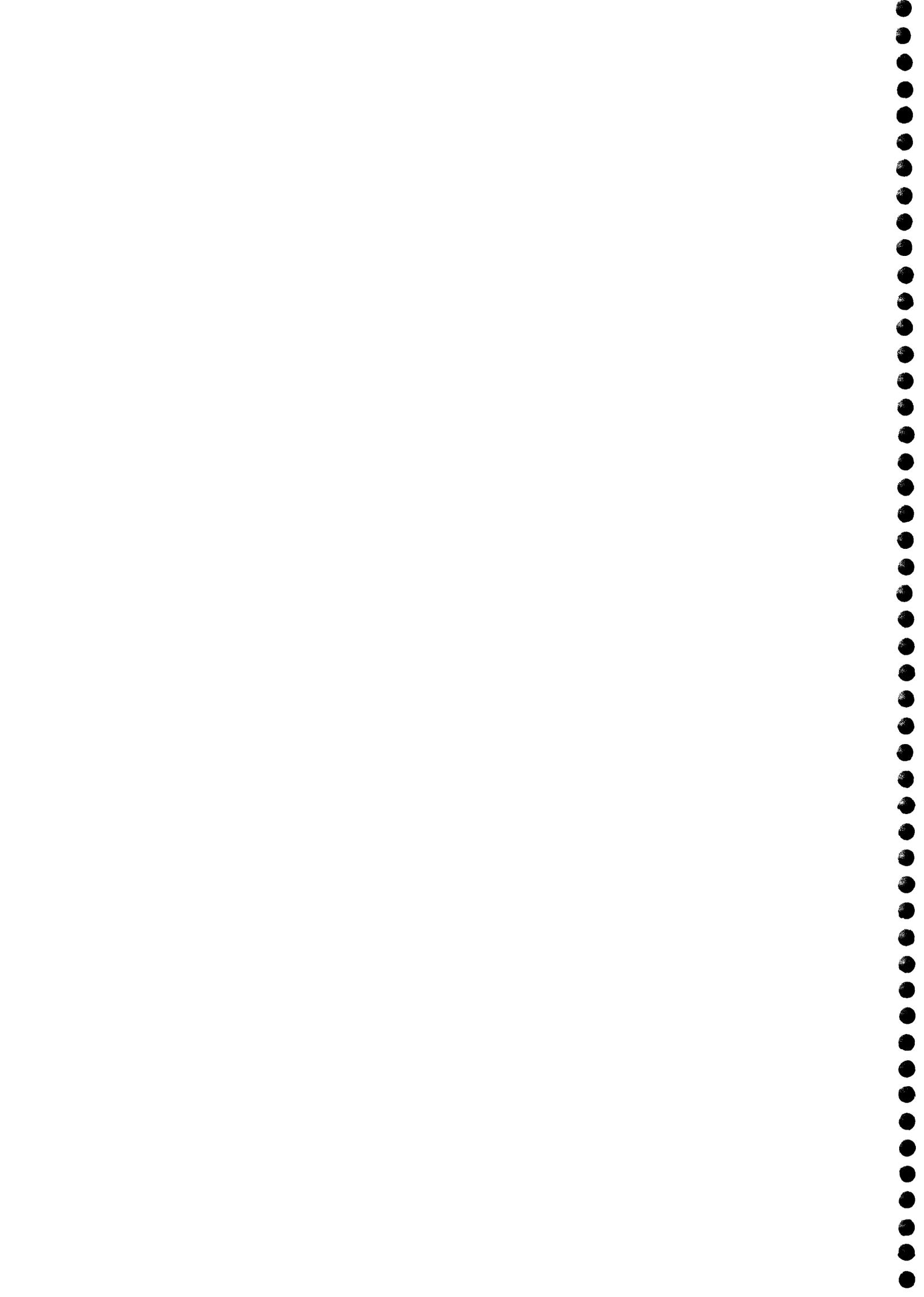


Gráfico 4: Setor Econômico.
Fonte: Plenu's, 2015.

O comércio de produtos e a prestação de serviços predominam entre as principais atividades econômicas geradoras de renda, totalizando 60,78% dos casos. Para composição destes dados foi identificada apenas a principal atividade econômica desenvolvida em cada grupo familiar pesquisado.



Atividade Principal

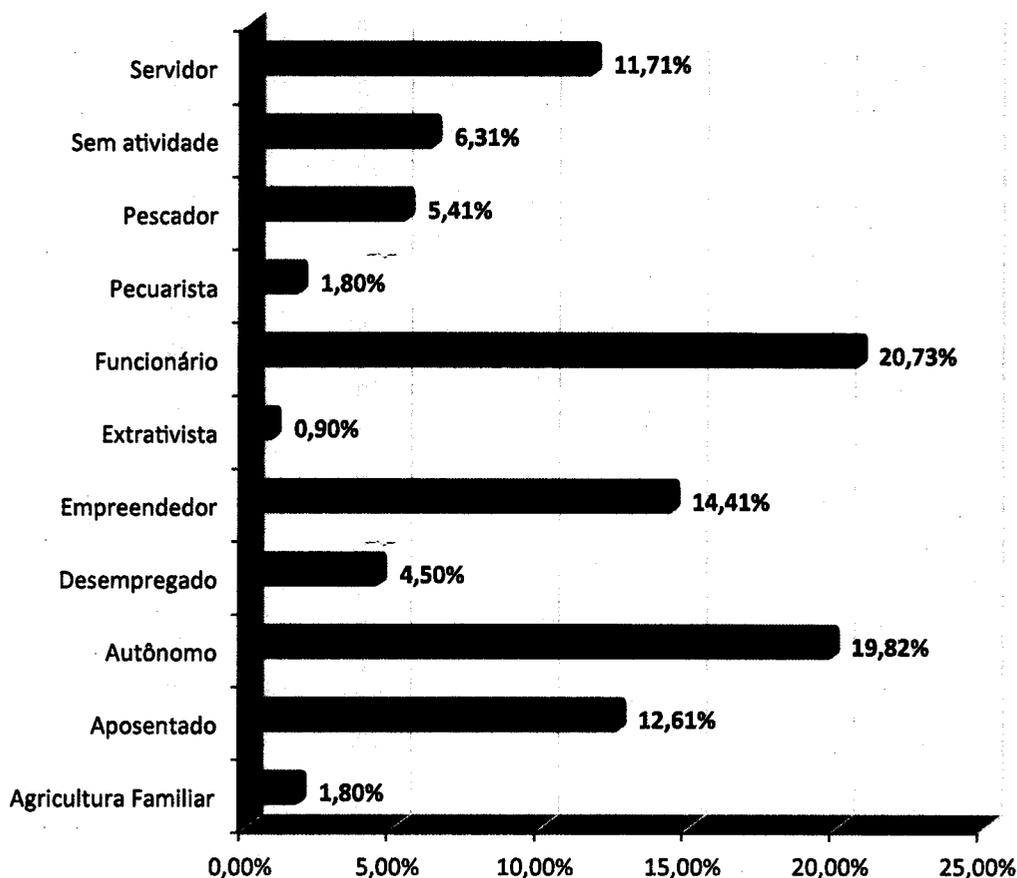
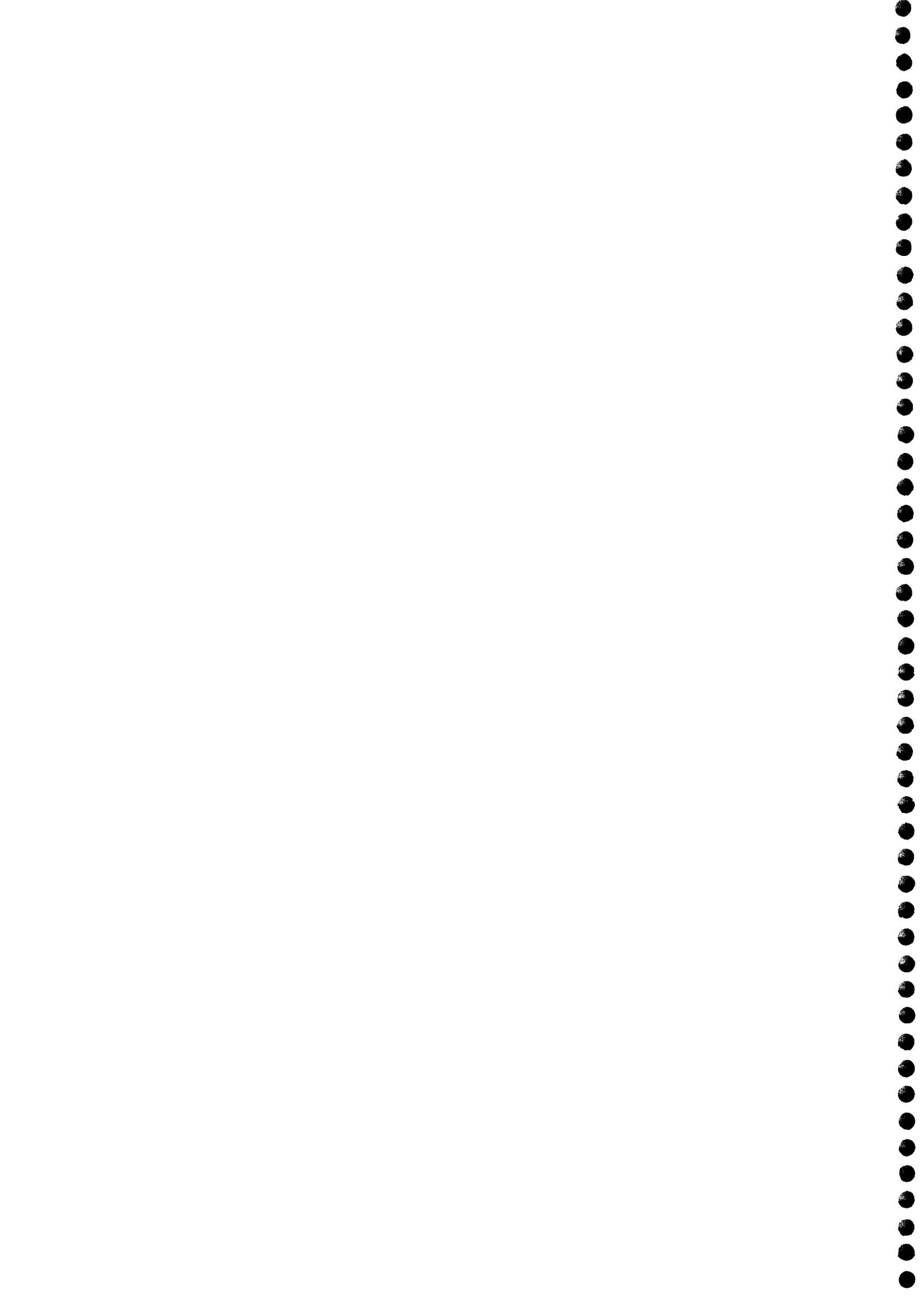


Gráfico 5: Atividade Principal.
Fonte: Plenu's, 2015.

Dentre as atividades produtivas que se destacam estão as de funcionários de empresas privadas, com 20,73%, dos prestadores de serviços como autônomos, com 19,82%, dos aposentados, pensionistas ou beneficiários contemplados com o Benefício de Prestação Continuada, do Governo Federal, com 12,61%, e daqueles que mantêm vínculos de trabalho com instituições governamentais, com 11,71%. O percentual de 4,50% de desempregados, que se refere a pessoas que não estão trabalhando no momento, mas que estão disponíveis para trabalhar ou ainda que tomam alguma providência para conseguir trabalho, apresenta um valor inferior à média nacional, de 6,80%, divulgada pelo IBGE (2015).



Tempo na Atividade Atual

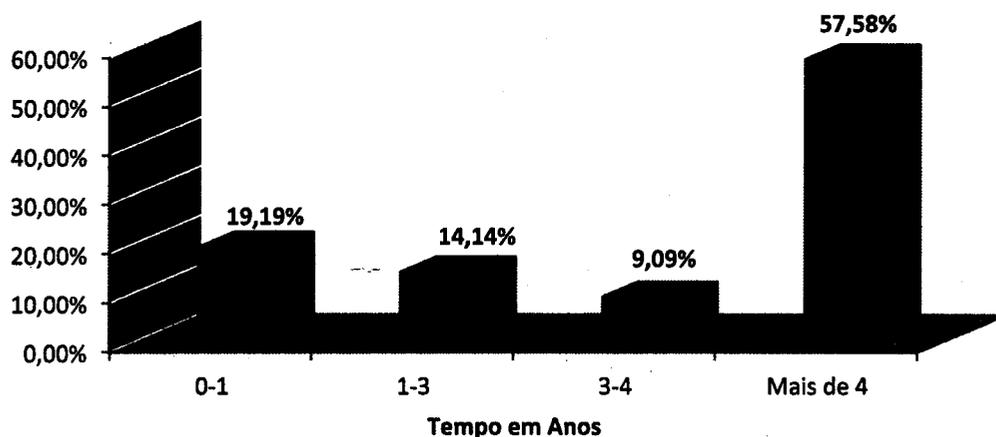


Gráfico 6: Tempo na Atividade Atual.
Fonte: Plenu's, 2015.

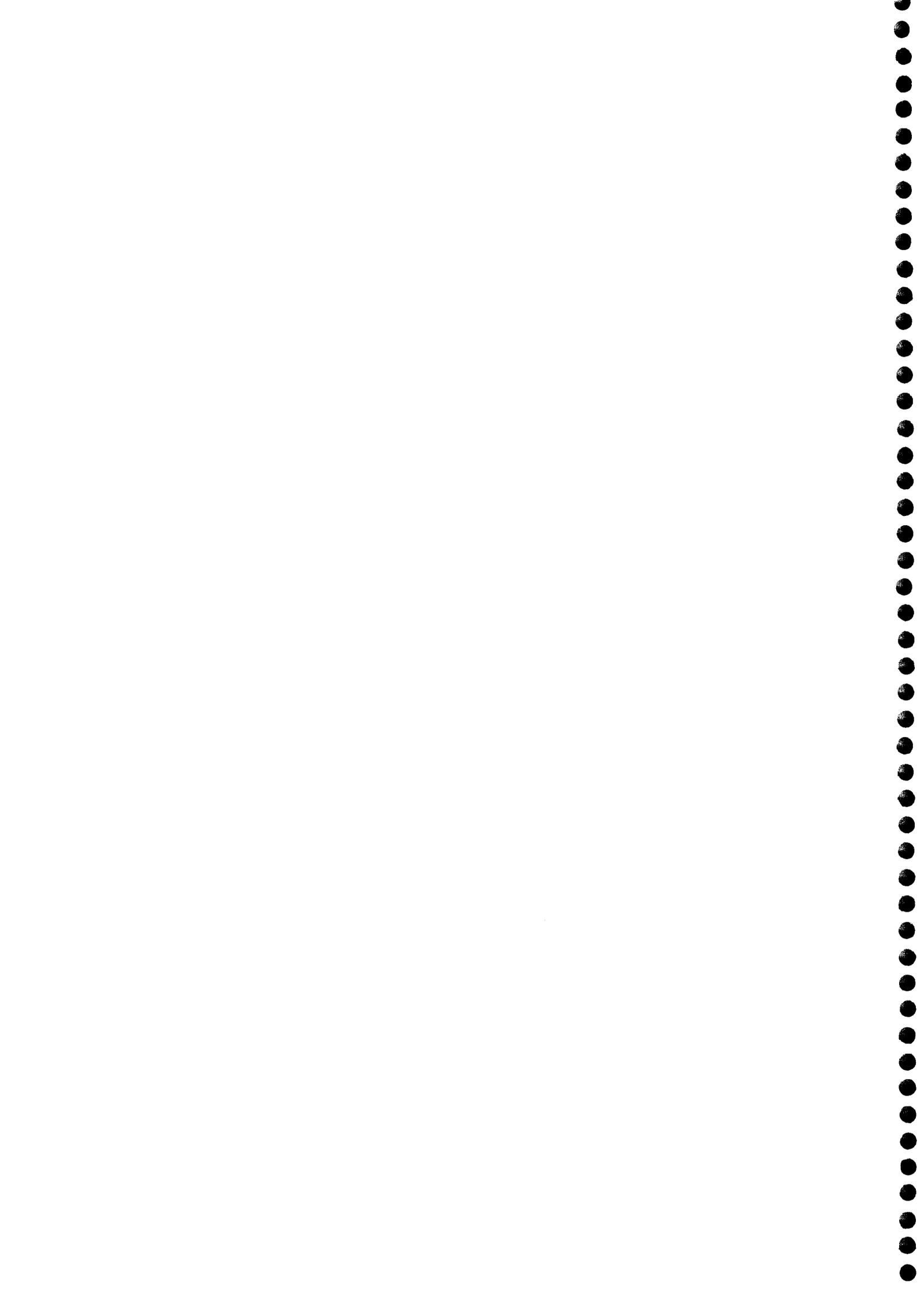
A permanência na atividade atual por mais de quatro anos por parte de 57,58% dos monitorados se configura como um indicador de estabilidade socioeconômica do público D.

Caracterização da Atividade



Gráfico 6: Caracterização da Atividade.
Fonte: Plenu's, 2015.

O desenvolvimento de atividades informais apresenta valor expressivo, de 22,55%, no entanto, consideravelmente menor que a média nacional, estimada pelo Sebrae (2015) em 40%.



Tempo de Moradia

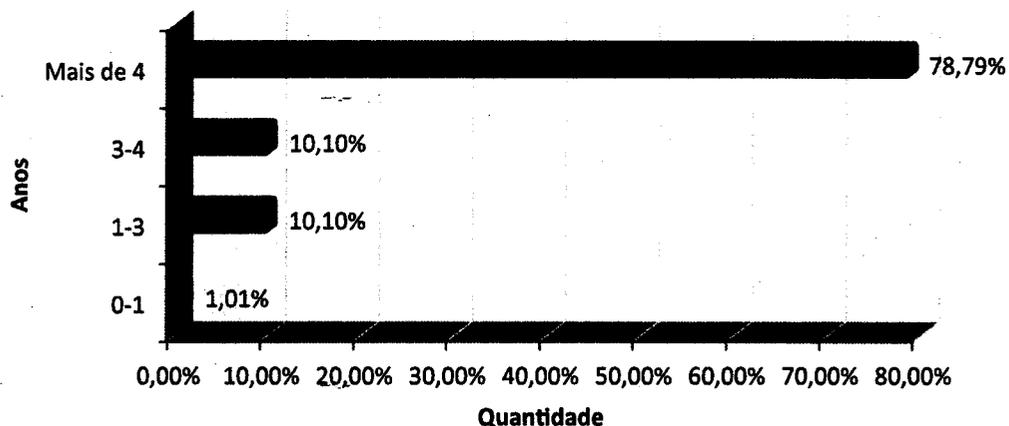


Gráfico 7: Tempo de Moradia.
Fonte: Plenu's, 2015.

O tempo médio de moradia no imóvel de origem é superior a 4 anos, em 78,79% dos casos, indicando estabilidade social do público pesquisado.

Local de Moradia

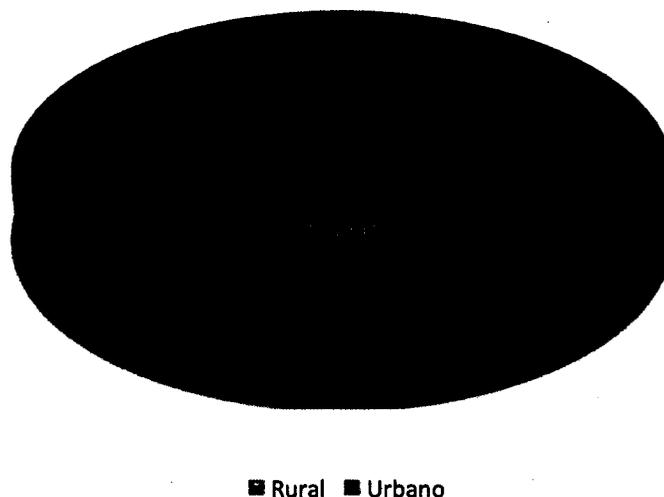
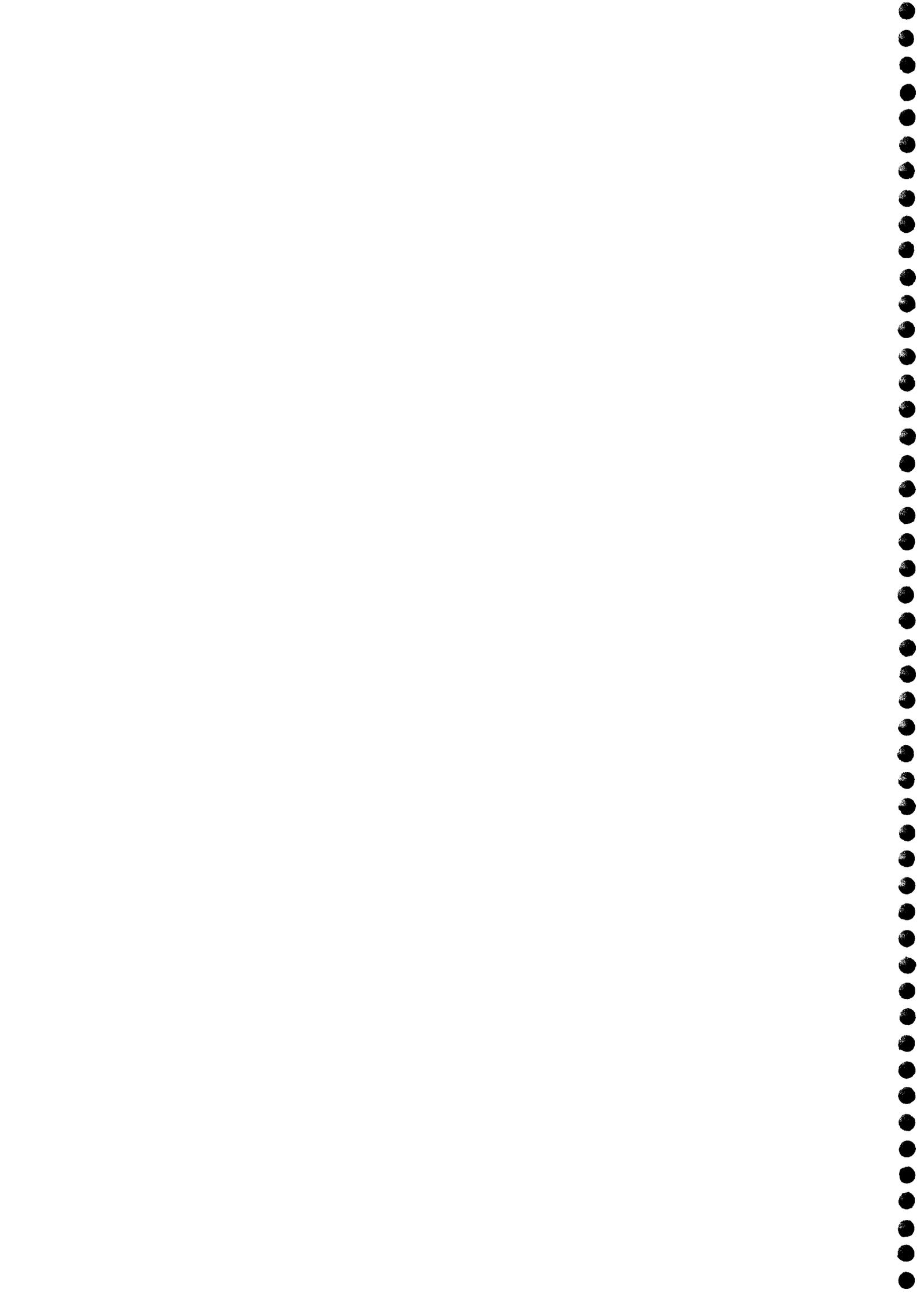


Gráfico 8: Local de Moradia.
Fonte: Plenu's, 2015.



Todos os pesquisados residiam na região urbana, tanto de Porto Velho, quanto do distrito de Jaci-Paraná. Ressalta-se que as indenizações não decorreram exclusivamente do local de moradia, atingindo também proprietários de pequenos imóveis comerciais do distrito de Jaci-Paraná.

Classes Econômicas

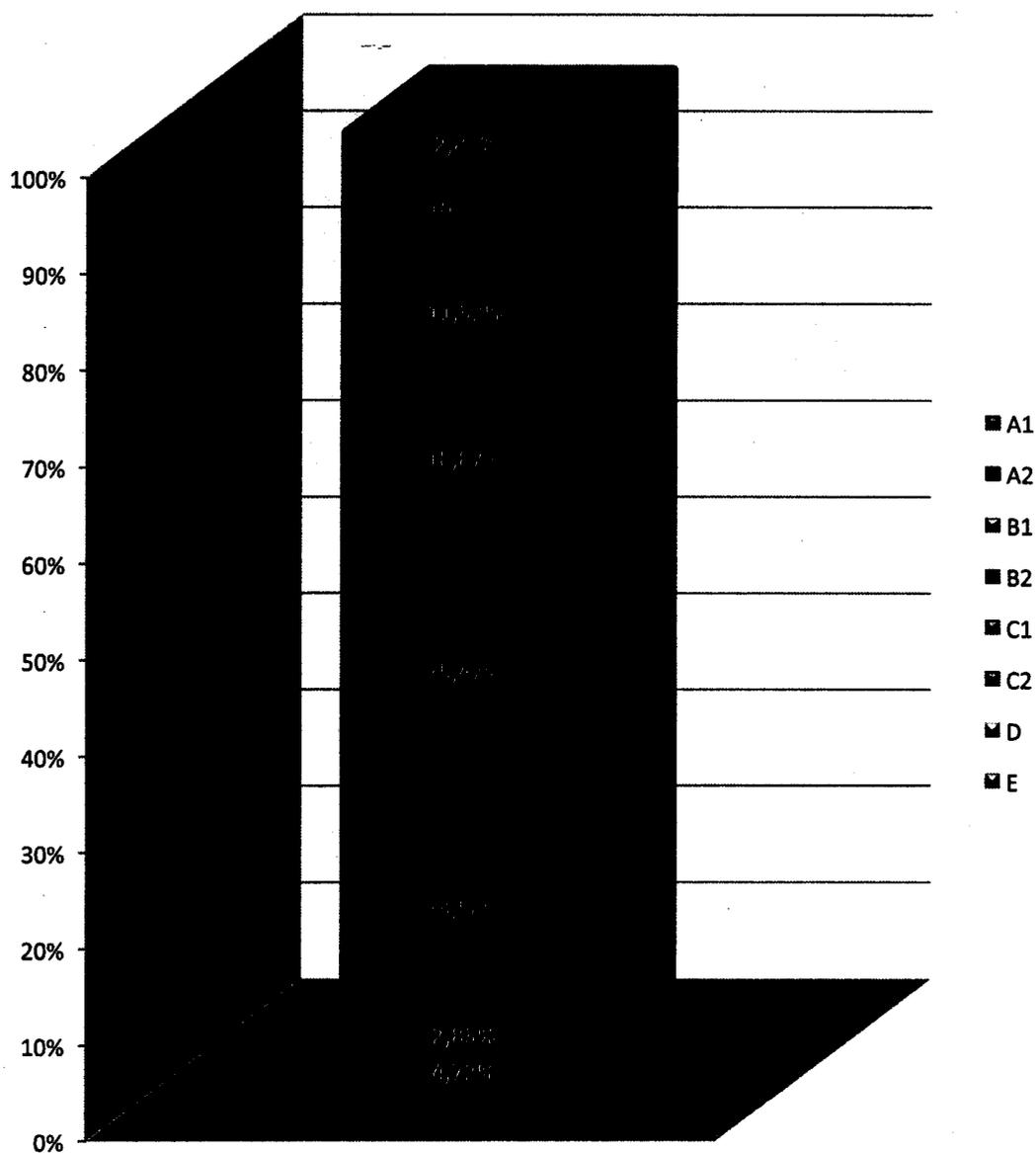
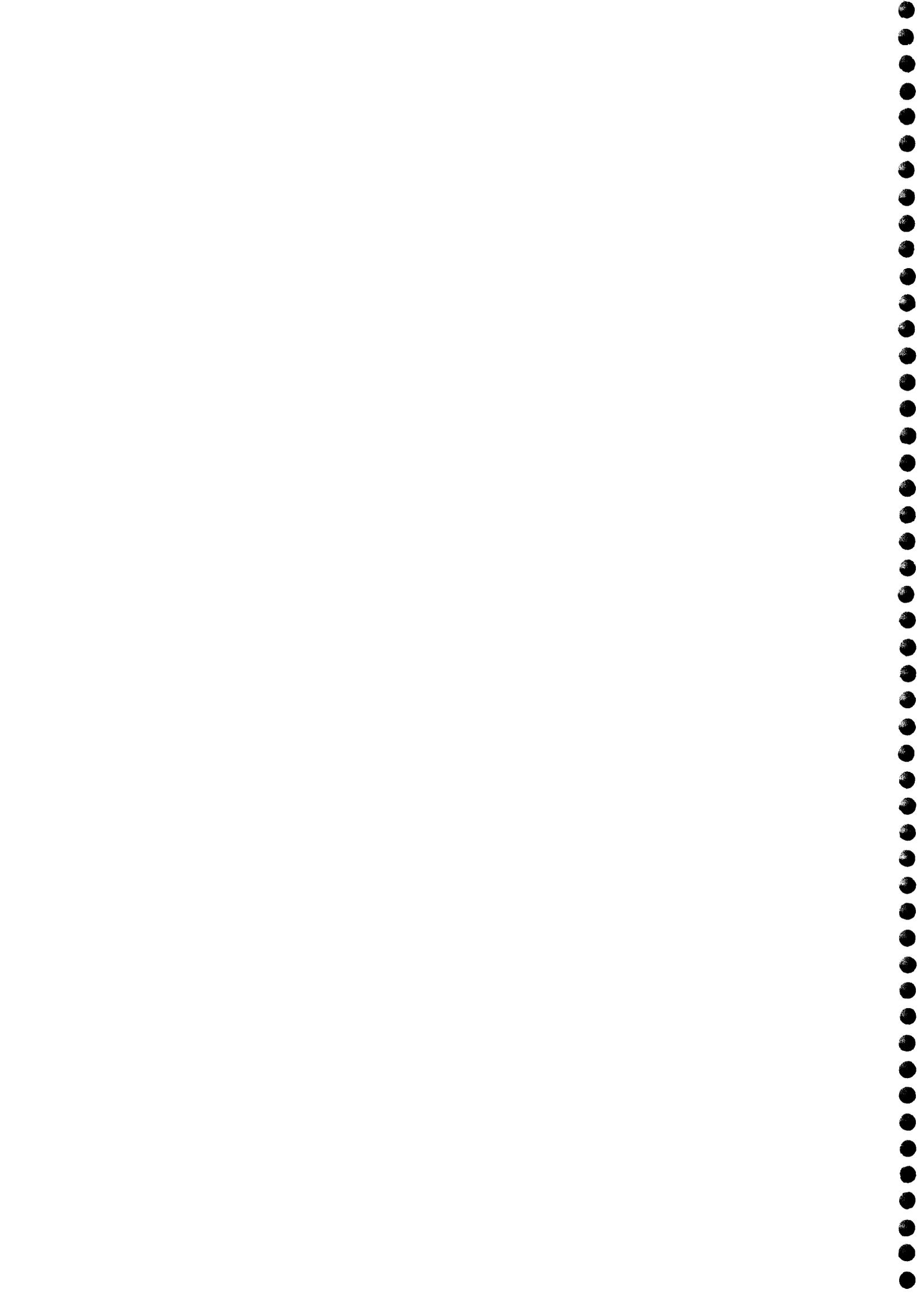


Gráfico 10: Classes Econômicas.
Fonte: Plenu's, 2015.



Os dados levantados apontam para uma renda familiar declarada que se encaixa, primordialmente, nas faixas C1, C2 e B2, de acordo com a classificação da ABEP, cujos critérios apontam 8 faixas de classes econômicas. Em termos específicos de renda familiar, as médias mensais estão assim definidas: A1 (R\$ 14.366,00), A2 (R\$ 8.099,00), B1 (R\$ 4.558,00), B2 (R\$ 2.327,00), C1 (R\$ 1.391,00), C2 (R\$ 933,00), D (R\$ 618,00), e E (R\$ 403,00). No caso do público D, somando as três faixas mais expressivas tem-se 67,92% do total, que se enquadram numa faixa de renda média entre R\$ 1.391,00 e R\$ 2.327,00.

Participantes na Renda

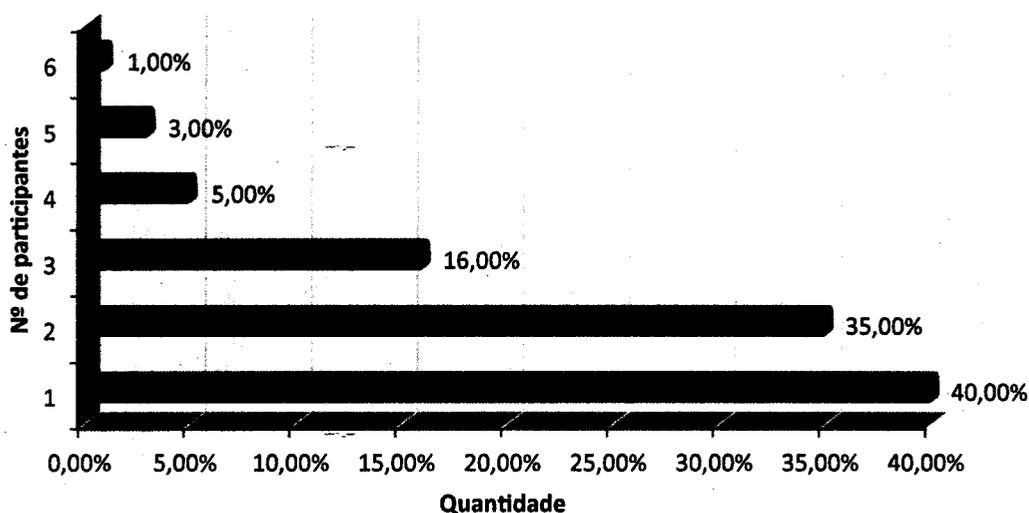
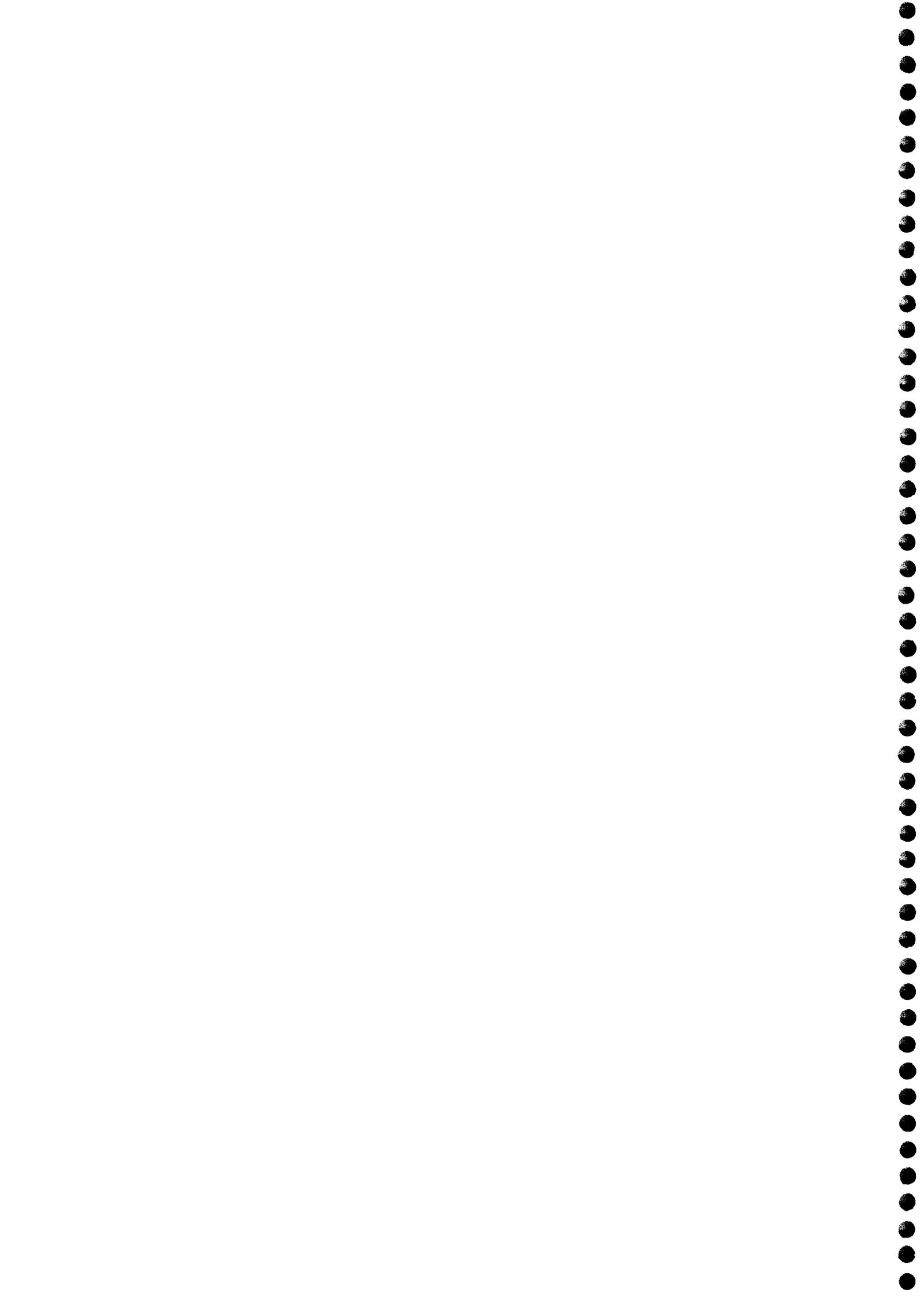


Gráfico 11: Participantes na Renda.
Fonte: Plenu's, 2015.

Na composição da renda familiar, em 75,00% dos casos ocorre o trabalho de até 2 pessoas, característica mais recorrente em regiões urbanizadas e em famílias com estruturas nucleares.



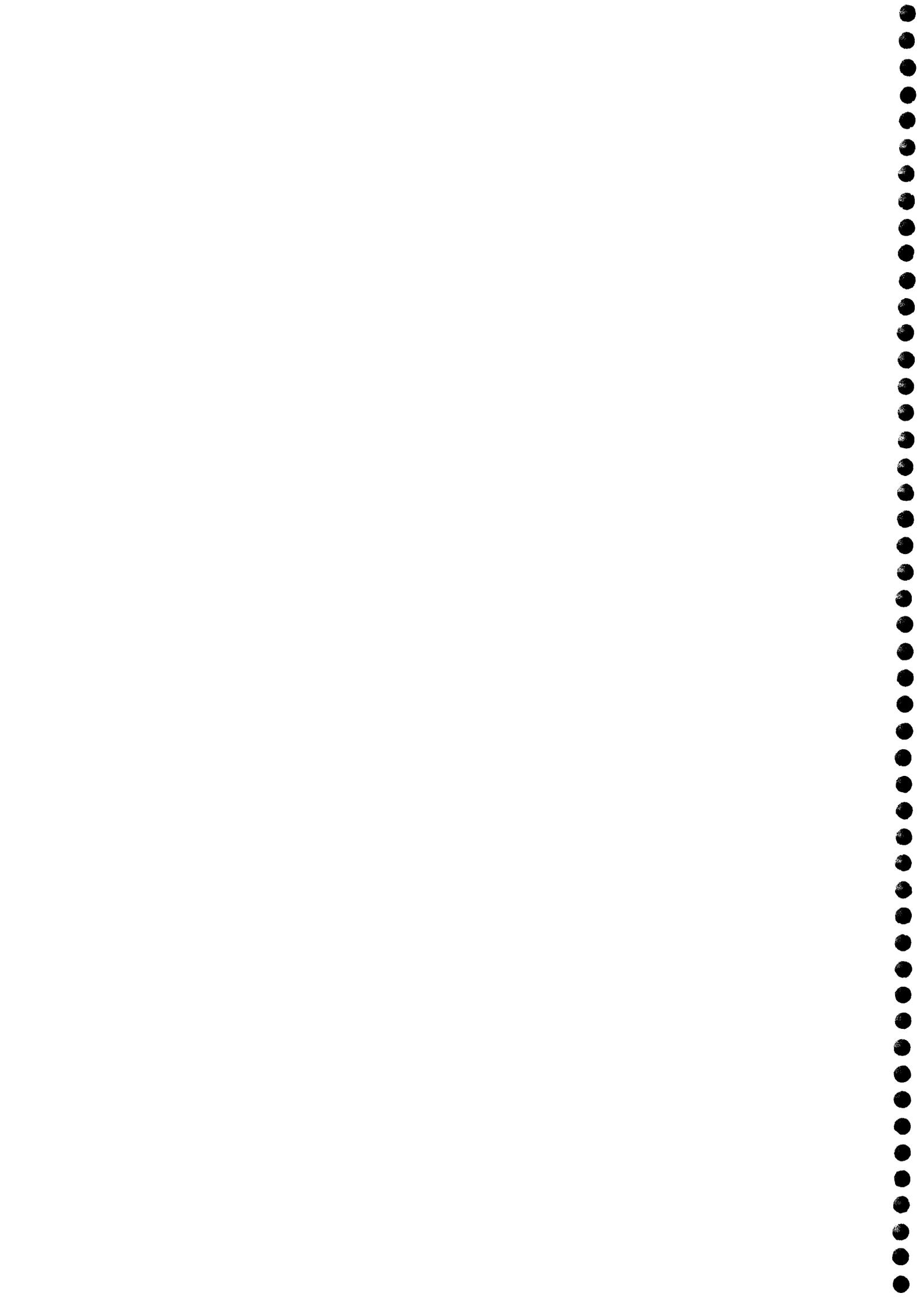
Contratação de Empregado Mensalista



Gráfico 12: Contratação de Empregado Mensalista.
Fonte: Plenu's, 2015.

A ABEP define a contratação de empregados mensalistas como um quesito para adequação nas classes econômicas, sendo assim, nesta pesquisa apresenta-se quantitativos de empregados mensalistas como sendo pessoas contratadas pelos indenizados, para exercer atividades diversas em suas propriedades, podendo ser uma pessoa que mora e cuida do imóvel, e recebe um valor mensal pelos serviços prestados.

Nesse caso, foi considerado se há ou não a contratação de serviço de mão de obra de quaisquer empregados que trabalhem no domicílio, de forma permanente ou contínua, pelo menos 5 dias na semana, observando-se a ocorrência de contratação de trabalho assalariado em 16,07% dos casos.



Valor do Patrimônio

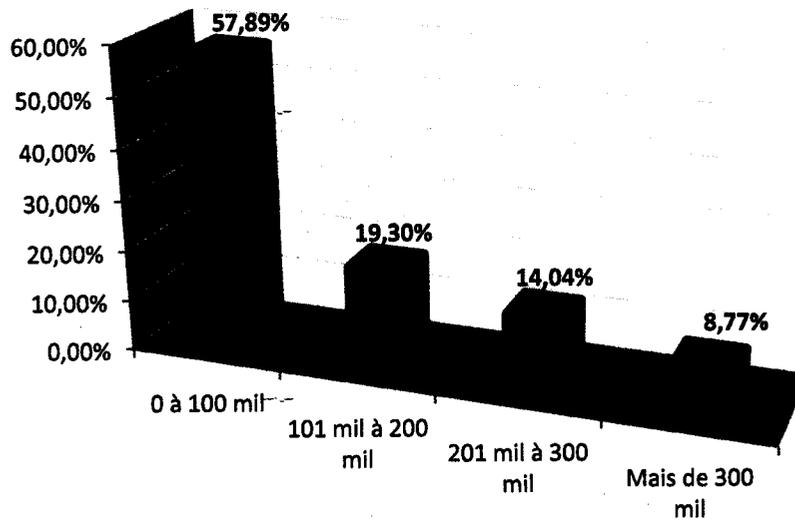


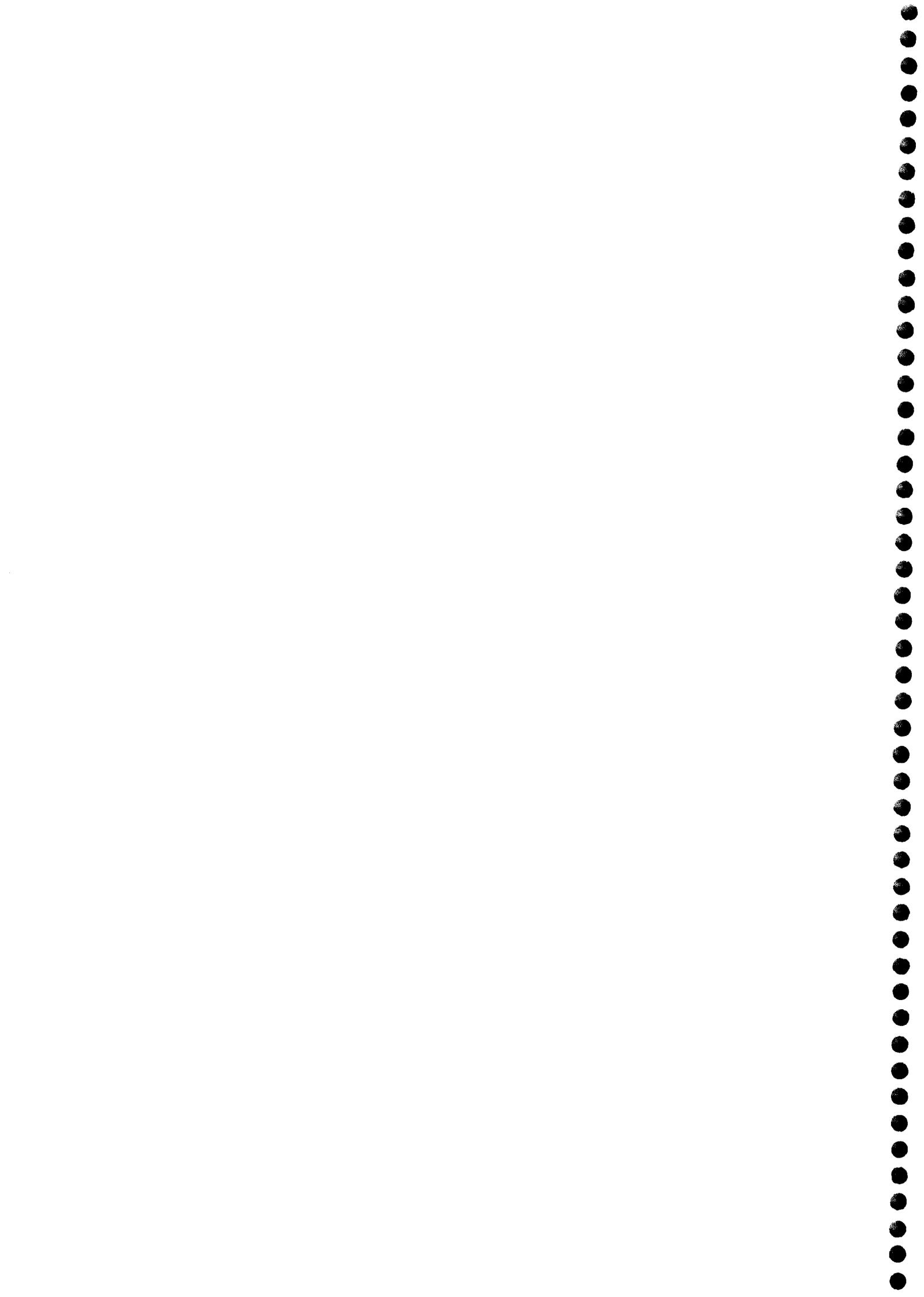
Gráfico 13: Valor do Patrimônio.
Fonte: Plenu's, 2015.

Na análise da composição do patrimônio familiar foi considerada a somatória do valor total dos bens, móveis e imóveis, tendo por base a declaração dos entrevistados. A faixa mais expressiva corresponde ao valor patrimonial inferior a R\$ 100.000,00.

2.3 Aplicação dos Recursos Provenientes da Indenização

Considerando as especificidades do público D, optou-se por suprimir o eixo produtivo, aplicado junto aos demais públicos pesquisados, por ser este um aspecto naturalmente vinculado às regiões rurais. Foi incluída, então, a investigação quanto à aplicação dos recursos provenientes da indenização.

No caso dessa etapa inicial, no T0, procurou-se identificar a intenção de investimento por parte dos indenizados. Com isso, nas próximas campanhas, poderá ser verificado se os valores recebidos atenderam os objetivos aqui manifestos.



Investimentos em Bens Imóveis

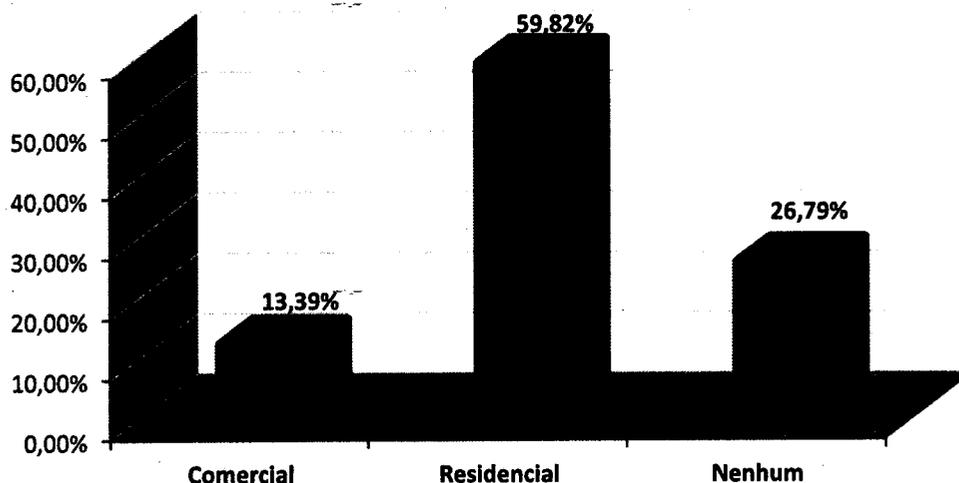


Gráfico 14: Investimento em Bens Imóveis.
Fonte: Plenu's, 2015.

Manifestam o interesse em investir os recursos da indenização em uma propriedade imobiliária do tipo residencial 59,82% do total.

Aquisição ou Reforma de Imóveis

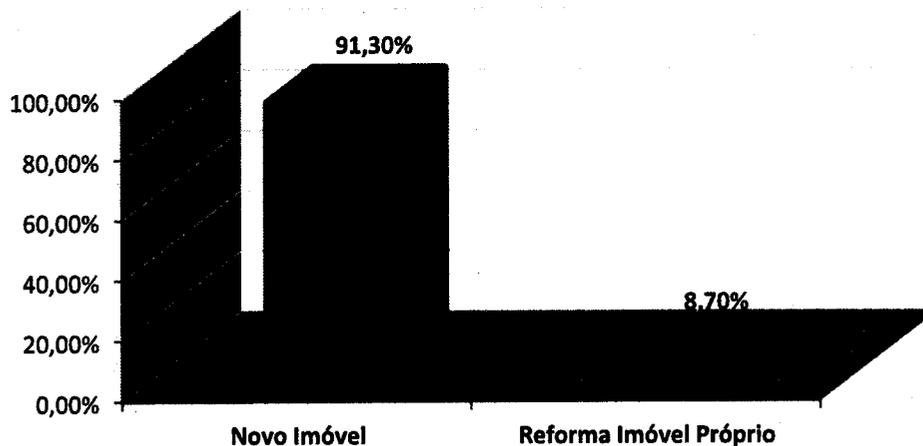
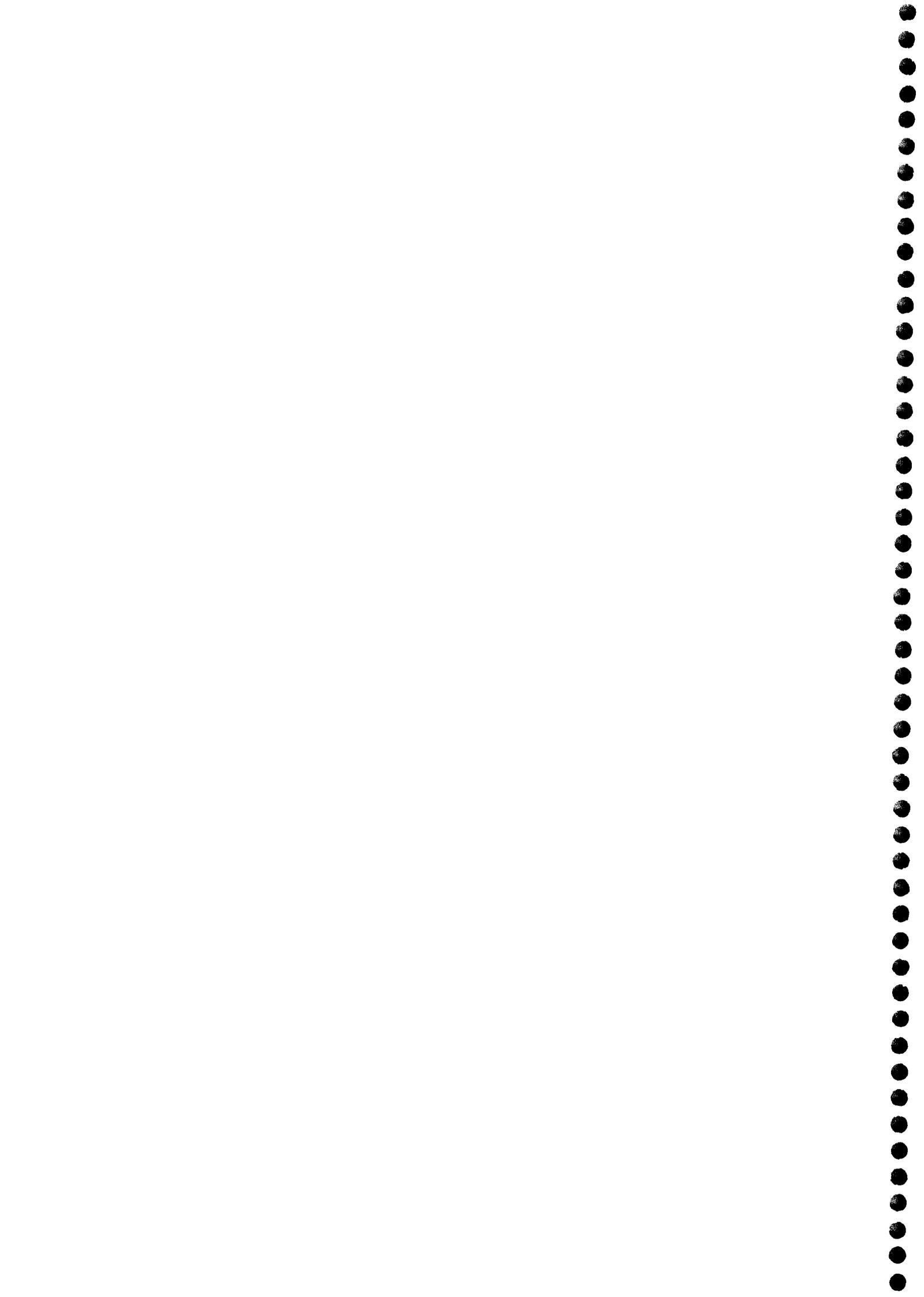


Gráfico 15: Aquisição ou Reforma de Imóveis.
Fonte: Plenu's, 2015.

Dentre os indenizados que pretendem investir em imóveis, 91,30% desejam adquirir uma nova propriedade e 8,70% planejam ampliar outro imóvel que já possuíam antes da indenização.



Aquisição de Veículos

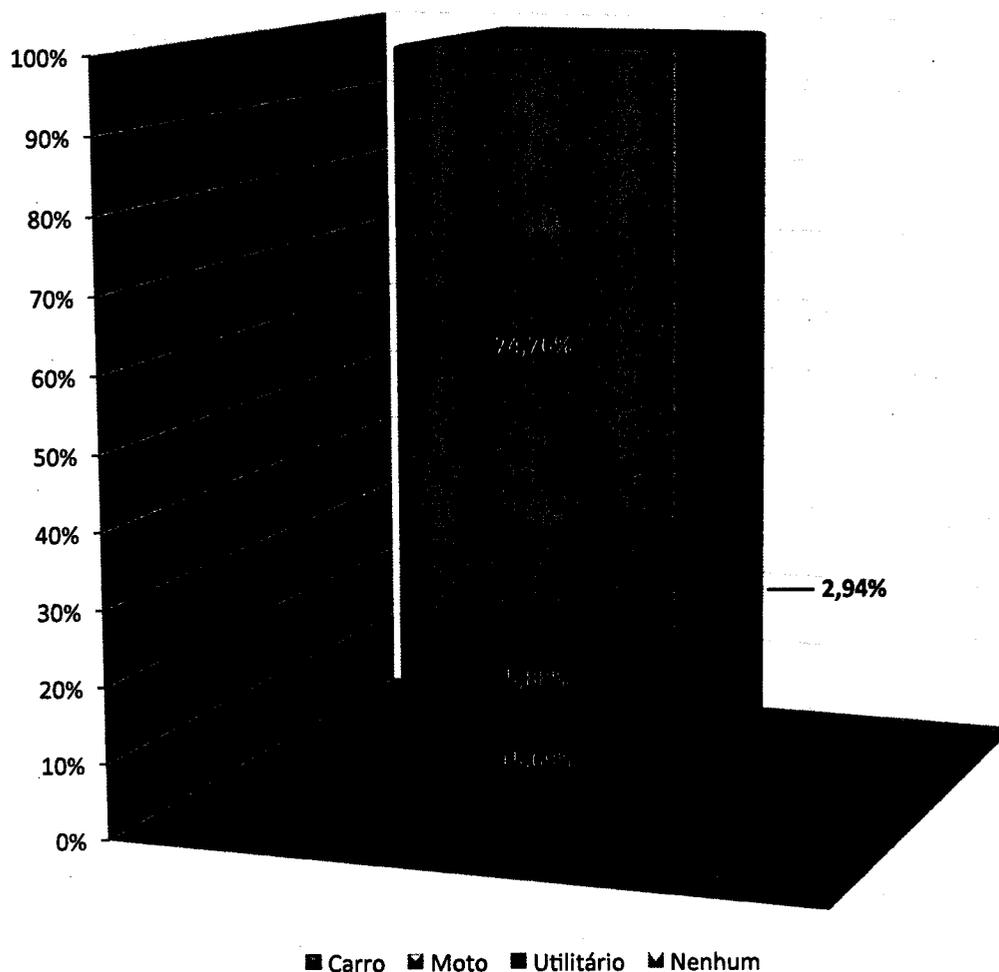
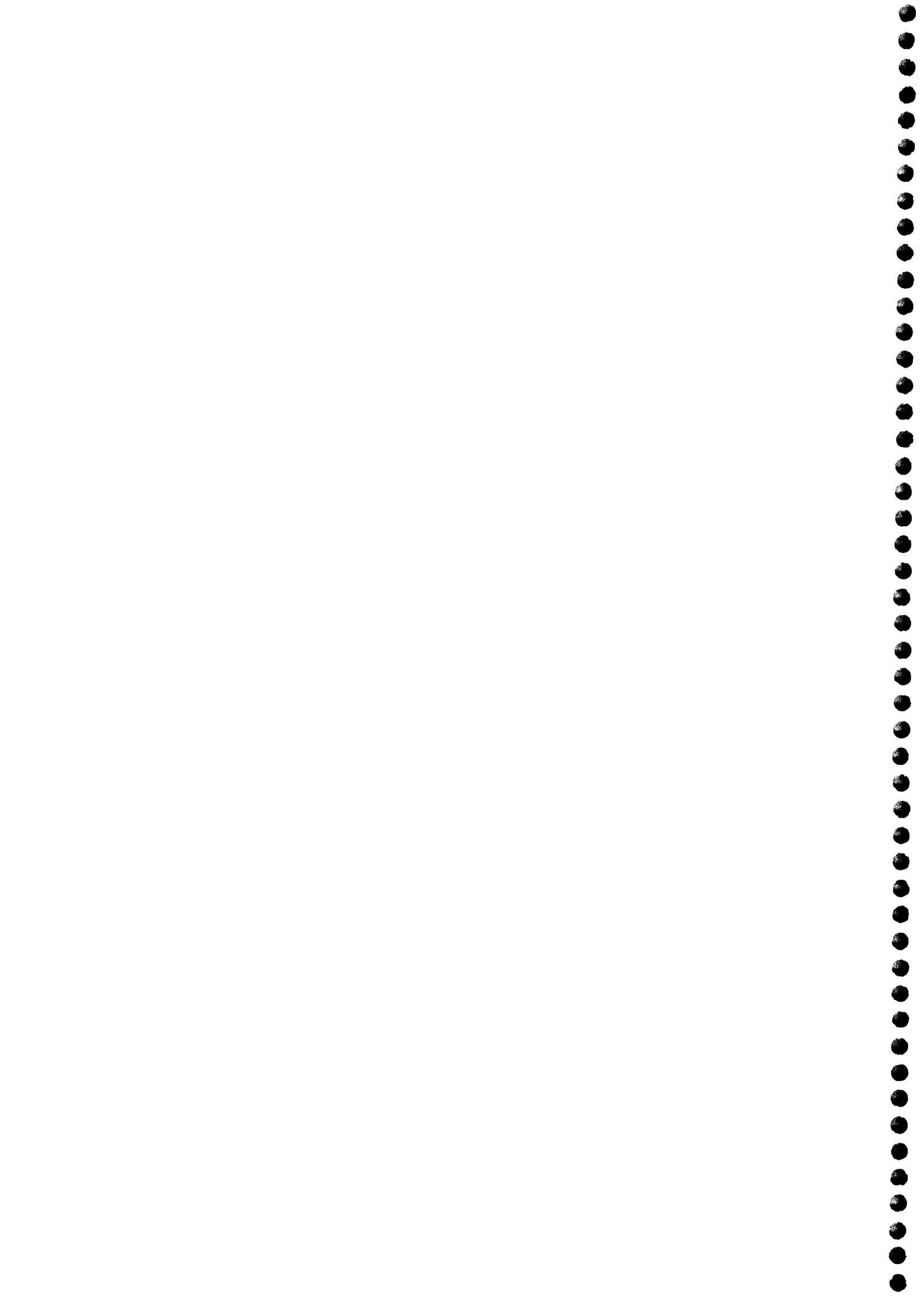


Gráfico 16: Aquisição de Veículos.
Fonte: Plenu's, 2015.

Significativa parcela da população indenizada não pretende investir os recursos em aquisição de um novo veículo, representando 74,76% dos casos. Dos que pretendem investir neste tipo de bem, apenas 2,94% indicam um utilitário.



Investimento em Negócios

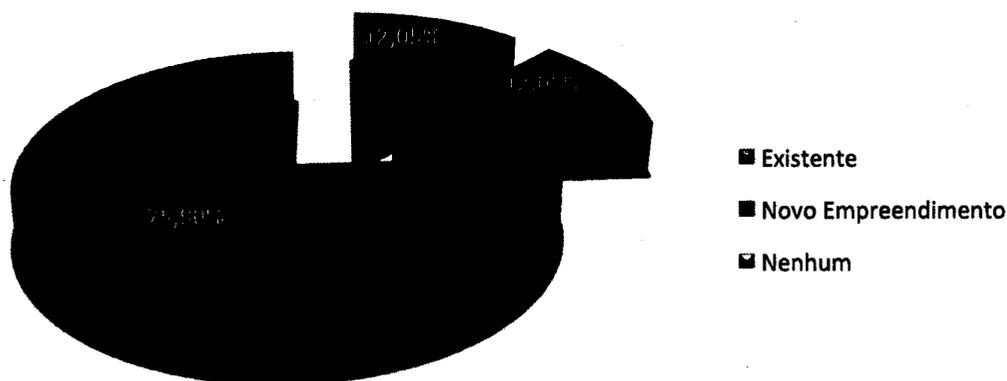


Gráfico 17: Investimento em Negócios.
Fonte: Plenu's, 2015.

Considerando que atualmente 14,41% dos indenizados desenvolvem algum tipo de atividade empreendedora e que 19,82% trabalham como autônomos, a sinalização de investimentos em novos negócios, em 12,05%, e no incremento de empreendimentos já existentes, também em 12,05%, apontam tanto para uma expansão do número de empreendedores na região quanto para a possibilidade de estruturação de atividades já desenvolvidas.

Aquisição de Outros Bens ou Serviços

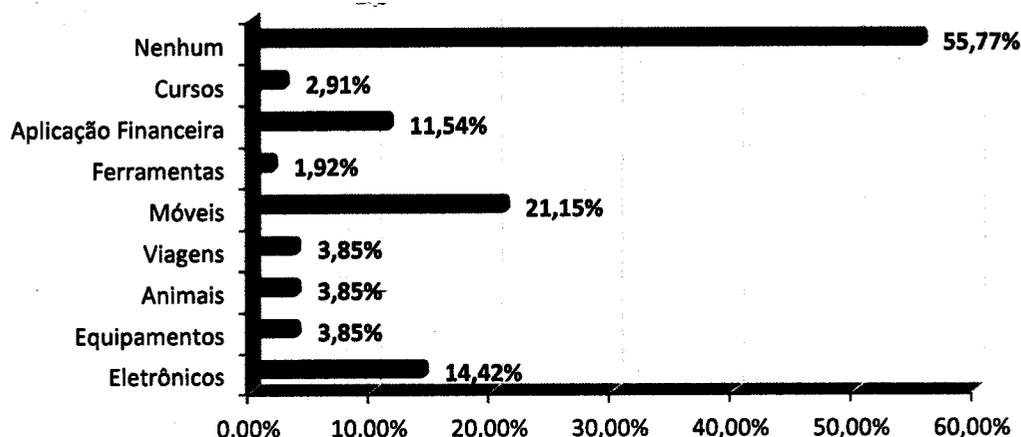
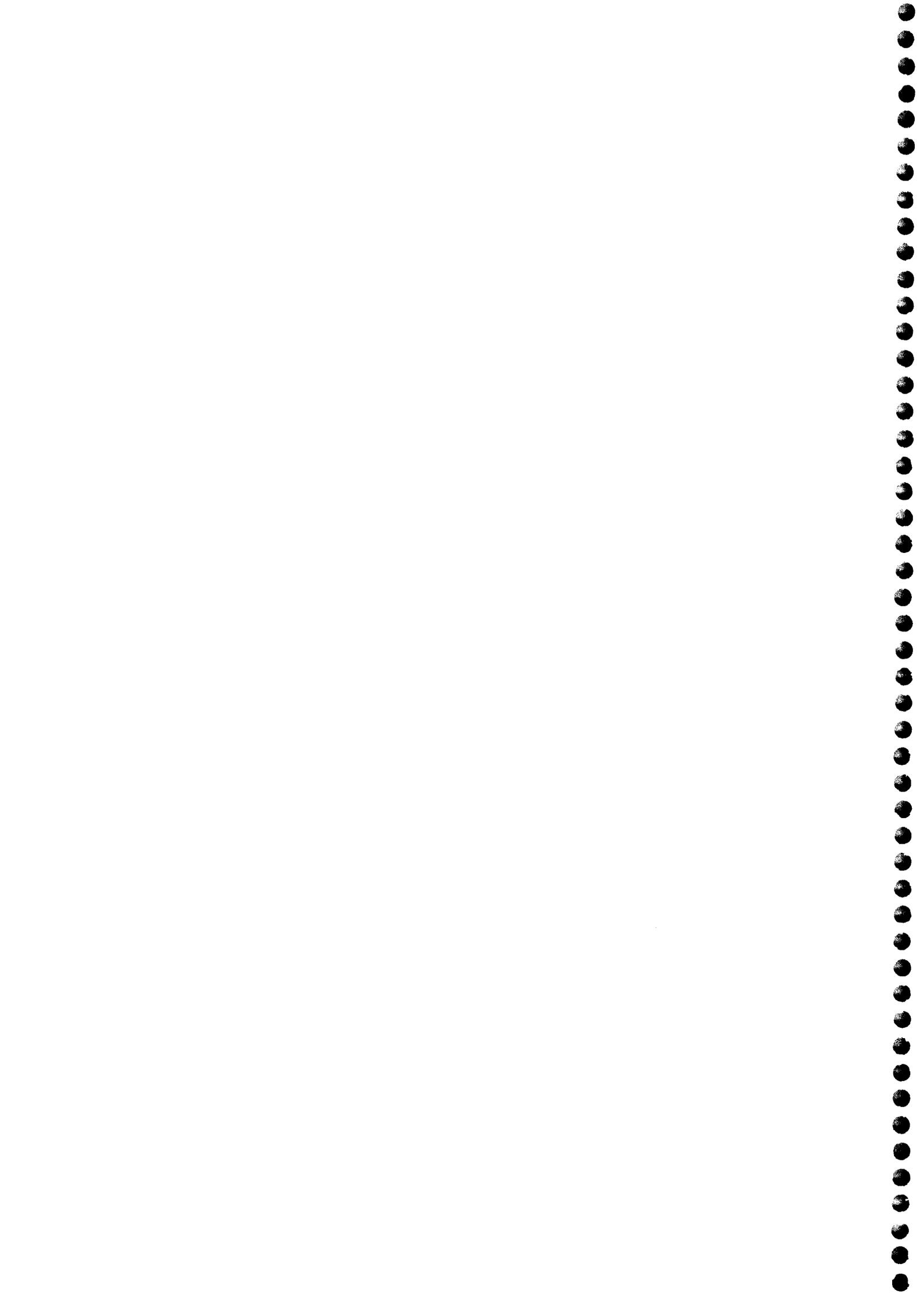


Gráfico 18: Aquisição de Outros Bens ou Serviços.
Fonte: Plenu's, 2015.



Parcela significativa não pretende aplicar os recursos na aquisição de bens não duráveis, ou mesmo na contratação de serviços, representando 55,77% dos casos. A compra de móveis está vinculada basicamente à aquisição de novos imóveis residenciais.

2.4 Logística

As possibilidades de meios para deslocamento encontram-se com mais fácil acesso para o público urbano, a difusão dos valores confirma essa informação.

Transporte Familiar

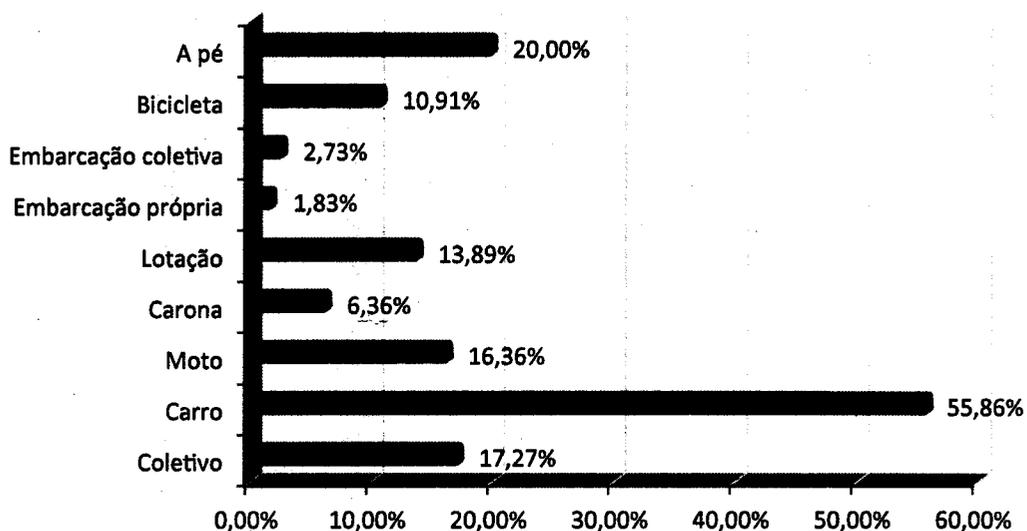
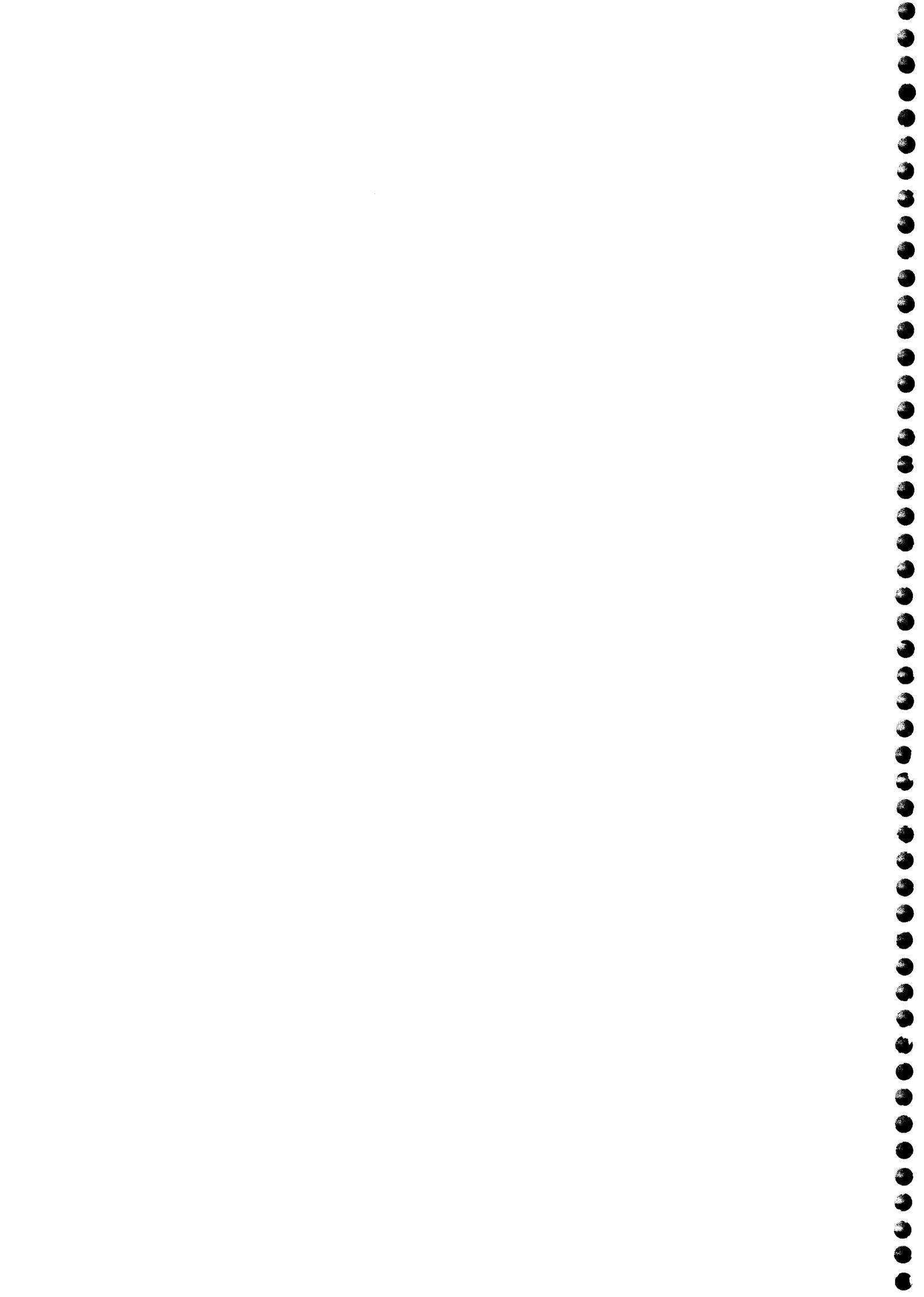


Gráfico 19: Transporte Familiar.
Fonte: Plenu's, 2015.

As ocorrências de transporte urbano motorizado por meio de veículos próprios somam 77,22% dos casos. Ressalta-se que em cada entrevista foi apontado apenas o principal meio de transporte utilizado nos deslocamentos habituais.



Veículos de Comunicação

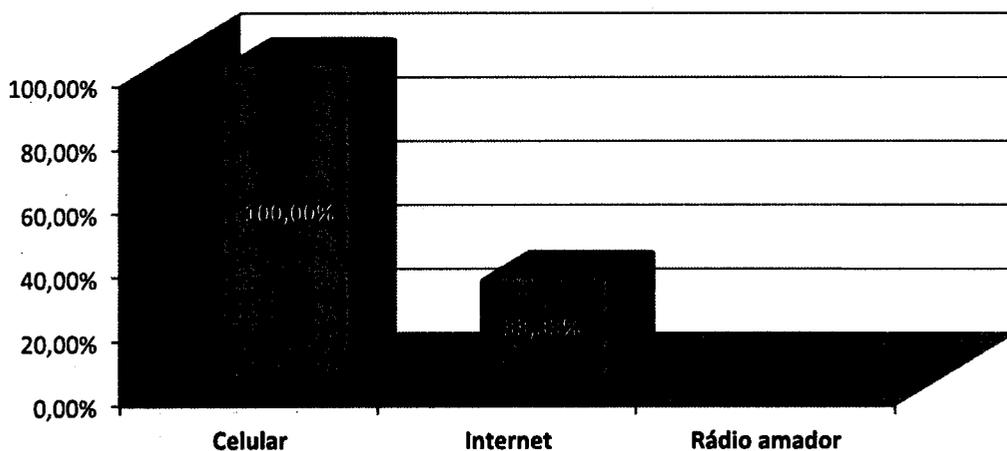


Gráfico 20: Veículos de Comunicação.
Fonte: Plenu's, 2015.

O uso de aparelho de telefone móvel celular é unanimidade entre os entrevistados, sendo que apenas um terço deles têm acesso a Internet.

2.5 Educação

Escolaridade

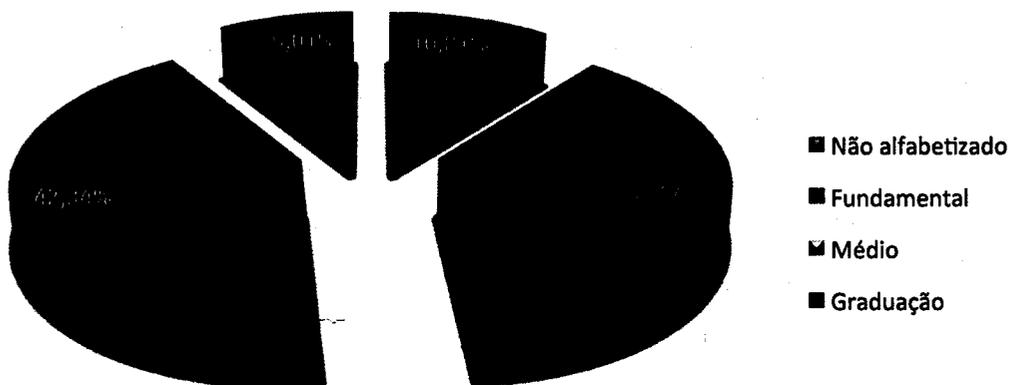
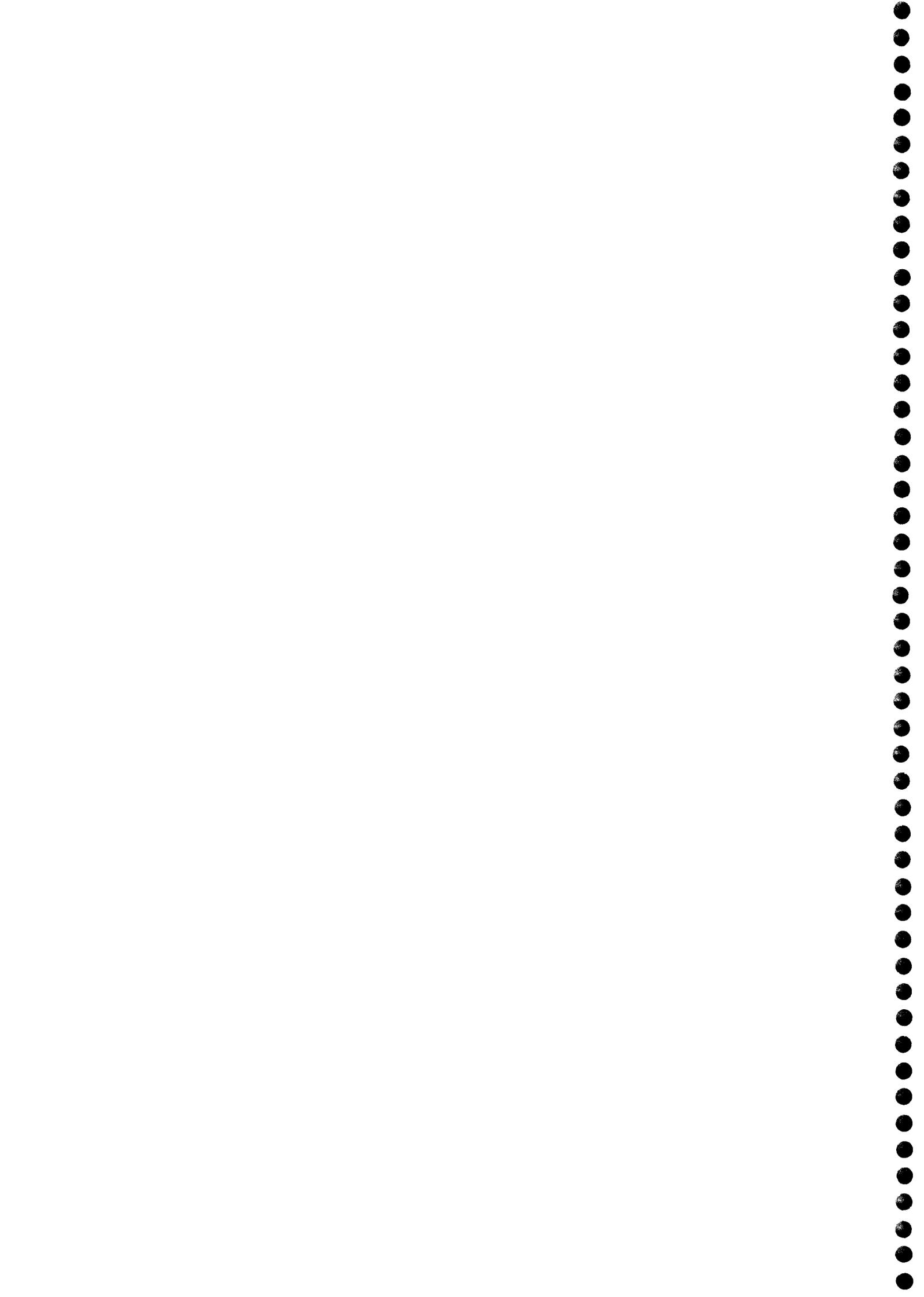


Gráfico 21: Escolaridade.
Fonte: Plenu's, 2015.



A ocorrência de 10,81% de não alfabetizados apresenta-se acima da média nacional que, no último censo realizado, estava em 9,6% (IBGE, 2010). A pesquisa considerou não alfabetizados os cidadãos com 18 anos ou mais que não eram capazes de ler e escrever.

Número de Estudantes

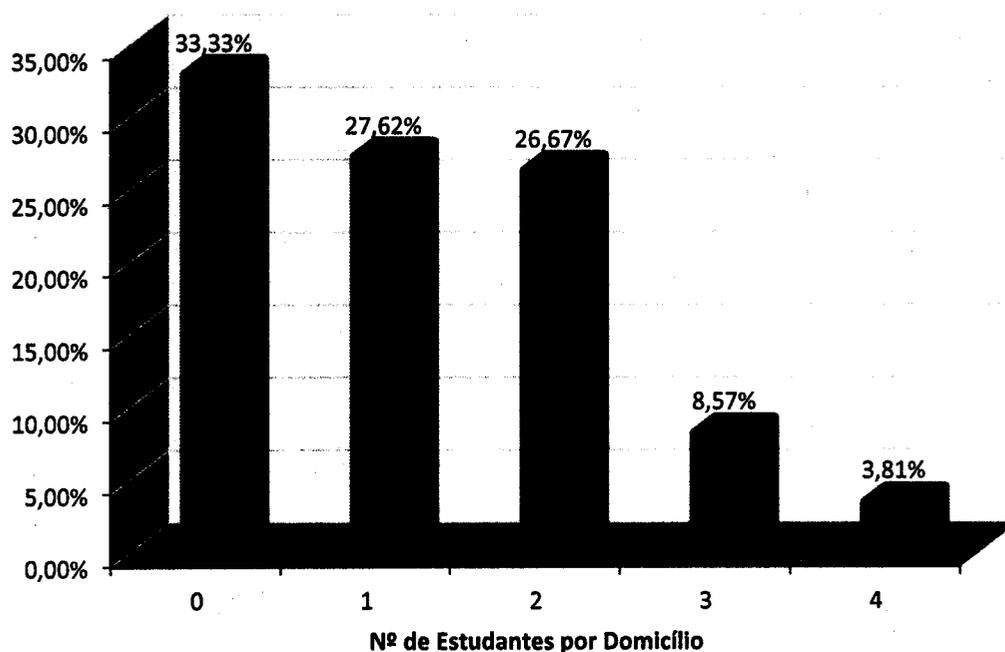
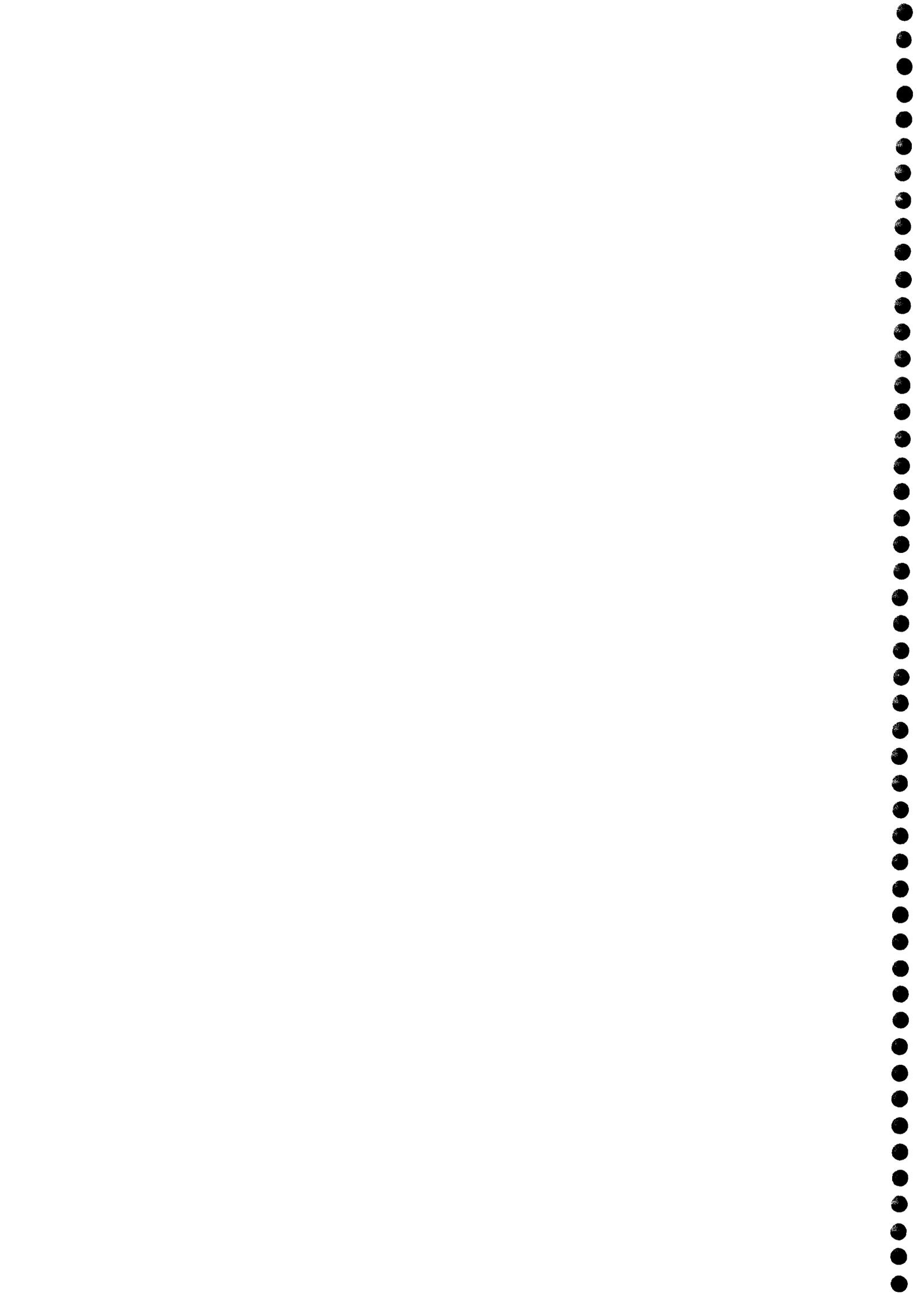


Gráfico 22: Número de Estudantes.
Fonte: Plenu's, 2015.

Diferentemente da questão anterior, aqui, a investigação não se limitou ao responsável pelo grupo familiar, mas incluiu no levantamento o número de estudantes em cada residência. As duas ocorrências positivas mais expressivas indicam que os grupos familiares com até 2 estudantes representam 54,29% dos casos.



Número de Capacitações em 2 anos

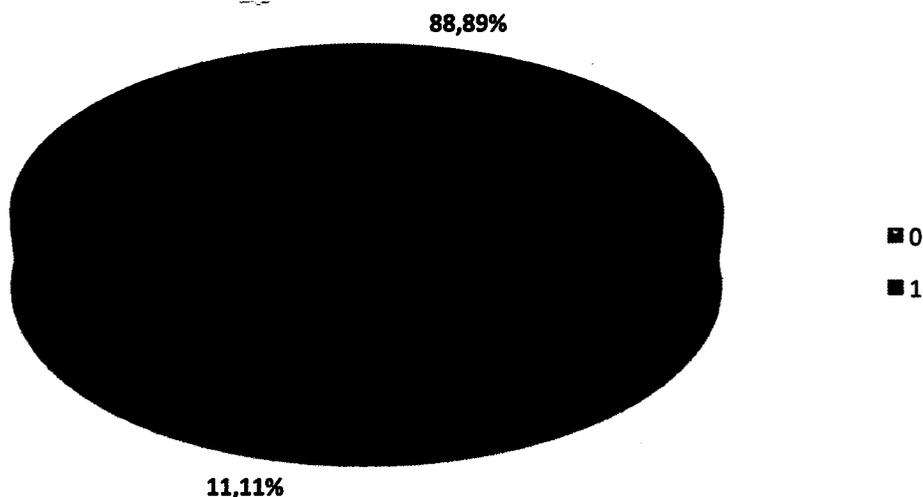
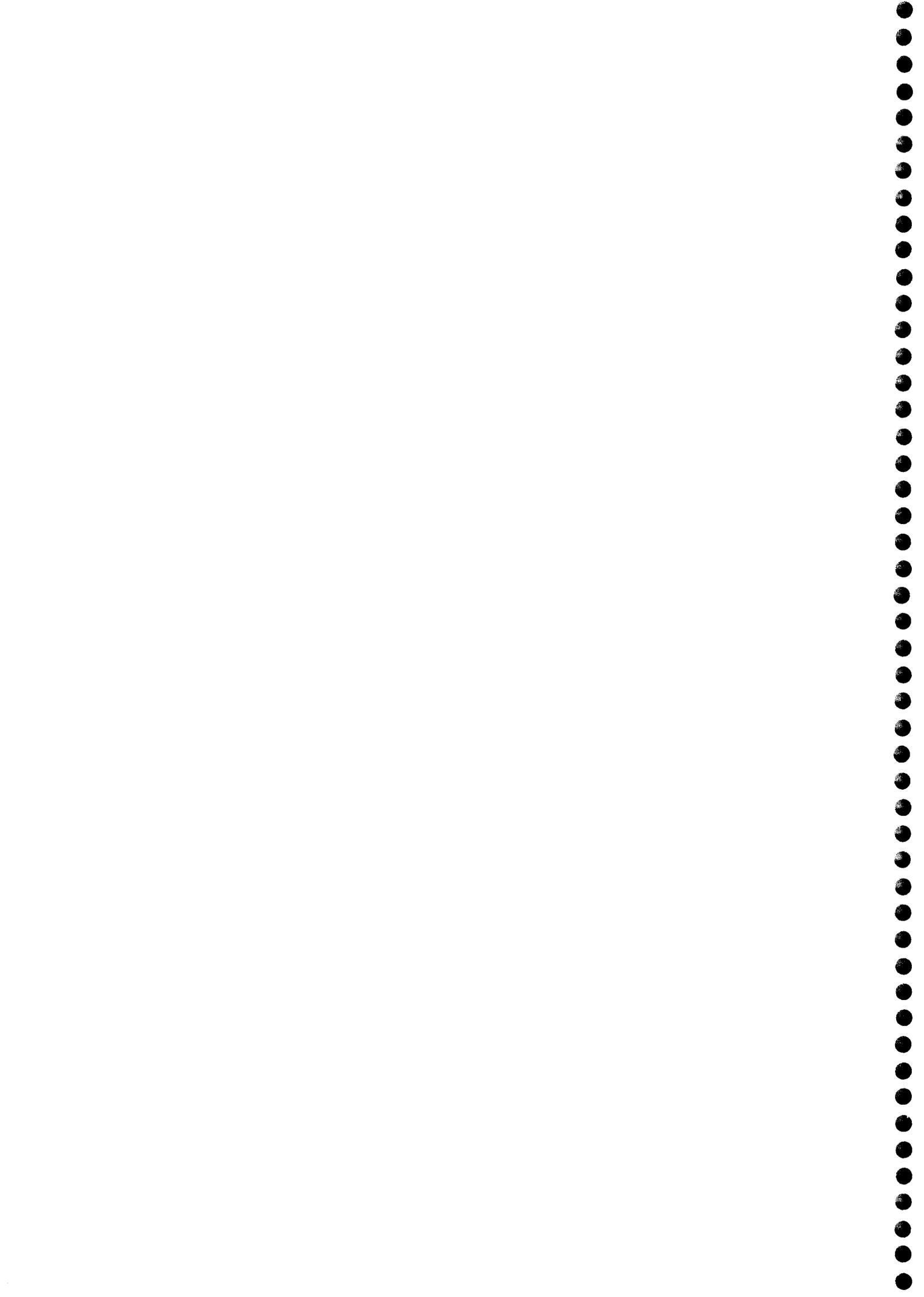


Gráfico 23: Número de Capacitações em 2 Anos.
Fonte: Plenu's, 2015.

Verificou-se que 88,89% indicaram que não participaram de qualquer curso de curta duração nos últimos dois anos. Os 11,11% que sinalizaram ter participado de qualquer tipo de capacitação profissional afirmaram ter concluído apenas 1 curso nesse período.

2.6 Cultura e Lazer

Pode-se entender cultura a partir das estruturas sociais e fatores ideológicos que sejam comuns a indivíduos, de maneira a lhes permitir identificar-se em um determinado grupo, estando presente em tudo aquilo que compromete o sentir, o agir e o pensar das pessoas. Nesta pesquisa foram considerados os aspectos de visita a amigos ou passeios, de vínculos institucionais e de associativismo como forma de mensurar aspectos de sociabilidade dos grupos familiares.



Visita a Amigos ou Passeios

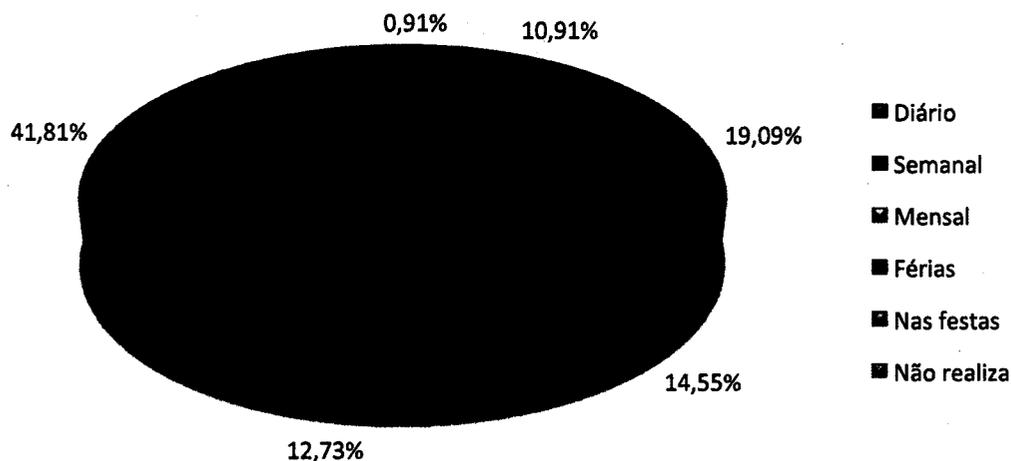


Gráfico 24: Visita a Amigos ou Passeios.
Fonte: Plenu's, 2015.

Viagens ou passeios na própria região não motivados por quaisquer atividades profissionais representam 58,19% dos casos. A frequência mais comum é a mensal, com 19,09% do total.

Prática de Esportes

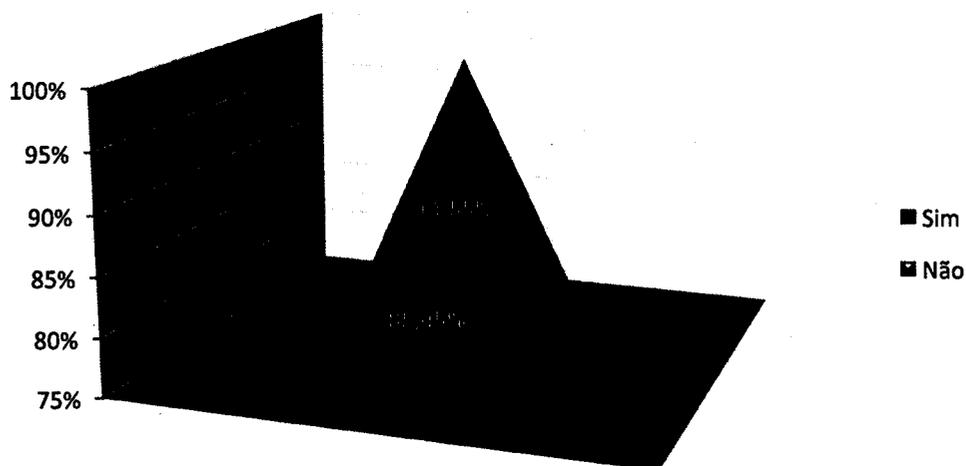
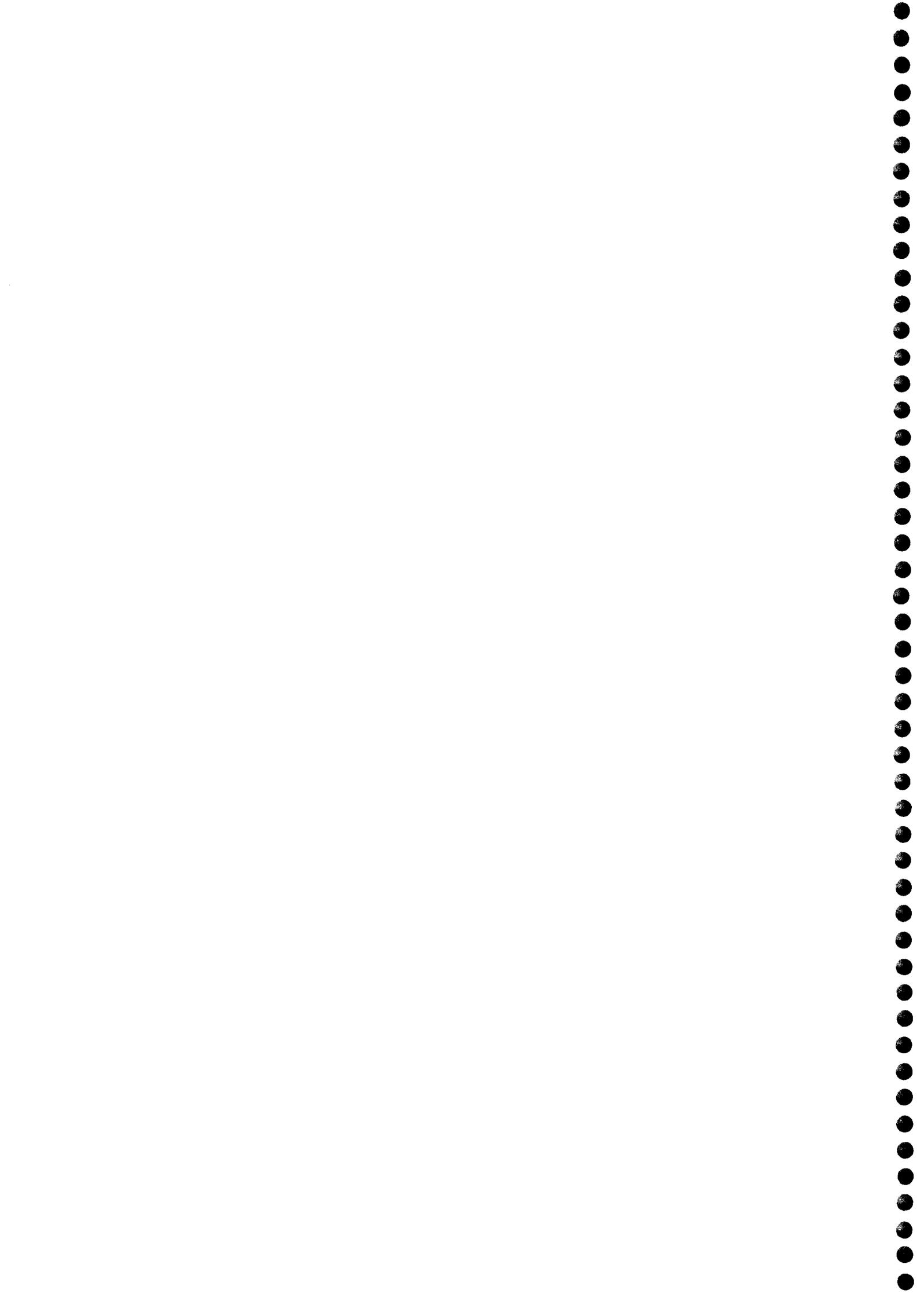


Gráfico 25: Prática de Esportes.
Fonte: Plenu's, 2015.

Dentre os integrantes dos grupos familiares, 14,55% declararam desenvolver qualquer tipo de atividade esportiva, a despeito da regularidade.



Membros de Associações

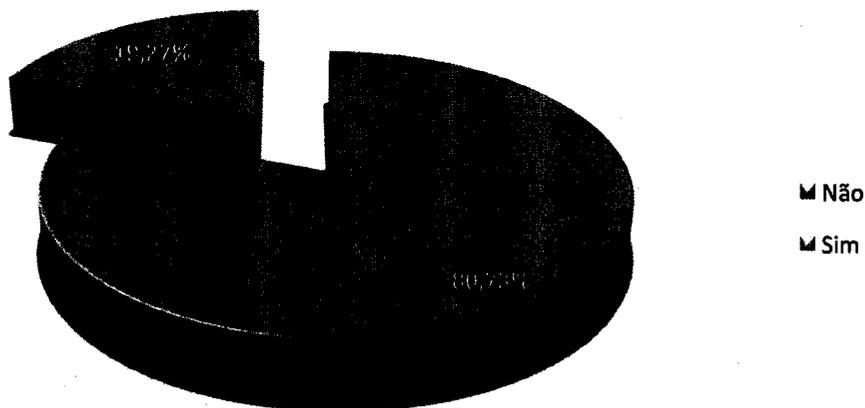


Gráfico 26: Membros de Associações.
Fonte: Plenu's, 2015.

A prática do associativismo atinge hoje 19,27% do público pesquisado, incluindo participação em organizações ou grupos de interesses comuns (econômicos, sociais ou culturais), cooperativas, associações, movimentos ou partidos políticos.

Apoio Institucional no Período da Cheia

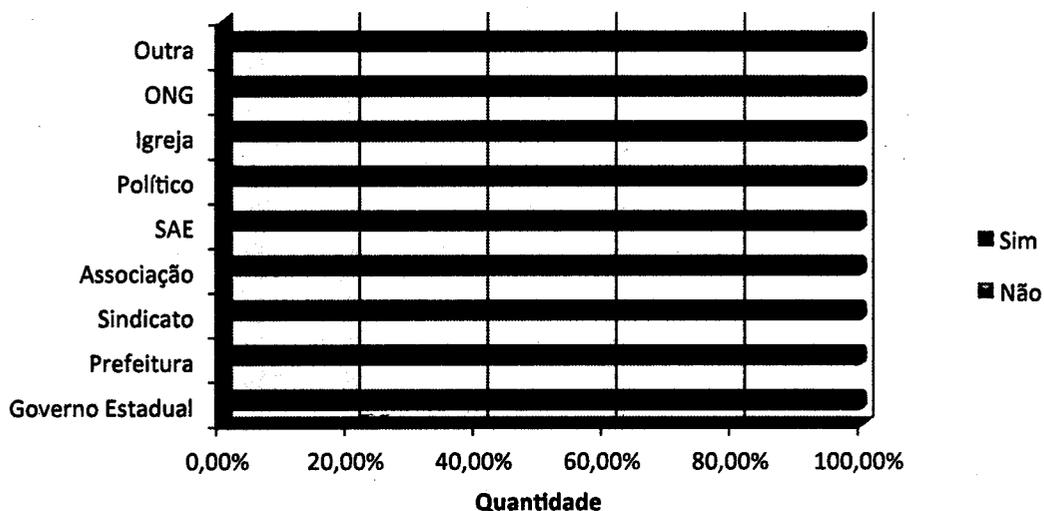
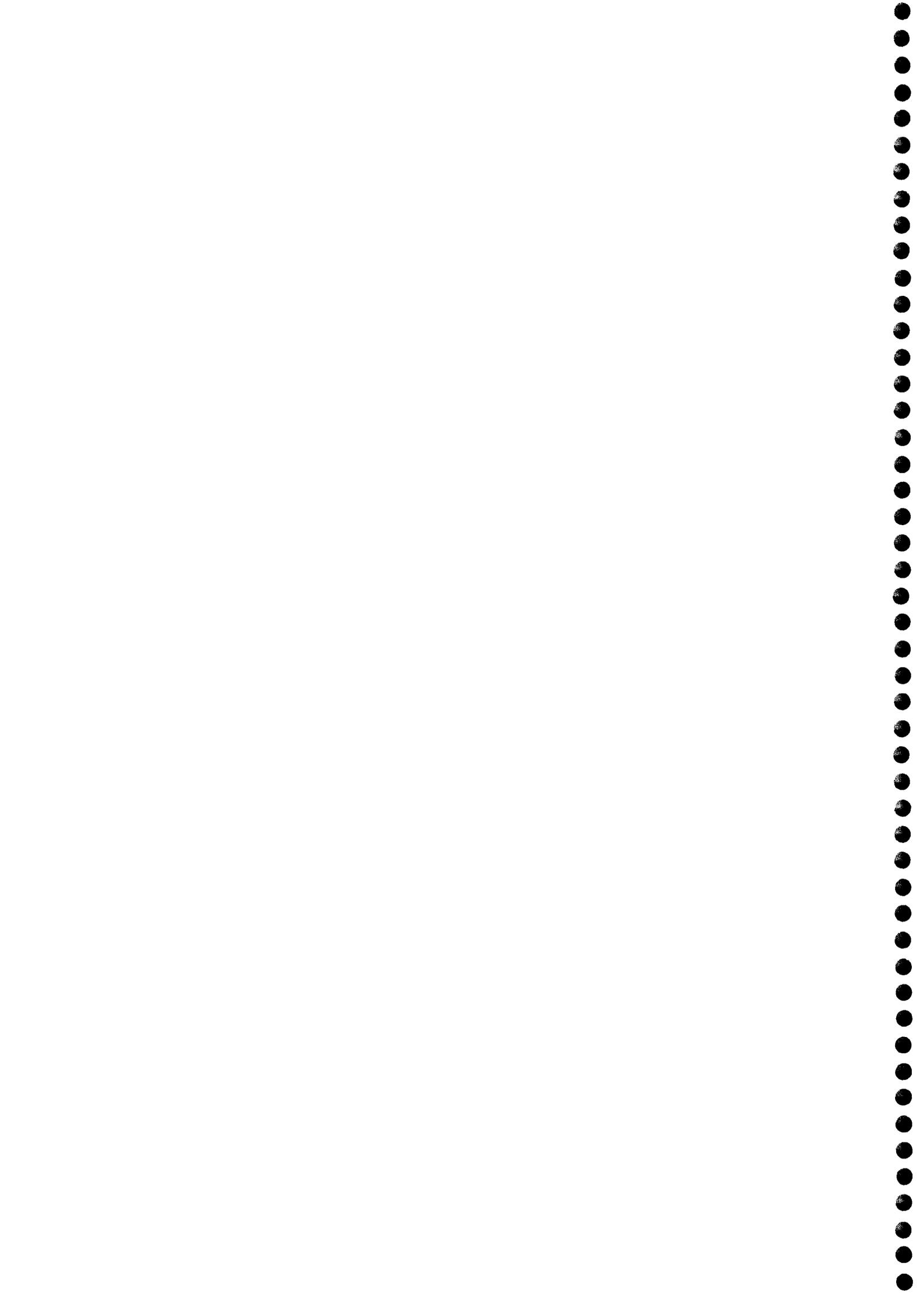


Gráfico 27: Apoio Institucional no Período da Cheia.
Fonte: Plenu's, 2015.



Considerando a especificidade do público D, foram elencadas algumas entidades para identificar, a partir da percepção dos próprios entrevistados, o grau de apoio institucional recebido durante o período da cheia do Rio Madeira. Destacaram-se a Santo Antônio Energia e a Prefeitura Municipal de Porto Velho. O campo "outras" se refere basicamente às menções dos monitorados à "Defesa Civil", neste caso, um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Obras Especiais e Defesa Civil (Sempedec).

2.7 Saúde e Bem Estar

Proximidade dos Serviços Públicos de Saúde

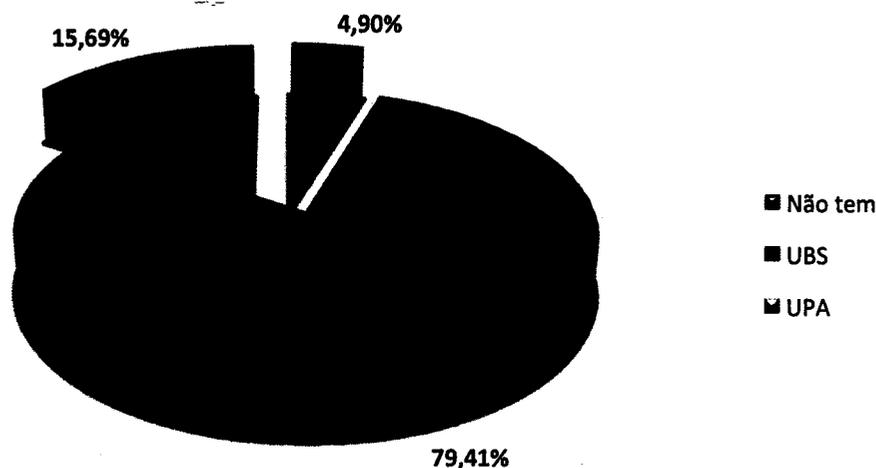
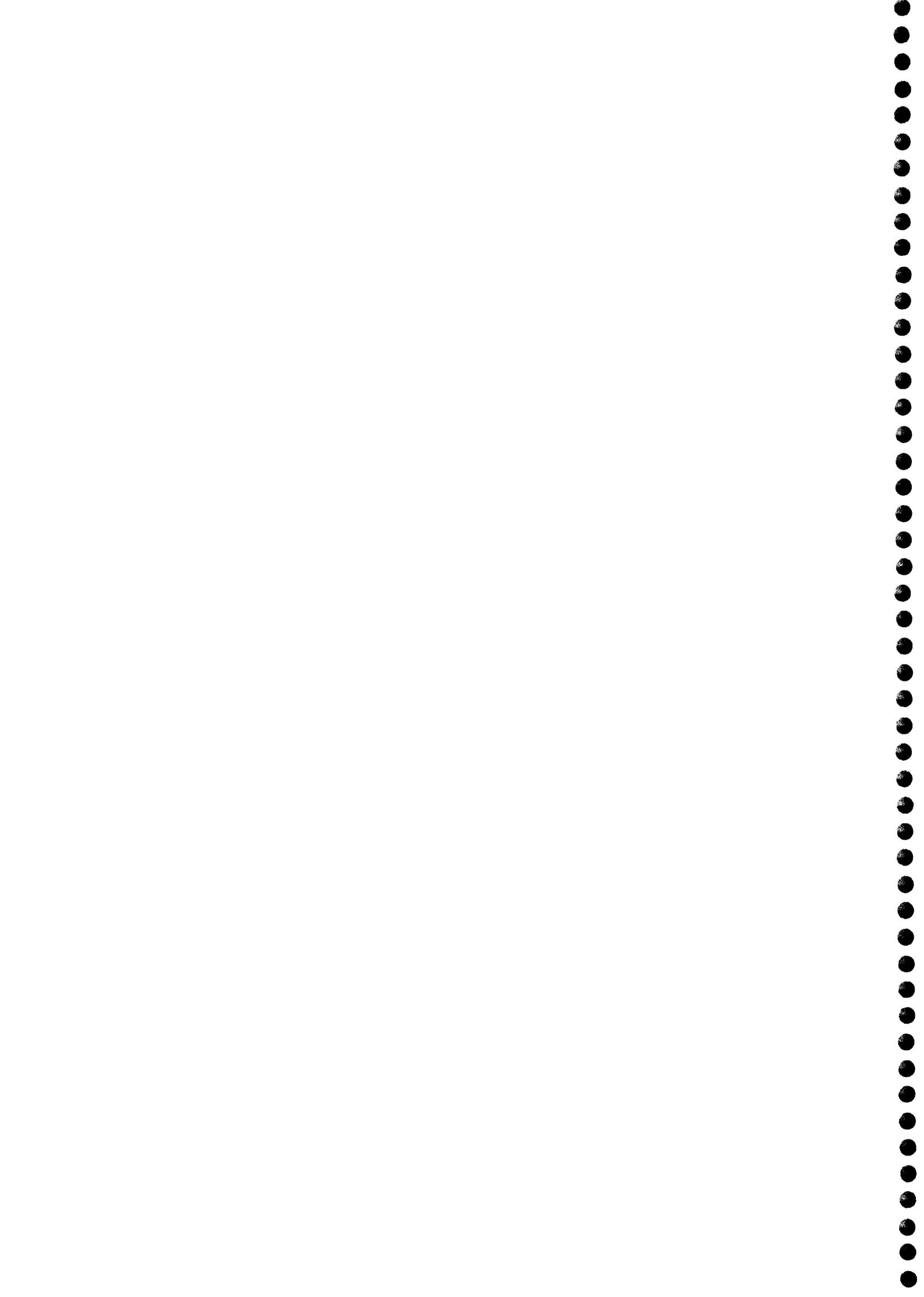


Gráfico 28: Proximidade dos Serviços Públicos de Saúde.
Fonte: Plenu's, 2015.

Analisando o acesso aos serviços públicos de saúde, particularmente, de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), observou-se que 79,41% dos monitorados têm acesso aos serviços básicos de saúde: consultas médicas, inalações, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica.



Pessoas com Doenças Crônicas

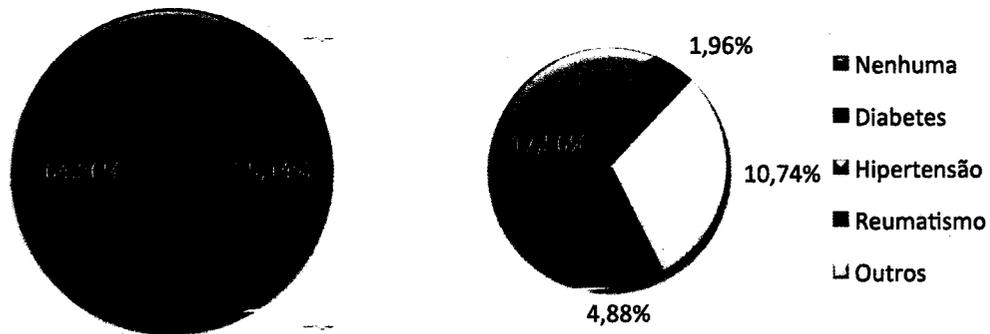


Gráfico 29: Pessoas com Doenças Crônicas.
Fonte: Plenu's, 2015.

Para efeito de pesquisa, considerou-se doença crônica as condições em que um sintoma existe, influenciando direta e continuamente na qualidade de vida de todos os residentes, ainda que não haja necessidade de tratamento ininterrupto. Verificou-se que 64,86% dos indenizados não apresentam quadro de doença crônica. Em 35,14% dos casos, há diagnóstico de pelo menos uma ocorrência, com destaque para hipertensão e diabetes.

Número Banheiros

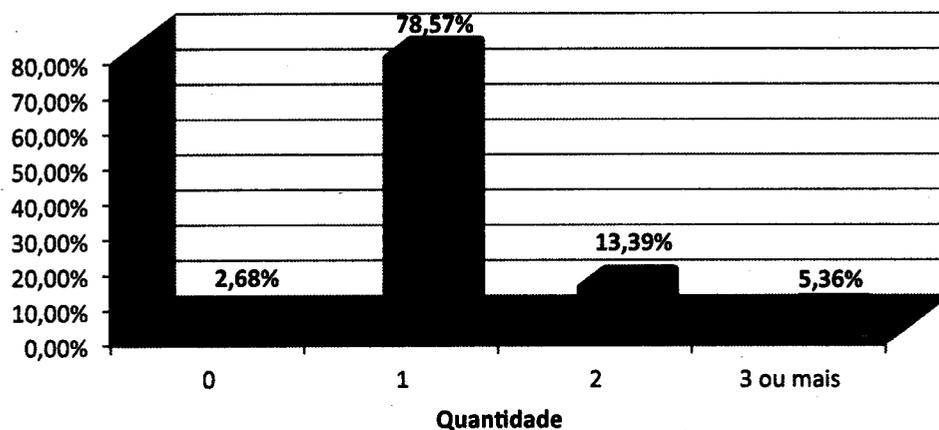
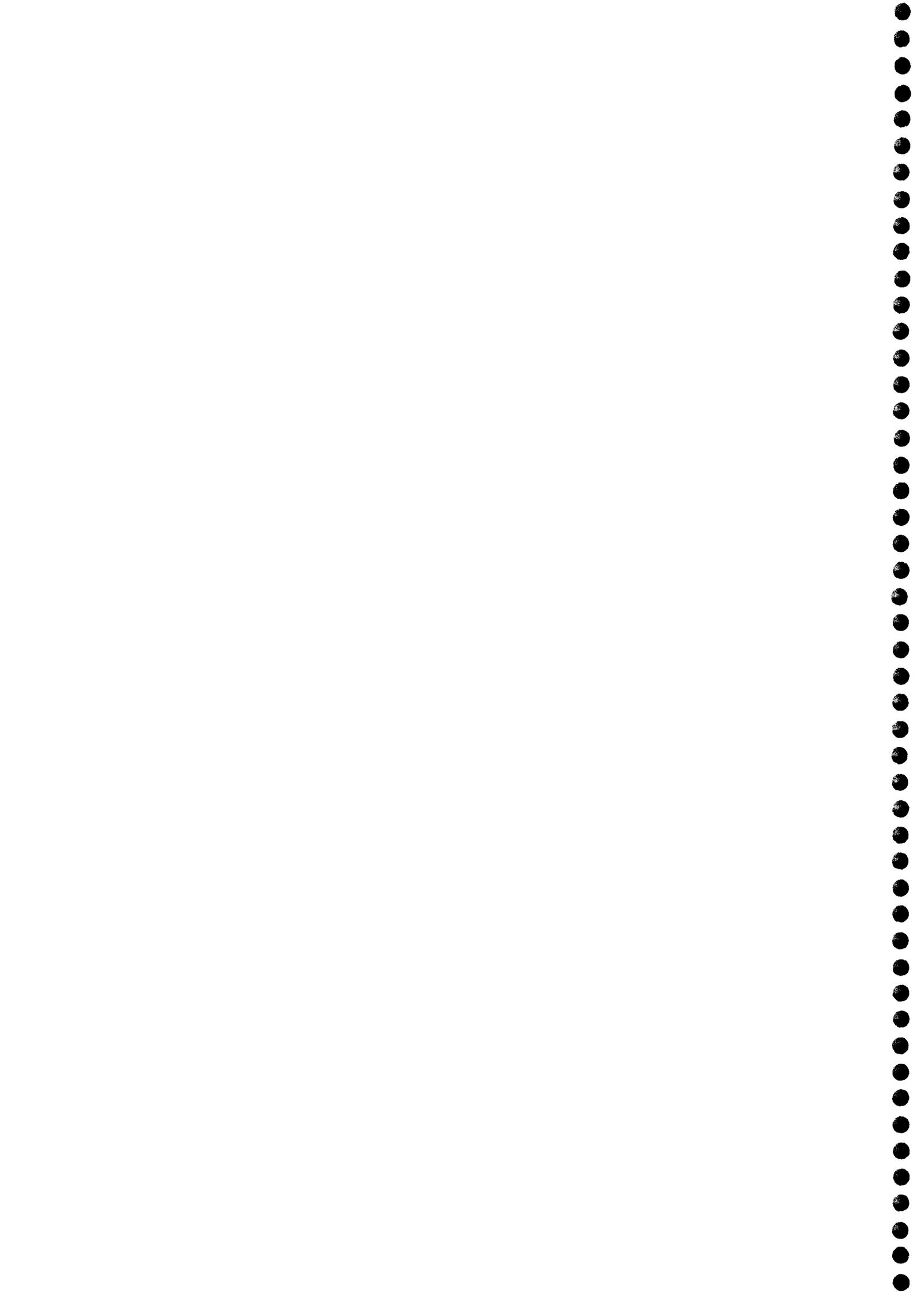


Gráfico 30: Número de Banheiros.
Fonte: Plenu's, 2015.



Seguindo a metodologia de análise dos dados proposta pela ABEP, sendo relevante para apontamento das condições de saúde e bem estar e colaborando com os indicadores de classes econômicas, verificou-se a existência de instalação sanitária na residência, apontando a existência de pelo menos uma unidade em 97,32% dos casos e nenhuma unidade em 2,68% dos imóveis. Para ter sido considerada como “existente” a instalação sanitária deveria contar com pelo menos um vaso sanitário, independente do fato de estar localizada no interior da residência ou não, e ser de uso exclusivo dos residentes.

2.8 Ambiente

Destinação de Resíduos Sólidos

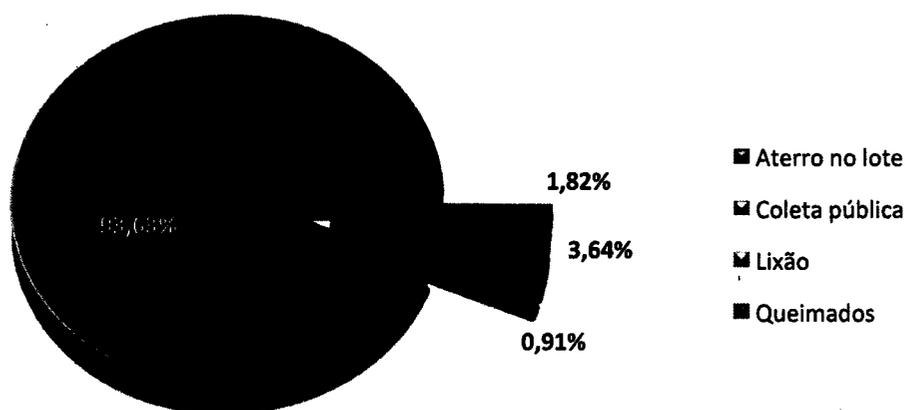
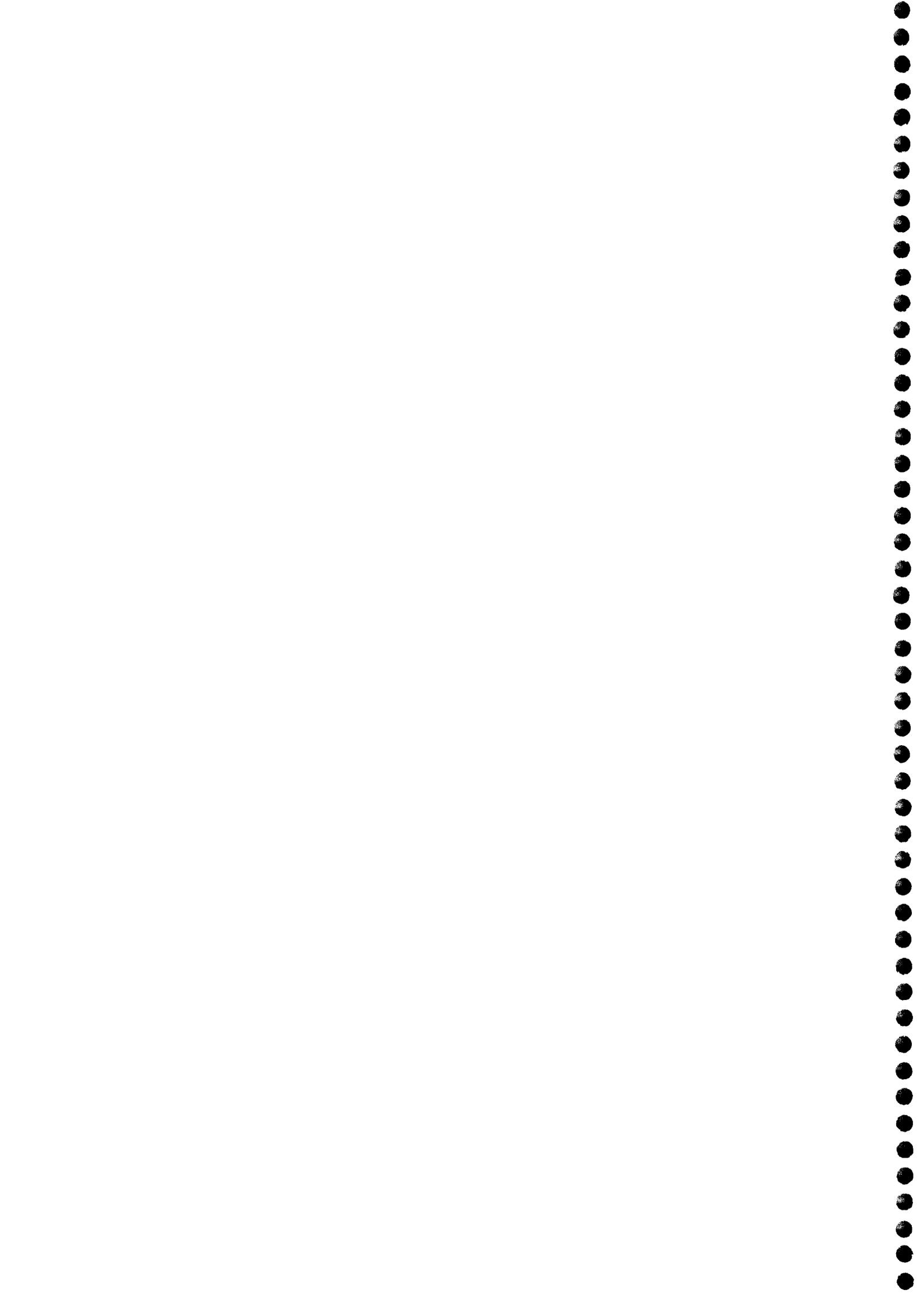


Gráfico 31: Destinação de Resíduos Sólidos.
Fonte: Plenu's, 2015.

Apresenta-se como índice favorável relativo às condições e cuidados com o ambiente o fato de 93,63% dos monitorados utilizarem os serviços de coleta pública para descarte dos resíduos sólidos. A prática nociva da queima de resíduos foi observada em 3,64% dos casos.



Condições e Cuidados Ambientais

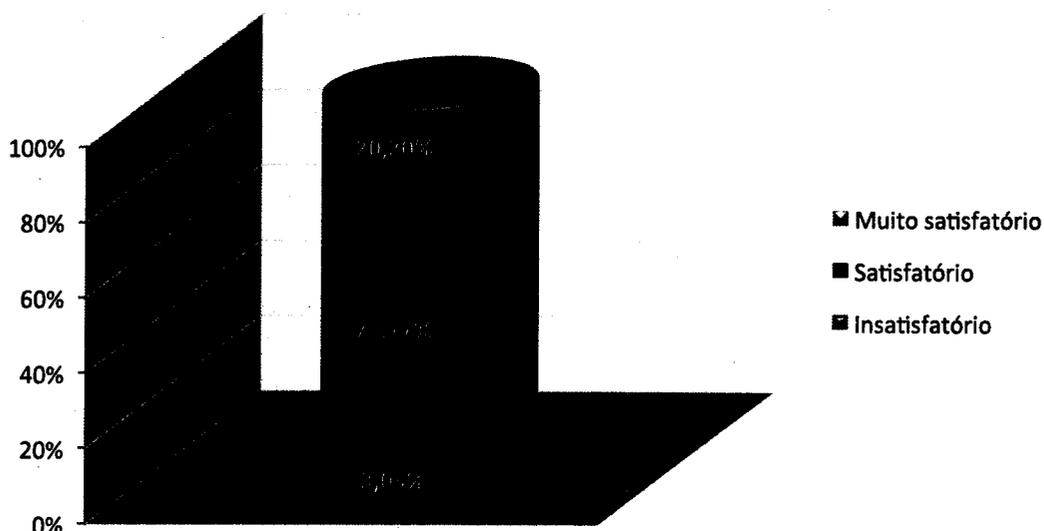
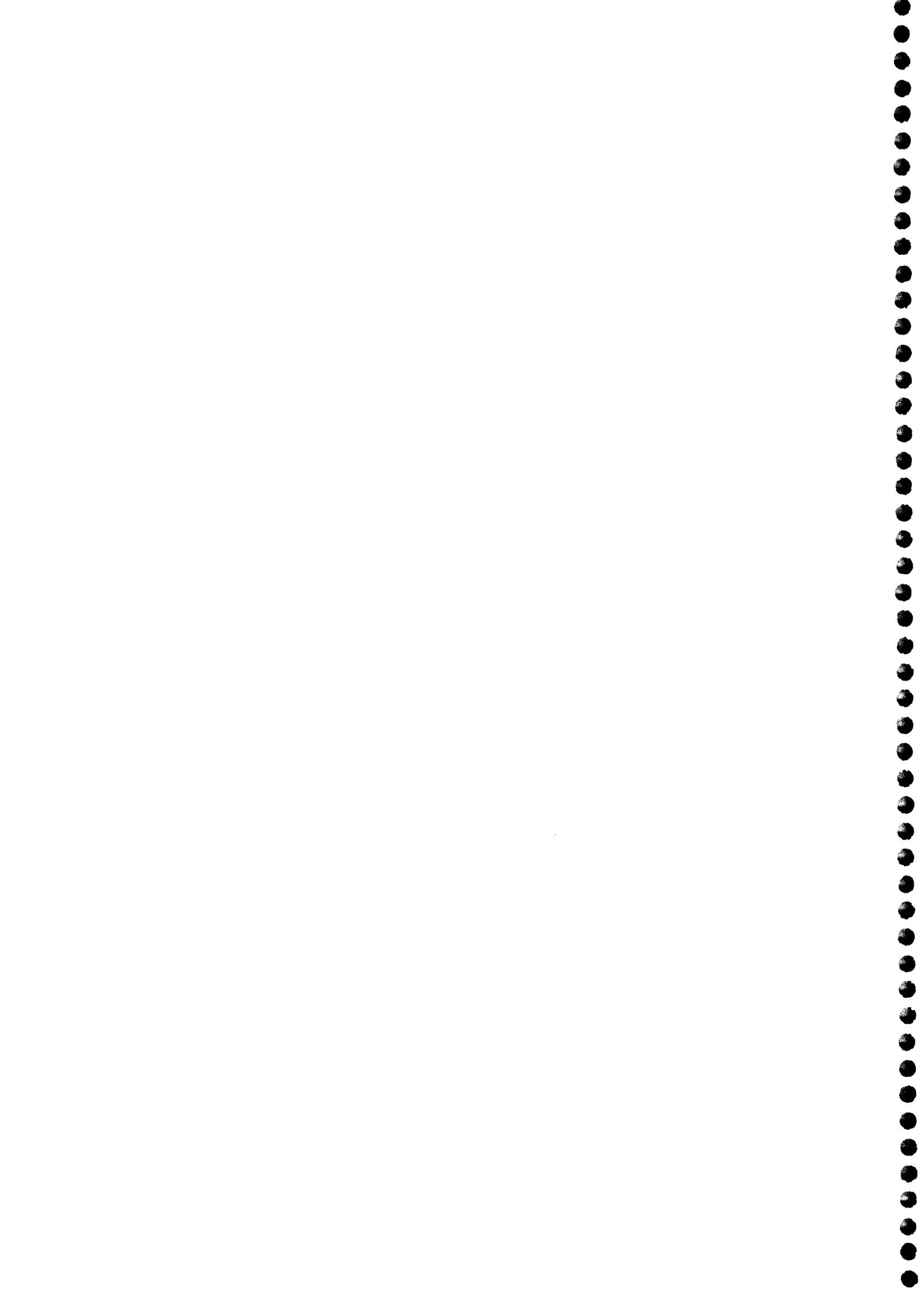


Gráfico 32: Condições e Cuidados Ambientais.
Fonte: Plenu's, 2015.

Na investigação das questões de salubridade, as manifestações dos indenizados a respeito do seu grau de satisfação em relação às condições e cuidados ambientais passam pelo aspecto subjetivo da identificação e afinidade das próprias pessoas com o ambiente e com suas residências. Expressaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos 96,97% dos monitorados.



3 ANÁLISES CRUZADAS

Cruzando alternativas do instrumento de coleta de dados, obtém-se outros elementos que colaboram com a configuração do cenário da pesquisa.

3.1 Caracterização da Atividade por Setor da Economia

Caracterização da Atividade por Setor

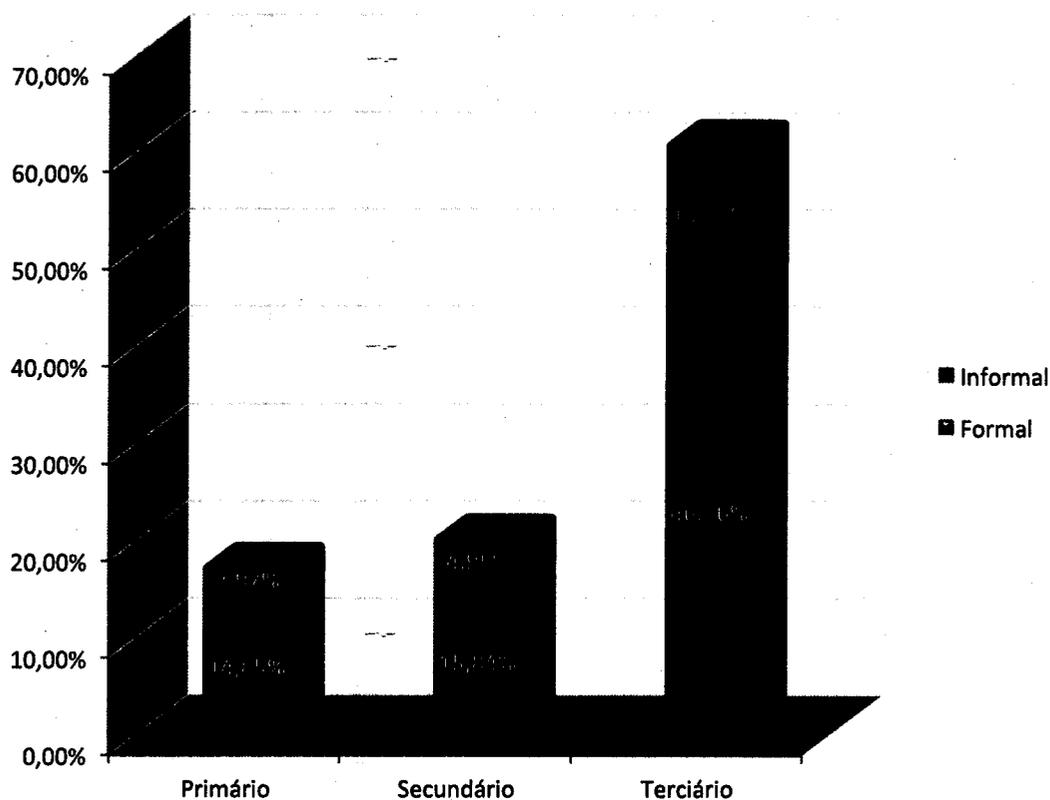
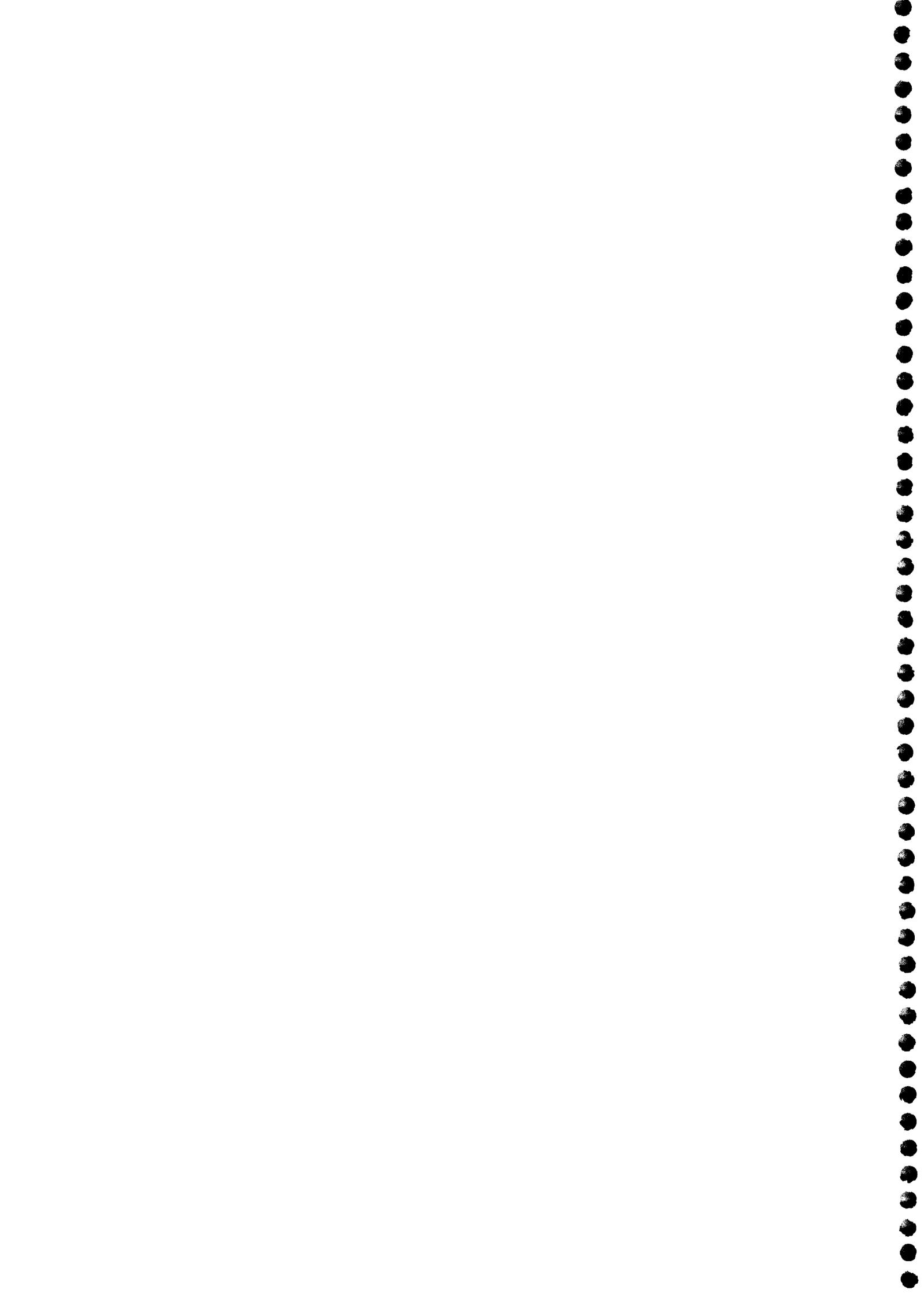


Gráfico 33: Caracterização da Atividade por Setor.
Fonte: Plenu's, 2015.

Constatou-se relevante formalidade nas atividades desenvolvidas pelos grupos familiares nos três setores da economia, totalizando 77,45% dos casos.



Dentro desta amostra, no setor terciário, uma fatia significativa representada por 14,63% exerce atividades de comercialização de produtos ou serviços de maneira informal – reiterando a concepção de trabalho informal como sendo uma atividade econômica que esteja desprovida de qualquer instrumento legal que registre os produtos, licença para funcionamento, ou mesmo inspeção dos órgãos competentes. O trabalho informal, além de expor seus agentes a riscos de diversas naturezas, limita as possibilidades de acesso a mercados consumidores, pelo não fornecimento de notas fiscais.

As atividades formais do setor primário do público D somam 14,85%, apresentando-se como um índice expressivo, por se tratar de um público localizado na zona urbana.

A presença do setor secundário nesse público é expressiva, com 20,79% dos casos, sendo que, dentre esses, 76,19% operam na formalidade.

Detalhamento das Atividades Formais

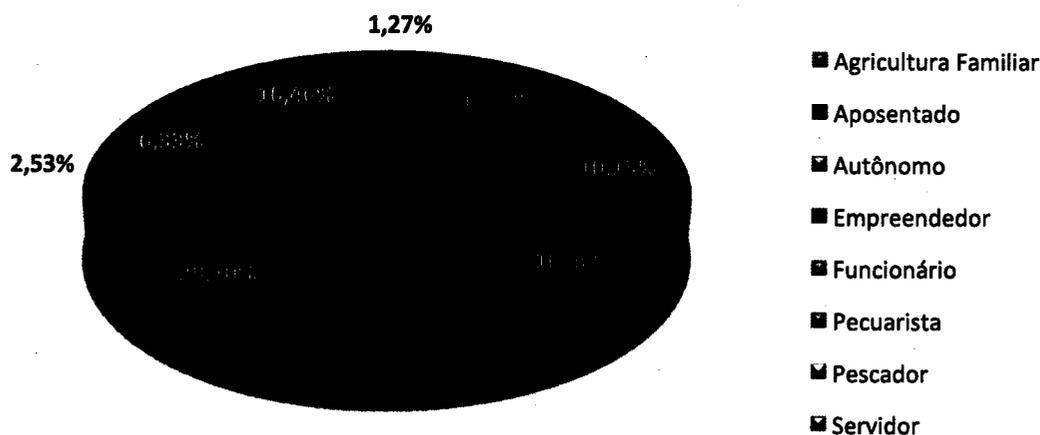
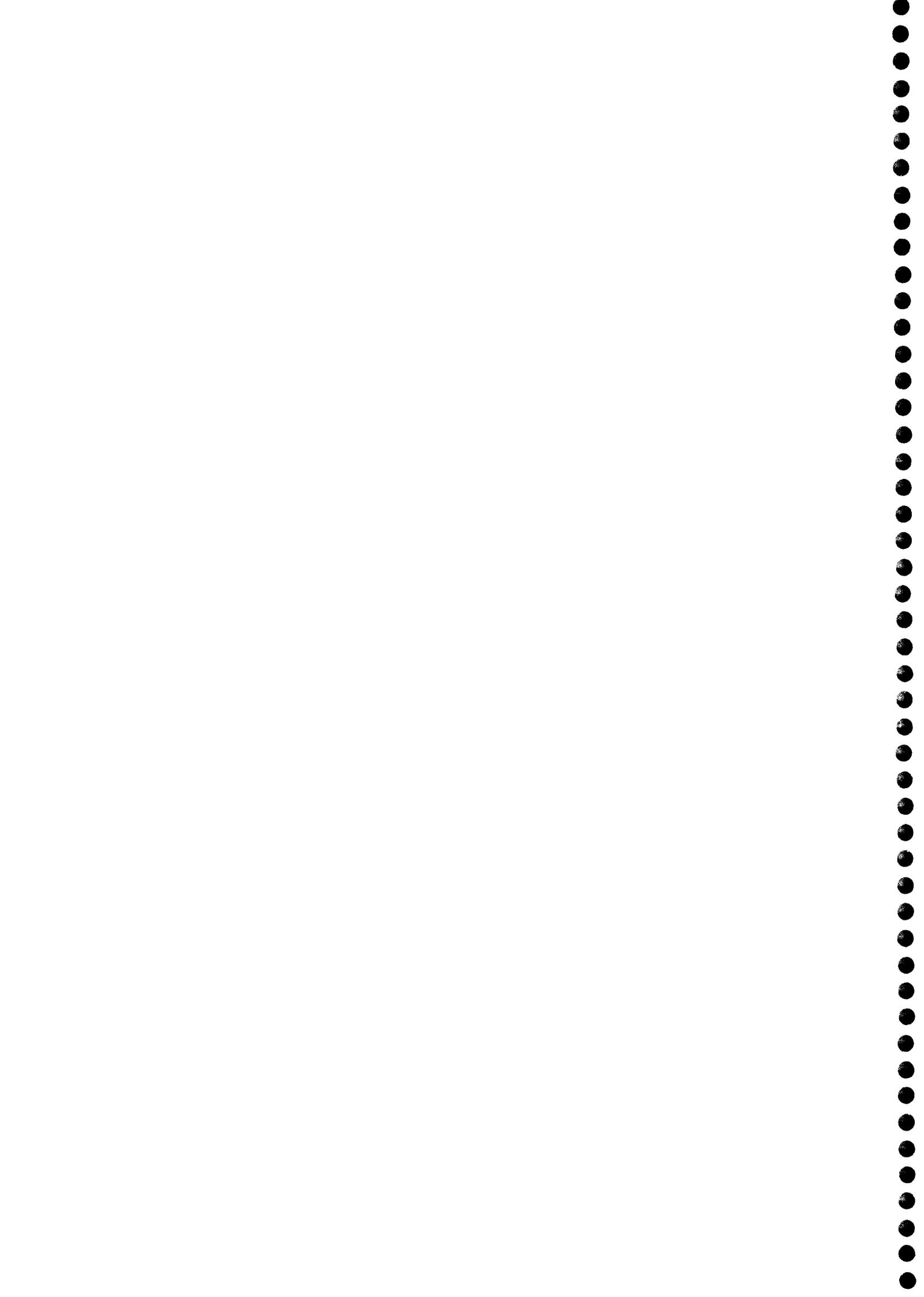


Gráfico 34: Detalhamento das Atividades Formais.
Fonte: Plenu's, 2015.

Dentre as atividades formalmente exercidas destaca-se o trabalho de funcionários de empresas do setor privado, em 29,10% dos casos.



Detalhamento das Atividades Informais

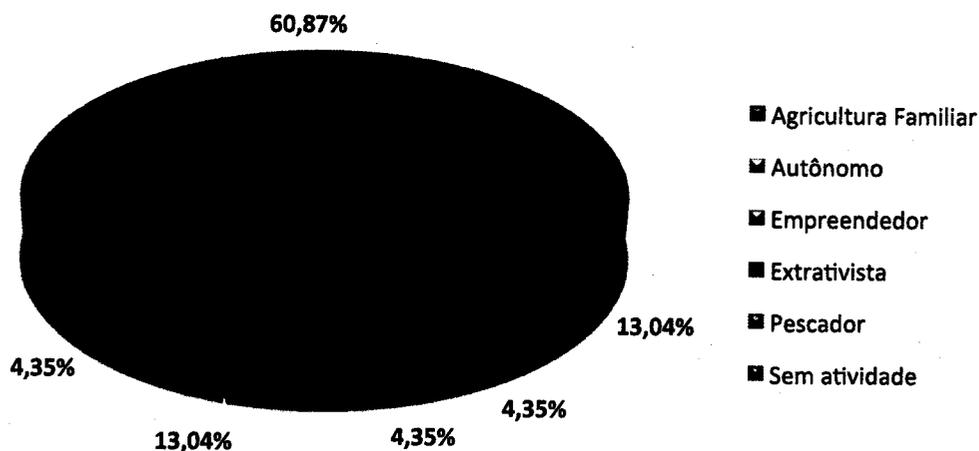
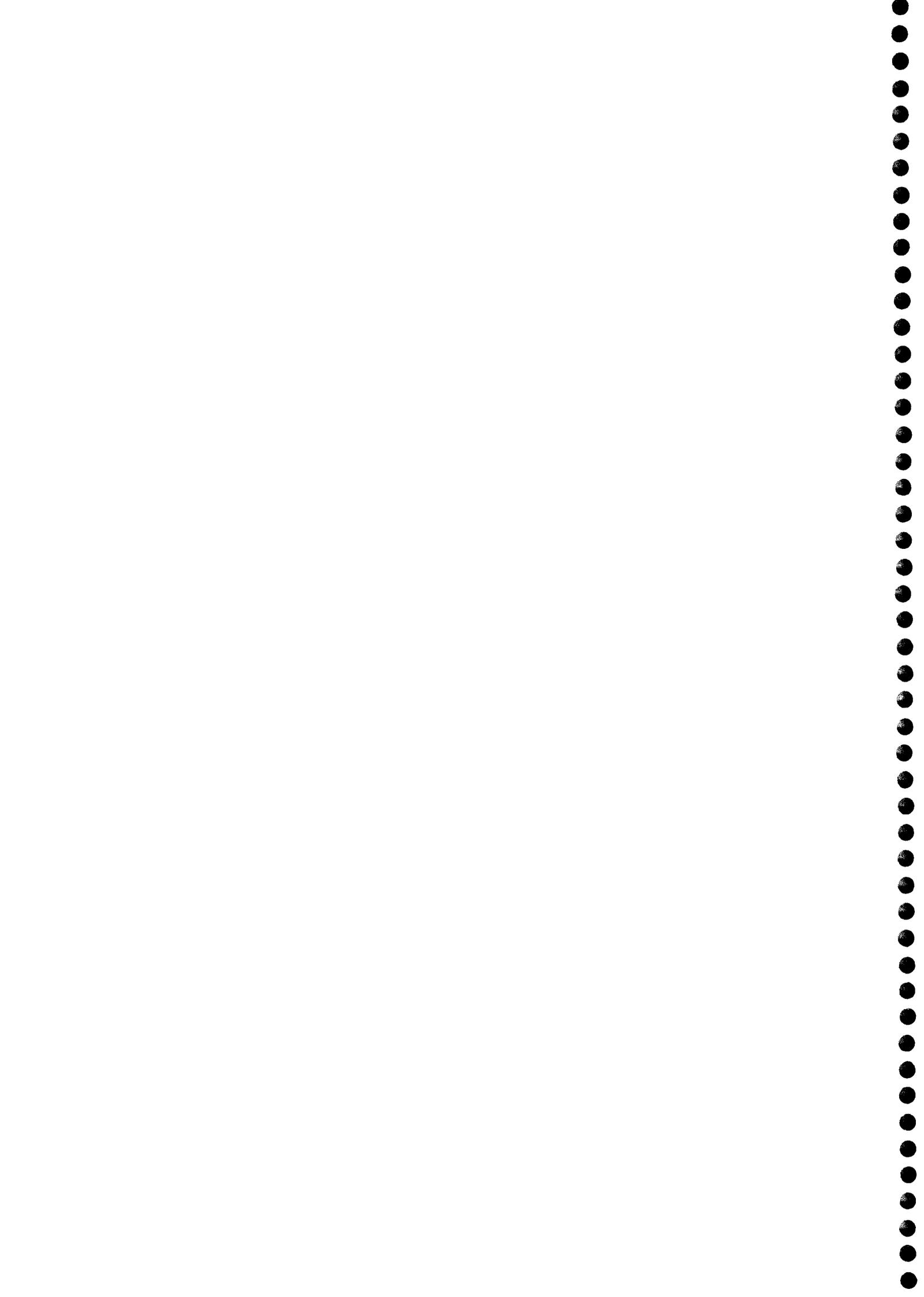


Gráfico 35: Detalhamento das Atividades Informais.
Fonte: Plenu's, 2015.

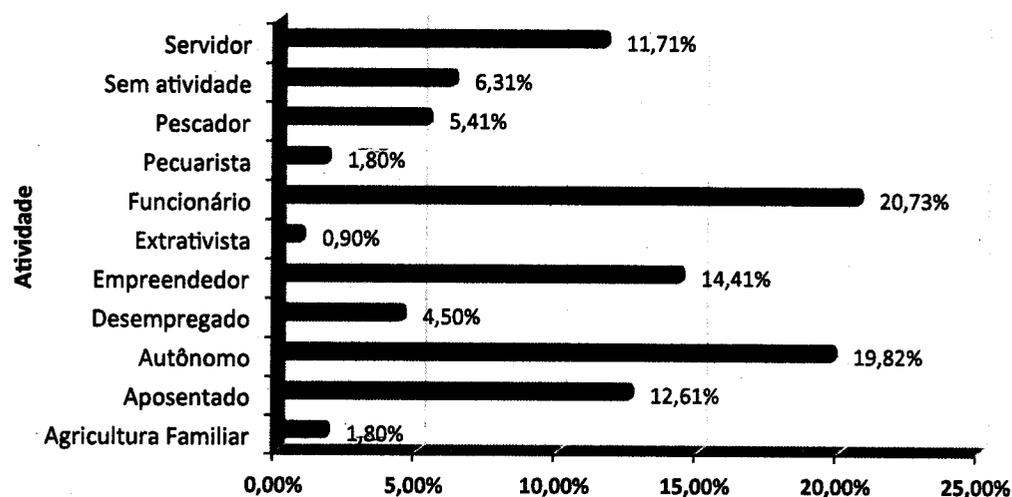
A análise das atividades informais apontou para a prestação de serviços como autônomos como a mais expressiva, representando 60,87% do total. Ponderando essa informação em conjunto com as análises sobre as "Atividades Principais" e a "Renda Média por Atividade", detalhadas a seguir, tem-se um panorama da relevância do trabalho autônomo no contexto do distrito e do impacto social dessa situação de informalidade.

3.2 Análise de Renda por Atividade

Retoma-se aqui os dados inerentes às Atividades Principais facilitando a análise da conjuntura socioeconômica, verificando-se os valores mensais médios apurados por cada segmento, comparando, assim, renda e representatividade, dentro da amostra da pesquisa.



Atividade Principal



Renda Média por Atividade

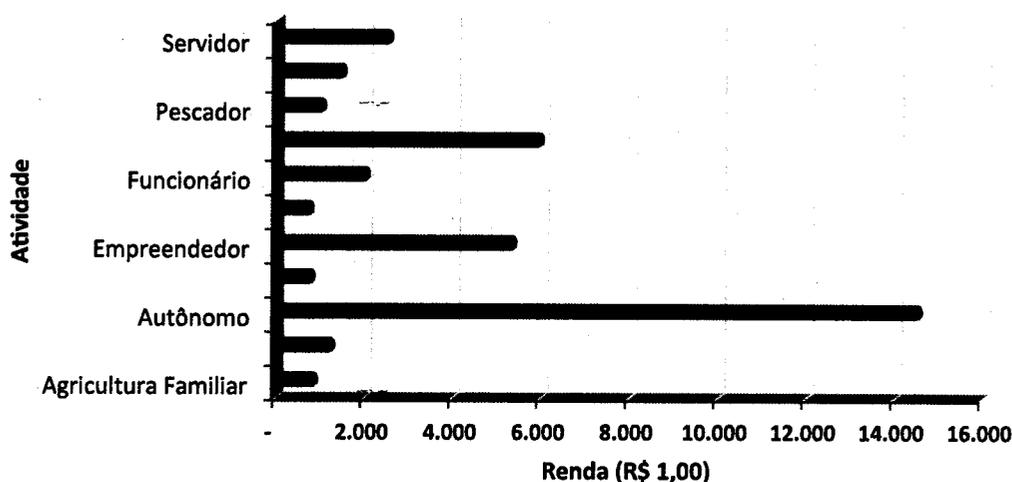
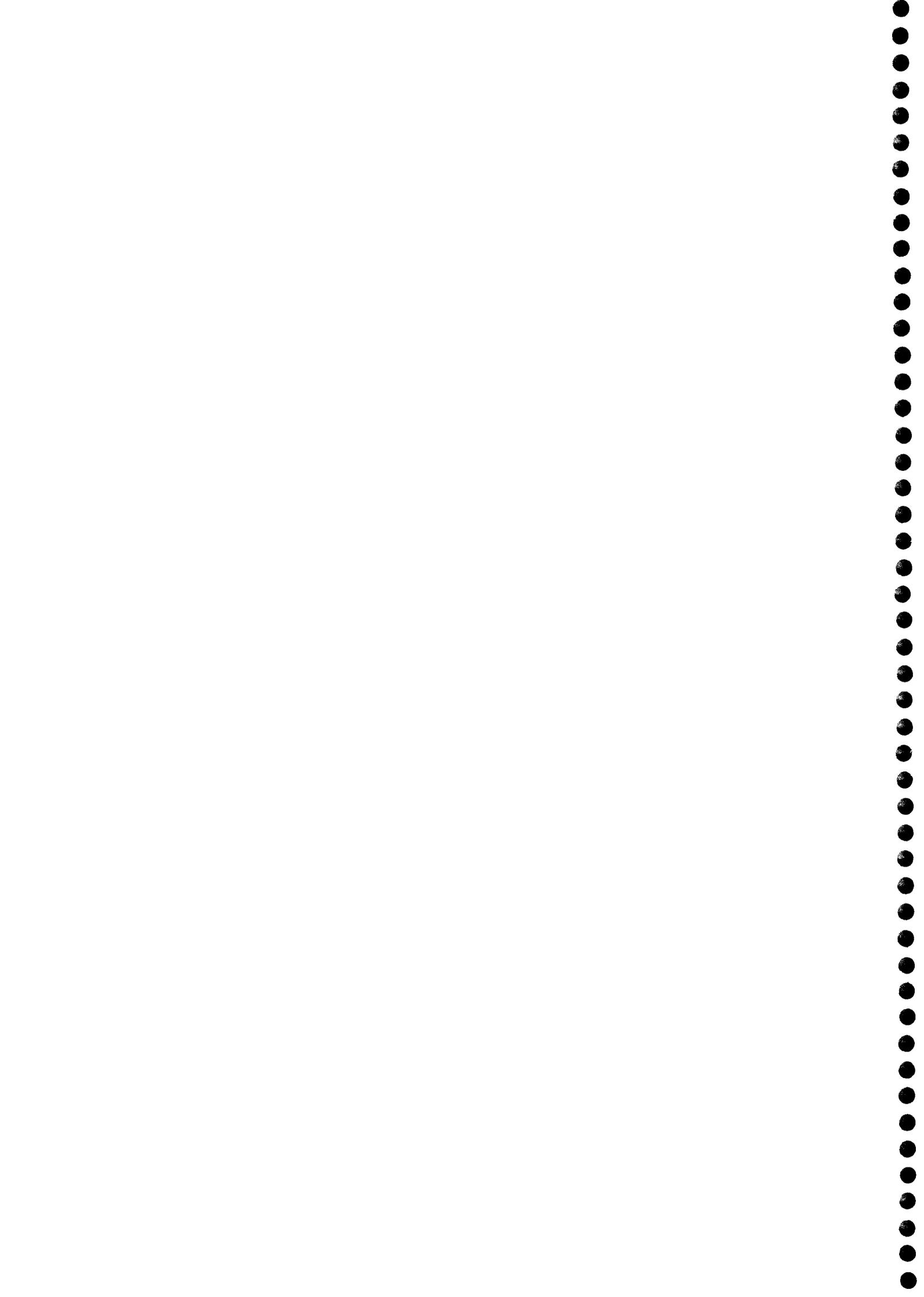


Gráfico 36: Atividade Principal por Renda Média por Atividade.
Fonte: Plenu's, 2015.

Equacionando a soma de todas as rendas declaradas (R\$ 501.760,00) e o número de trabalhadores do público D (199 pessoas), tem-se a renda média por participantes na renda: R\$ 2.521,41. Considerando o total de residentes (346 pessoas), tem-se a renda per capita: R\$ 1.450,17. Os autônomos e os empreendedores figuram entre as três categorias mais expressivas, tanto no valor da renda média mensal quanto na representatividade dentro do universo de pesquisa.



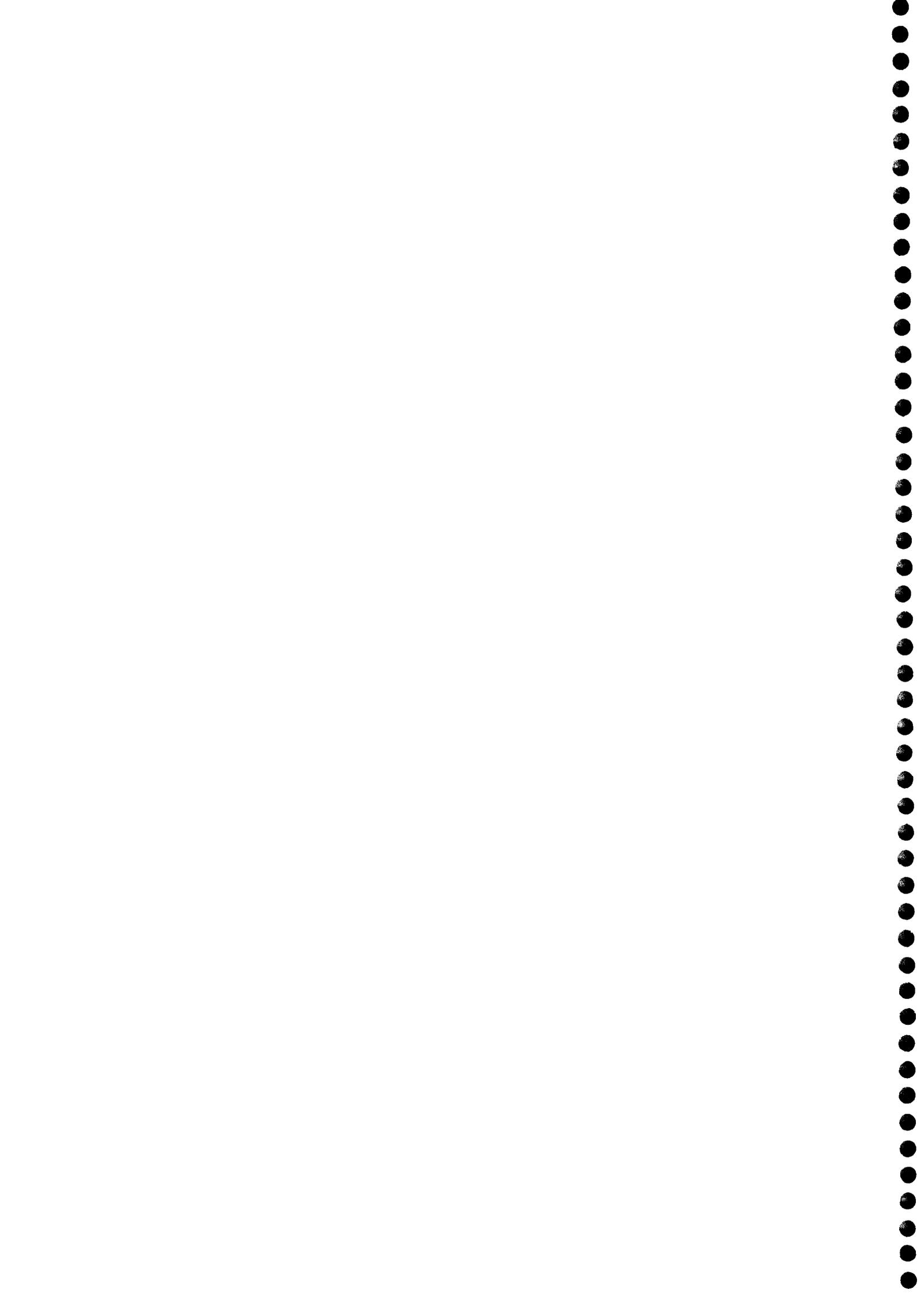
4 ANÁLISE QUALITATIVA

Em momentos de mudanças, os grupos sociais sofrem transformações dinâmicas, tendo uma necessária incorporação do novo modo de vida e a conseqüente separação com a condição social prévia. Este fato ocorreu com as famílias indenizadas pelas SAE.

No exercício de reflexão investigativa em torno de elementos mensuráveis presentes na cotidianidade desse público, bem como sua articulação com as percepções colhidas pelos pesquisadores, buscou-se promover uma aproximação com a realidade vivida por parte da população indenizada pela SAE, em Porto Velho.

Segundo Herculano (2000), a avaliação ou a mensuração sobre a qualidade de vida de uma população vem sendo proposta de duas formas:

- 1) em primeiro lugar, examinando-se os recursos disponíveis, a capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades. Por exemplo, podemos analisar as condições de saúde pela quantidade de leitos hospitalares e número de médicos disponíveis, ou o grau de instrução pelo número de escolas, jornais publicados, níveis de escolaridade atingidos, etc.; podemos avaliar as condições ambientais pela potabilidade da água, coliformes e partículas de substâncias nocivas em suspensão, pela emissão aérea de poluentes, pela quantidade de domicílios conectados às redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, pela dimensão per capita de áreas verdes e espaços abertos urbanos disponíveis para amenizar a paisagem cinza do concreto e asfalto urbanos.
- 2) Uma segunda forma de estimar a qualidade de vida é avaliar as necessidades, através dos graus de satisfação e dos patamares desejados. Podemos, assim, tentar mensurar a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança, ou seja, pelos estágios de consciência a respeito dos graus de prazer ou felicidade experimentados (Scanlon, in Nusbaum & Sen, 1995: 185); ou a partir de um julgamento que se propõe substantivo, feito pelo próprio pesquisador, sobre o que tornaria a vida melhor.



No desenvolvimento dessa pesquisa, levou-se em conta que a clara definição do que é qualidade de vida irá variar em razão das diferenças individuais, sociais e culturais e pela acessibilidade às inovações tecnológicas. Assim, a diferença entre o que se tem e o que se quer tende a existir sempre.

No extremo oposto, a percepção queixosa sobre a baixa qualidade da própria vida poderia estar relacionada a um consumismo desenfreado, ou seja, um estilo de vida escravizado pelo desejo de consumo, condenando os indivíduos a querer mais e, portanto, a não gozar a vida pela vida.

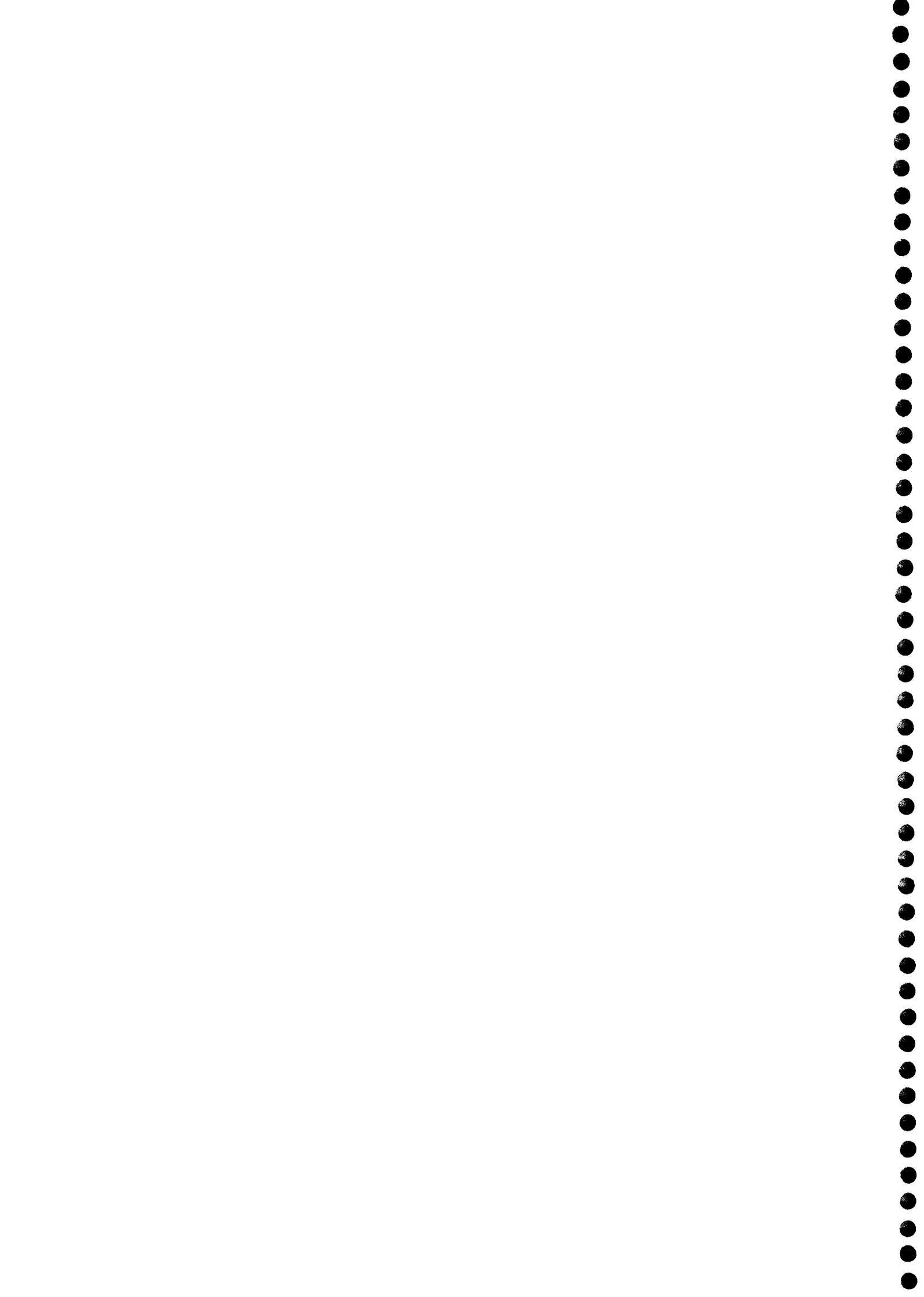
Neste sentido, de modo objetivo, as análises desta pesquisa tiveram por base a primeira forma descrita por Herculano (2000) – que é a verificação dos recursos disponíveis, da capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades – as quais foram complementadas pela análise do *Sistema de Bem-Estar*, descrito a seguir:

O *Sistema de Bem-Estar* da Escandinávia definiu princípios subjacentes para seus indicadores sociais, baseados em 3 verbos considerados básicos à vida humana – **ter**, **amar** e **ser** (HERCULANO 2000:88):

Ter, refere-se às condições materiais necessárias a uma sobrevivência livre da miséria: recursos econômicos (medidos por renda e riqueza); condições de habitação (medidas pelo espaço disponível e conforto doméstico); emprego (medido pela ausência de desemprego); condições físicas de trabalho (avaliado pelos ruídos e temperaturas nos postos de trabalho, rotina física, stress); saúde (sintomas de dores e doenças, acessibilidade de atendimento médico; educação (medida por anos de escolaridade).

Amar diz respeito à necessidade de se relacionar a outras pessoas e formar identidades sociais: união e contatos com a comunidade local; ligação com a família nuclear e parentes; padrões ativos de amizade; união e contatos com companheiros em associações e organizações; relações com companheiros de trabalho.

Ser refere-se à necessidade de integração com a sociedade e de harmonização com a natureza, a serem mensuradas com base nos seguintes princípios: em que medida uma pessoa participa nas decisões e atividades coletivas que influenciam sua vida; atividades políticas; oportunidades de tempo de lazer; oportunidades para uma vida profissional significativa; oportunidade de estar em contato com a natureza, em atividades lúdicas ou contemplativas.



O Sistema de Bem-Estar proposto pode ser avaliado conforme o quadro de indicadores apresentado a seguir, que oferece a possibilidade de análises a partir dos aspectos subjetivos de Herculano (2000):

	Indicadores objetivos	Indicadores subjetivos
Ter - condições materiais	Medidas objetivas do nível das condições ambientais e de vida	Sentimentos subjetivos de satisfação/insatisfação com tais condições
Amar - necessidades sociais	Medidas objetivas de relações interpessoais	Felicidade-infelicidade - sentimentos subjetivos sobre as relações sociais
Ser - necessidades de crescimento pessoal	Medidas objetivas da relação das pessoas com a sociedade e com a natureza	Sentimentos subjetivos de alienação/crescimento pessoal

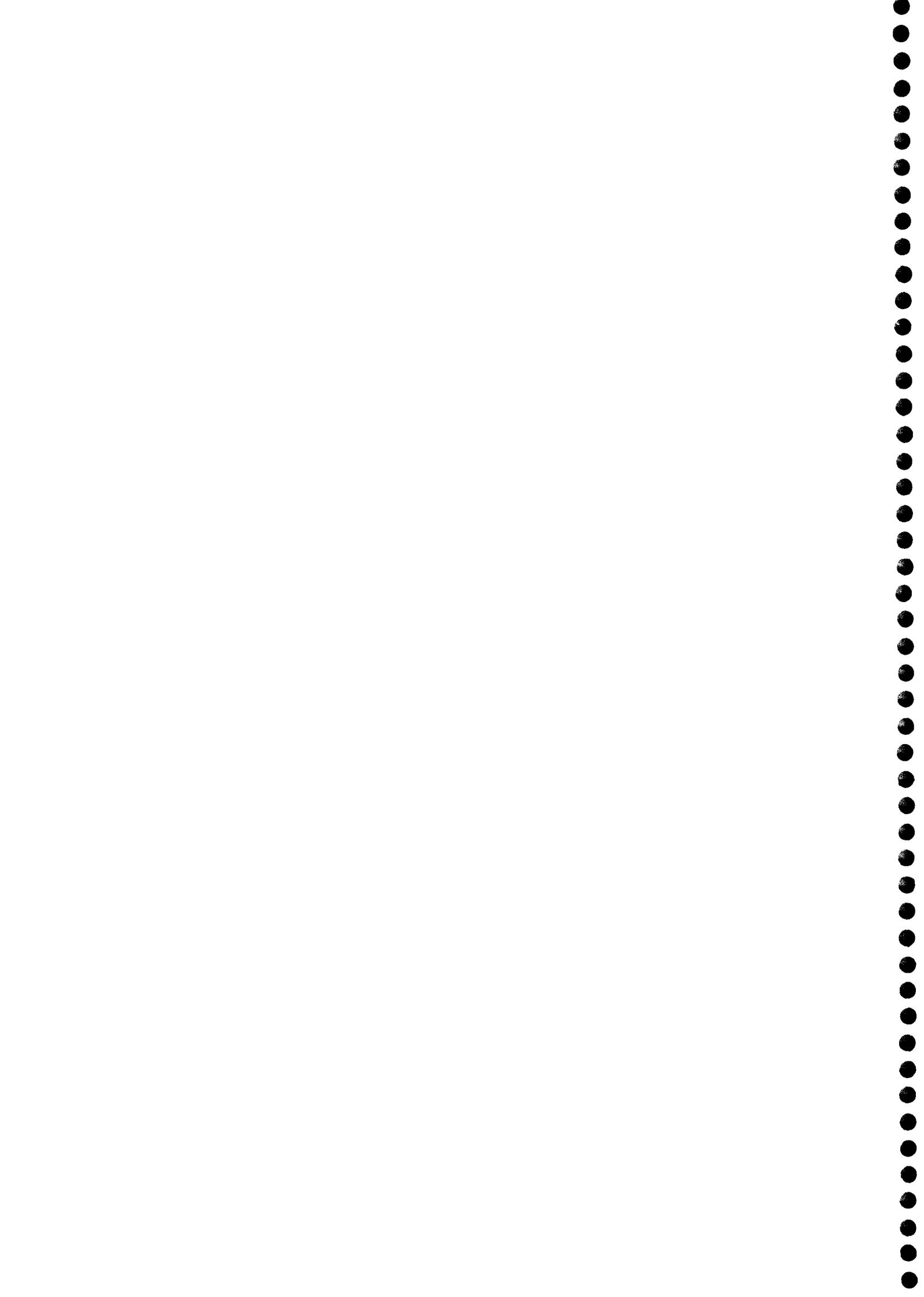
Quadro 1: Indicadores Objetivos e Subjetivos.
Fonte: Adaptado de Herculano (2000).

Esta pesquisa analisou a qualidade de vida com base nos *indicadores objetivos* apresentados no quadro acima, tendo em vista os critérios de objetividade expressos no projeto técnico.

Herculano (2000) define qualidade de vida a partir de dois conceitos:

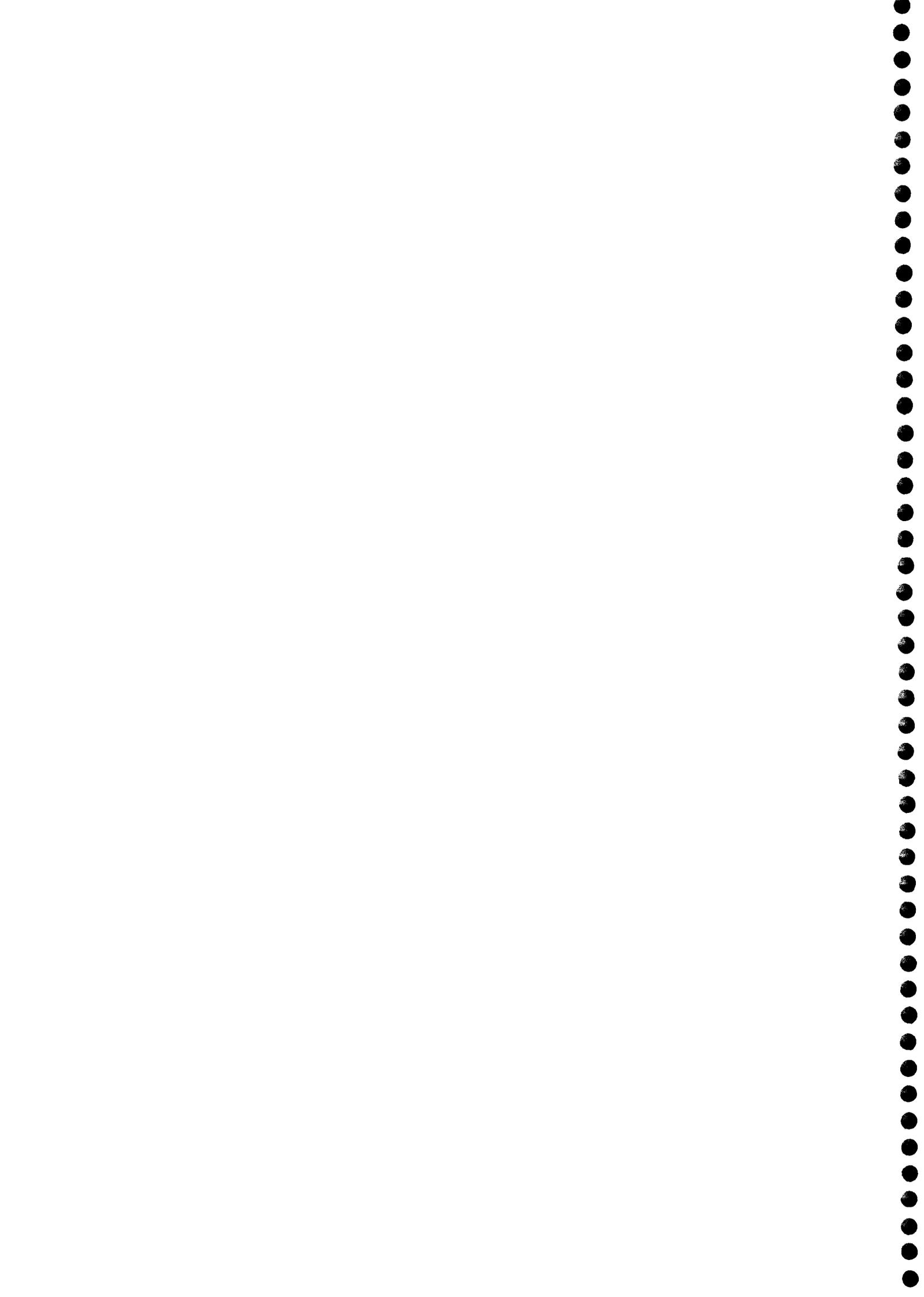
[...] capacitação (*capability*), que representa as possíveis combinações de coisas que uma pessoa está apta a fazer ou ser, e funcionalidades (*functionings*), que representa partes do estado de uma pessoa - as varias coisas que ela faz ou é. Assim, a capacitação reflete, em cada pessoa, as combinações alternativas de funcionalidades que esta pessoa pode conseguir. Desta forma, a qualidade de vida pode ser avaliada em termos da capacitação para alcançar funcionalidades, tais como as funcionalidades elementares (nutrir-se adequadamente, ter saúde, abrigo etc.) e as que envolvem auto-respeito e integração social (tomar parte da vida da comunidade).

Assim, atentando-se para a fundamentação teórica dos oito eixos temáticos desta pesquisa, que considera os princípios básicos do **Sistema de Bem-Estar** apresentado por Herculano (2000), organizou-se o quadro abaixo.



Sistema de Bem Estar	Indicadores	Perfil do Público	Análise
Ter	Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Patrimônio <ul style="list-style-type: none"> ○ 57,89% até R\$ 100.000,00 ○ 19,30% entre 101.000,00 a 200.000,00 • Renda média dos trabalhadores de R\$ 2.521,41 • Atividade econômica: <ul style="list-style-type: none"> ○ Funcionário – 20,73% ○ Autônomo – 19,82% • Trabalhadores por família: <ul style="list-style-type: none"> ○ Uma pessoa – 40,00% ○ Duas pessoas – 35,00% 	<p>Os indicadores demonstram que o público D apresenta fatores positivos quanto aos aspectos relacionados ao verbo TER do Sistema de Bem Estar, com patrimônio de valor relevante, renda média superior à renda <i>per capita</i> nacional, reunindo condições básicas para custeio da qualidade de vida</p> <p>Dentre as principais atividades econômicas destacam-se: autônomos e funcionários de empresas privadas, tendo a maior parte das famílias o trabalho de até duas pessoas na formação da renda</p> <p>Trata-se de um público que utiliza um meio de comunicação de vanguarda, indicando certo grau de conhecimento</p>
	Logística	<ul style="list-style-type: none"> • Meios de transporte <ul style="list-style-type: none"> ○ Carro – 55,86% ○ A pé – 20,00% ○ Coletivo – 17,27% • Meios de comunicação <ul style="list-style-type: none"> ○ Celular – 100% ○ Internet – 33,33% 	
Amar	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino Médio – 42,34% • Graduação – 9,01% • Não alfabetizado – 10,81% • Famílias com Estudantes – 66,67% • Participam de associação – 19,27% 	<p>Um público que desfruta do acesso a serviços públicos de saúde e de educação e que, no entanto, apresenta alto índice de não alfabetizados</p> <p>Baixos índices de associativismos e de desprendimento de esforços para o aprimoramento profissional</p>
	Saúde e Bem Estar	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a UBS – 79,41% • Pessoas com doença crônica – 35,14% 	
Ser	Cultura e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de lazer – passeios mensais – 19,09% • Tempo de moradia – acima de 4 anos – 78,79% 	<p>Quanto ao verbo SER, verificou-se que, em média, as famílias moram há mais de 4 anos no mesmo local</p> <p>A destinação dos resíduos sólidos para a coleta pública e os cuidados com o local de moradia demonstram consciência de preservação ambiental</p>
	Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Resíduos sólidos <ul style="list-style-type: none"> ○ Queimados 3,64% ○ Coleta pública – 96,63% 	

Quadro 2: Princípios de Indicadores Sociais.
 Fonte: Adaptado de Herculano (2000).



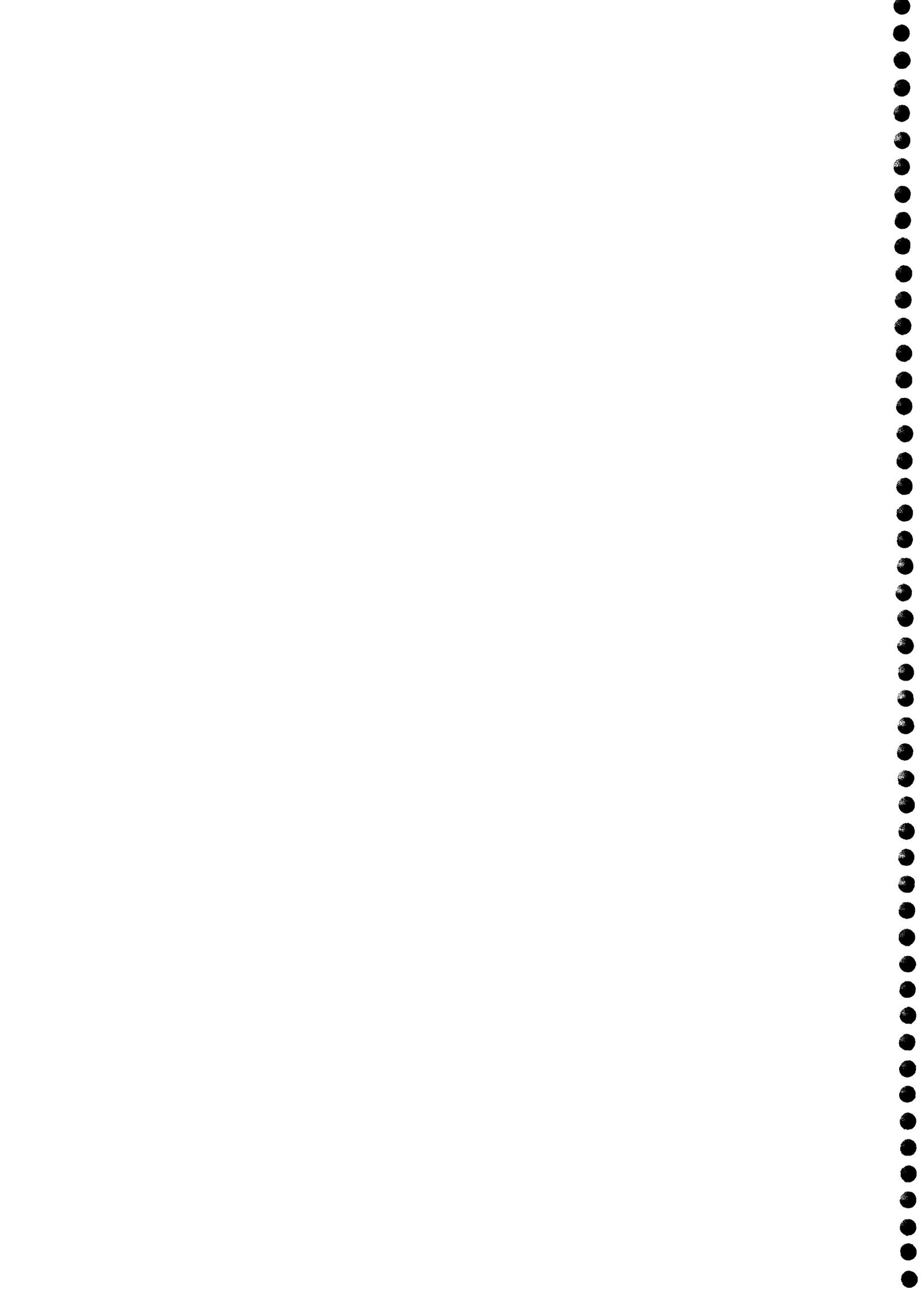
Para estruturar os resultados qualitativos foi aplicada a técnica Delphi de análises qualitativas (DEMO, 2002). A equipe de pesquisadores analisou criticamente o material elaborado, tanto em conjunto, nas reuniões de avaliação, quanto individualmente, com a finalidade de refinar, adequar e dar qualidade ao que foi construído coletivamente.

O conjunto de indicadores agrupados no Sistema de Bem Estar (Ter, Amar e Ser) constituem as bases dessa avaliação de “cenários”, obtidas a partir das experiências vivenciadas em campo pelos pesquisadores.

Como já apontado, as análises qualitativas aqui produzidas seguem os aspectos mais objetivos da proposta de Herculano (2000). Com essa estratégia metodológica foi possível elaborar uma descrição objetiva da realidade vivenciada pelos grupos familiares alvo desta pesquisa, a partir da delimitação de quadros de referência, abordando parceladamente o todo, para construir progressivamente a malha complexa da qualidade de vida dessa população.

Assim, em síntese, na avaliação dos indicadores sociais de qualidade de vida foram incluídos os aspectos objetivos do Termo de Especificações Técnicas da SAE e do Sistema de Bem Estar, os quais foram trabalhados pela técnica Delphi, que proporcionou o refinamento dos dados, e por uma adaptação da Escala Likert, que possibilitou a análise separada de cada questão e a sua somatória, criando um resultado único para grupos de itens (Ter, Amar e Ser).

A adaptação metodológica da Escala Likert permitiu a utilização de variáveis quantitativas discretas, atribuindo valores relacionados por uma correspondência biunívoca, com um subconjunto de números inteiros, entre 1 e 5, atribuindo um número a cada resposta, que refletisse a percepção dos pesquisadores em relação a cada questão. Os valores das pontuações obtidos para cada questão foram dados pela média ponderada da somatória da pontuação de cada item.



Nesta tarefa de mensuração foram aplicados os princípios estatísticos de “exaustividade”, abrangendo todos os dados possíveis de cada um dos eixos de pesquisa, e de “exclusividade”, primando pela coerência das análises, para que qualquer dado só pudesse ser representado de uma única forma nos diferentes contextos dos públicos alvo.

Indicadores Sociais

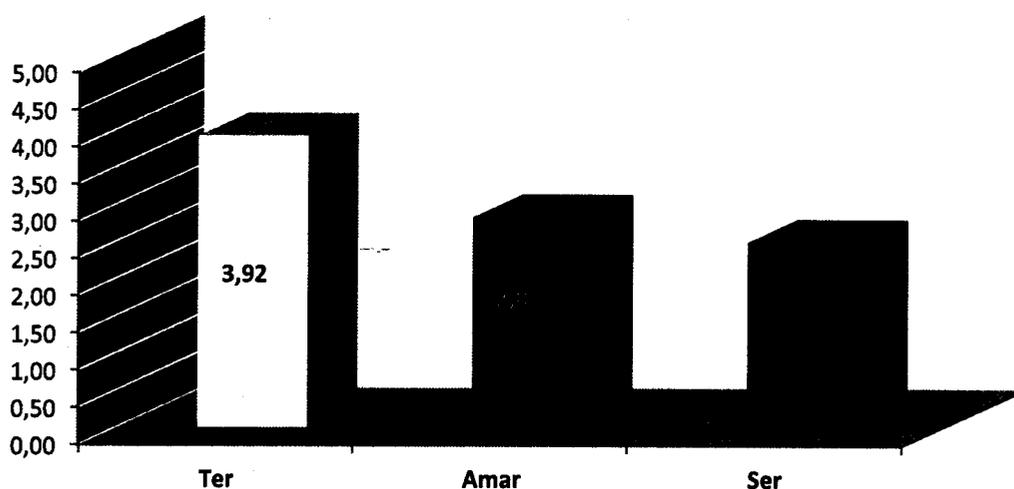
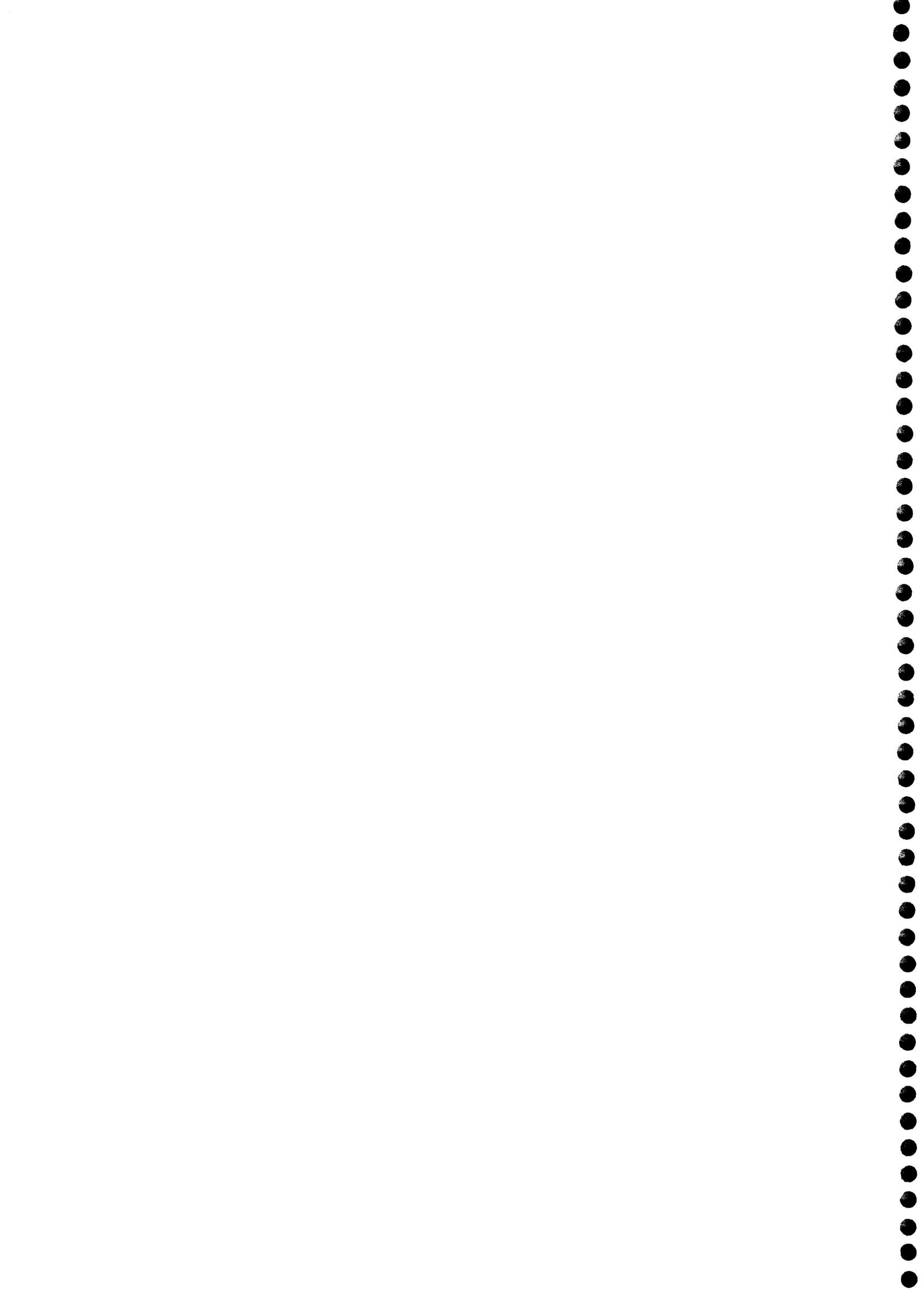


Gráfico 29: Indicadores Sociais (Público D – Novos Indenizados de Jaci-Paraná – T0).
Fonte: Plenu's, 2015.

Tendo por base os parâmetros objetivos estabelecidos nas perspectivas teóricas dessa pesquisa, onde a condição considerada ideal deve corresponder ao valor máximo na escala, ou seja, 5 pontos, observou-se, assim, o perfil do público D, na condição de origem T0, voltado para os elementos do verbo Ter, indicando a presença de elementos da condição material de qualidade de vida.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

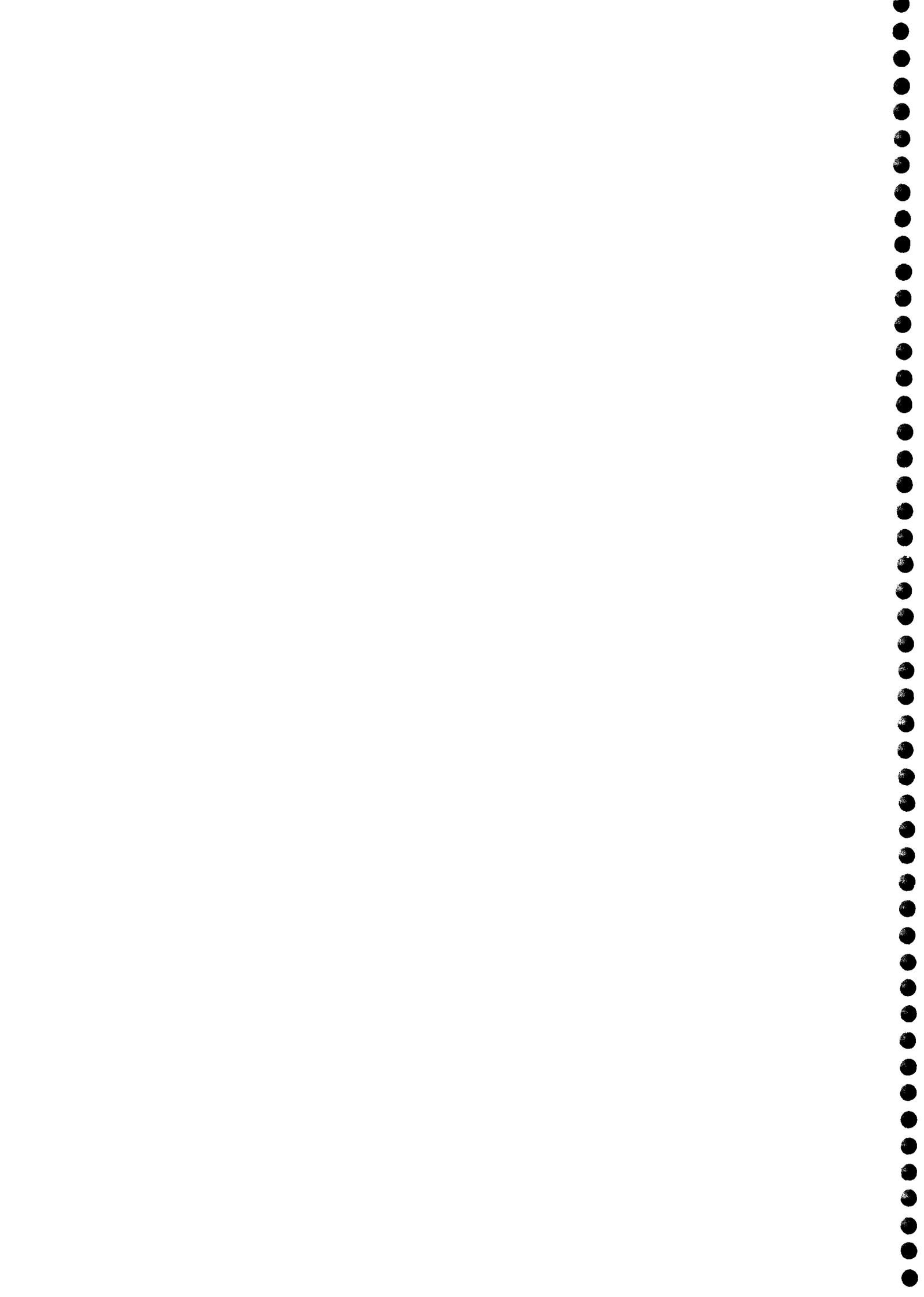
Com o propósito de compor um quadro conjuntural da qualidade de vida dos grupos familiares, buscou-se registrar os elementos descritivos mais objetivos a respeito da qualidade de vida dos indenizados pela SAE, seguindo os parâmetros dos indicadores socioeconômicos definidos no projeto, configurando a situação de vida do público D em sua situação de origem, denominada T0.

Considerando as informações apresentadas neste relatório, observou-se que:

Em relação aos aspectos vinculados ao verbo **ter**, há indícios da existência dos elementos fundamentais e adequados de sobrevivência livre da miséria, com condições razoáveis de habitação, de trabalho, e dos meios de transporte e de comunicação. Considerando as intenções de investimento dos recursos provenientes da indenização, notou-se uma postura sóbria por parte dos monitorados, preferindo os bens imóveis e o desenvolvimento de atividades empreendedoras aos bens móveis.

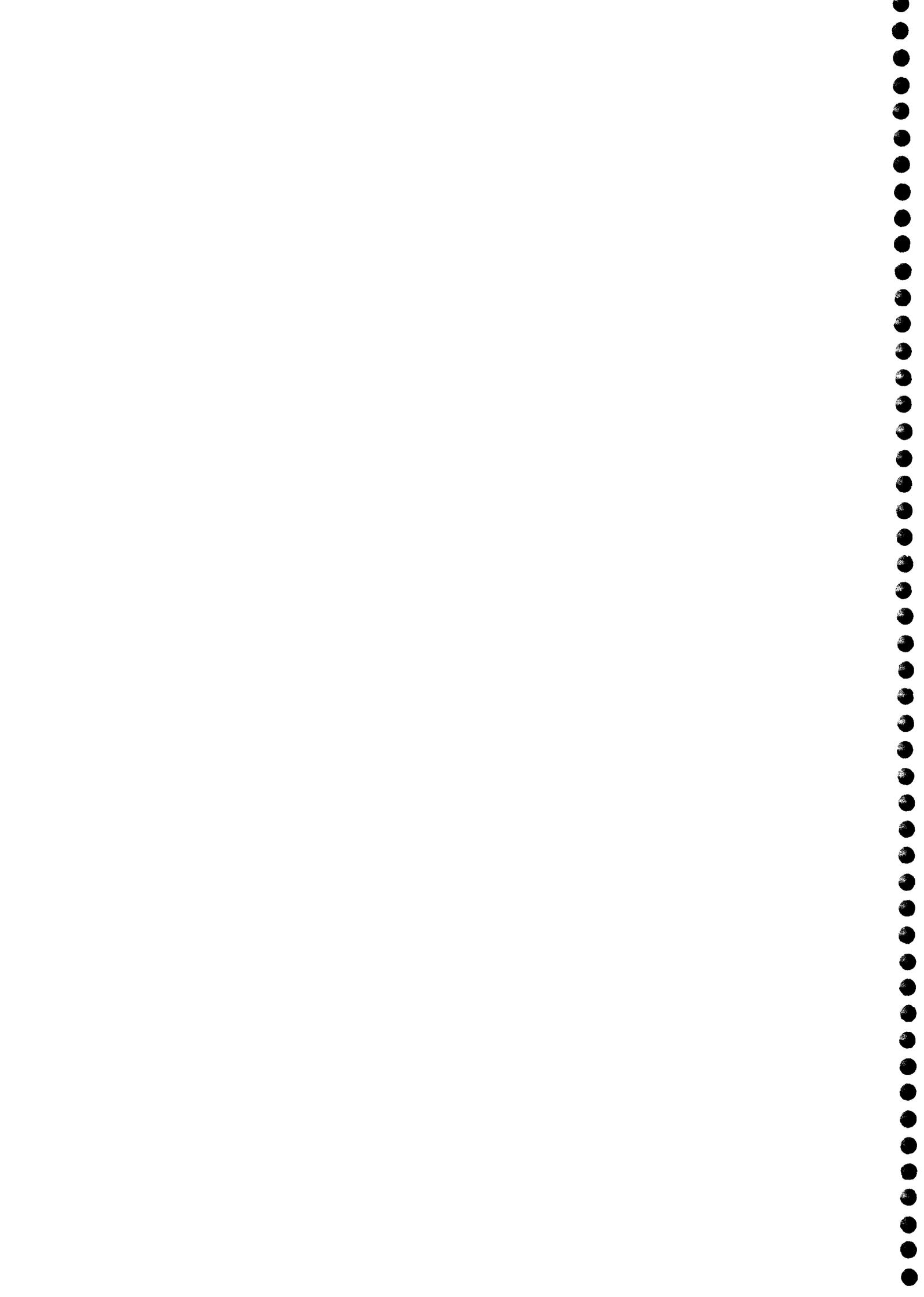
Na análise do quesito **Amar**, além da verificação de fatores objetivos, relacionados aos cuidados com a saúde e ao investimento em educação, observou-se também elementos complexos, como os relacionamentos, familiares e sociais, apoiando-se na percepção dos consultores, que buscaram colher dados que apontassem direta ou indiretamente para as questões desses aspectos, apresentando informações mínimas de adequação aos pressupostos de sociabilidade.

Os tópicos relacionados ao verbo **Ser** foram trabalhados a partir das informações a respeito das atividades de lazer e dos cuidados com o



ambiente, verificando indícios de deslocamentos para participação em reuniões com amigos ou encontros familiares e de ações concretas de preservação do ambiente onde vivem.

Os novos contatos pessoais com os indenizados deverão confirmar tanto a capacidade de adaptação às mudanças decorrentes do processo de indenização quanto o alcance dos objetivos aqui retratados, colaborando com a construção de uma visão mais acurada da trajetória desses grupos familiares.



REFERÊNCIAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2012 – <www.abep.org>.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 5ª ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

DEMO, Pedro. *Avaliação Qualitativa*. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERCULANO, Selene C. *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: Eduff, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Senso 2010*. <www.ibge.gov.br>.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Dados com base no Levantamento Sócio Econômico, 2012*. <www.ibope.com.br>.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como Fazer Pesquisa Qualitativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PLENU'S, Soluções em Gestão Ltda. *Projeto Técnico para Pesquisa de Monitoramento de Qualidade de Vida dos Grupos Familiares Indenizados pela UHE Santo Antônio Energia*. Porto Velho: Plenu's, 2014.

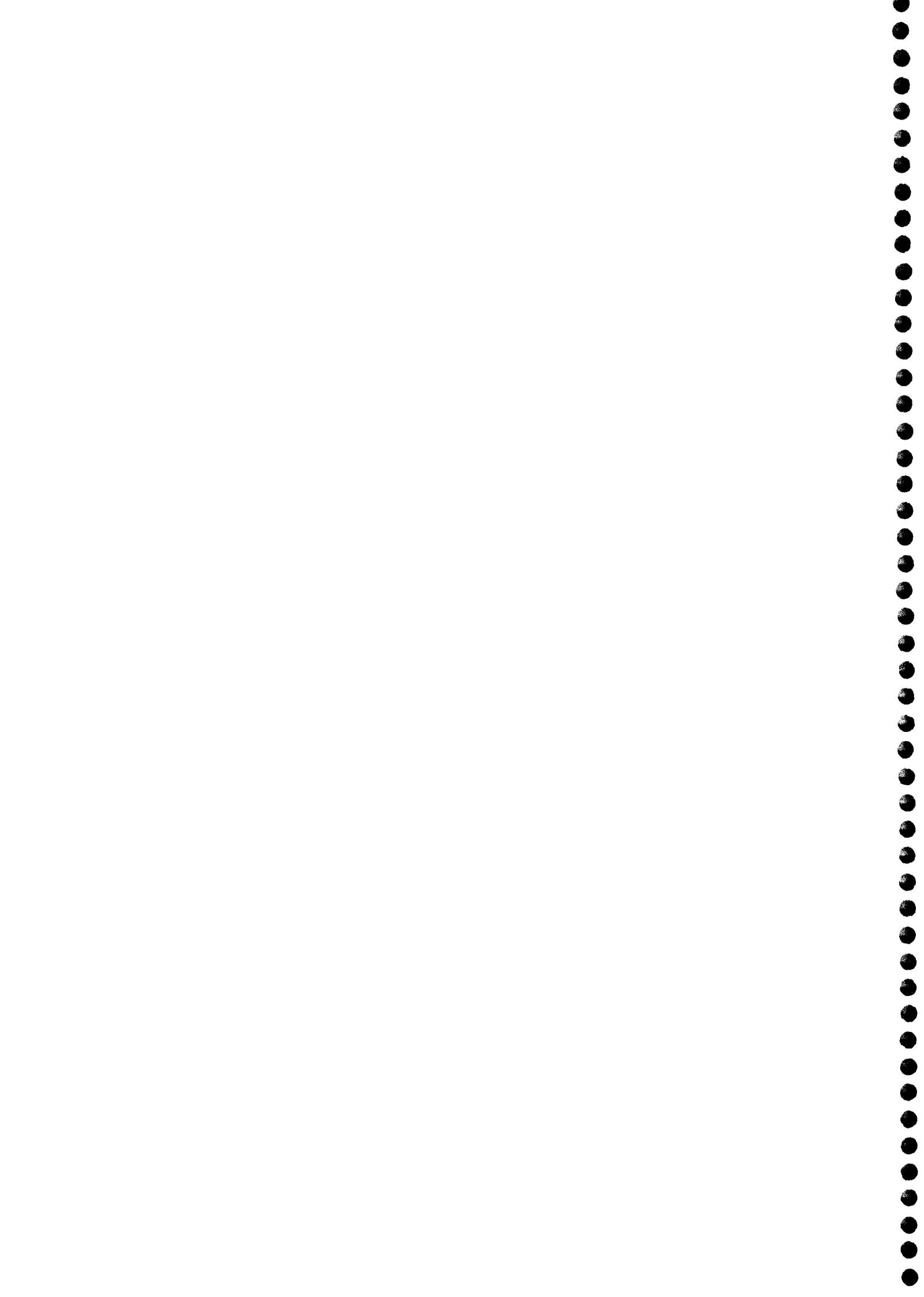
ROESCH, S. *Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 1999.

SAE, Santo Antônio Energia S/A. *Termo de especificações técnicas*. Porto Velho: SAE, 2014.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Nota Conjuntural 35*. Rio de Janeiro: Observatório Sebrae/RJ, 2015.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIENA, Osmar. *Metodologia da Pesquisa Científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos*. Porto Velho: [s.n.], 2007, 200 p.



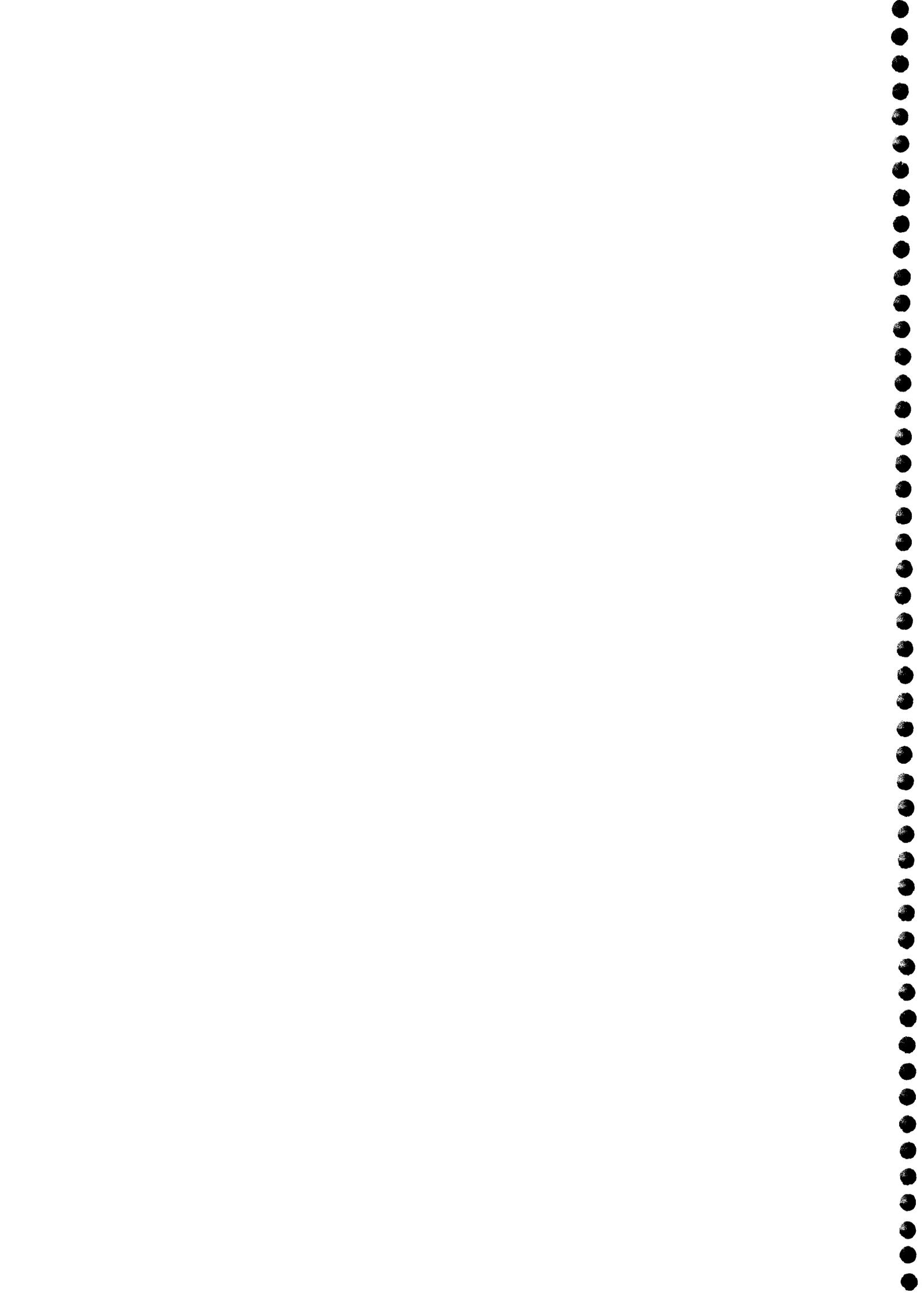
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA
QUALIDADE DE VIDA DOS GRUPOS FAMILIARES
INDENIZADOS PELA SANTO ANTÔNIO ENERGIA
SAE

PÚBLICO D
NOVOS INDENIZADOS DE JACI-PARANÁ

CAMPANHA 1 (T1)



PORTO VELHO
2015



SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A

Presidente

Eduardo de Melo Pinto

Diretoria Técnica

Antônio de Pádua Bemfica Guimarães

Gerência de Sustentabilidade

Guilherme Abbad Silveira

Coordenação Fundiária

Ivan Silveira

Equipe Técnica

Fabio Luiz Nogueira de Almeida – Geógrafo

Jacir José Duzanowski – Analista Socioambiental

Marta Maria Beserra Silveira – Pedagoga

Naelha Auxiliadora Sarmento de Maria – Engenheira Florestal

Priscila Guerrero Ortiz – Engenheira Agrônoma

Talita da Costa Silva – Assistente Administrativo

PLENU'S SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA.

Consultores Coordenadores

Suzimary Souza Guerra – Administradora

Hélcio Passos – Cientista Social

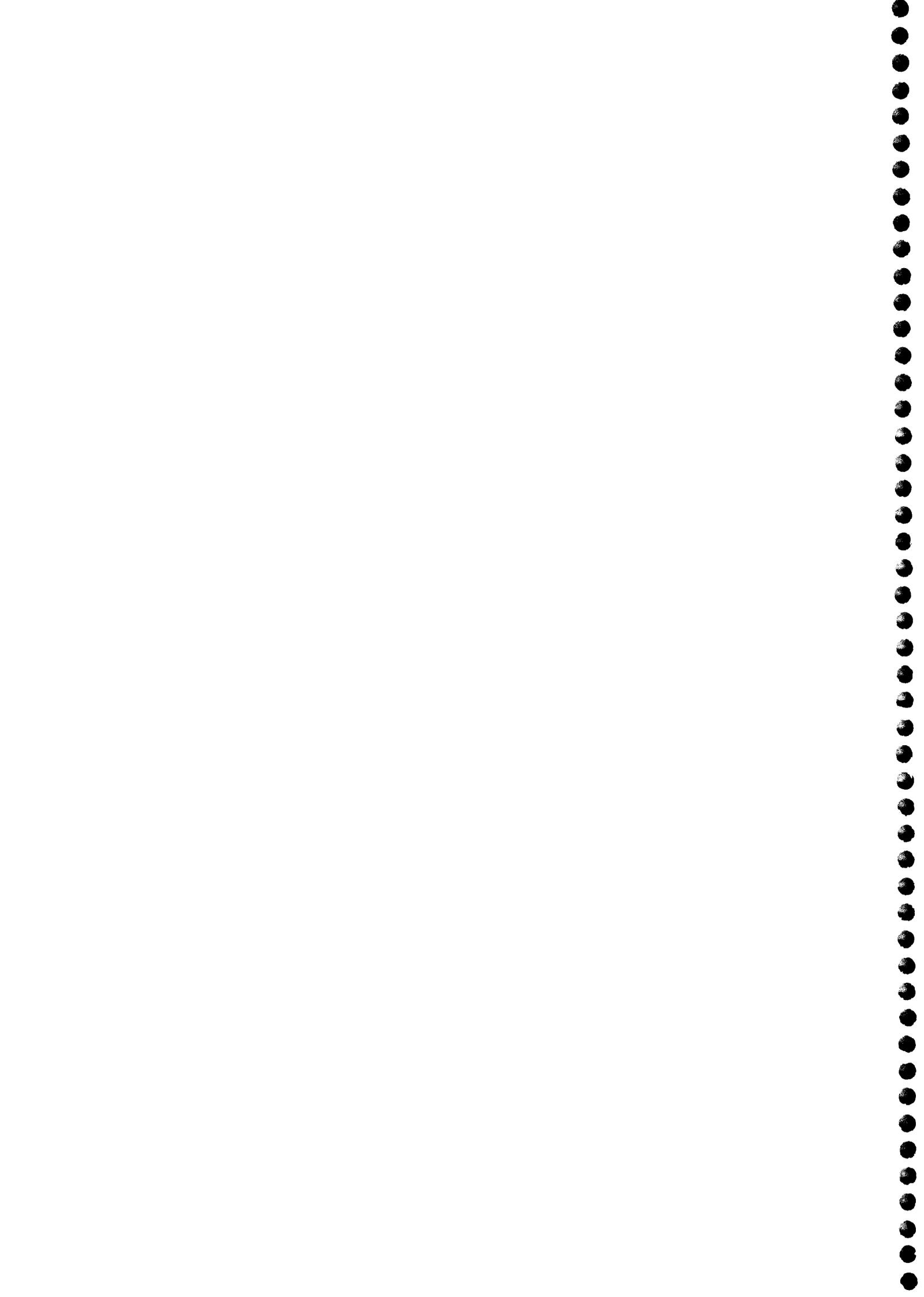
Consultores Especialistas

Emmily Barbosa Gonçalves – Administradora

Laura Imyra Beserra Silveira – Psicóloga / Relações Humanas

Mylton Casaroli Neto – Engenheiro Civil / Análises Estatísticas

Valéria Ramos Carvalho – Administradora / Controle Interno



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
DOS GRUPOS FAMILIARES INDENIZADOS PELA SANTO
ANTÔNIO ENERGIA – SAE

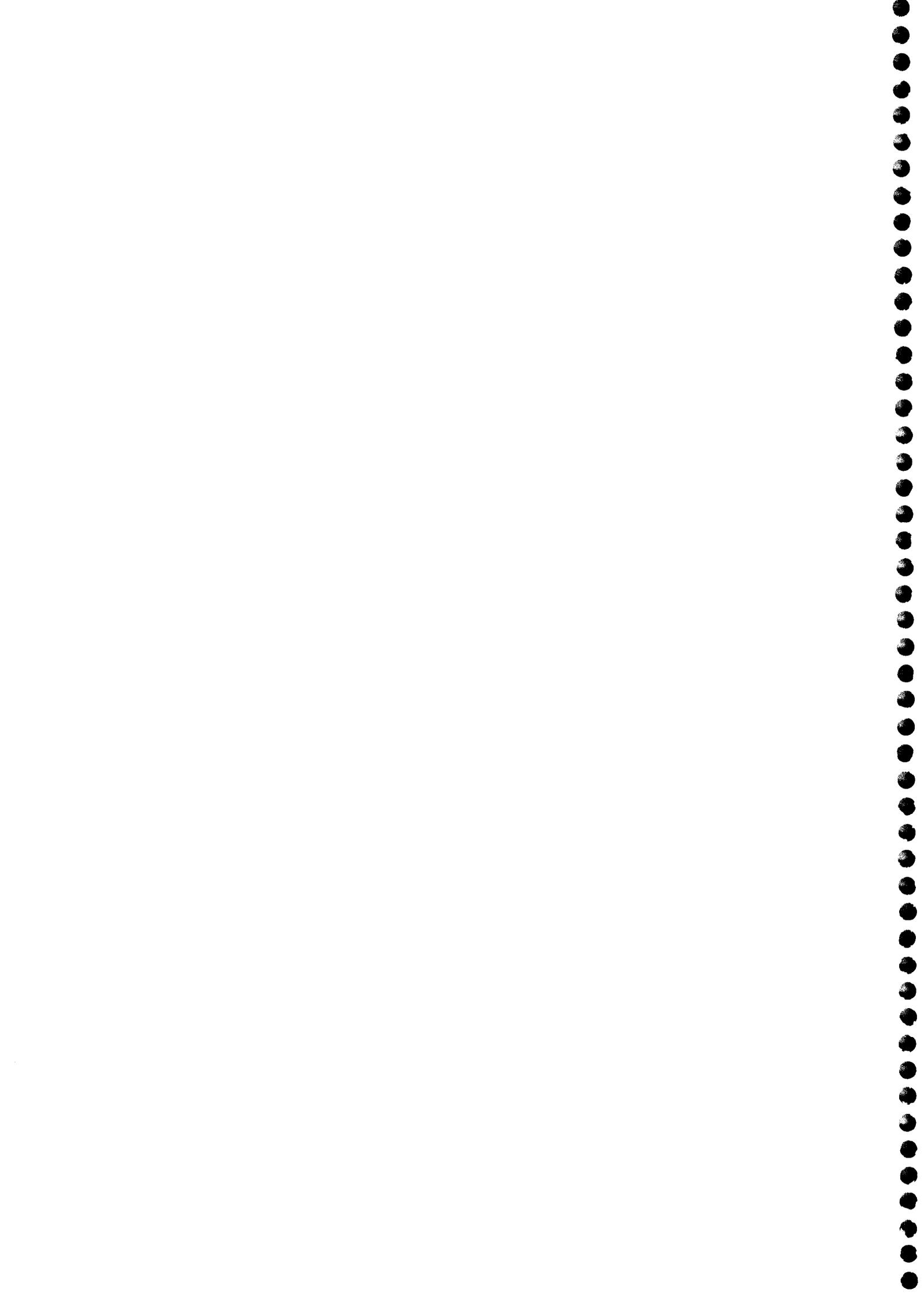
Contratante: SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A – SAE

Contrato: CT.DS.249.2014

Executor: PLENU'S SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA.

Responsável Técnico: Suzimary Souza Guerra

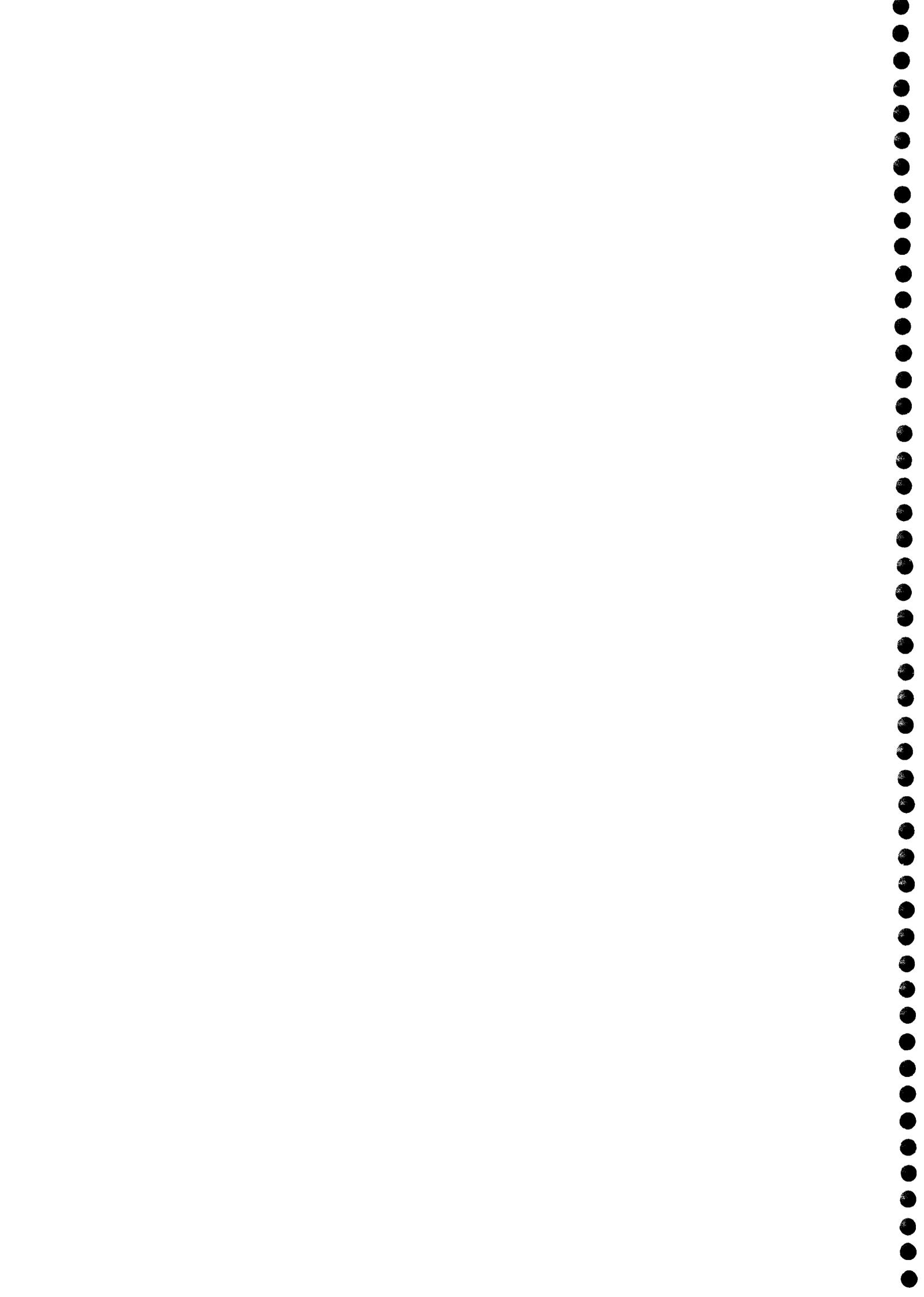
Este relatório faz parte do programa de Monitoramento da Qualidade de Vida dos Grupos Familiares Indenizados pela Santo Antônio Energia – SAE, de acordo com o contrato firmado entre a SAE e a Plenu's, sob o nº CT.DS.249.2014.



SUMÁRIO

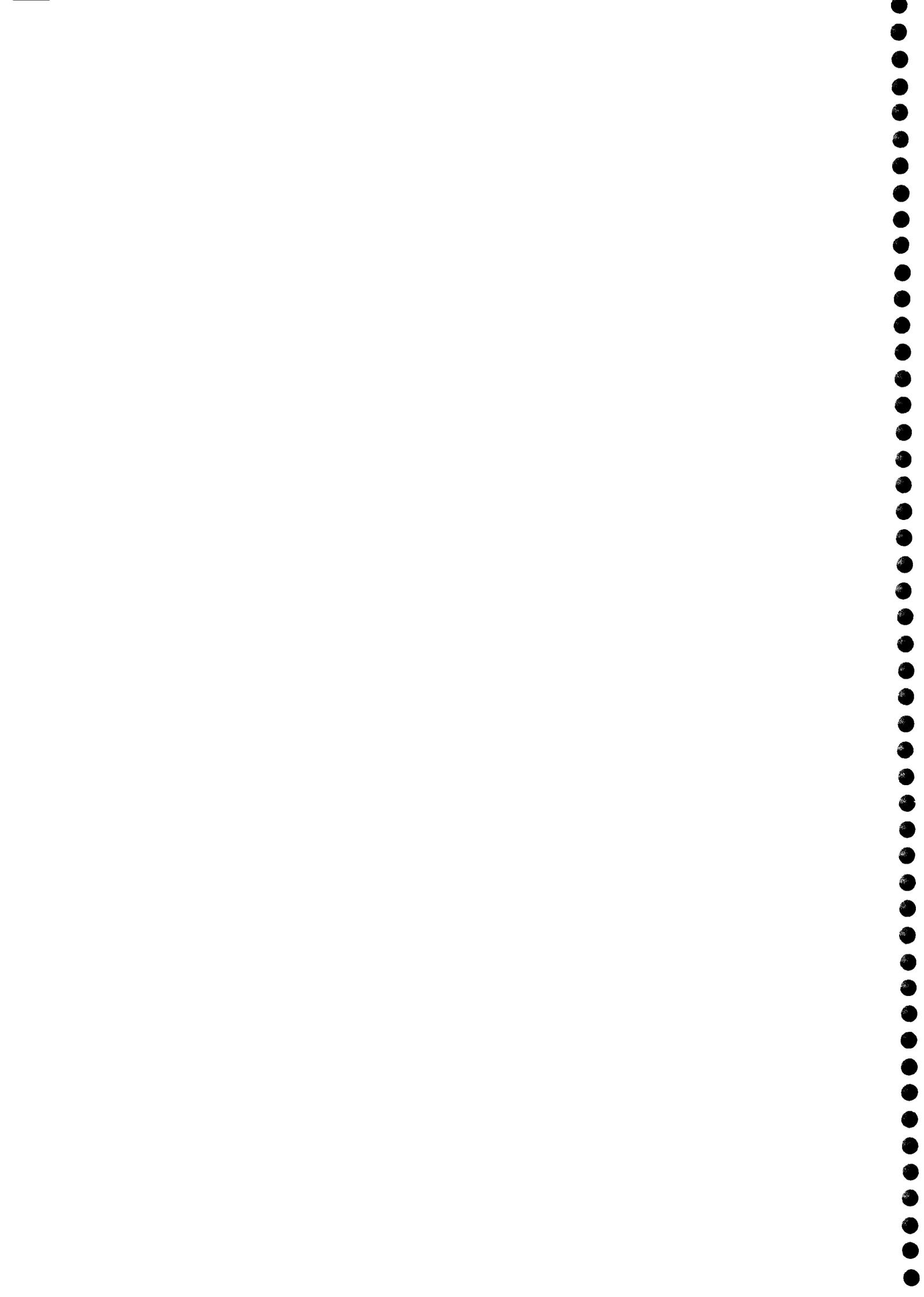
ANÁLISES QUANTITATIVAS

Aspectos Demográficos	
Gráfico 1: Municípios.....	09
Gráfico 2: Sexo do Responsável pelo Grupo Familiar	10
Gráfico 3: Idade do Responsável	10
Eixo Econômico	
Gráfico 4: Setor Econômico.....	11
Gráfico 5: Atividade Principal	12
Gráfico 6: Tempo na Atividade Atual	13
Gráfico 7: Caracterização da Atividade	14
Gráfico 8: Tempo de Moradia.....	14
Gráfico 9: Local de Moradia	15
Gráfico 10: Classes Econômicas.....	16
Gráfico 11: Participantes na Renda.....	17
Gráfico 12: Contratação de Empregado Mensalista	18
Gráfico 13: Valor do Patrimônio.....	19
Gráfico 14: Investimento em Bens Imóveis	20
Gráfico 15: Aquisição ou Reforma de Imóveis	21
Gráfico 16: Aquisição de Veículos.....	22
Gráfico 17: Investimento em Negócios.....	23
Gráfico 18: Aquisição de Outros Bens ou Serviços	24
Eixo Logístico	
Gráfico 19: Transporte Familiar.....	25
Gráfico 20: Veículos de Comunicação.....	26
Educação	
Gráfico 21: Escolaridade	26
Gráfico 22: Número de Estudantes	27
Gráfico 23: Número de Capacitações em 2 Anos.....	28
Cultura e Lazer	
Gráfico 24: Visita a Amigos ou Passeios.....	29
Gráfico 25: Prática de Esportes.....	30
Gráfico 26: Membros de Associações	30
Gráfico 27: Apoio Institucional no Período da Cheia.....	31
Saúde e Bem Estar	
Gráfico 28: Proximidade dos Serviços Públicos de Saúde	32
Gráfico 29: Pessoas com Doenças Crônicas.....	33
Gráfico 30: Número de Banheiros	33
Ambiente	
Gráfico 31: Destinação de Resíduos Sólidos.....	34
Gráfico 32: Condições e Cuidados Ambientais.....	35
ANÁLISES CRUZADAS	
Gráfico 33: Caracterização da Atividade <i>por</i> Setor.....	36
Gráfico 34: Atividade Principal <i>por</i> Caracterização da Atividade	37
Gráfico 35: Atividade Principal <i>por</i> Classes Econômicas.....	39
ANÁLISE QUALITATIVA	
Quadro 1: Indicadores Objetivos e Subjetivos	43
Quadro 2: Princípios de Indicadores Sociais	44
Gráfico 36: Indicadores Sociais (Público D – Novos Indenizados de Jaci-Paraná – T0)....	47



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	06
1 METODOLOGIA APLICADA.....	07
1.1 Universo da Pesquisa	07
1.2 Coleta de Dados	07
1.3 Análise dos Dados	08
RELATÓRIO DE PESQUISA	
Público D – Novos Indenizados de Jaci-Paraná	
2 ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS.....	09
2.1 Dados Demográficos.....	09
2.2 Eixo Econômico	11
2.3 Aplicação dos Recursos Provenientes da Indenização.....	19
2.4 Logística.....	25
2.5 Educação	26
2.6 Cultura e Lazer.....	28
2.7 Saúde e Bem Estar	32
2.8 Ambiente.....	34
3 ANÁLISES CRUZADAS	36
3.1 Caracterização da Atividade por Setor da Economia.....	36
3.2 Análise de Renda por Atividade.....	38
4 ANÁLISE QUALITATIVA.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50



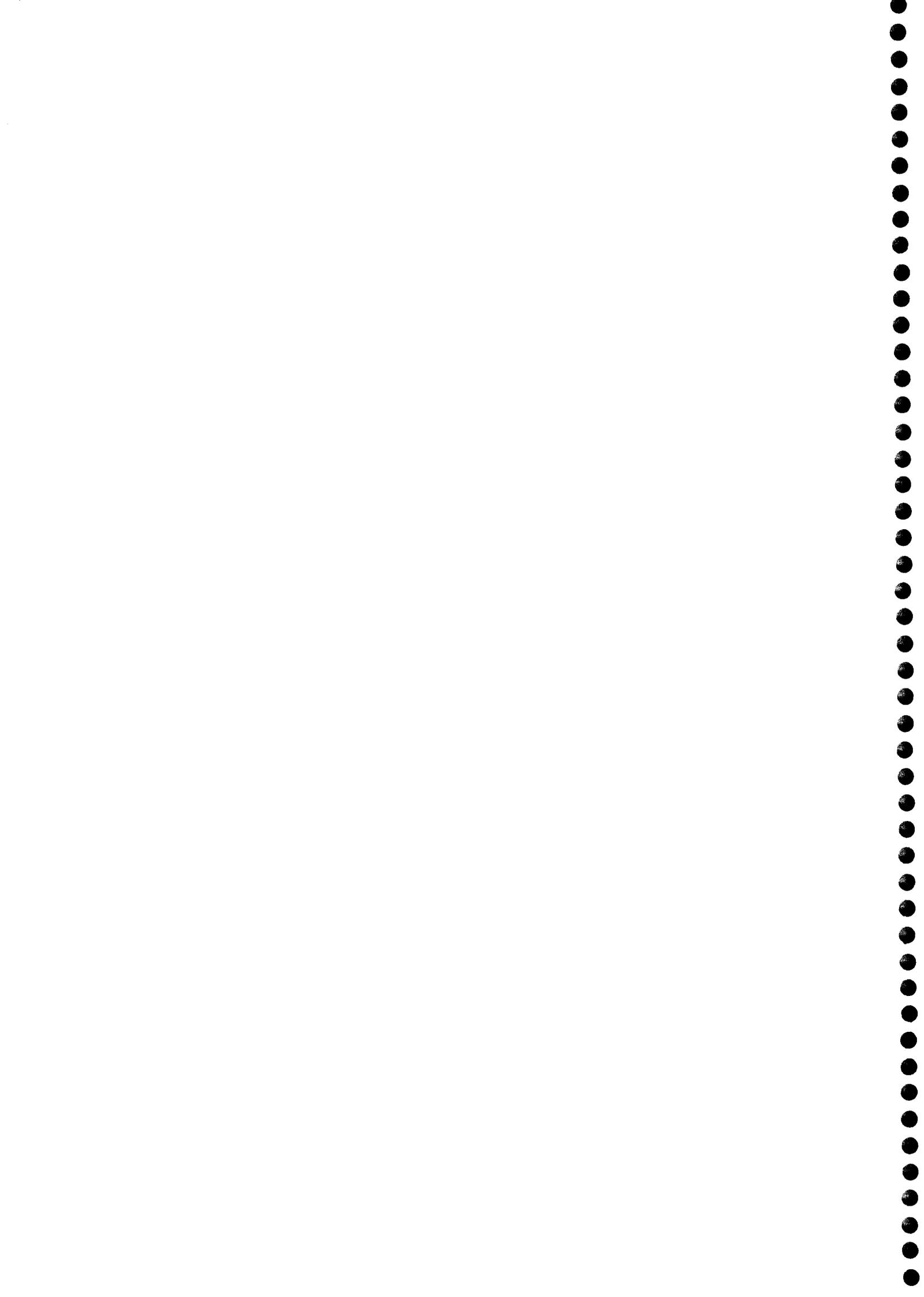
APRESENTAÇÃO

Este relatório demonstra uma das pesquisas previstas no Programa de Monitoramento da Qualidade de Vida dos Grupos Familiares Indenizados pela Santo Antônio Energia – SAE, implementado com a finalidade de mensurar os aspectos da qualidade de vida das famílias inseridas no processo de indenização.

A pesquisa reúne dados comparativos entre a situação de origem e a situação atual das famílias indenizadas, em Jaci-Paraná, cujos imóveis envolvidos na cheia histórica do Rio Madeira em 2014. Essas famílias compõem o público alvo de pesquisa denominado como Público D. Sendo uma análise evolutiva, gerando informações sobre as condições de vida no momento posterior ao processo de indenização, tem-se como parâmetro a situação de origem dos grupos familiares de Jaci-Paraná, distrito de Porto Velho.

Os dados objetivos foram coletados nas entrevistas realizadas em Jaci-Paraná, no local de residência dos monitorados e por telefone, quando a visita no local não foi possível de ser realizada.

A apresentação dos resultados é composta por dados estatísticos, com análises quantitativas e qualitativas. Dessa forma, este documento constitui o Relatório da Campanha 1 do Público D – Novos Indenizados de Jaci-Paraná, aqui retratado como Tempo 1 (T1) de pesquisa.



1 METODOLOGIA APLICADA

A metodologia aqui aplicada foi desenvolvida no Projeto Técnico apresentado e aprovado pela Santo Antônio Energia.

Neste capítulo, apresenta-se um resumo dos principais pontos da metodologia para maior compreensão dos resultados.

1.1 Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa é formado por 160 propriedades indenizadas pela SAE que pertencem a 140 grupos familiares, configurando a existência de proprietários de mais de um imóvel, inseridos no processo indenizatório.

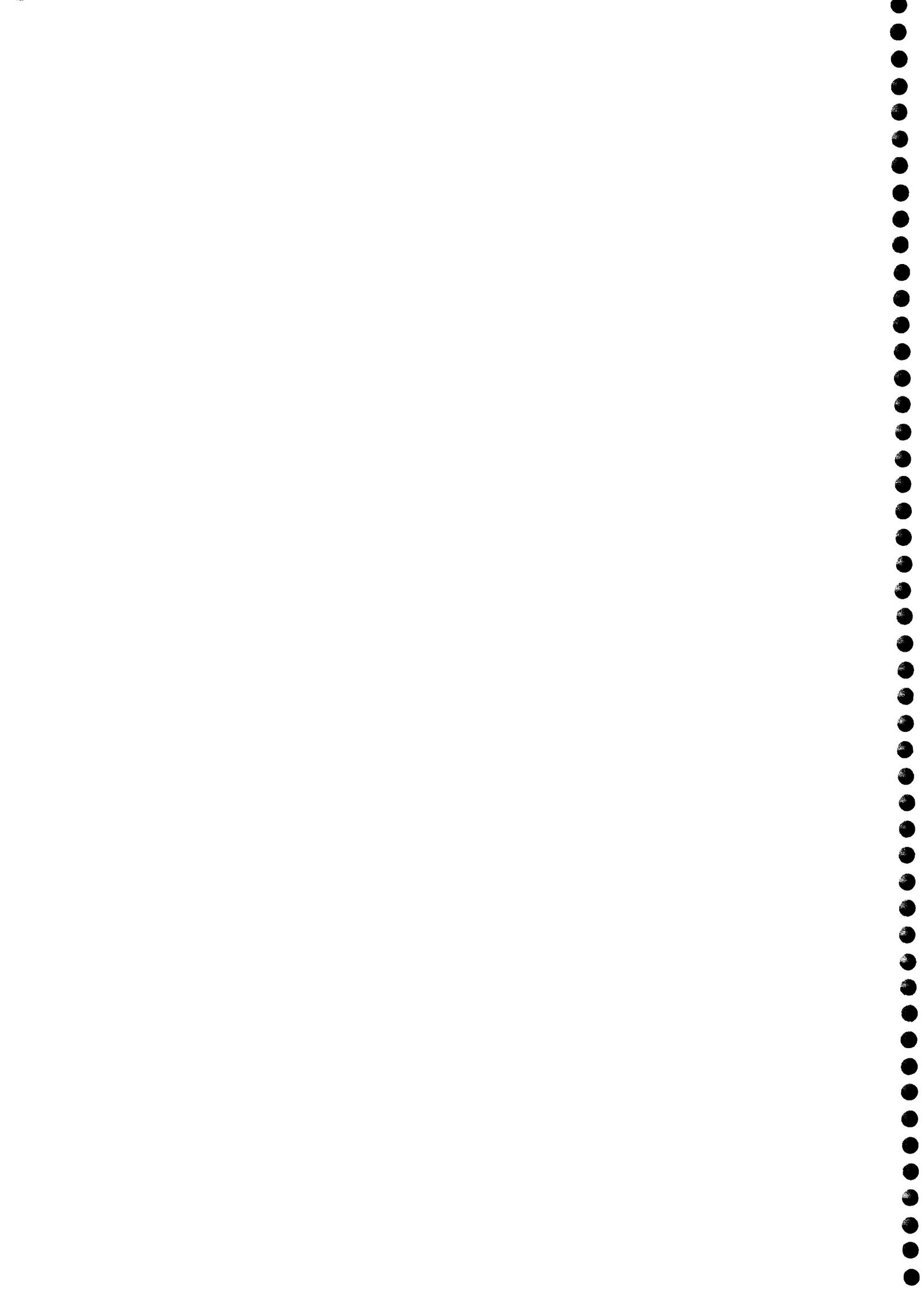
Integra a amostra desta análise de origem um total de cento e vinte e cinco (125) grupos familiares indenizados, que foram localizados e entrevistados, conforme informações disponibilizadas pela SAE.

1.2 Coleta de Dados

A coleta de dados foi desenvolvida com a utilização de um instrumento de pesquisa, contendo questões correspondentes aos eixos temáticos definidos no Projeto Técnico, incluindo aspectos de Aplicação de Recursos e excluindo-se o Eixo Produtivo, por entender que o referido público não desenvolve atividades rurais.

A inclusão dos aspectos de Aplicações de Recursos no instrumento de pesquisa tem o intuito de analisar comparativamente, na situação T0 e T1, os investimentos oriundos das indenizações.

O que se pretende é analisar a forma como os recursos foram utilizados, retratada no recorte temporal T1, em comparação com as expectativas de



investimento obtidas pelas declarações do público pesquisado, antes do recebimento dos valores das indenizações, no T0.

No momento da realização da pesquisa junto aos grupos familiares foi oferecida uma assessoria com orientações básicas a cerca do cenário econômico atual, destacando quesitos que devem ser observados na hora de investir ou utilizar os recursos originários das indenizações pagas pela SAE. A fim de facilitar o trabalho de orientação a Plenu's elaborou material impresso contendo tais informações e disponibilizou-os aos indenizados.

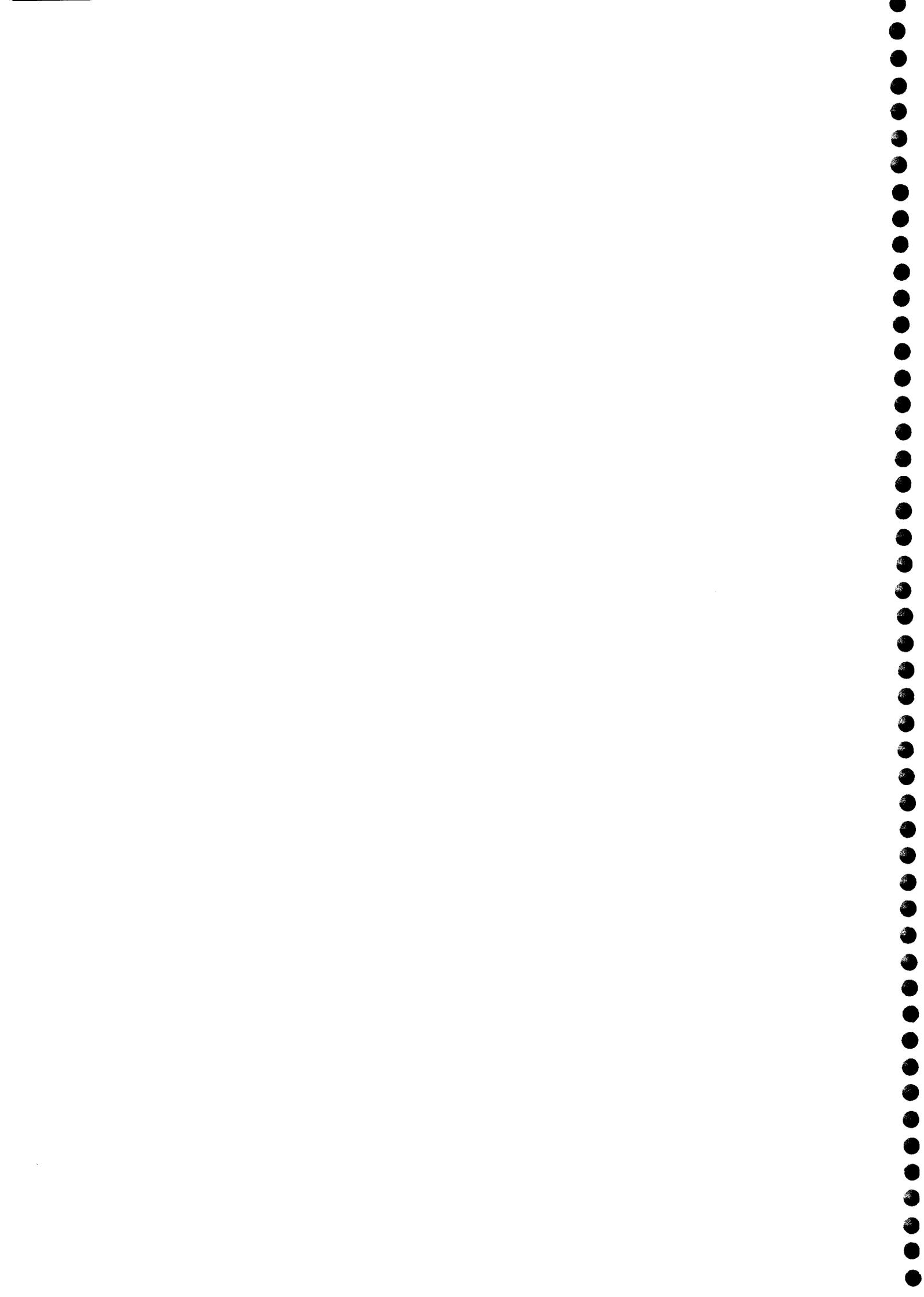
O mesmo instrumento de coleta de dados que foi aplicado na pesquisa de origem foi utilizado também na pesquisa da situação atual dos grupos familiares alvo, tornando possível uma análise comparativa dos dados e das informações, com indicadores evolutivos desses grupos familiares.

1.3 Análise dos Dados

O relatório analítico apresenta os dados estatísticos, seguidos de análises qualitativas para entendimento dos eixos temáticos pesquisados.

A análise quantitativa é apresentada com índices que são explorados à luz de referenciais de instituições renomadas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

A análise dos dados está formatada com base nos princípios do Sistema de Bem-Estar, conforme apresentado por Herculano (2000), os quais definem indicadores sociais baseados nos verbos *ter* (relacionado aos aspectos materiais), *amar* (refletido nas relações sociais) e *ser* (vinculado aos fatores de auto realização).



2 ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS

PÚBLICO D – NOVOS INDENIZADOS

2.1 Dados Demográficos

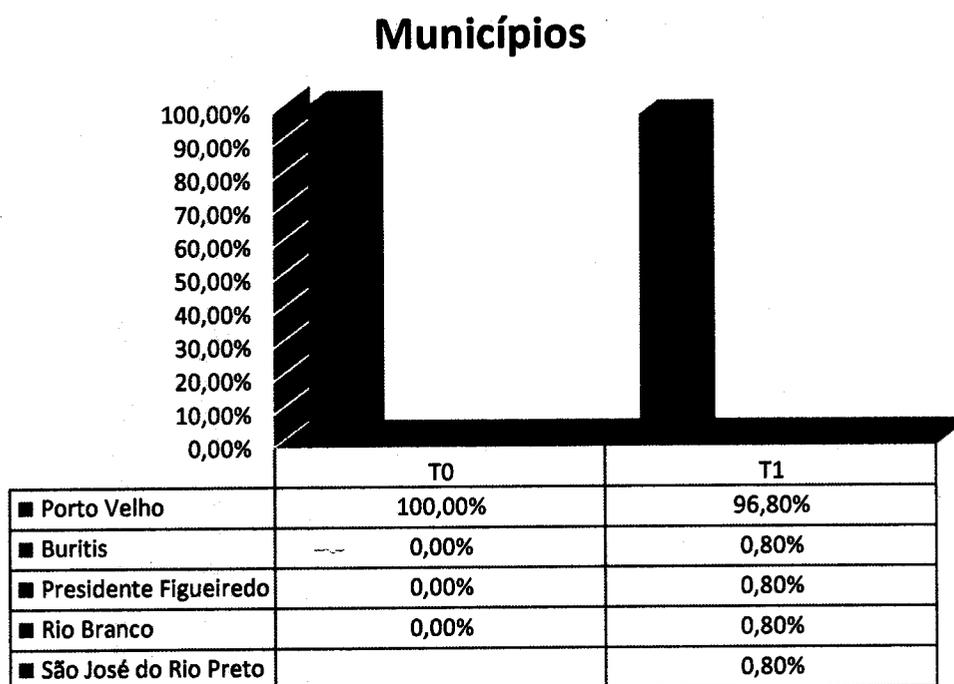
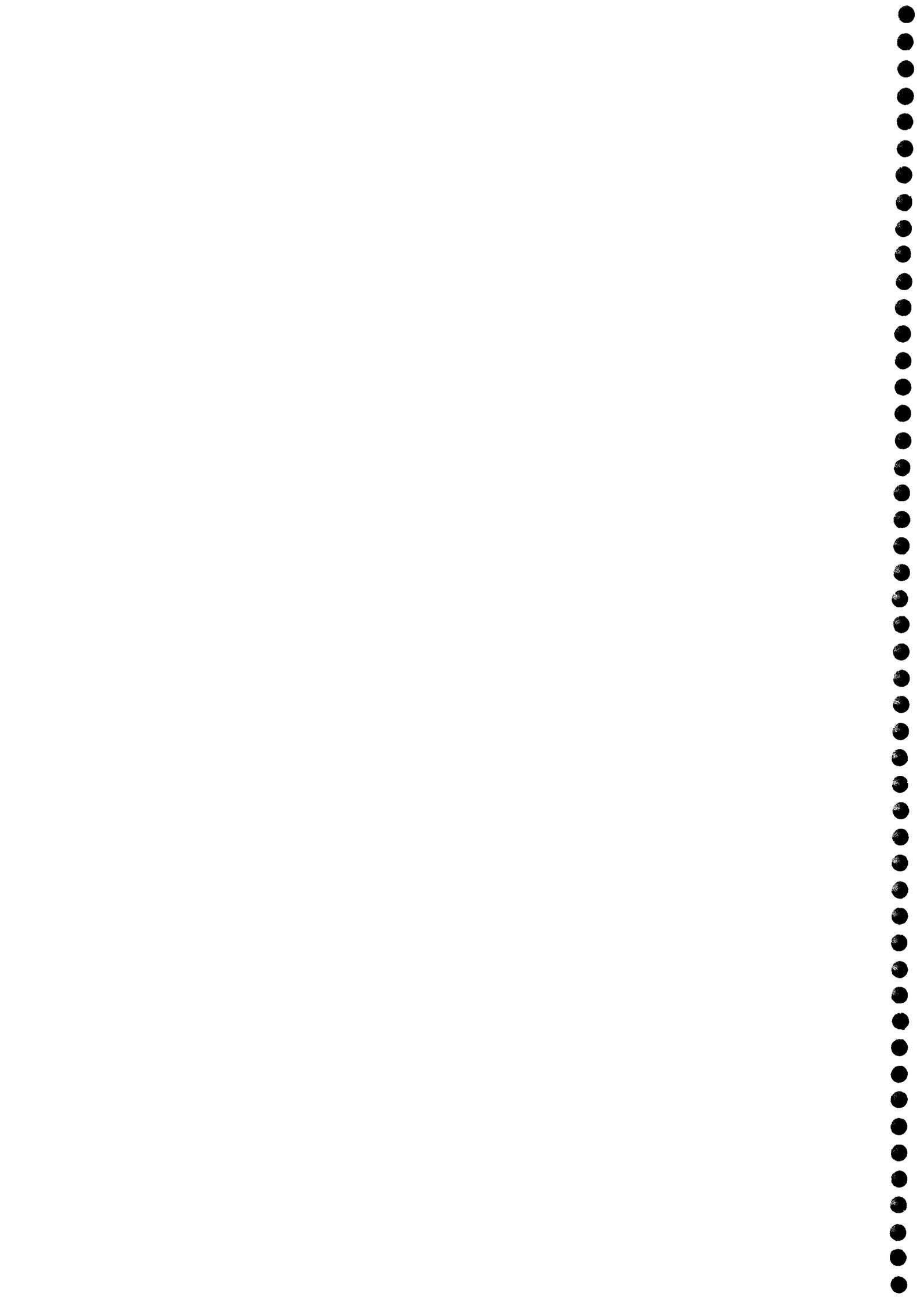


Gráfico 1: Municípios.
Fonte: Plenu's, 2015. Fonte: Plenu's, 2015.

Ao analisar a localização dos grupos familiares indenizados, tem-se a possibilidade tanto de reconhecer o contexto socioeconômico em que vivem, quanto, nesse caso, mensurar a migração como efeito do processo de indenização. Na amostra do público D, 96,80% dos integrantes permaneceram em Porto Velho, mantendo a proporção já observada no T0, de 84,25% destes estarem residindo no distrito de Jaci-Paraná e 15,75% na região mais urbanizada do município.



Sexo do Responsável pelo Grupo Familiar

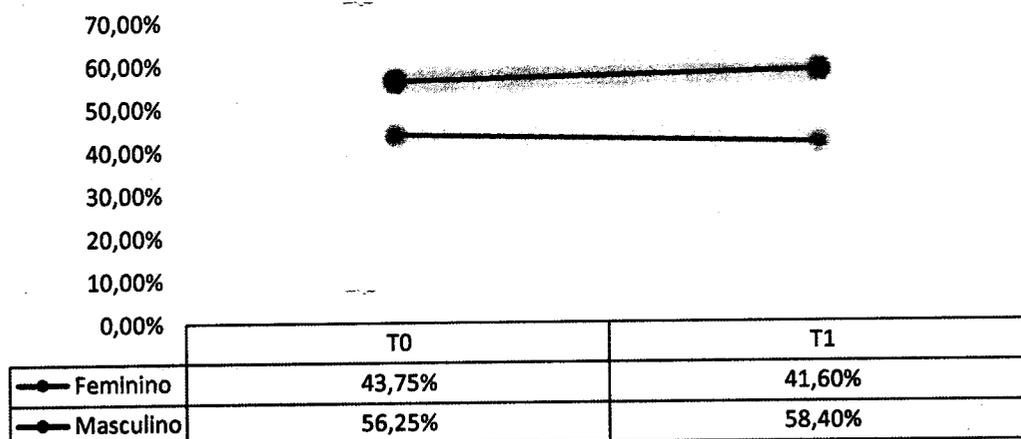


Gráfico 2: Sexo do Responsável pelo Grupo Familiar.
Fonte: Plenu's, 2015.

A proporção observada dos responsáveis pelos imóveis permanece equilibrada, com ligeira elevação da população masculina, representando, no T1, 58,40% do total.

Idade do Responsável

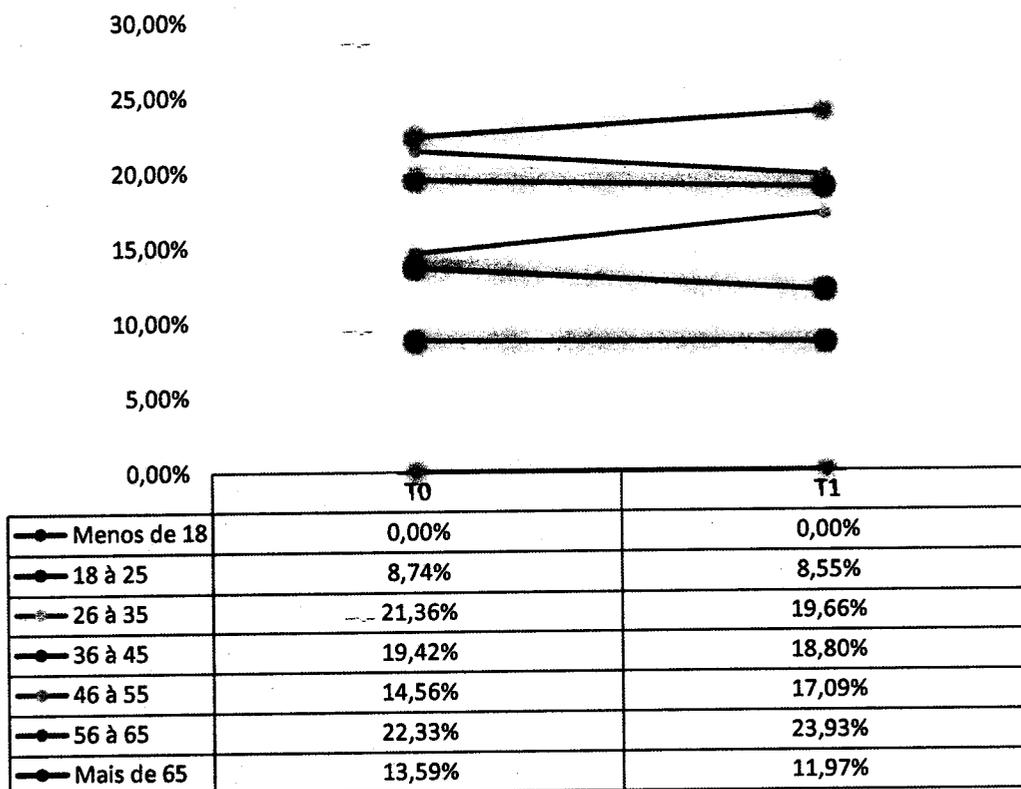
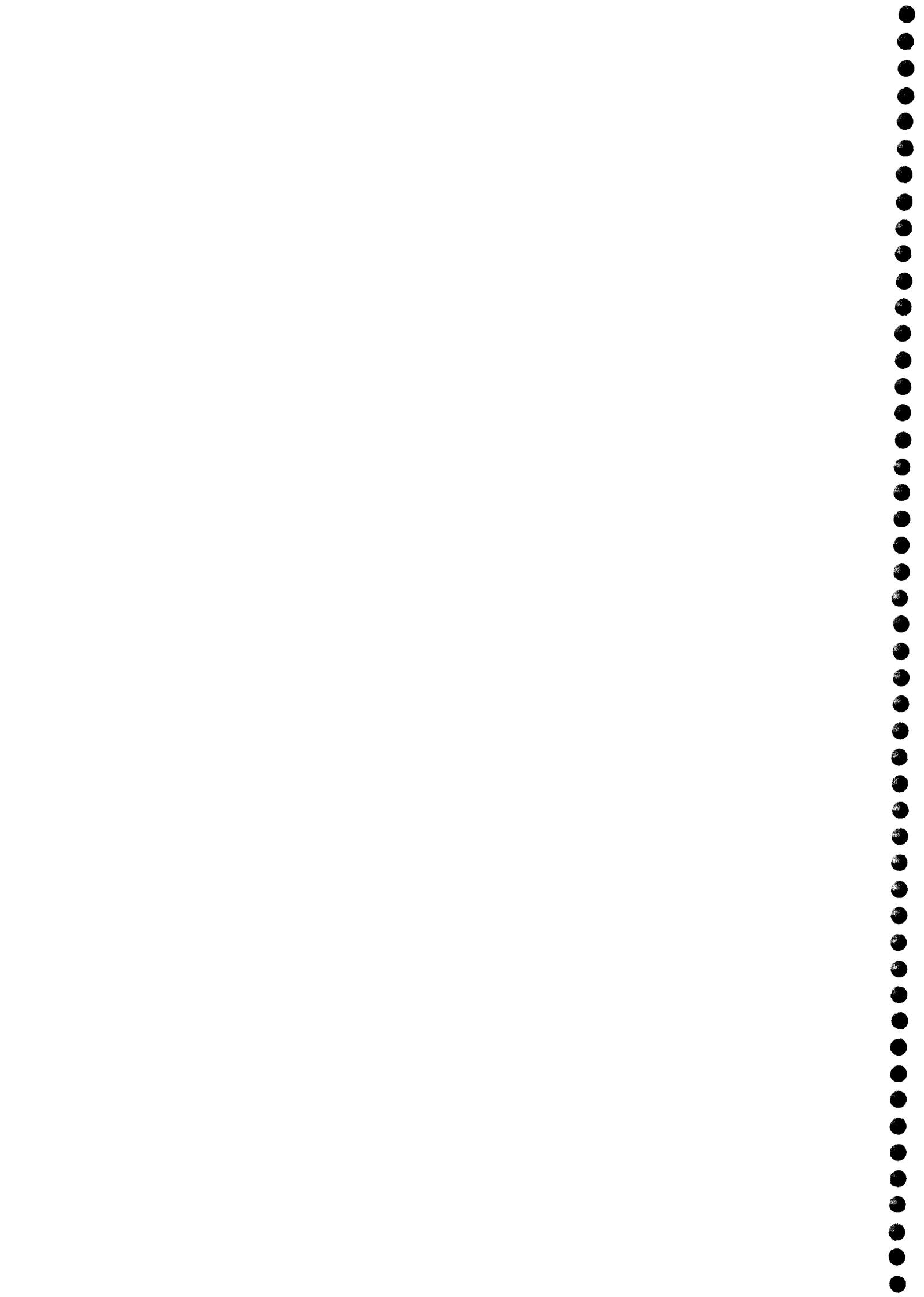


Gráfico 3: Idade do Responsável.
Fonte: Plenu's, 2015.



As faixas etárias dos responsáveis pelos imóveis mantêm-se distribuídas de forma equilibrada, com o grupo de menor representatividade na faixa etária de 18 a 25 anos de idade, com 8,55% do total, no T1. A alteração mais expressiva entre os tempos de pesquisa está na elevação em 2,53% da faixa etária de 46 a 55 anos, confirmando a maturidade do público pesquisado.

2.2 Eixo Econômico

Na averiguação dos aspectos econômicos, foram observados a renda, o patrimônio e os detalhes da moradia, com o objetivo de mapear a trajetória dos grupos familiares inseridos no processo de indenização. Iniciou-se avaliando os dados apenas da principal atividade geradora de renda de cada grupo familiar deste público, destacando a atividade que, naquele momento de pesquisa, mais contribuía para a qualidade de vida dos seus integrantes.

Setor Econômico

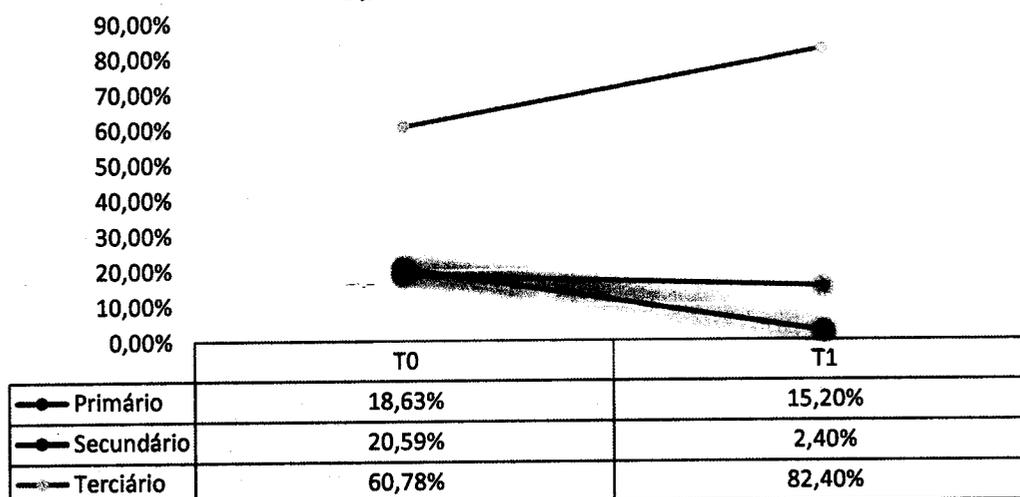
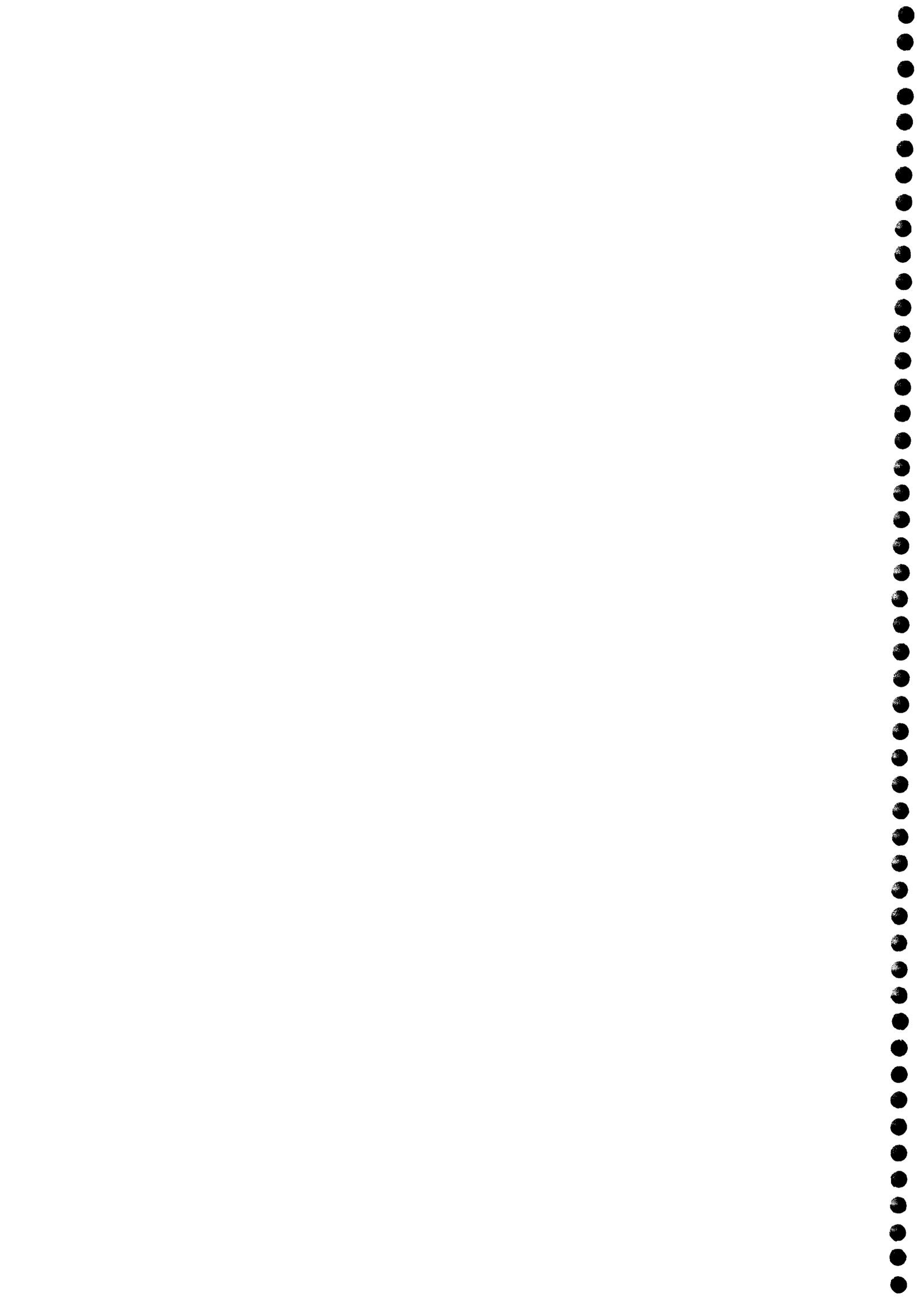


Gráfico 4: Setor Econômico.
Fonte: Plenu's, 2015.

O comércio de produtos e a prestação de serviços, que já predominavam dentre as principais atividades econômicas geradoras de renda, apresentou significativa elevação, de 60,78% no T0 para 82,40% dos casos no T1. Reitera-se que para composição destes dados foi identificada apenas a principal atividade econômica, em termos de renda, desenvolvida em cada grupo familiar pesquisado, influenciada pelos ciclos econômicos de diversas



atividades e pelas alterações na composição dos grupos familiares. Os indicadores do tempo de permanência na atividade, observados no Gráfico 6, abaixo, corroboram com a compreensão desta análise.

Atividade Principal

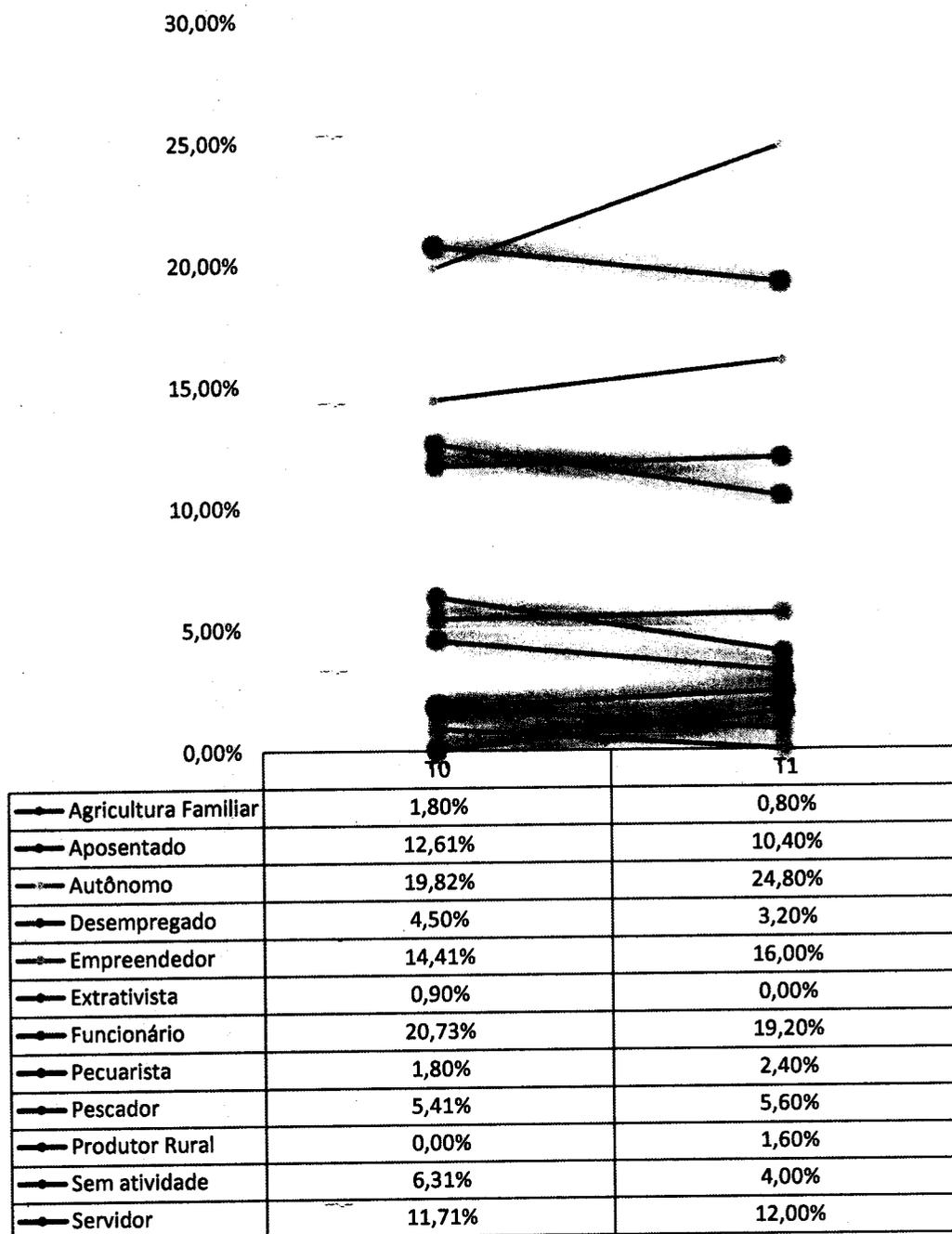
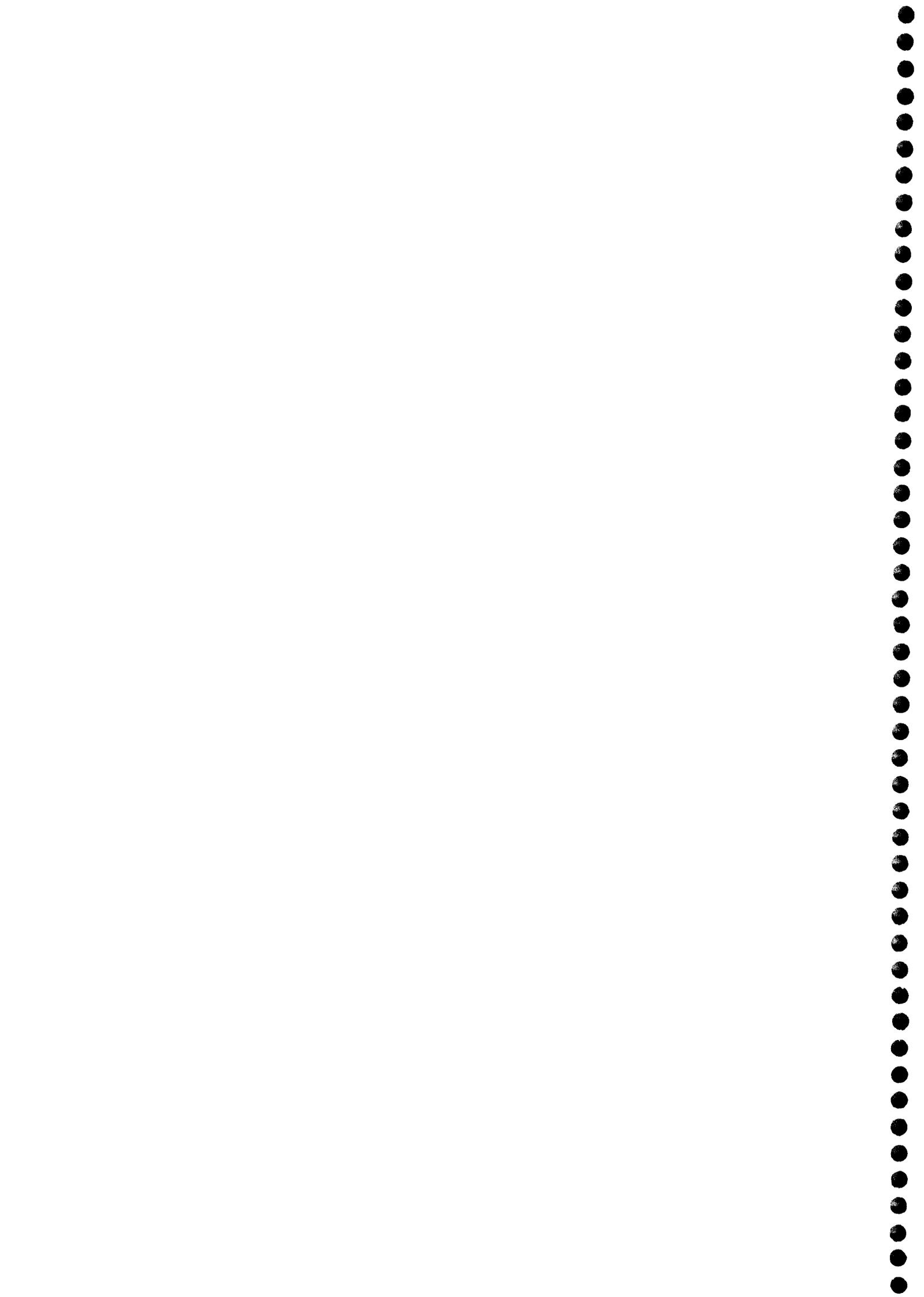


Gráfico 5: Atividade Principal.
Fonte: Plenu's, 2015.



Os prestadores de serviços como autônomos se apresentam como o estrato mais pontuado entre as atividades principais, com 24,80%, no T1, superando o número de funcionários de empresas privadas. A representatividade dos aposentados, pensionistas ou beneficiários contemplados com o Benefício de Prestação Continuada, do Governo Federal, reduziu de 12,61% no T0 para 10,40% no T1. Os que mantêm vínculos de trabalho com instituições governamentais se mantiveram no mesmo patamar de relevância no cenário observado. O percentual de desempregados, que se refere a pessoas que não estão trabalhando no momento, mas que estão disponíveis para trabalhar ou ainda que tomam alguma providência para conseguir trabalho, reduziu 1,30%, representando 3,2% do total no T1, valor significativamente abaixo da média nacional, de 6,80%, divulgada pelo IBGE (2015).

Tempo na Atividade Atual

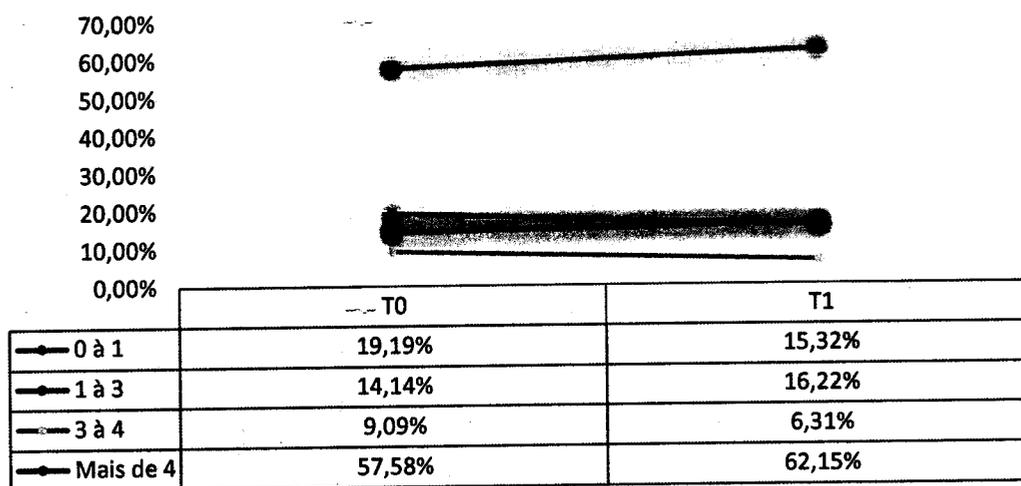
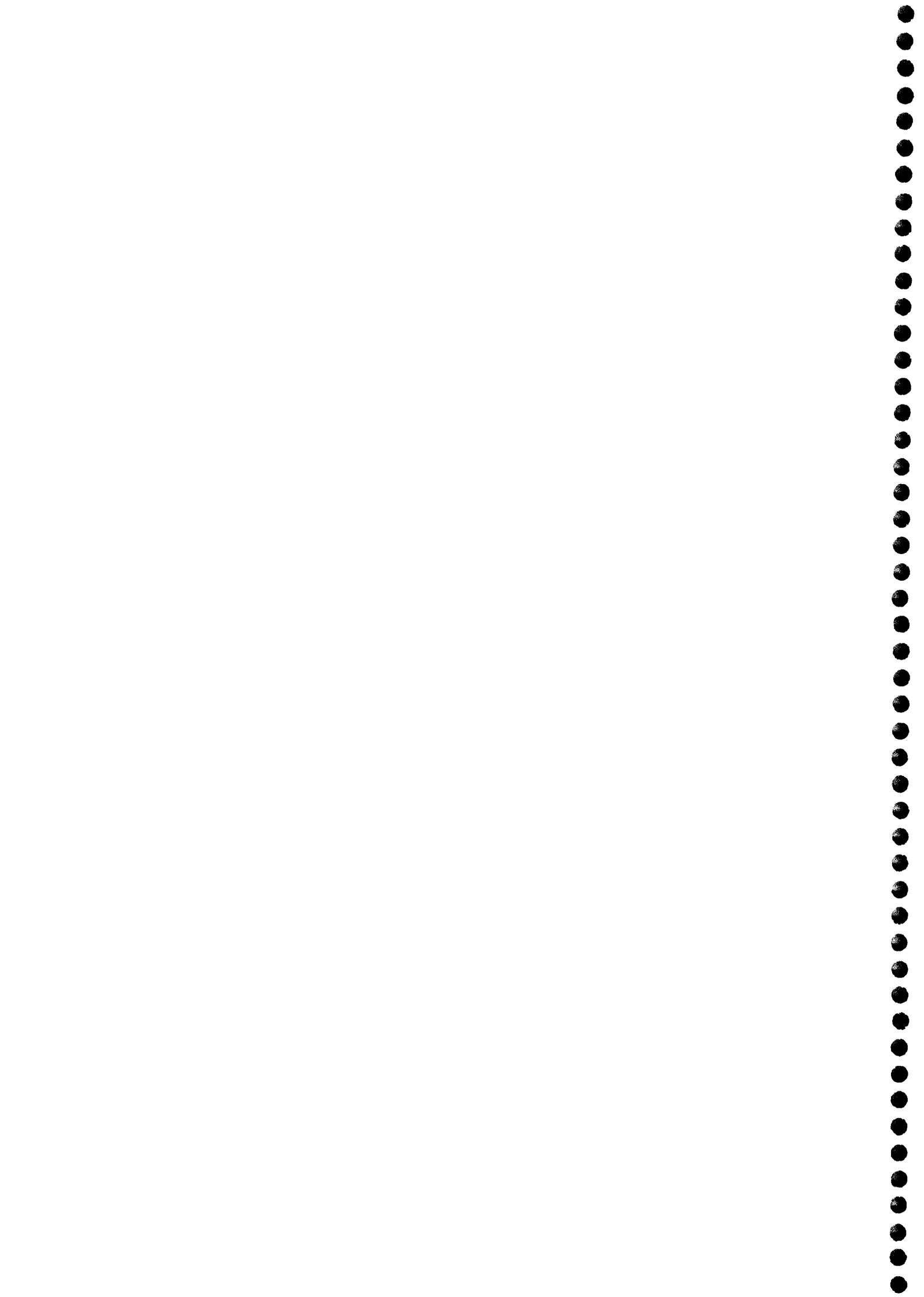


Gráfico 6: Tempo na Atividade Atual.
Fonte: Plenu's, 2015.

A permanência na atividade atual por mais de quatro anos por parte de 62,15% dos monitorados se configura como um indicador de estabilidade socioeconômica do público D.



Caracterização da Atividade

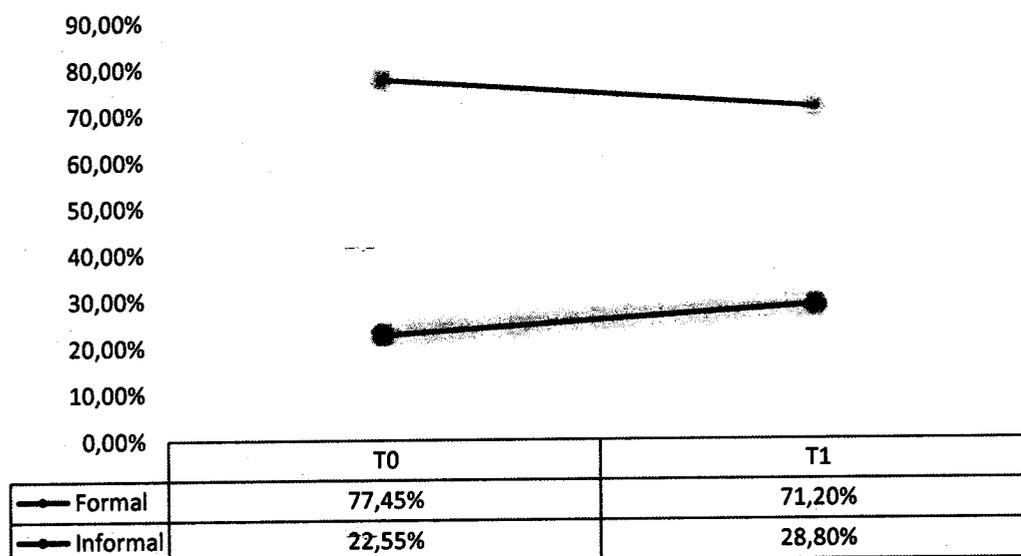


Gráfico 7: Caracterização da Atividade.
Fonte: Plenu's, 2015.

O desenvolvimento de atividades informais apresenta valor crescente, com 28,80% no T1, sendo este, no entanto, um índice menor que a média nacional estimada em 40% (SEBRAE, 2015).

Tempo de Moradia

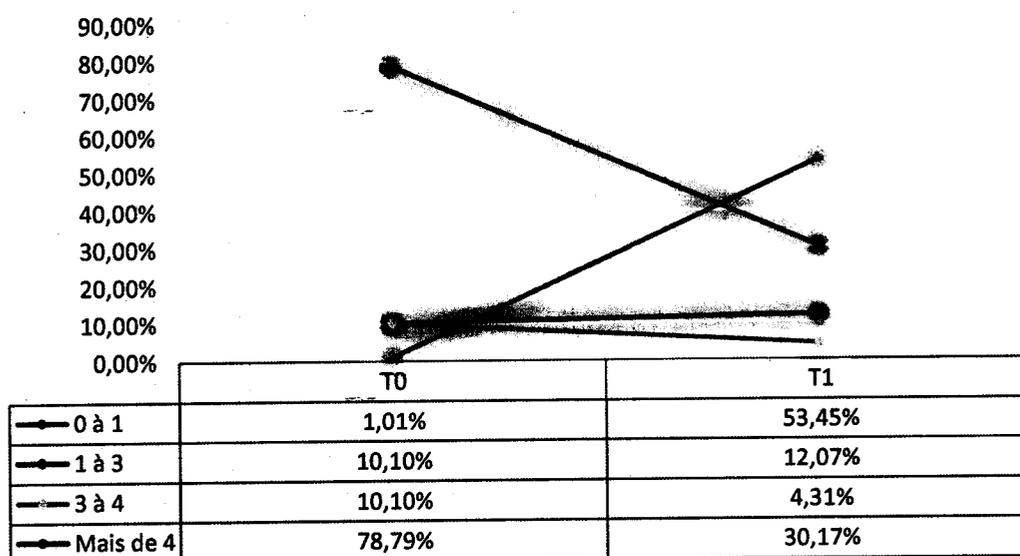
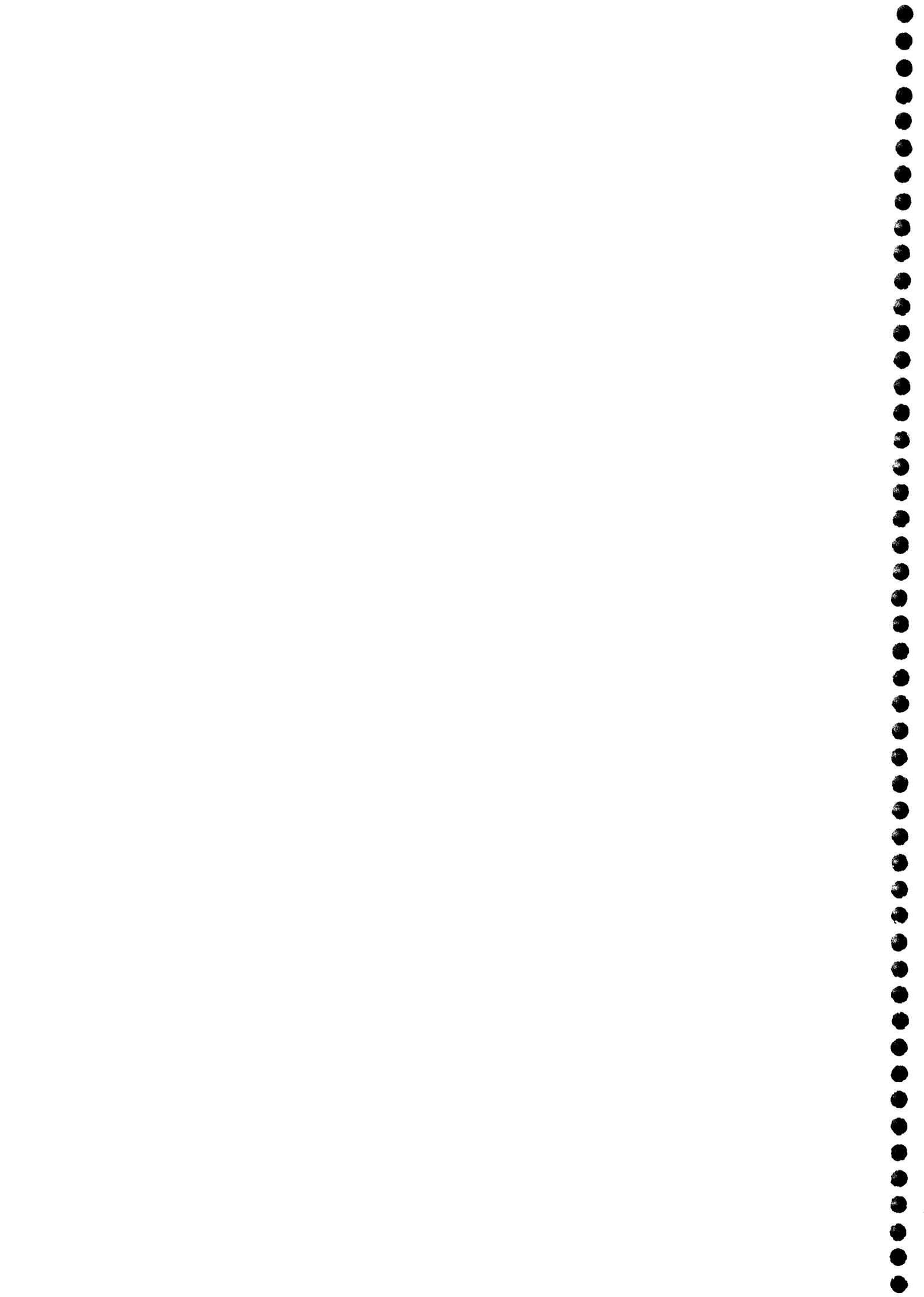


Gráfico 8: Tempo de Moradia.
Fonte: Plenu's, 2015.



As alterações retratam a mudança de endereço em decorrência do processo indenizatório. Além das negociações que ainda estavam em andamento no momento de pesquisa T1, a representação dos residentes há mais de quatro anos no mesmo imóvel indica, basicamente, o percentual daqueles que não residiam no imóvel alvo da indenização.

Local de Moradia

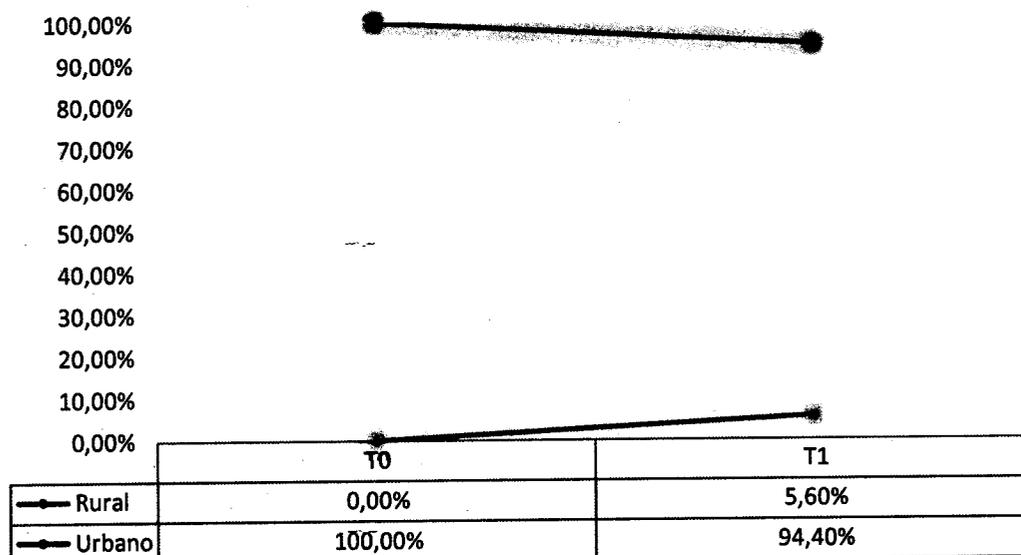
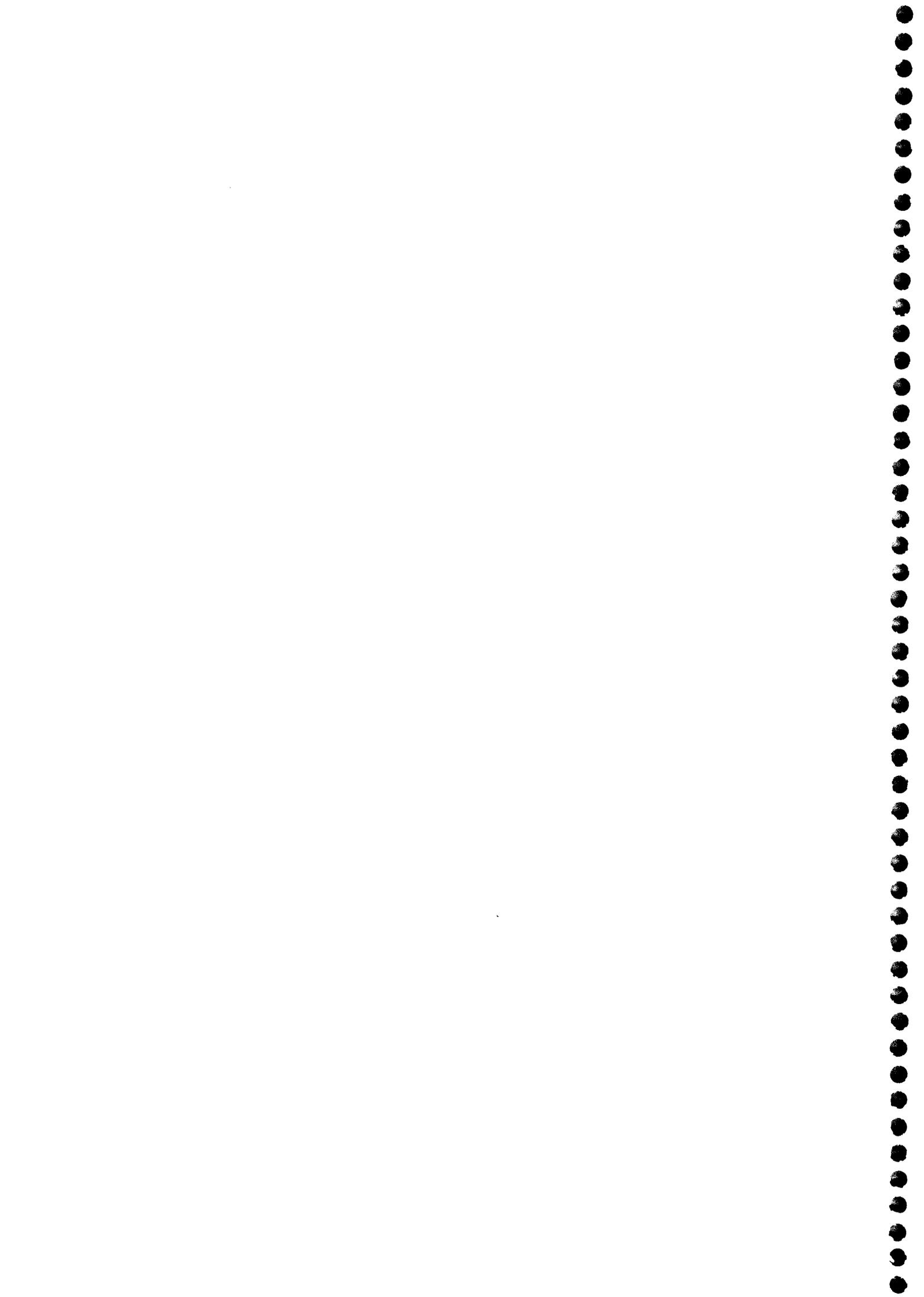


Gráfico 9: Local de Moradia.
Fonte: Plenu's, 2015.

A migração da zona urbana para a zona rural representa 5,60% dos casos. Reitera-se que as indenizações não decorreram exclusivamente do local de moradia, atingindo também proprietários de pequenos imóveis comerciais do distrito de Jaci-Paraná.



Classes Econômicas

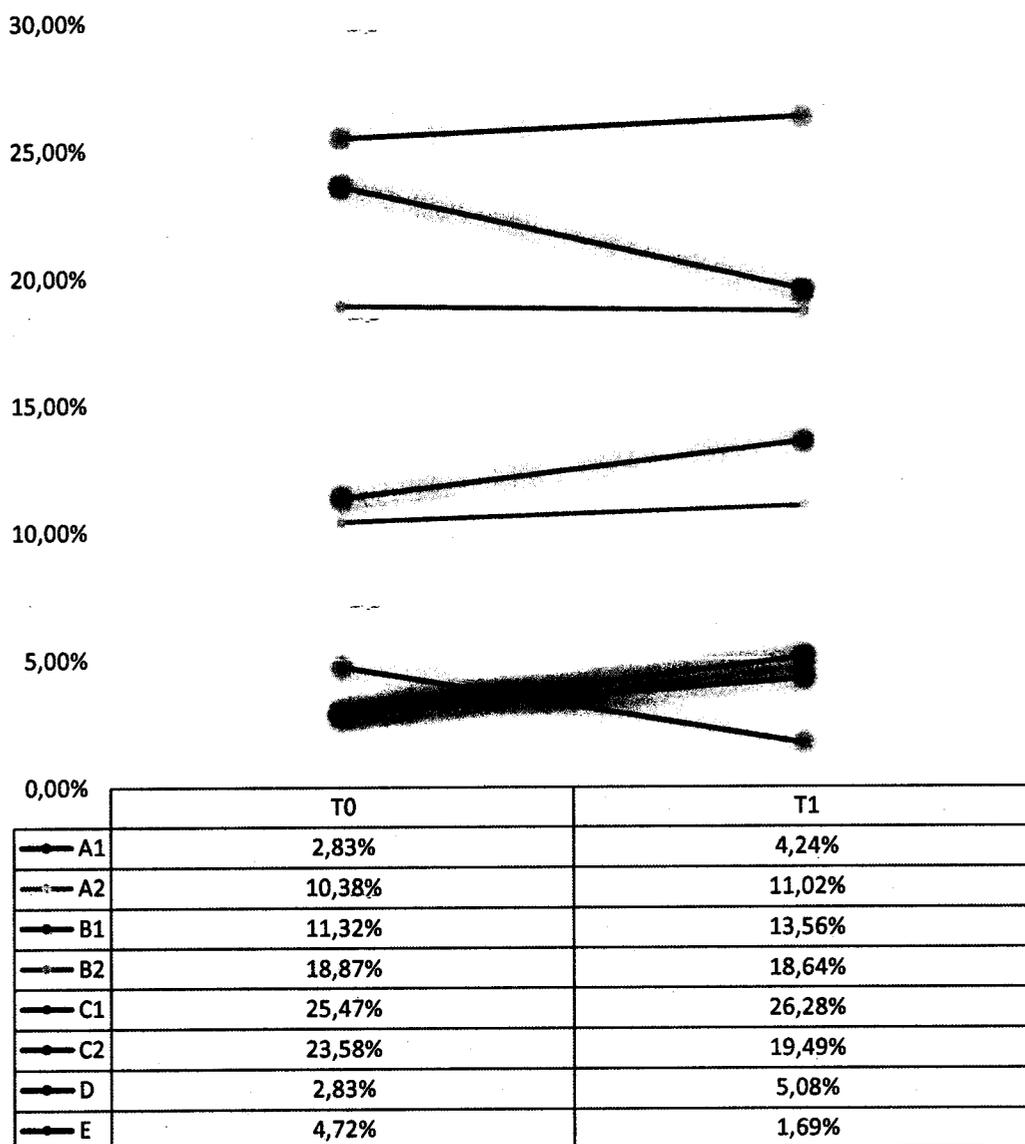
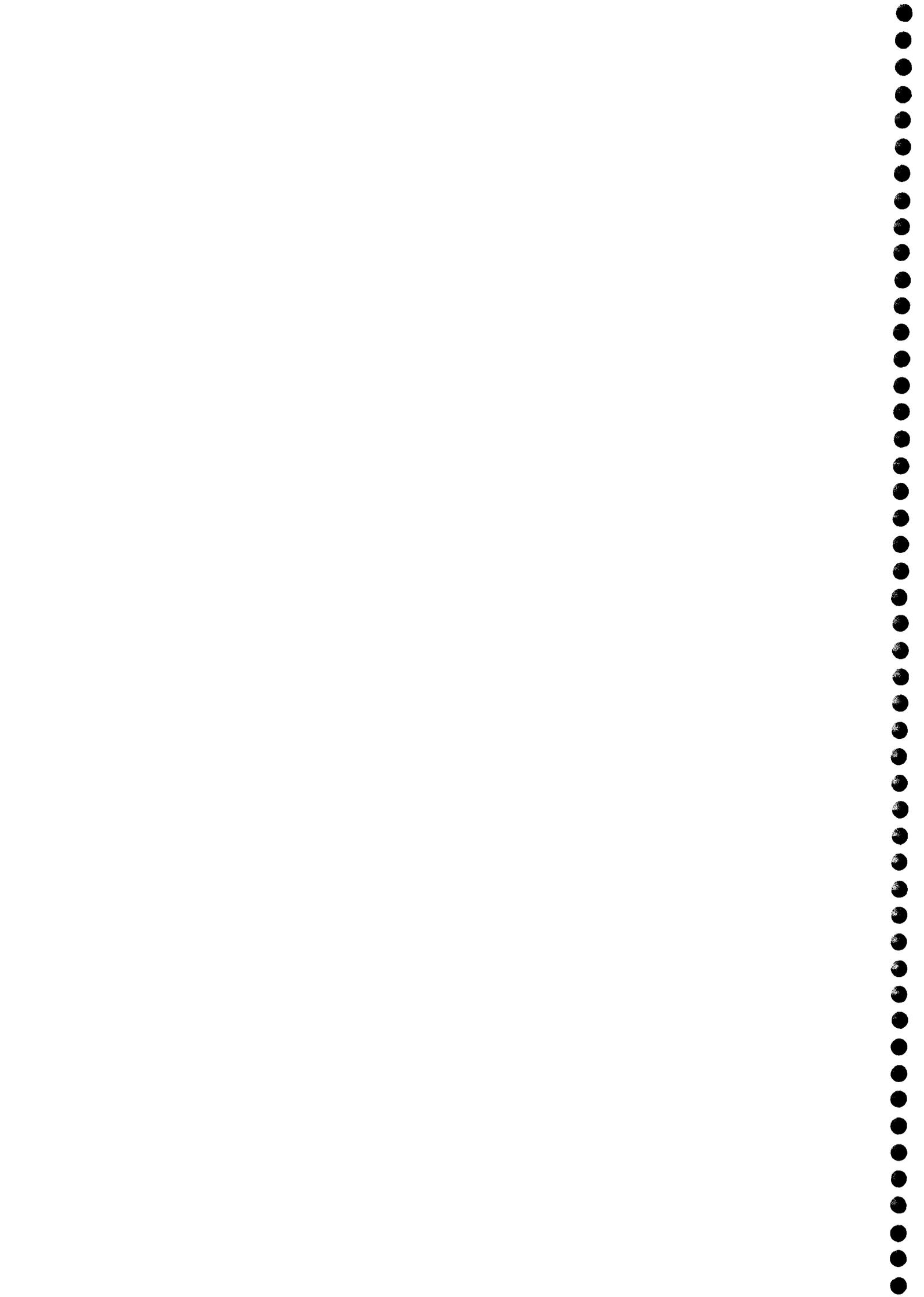


Gráfico 10: Classes Econômicas.
Fonte: Plenu's, 2015.

Os dados levantados apontam para uma renda familiar declarada que se encaixa, primordialmente, nas faixas C1, C2 e B2, de acordo com a classificação da ABEP, cujos critérios apontam 8 faixas de classes econômicas. Em termos específicos de renda familiar, as médias mensais estão assim definidas: A1 (R\$ 14.366,00), A2 (R\$ 8.099,00), B1 (R\$ 4.558,00), B2 (R\$ 2.327,00), C1 (R\$ 1.391,00), C2 (R\$ 933,00), D (R\$ 618,00), e E (R\$ 403,00). No caso do público D, somando as três faixas mais



expressivas tem-se, no T0, 67,92% e, no T1, 64,41% do total, que se enquadram numa faixa de renda média entre R\$ 1.391,00 e R\$ 2.327,00. Houve aumento da representatividade da faixa B1 e expressiva redução classe E, saindo de 4,72% no T0, para 1,69% no T1.

Participantes na Renda

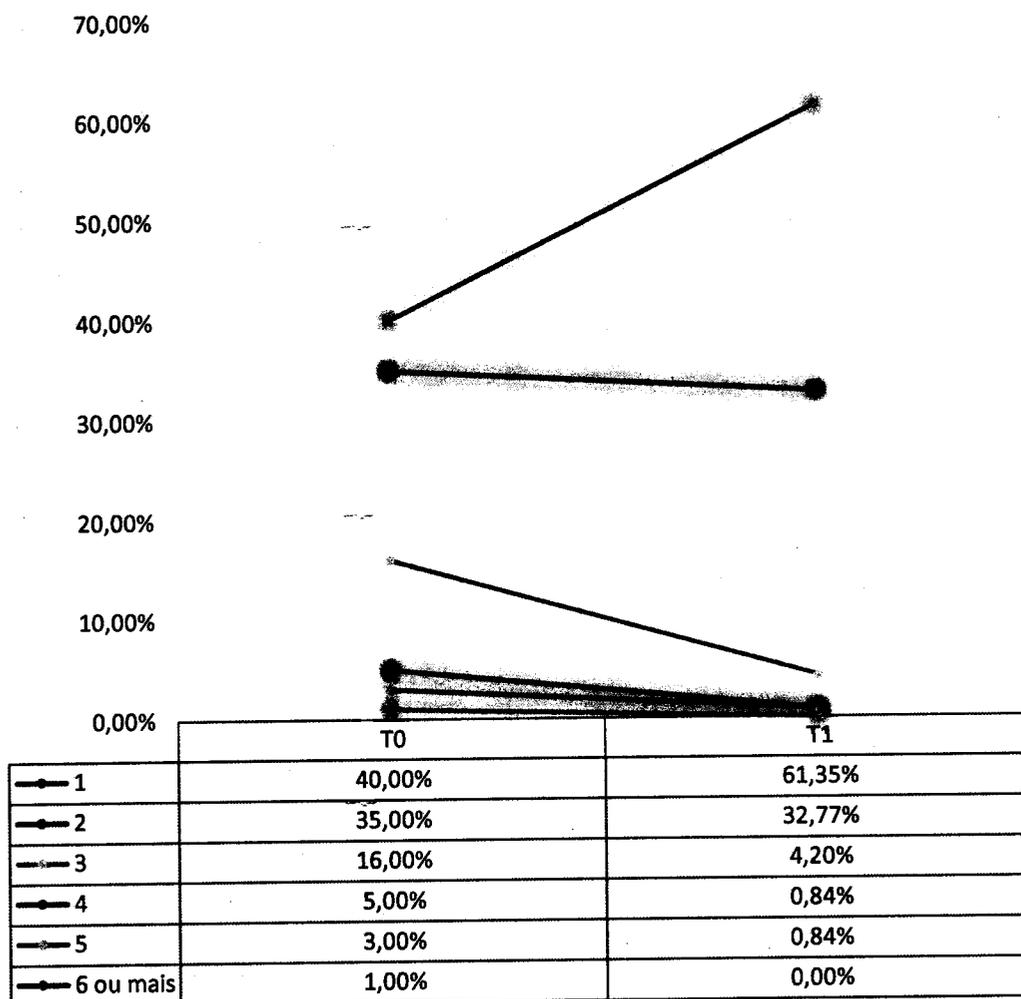
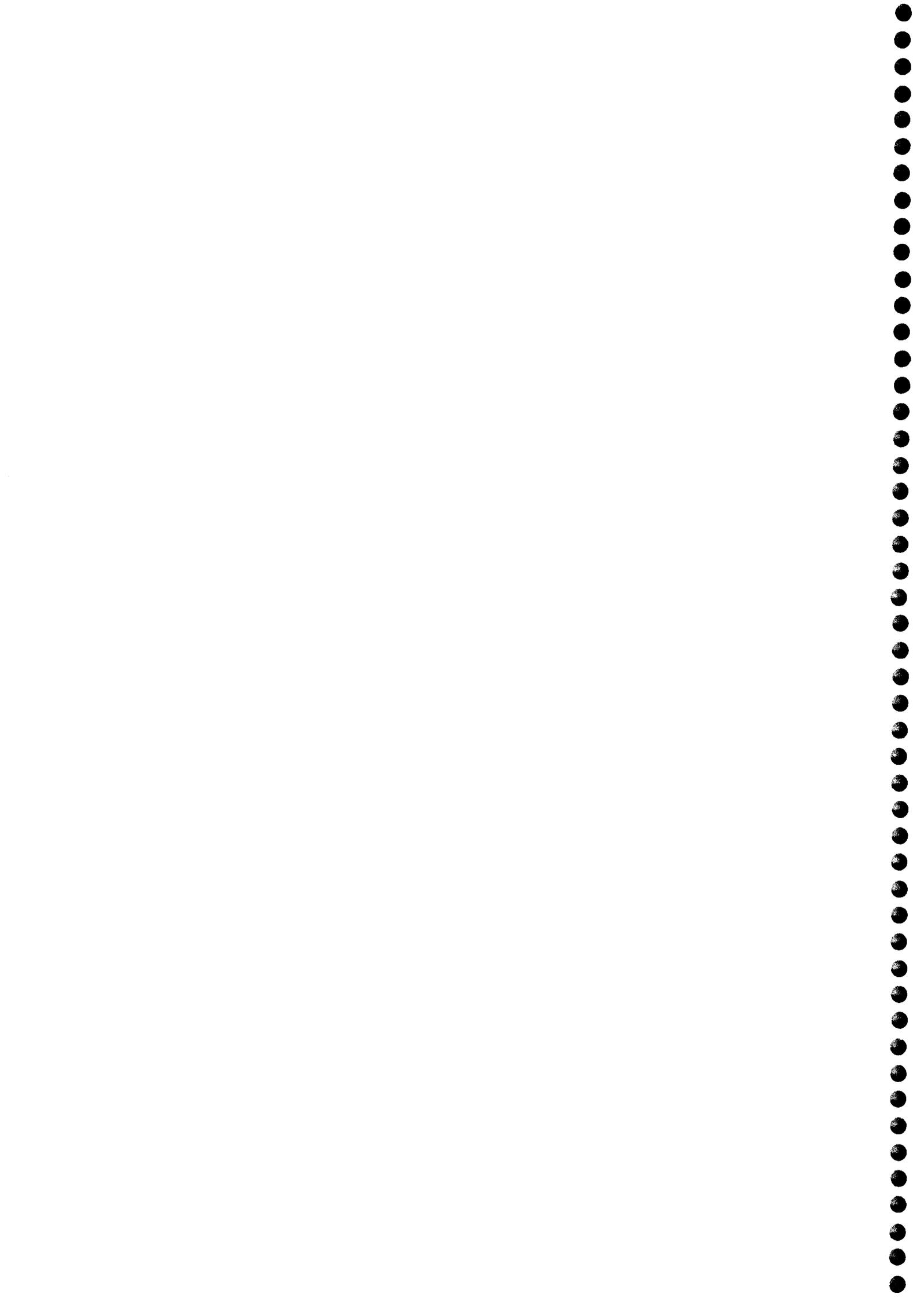


Gráfico 11: Participantes na Renda.
Fonte: Plenu's, 2015.

Na composição da renda familiar, no T0, 75,00% dos grupos familiares contavam com o trabalho de até 2 pessoas na composição da renda, esse índice representa, no T1, 94,12% dos casos. Esses dados se alinham à característica mais recorrente em regiões urbanizadas e em famílias com estruturas nucleares.



Contratação de Empregado Mensalista

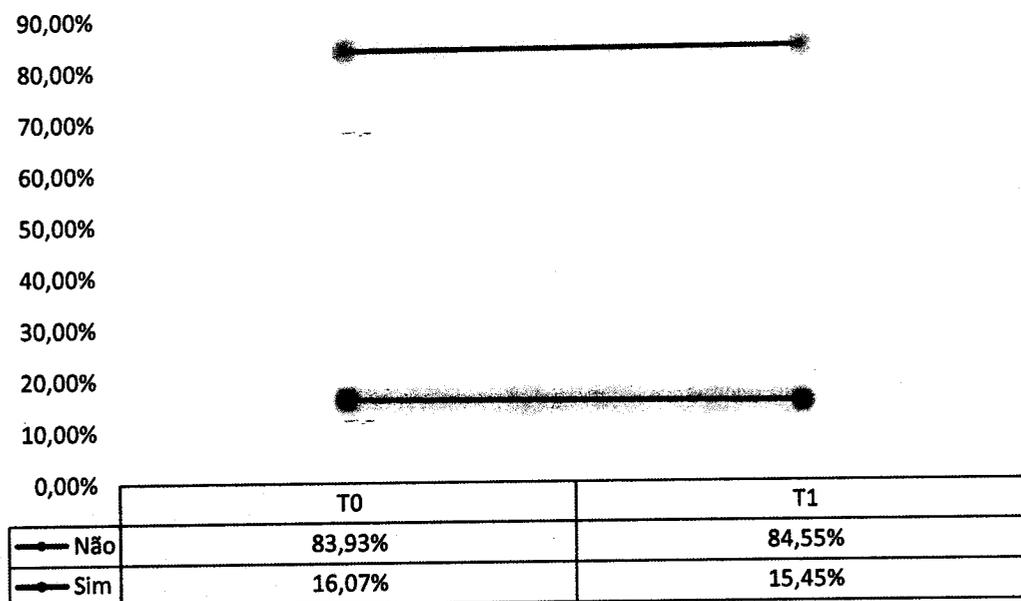
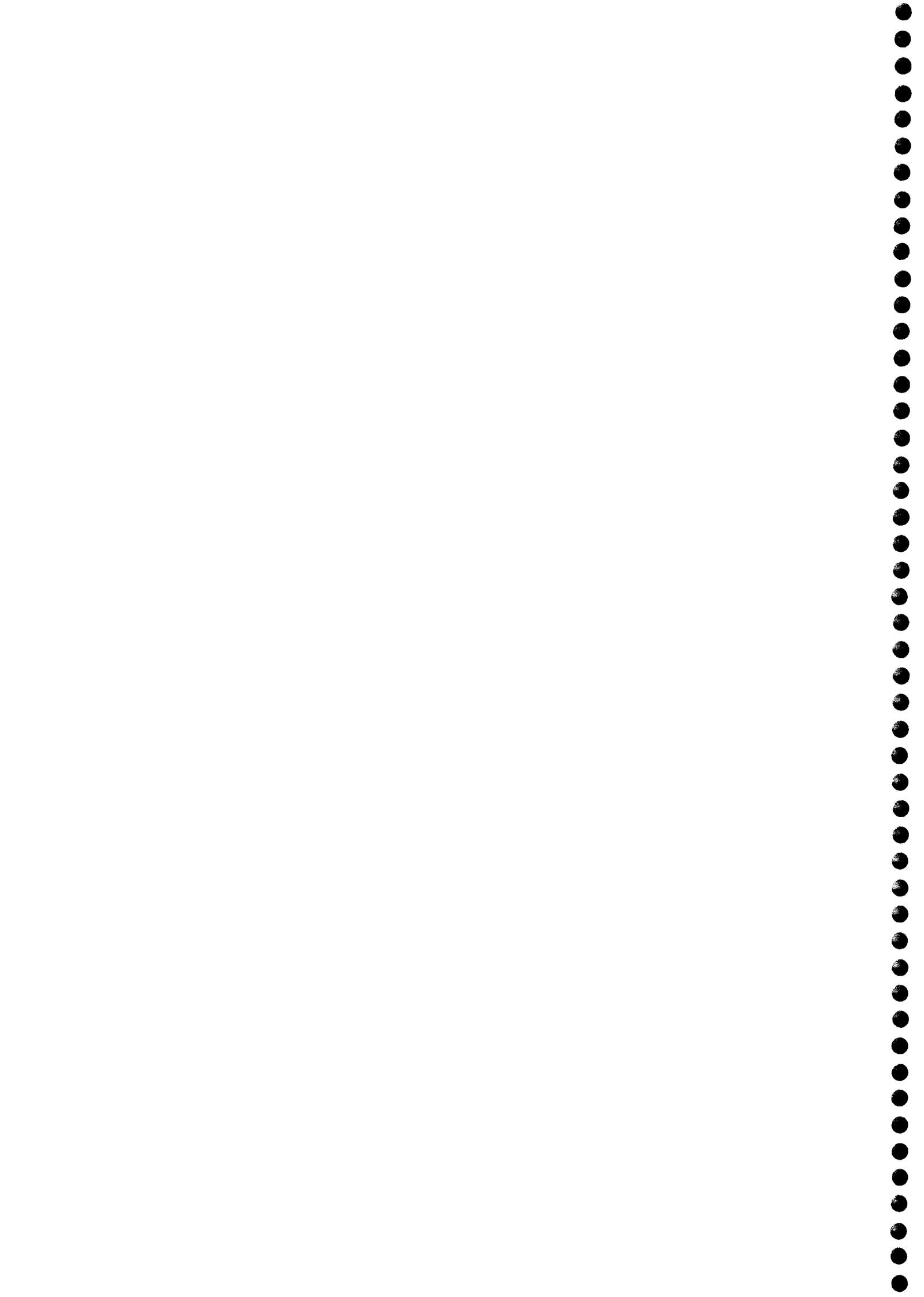


Gráfico 12: Contratação de Empregado Mensalista.
Fonte: Plenu's, 2015.

A ABEP define a contratação de empregados mensalistas como um quesito para adequação nas classes econômicas, sendo assim, nesta pesquisa apresenta-se quantitativos de empregados mensalistas como sendo pessoas contratadas pelos indenizados, para exercer atividades diversas em suas propriedades, podendo ser uma pessoa que mora e cuida do imóvel, e recebe um valor mensal pelos serviços prestados.

Nesse caso, foi considerado se há ou não a contratação de serviço de mão de obra de quaisquer empregados que trabalhem no domicílio, de forma permanente ou contínua, pelo menos 5 dias na semana, observando-se a ocorrência de contratação de trabalho assalariado em 16,07% dos casos, no T0 e 15,45% no T1.



Valor do Patrimônio

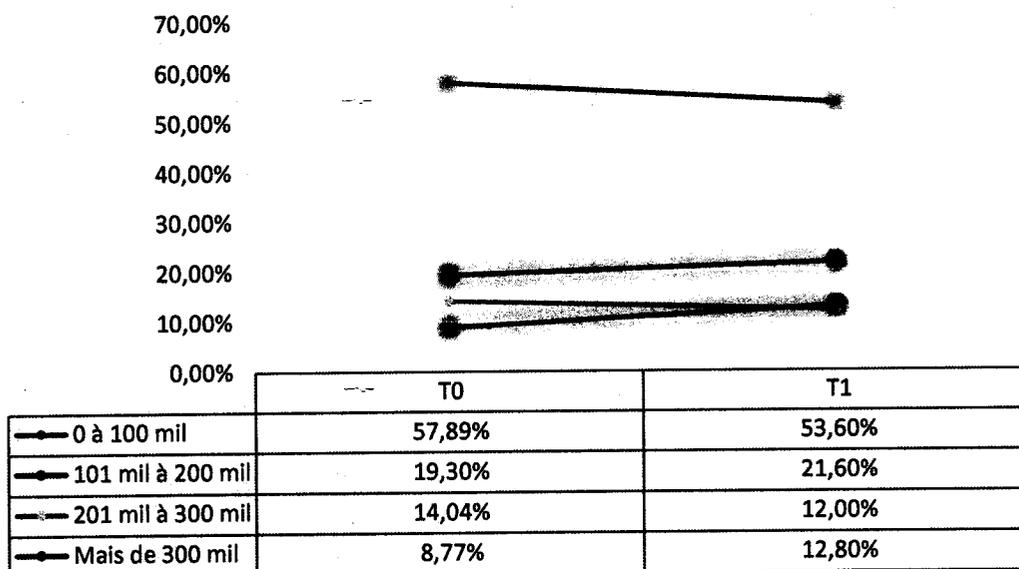


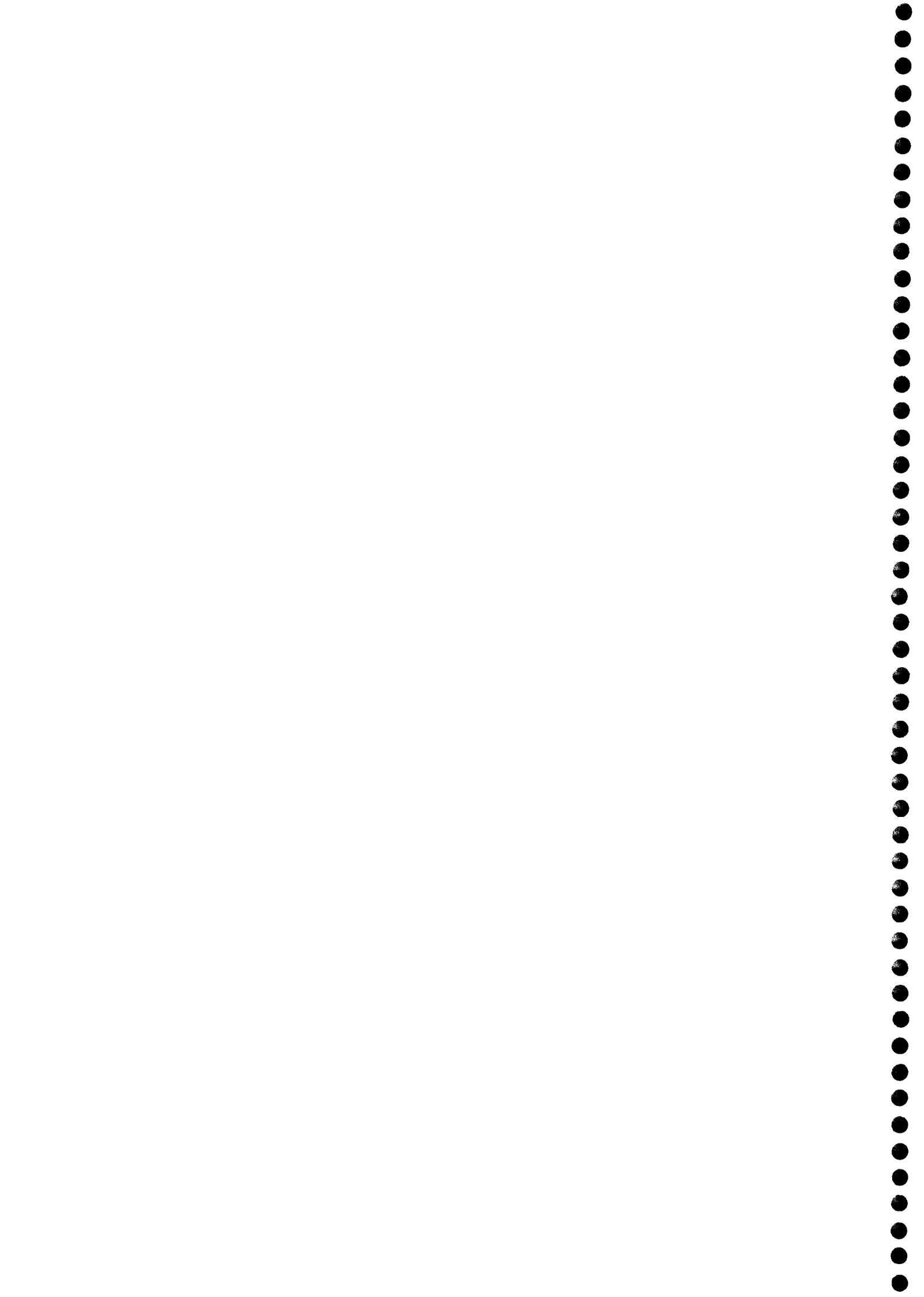
Gráfico 13: Valor do Patrimônio.
Fonte: Plenu's, 2015.

Na análise da composição do patrimônio familiar foi considerada a somatória do valor total dos bens, móveis e imóveis, tendo por base a declaração dos entrevistados. A faixa mais expressiva permanece sendo a que corresponde ao valor patrimonial inferior a R\$ 100.000,00. A faixa de valores superiores à R\$ 300.000,00 cresceu 4,03%.

2.3 Aplicação dos Recursos Provenientes da Indenização

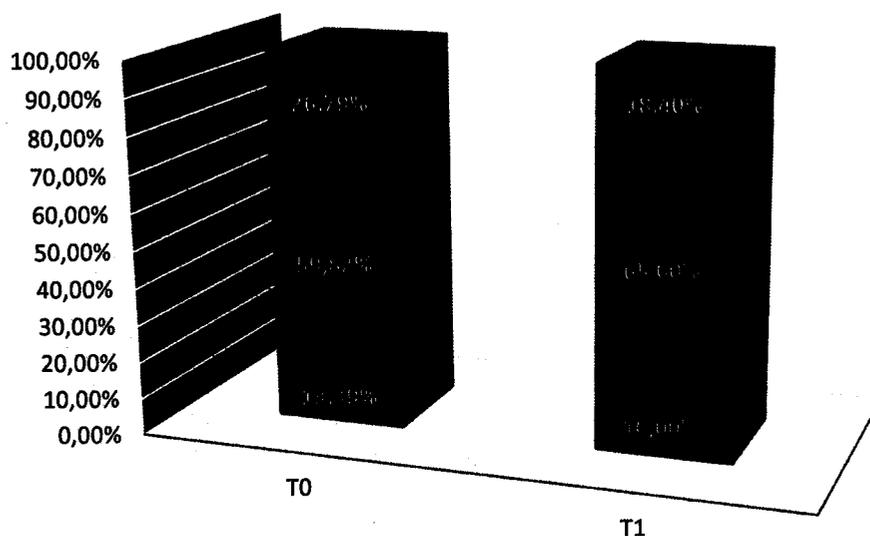
Considerando as especificidades do público D, optou-se por suprimir o eixo produtivo, aplicado junto aos demais públicos pesquisados, por ser um aspecto naturalmente vinculado às regiões rurais. Foi incluída, então, a investigação quanto à aplicação dos recursos provenientes da indenização.

Na etapa inicial, no T0, procurou-se identificar qual era a intenção de investimento por parte dos indenizados, antes do recebimento dos recursos proveniente. Nesta segunda etapa, no T1, foi verificada a efetiva aplicação dos



recursos, possibilitando, com isso, analisar se os valores das indenizações atenderam as expectativas dos monitorados.

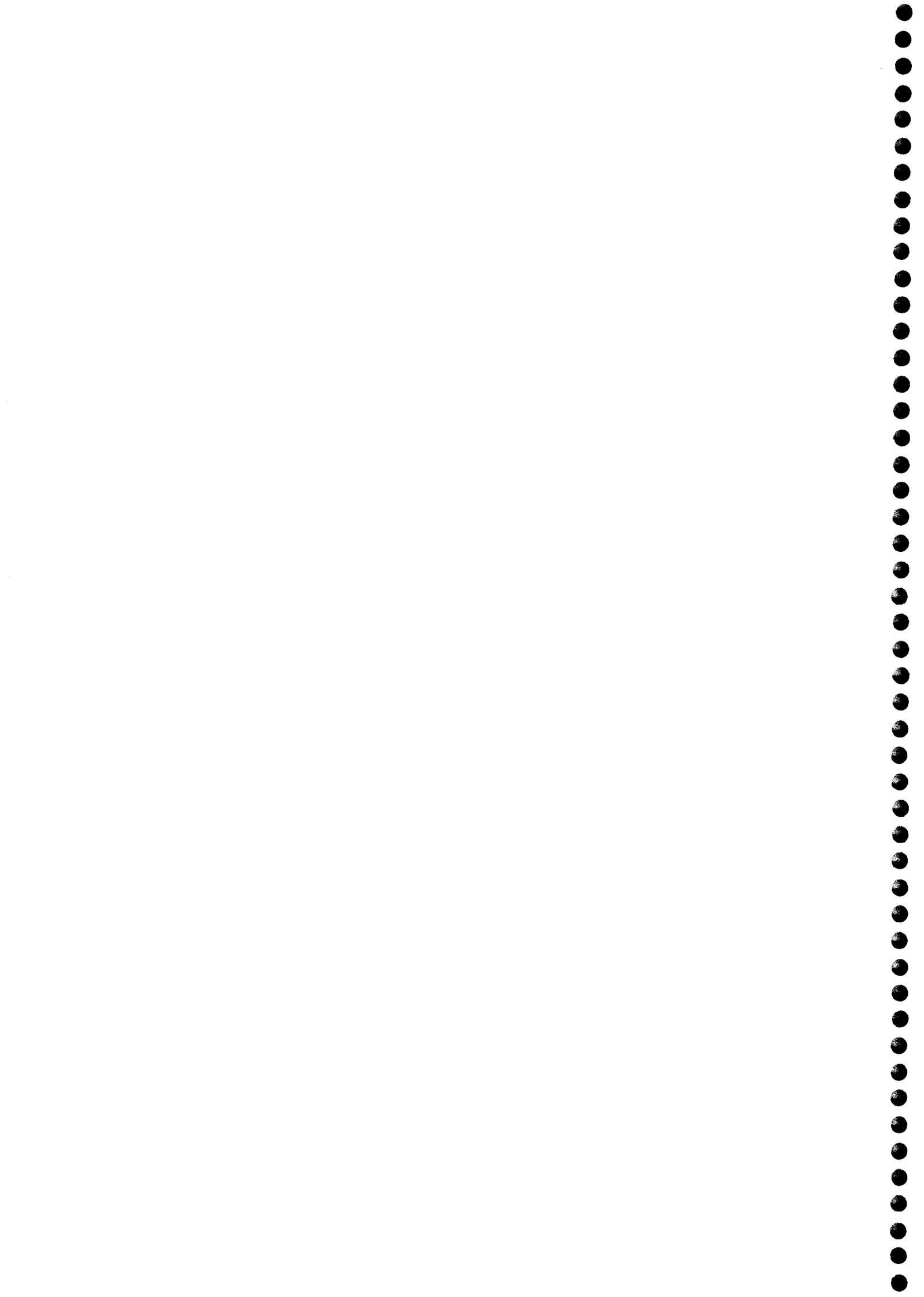
Investimento em Bens Imóveis



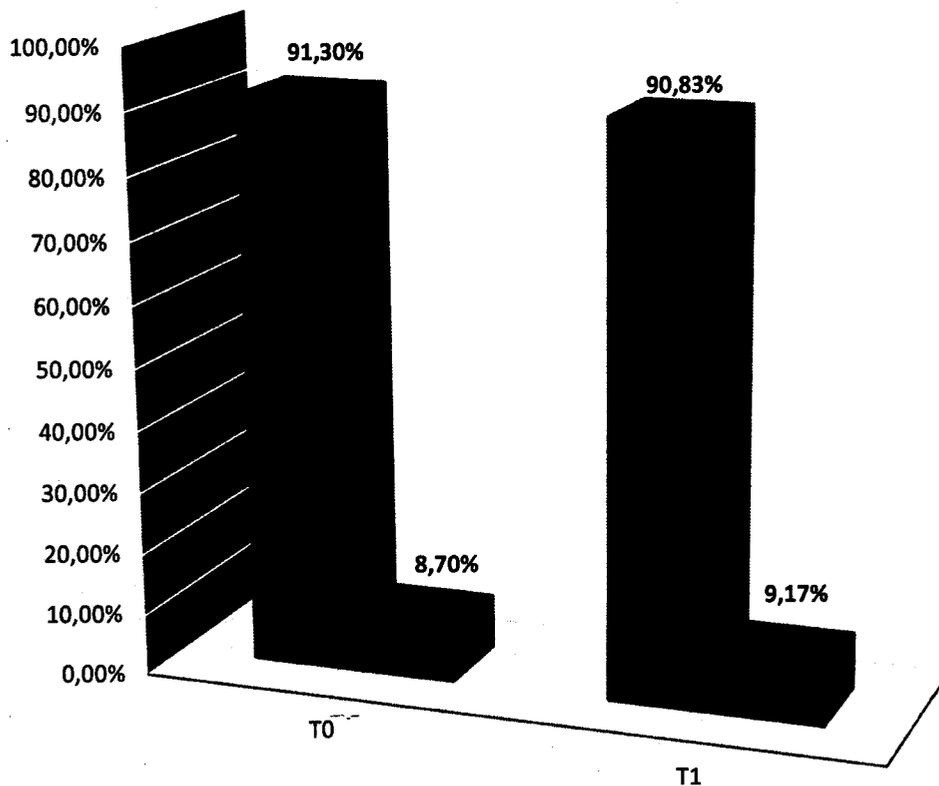
	T0	T1
■ Nenhum	26,79%	18,40%
■ Residencial	59,82%	65,60%
■ Comercial	13,39%	16,00%

Gráfico 14: Investimento em Bens Imóveis.
Fonte: Plenu's, 2015.

Quando da primeira abordagem, no T0, manifestam interesse em investir os recursos da indenização em uma propriedade imobiliária, 73,21%, sendo 59,82% em imóveis do tipo residencial e 13,39% do tipo comercial. No segundo momento de pesquisa, no T1, verificou-se que o número dos que efetivamente aplicaram recursos em bens imóveis representa 81,60% dos casos, configurando a aplicação recursos neste tipo de bem acima da expectativa, em 8,39% do total. Nesse caso, não se diferiram a aquisição, a reforma, a construção ou a ampliação imóveis.



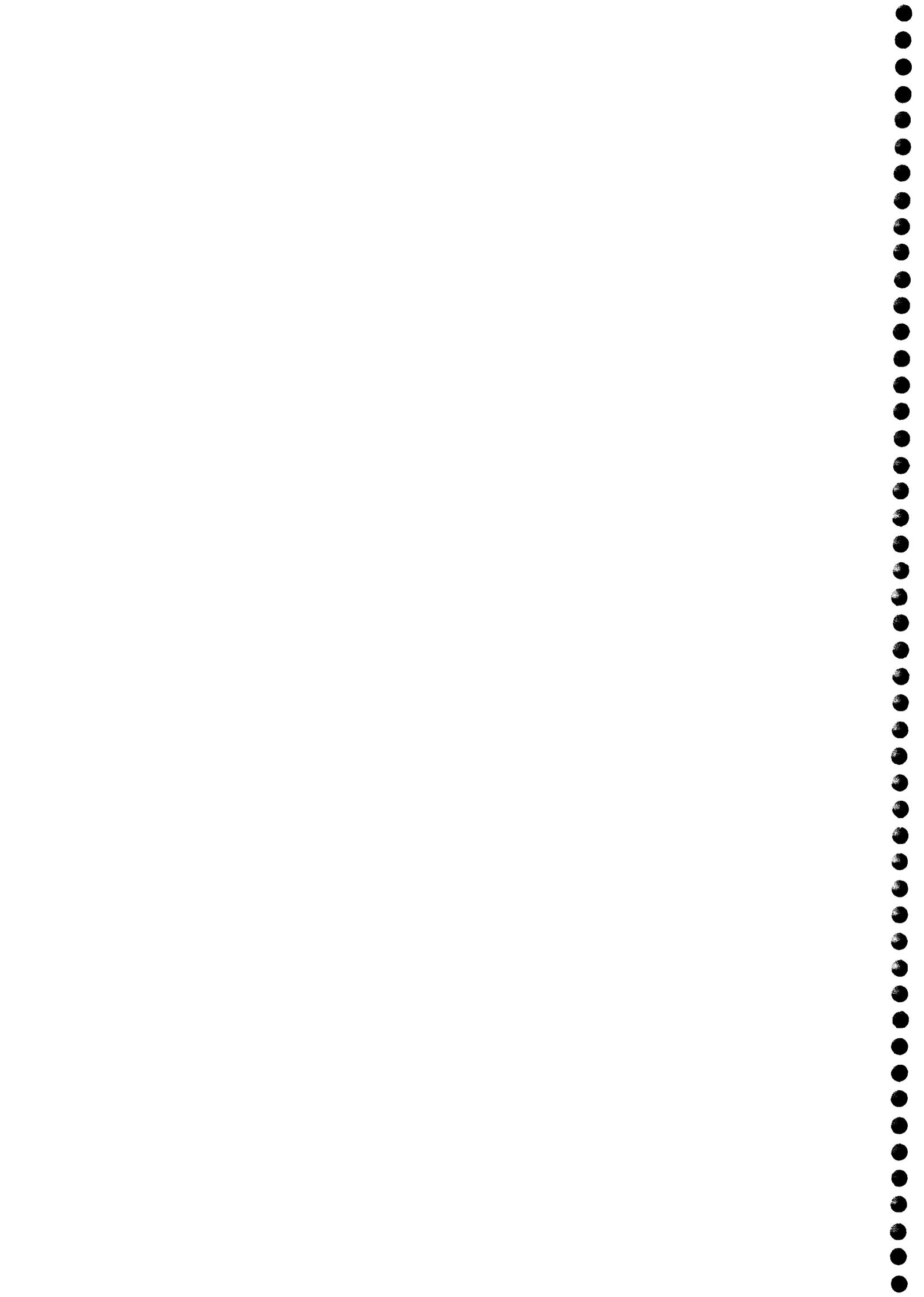
Aquisição ou Reforma de Imóveis



	T0	T1
■ Novo Imóvel	91,30%	90,83%
■ Reforma Imóvel Própria	8,70%	9,17%

Gráfico 15: Aquisição ou Reforma de Imóveis.
Fonte: Plenu's, 2015.

Entre os indenizados que pretendiam investir em imóveis, 8,70% planejavam reformar ou ampliar uma propriedade que já possuíam. Constatou-se que a opção por esse tipo de investimento ampliou para 9,17% do total, no T1. Conciliando esses dados com os do Gráfico 15, tem-se que entre os 81,60% que aplicaram em imóveis os recursos recebidos, 90,83% deles adquiriram um novo imóvel, indicando, assim, que 74,12% do total de indenizados aplicaram os valores recebidos na aquisição de um novo imóvel.



Aquisição de Veículos

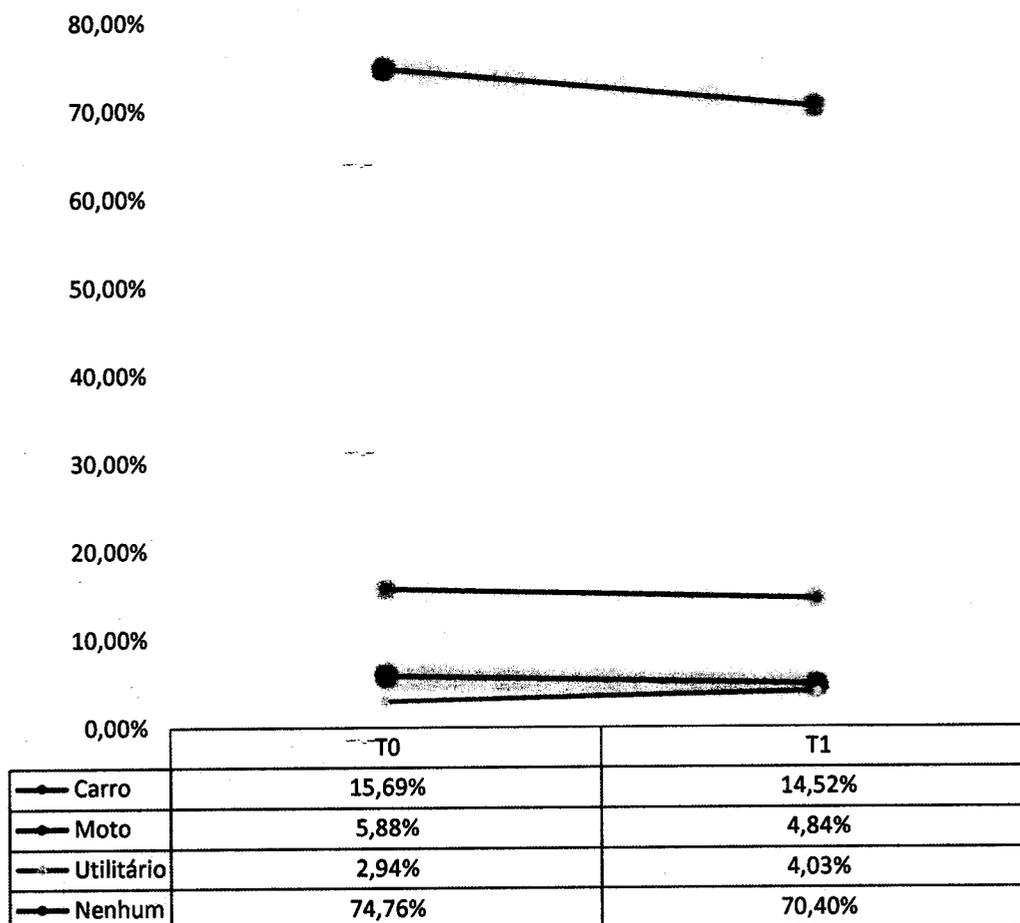
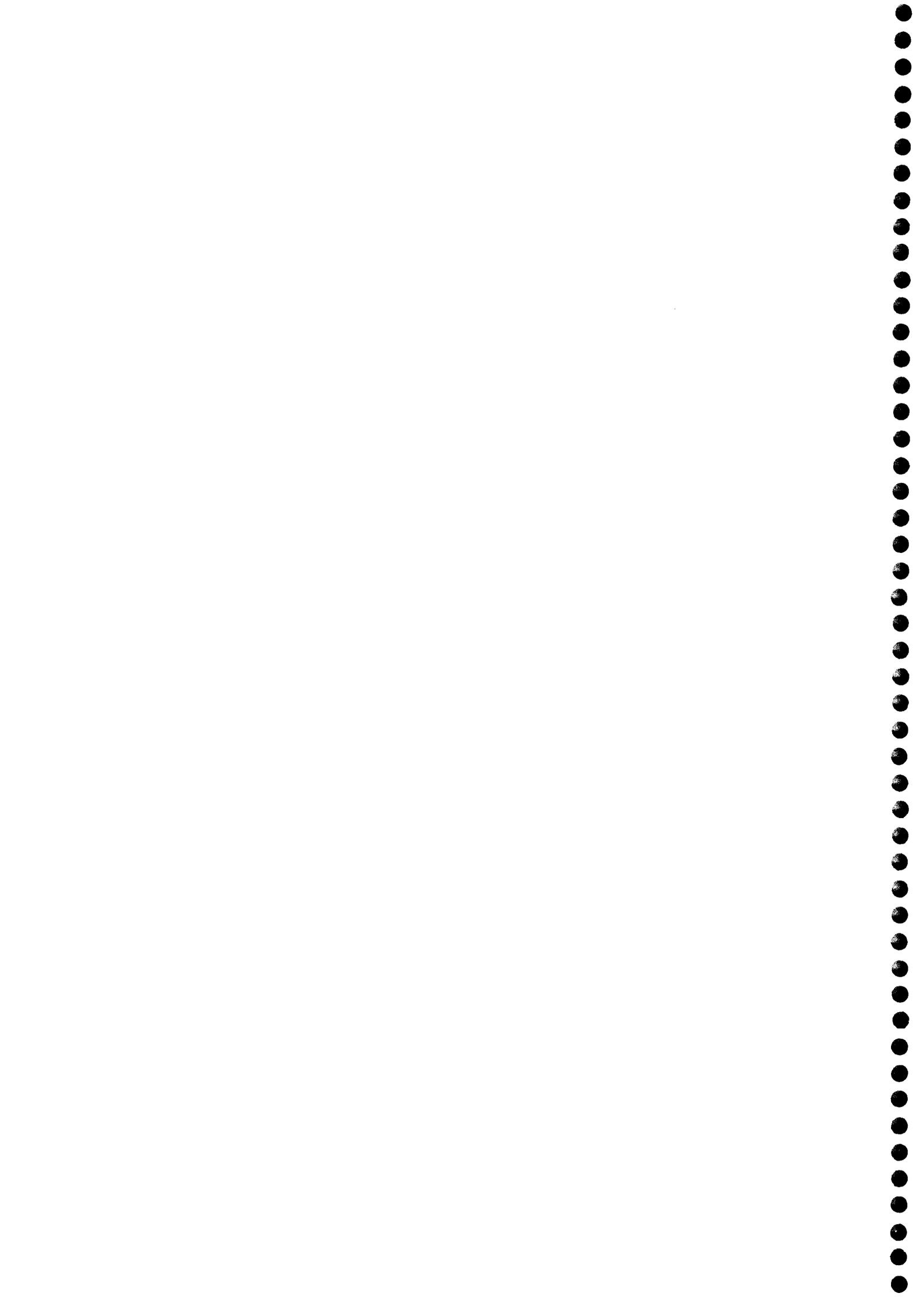


Gráfico 16: Aquisição de Veículos.
Fonte: Plenu's, 2015.

A aquisição de veículos foi apresentada como múltipla escolha. Significativa parcela da população indenizada não pretendia investir os recursos nesse tipo de bem, representando, no T0, 74,76% dos casos. No T1, verificou-se que investiram nesse tipo de bem 29,60% dos indenizados, dos quais, 4,03% optaram por um veículo do tipo utilitário.



Investimento em Negócios

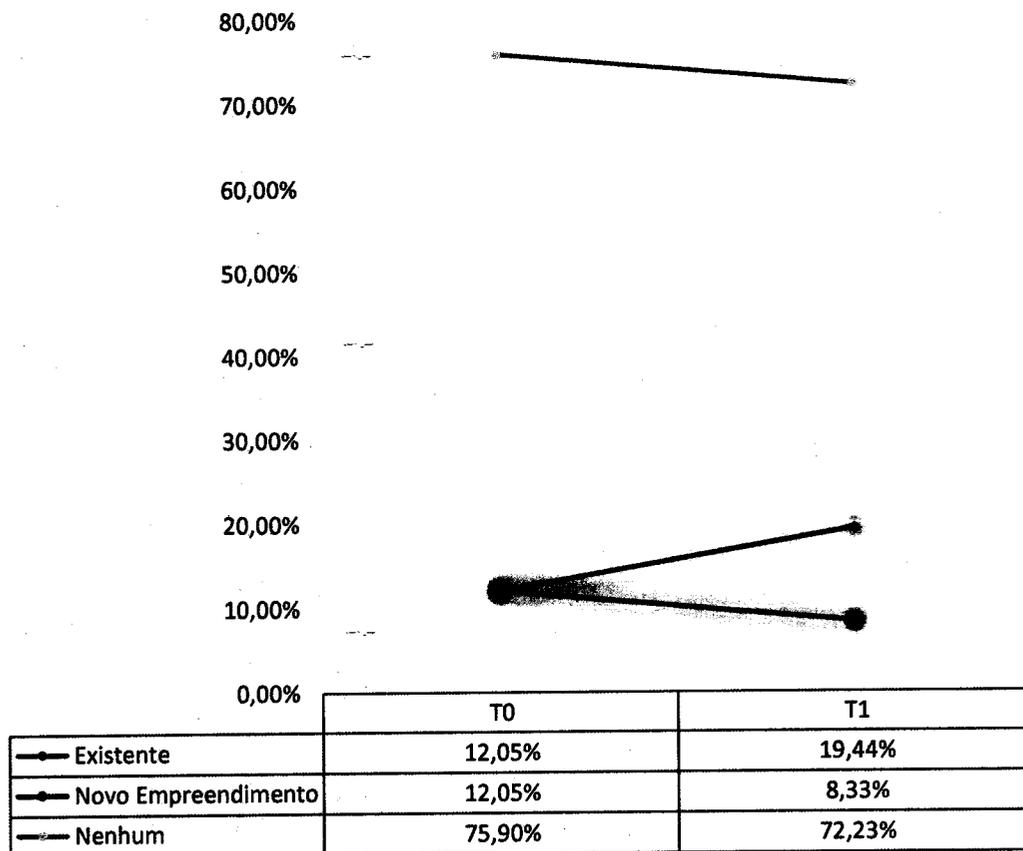
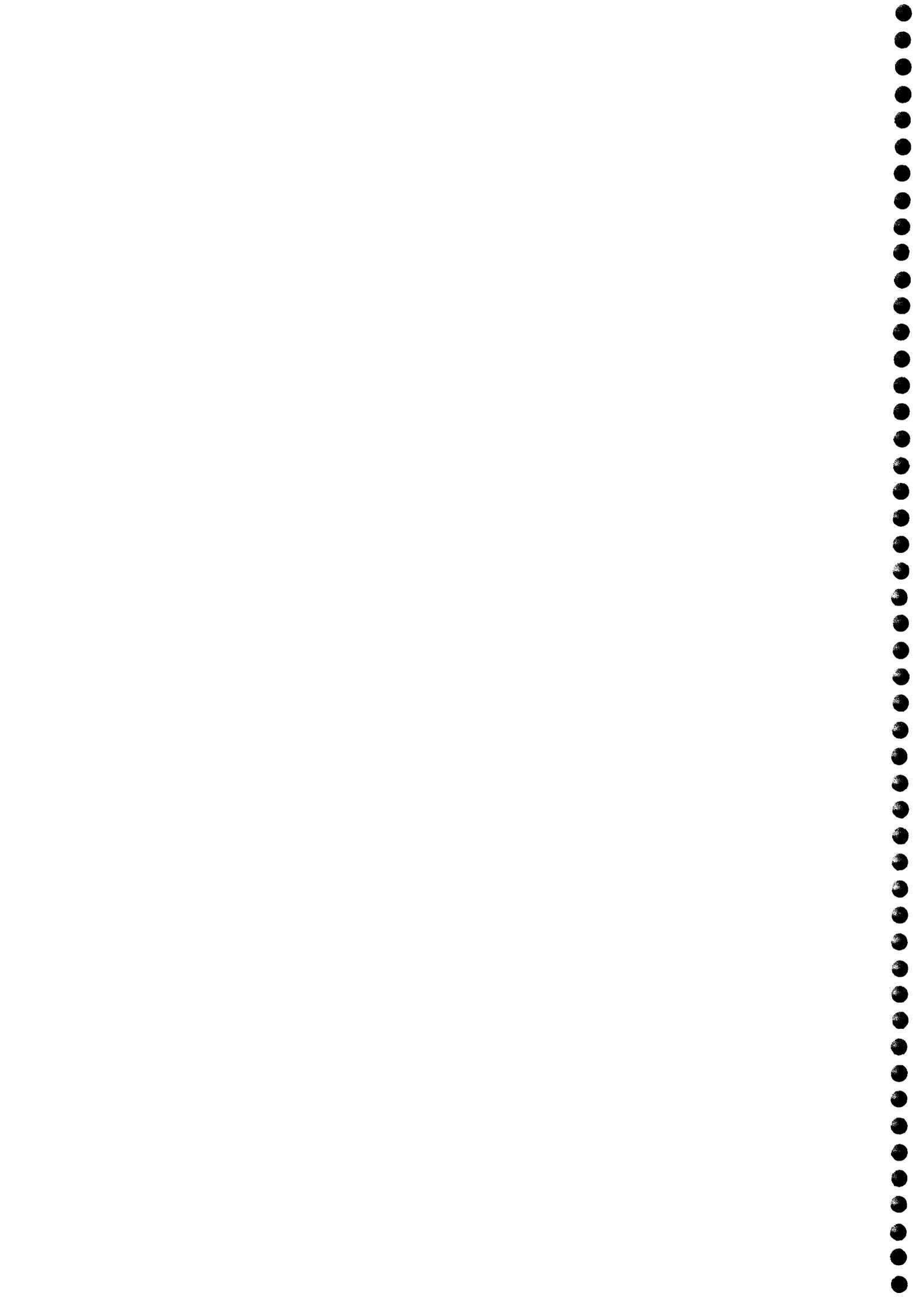


Gráfico 17: Investimento em Negócios.
Fonte: Plenu's, 2015.

Na análise de investimentos em negócios, devem ser considerados os índices relativos a Atividade Principal, detalhada no Gráfico 5, onde se registra que 14,41% dos indenizados já desenvolviam algum tipo de atividade empreendedora, no T0, os quais passaram a representar 16,00% dos casos no T1, e que 19,82% trabalhavam como autônomos, no T0, passando a ser 24,80% no T1. Com isso, a sinalização de investimentos em negócios existentes e em novos empreendimentos somam 24,10% dos casos no T0, passando a somar 27,77%, no T1, caracterizando, assim, o incremento das atividades empreendedoras na região, acima da expectativa dos próprios indenizados, verificada no T0.



Aquisição de Outros Bens ou Serviços

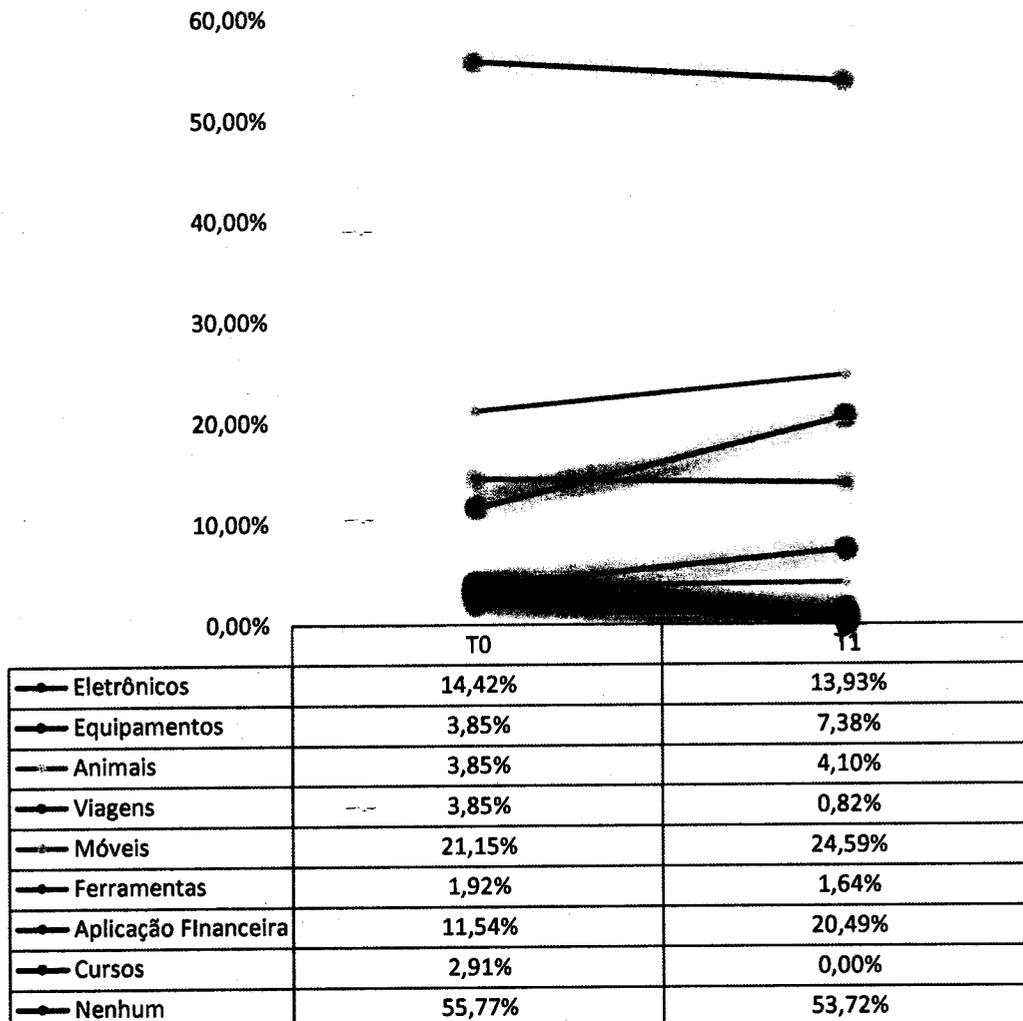
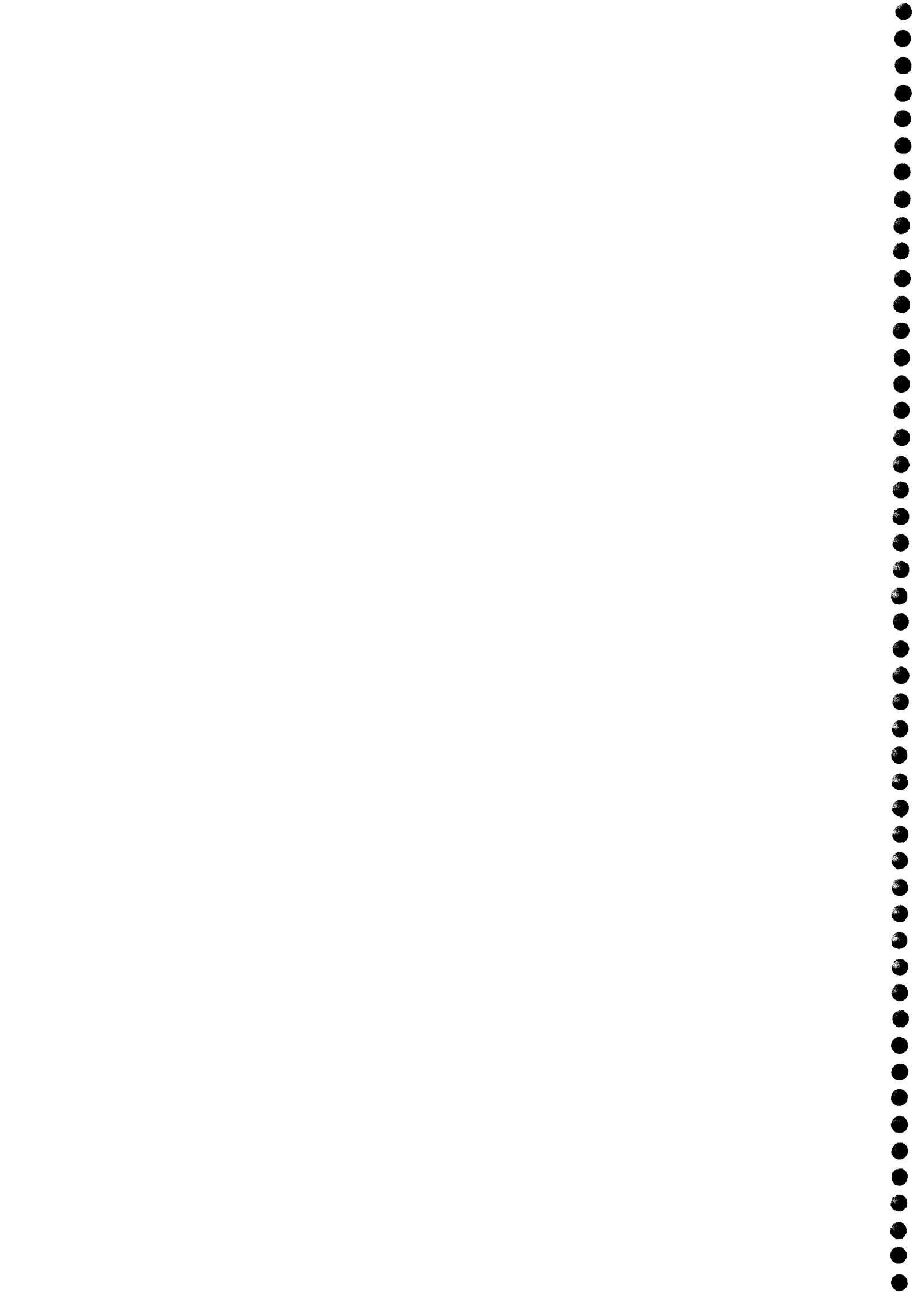


Gráfico 18: Aquisição de Outros Bens ou Serviços.
Fonte: Plenu's, 2015.

Dentre as opções de múltipla escolha, uma parcela significativa não pretendia aplicar os recursos na aquisição de bens não duráveis, ou mesmo na contratação de serviços, representando 55,77% dos casos no T0. Essa expectativa foi confirmada em 53,72% dos monitoramentos. A compra de móveis (mobiliários), que se apresentava como a intenção mais pontuada no T0, se confirma no T1 como o tipo de investimento mais recorrente, com 24,59% dos casos, relacionados, basicamente, à aquisição de novos imóveis residenciais. A variação mais expressiva entre as intenções declaradas no T0 e as ocorrências observadas no T1 está na aplicação financeira, representando 8,95% acima da expectativa registrada no T0.



2.4 Logística

As possibilidades de meios para deslocamento encontram-se com mais fácil acesso para o público urbano, a difusão dos valores confirma essa informação.

Transporte Familiar

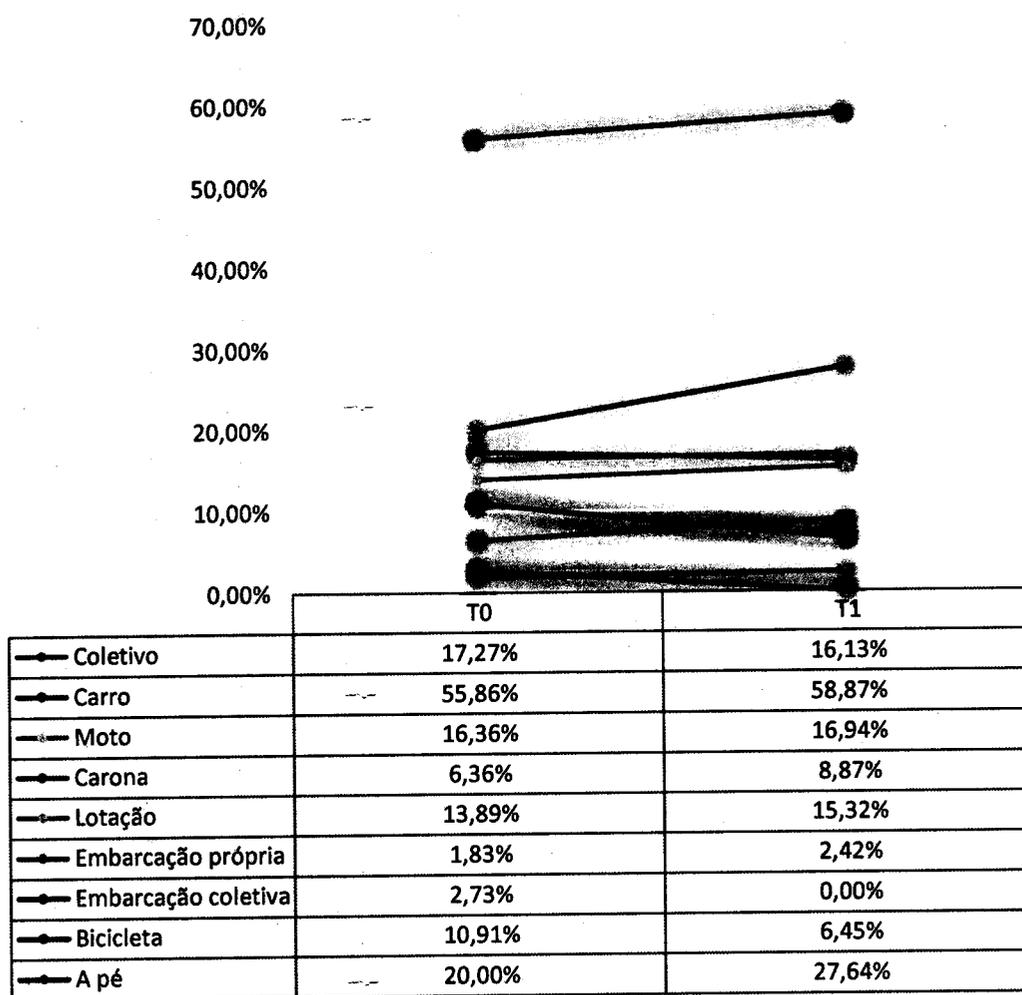
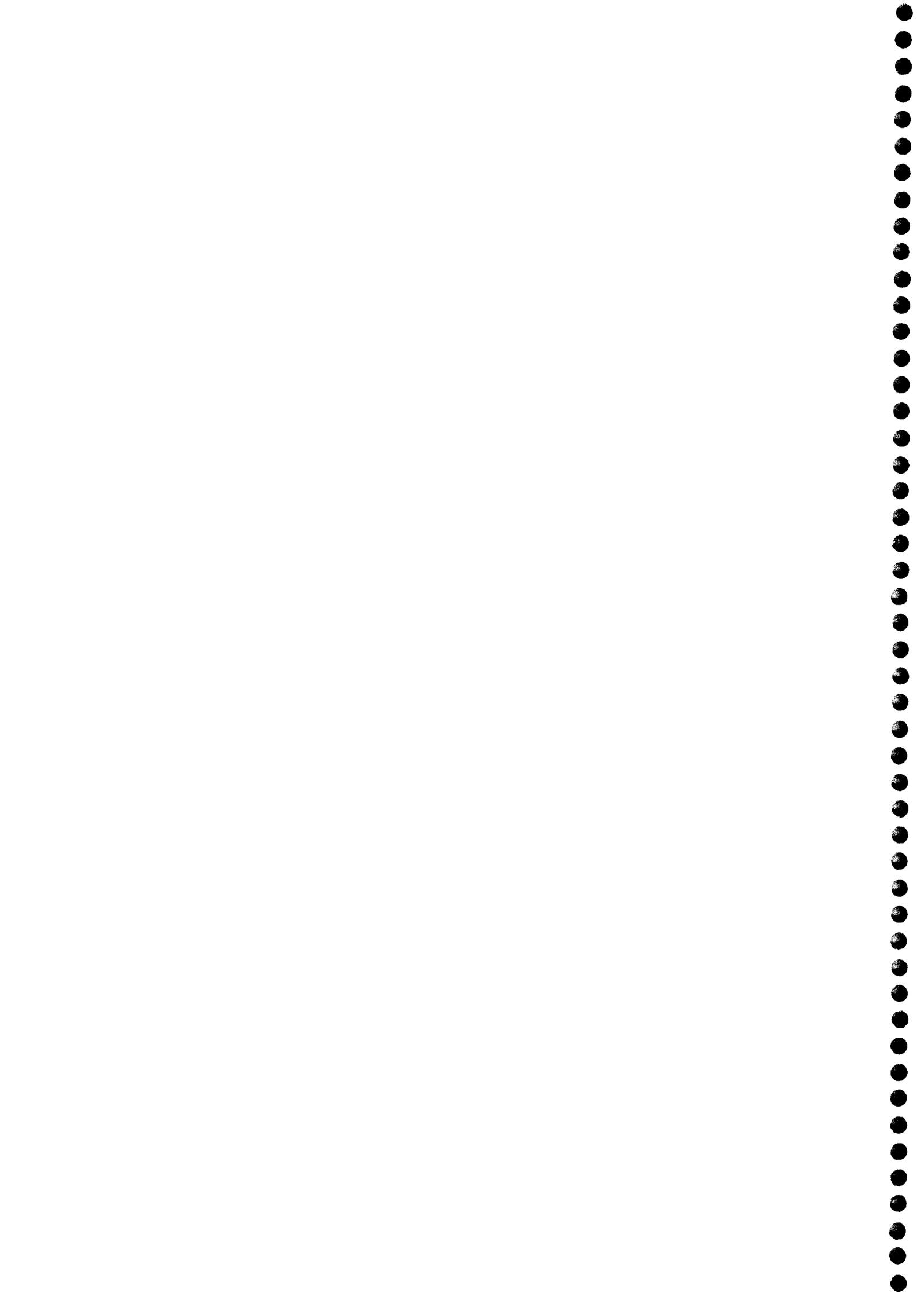


Gráfico 19: Transporte Familiar.
Fonte: Plenu's, 2015.

As ocorrências de transporte urbano motorizado por meio de veículos próprios somavam 77,22% dos casos no T0, passaram a representar 75,81% no T1. Observa-se expressiva elevação dos principais deslocamentos cotidianos a pé, sinalizando a aquisição de novos imóveis em localidades que contam com os serviços básicos saúde, alimentação, educação, etc. Ressalta-



se que em cada entrevista foram apontados, em múltipla escolha, os principais meios de transporte utilizados nos deslocamentos mais habituais.

Veículos de Comunicação

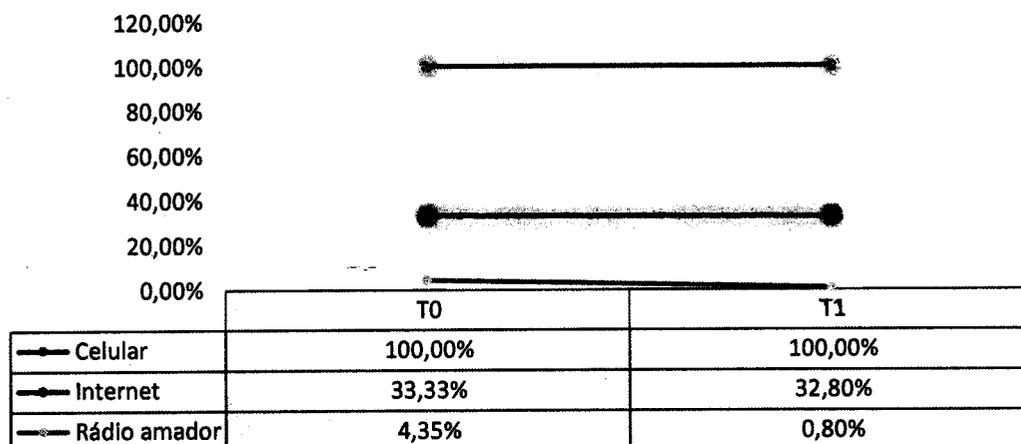


Gráfico 20: Veículos de Comunicação.
Fonte: Plenu's, 2015.

O uso de aparelho de telefone móvel celular permanece como unanimidade entre os monitorados, sendo que apenas um terço deles têm acesso a Internet.

2.5 Educação

Escolaridade

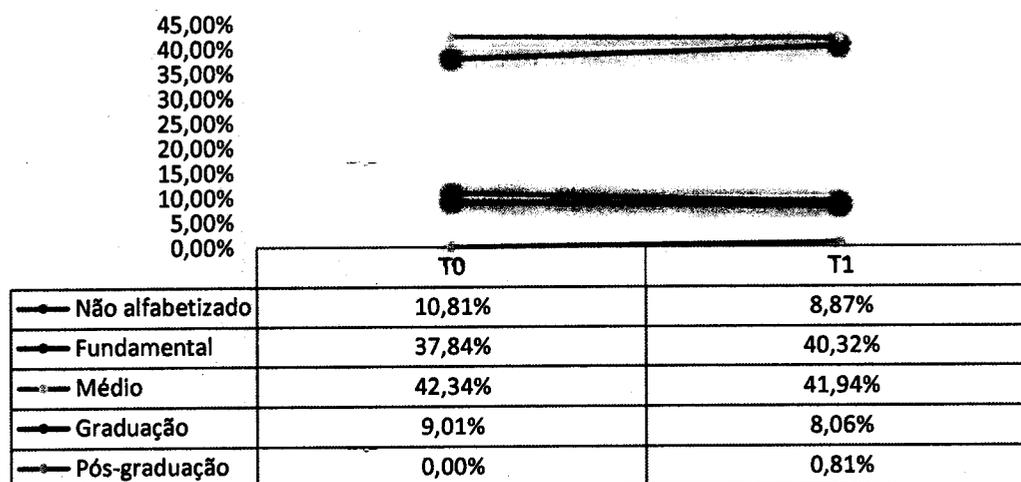
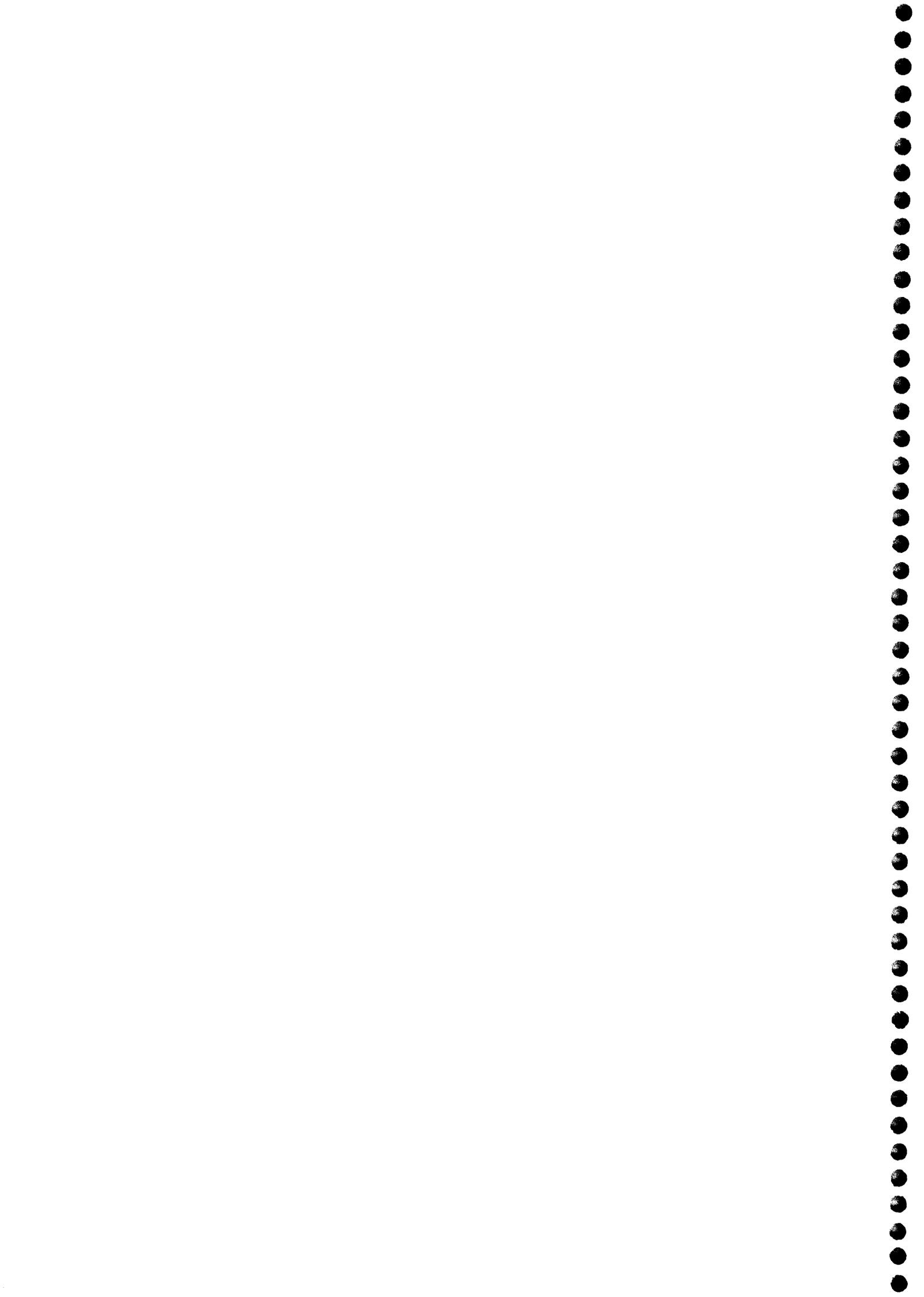


Gráfico 21: Escolaridade.
Fonte: Plenu's, 2015.



A redução das ocorrências de não alfabetizados, de 10,81% no T0 para 8,87% no T1, localiza o público alvo abaixo da média nacional que, no último censo realizado, estava em 9,6% (IBGE, 2010), A pesquisa considerou não alfabetizados os cidadãos com 18 anos ou mais que não eram capazes de ler e escrever.

Número de Estudantes

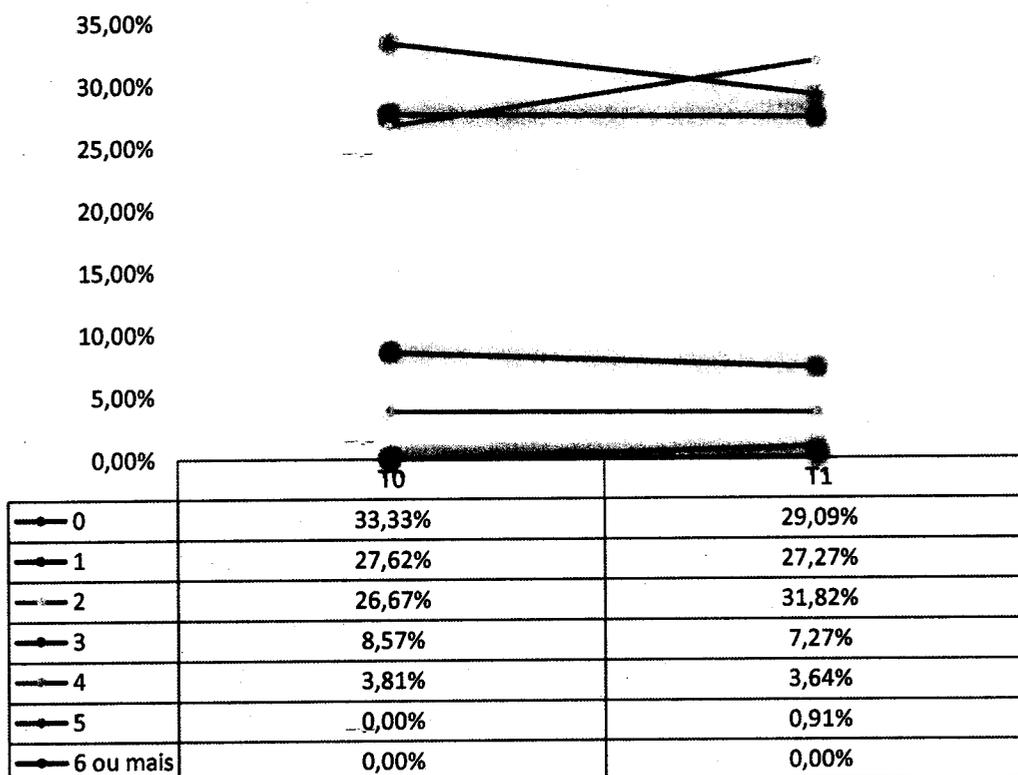
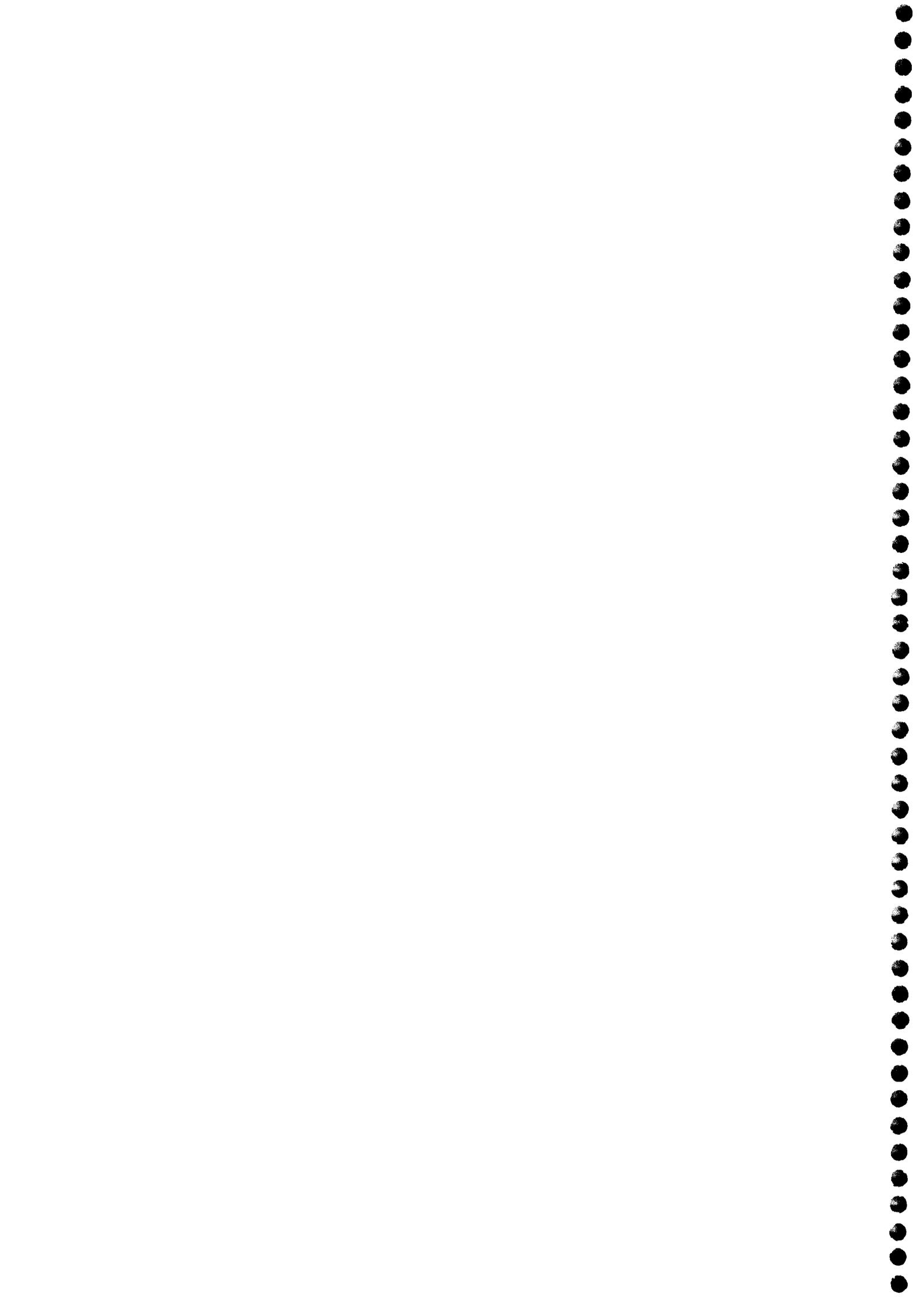


Gráfico 22: Número de Estudantes.
Fonte: Plenu's, 2015.

Diferentemente da questão anterior, nesse ponto, a investigação não se limitou ao responsável pelo grupo familiar, mas incluiu no levantamento o número de estudantes em cada residência. As duas ocorrências positivas mais expressivas indicam que os grupos familiares com até 2 estudantes representavam 54,29% dos casos no T0, passando a equivaler a 59,09% do total.



Número de Capacitações em 2 Anos

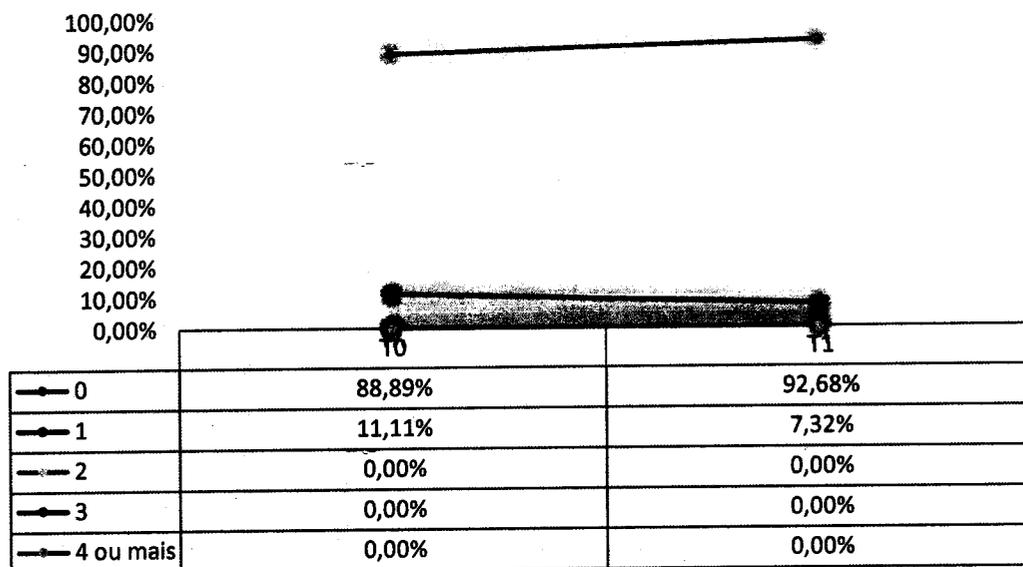
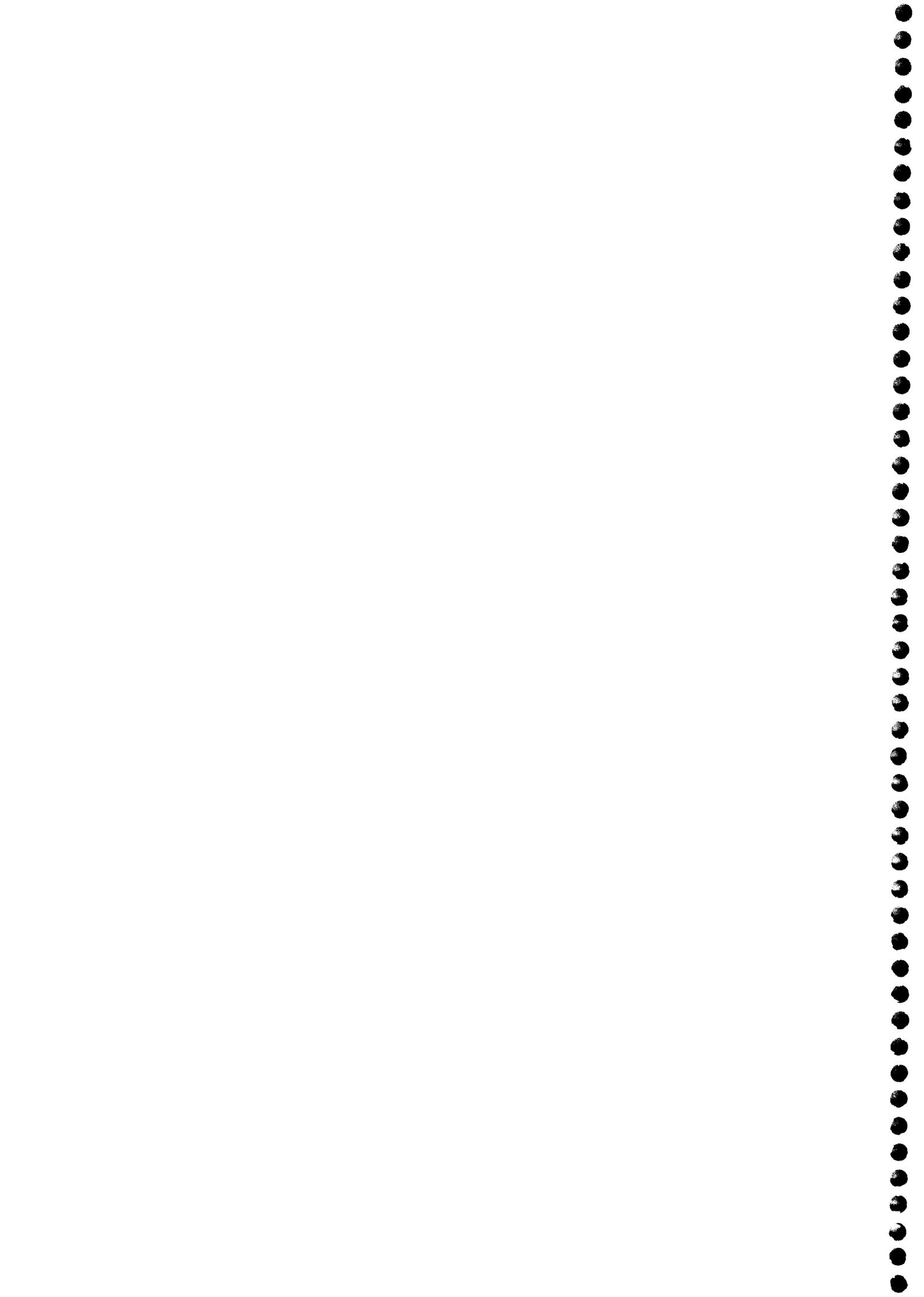


Gráfico 23: Número de Capacitações em 2 Anos.
Fonte: Plenu's, 2015.

O índice dos que indicaram que não ter participado de qualquer curso de curta duração nos últimos dois anos ampliou para 92,68% no T1. Os 7,32% que indicaram ter participado de algum tipo de capacitação profissional afirmaram ter concluído apenas 1 curso nesse período.

2.6 Cultura e Lazer

A aproximação dos fatores culturais se deu, de modo objetivo, considerando os aspectos de visita a amigos ou passeios, de vínculos institucionais e de associativismo como possibilidade de mensuração dos elementos de sociabilidade dos grupos familiares.



Visita a Amigos ou Passeios

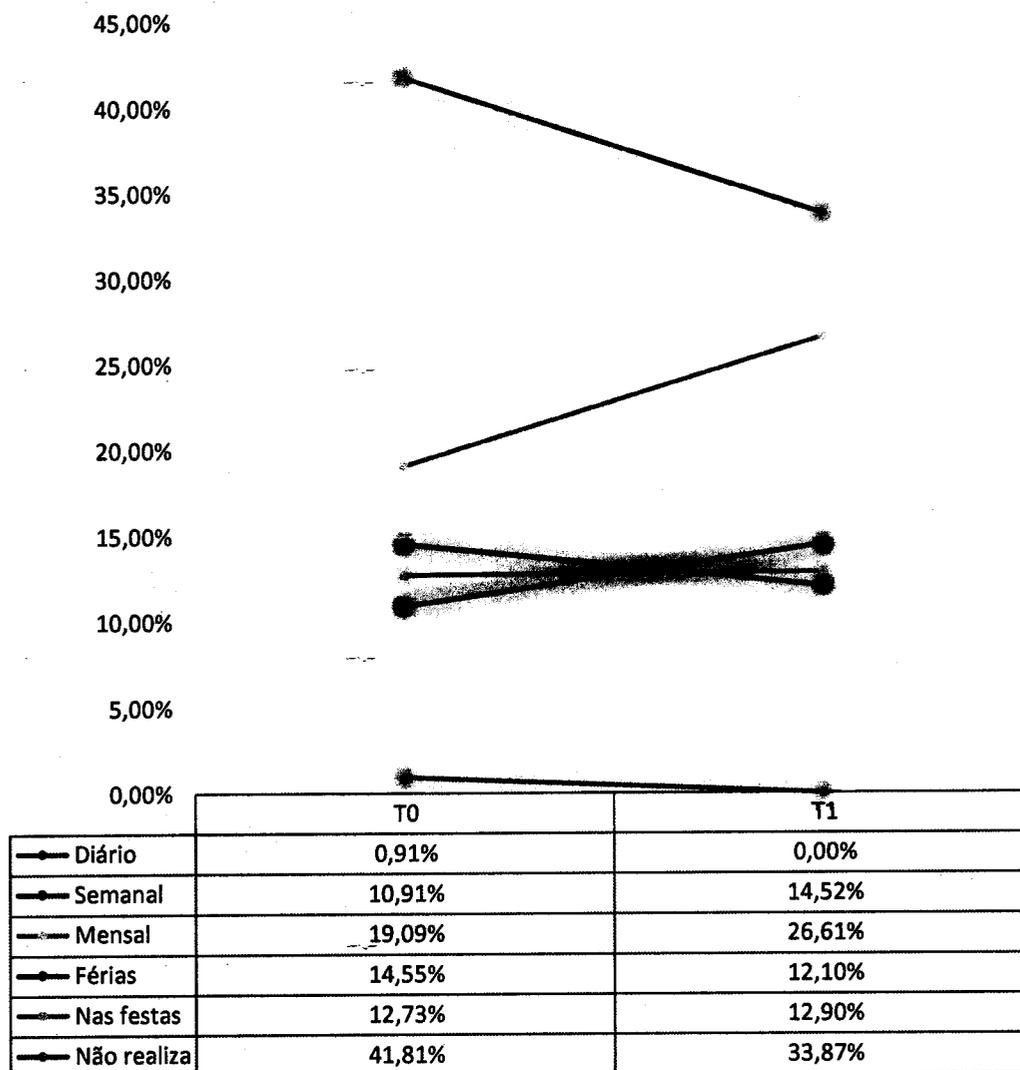
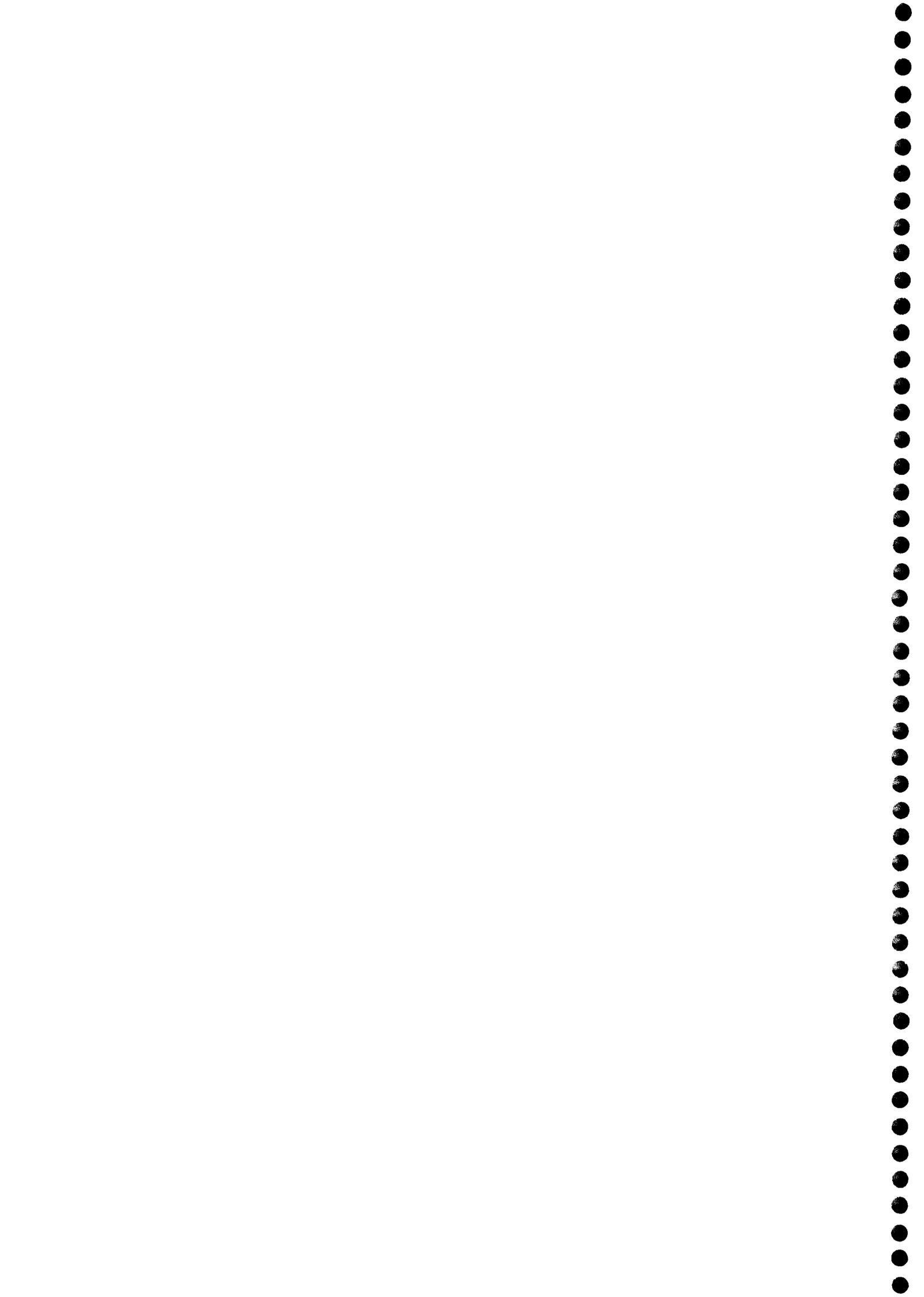


Gráfico 24: Visita a Amigos ou Passeios.
Fonte: Plenu's, 2015.

Foram ampliadas as ocorrências de viagens ou passeios na própria região, que não sejam motivados por quaisquer atividades profissionais, de 58,19% dos casos, no T0, para 66,13%, no T1. A frequência mais comum continua sendo a mensal, agora com 26,61% do total.



Prática de Esportes

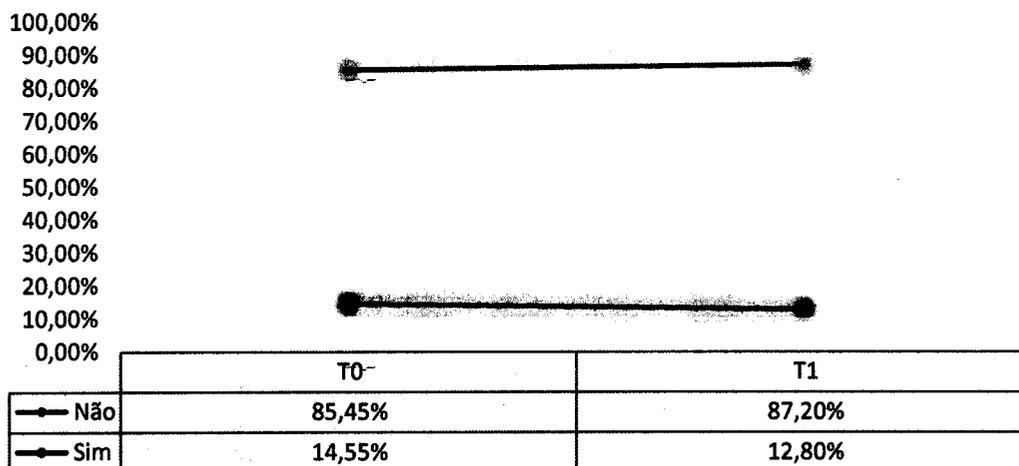


Gráfico 25: Prática de Esportes.
Fonte: Plenu's, 2015.

Dentre os monitorados, 12,80% permanecem envolvidos com qualquer tipo de atividade esportiva, a despeito da regularidade.

Membros de Associações

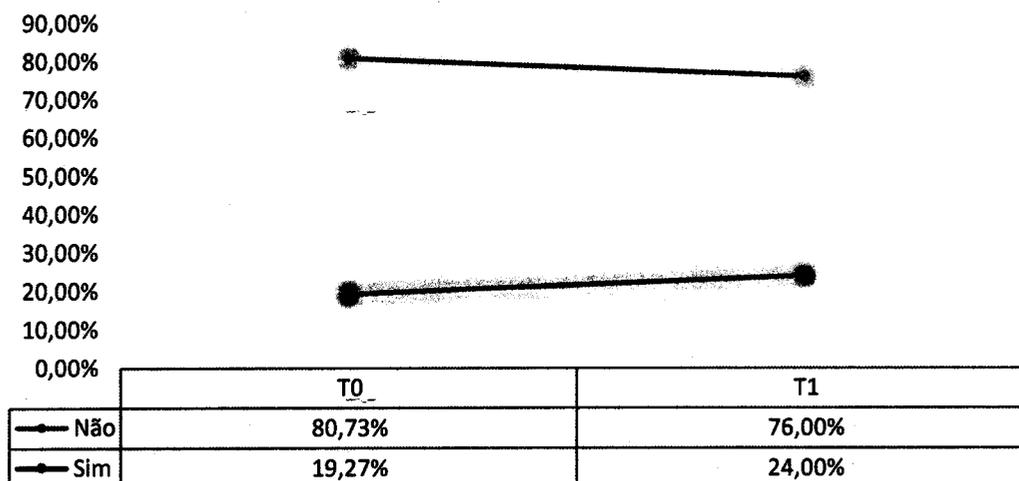
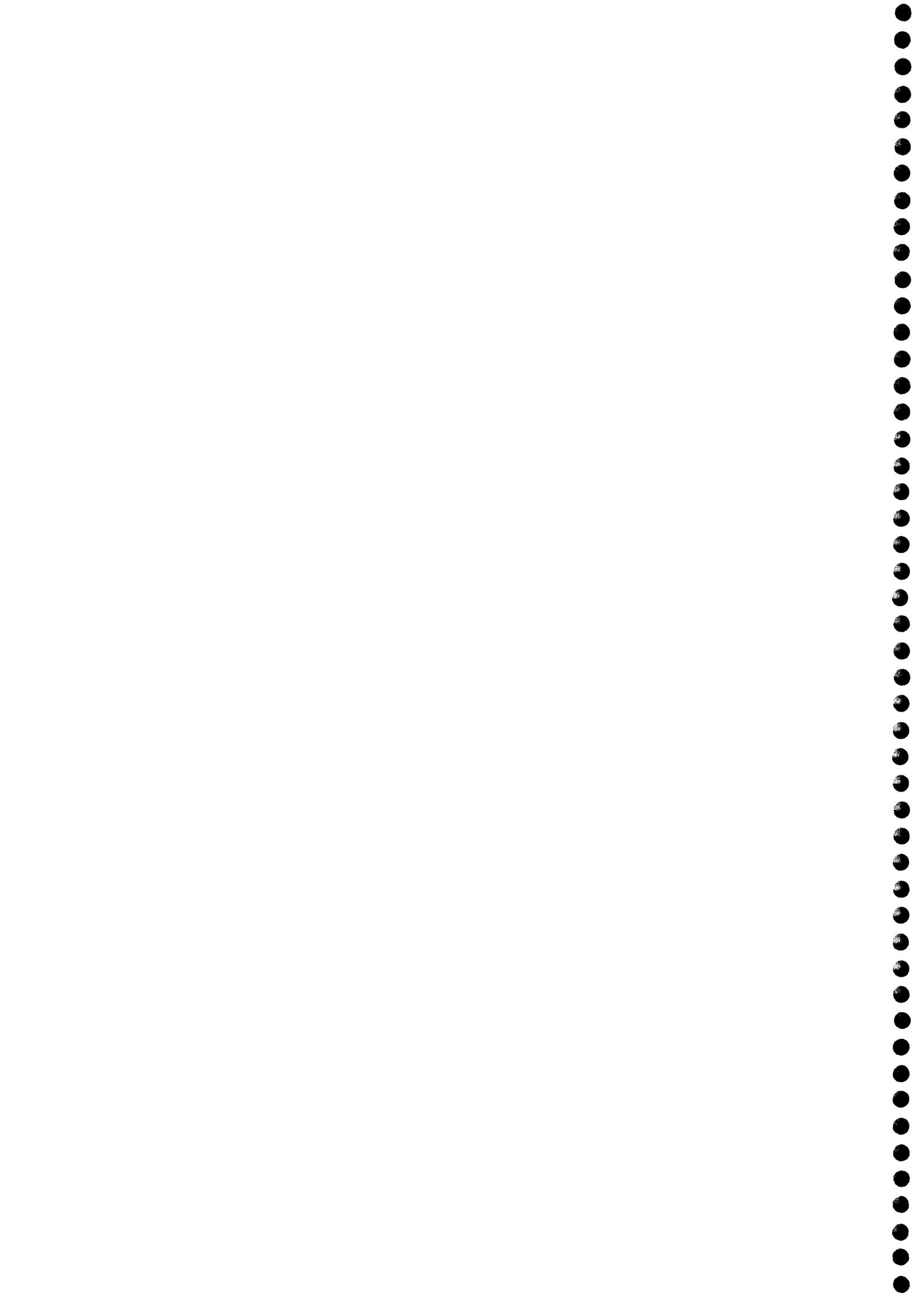


Gráfico 26: Membros de Associações.
Fonte: Plenu's, 2015.

A prática do associativismo foi ampliada de 19,27% no T0 para 24,00% no T1, incluindo participação em organizações ou grupos de interesses comuns (econômicos, sociais ou culturais), cooperativas, associações, movimentos ou partidos políticos.



Apoio Institucional no Período da Cheia

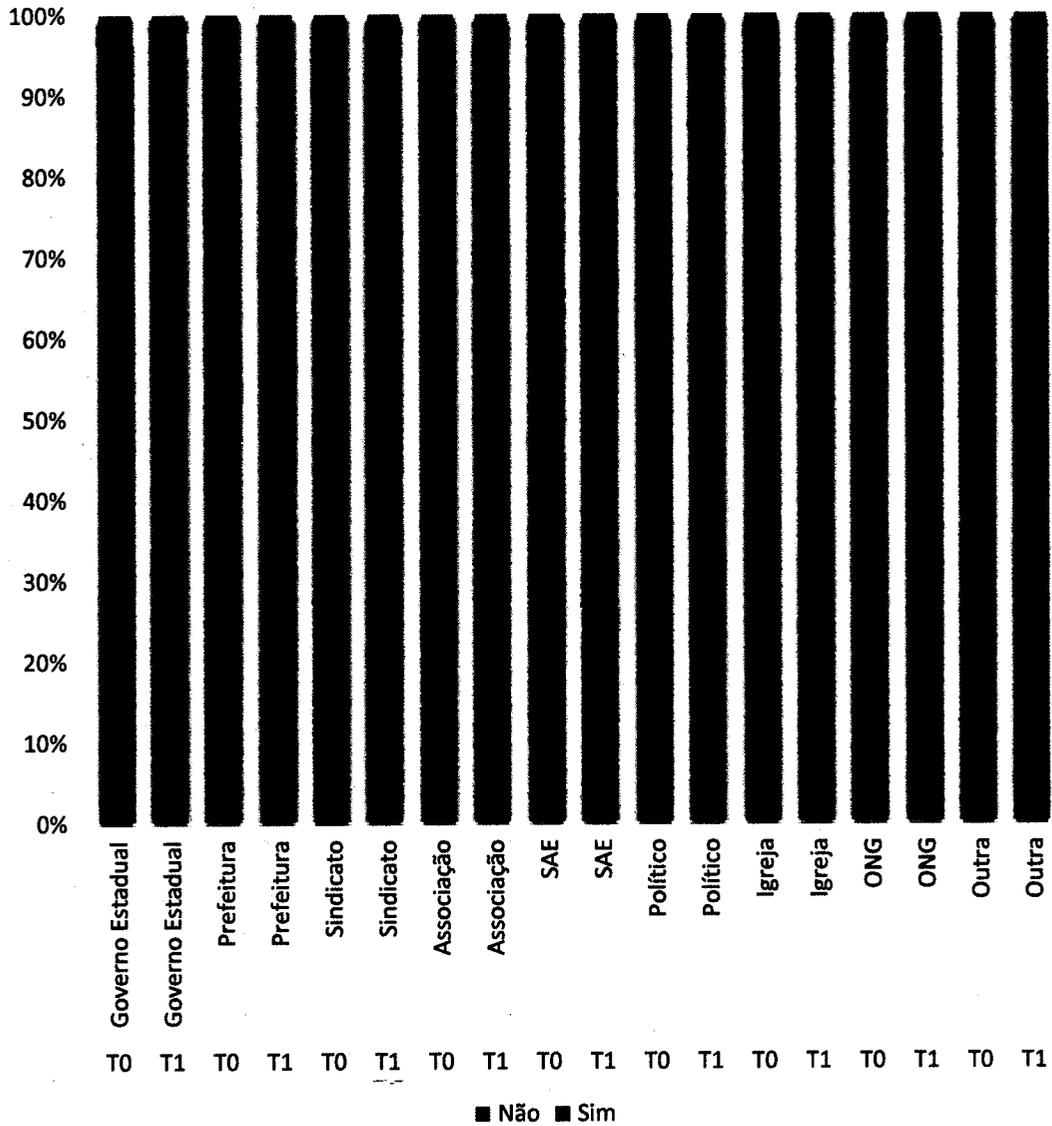
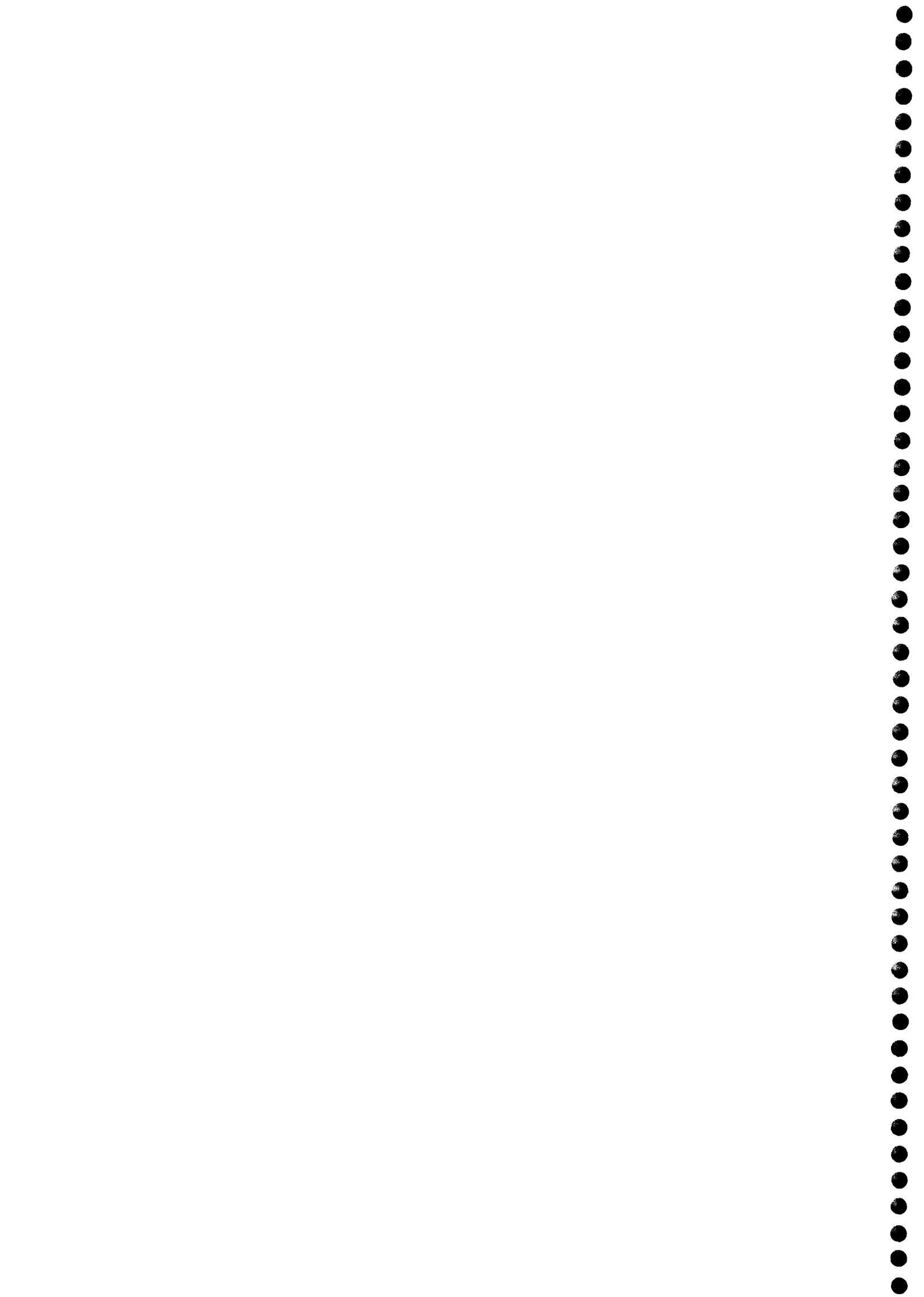


Gráfico 27: Apoio Institucional no Período da Cheia.
Fonte: Plenu's, 2015.

Considerando a especificidade do público D, foram elencadas algumas entidades para identificar, a partir da percepção dos próprios entrevistados, o grau de apoio institucional recebido durante o período da cheia do Rio Madeira. Destacaram-se a SAE e a Prefeitura Municipal de Porto Velho. O campo "outras" se refere basicamente às menções dos monitorados à "Defesa Civil", neste caso, um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Obras Especiais e



Defesa Civil (Sempedec). A ampliação das menções de apoio por parte da SAE se vincula à confirmação do recebimento das indenizações.

2.7 Saúde e Bem Estar

Proximidade dos Serviços Públicos de Saúde

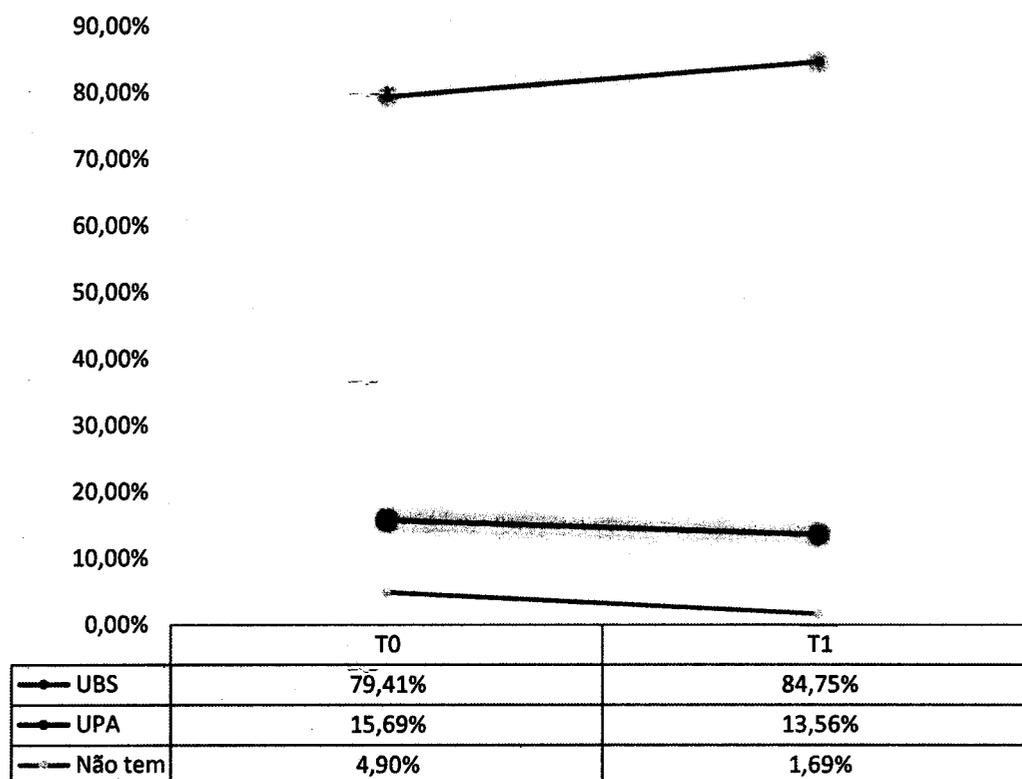
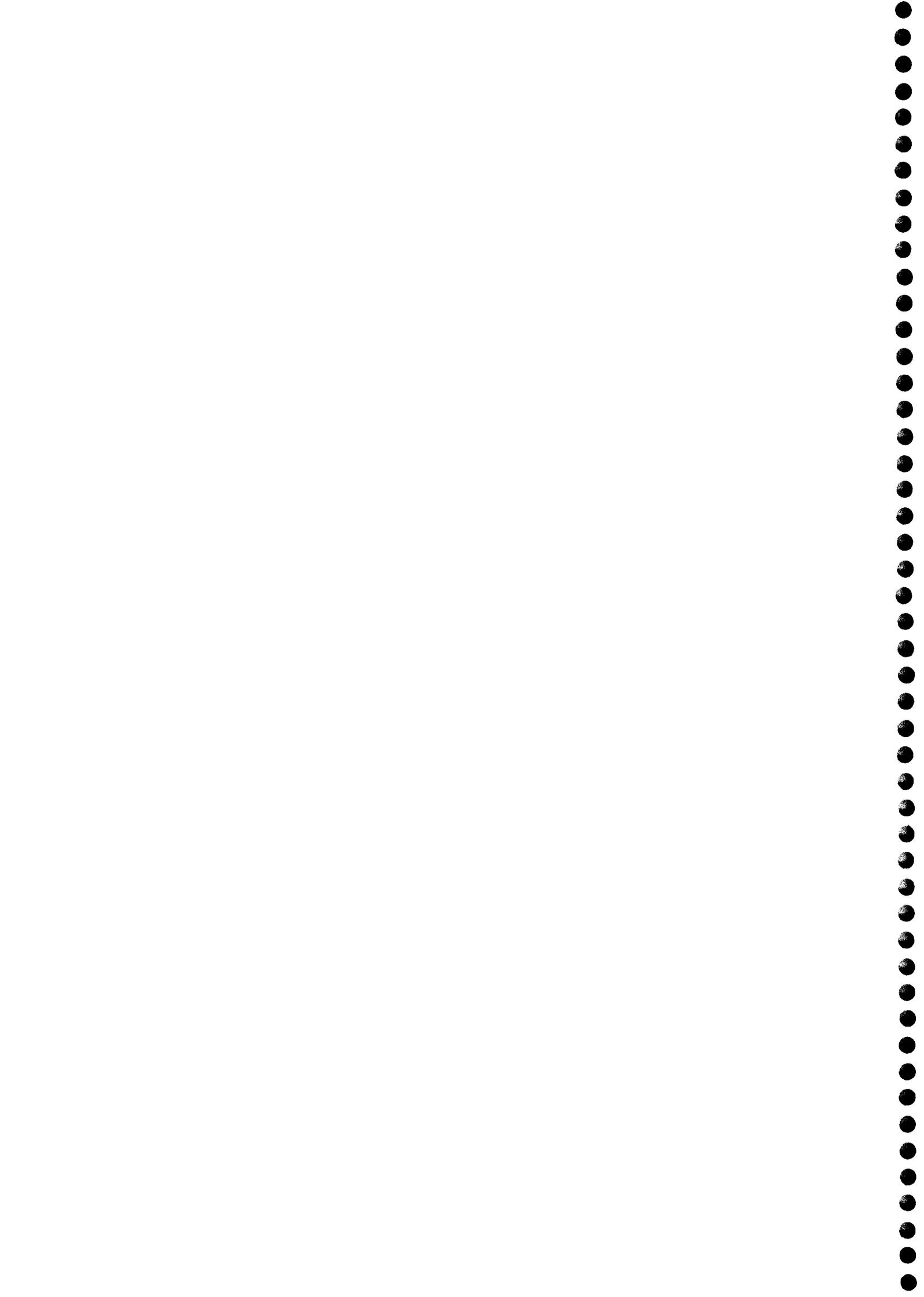


Gráfico 28: Proximidade dos Serviços Públicos de Saúde.
Fonte: Plenu's, 2015.

Analisando a evolução do acesso aos serviços públicos de saúde, particularmente, de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), observa-se melhoria significativa nos índices, sendo que 79,41% dos monitorados tinham acesso aos serviços de uma UBS, no T0, passando a ser 84,75%, no T1, que contam hoje com mais facilidade de obtenção de: consultas médicas, inalações, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica.



Pessoas com Doenças Crônicas

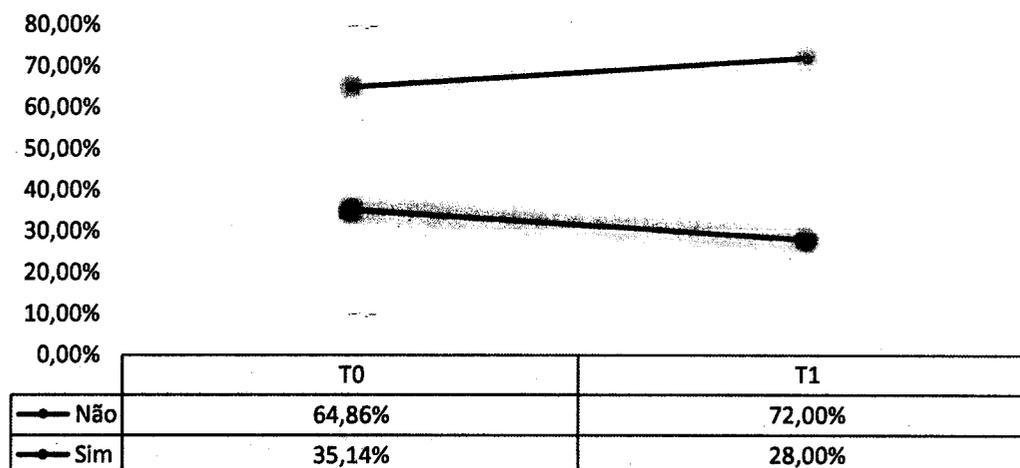


Gráfico 29: Pessoas com Doenças Crônicas.
Fonte: Plenu's, 2015.

Para efeito de pesquisa, considerou-se doença crônica as condições em que um sintoma existe, influenciando direta e continuamente na qualidade de vida dos residentes, ainda que não haja necessidade de tratamento ininterrupto. Entre os tempos de pesquisa, houve redução do quadro de doenças crônicas, de 35,14% no T0 para 28,00% no T1, onde há diagnóstico de pelo menos uma ocorrência. As mais comumente observadas são hipertensão e diabetes, nesta ordem.

Número de Banheiros

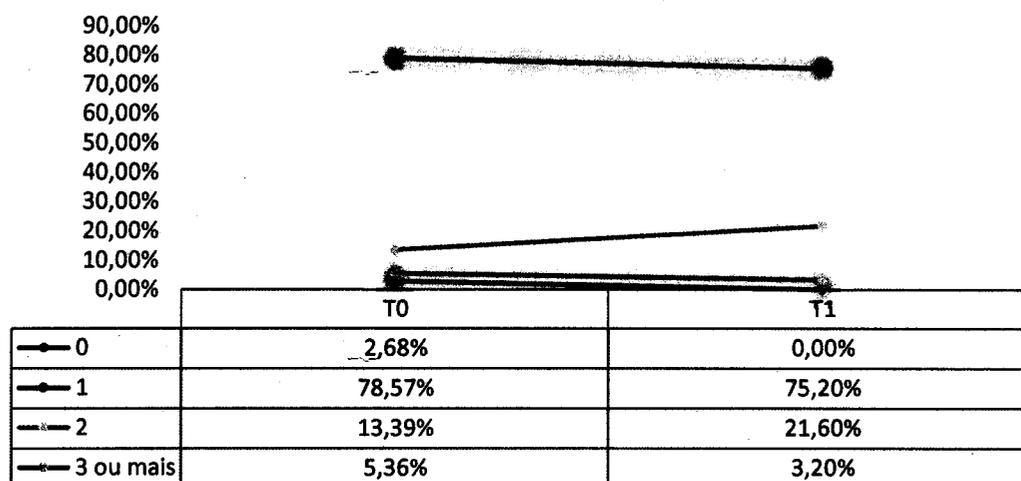
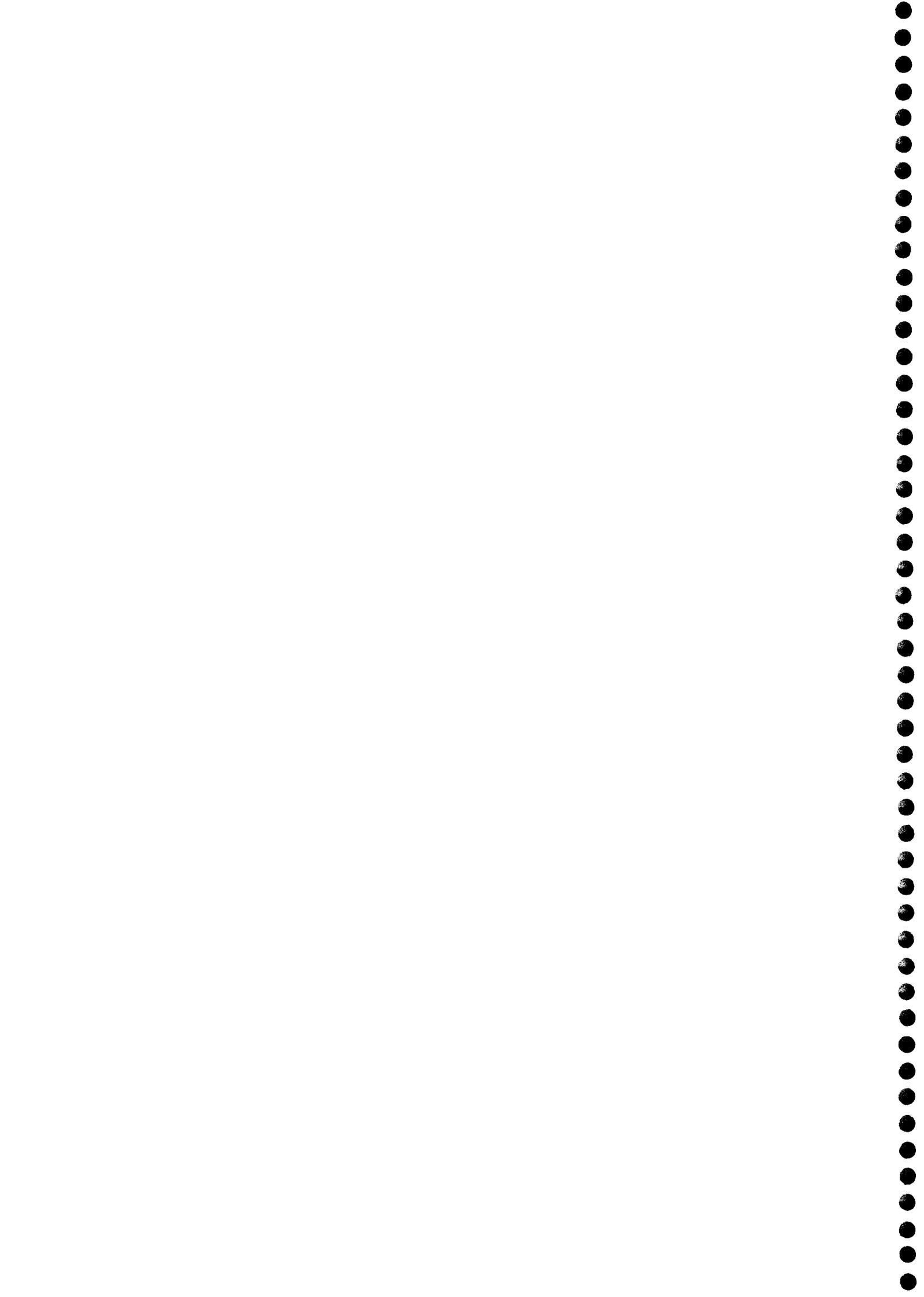


Gráfico 30: Número de Banheiros.
Fonte: Plenu's, 2015.



Seguindo a metodologia de análise dos dados proposta pela ABEP, sendo relevante para apontamento das condições de conforto, saúde e bem estar, colaborando ainda com os indicadores de classes econômicas, verificou-se a existência de instalação sanitária na residência, apontando a ocorrência de pelo menos uma unidade em 100,00% dos casos no T1. Esse dado configura uma significativa melhora na qualidade de vida para 2,68% dos grupos familiares que não contavam com instalação sanitária própria. Para ter sido considerada como “existente” a instalação sanitária deveria contar com pelo menos um vaso sanitário, independente do fato de estar localizada no interior da residência ou não, e ser de uso exclusivo dos residentes.

2.8 Ambiente

Destinação de Resíduos Sólidos

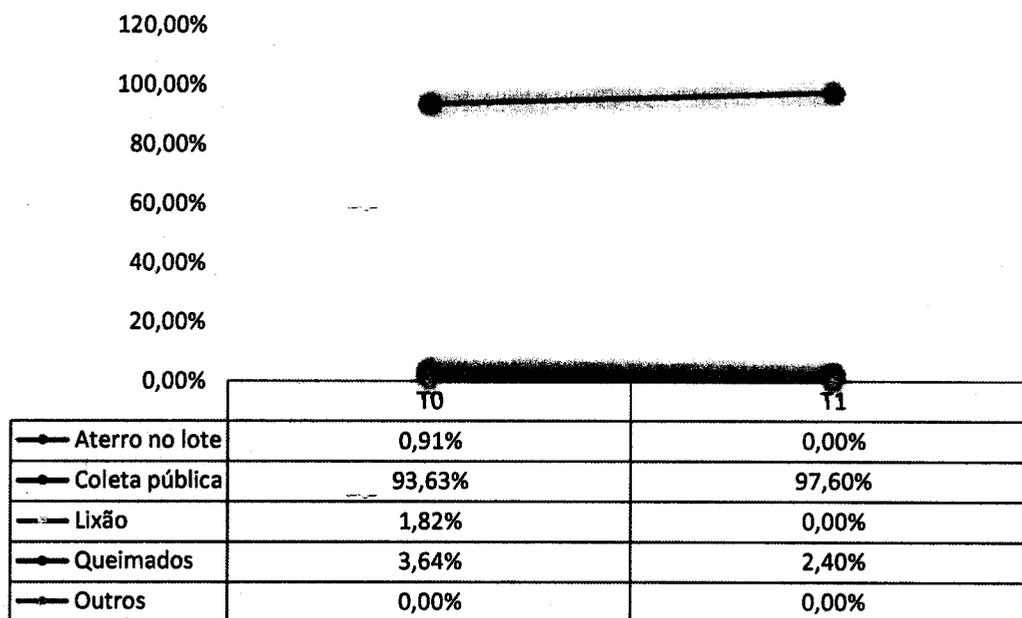
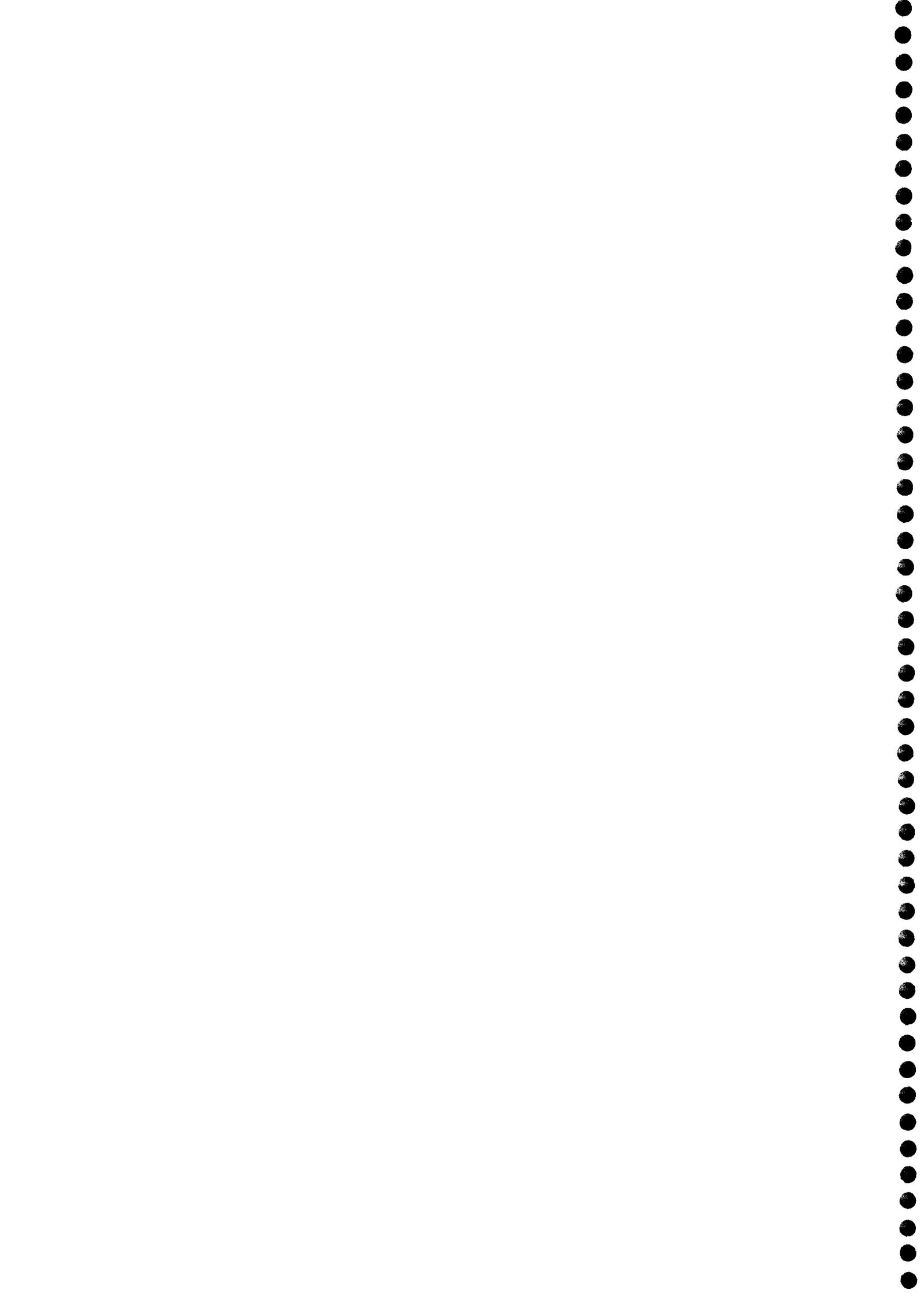


Gráfico 31: Destinação de Resíduos Sólidos.
Fonte: Plenu's, 2015.

Apresenta-se como índice favorável relativo às condições e cuidados com o ambiente a ampliação do número de monitorados que utilizam os serviços de coleta pública para descarte dos resíduos sólidos, de 93,63% no T0 para 97,60% no T1. A prática nociva da queima de resíduos também reduziu, mas ainda é observada em 2,40% dos casos.



Condições e Cuidados Ambientais

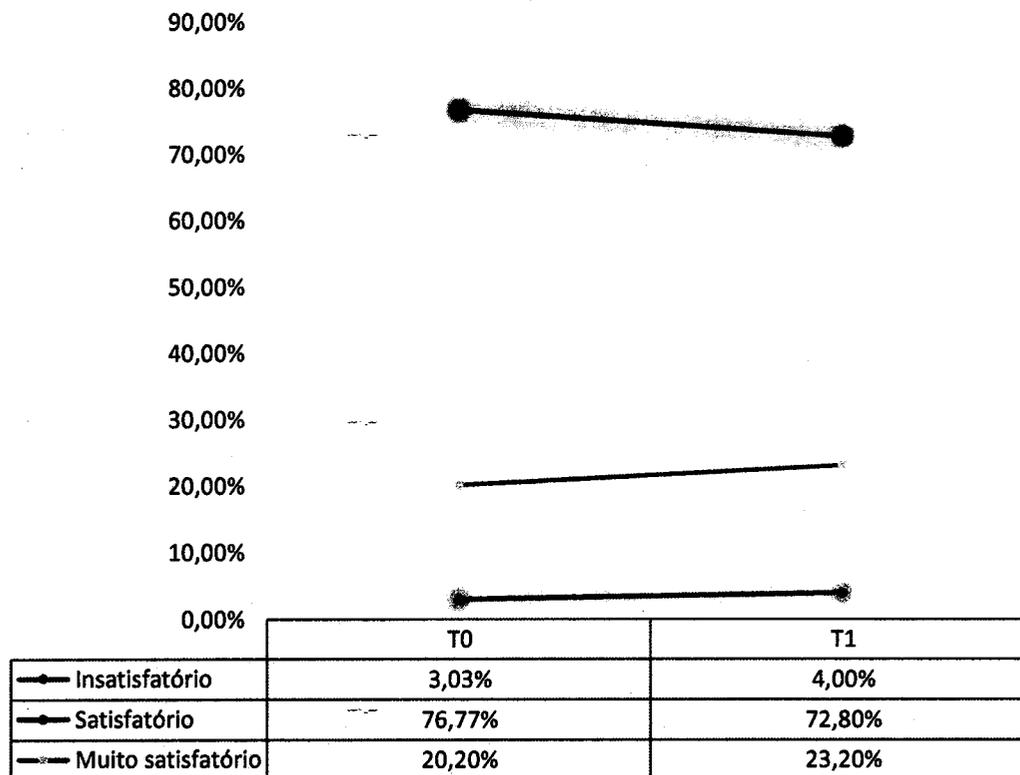
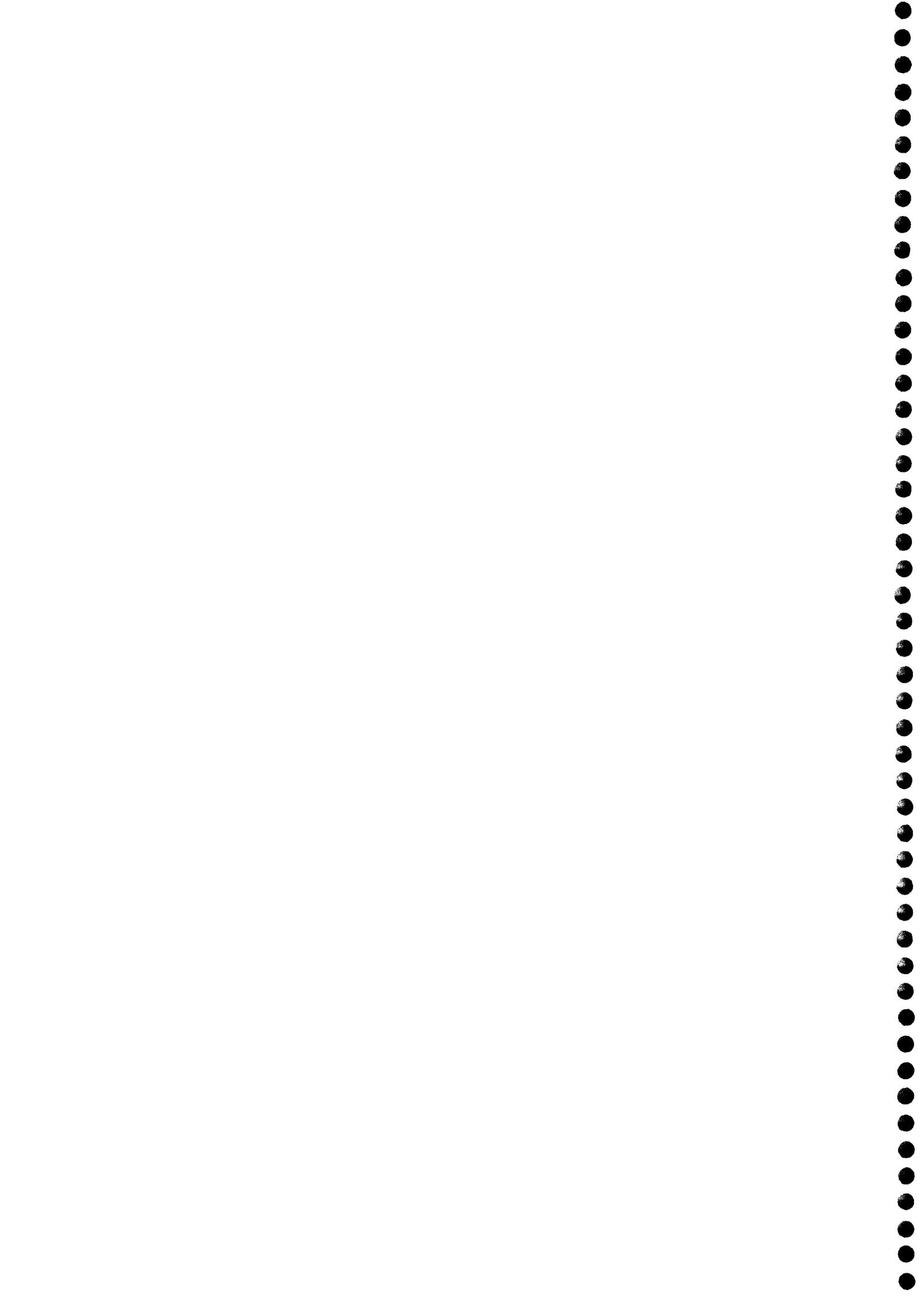


Gráfico 32: Condições e Cuidados Ambientais.
Fonte: Plenu's, 2015.

Na investigação das questões de salubridade, as manifestações dos indenizados a respeito do seu grau de satisfação em relação às condições e cuidados ambientais passam pelo aspecto subjetivo da identificação e afinidade das próprias pessoas com o ambiente e com suas residências, ratificadas pelo olhar crítico dos pesquisadores. O número dos que se expressaram satisfeitos ou muito satisfeitos manteve-se estável, variando entre 96,97% no T0 e 96,00% no T1. Dentro desse grupo, entre os tempos de pesquisa, houve ampliação dos muito satisfeitos de 20,20% para 23,20%.



3 ANÁLISES CRUZADAS

Cruzando alternativas do instrumento de coleta de dados, obtém-se outros elementos que colaboram com a configuração do cenário da pesquisa.

3.1 Caracterização da Atividade por Setor da Economia

Caracterização da Atividade *por* Setor

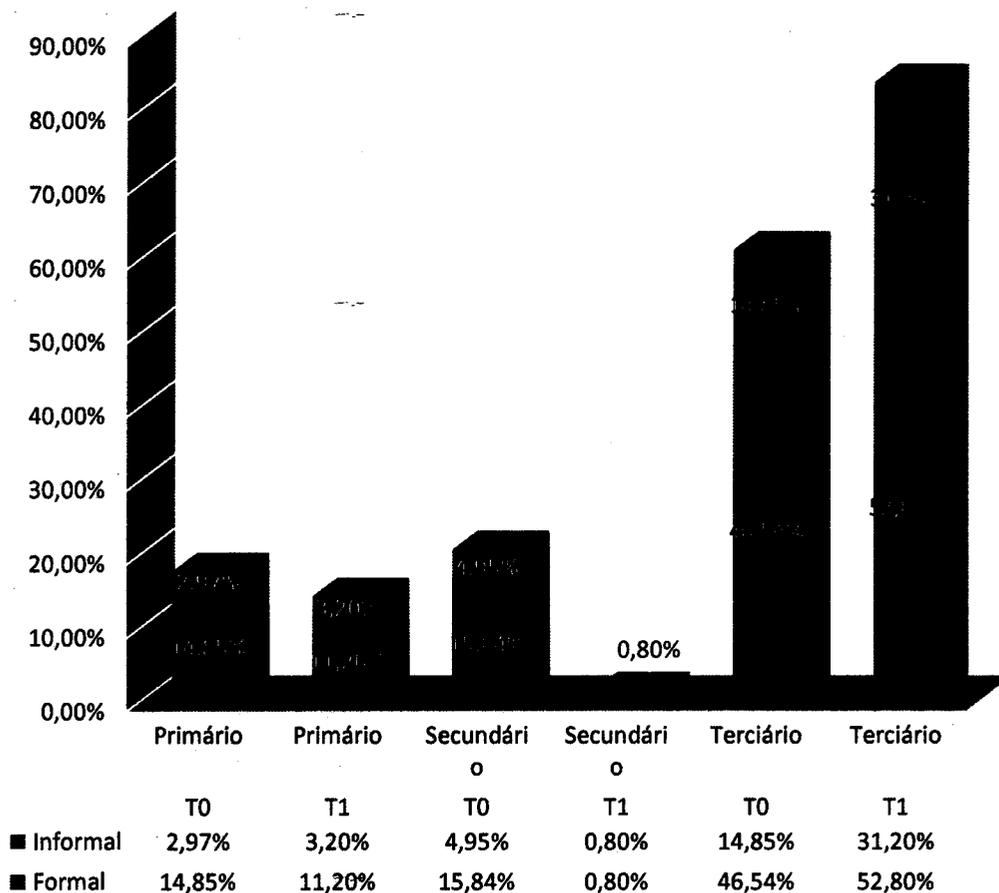
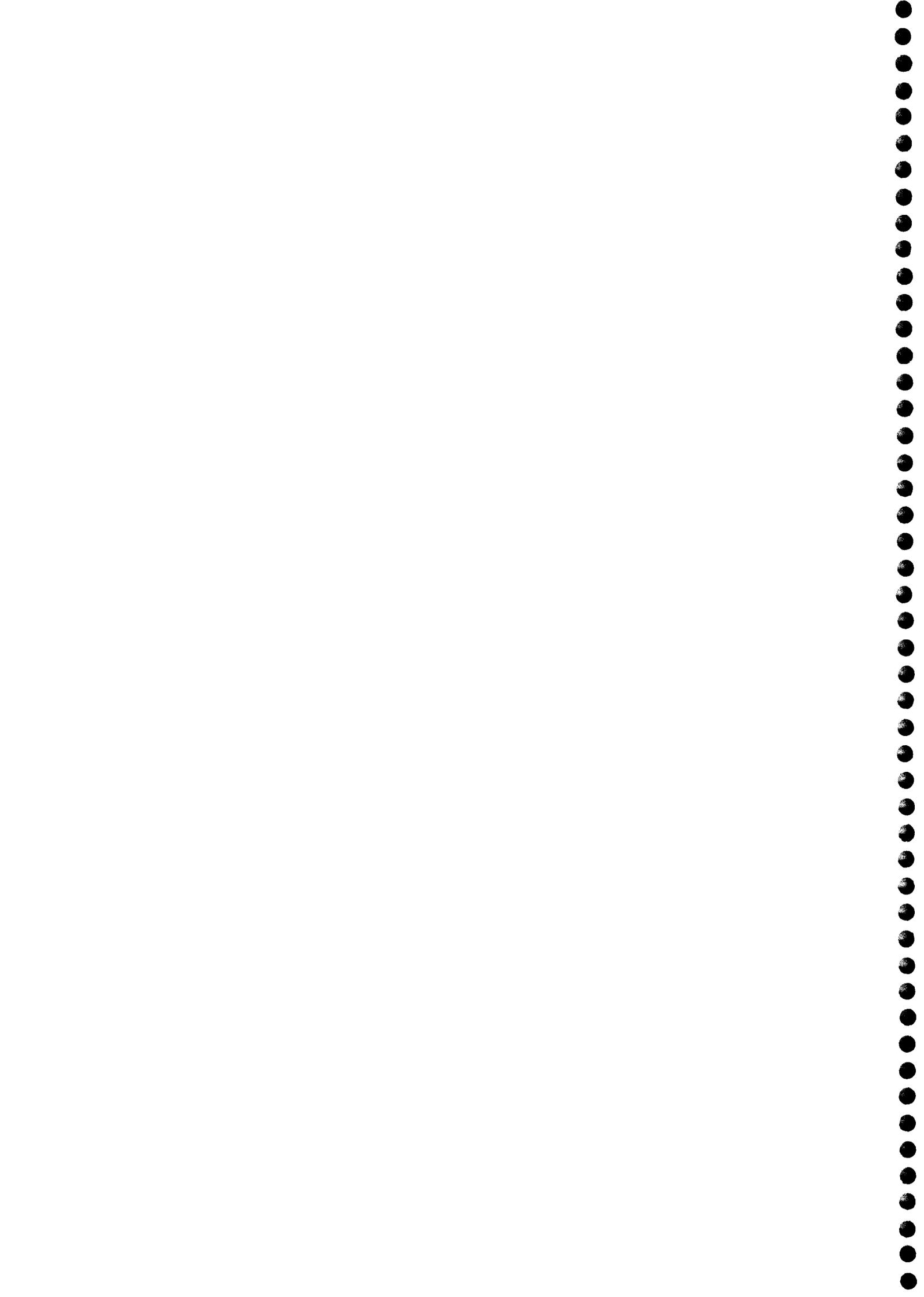


Gráfico 33: Caracterização da Atividade *por* Setor.
Fonte: Plenu's, 2015.

O nível de formalidade das atividades desenvolvidas pelos grupos familiares nos três setores da economia apresentou um decréscimo de 6,25% entre T0 e T1, valor vinculado, basicamente, ao início de novas atividades autônomas do setor terciário, em fase de formalização, os quais contribuem com 4,67% na composição deste índice. Reitera-se que a concepção de



trabalho informal retrata as atividades econômicas que estejam desprovidas de qualquer instrumento legal que registre os produtos ou serviços, licença para funcionamento, ou mesmo inspeção dos órgãos competentes. O trabalho informal, além de expor seus agentes a riscos de diversas naturezas, limita as possibilidades de acesso a mercados consumidores, particularmente, pelo não fornecimento de notas fiscais.

Atividade Principal por Caracterização da Atividade

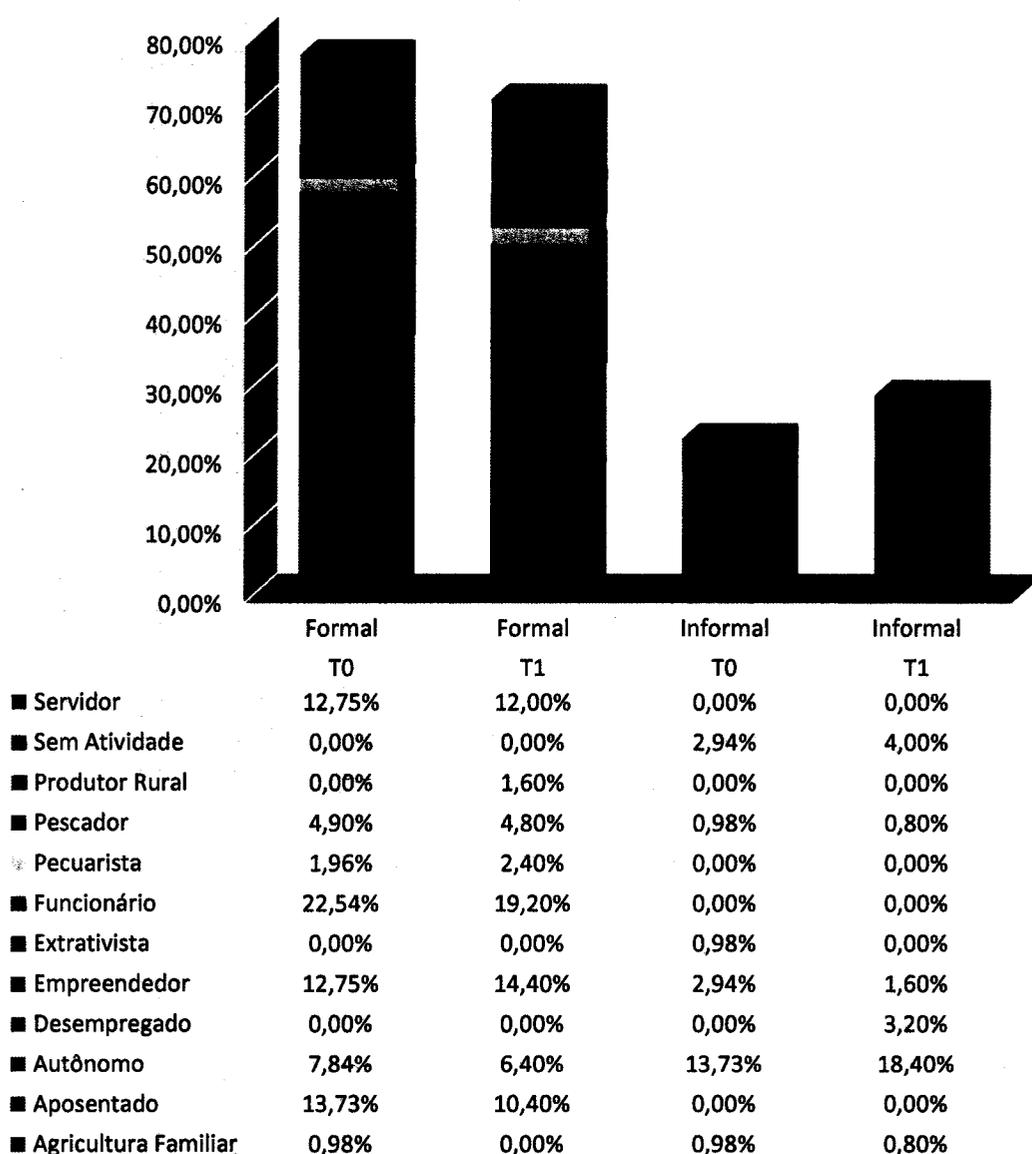
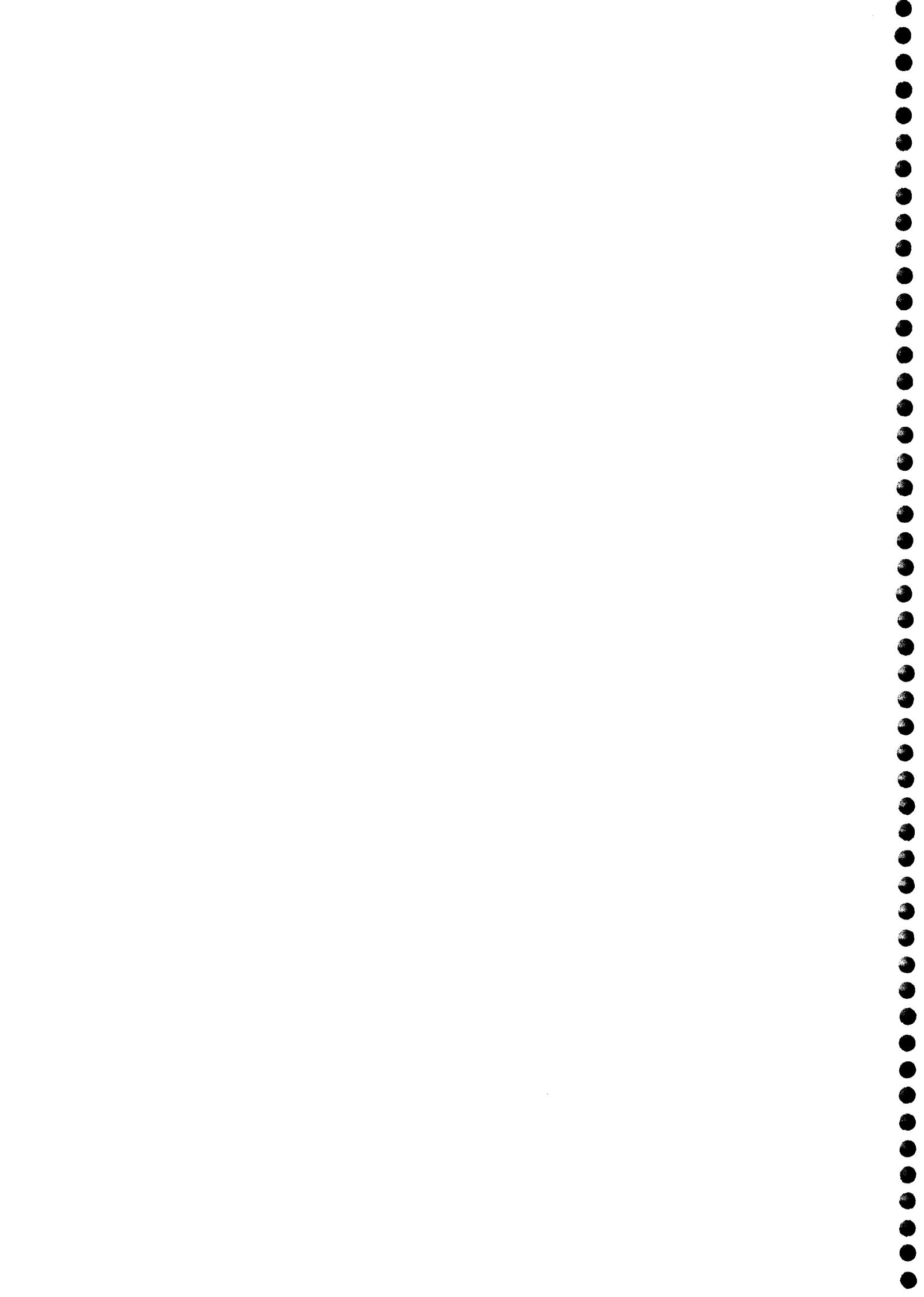


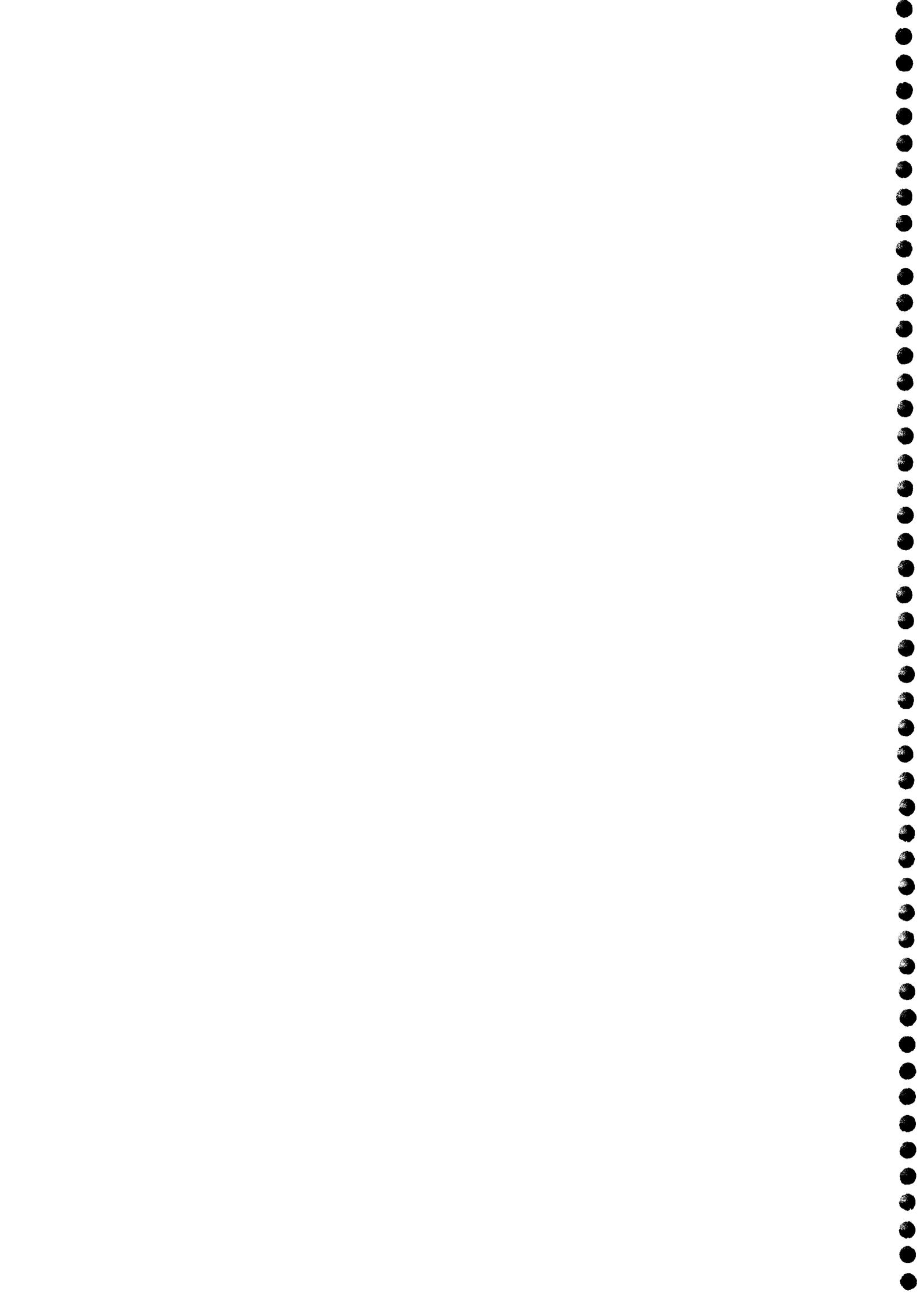
Gráfico 34: Atividade Principal por Caracterização da Atividade.
Fonte: Plenu's, 2015.



Dentre as atividades formalmente exercidas, o trabalho de funcionários de empresas do setor privado permanece como mais pontuado, agora com 19,20% dos casos. Observa-se melhoria nos índices de formalização das atividades empreendedoras, relacionadas às microempresas dos três setores da economia. Ressalta-se que redução da representatividade dos aposentados nesse contexto socioeconômico refere-se, basicamente, às mudanças vivenciadas pelo público alvo no intervalo de pesquisa, identificando, neste caso, que a atividade deixou de ser a principal fonte de renda para 3,33% dos grupos familiares, configurando melhor condição financeira para essas famílias.

3.2 Análise de Renda por Atividade

Retoma-se aqui os dados inerentes às Atividades Principais facilitando a análise da conjuntura socioeconômica, verificando-se os valores mensais médios apurados por cada segmento, comparando, assim, renda e representatividade, dentro da amostra da pesquisa.



Atividade Principal por Classes Econômicas

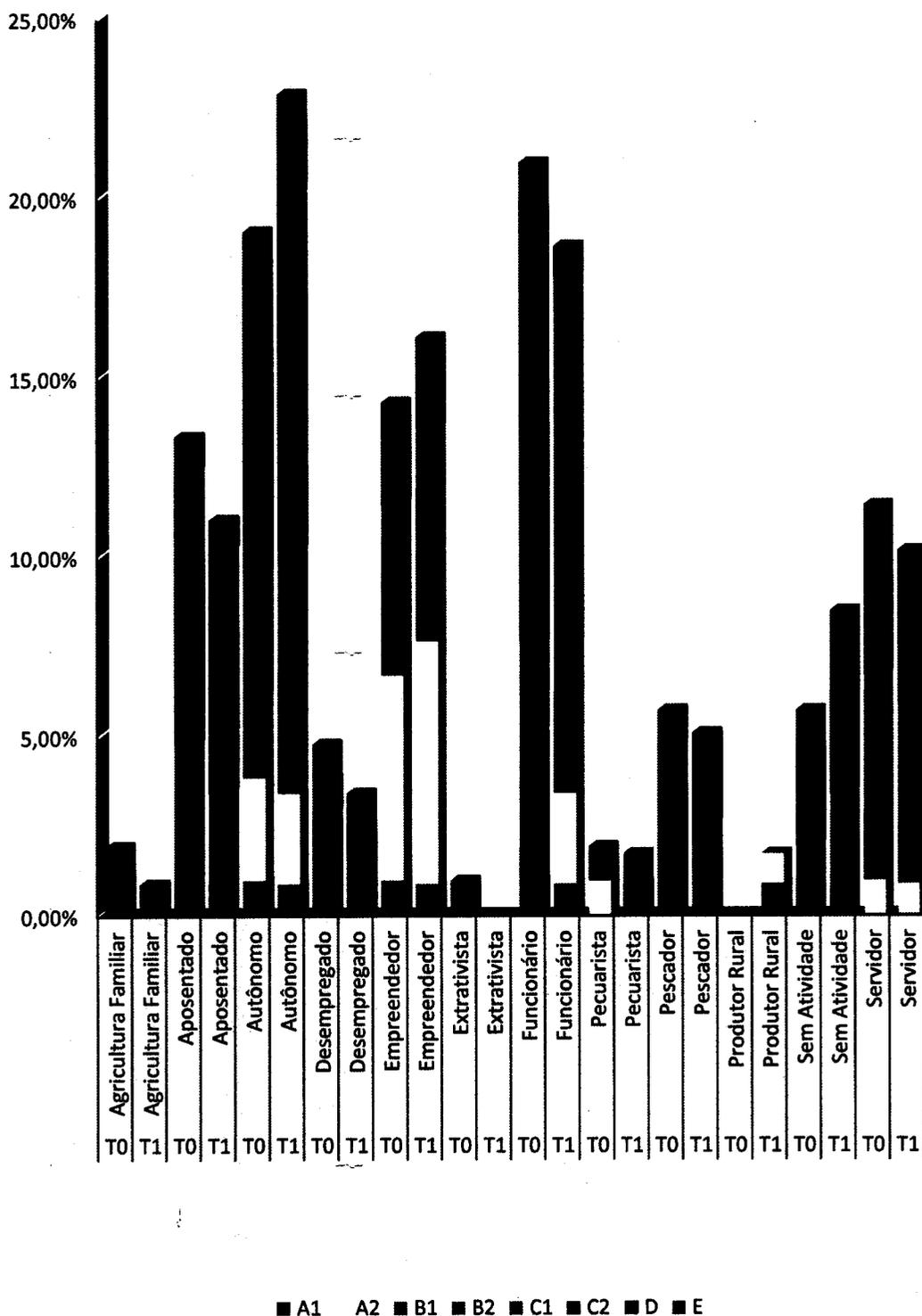
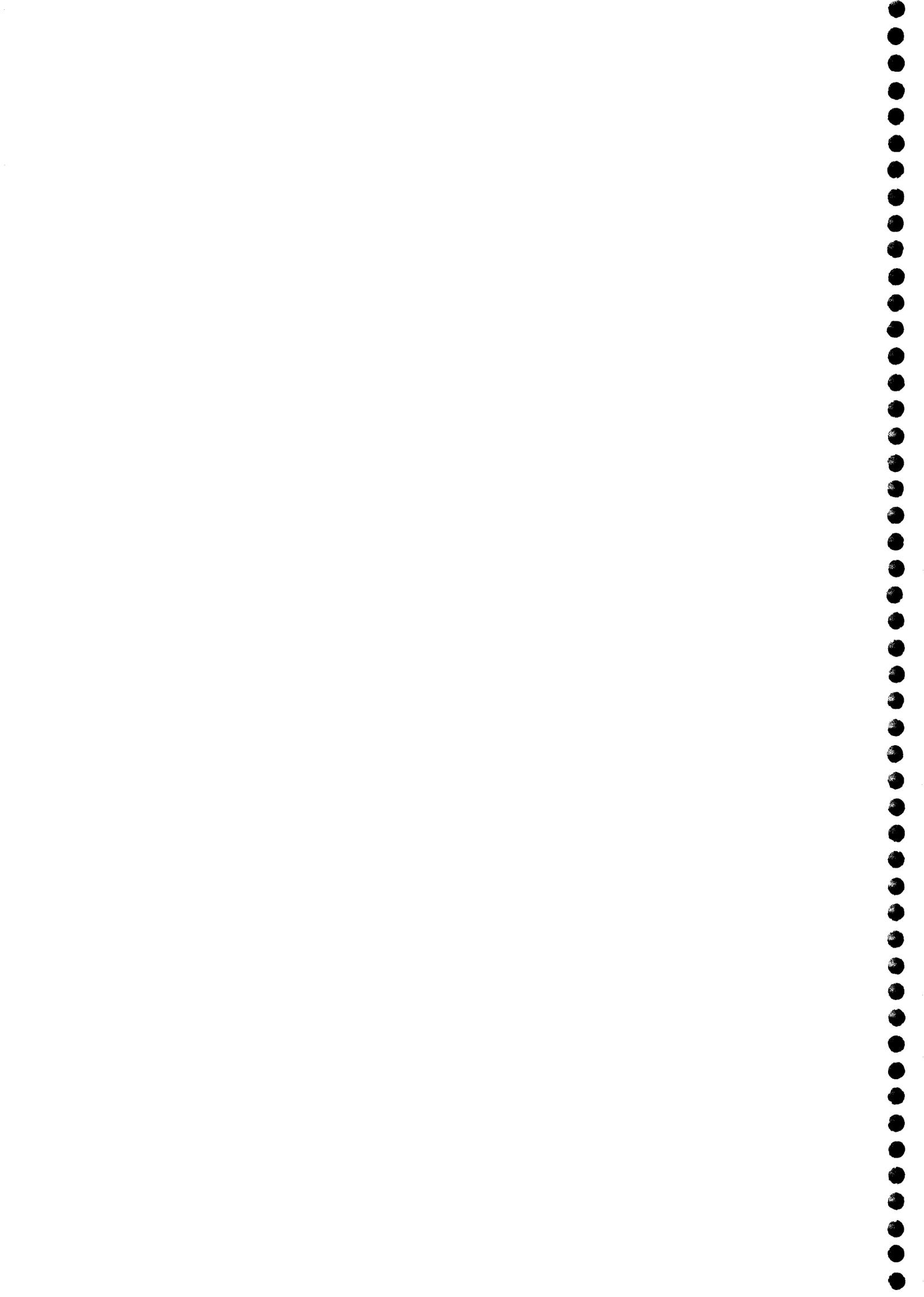


Gráfico 35: Atividade Principal por Classes Econômicas.
Fonte: Plenu's, 2015.



Equacionando a soma de todas as rendas declaradas (R\$ 304.257,00) e o número de trabalhadores do público D (175 pessoas), tem-se a renda média por participantes na renda: R\$ 1.738,61. Considerando o total de residentes (396 pessoas), tem-se a renda per capita: R\$ 768,33.

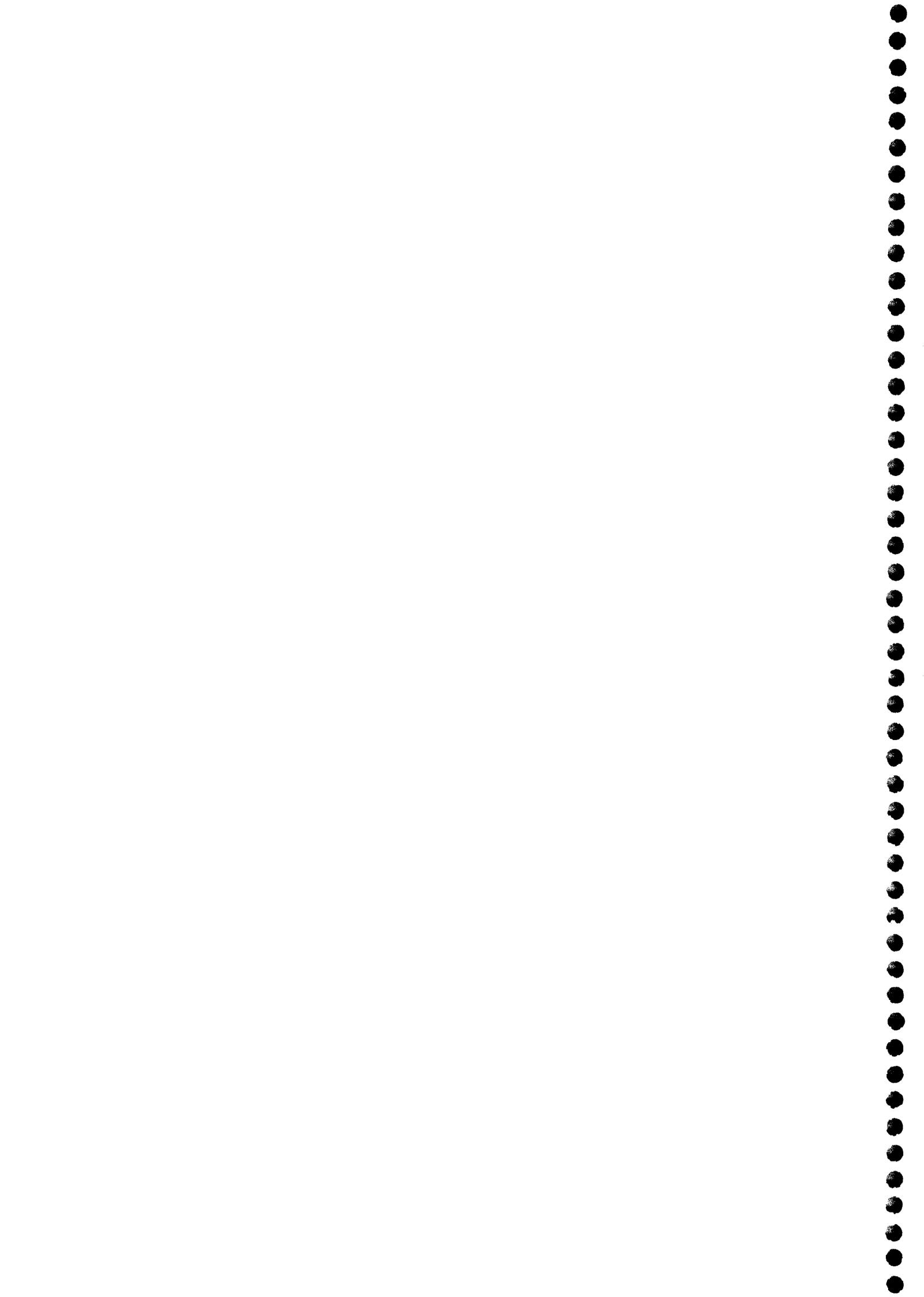
Os autônomos e os empreendedores permanecem entre as categorias mais expressivas, tanto no valor da renda média mensal quanto na representatividade dentro do universo de pesquisa.

A representação dos funcionários apresentou leve redução no quadro geral, no entanto, se reposicionou internamente, com substancial elevação das classes econômicas, especialmente, nas faixas mais altas, A2, B1 e B2.

Como já observado anteriormente, as classificações dos aposentados mantiveram-se nos mesmos patamares e a redução da sua representatividade no contexto geral indica a elevação da relevância de outras atividades dos grupos familiares a que pertencem.

Na composição dos sem atividade das classes B1, B2, C1 e C2 estão incluídas, basicamente, as mulheres que recebem pensão alimentícia. O índice de 0,95% da classe E, no T0, refere-se a pessoas sem qualquer atividade remunerada, que não aparece mais no T1, apontando significativa melhoria da qualidade de vida para os que se encontravam nessa condição.

A distribuição socioeconômica dos servidores se manteve equalizada entre os tempos de pesquisa, apresentando redução proporcional na representatividade no contexto geral das atividades mais significativas em termos de renda para cada grupo familiar no momento da pesquisa.



4 ANÁLISE QUALITATIVA

No exercício de reflexão investigativa em torno de elementos mensuráveis presentes na cotidianidade desse público, bem como sua articulação com as percepções colhidas pelos pesquisadores, buscou-se promover uma aproximação com a realidade vivida por parte da população indenizada pela SAE, em Porto Velho.

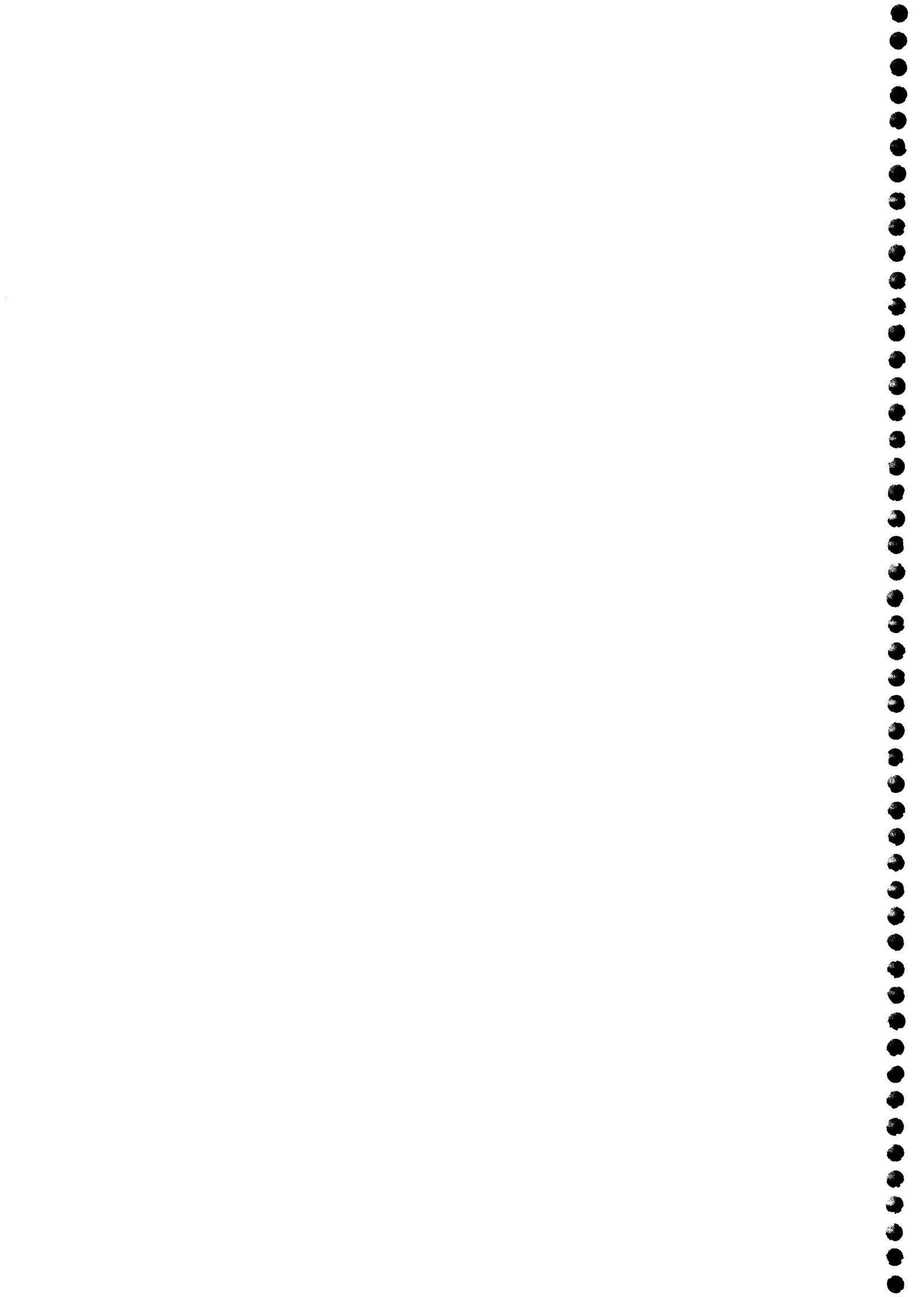
Segundo Herculano (2000), a avaliação ou a mensuração sobre a qualidade de vida de uma população vem sendo proposta de duas formas:

1) em primeiro lugar, examinando-se os recursos disponíveis, a capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades. Por exemplo, podemos analisar as condições de saúde pela quantidade de leitos hospitalares e número de médicos disponíveis, ou o grau de instrução pelo número de escolas, jornais publicados, níveis de escolaridade atingidos, etc.; podemos avaliar as condições ambientais pela potabilidade da água, coliformes e partículas de substâncias nocivas em suspensão, pela emissão aérea de poluentes, pela quantidade de domicílios conectados às redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, pela dimensão per capita de áreas verdes e espaços abertos urbanos disponíveis para amenizar a paisagem cinza do concreto e asfalto urbanos.

2) Uma segunda forma de estimar a qualidade de vida é avaliar as necessidades, através dos graus de satisfação e dos patamares desejados. Podemos, assim, tentar mensurar a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança, ou seja, pelos estágios de consciência a respeito dos graus de prazer ou felicidade experimentados (Scanlon, in Nusbaum & Sen, 1995: 185); ou a partir de um julgamento que se propõe substantivo, feito pelo próprio pesquisador, sobre o que tornaria a vida melhor.

No desenvolvimento dessa pesquisa, levou-se em conta que a clara definição do que é qualidade de vida irá variar em razão das diferenças individuais, sociais e culturais e pela acessibilidade às inovações tecnológicas. Assim, a diferença entre o que se tem e o que se quer tende a existir sempre.

No extremo oposto, a percepção queixosa sobre a baixa qualidade da própria vida poderia estar relacionada a um consumismo desenfreado, ou seja,



um estilo de vida escravizado pelo desejo de consumo, condenando os indivíduos a querer mais e, portanto, a não gozar a vida pela vida.

Neste sentido, de modo objetivo, as análises desta pesquisa tiveram por base a primeira forma descrita por Herculano (2000) – que é a verificação dos recursos disponíveis, da capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades – as quais foram complementadas pela análise do *Sistema de Bem-Estar*, descrito a seguir:

O *Sistema de Bem-Estar* da Escandinávia definiu princípios subjacentes para seus indicadores sociais, baseados em 3 verbos considerados básicos à vida humana – **ter**, **amar** e **ser** (HERCULANO 2000:88):

Ter, refere-se às condições materiais necessárias a uma sobrevivência livre da miséria: recursos econômicos (medidos por renda e riqueza); condições de habitação (medidas pelo espaço disponível e conforto doméstico); emprego (medido pela ausência de desemprego); condições físicas de trabalho (avaliado pelos ruídos e temperaturas nos postos de trabalho, rotina física, stress); saúde (sintomas de dores e doenças, acessibilidade de atendimento médico); educação (medida por anos de escolaridade).

Amar diz respeito à necessidade de se relacionar a outras pessoas e formar identidades sociais: união e contatos com a comunidade local; ligação com a família nuclear e parentes; padrões ativos de amizade; união e contatos com companheiros em associações e organizações; relações com companheiros de trabalho.

Ser refere-se à necessidade de integração com a sociedade e de harmonização com a natureza, a serem mensuradas com base nos seguintes princípios: em que medida uma pessoa participa nas decisões e atividades coletivas que influenciam sua vida; atividades políticas; oportunidades de tempo de lazer; oportunidades para uma vida profissional significativa; oportunidade de estar em contato com a natureza, em atividades lúdicas ou contemplativas.

O Sistema de Bem-Estar proposto pode ser avaliado conforme o quadro de indicadores apresentado a seguir, que oferece a possibilidade de análises a partir dos aspectos subjetivos de Herculano (2000):



	Indicadores objetivos	Indicadores subjetivos
Ter - condições materiais	Medidas objetivas do nível das condições ambientais e de vida	Sentimentos subjetivos de satisfação/insatisfação com tais condições
Amar - necessidades sociais	Medidas objetivas de relações interpessoais	Felicidade-infelicidade - sentimentos subjetivos sobre as relações sociais
Ser - necessidades de crescimento pessoal	Medidas objetivas da relação das pessoas com a sociedade e com a natureza	Sentimentos subjetivos de alienação/crescimento pessoal

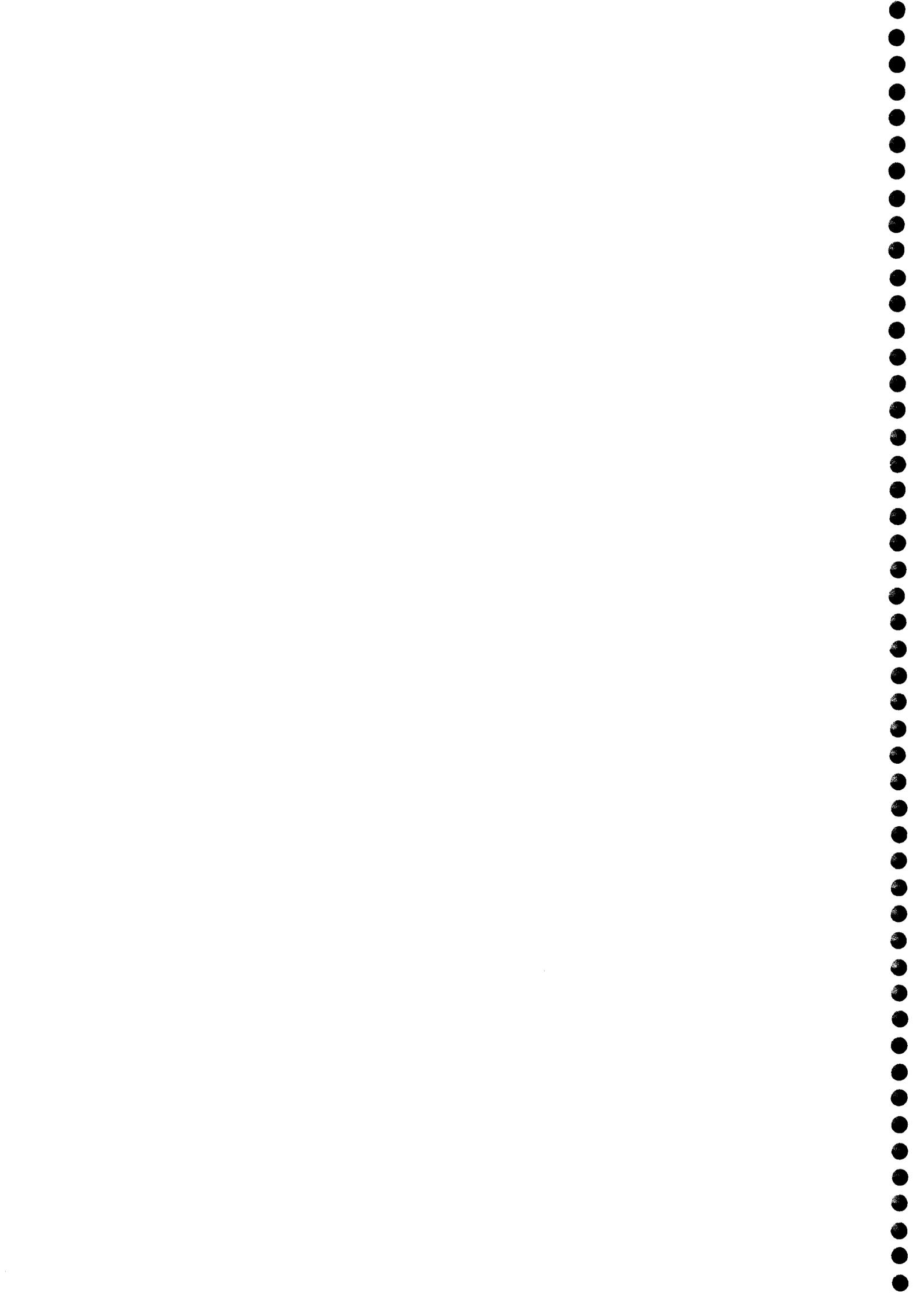
Quadro 1: Indicadores Objetivos e Subjetivos.
 Fonte: Adaptado de Herculano (2000).

Esta pesquisa analisou a qualidade de vida com base nos *indicadores objetivos* apresentados no quadro acima, tendo em vista os critérios de objetividade expressos no projeto técnico.

Herculano (2000) define qualidade de vida a partir de dois conceitos:

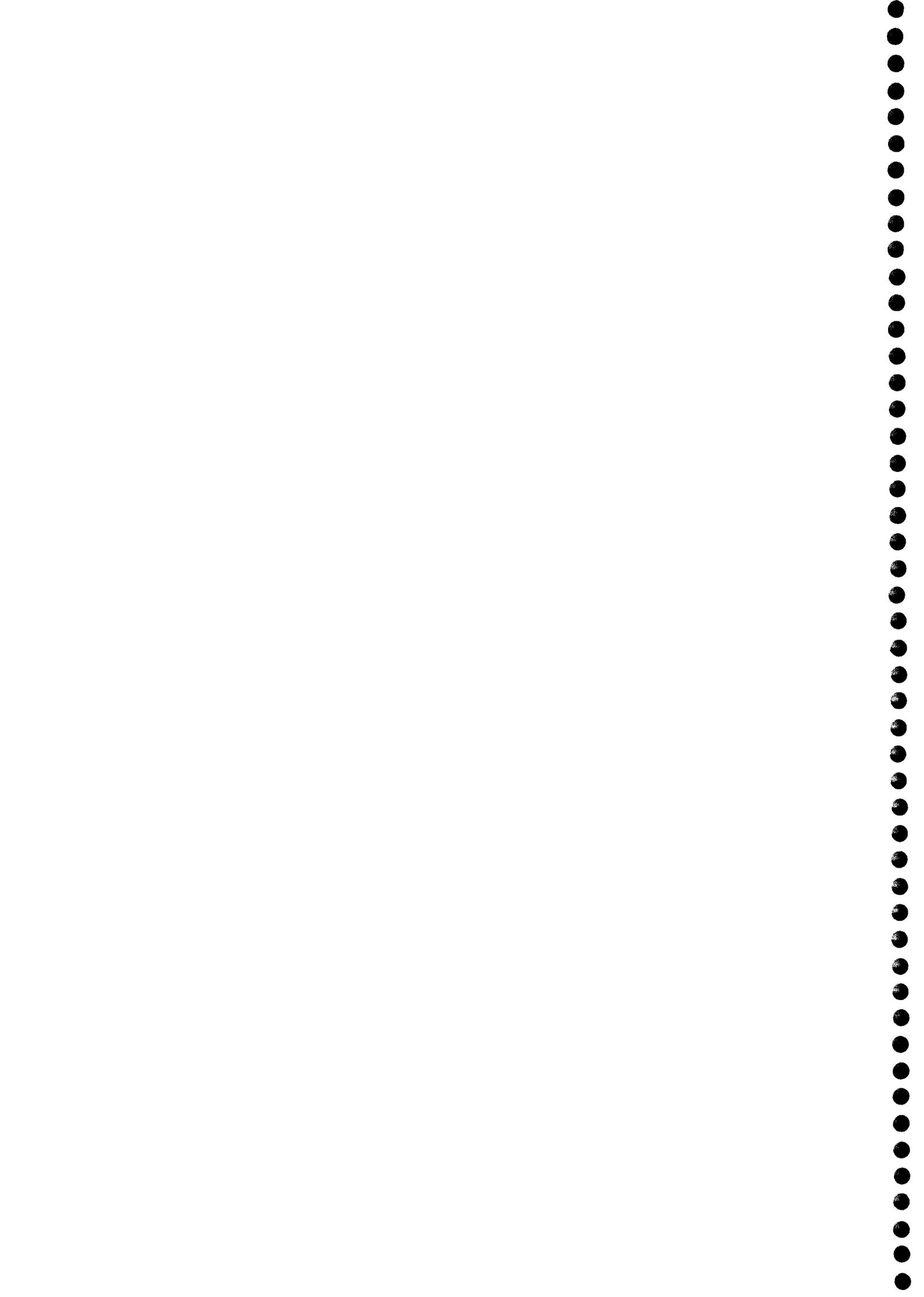
[...] capacitação (*capability*), que representa as possíveis combinações de coisas que uma pessoa está apta a fazer ou ser, e funcionalidades (*functionings*), que representa partes do estado de uma pessoa - as várias coisas que ela faz ou é. Assim, a capacitação reflete, em cada pessoa, as combinações alternativas de funcionalidades que esta pessoa pode conseguir. Desta forma, a qualidade de vida pode ser avaliada em termos da capacitação para alcançar funcionalidades, tais como as funcionalidades elementares (nutrir-se adequadamente, ter saúde, abrigo etc.) e as que envolvem auto-respeito e integração social (tomar parte da vida da comunidade).

Assim, atentando-se para a fundamentação teórica dos oito eixos temáticos desta pesquisa, que considera os princípios básicos do **Sistema de Bem-Estar** apresentado por Herculano (2000), organizou-se o Quadro 2, com os Princípios de Indicadores Sociais.



Sistema de Bem Estar	Indicadores	Perfil do Público (T0)	Perfil do Público (T1)	Análises
Ter	Econômico	<ul style="list-style-type: none"> Patrimônio <ul style="list-style-type: none"> 57,89% até R\$ 100.000,00 19,30% entre 101.000,00 a 200.000,00 Renda média dos trabalhadores de R\$ 2.521,41 Atividade econômica: <ul style="list-style-type: none"> Funcionário – 20,73% Autônomo – 19,82% Trabalhadores por família: <ul style="list-style-type: none"> Uma pessoa – 40,00% Duas pessoas – 35,00% 	<ul style="list-style-type: none"> Patrimônio <ul style="list-style-type: none"> 53,60% até R\$ 100.000,00 21,60% entre R\$ 101.000,00 a R\$ 200.000,00 12,00% entre R\$ 201.000 a R\$ 300.000,00 12,80% acima de R\$ 300.000,00 Renda média dos trabalhadores de R\$ 1.738,41 Atividade econômica: <ul style="list-style-type: none"> Autônomo – 24,80% Funcionário – 19,20% Trabalhadores por família: <ul style="list-style-type: none"> Uma pessoa – 61,35% Duas pessoas – 32,77% 	A variação dos indicadores entre os tempos de pesquisa T0 e T1 configura melhoria objetiva dos aspectos relacionados ao verbo TER, do Sistema de Bem Estar, com elevação do patrimônio, manutenção da renda média em patamar superior à renda <i>per capita</i> nacional, reunindo condições básicas para custeio da qualidade de vida Dentre as principais atividades econômicas destacam-se: os autônomos, os quais representam significativa ampliação de atividades empreendedoras, e os funcionários de empresas privadas Ampliação expressiva das famílias cuja renda advém do trabalho de até duas pessoas Trata-se de um público que utiliza um meio de comunicação de vanguarda, indicando certo grau de conhecimento
	Logística	<ul style="list-style-type: none"> Meios de transporte <ul style="list-style-type: none"> Carro – 55,86% A pé – 20,00% Coletivo – 17,27% Meios de comunicação <ul style="list-style-type: none"> Celular – 100% Internet – 33,33% 	<ul style="list-style-type: none"> Meios de transporte <ul style="list-style-type: none"> Carro – 58,87% A pé – 27,64% Moto – 16,94% Coletivo – 16,13% Lotação – 15,32% Meios de comunicação <ul style="list-style-type: none"> Celular – 100% Internet – 32,80% 	
Amar	Educação	<ul style="list-style-type: none"> Ensino Médio – 42,34% Graduação – 9,01% Não alfabetizado – 10,81% Famílias com Estudantes – 66,67% Participam de associação – 19,27% 	<ul style="list-style-type: none"> Ensino Médio – 41,94% Graduação – 8,06% Não alfabetizado – 8,87% Famílias com Estudantes – 70,91% Participam de associação – 24,00% 	Um público que desfruta do acesso a serviços públicos de educação e, especialmente, os de saúde Importante redução do índice de não alfabetizados Elevação do índice de associativismo Baixo nível de despreendimento de esforços para o aprimoramento profissional
	Saúde e Bem Estar	<ul style="list-style-type: none"> Acesso a UBS – 79,41% Pessoas com doença crônica – 35,14% 	<ul style="list-style-type: none"> Acesso a UBS – 84,75% Pessoas com doenças crônicas – 28,00% 	Quanto ao verbo SER, verificou-se que, em média, as famílias moram há mais de 4 anos no mesmo local
Ser	Cultura e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> Tipo de lazer – passeios mensais – 19,09% Tempo de moradia – acima de 4 anos – 78,79% 	<ul style="list-style-type: none"> Tipo de lazer – passeios mensais – 26,61% Tempo de moradia <ul style="list-style-type: none"> Até 1 ano – 53,45% Acima de 4 anos – 30,17% 	Ampliação da destinação dos resíduos sólidos para a coleta pública e redução dos níveis de práticas de queimadas demonstram elevação da consciência da necessidade de preservação ambiental e da facilidade de acesso aos serviços públicos
	Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Resíduos sólidos <ul style="list-style-type: none"> Queimados 3,64% Coleta pública – 96,63% 	<ul style="list-style-type: none"> Resíduos sólidos <ul style="list-style-type: none"> Queimados 2,40% Coleta pública – 97,60% 	

Quadro 2: Princípios de Indicadores Sociais.
Fonte: Adaptado de Herculano (2000).



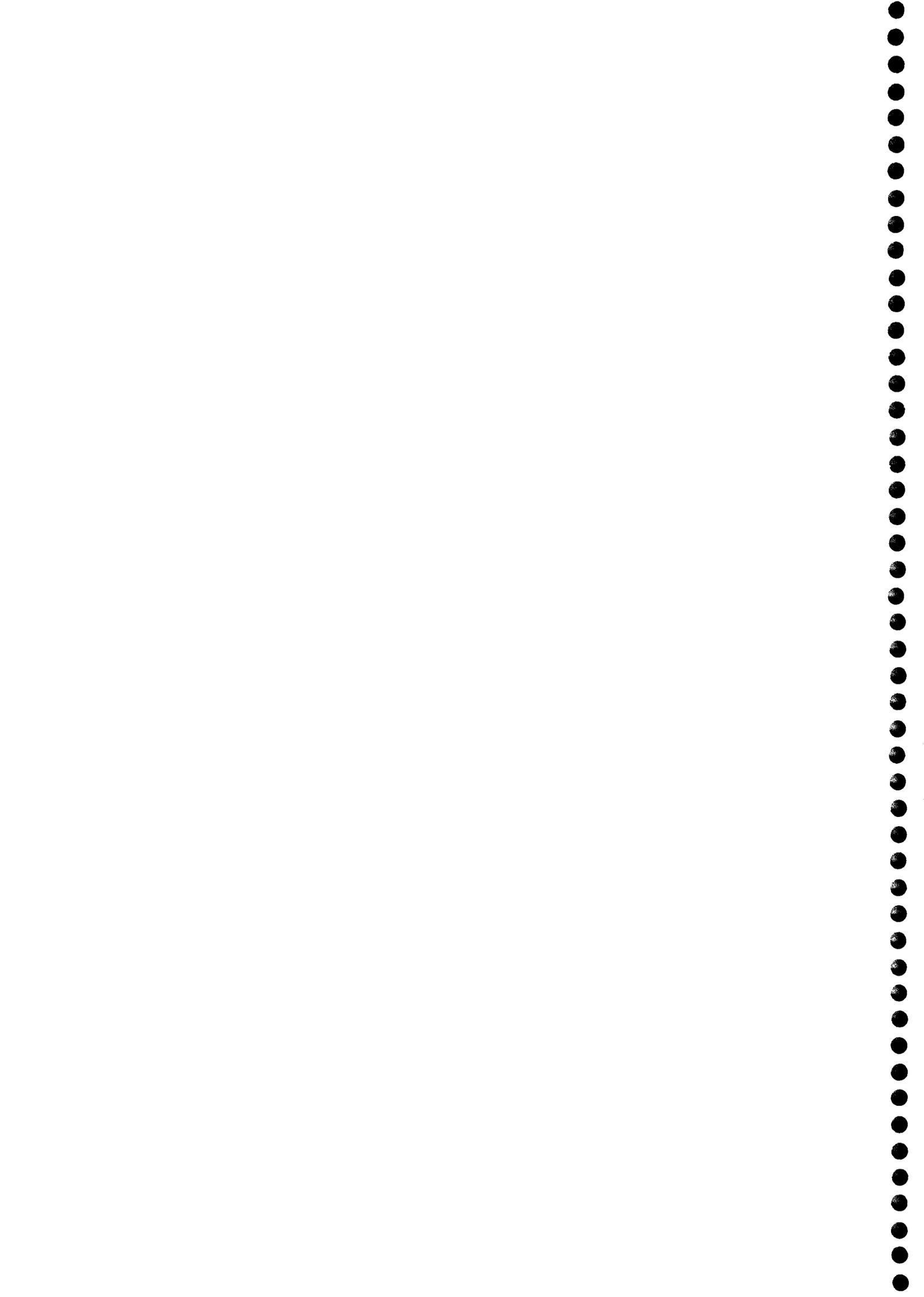
Para estruturar os resultados qualitativos foi aplicada a técnica Delphi de análises qualitativas (DEMO, 2002). A equipe de pesquisadores analisou criticamente o material elaborado, tanto em conjunto nas reuniões de avaliação quanto individualmente, com a finalidade de refinar, adequar e dar qualidade ao que foi construído coletivamente.

O conjunto de indicadores agrupados no Sistema de Bem Estar (Ter, Amar e Ser) constituem as bases dessa avaliação de “cenários”, obtidas a partir das experiências vivenciadas em campo pelos pesquisadores.

Como já apontado, as análises qualitativas aqui produzidas seguem os aspectos mais objetivos da proposta de Herculano (2000). Com essa estratégia metodológica foi possível elaborar uma descrição objetiva da realidade vivenciada pelos grupos familiares alvo desta pesquisa, a partir da delimitação de quadros de referência, abordando parceladamente o todo, para construir progressivamente a malha complexa da qualidade de vida dessa população.

Assim, em síntese, na avaliação dos indicadores sociais de qualidade de vida foram incluídos os aspectos objetivos do Termo de Especificações Técnicas da SAE e do Sistema de Bem Estar, os quais foram trabalhados pela técnica Delphi, que proporcionou o refinamento dos dados, e por uma adaptação da Escala Likert, que possibilitou a análise separada de cada questão e a sua somatória, criando um resultado único para grupos de itens (Ter, Amar e Ser).

A adaptação metodológica da Escala Likert permitiu a utilização de variáveis quantitativas discretas, atribuindo valores relacionados por uma correspondência biunívoca, com um subconjunto de números inteiros, entre 1 e 5, atribuindo um número a cada resposta, que refletisse a percepção dos pesquisadores em relação a cada questão.



Os valores das pontuações obtidos para cada questão foram dados pela média ponderada da somatória da pontuação de cada item. Por exemplo: quanto aos aspectos econômicos, quando a maior ocorrência em relação ao patrimônio familiar se apresentava até R\$ 100.000,00, atribuía-se a nota 1, quando se verificava que o maior índice estava na faixa acima R\$ 300.000,00, aplicava-se nota 5.

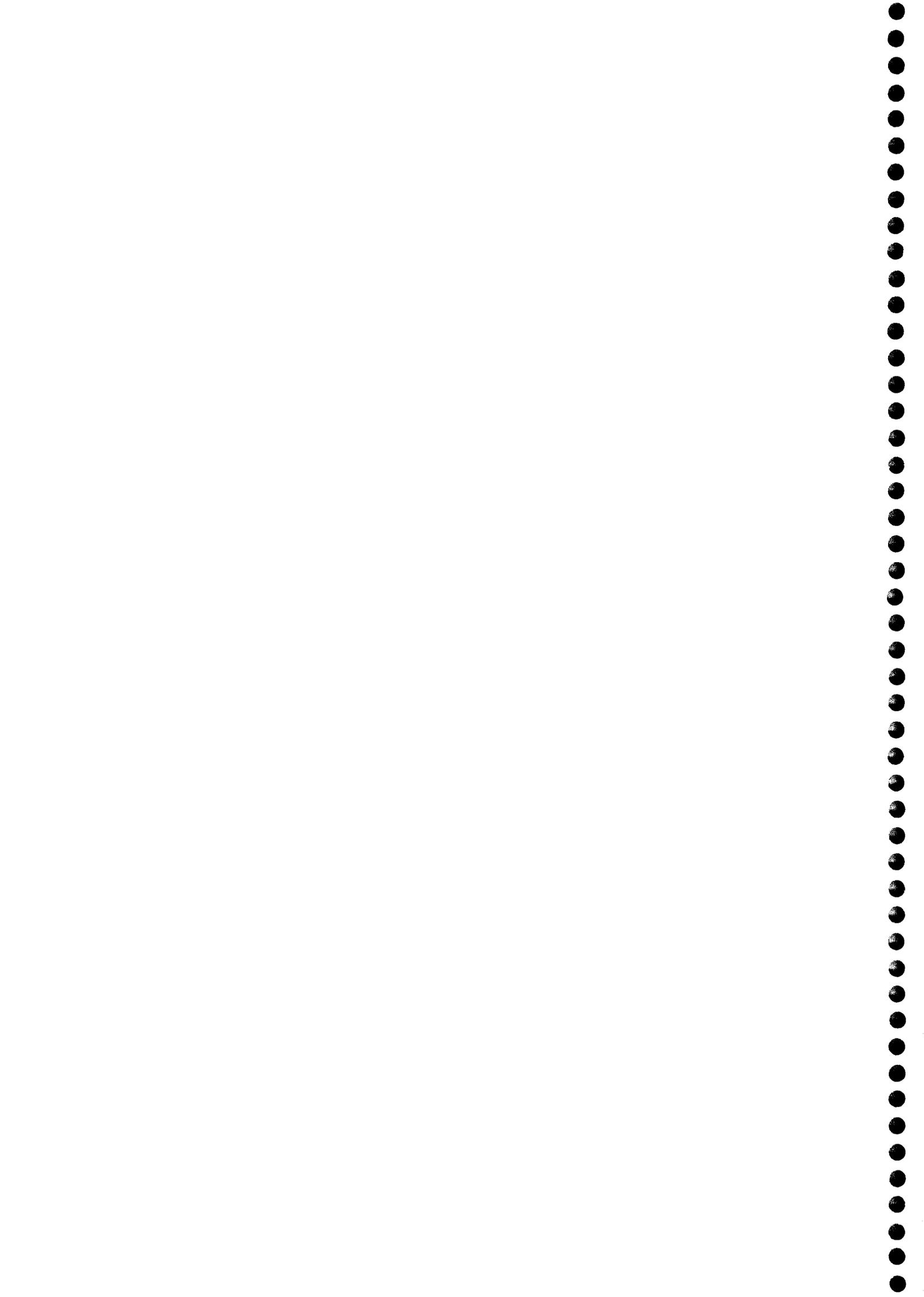
A partir dos eixos temáticos do Sistema do Bem Estar, foram valorados os aspectos mais objetivos e comuns a todos os públicos alvo das indenizações.

No eixo referente ao verbo TER foram considerados os seguintes índices: o nível de Formalização das Atividades produtivas, o tempo médio de permanência na Atividade, a distribuição das Classes socioeconômicas, o número de Participantes na Renda Familiar, a contratação de Empregado Mensalista, a faixa do Patrimônio familiar, os meios de Transporte mais utilizados, a diversificação dos veículos de comunicação.

Quanto aos aspectos vinculados ao verbo AMAR foram valorados os índices de: acesso aos serviços públicos de saúde, pessoas com doenças crônicas e número de unidades sanitárias.

Em relação aos índices ligados ao verbo SER, foram destacados: a frequência de visitas ou passeios, a prática de esportes e participação em entidades representativas.

Nesta tarefa de mensuração foram empregados os princípios estatísticos de “exaustividade”, abrangendo todos os dados possíveis de cada um dos eixos de pesquisa, e de “exclusividade”, primando pela coerência das análises, para que qualquer dado só pudesse ser representado de uma única forma nos diferentes contextos dos públicos alvo.



Com esse tratamento metodológico dos critérios mais objetivos, tornou-se possível a visualização em forma gráfica da evolução dos índices do Sistema do Bem Estar, definindo Indicadores Sociais da qualidade de vida.

Indicadores Sociais

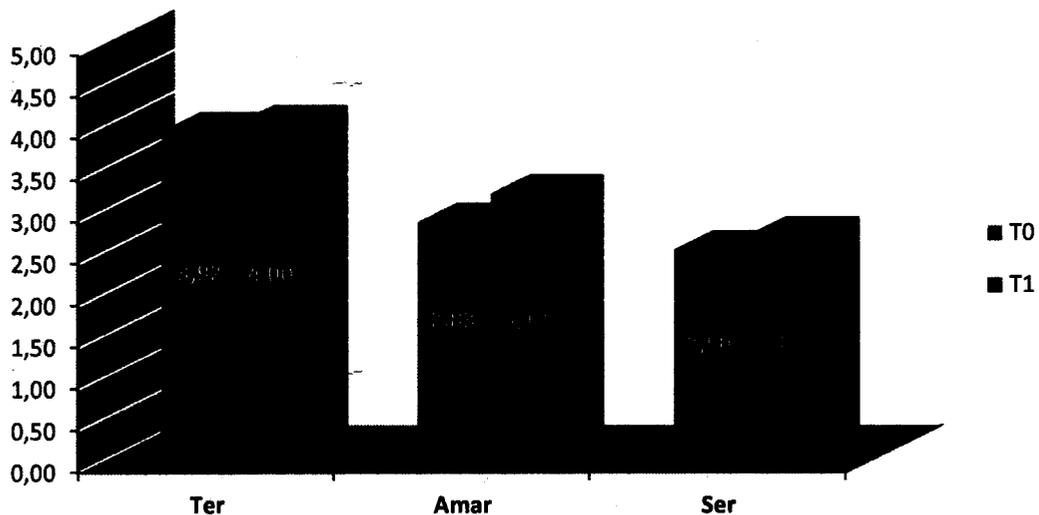
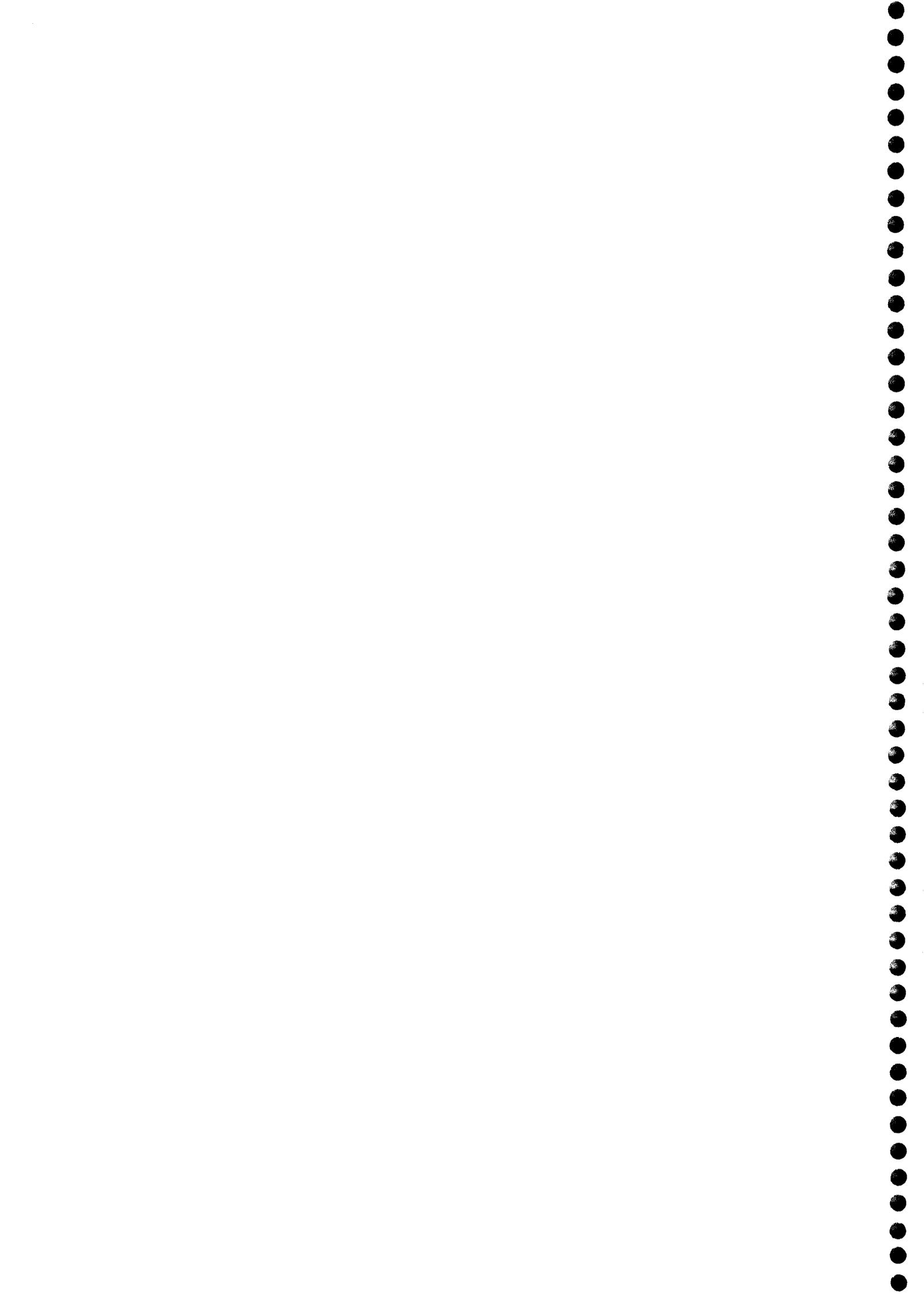


Gráfico 36: Indicadores Sociais (Público D – Novos Indenizados de Jaci-Paraná – T0).
Fonte: Plenu's, 2015.

Tendo por base os parâmetros objetivos estabelecidos nas perspectivas teóricas dessa pesquisa, onde a condição considerada ideal deve corresponder ao valor máximo na escala, ou seja, 5 pontos, observou-se, assim, o perfil do público D, tanto na condição de origem (T0) quanto na atual (T1), voltado para as características do verbo Ter, indicando a presença de elementos da condição material de qualidade de vida. A confirmação das expectativas de investimento dos recursos, aplicados basicamente em bens duráveis, impactou positivamente nos três eixos de pesquisa, configurando um cenário de melhoria da qualidade de vida do público alvo das indenizações.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

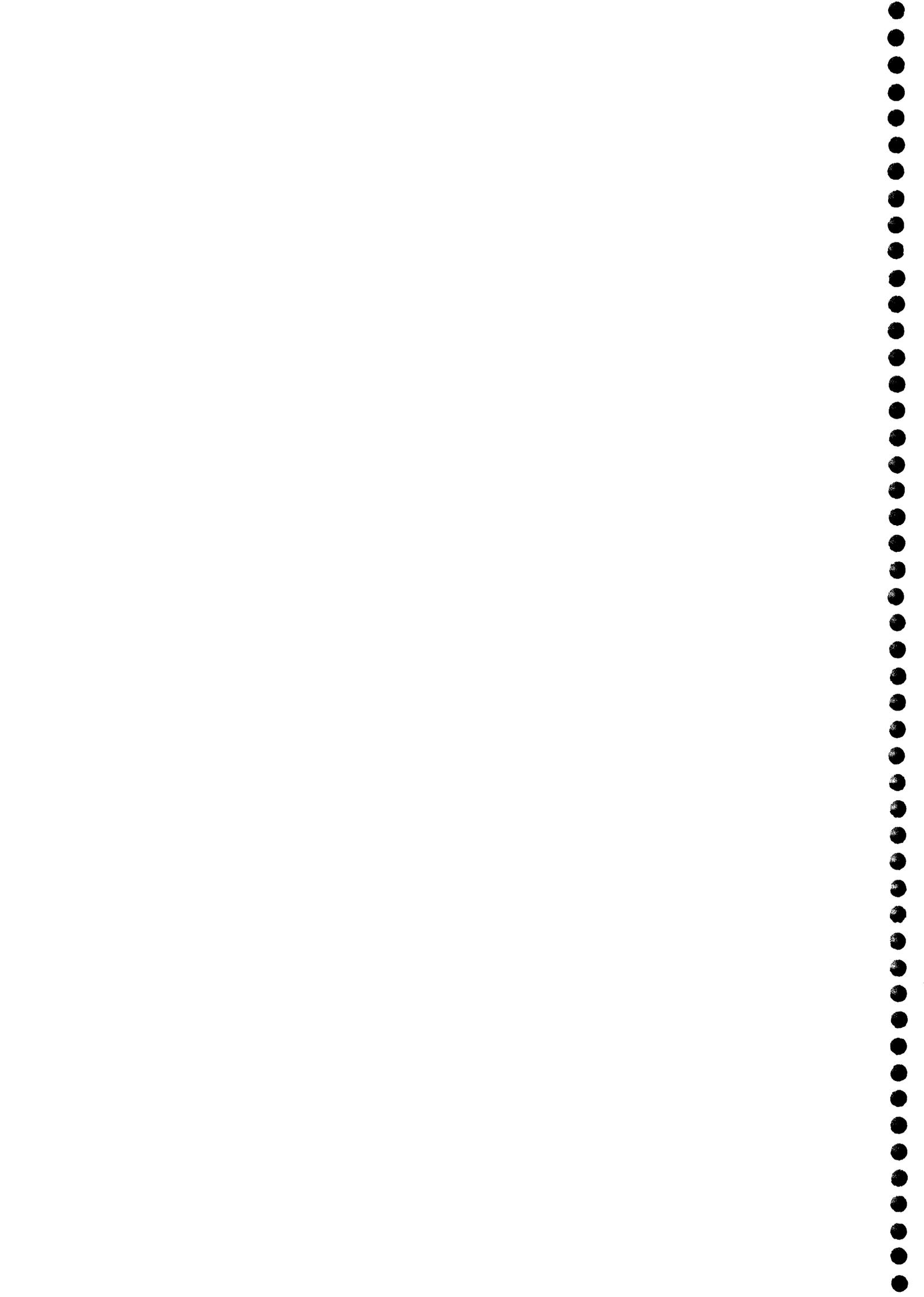
Com o intuito de elaborar uma análise comparativa do quadro conjuntural da qualidade de vida dos grupos familiares antes e após o processo de indenização, buscou-se registrar os elementos descritivos mais objetivos a respeito da situação vivencial dos indenizados pela SAE, seguindo os parâmetros dos indicadores socioeconômicos definidos em projeto previamente aprovado, configurando, por meio de pesquisa empírica com dados primários, a condição de vida do público D, em sua situação de origem, denominada T0, e no momento atual, referido como T1.

As informações apresentadas neste relatório denotam que:

Em relação aos aspectos vinculados ao verbo **ter**, identificou-se elementos fundamentais e adequados de sobrevivência livre da miséria, com condições razoáveis de habitação, de trabalho, e dos meios de transporte e de comunicação.

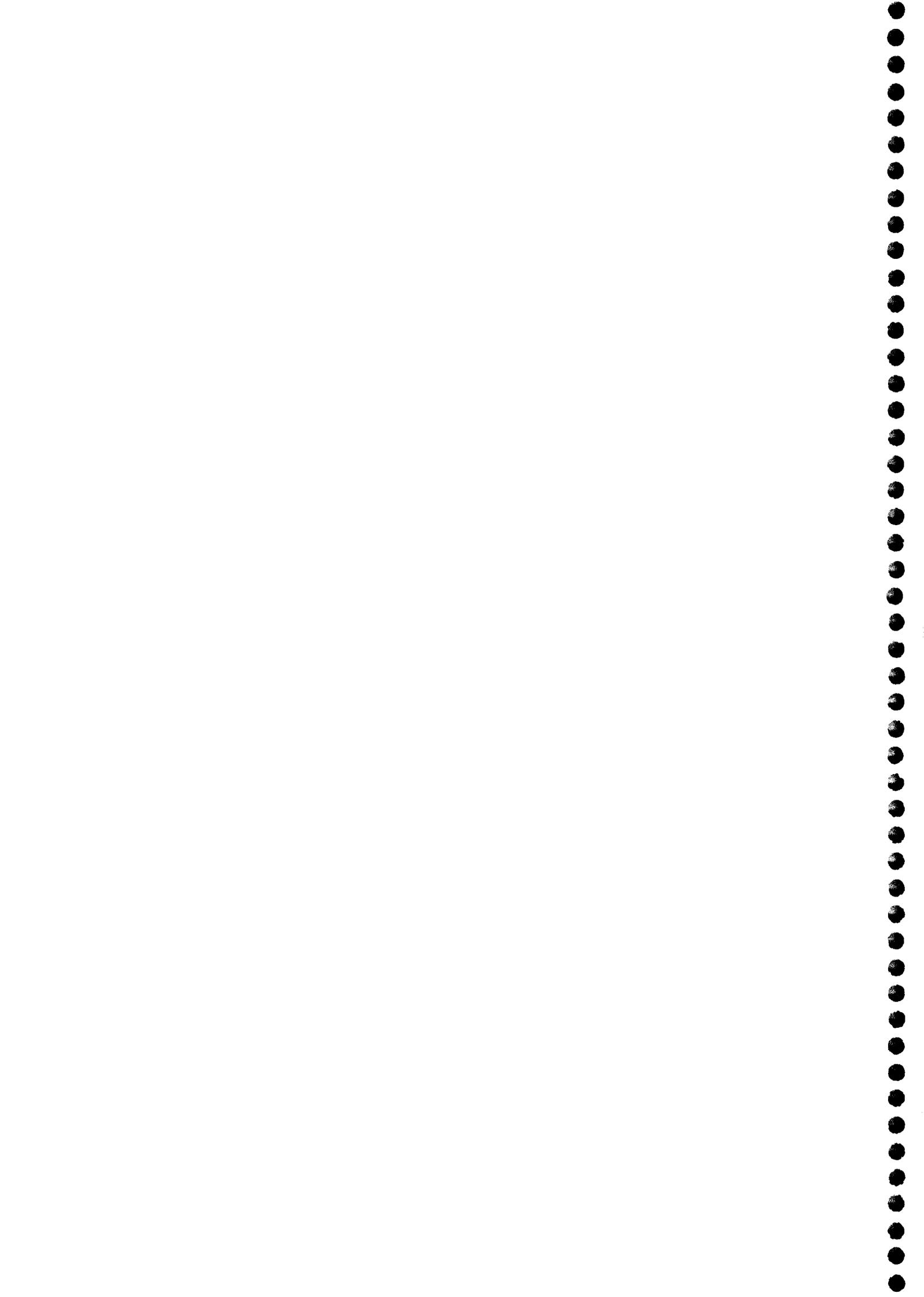
As expectativas das intenções de aplicação dos recursos provenientes da indenização foram superadas e os tipos de investimentos demonstram uma postura sóbria por parte dos indenizados, optando por bens imóveis e pelo desenvolvimento de atividades empreendedoras.

Na análise do quesito **Amar**, além da verificação de fatores objetivos, relacionados ao acesso aos serviços públicos de saúde e ao investimento em educação, observou-se também elementos complexos, como os relacionamentos, familiares e sociais, apoiando-se na percepção dos consultores, que buscaram colher dados que apontassem direta ou indiretamente para as questões desses aspectos, os quais ratificam a adequação do público alvo aos pressupostos de sociabilidade.



Os tópicos relacionados ao verbo **Ser** foram trabalhados a partir das informações a respeito das atividades de lazer e dos cuidados com o ambiente, notando-se melhoria no ambiente em que vivem as famílias, e indícios de deslocamentos menores no cotidiano dos monitorados, decorrente da localização da nova moradia, com facilidade de acesso aos serviços rotineiramente mais demandados.

Na Campanha 2 (T2), com pesquisa de campo programada para o final do mês de outubro e o início do mês de novembro de 2015, os novos contatos pessoais com os indenizados deverão confirmar tanto a capacidade de adaptação às mudanças decorrentes do processo de indenização quanto o alcance dos objetivos aqui retratados, colaborando com a construção de uma visão mais acurada da trajetória desses grupos familiares.



REFERÊNCIAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2012 – <www.abep.org>.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 5ª ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

DEMO, Pedro. *Avaliação Qualitativa*. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERCULANO, Selene C. *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: Eduff, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Senso 2010*. <www.ibge.gov.br>.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Dados com base no Levantamento Sócio Econômico*, 2012. <www.ibope.com.br>.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como Fazer Pesquisa Qualitativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PLENU'S, Soluções em Gestão Ltda. *Projeto Técnico para Pesquisa de Monitoramento de Qualidade de Vida dos Grupos Familiares Indenizados pela UHE Santo Antônio Energia*. Porto Velho: Plenu's, 2014.

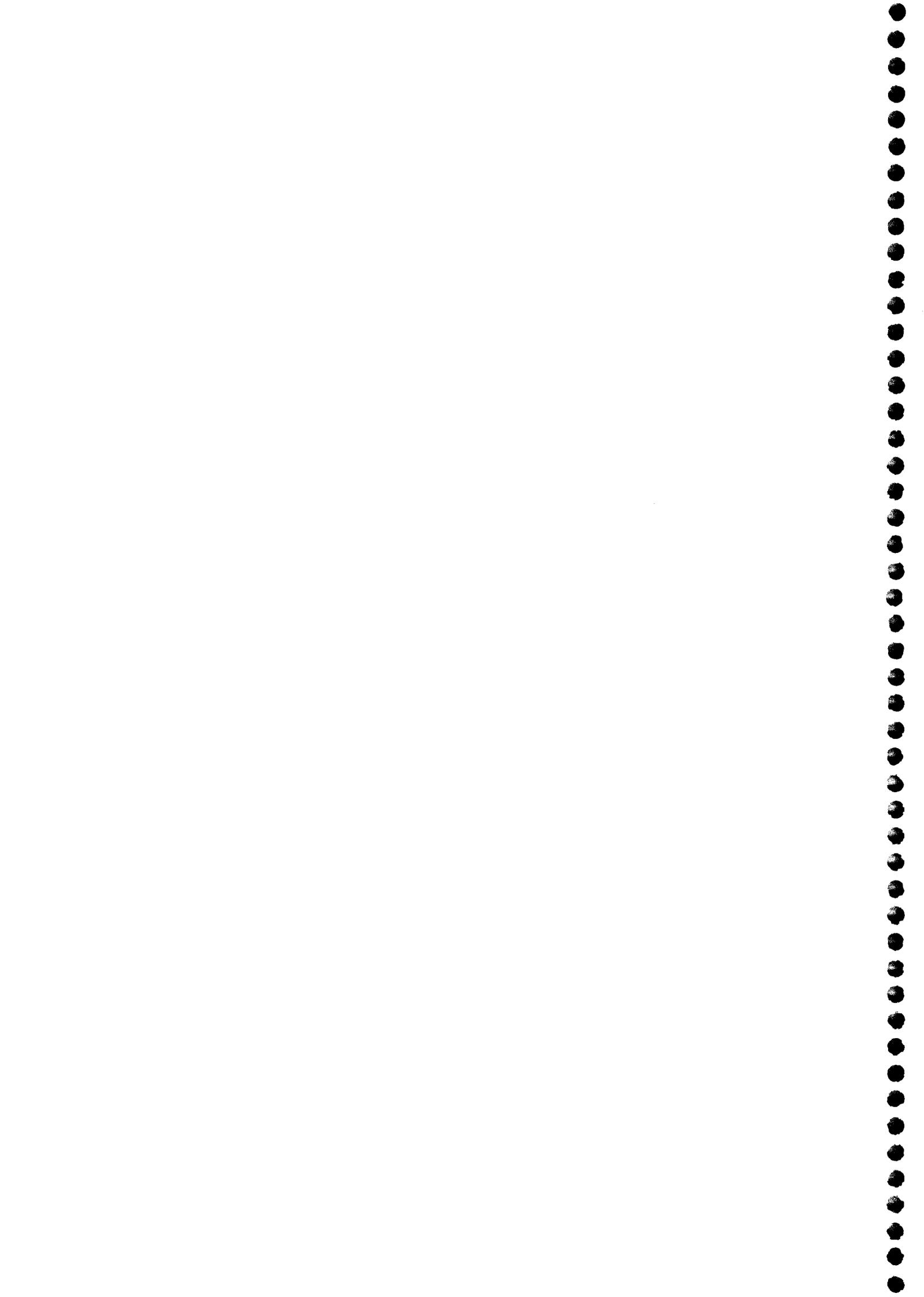
ROESCH, S. *Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 1999.

SAE, Santo Antônio Energia S/A. *Termo de especificações técnicas*. Porto Velho: SAE, 2014.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Nota Conjuntural 35*. Rio de Janeiro: Observatório Sebrae/RJ, 2015.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIENA, Osmar. *Metodologia da Pesquisa Científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos*. Porto Velho: [s.n.], 2007, 200 p.

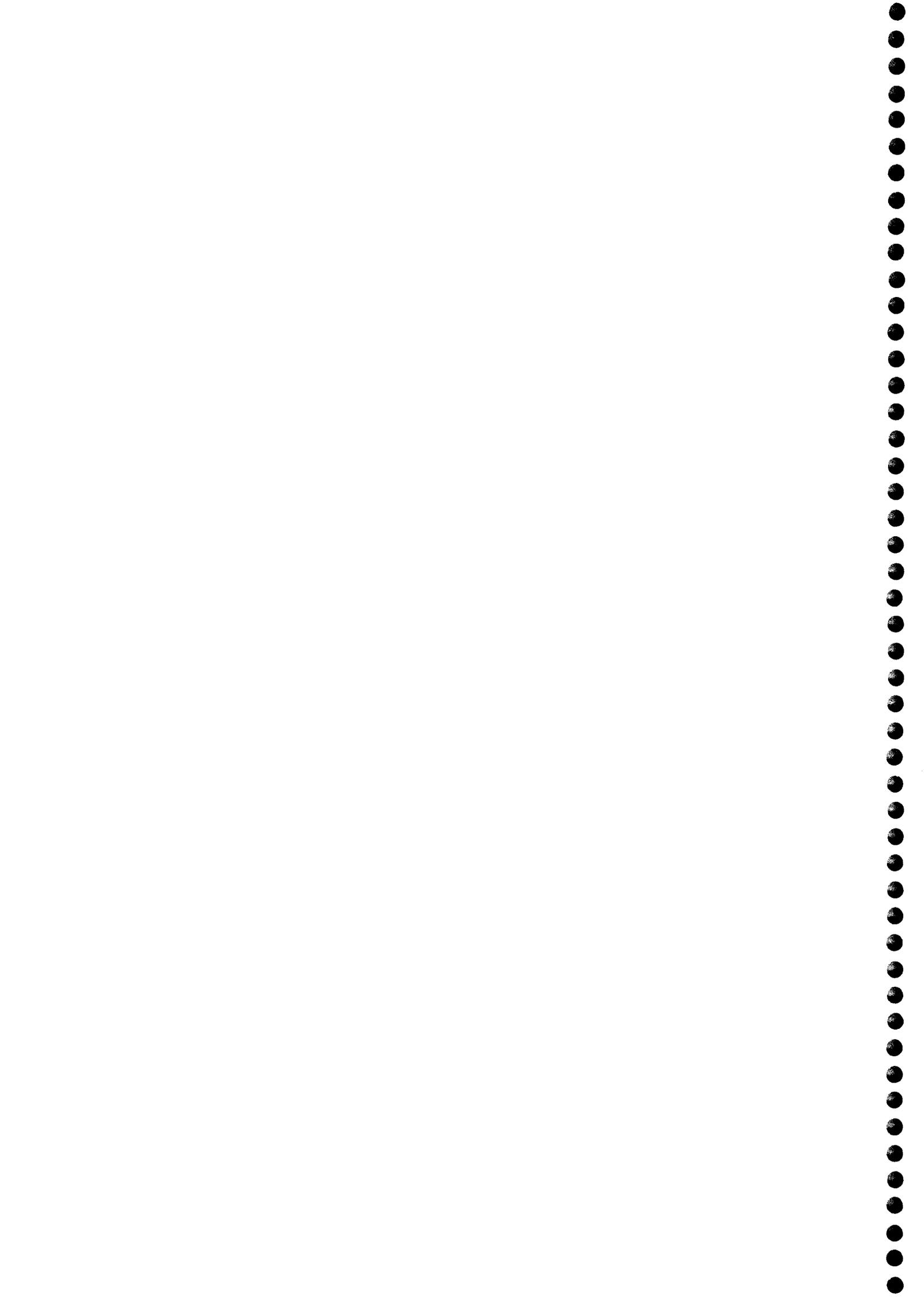


RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA
QUALIDADE DE VIDA DOS GRUPOS FAMILIARES
INDENIZADOS PELA SANTO ANTÔNIO ENERGIA
SAE

PÚBLICO D
NOVOS INDENIZADOS DE JACI-PARANÁ
CAMPANHA 2 (T2) – RELATÓRIO FINAL



PORTO VELHO
2015



SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A

Presidente

Eduardo de Melo Pinto

Diretoria Técnica de Operações

Dimas Maintinguer

Gerência de Sustentabilidade

Guilherme Abbad Silveira

Coordenação Fundiária

Ivan Silveira

Equipe Técnica

Eduardo Oliveira de Almeida – Analista Fiscal

Fabio Luiz Nogueira de Almeida – Geógrafo

Jacir José Duzanowski – Analista Socioambiental

Marta Maria Beserra Silveira – Pedagoga

Naelha Auxiliadora Sarmiento de Maria – Engenheira Florestal

Priscila Guerrero Ortiz – Engenheira Agrônoma

Talita da Costa Silva – Assistente Administrativo

PLENU'S SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA.

Consultora Coordenadora

Suzimary Souza Guerra – Administradora

Consultores Especialistas

Hélcio Passos – Cientista Social / Análises Conjunturais

Laura Imyra Beserra Silveira – Psicóloga / Relações Humanas

Mylton Casaroli Neto – Engenheiro Civil / Análises Estatísticas



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
DOS GRUPOS FAMILIARES INDENIZADOS PELA SANTO
ANTÔNIO ENERGIA – SAE

Contratante: SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A – SAE

Contrato: CT.DS.249.2014

Executor: PLENU'S SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA.

Responsável Técnico: Suzimary Souza Guerra

Este relatório faz parte do programa de Monitoramento da Qualidade de Vida dos Grupos Familiares Indenizados, no distrito de Jaci-Paraná, pela Santo Antônio Energia – SAE, de acordo com o contrato firmado entre a SAE e a Plenu's, sob o nº **CT.DS.249.2014**.



SUMÁRIO

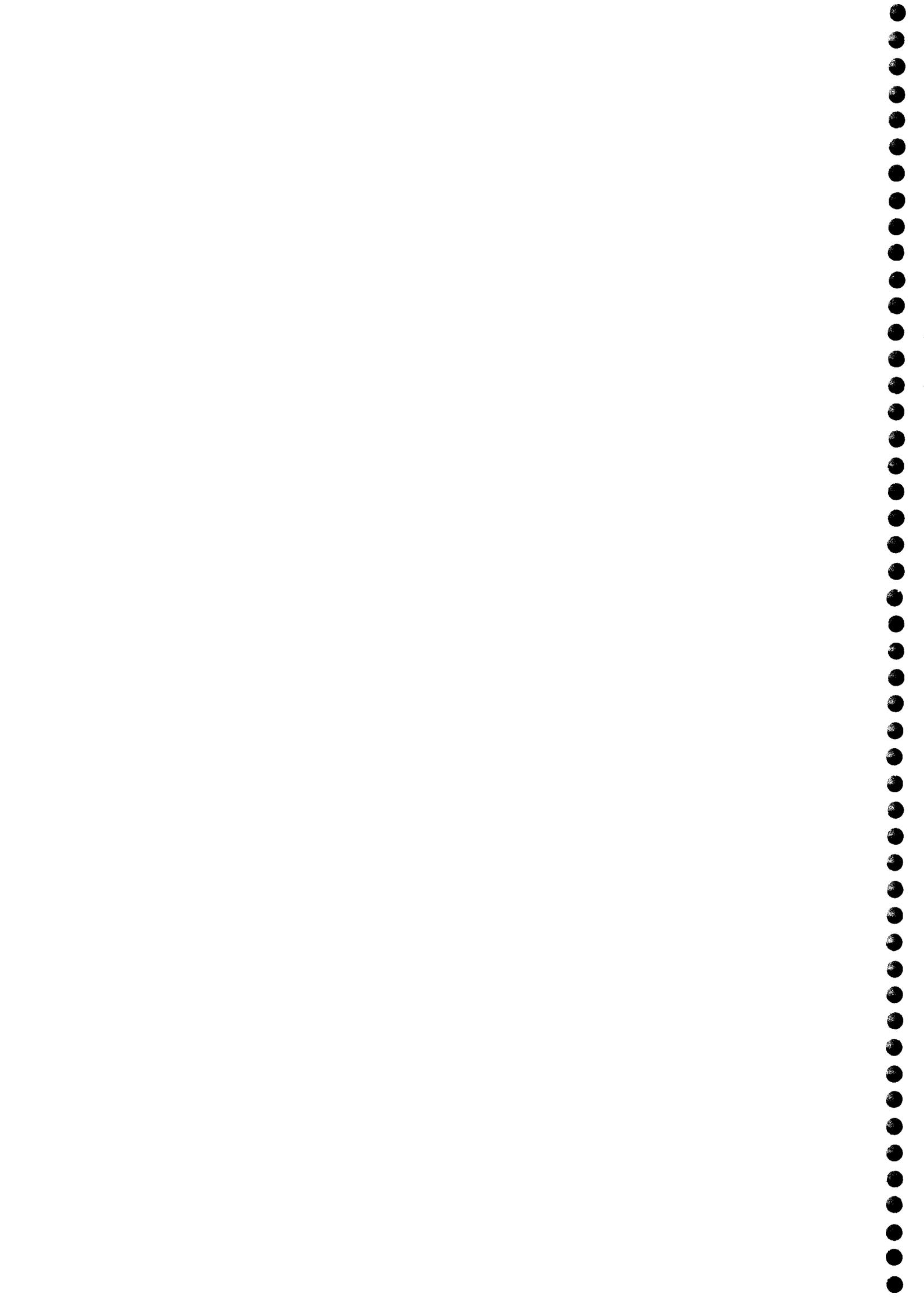
ANÁLISES QUANTITATIVAS

Aspectos Demográficos	
Gráfico 1: Municípios	09
Gráfico 2: Sexo do Responsável pelo Grupo Familiar	10
Gráfico 3: Idade do Responsável	10
Eixo Econômico	
Gráfico 4: Setor Econômico	11
Gráfico 5: Atividade Principal	12
Gráfico 6: Tempo na Atividade Atual	14
Gráfico 7: Caracterização da Atividade Principal	14
Gráfico 8: Classes Econômicas	15
Gráfico 9: Participantes na Renda	16
Gráfico 10: Contratação de Emprego Mensalista	17
Gráfico 11: Tempo de Moradia	18
Gráfico 12: Local de Moradia	19
Gráfico 13: Valor do Patrimônio	19
Gráfico 14: Investimento em Bens Imóveis	20
Gráfico 15: Aquisição ou Reforma de Imóveis	21
Gráfico 16: Aquisição de Veículos	22
Gráfico 17: Investimento em Negócios	23
Gráfico 18: Aquisição de Outros Bens ou Serviços	24
Eixo Logístico	
Gráfico 19: Transporte Familiar	25
Gráfico 20: Veículos de Comunicação	26
Educação	
Gráfico 21: Escolaridade	26
Gráfico 22: Número de Estudantes	27
Gráfico 23: Número de Capacitações em 2 Anos	28
Cultura e Lazer	
Gráfico 24: Visita a Amigos ou Passeios	29
Gráfico 25: Prática de Esportes	30
Gráfico 26: Membros de Associações	30
Gráfico 27: Apoio Institucional no Período da Cheia	31
Saúde e Bem Estar	
Gráfico 28: Proximidade dos Serviços Públicos de Saúde	32
Gráfico 29: Pessoas com Doenças Crônicas	32
Gráfico 30: Número de Banheiros	33
Ambiente	
Gráfico 31: Destinação de Resíduos Sólidos	34
Gráfico 32: Condições e Cuidados Ambientais	34
ANÁLISES CRUZADAS	
Gráfico 33: Caracterização da Atividade <i>por</i> Setor	36
Gráfico 34: Atividade Principal <i>por</i> Caracterização da Atividade	37
Gráfico 35: Atividade Principal <i>por</i> Classes Econômicas	38
ANÁLISE QUALITATIVA	
Quadro 1: Indicadores Objetivos e Subjetivos	43
Quadro 2: Princípios de Indicadores Sociais	44
Gráfico 36: Indicadores Sociais (Público D – Novos Indenizados de Jaci-Paraná – T0)	47



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	06
1 METODOLOGIA APLICADA.....	07
1.1 Universo da Pesquisa	07
1.2 Coleta de Dados	07
1.3 Análise dos Dados	08
RELATÓRIO DE PESQUISA	
Público D – Novos Indenizados de Jaci-Paraná	
2 ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS	09
2.1 Dados Demográficos.....	09
2.2 Eixo Econômico	11
2.3 Aplicação dos Recursos Provenientes da Indenização	20
2.4 Logística	25
2.5 Educação.....	26
2.6 Cultura e Lazer	28
2.7 Saúde e Bem Estar	31
2.8 Ambiente.....	34
3 ANÁLISES CRUZADAS	36
3.1 Caracterização da Atividade por Setor da Economia	36
3.2 Análise de Renda por Atividade	38
4 ANÁLISE QUALITATIVA.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50



APRESENTAÇÃO

Neste relatório são apresentadas informações sobre os aspectos da qualidade de vida das famílias indenizadas pela Santo Antônio Energia S.A. (SAE), no distrito de Jaci-Paraná, finalizando o monitoramento realizado em 3 (três) etapas, previsto no Programa de Monitoramento da Qualidade de Vida dos Grupos Familiares Indenizados pela SAE.

Aqui são reunidos, especificamente, dados comparativos entre a condição de origem, a situação vivenciada imediatamente após a indenização e a circunstância atual de famílias indenizadas, em Jaci-Paraná, cujos imóveis foram afetados pela cheia histórica do Rio Madeira em 2014. Essas famílias compõem o público alvo de pesquisa denominado como Público D.

Sendo uma análise evolutiva, gerando informações em três recortes temporais de pesquisa, tem-se como parâmetro os dois recortes anteriores, realizados com os grupos familiares alvo do monitoramento.

Os dados objetivos foram coletados nas entrevistas realizadas em Jaci-Paraná, no local de residência dos monitorados e por telefone, quando a visita no local não foi possível de ser realizada.

A apresentação dos resultados é composta por dados estatísticos, com análises quantitativas e qualitativas. Dessa forma, este documento constitui o Relatório da Campanha 2 do Público D – Novos Indenizados de Jaci-Paraná, aqui retratado como Tempo 2 (T2) de pesquisa.



1 METODOLOGIA APLICADA

A metodologia aqui aplicada foi desenvolvida no Projeto Técnico apresentado e aprovado pela Santo Antônio Energia.

Neste capítulo, apresenta-se um resumo dos principais pontos da metodologia para maior compreensão dos resultados.

1.1 Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa é formado por 160 propriedades indenizadas pela SAE que pertencem a 140 grupos familiares, configurando a existência de proprietários de mais de um imóvel, inseridos no processo indenizatório.

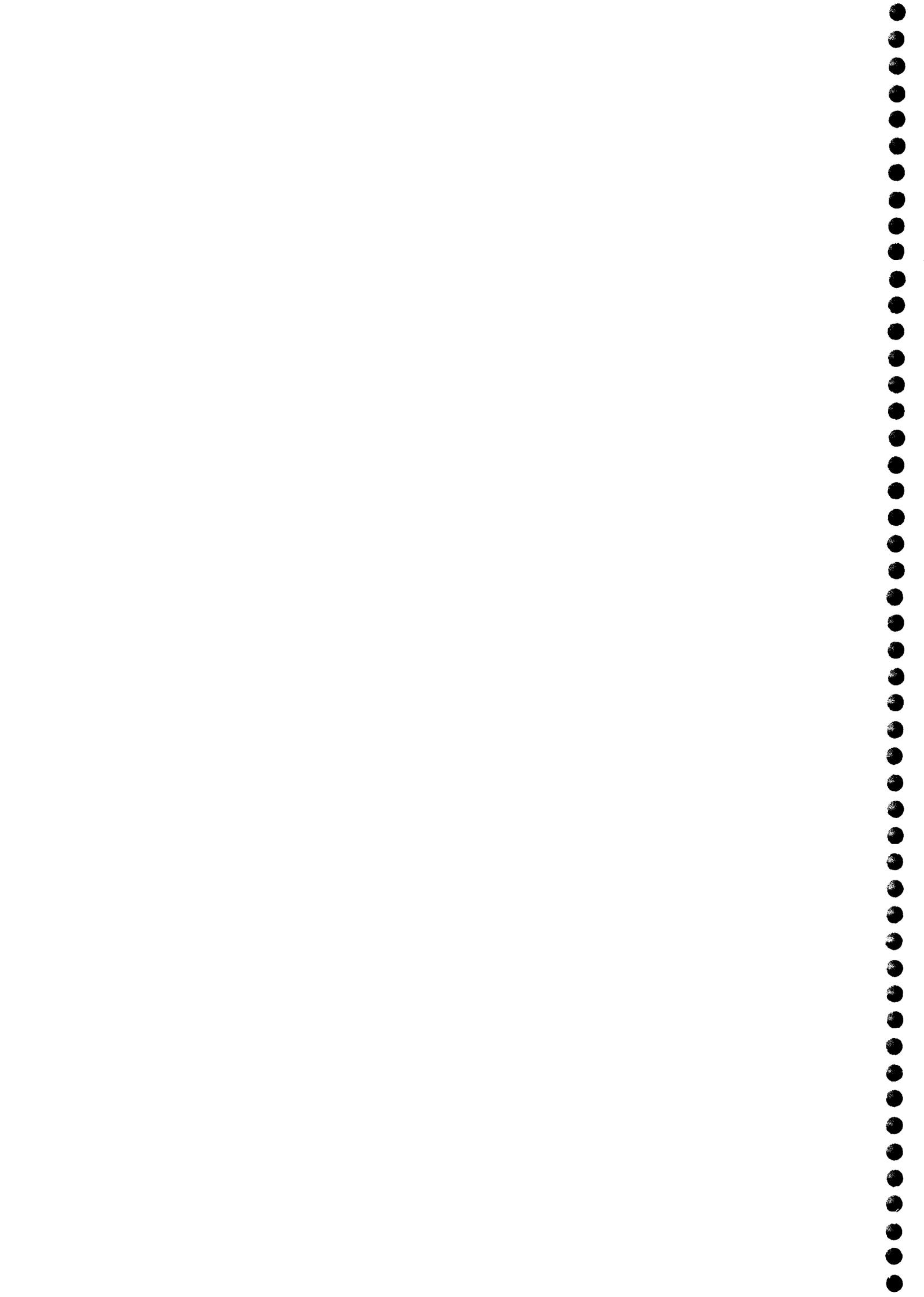
Integra a amostra desta análise de pesquisa um total de cento e quatro (104) grupos familiares indenizados, que foram localizados e entrevistados em dezembro de 2015.

1.2 Coleta de Dados

A coleta de dados foi desenvolvida com a utilização de um instrumento de pesquisa que contém questões correspondentes aos eixos temáticos definidos no Projeto Técnico, incluindo aspectos de Aplicação de Recursos e excluindo-se o Eixo Produtivo, considerando que o Público D possui hábitos essencialmente urbanos.

A inclusão dos aspectos de Aplicações de Recursos no instrumento de pesquisa teve o intuito de analisar comparativamente, nas situações T0, T1 e T2, a aplicação dos investimentos oriundos das indenizações.

O que se pretende é analisar a forma como os recursos foram utilizados, retratada nos recortes temporais T2 e T1, em comparação com as expectativas



de investimento obtidas pelas declarações do público pesquisado, antes do recebimento dos valores das indenizações, no T0.

No momento da realização da pesquisa junto aos grupos familiares foi oferecida uma assessoria com orientações básicas com relação ao cenário econômico atual, destacando quesitos que devem ser observados na hora de investir ou utilizar os recursos originários das indenizações pagas pela SAE. A fim de facilitar o trabalho de orientação a Plenu's elaborou material impresso contendo informações atualizadas e disponibilizou-os aos indenizados.

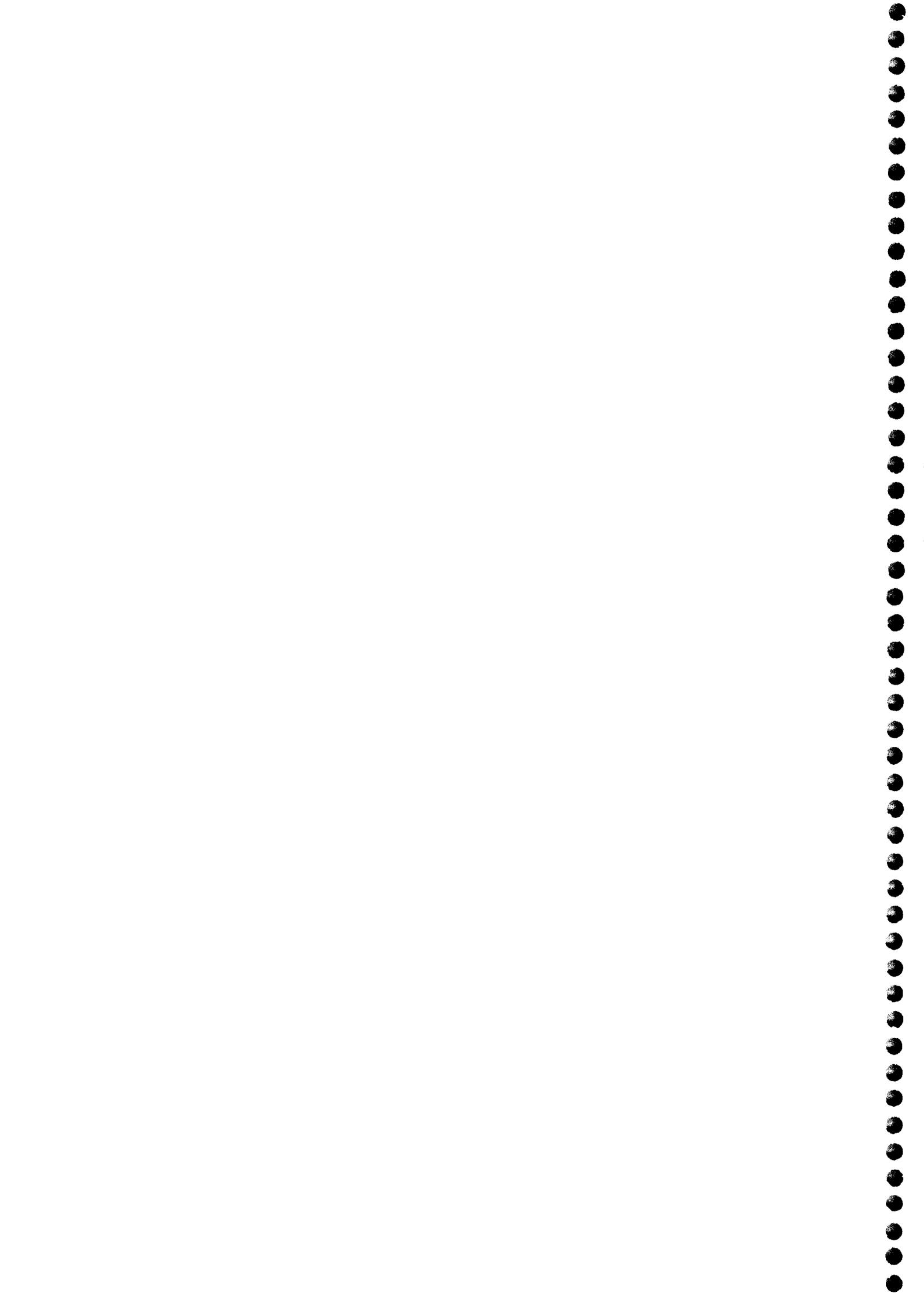
O mesmo instrumento de coleta de dados que foi aplicado nas pesquisas anteriores foi utilizado também na pesquisa da situação atual dos grupos familiares alvo, tornando possível uma análise comparativa dos dados e das informações, com indicadores evolutivos desses grupos familiares.

1.3 Análise dos Dados

O relatório analítico apresenta os dados estatísticos, seguidos de análises qualitativas para entendimento dos eixos temáticos pesquisados.

A análise quantitativa é apresentada com índices que são explorados à luz de referenciais de instituições renomadas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

A análise dos dados está formatada com base nos princípios do Sistema de Bem-Estar, conforme apresentado por Herculano (2000), os quais definem indicadores sociais baseados nos verbos *ter* (relacionado aos aspectos materiais), *amar* (refletido nas relações sociais) e *ser* (vinculado aos fatores de auto realização).



2 ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS

PÚBLICO D – NOVOS INDENIZADOS

2.1 Dados Demográficos

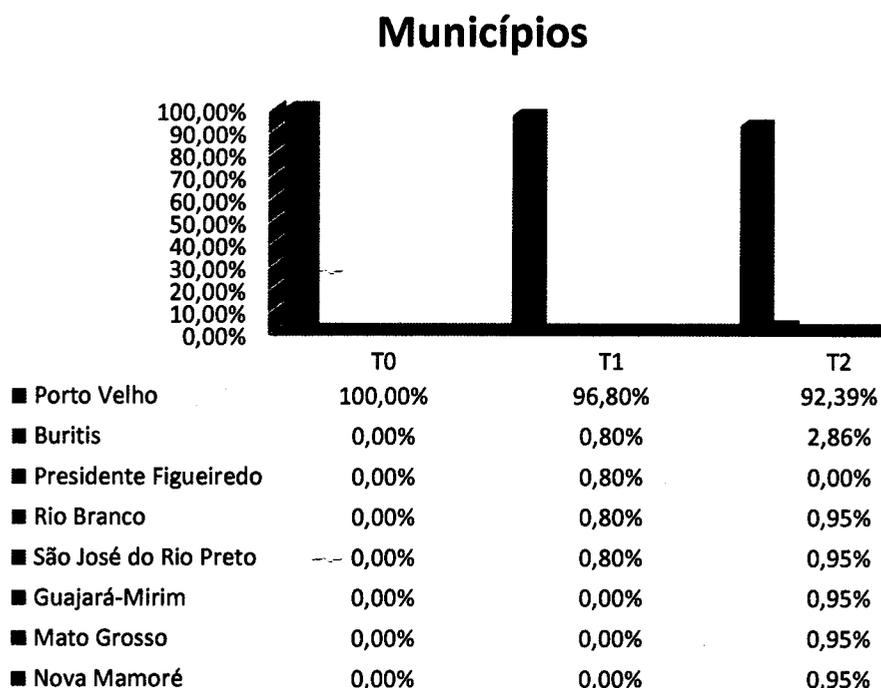
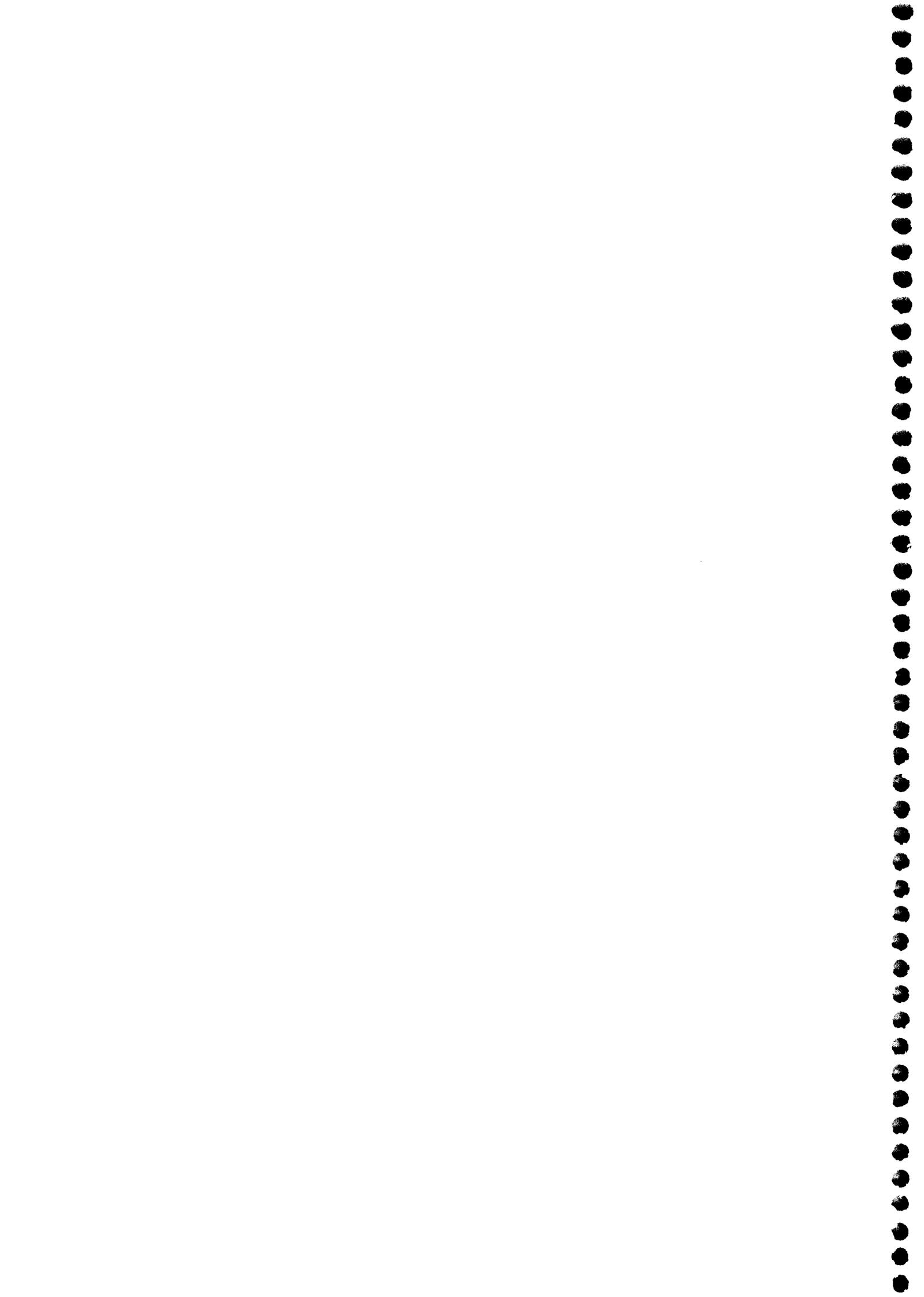


Gráfico 1: Municípios.
Fonte: Plenu's, 2015. Fonte: Plenu's, 2015.

Ao analisar a localização dos grupos familiares indenizados, tem-se a possibilidade tanto de reconhecer o contexto socioeconômico em que vivem, quanto, nesse caso, mensurar a migração como efeito do processo de indenização. Entre o público D, atualmente, 92,39% dos indenizados permanecem na região, sendo que, destes, 73,91% residem no distrito de Jaci-Paraná e 18,48% na região urbana de Porto Velho. Proporção semelhante à observada no T0.



Sexo do Responsável pelo Grupo Familiar

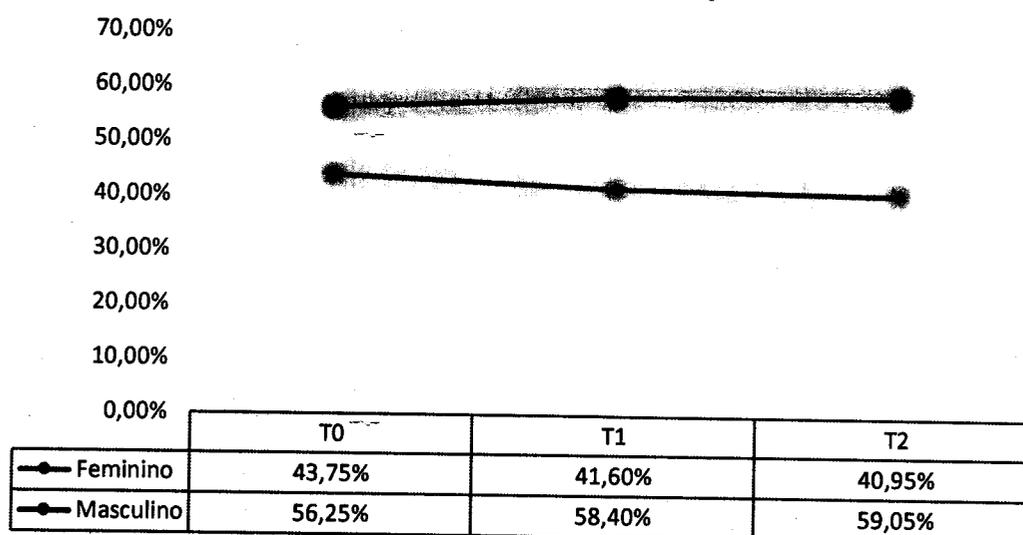


Gráfico 2: Sexo do Responsável pelo Grupo Familiar.
Fonte: Plenu's, 2015.

A proporção observada do gênero dos responsáveis pelos imóveis permanece equilibrada, com ligeira elevação da população masculina, representando 59,05% do total no T2.

Idade do Responsável

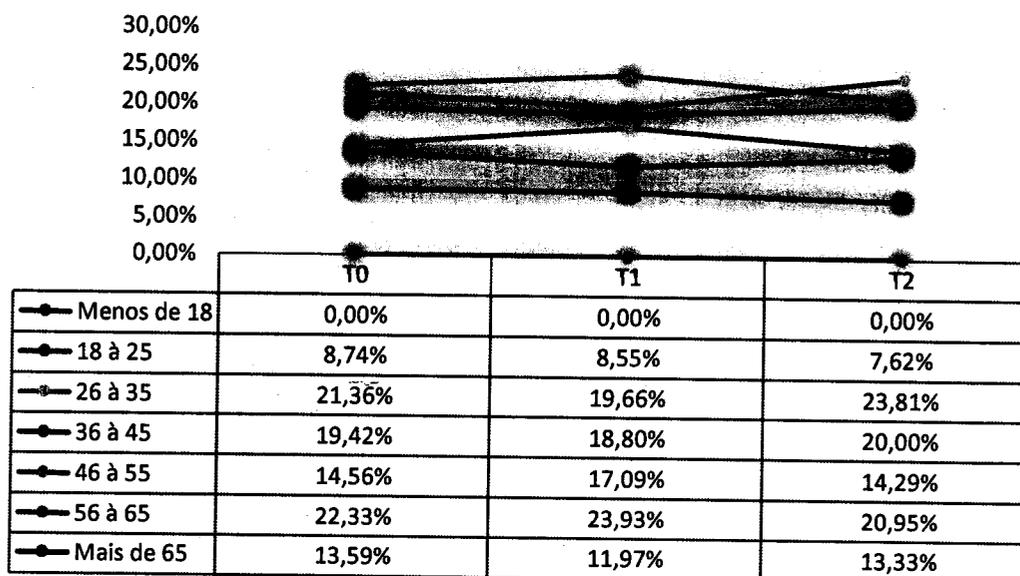
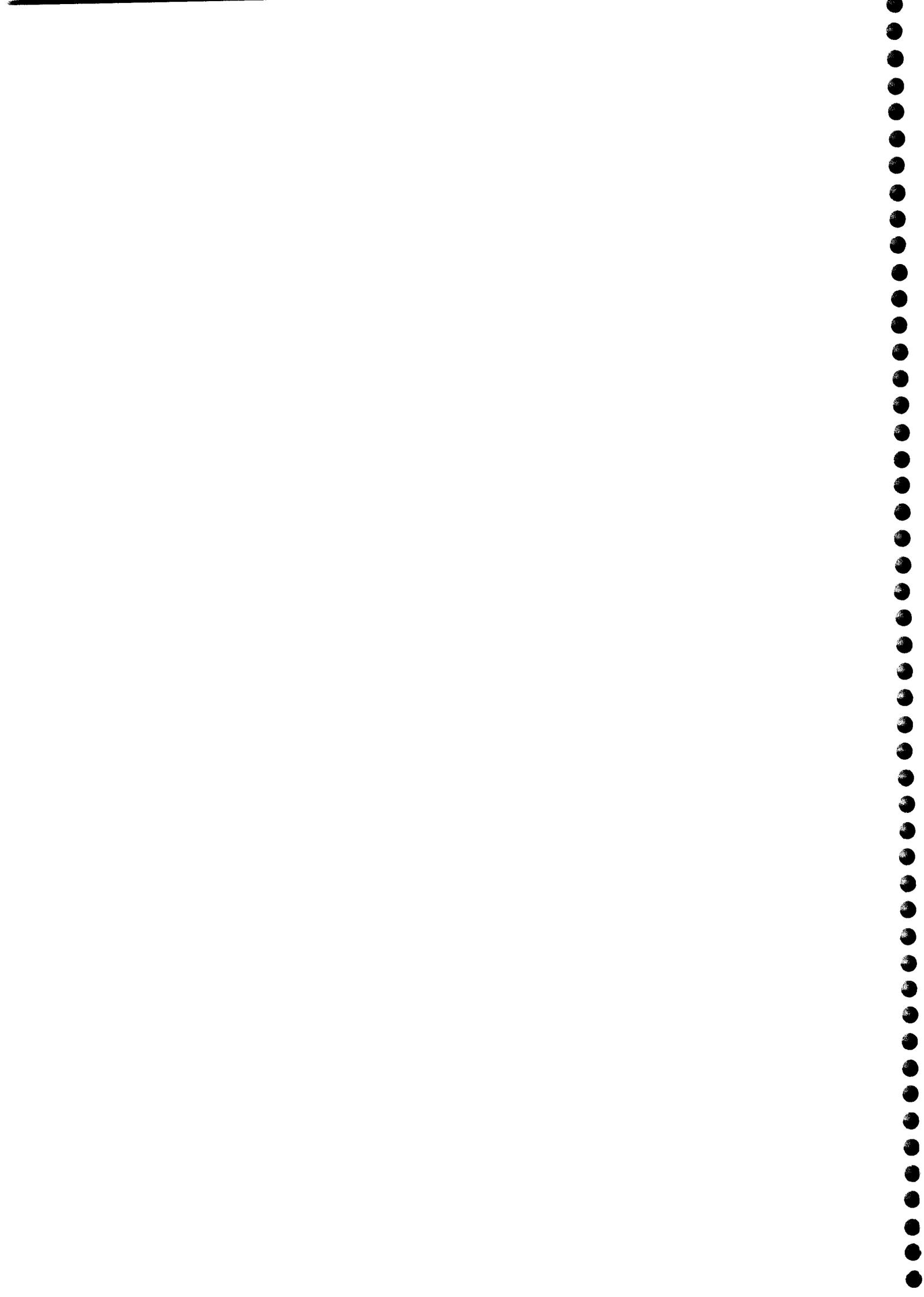


Gráfico 3: Idade do Responsável.
Fonte: Plenu's, 2015.

As faixas etárias dos responsáveis pelos imóveis mantêm-se distribuídas de forma equilibrada, com o grupo de menor representatividade na faixa entre



18 a 25 anos de idade, com 7,62% do total, no T2. A faixa etária de 26 à 35 anos se apresenta, atualmente, como a mais expressiva. Cumulativamente, as faixas etárias de 26 a 55 anos representam 58,10% do total no T2, caracterizando o público como uma população relativamente jovem.

2.2 Eixo Econômico

Na verificação dos aspectos econômicos, foram observados a renda, o patrimônio e os detalhes da moradia, com o objetivo de mapear a trajetória dos grupos familiares inseridos no processo de indenização. Iniciou-se avaliando os dados apenas da principal atividade geradora de renda de cada grupo familiar deste público, destacando a atividade que, naquele momento de pesquisa, mais contribuía para a qualidade de vida dos seus integrantes.

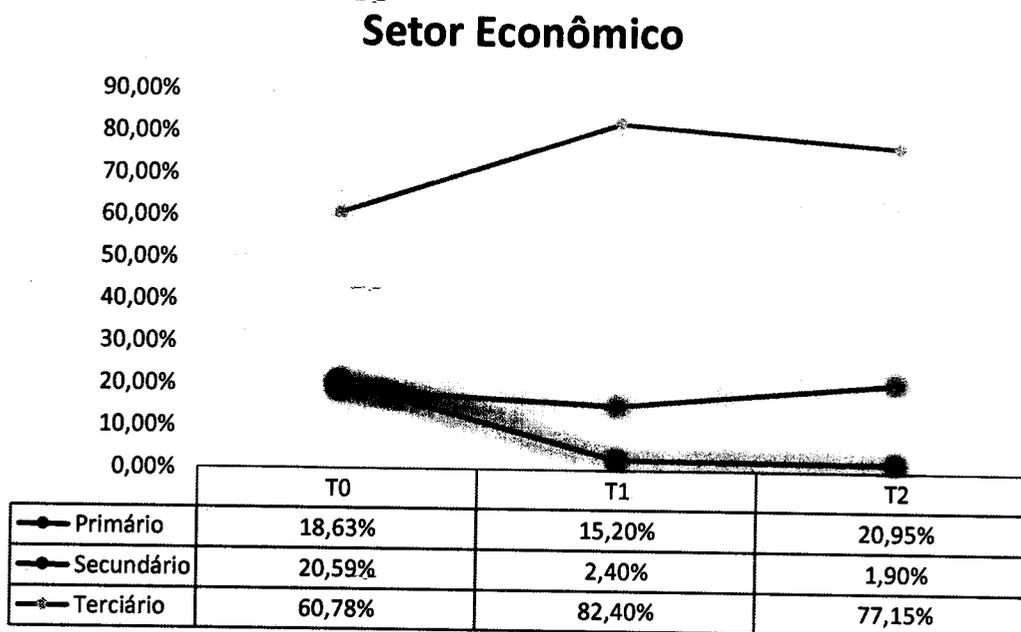
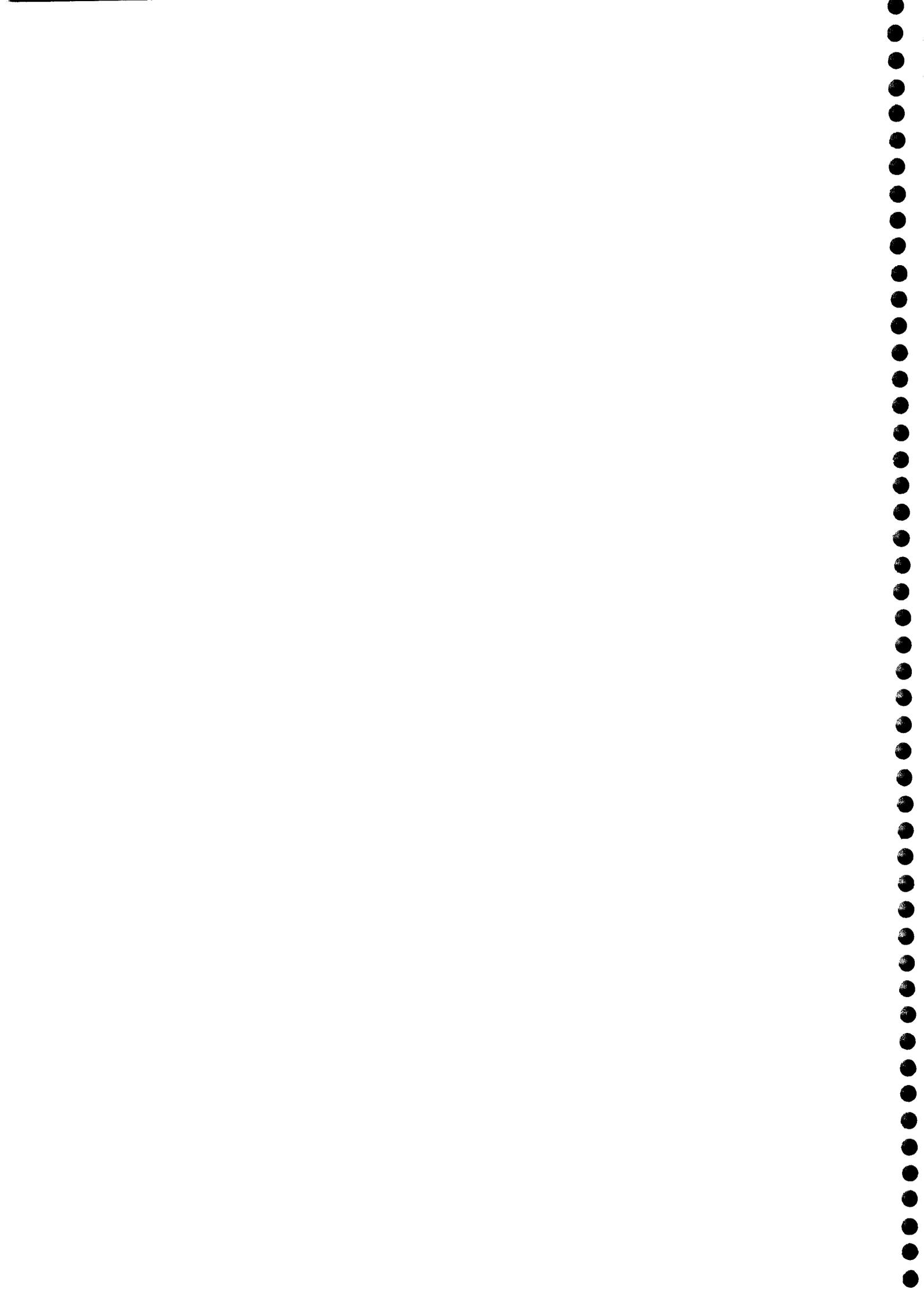


Gráfico 4: Setor Econômico.
Fonte: Plenu's, 2015.

O setor terciário da econômica, referente o comércio de produtos e a prestação de serviços, que já predominava dentre as principais atividades econômicas geradoras de renda, apresentou ligeira diminuição, de 82,40% dos



casos no T1 para 77,15% no T2, permanecendo substancialmente acima da posição observada na condição de origem. O setor primário cresceu em relevância no cenário econômico, passando a representar 20,95% das principais atividades geradoras de renda no T2.

Reitera-se que para composição destes dados foi identificada apenas a principal atividade econômica, em termos de renda, desenvolvida em cada grupo familiar pesquisado, influenciada pelos ciclos econômicos de diversas atividades e pelas alterações na composição dos grupos familiares. Os indicadores do tempo de permanência na atividade, observados no Gráfico 6, abaixo, corroboram com a compreensão desta análise.

Atividade Principal

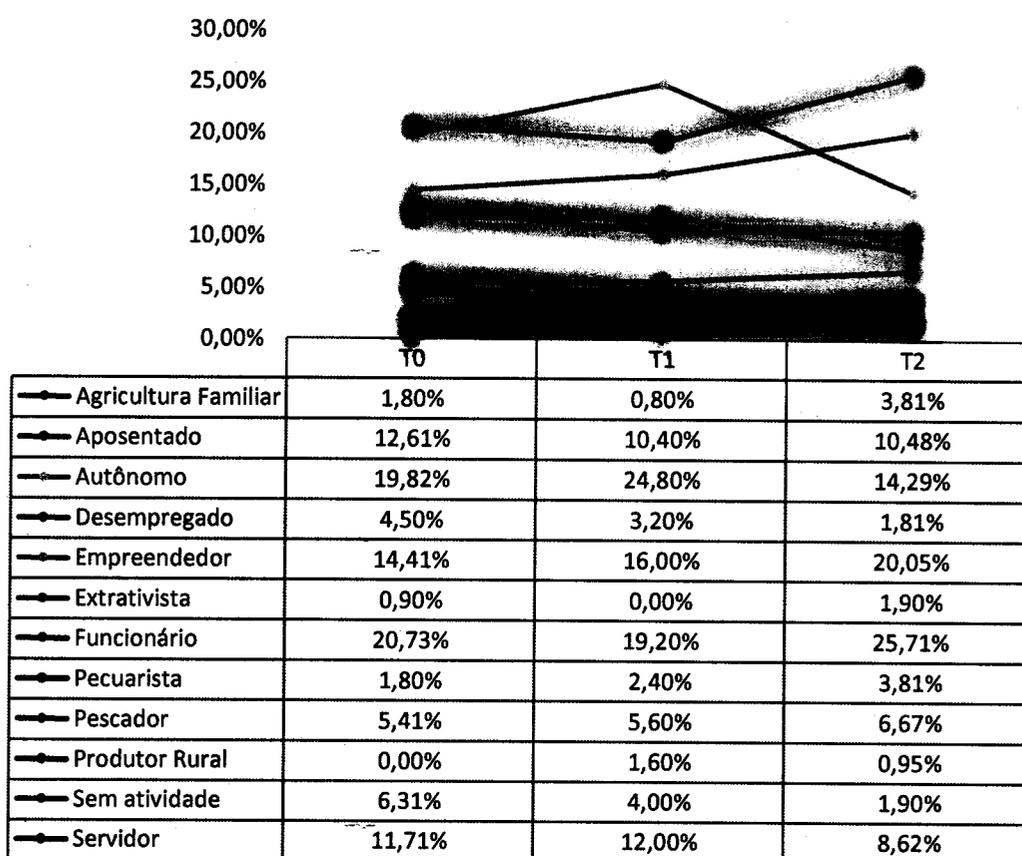
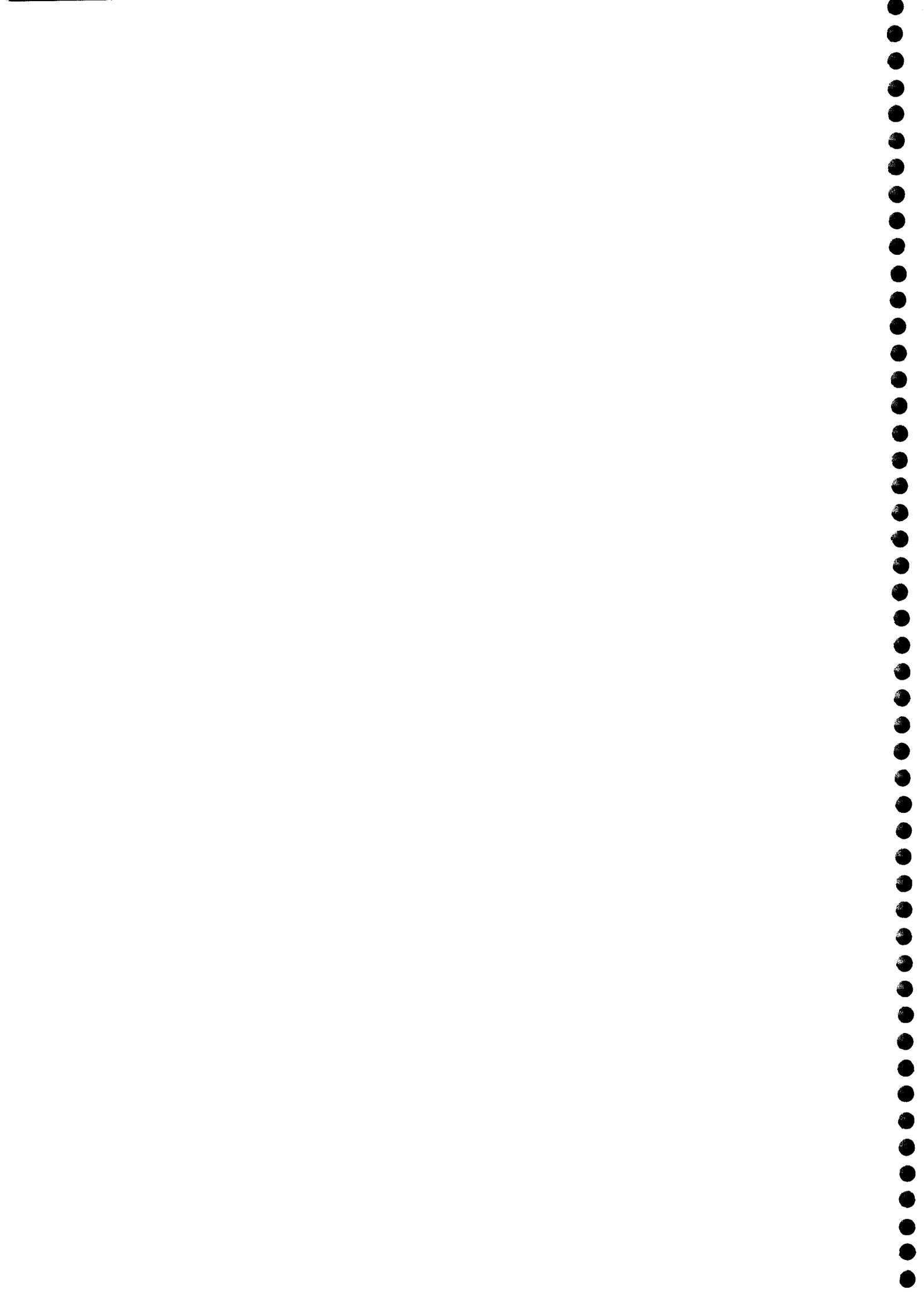


Gráfico 5: Atividade Principal.
Fonte: Plenu's, 2015.



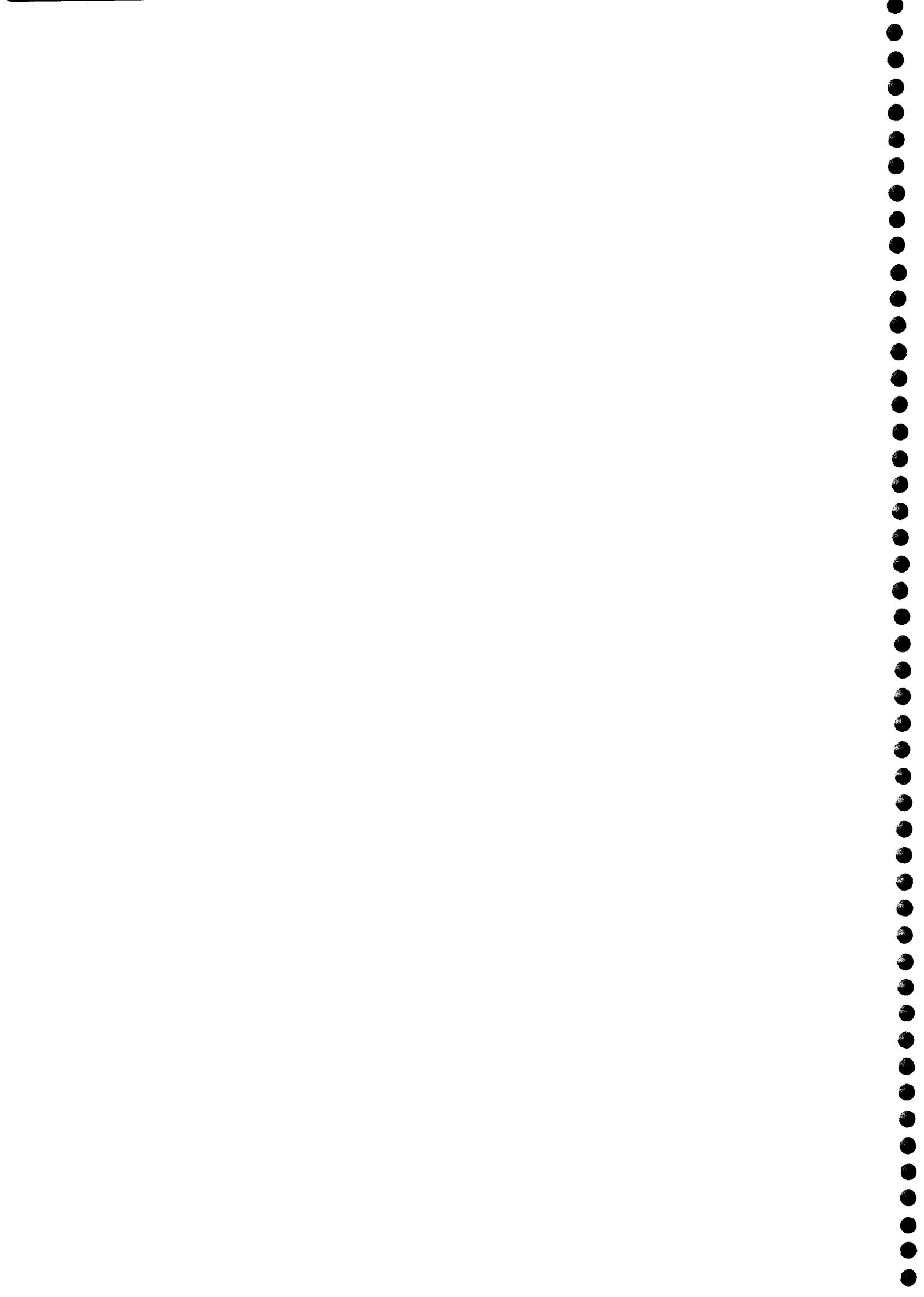
Atualmente, os funcionários vinculados à iniciativa privada se apresentam como o estrato mais pontuado entre as atividades principais, com 25,71% no T1. Aliada a esse crescimento está a elevação da representatividade do empreendedorismo, colocando as atividades vinculadas à iniciativa privada em posição de relevância no cenário econômico local. A constatação do aumento do número de pessoas empregadas, confirmada mais abaixo pelos índices do Gráfico 10, apontam para um desenvolvimento significativo da economia local, tanto mais se considerada a situação de certa estagnação econômica por que passou o País no mesmo período.

A representatividade dos aposentados, pensionistas ou beneficiários contemplados com o Benefício de Prestação Continuada, do Governo Federal, permaneceu na casa dos 10% entre o T1 e o T2.

Os que possuem vínculos de trabalho com instituições governamentais se mantiveram no mesmo patamar de relevância no cenário observado, apresentando ligeira redução, representando atualmente 8,62% do total.

O percentual de desempregados, que se refere a pessoas que não estão trabalhando no momento, mas que estão disponíveis para trabalhar ou ainda que tomam alguma providência para conseguir trabalho, reduziu 2,69%, entre a condição de origem e a atual, representando 1,81% do total no T2, valor significativamente abaixo da média nacional, de 6,80%, divulgada pelo IBGE (2015).

Dentre as atividades essencialmente vinculadas ao setor primário da economia, a agricultura familiar, a pesca e a pecuária aumentaram sua representação, corroborando com a maior relevância desse setor no cenário local, como já foi observado no Gráfico 4.



Tempo na Atividade Atual

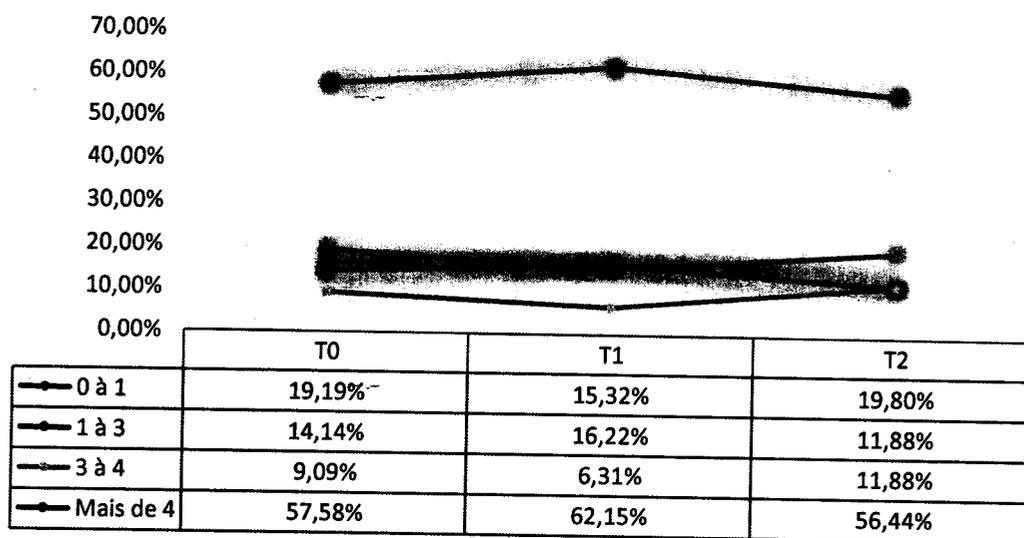


Gráfico 6: Tempo na Atividade Atual.
Fonte: Plenu's, 2015.

O índice atual de pessoas desenvolvendo a mesma atividade a mais de três anos é superior ao valor observado na condição origem. A permanência na atividade atual por mais de quatro anos por parte de 56,44% dos monitorados se configura como um indicador de estabilidade socioeconômica do público D.

Caracterização da Atividade Principal

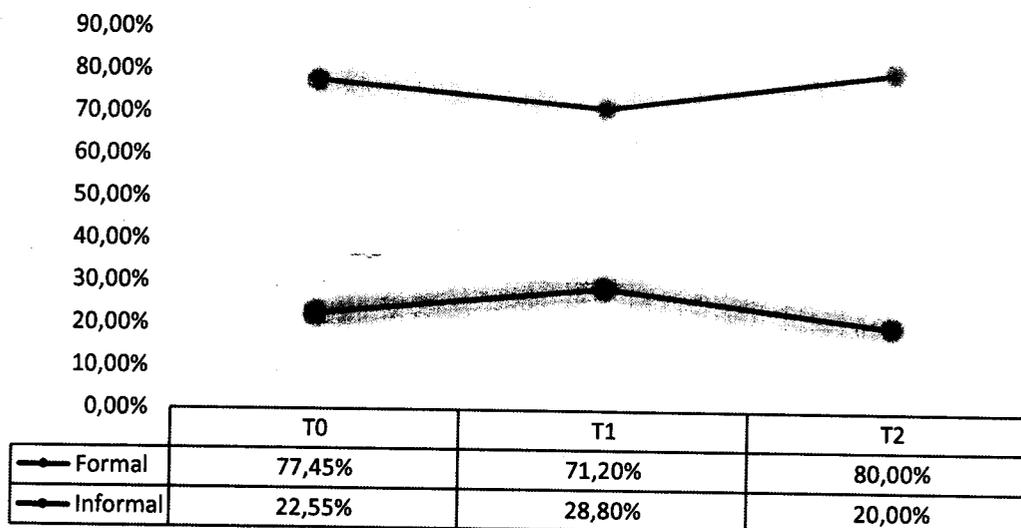
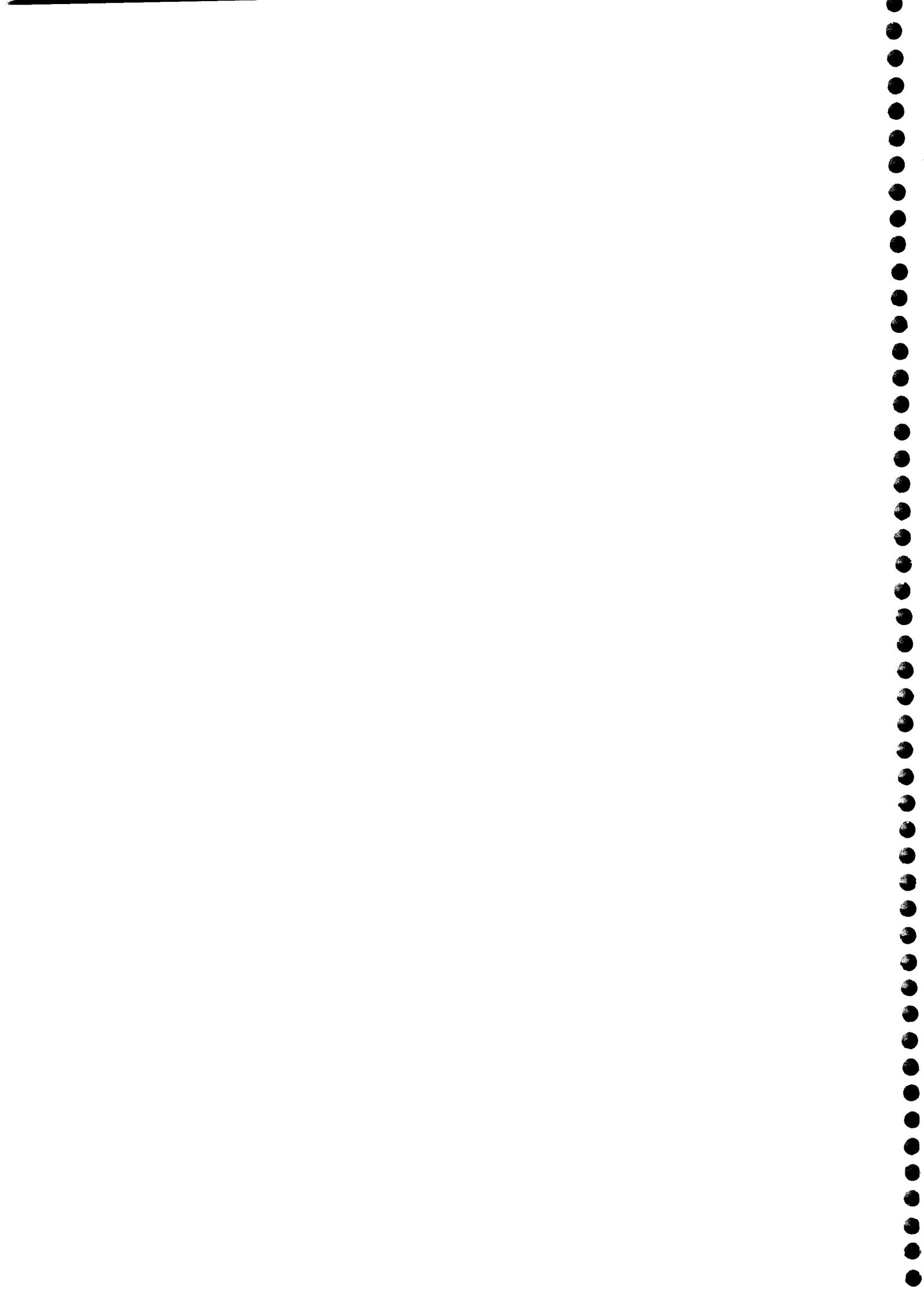


Gráfico 7: Caracterização da Atividade Principal.
Fonte: Plenu's, 2015.



O desenvolvimento de atividades informais, que apresentou valor crescente no T1, com 28,80% dos casos, reduziu para 20,00% do total, no T2, representando um índice 50% menor que a média nacional, estimada em 40% (SEBRAE, 2015).

Classes Econômicas

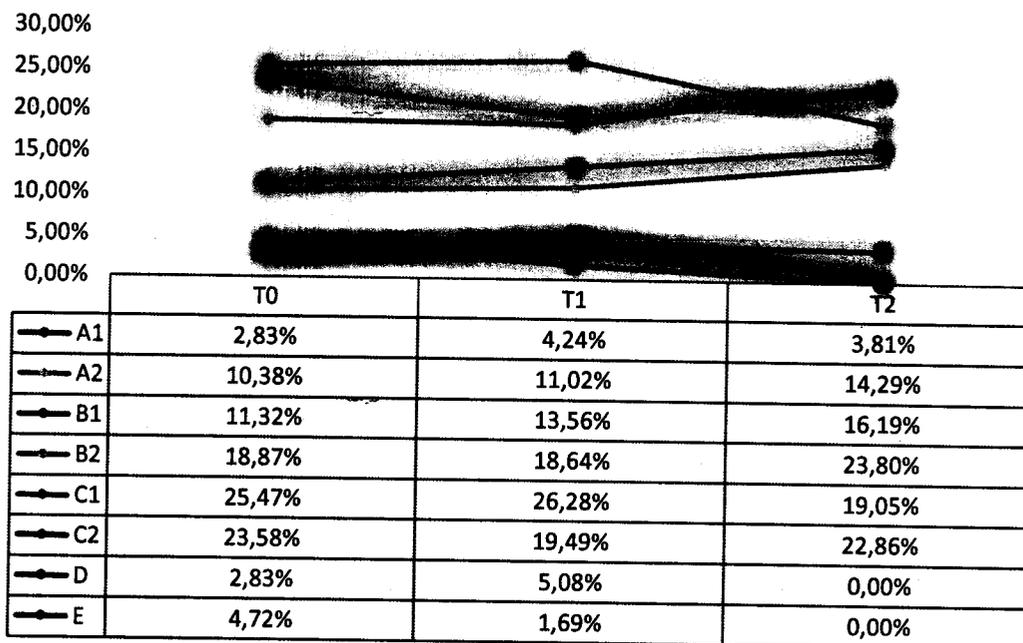
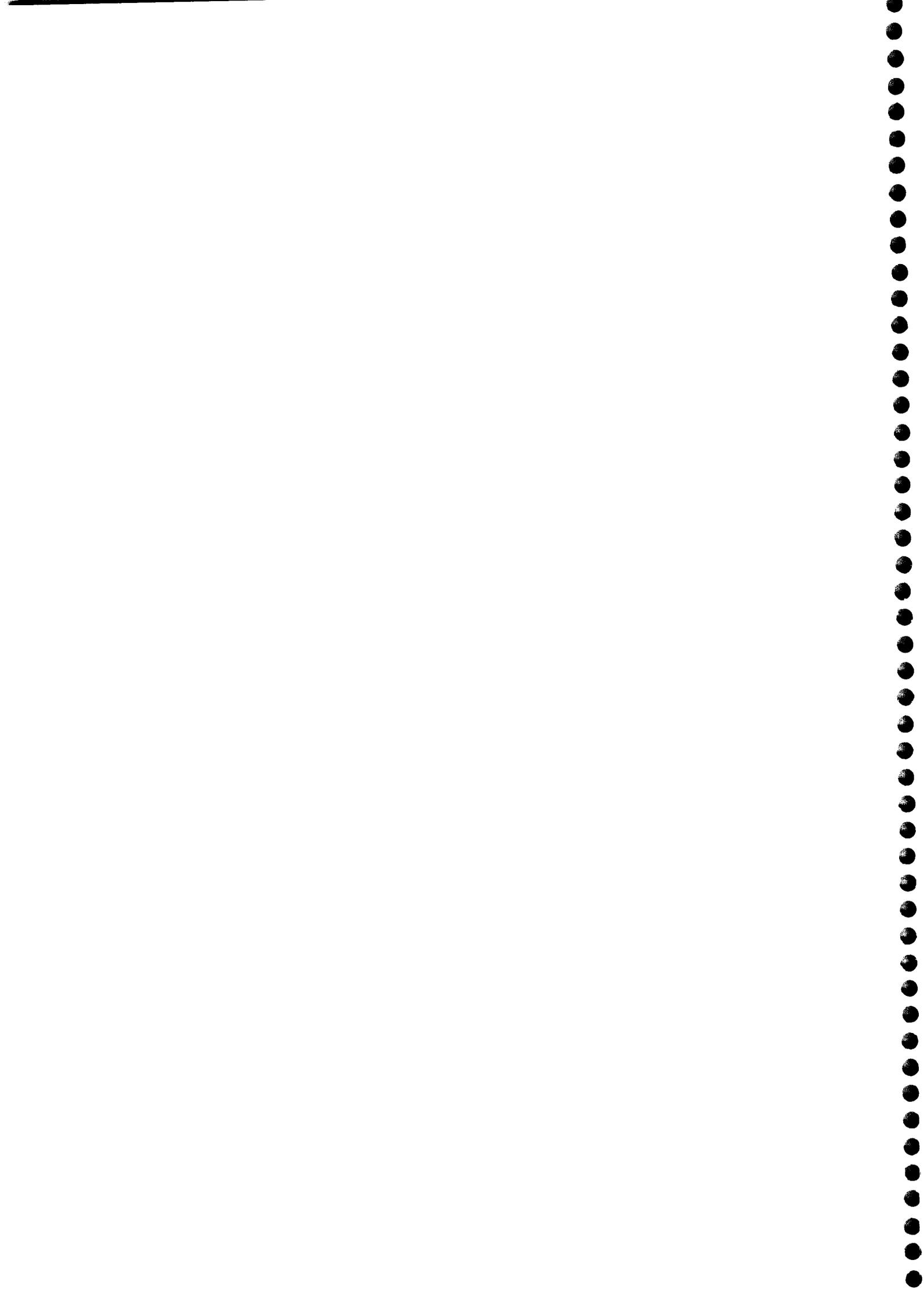


Gráfico 8: Classes Econômicas.
Fonte: Plenu's, 2015.

Os dados levantados apontam para uma renda familiar declarada que se encaixa, primordialmente, nas faixas B2, C1 e C2, de acordo com a classificação da ABEP, cujos critérios apontam 8 faixas de classes econômicas. Em termos específicos de renda familiar, as médias mensais estão assim definidas: A1 (R\$ 14.366,00), A2 (R\$ 8.099,00), B1 (R\$ 4.558,00), B2 (R\$ 2.327,00), C1 (R\$ 1.391,00), C2 (R\$ 933,00), D (R\$ 618,00), e E (R\$ 403,00).

No caso do público D, comparando a somatória dessas três faixas mais expressivas, B2, C1 e C2, tem-se 67,92% no T0, 64,41% no T1 e 65,71% no T2, que se enquadram numa faixa de renda média entre R\$ 933,00 e R\$ 2.327,00.



Observou-se um constante aumento da representatividade das faixas A2 e B1. No caso da faixa A2, esta saiu de 10,38% no T0 para 14,29% no T2. Quanto à faixa B1, saiu de 11,32% no T0 para 16,19% no T2, totalizando uma elevação em 4,87% desse índice entre os tempos de pesquisa.

Nota-se uma expressiva redução nas classes D e E, alcançando ambas a condição ideal de nenhuma ocorrência no T2.

Participantes na Renda

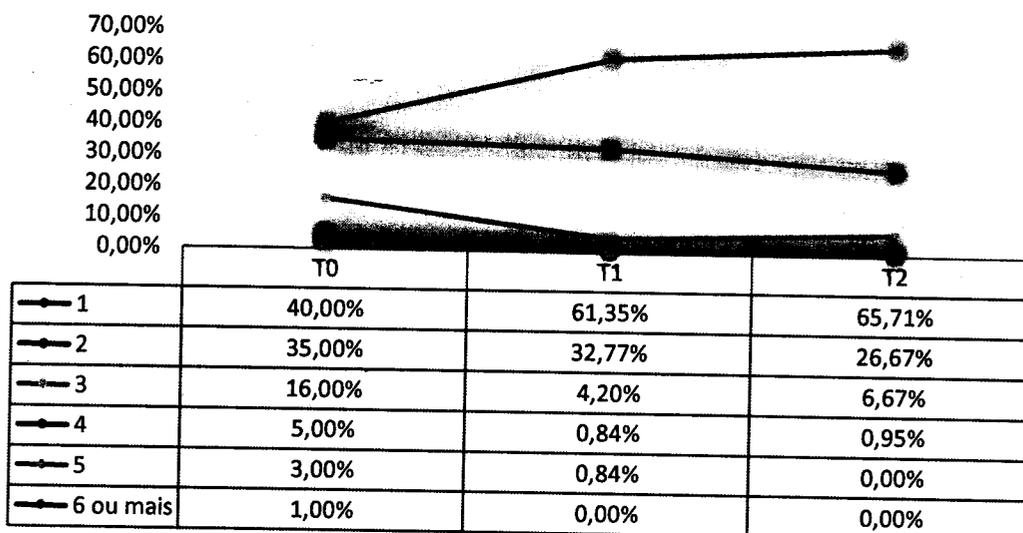
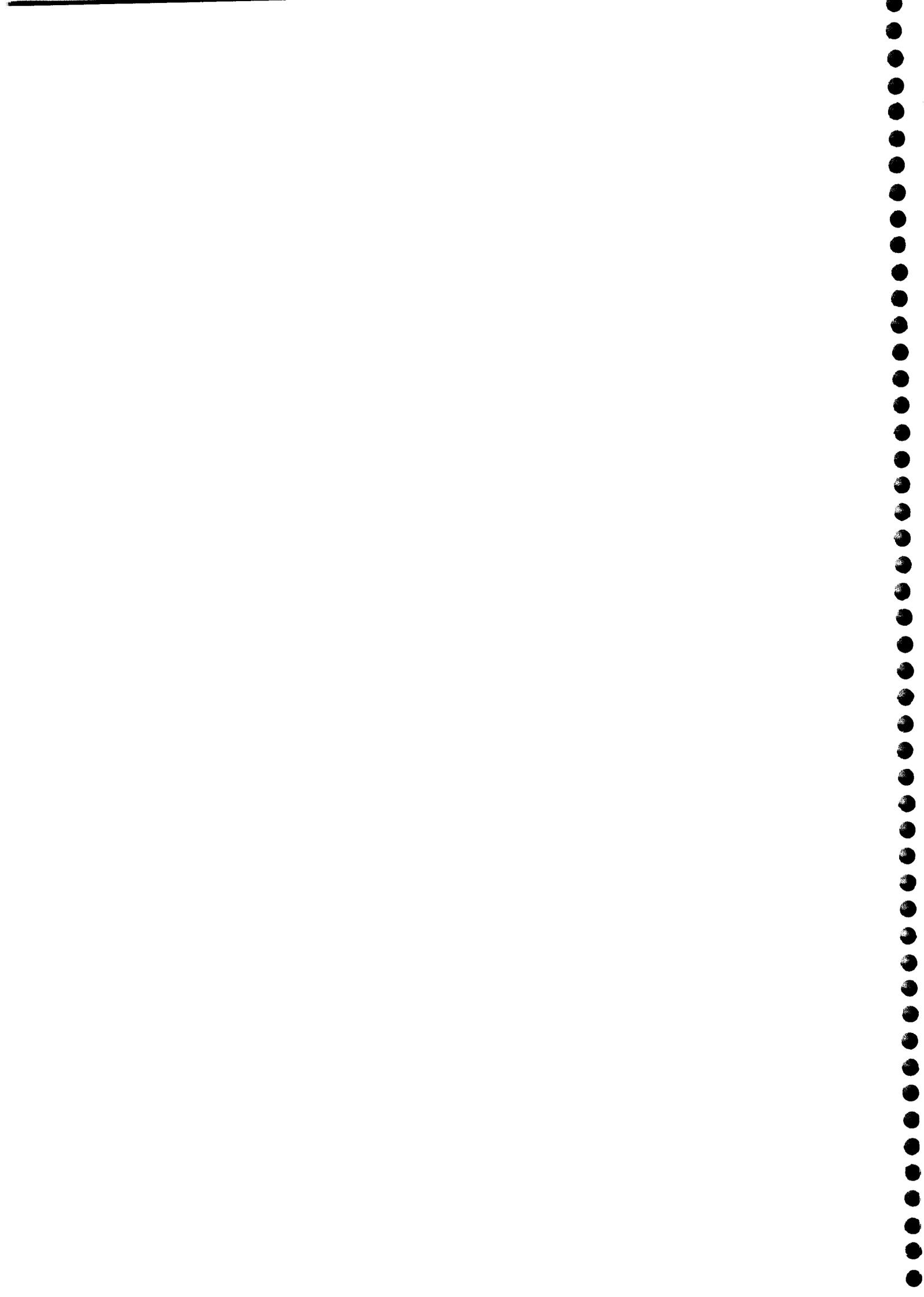


Gráfico 9: Participantes na Renda.
Fonte: Plenu's, 2015.

Os dados apontam como tendência o trabalho de uma única pessoa para o sustento familiar, ocorrendo em 65,71% dos casos no T2. Dos grupos familiares que contavam com o trabalho de até 2 pessoas na composição da renda, tem-se 75,00% no T0, 94,12% no T1 e 92,38% no T2. Esses dados se alinham às ocorrências mais recorrentes em regiões urbanizadas e em famílias com estruturas nucleares.



Contratação de Empregado Mensalista

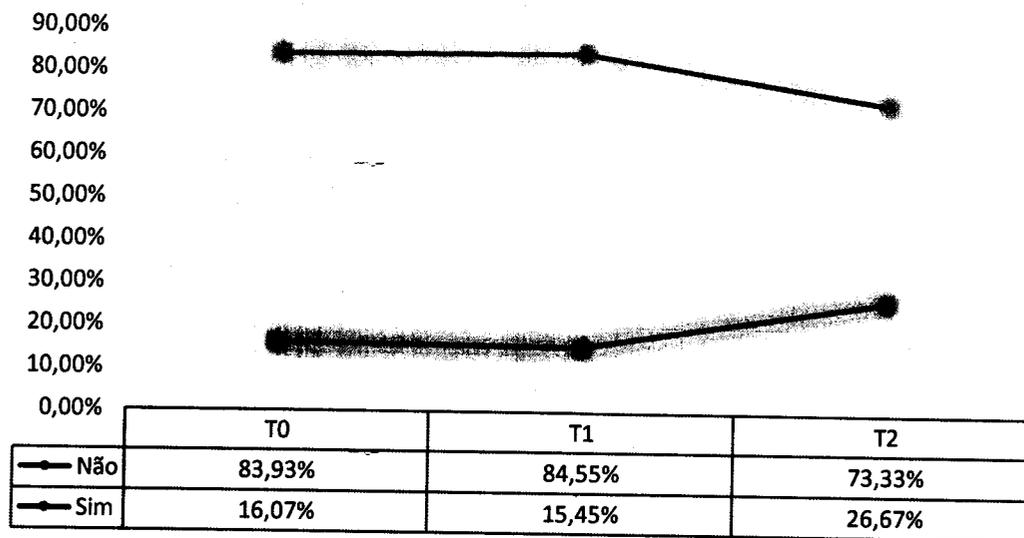
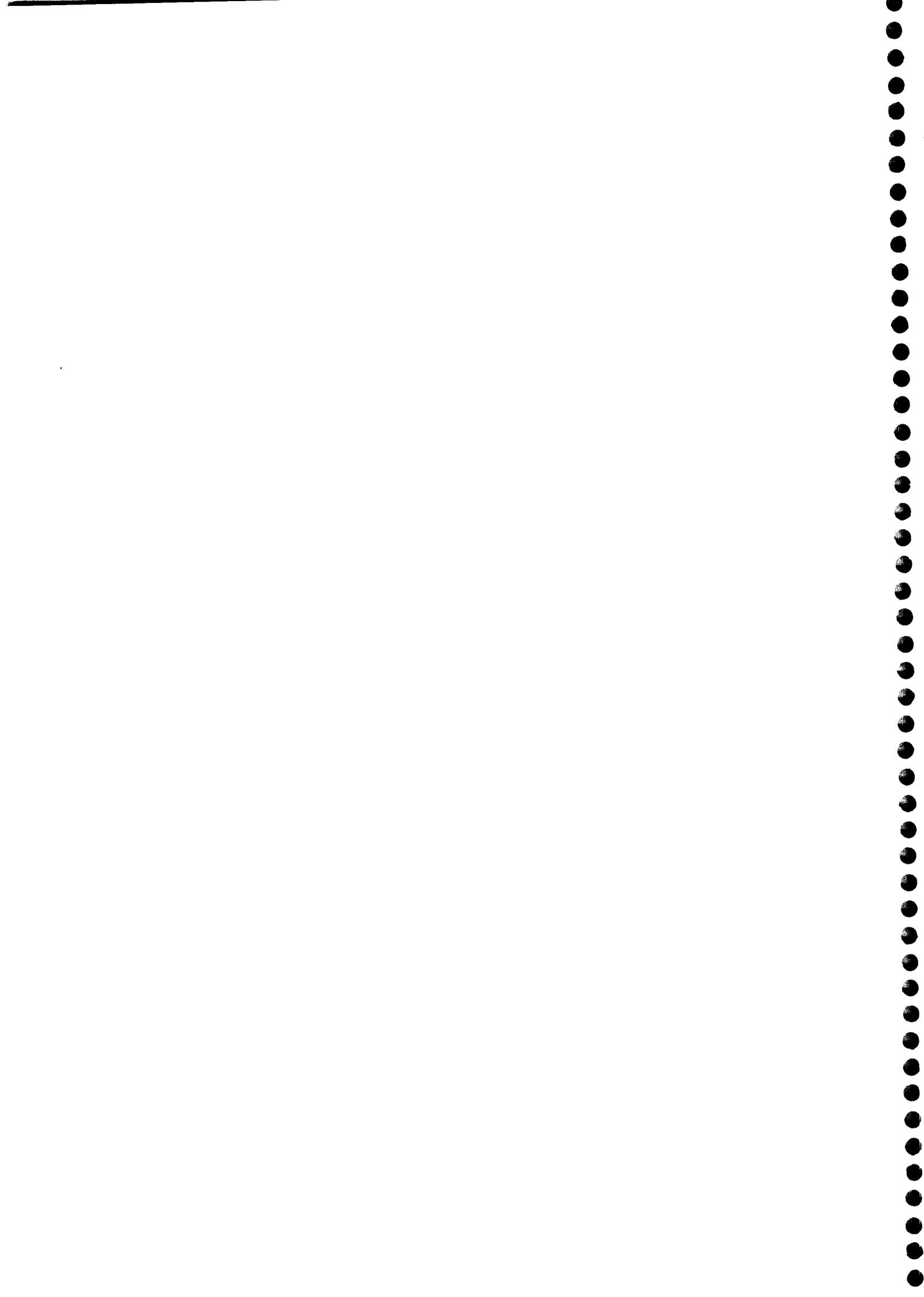


Gráfico 10: Contratação de Empregado Mensalista.
Fonte: Plenu's, 2015.

A ABEP define a contratação de empregados mensalistas como um quesito para adequação nas classes econômicas, assim sendo, nesta pesquisa, apresentam-se quantitativos de empregados mensalistas como sendo pessoas contratadas pelos indenizados, para exercer atividades diversas em suas propriedades, podendo ser uma pessoa que mora e cuida do imóvel, e recebe um valor mensal pelos serviços prestados. Nesse caso, foi considerado se há ou não a contratação de serviço de mão de obra de quaisquer empregados que trabalhem no domicílio, de forma permanente ou contínua, pelo menos 5 dias na semana, observando-se relevante elevação da ocorrência de contratação de trabalho assalariado de 15,45% no T1 para 26,67% no T2, apontando um desenvolvimento positivo das atividades econômicas.



Tempo de Moradia (Anos)

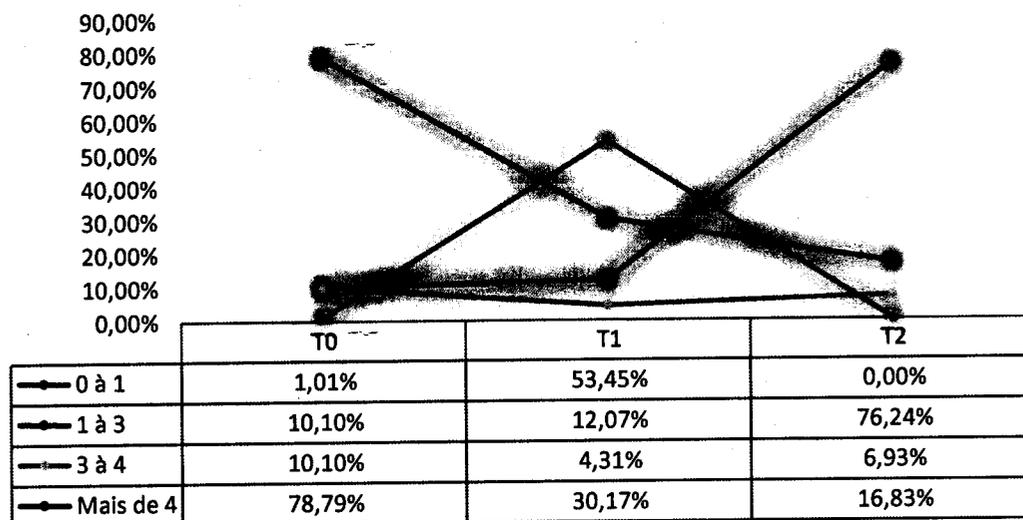
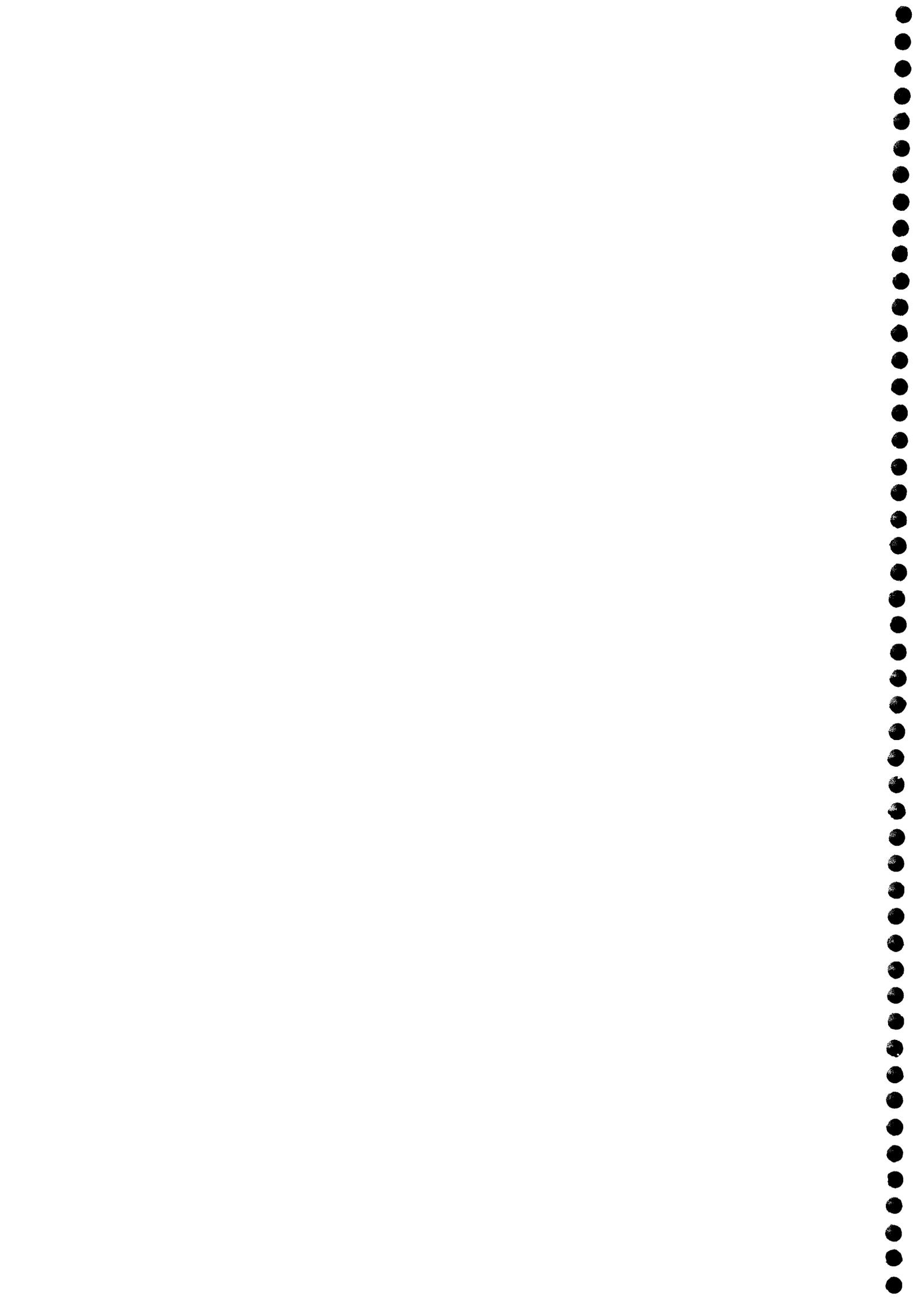


Gráfico 11: Tempo de Moradia (Anos).
Fonte: Plenu's, 2015.

As alterações retratam a mudança de endereço em decorrência do processo indenizatório e apontam para a estabilidade social dos grupos familiares pesquisados, que se adaptaram à nova residência. Considerando o intervalo de recorte temporal de seis meses entre as pesquisas T0, T1 e T2, os grupos familiares que haviam mudado após receberem a indenização, no T1, ainda permaneciam no grupo de 0 à 1 ano, além daqueles casos em que as negociações ainda estavam em andamento no momento de pesquisa T1. A representação dos residentes há mais de três anos no mesmo imóvel, no T2, indica, basicamente, o percentual daqueles que não residiam no imóvel alvo da indenização no T0.



Local de Moradia

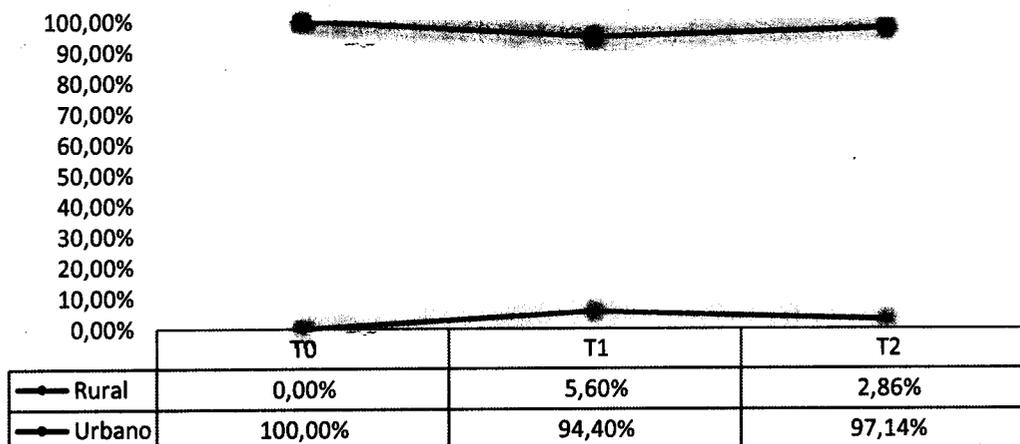


Gráfico 12: Local de Moradia.
Fonte: Plenu's, 2015.\

A migração da zona urbana para a zona rural representa 2,86% dos casos entre T0 e T2. Reitera-se que as indenizações não decorreram exclusivamente do local de moradia, atingindo também proprietários de pequenos imóveis comerciais do distrito de Jaci-Paraná.

Valor do Patrimônio

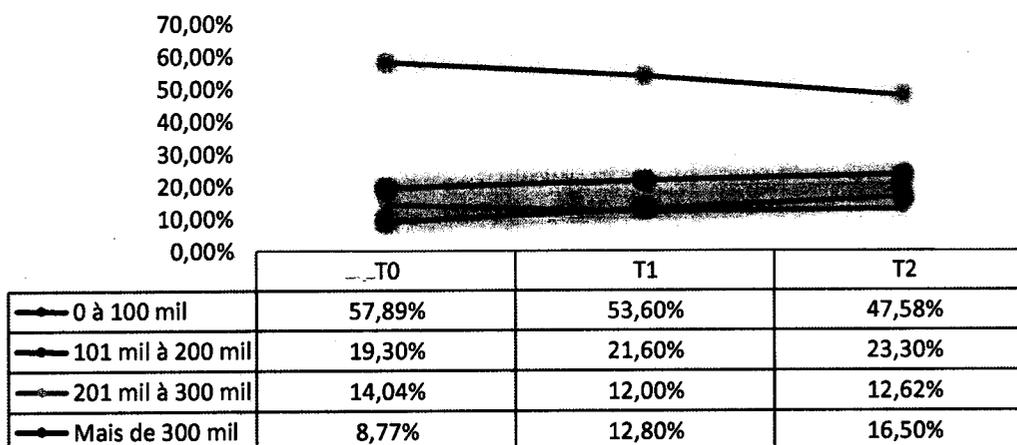
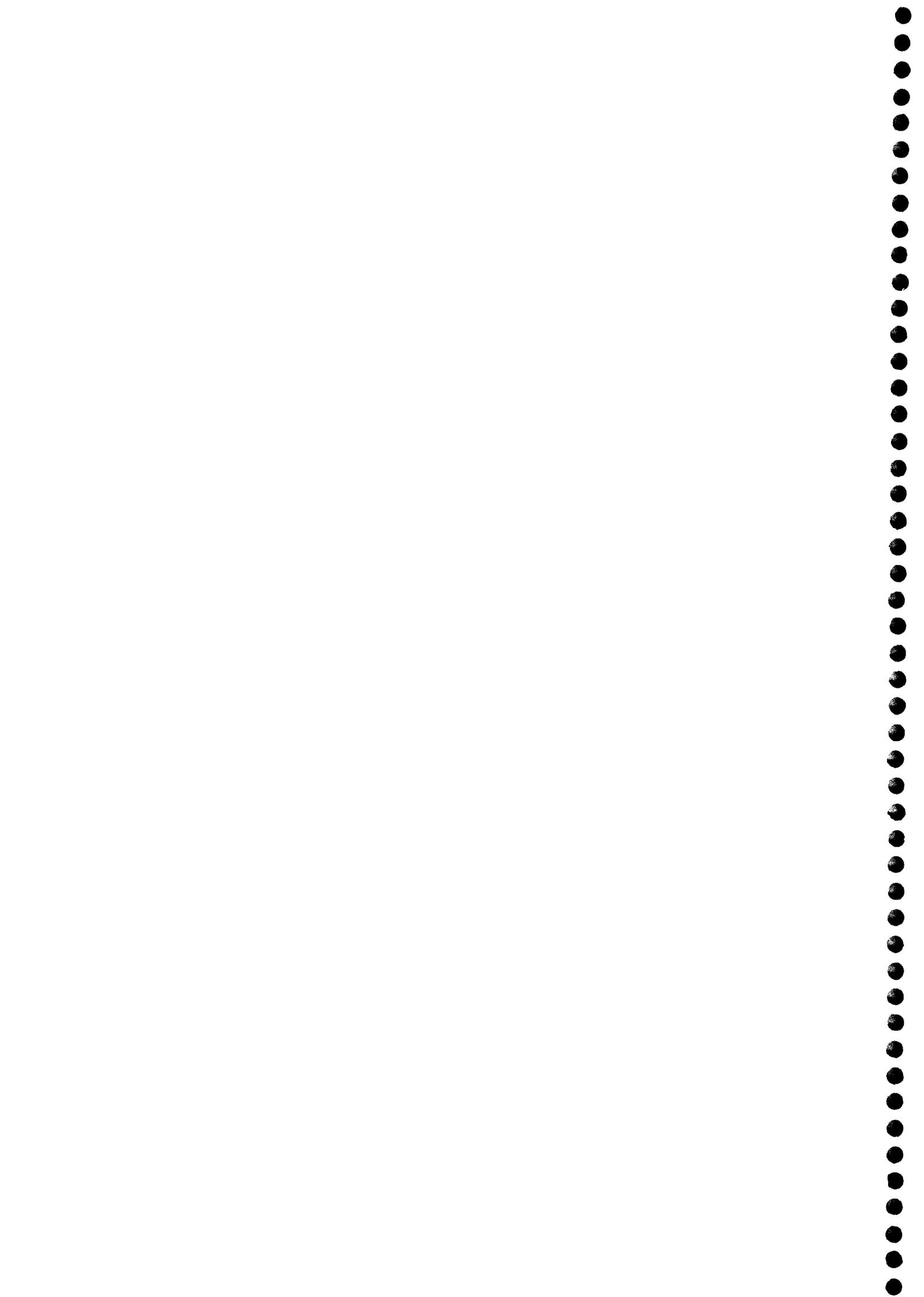


Gráfico 13: Valor do Patrimônio.
Fonte: Plenu's, 2015.

Na análise da composição do patrimônio familiar foi considerada a somatória do valor total dos bens, móveis e imóveis, tendo por base a declaração dos entrevistados. A faixa mais expressiva permanece sendo a que



corresponde ao valor patrimonial inferior a R\$ 100.000,00, no entanto, observa-se um viés de elevação do valor do patrimônio do público alvo, configurado pela elevação das demais faixas, especialmente a faixa de valores superiores à R\$ 300.000,00, que cresceu 88,14% entre os tempos de pesquisa, saindo de 8,77% no T0 para 16,50% no T2.

2.3 Aplicação dos Recursos Provenientes da Indenização

Considerando as especificidades do público D, optou-se por suprimir o eixo produtivo, aplicado junto aos demais públicos pesquisados, por ser um aspecto naturalmente vinculado às regiões rurais. Foi incluída, então, a investigação quanto à aplicação dos recursos provenientes da indenização.

Na etapa inicial, no T0, procurou-se identificar qual era a intenção de investimento por parte dos indenizados, antes do recebimento dos recursos. Nas etapas posteriores, foi verificada a efetiva aplicação dos valores recebidos, possibilitando, com isso, analisar se as indenizações atenderam as expectativas dos monitorados.

Investimento em Bens Imóveis

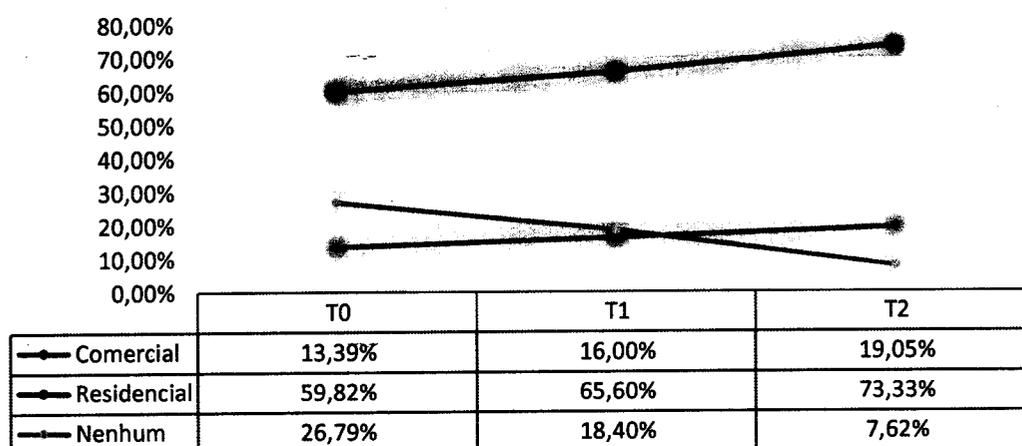


Gráfico 14: Investimento em Bens Imóveis.
Fonte: Plenu's, 2015.

Quando da primeira abordagem, no T0, manifestaram quem não tinham interesse em investir os recursos da indenização em uma propriedade



imobiliária, 26,79%. No segundo momento de pesquisa, no T1, verificou-se que o número dos que efetivamente aplicaram recursos em bens imóveis representa 81,60% dos casos, ou seja, 18,40% dos indenizados não haviam investido ainda em imóveis. Considerando que parte do público alvo ainda estava em processo de negociação no T1, verificou-se que, no T2, apenas 7,62% do total não investiu os recursos em imóveis, configurando a aplicação de recursos neste tipo de bem acima da expectativa, em 19,17% do total. Nesse caso, não foram diferenciados os investimentos em aquisição, reforma, construção ou ampliação de imóveis.

A preferência pelo tipo de imóvel para investimento recaiu sobre os residenciais, sendo esta a opção verificada no T2 em 73,33% dos casos que decidiram por investir em bens imóveis.

Aquisição ou Reforma de Imóveis

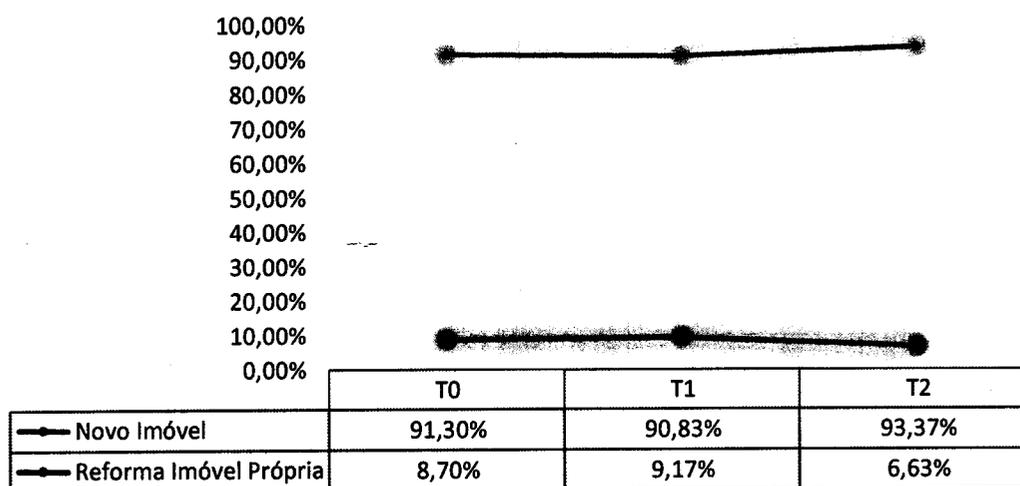
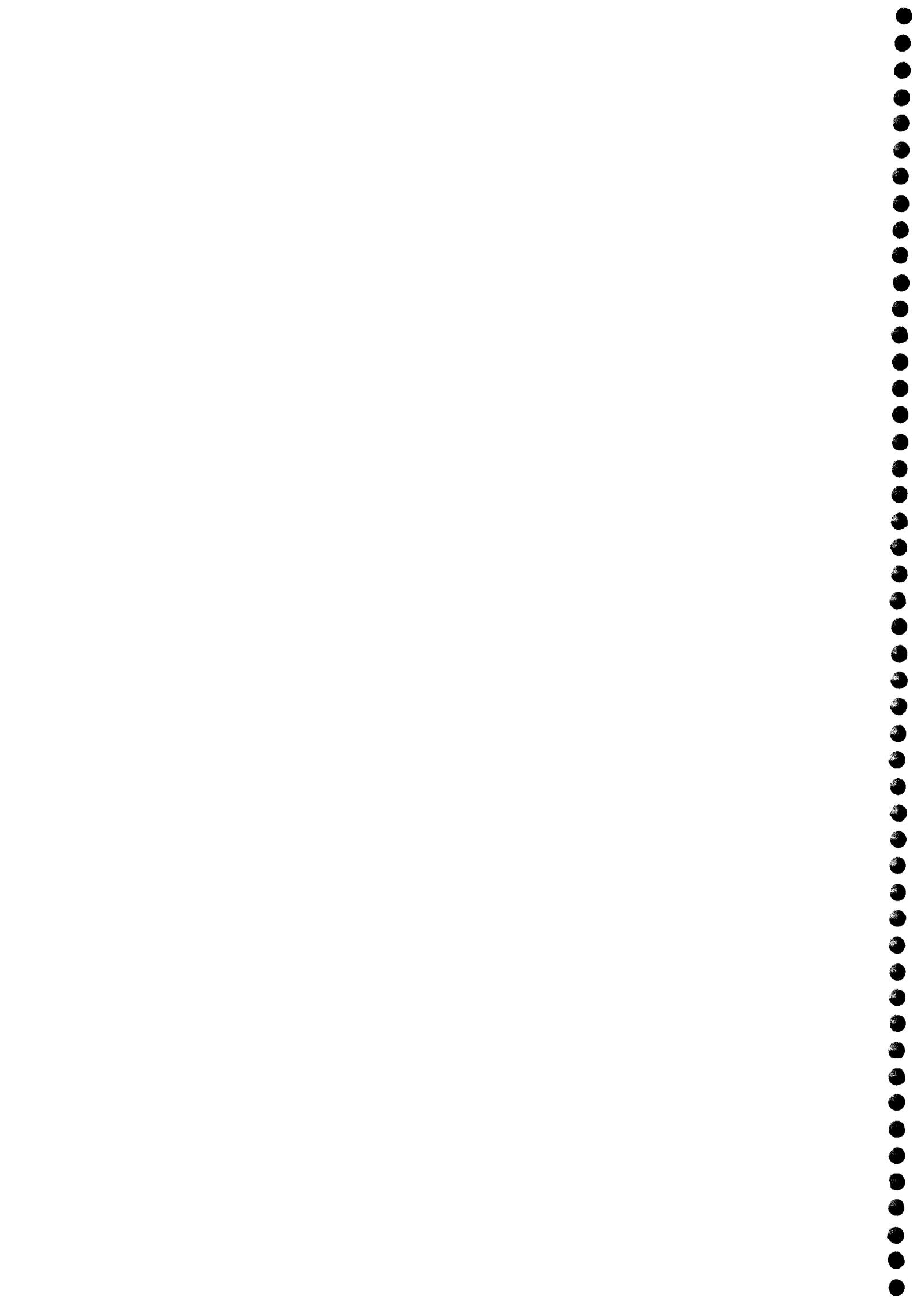


Gráfico 15: Aquisição ou Reforma de Imóveis.
Fonte: Plenu's, 2015.

Entre os indenizados que pretendiam investir em imóveis, antes de receber a indenização, 8,70% planejavam reformar ou ampliar uma propriedade que já possuíam. No entanto, constatou-se que a opção por esse tipo de investimento ampliou para 9,17% no T1 e reduziu para 6,63% no T2.



Conciliando esses dados com os do Gráfico 14, tem-se que, atualmente, entre os 92,38% que aplicaram em imóveis os recursos recebidos, 93,37% deles adquiriram um novo imóvel, indicando, assim, que 86,26% do total de indenizados aplicaram os valores recebidos na aquisição de um novo imóvel.

Aquisição de Veículos

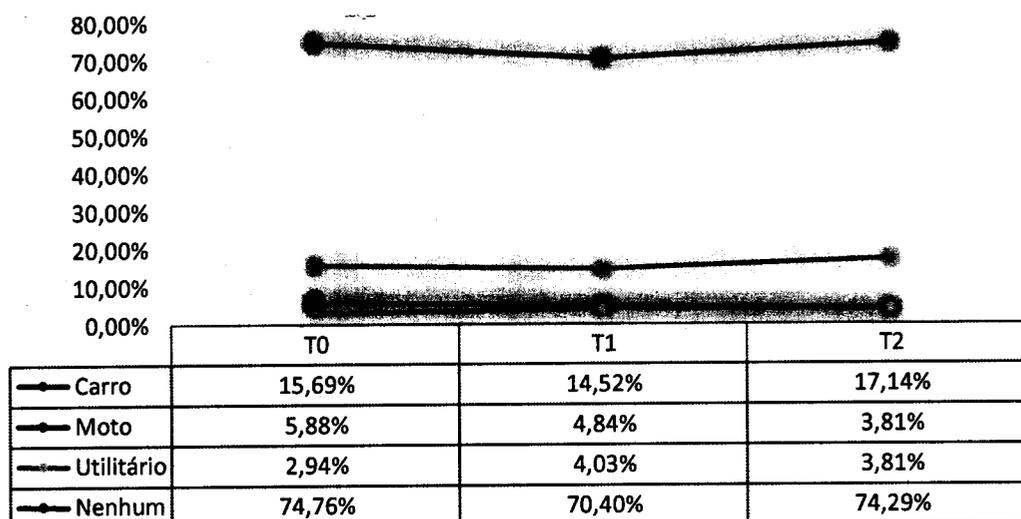
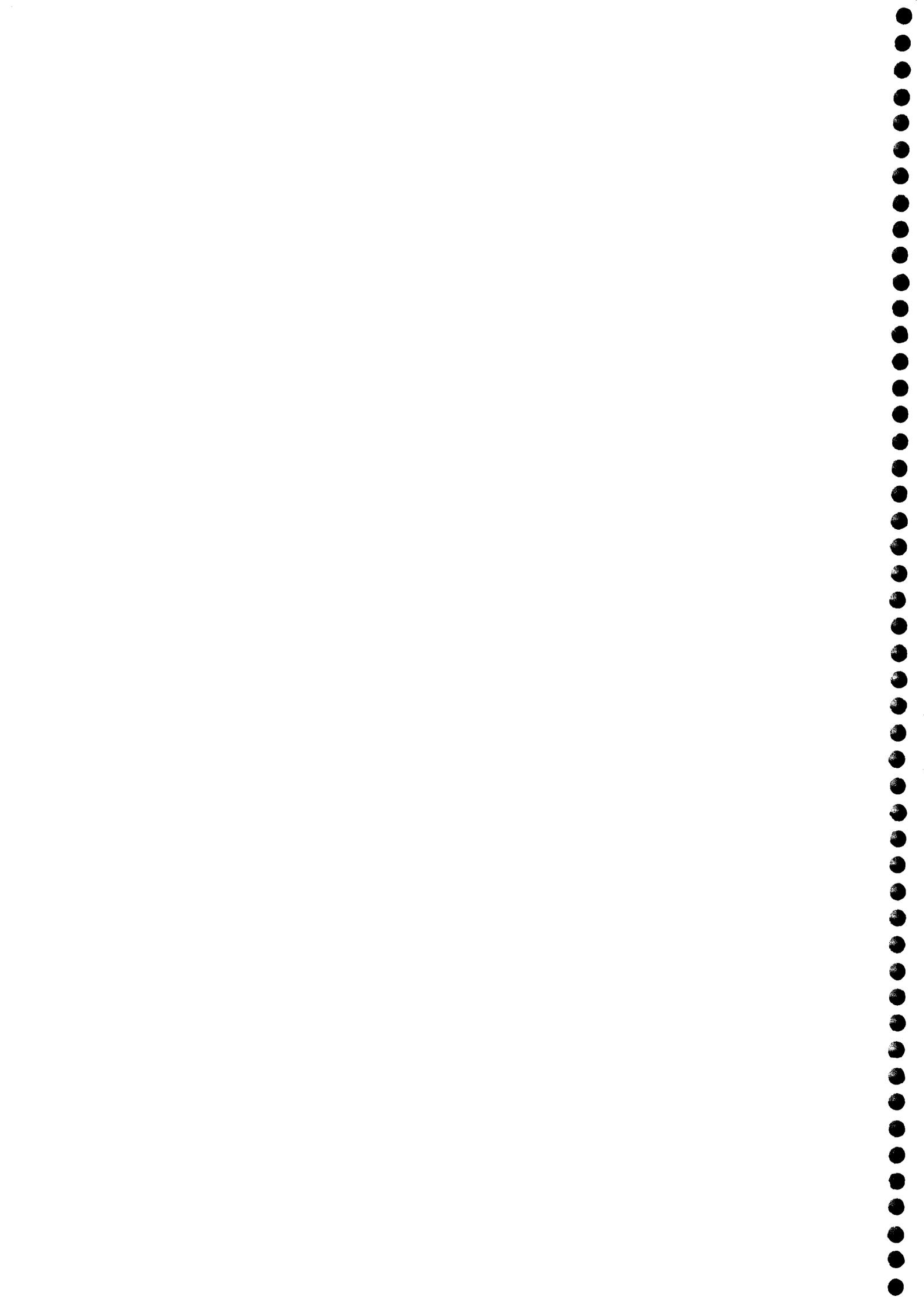


Gráfico 16: Aquisição de Veículos.
Fonte: Plenu's, 2015.

A aquisição de veículos foi apresentada como múltipla escolha. Significativa parcela da população indenizada não pretendia investir os recursos nesse tipo de bem, representando, no T0, 74,76% dos casos. No T1, verificou-se que não investiram nesse tipo de bem 70,40% dos indenizados. Ampliando-se o número de indenizados no T2, reiterando que no T1 ainda haviam negociações em andamento quanto ao valor da indenização, tem-se que, efetivamente, 74,29% dos indenizados não adquiriram veículos entre o T0 e o T2. Dentre os que decidiram aplicar os recursos em veículos, a preferência recaiu sobre o automóvel, representando 17,14% do total.



Investimento em Negócios

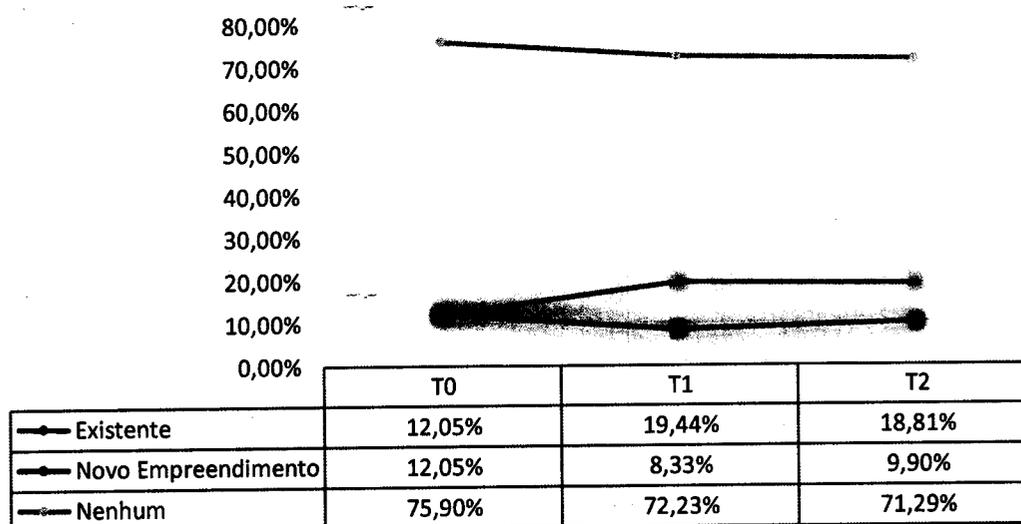
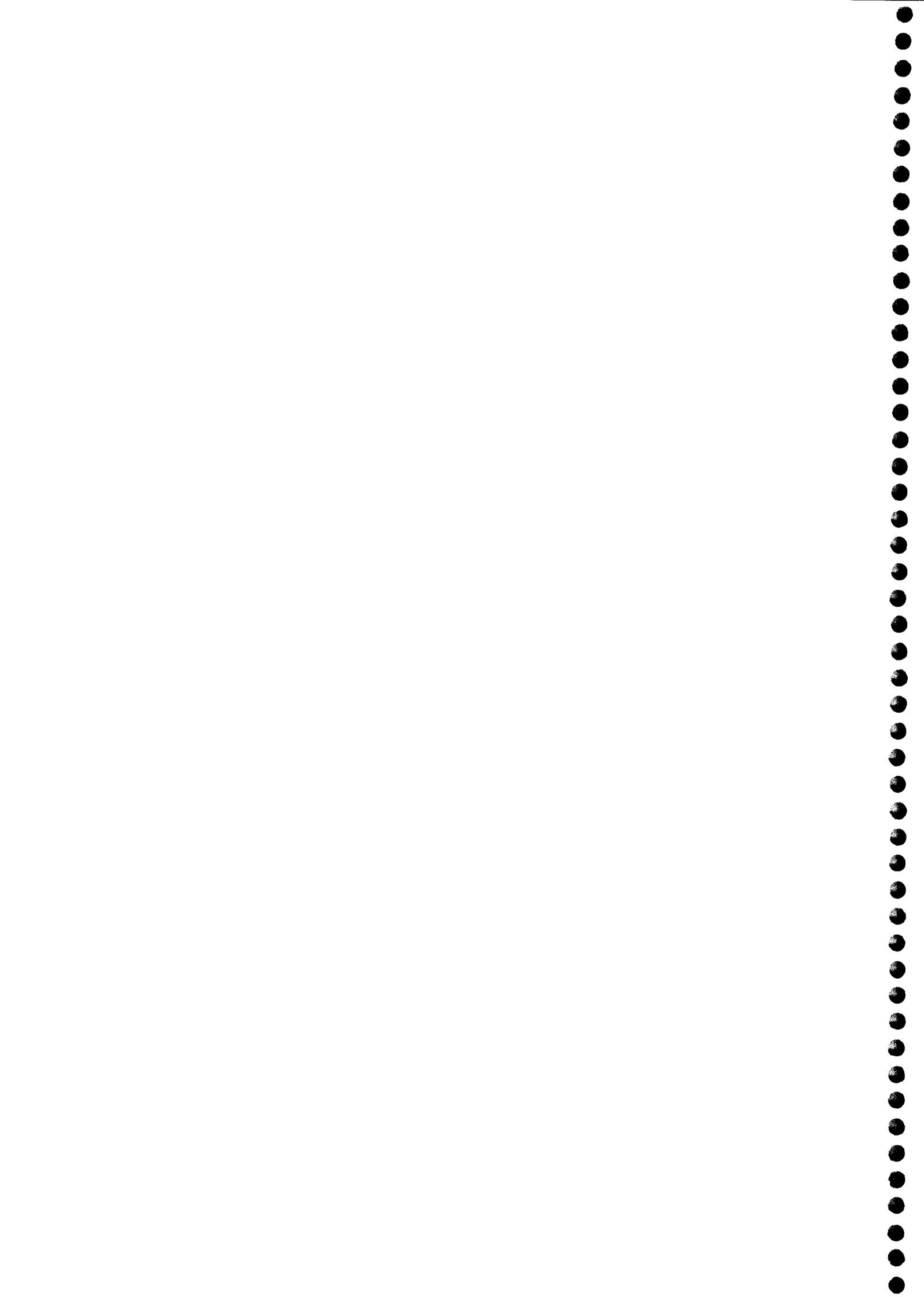


Gráfico 17: Investimento em Negócios.
Fonte: Plenu's, 2015.

Na análise de investimentos em negócios, devem ser considerados os índices relativos a Atividade Principal, detalhada no Gráfico 5, onde se registra que 14,41% dos indenizados já desenvolviam algum tipo de atividade empreendedora, no T0, os quais passaram a representar 16,00% dos casos no T1 e 20,05% no T2.

Com a sinalização de investimentos em negócios existentes e em novos empreendimentos somam 24,10% dos casos no T0, passando a somar 27,77% no T1 e 28,71% no T2, caracterizando, assim, o incremento das atividades empreendedoras na região, acima da expectativa dos próprios indenizados, verificada na condição de origem, antes da indenização.



Aquisição de Outros Bens ou Serviços

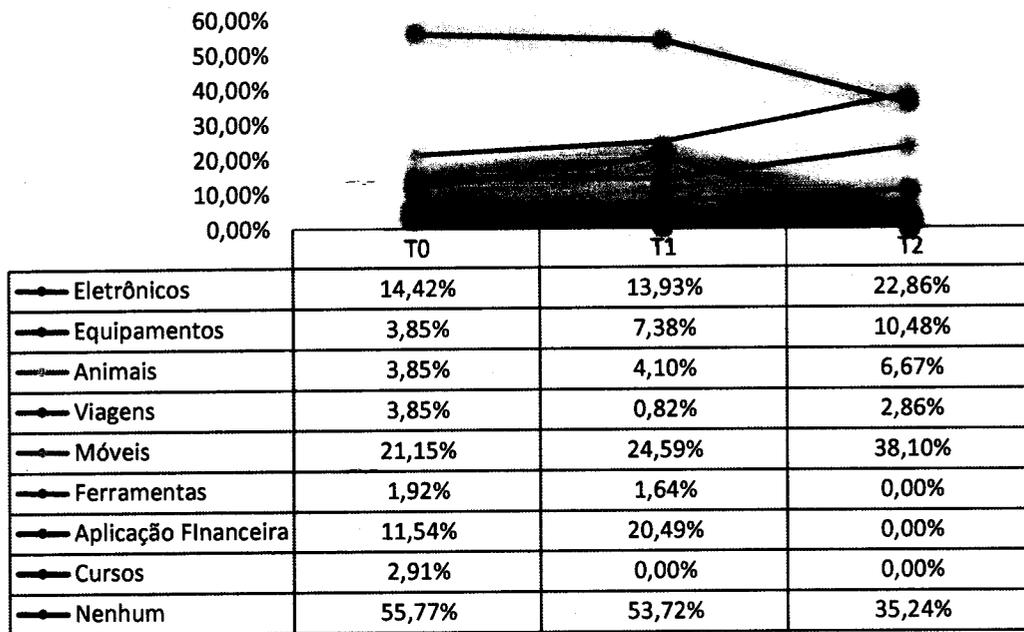
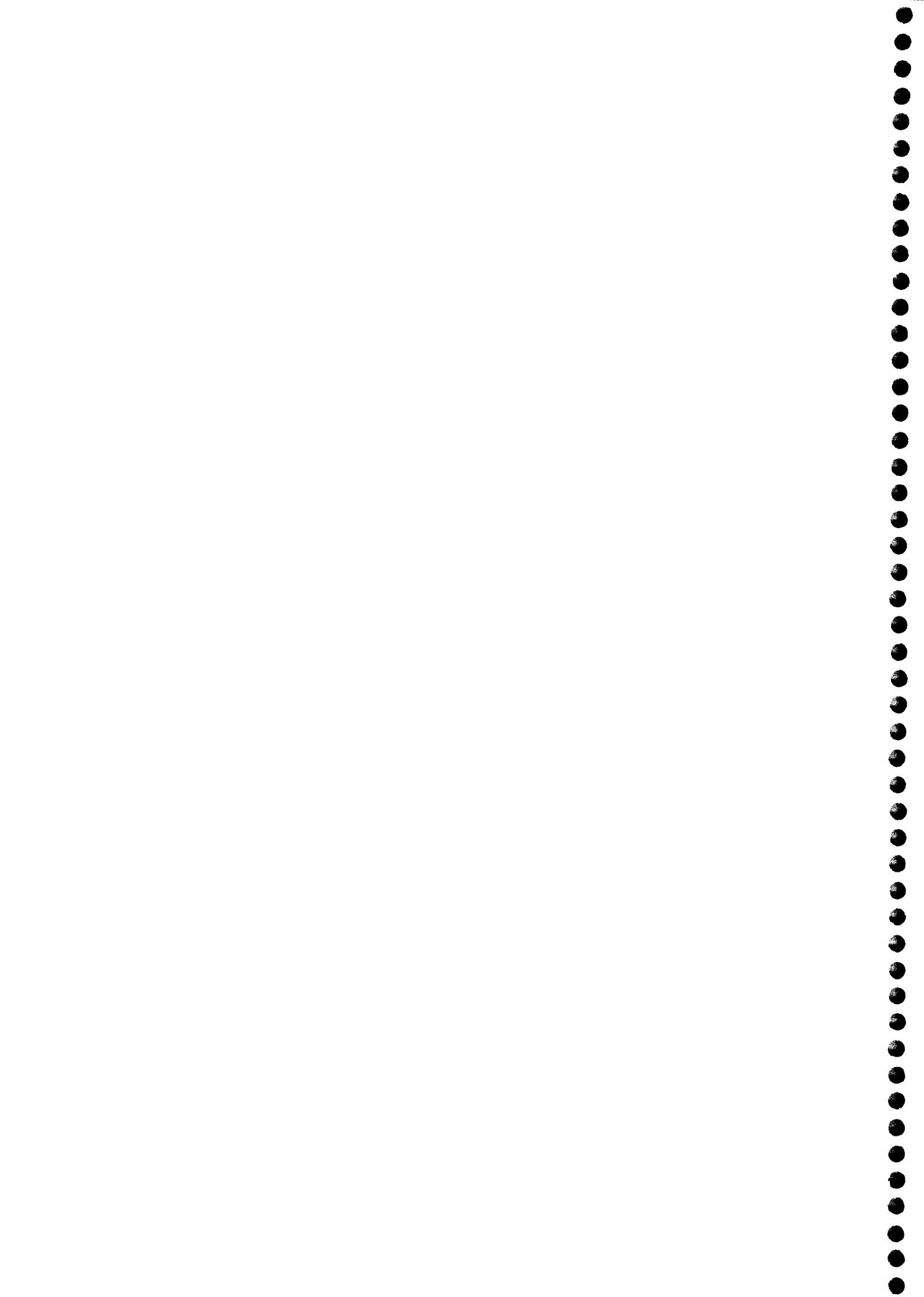


Gráfico 18: Aquisição de Outros Bens ou Serviços.
Fonte: Plenu's, 2015.

Dentre as opções de múltipla escolha, uma parcela significativa não pretendia aplicar os recursos na aquisição de bens não duráveis, ou mesmo na contratação de serviços, representando 55,77% dos casos no T0. Essa expectativa foi, a princípio, confirmada no T1 em 53,72% dos casos, mas reduziu significativamente no T2, para 35,24%. A compra de móveis (mobiliários), que se apresentava como a intenção mais pontuada no T0, se confirmou no T1 como o tipo de investimento mais recorrente, com 24,59% dos casos, e com 38,10% das ocorrências, no T2, relacionadas, basicamente, aos investimentos na aquisição de novos imóveis residenciais. A segunda mais expressiva variação entre as intenções declaradas no T0 e as ocorrências observadas no T2 está no investimento em eletroeletrônicos, representando 8,44% acima da expectativa registrada no T0.



2.4 Logística

As possibilidades de meios para deslocamento encontram-se com mais fácil acesso para o público urbano, a difusão dos valores confirma essa informação.

Transporte Familiar

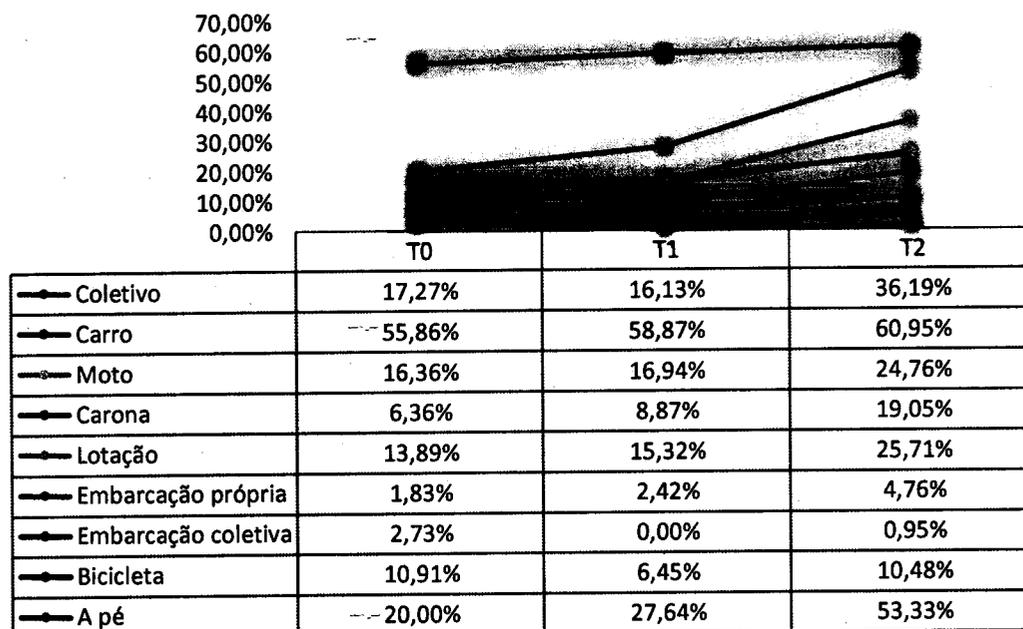
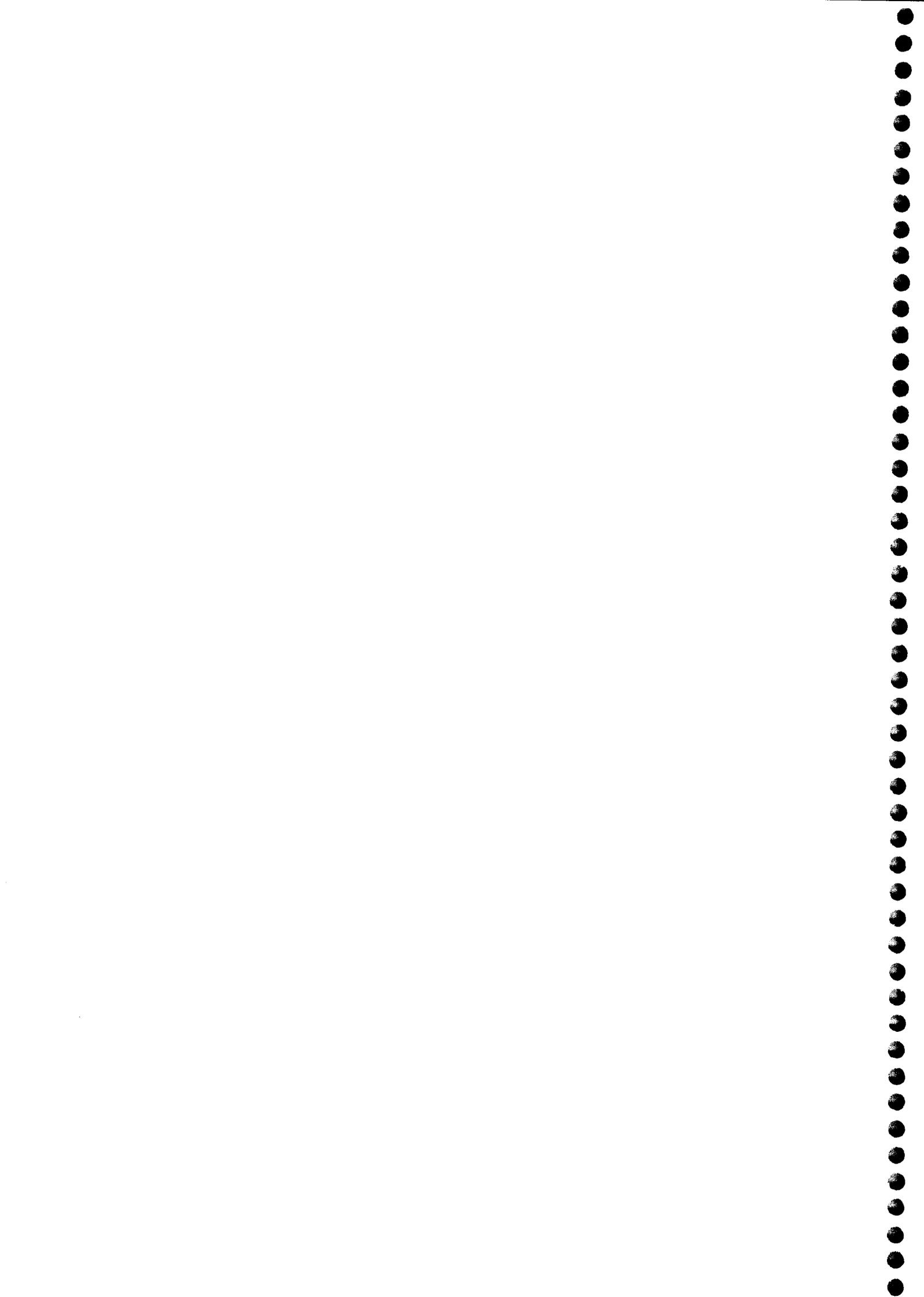


Gráfico 19: Transporte Familiar.
Fonte: Plenu's, 2015.

As ocorrências de transporte urbano motorizado por meio de veículos próprios somavam 77,22% dos casos no T0, passaram a representar 75,81% no T1 e 97,14% no T2. Observa-se expressiva elevação dos principais deslocamentos cotidianos a pé, passando de 20% no T0 para 53,33% no T2, sinalizando a aquisição de novos imóveis em localidades que contam com os serviços básicos saúde, alimentação, educação, etc. Ressalta-se que em cada entrevista foram apontados, em múltipla escolha, os principais meios de transporte utilizados nos deslocamentos mais habituais.



Veículos de Comunicação

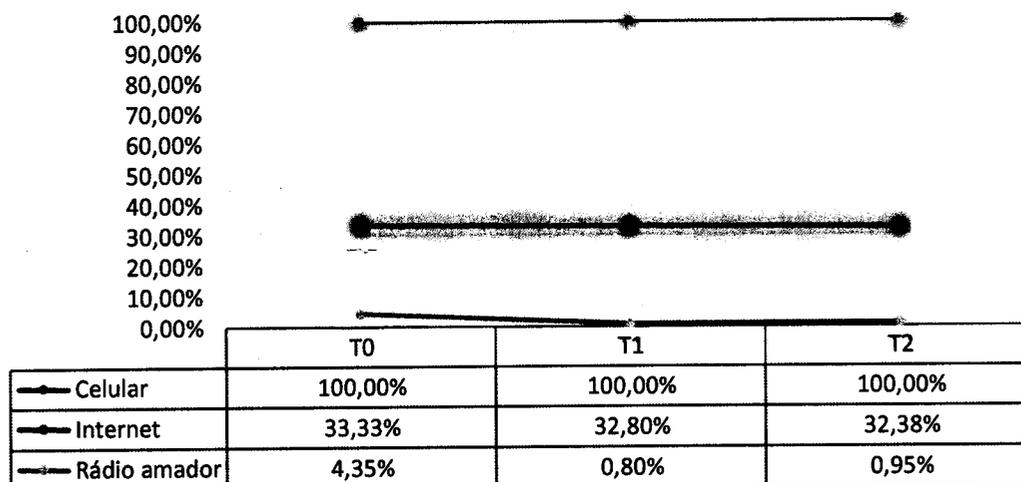


Gráfico 20: Veículos de Comunicação.
Fonte: Plenu's, 2015.

O uso de aparelho de telefone móvel celular permanece como unanimidade entre os monitorados, sendo que, basicamente, apenas um terço deles têm acesso a Internet.

2.5 Educação

Escolaridade

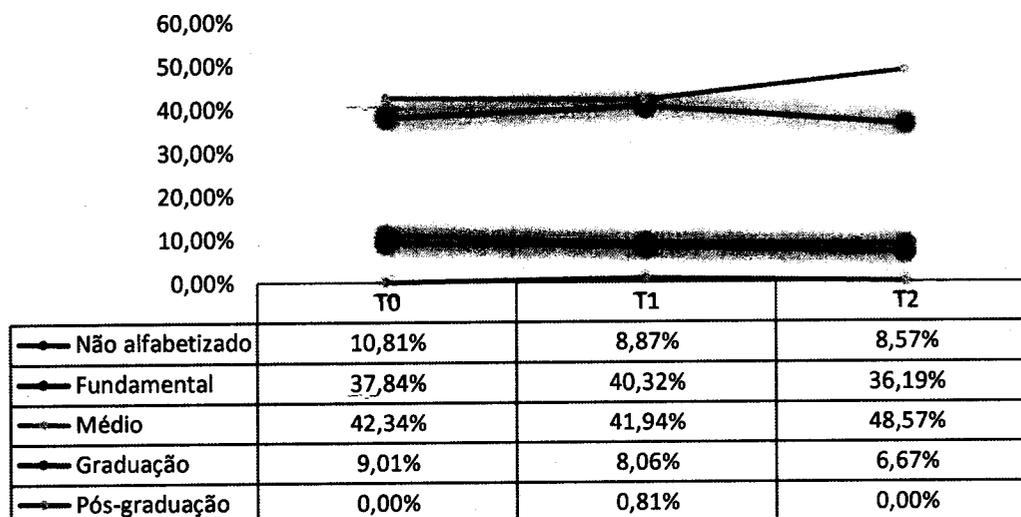
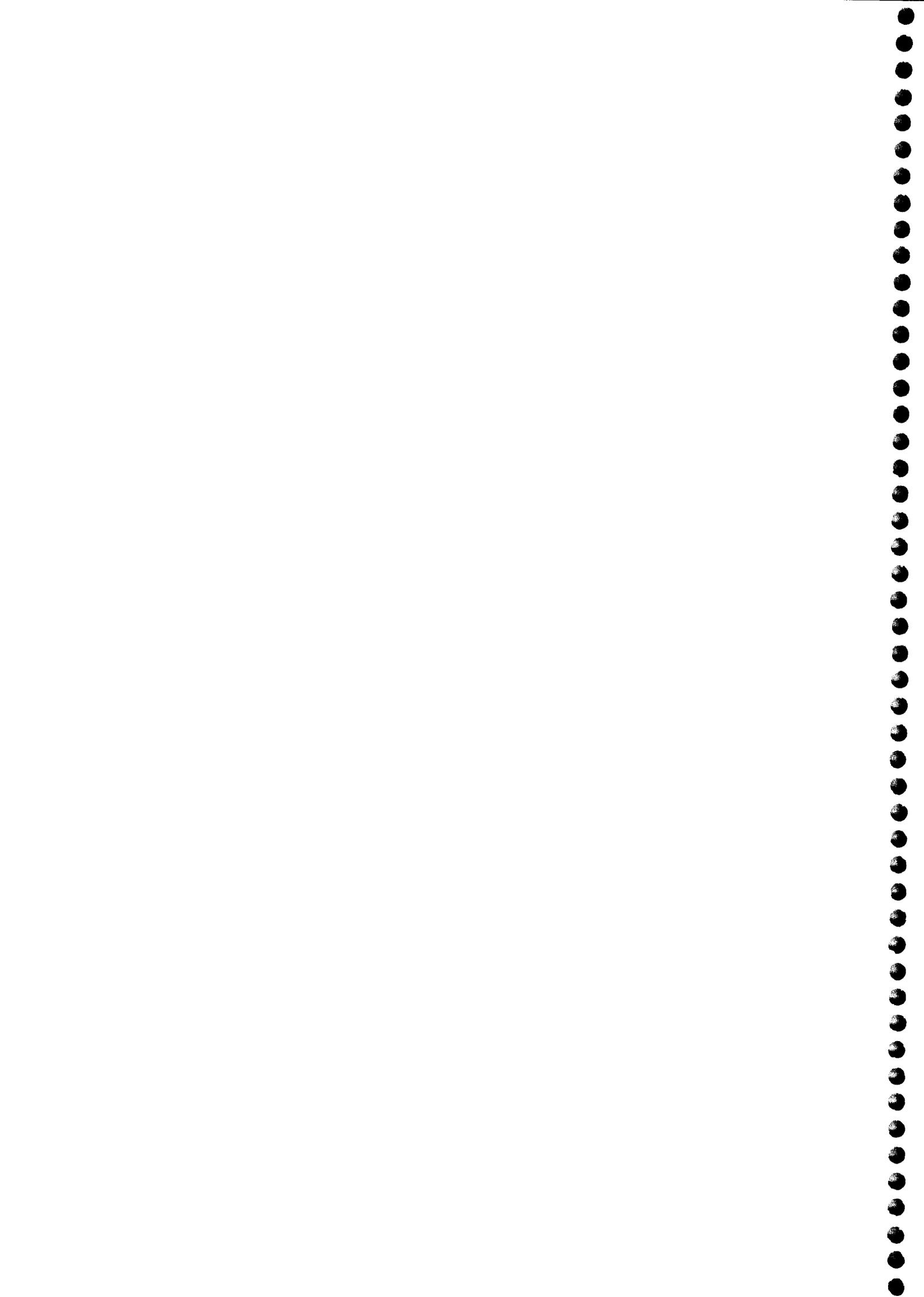


Gráfico 21: Escolaridade.
Fonte: Plenu's, 2015.



A redução das ocorrências de não alfabetizados de 10,81% no T0 para 8,57% no T2 localiza o público alvo abaixo da média nacional que, no último censo realizado, estava em 9,6% (IBGE, 2010). A pesquisa considerou não alfabetizados os cidadãos com 18 anos ou mais que não eram capazes de ler e escrever.

Número de Estudantes

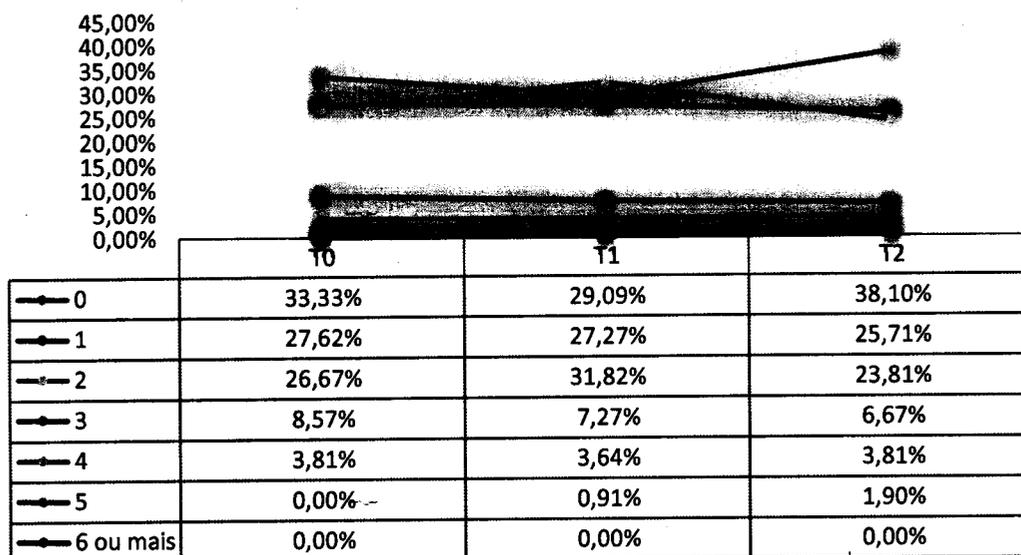
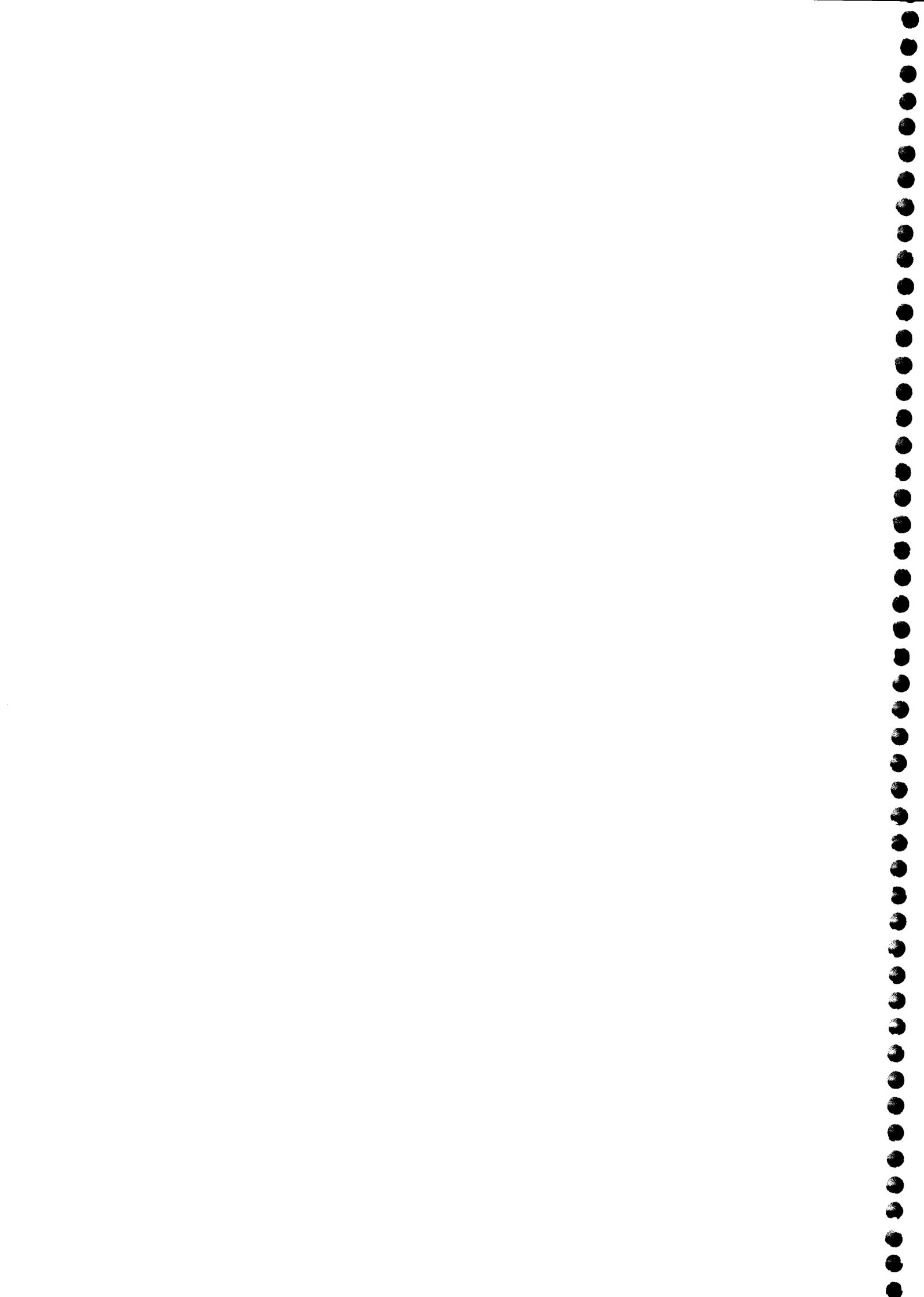


Gráfico 22: Número de Estudantes.
Fonte: Plenu's, 2015.

Diferentemente da questão anterior, nesse ponto, a investigação não se limitou ao responsável pelo grupo familiar, mas incluiu no levantamento o número de estudantes em cada residência. A redução do total de estudantes em 4,77% entre o T0 e o T2 está atrelada, basicamente, à conclusão do ensino médio.



Número de Capacitações em 2 Anos

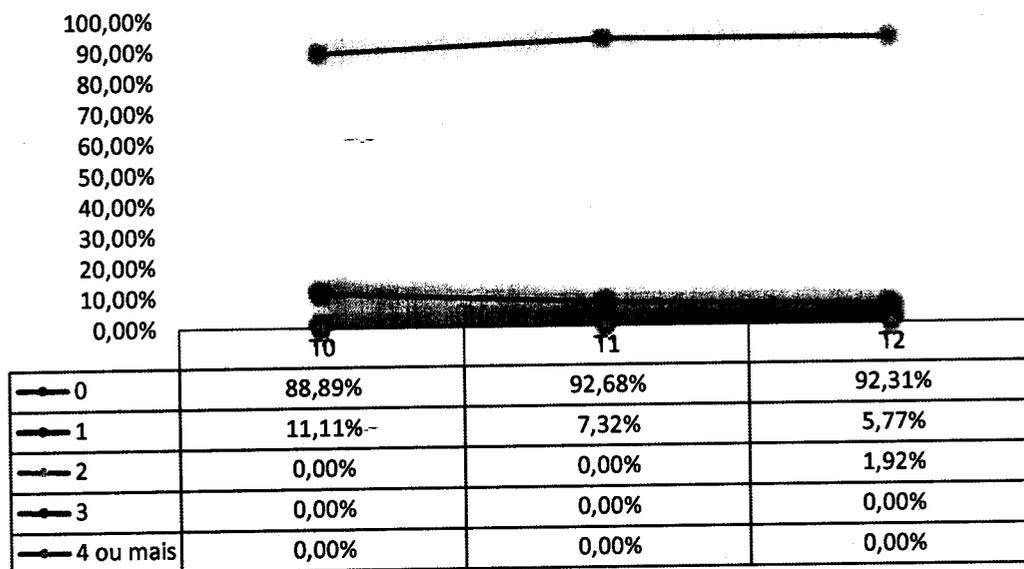
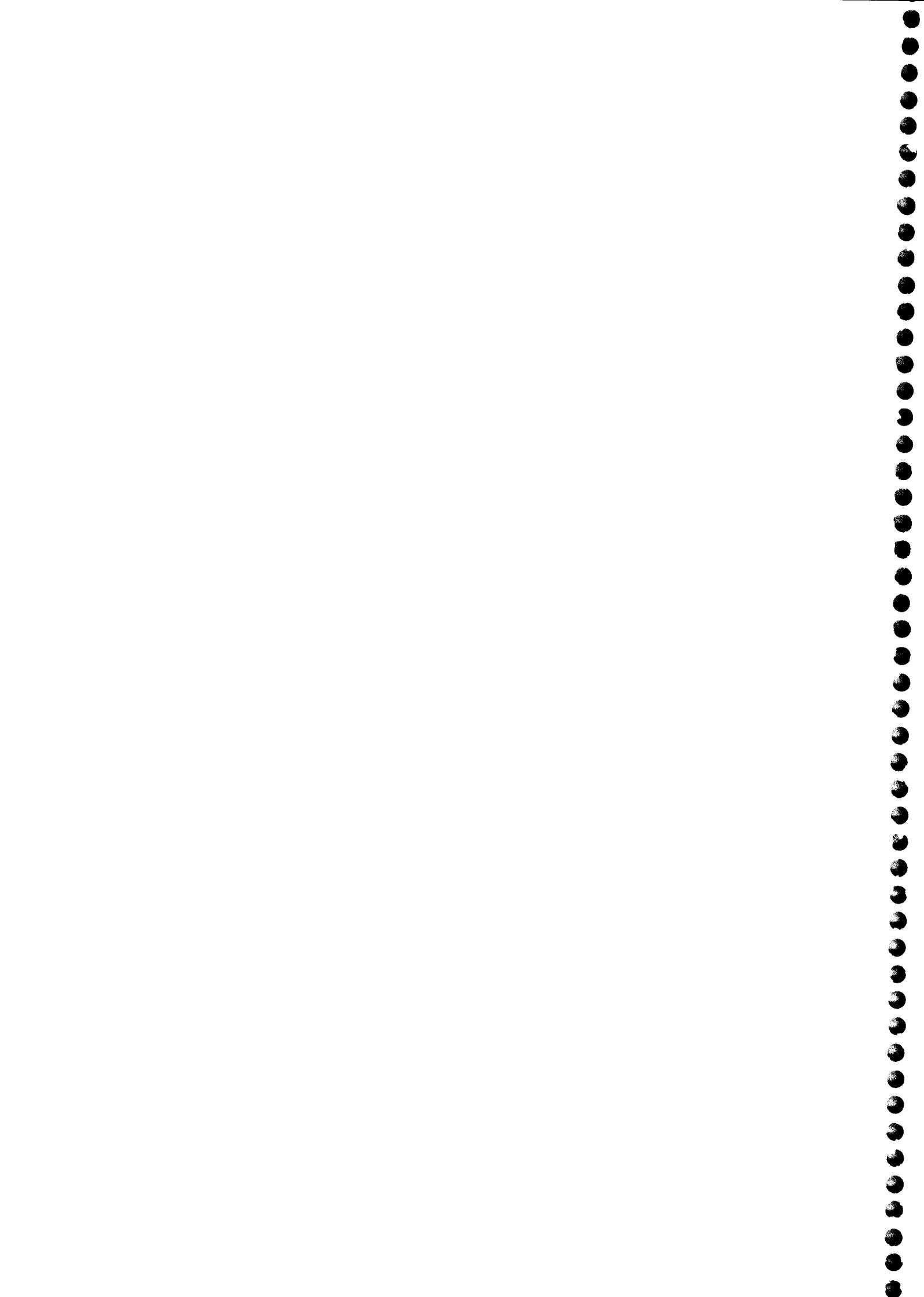


Gráfico 23: Número de Capacitações em 2 Anos.
Fonte: Plenu's, 2015.

O número dos que indicaram que não ter participado de qualquer curso de curta duração nos últimos dois anos ampliou de 88,89% no T0 para 92,81% no T2. Os que indicaram ter participado de pelo menos 1 tipo de capacitação profissional representam 7,69% dos casos no T2.

2.6 Cultura e Lazer

A aproximação dos fatores culturais se deu, de modo objetivo, considerando os aspectos de visita a amigos ou passeios, de vínculos institucionais e de associativismo como possibilidade de mensuração dos elementos de sociabilidade dos grupos familiares.



Visita a Amigos ou Passeios

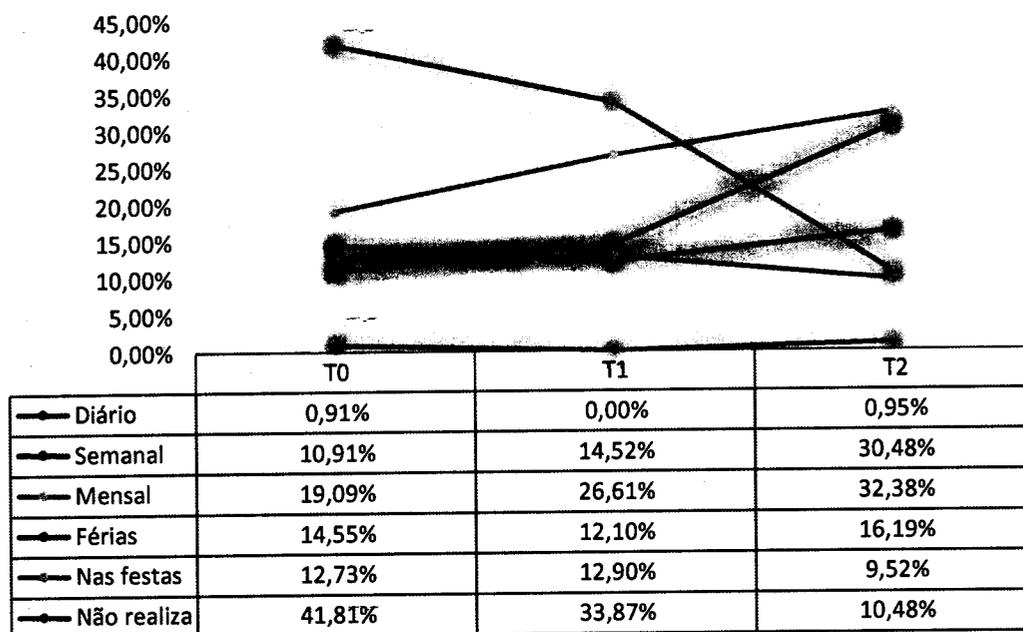
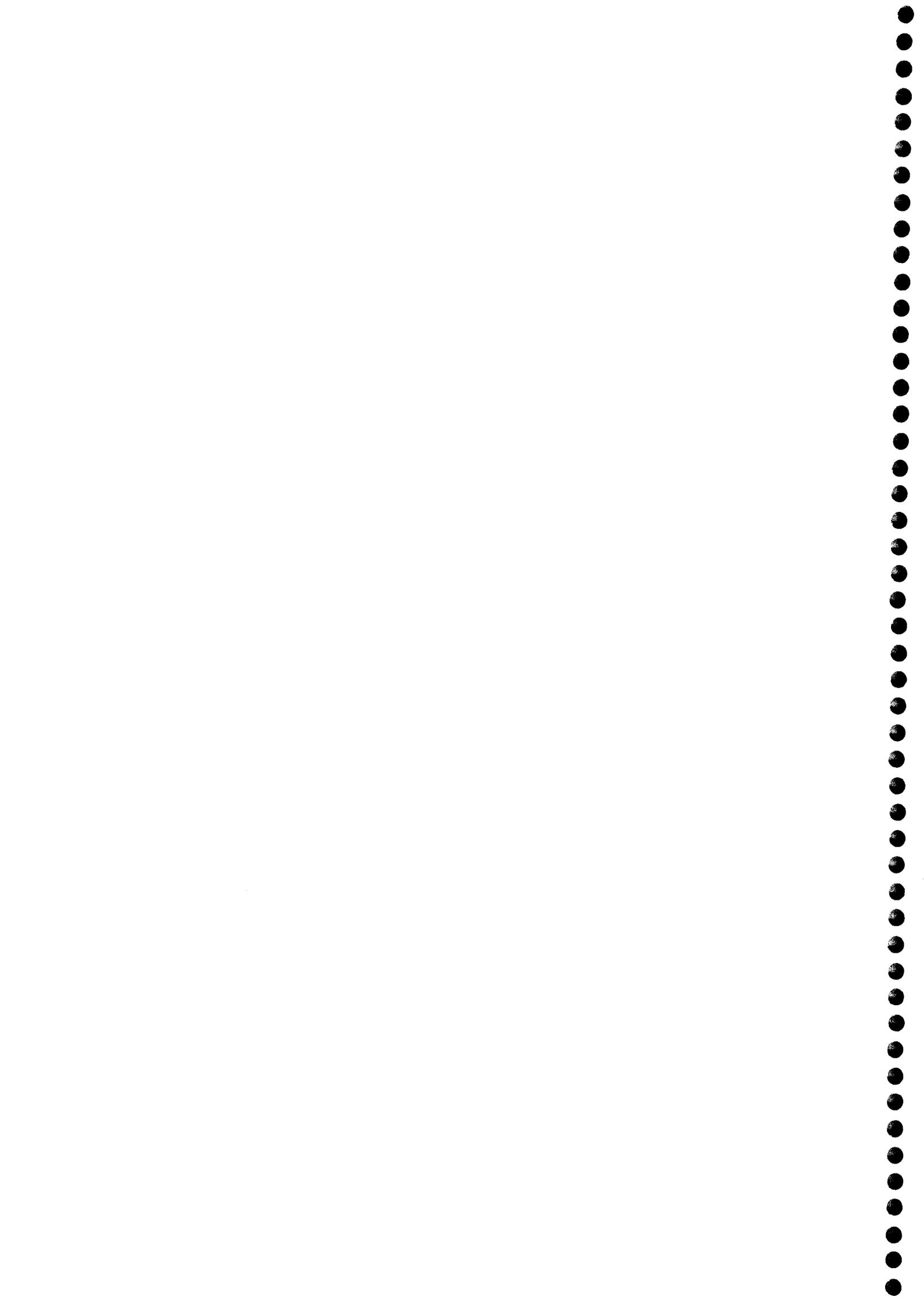


Gráfico 24: Visita a Amigos ou Passeios.
Fonte: Plenu's, 2015.

As ocorrências das declarações de não realização de visitas a amigos ou passeios, em cada tempo de pesquisa, independente da frequência, apresentaram uma redução positiva, de um total de 41,81% dos casos no T0, para 33,87% no T1 e para 10,48% no T2. A frequência mais comum dos deslocamentos motivados por quaisquer atividades de lazer continua sendo a mensal, que ampliou de 19,09% no T0, para 26,61% no T1 e para 32,38% no T2.



Prática de Esportes

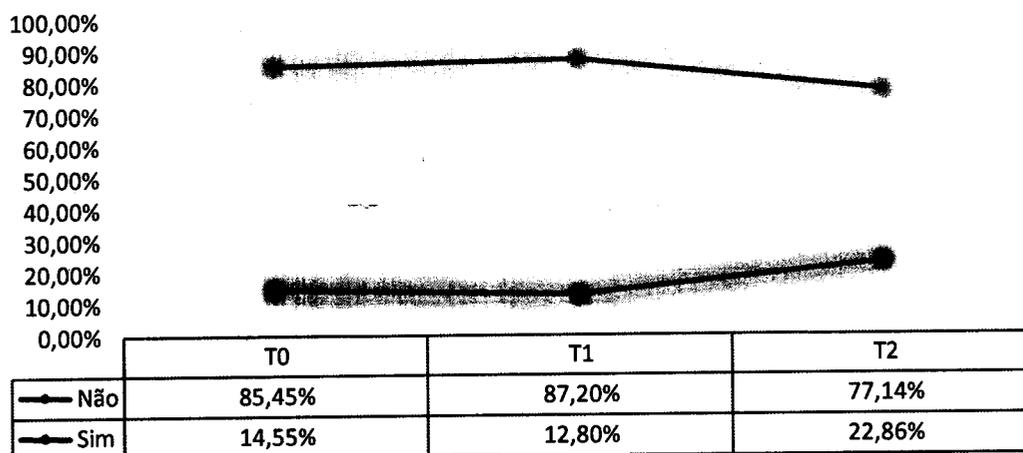


Gráfico 25: Prática de Esportes.
Fonte: Plenu's, 2015.

Atualmente, 22,86% estão envolvidos com qualquer tipo de prática de esportes, a despeito da regularidade, apontando um importante crescimento do número de pessoas envolvidas com atividades esportivas ou lúdicas.

Membros de Associações

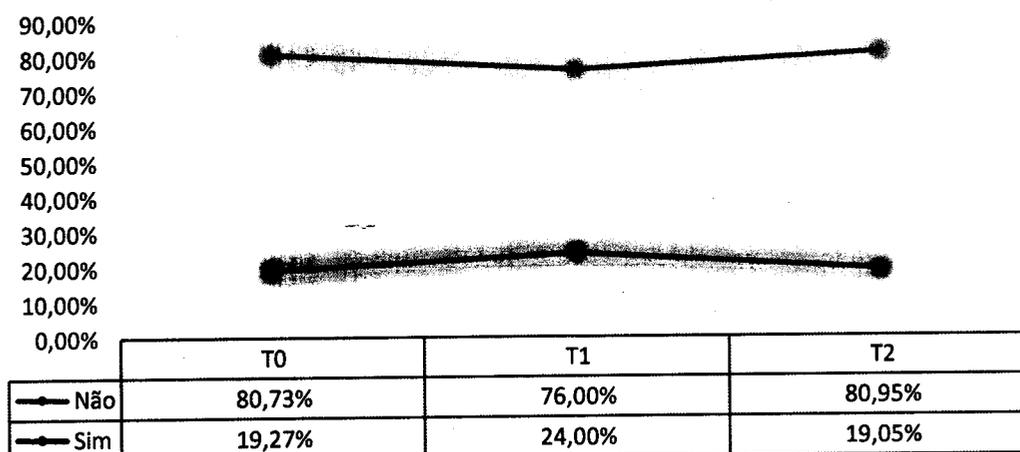
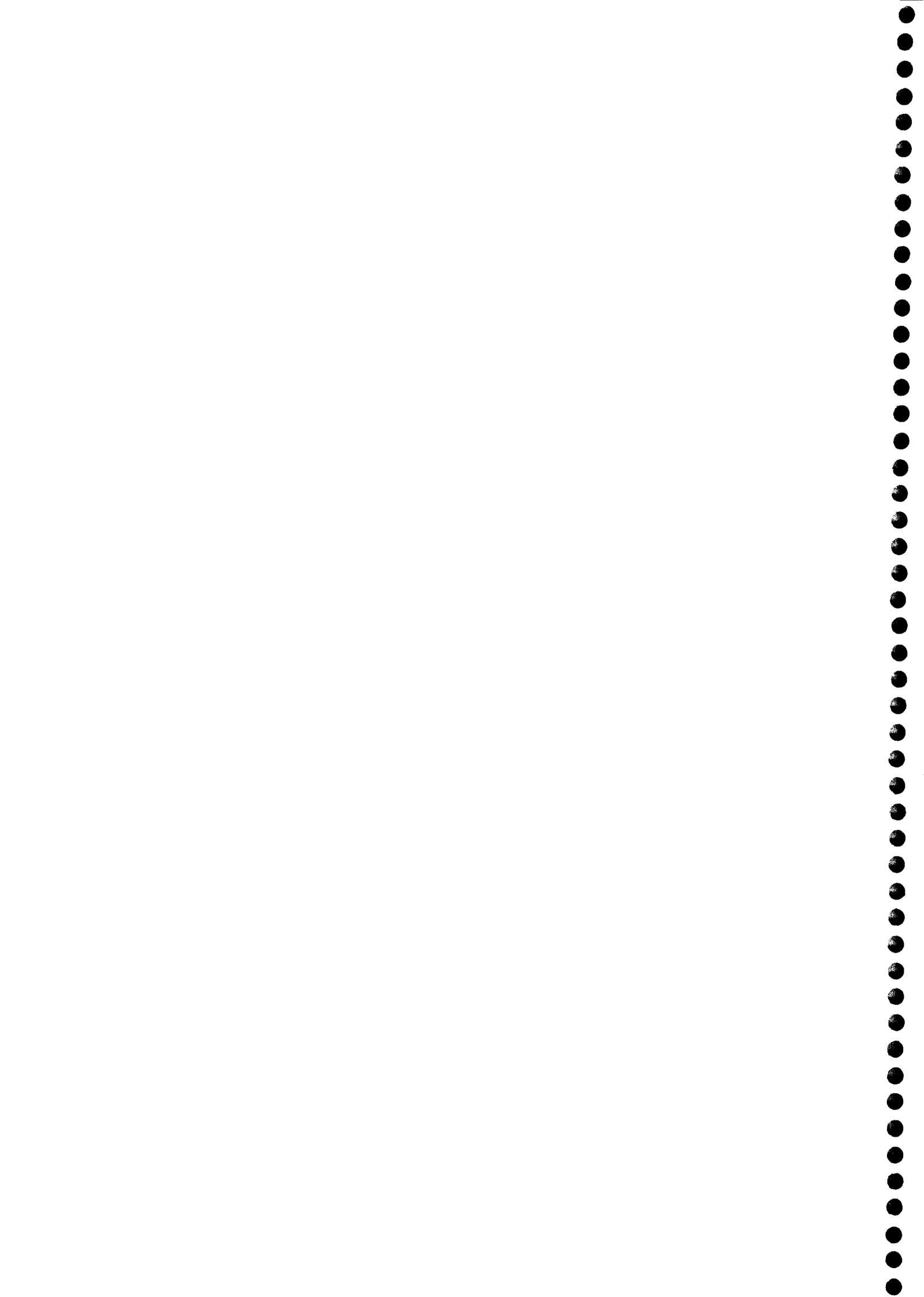


Gráfico 26: Membros de Associações.
Fonte: Plenu's, 2015.

A prática do associativismo, incluindo participação em organizações ou grupos de interesses comuns (econômicos, sociais ou culturais), cooperativas, associações, movimentos ou partidos políticos, havia sido ampliada de 19,27% no T0 para 24,00% no T1, recuou para o patamar inicial, representando 19,05% dos casos no T2.



Apoio Institucional no Período da Cheia

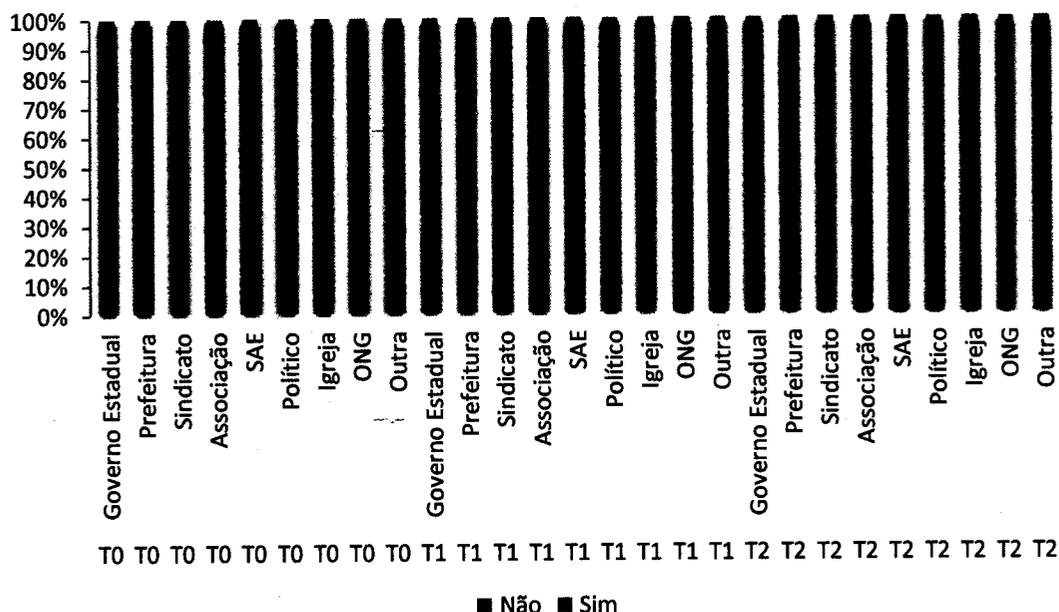
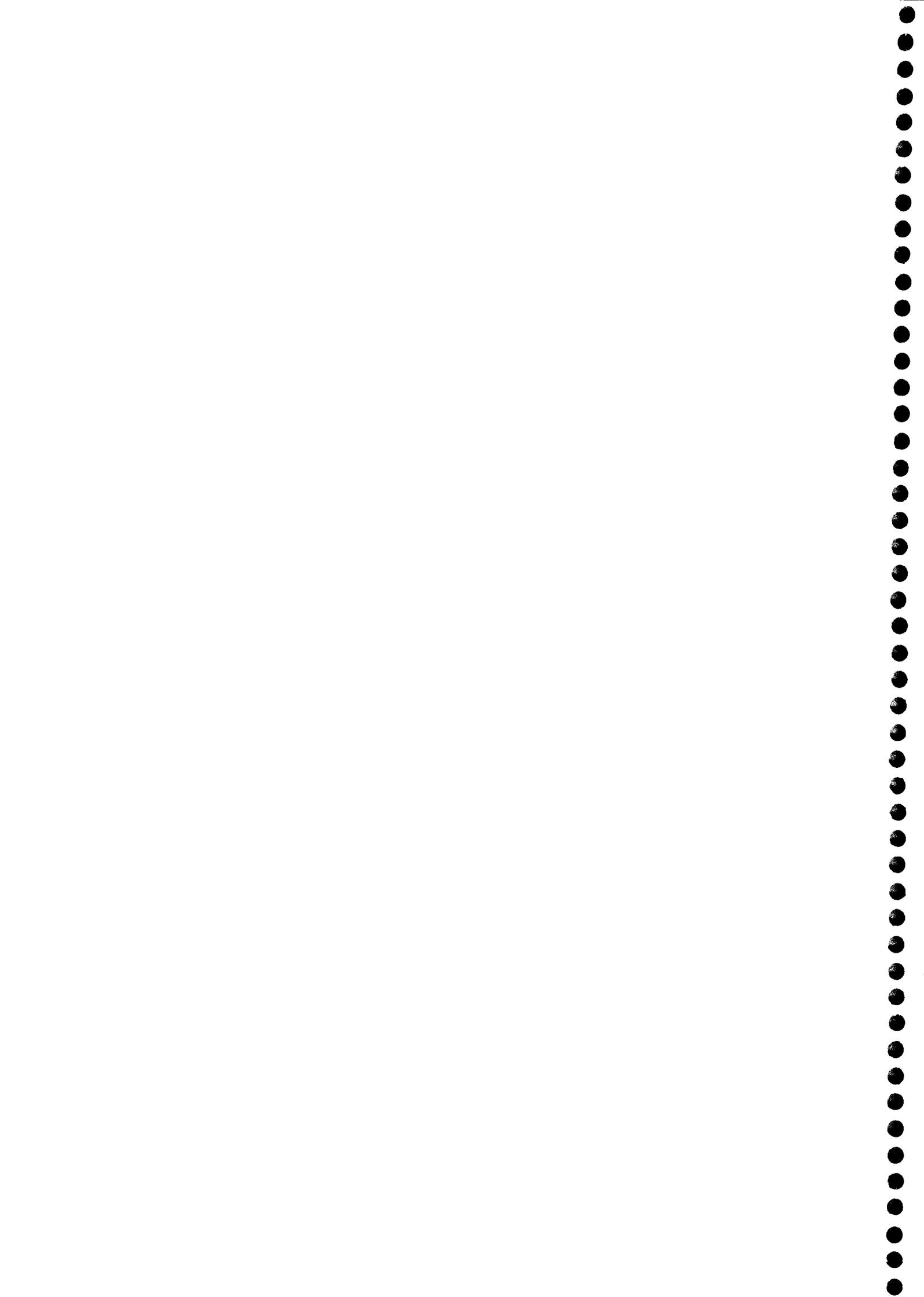


Gráfico 27: Apoio Institucional no Período da Cheia.
Fonte: Plenu's, 2015.

Considerando a especificidade do público D, foram elencadas algumas organizações para identificar, a partir da percepção dos próprios entrevistados, o grau de apoio institucional recebido desde o período da cheia do Rio Madeira até a efetiva reorganização da rotina familiar.

Destacaram-se a SAE e a Prefeitura Municipal de Porto Velho. O campo “outras” se refere basicamente às menções dos monitorados à “Defesa Civil”, neste caso, um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Obras Especiais e Defesa Civil (Sempedec). A ampliação das menções de apoio por parte da SAE se vincula à confirmação do recebimento das indenizações.

2.7 Saúde e Bem Estar



Proximidade dos Serviços Públicos de Saúde

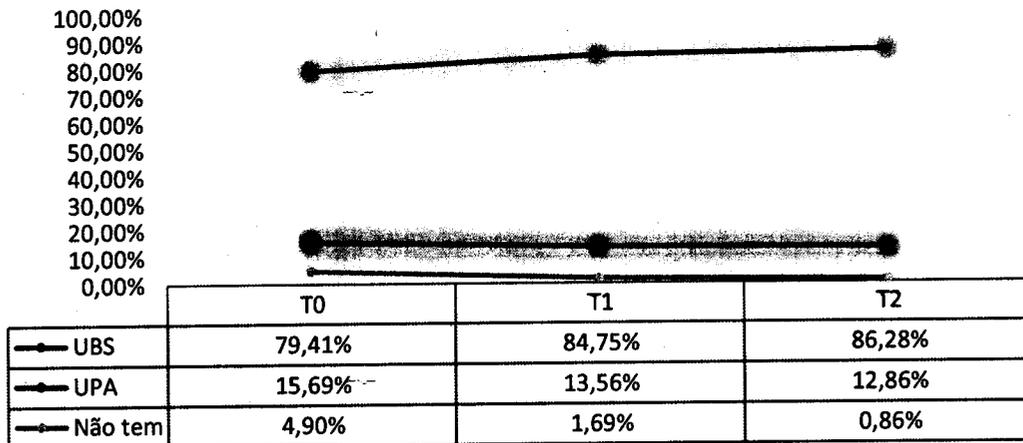


Gráfico 28: Proximidade dos Serviços Públicos de Saúde.
Fonte: Plenu's, 2015.

Analisando a evolução do acesso aos serviços públicos de saúde, particularmente, de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), observa-se melhoria significativa nos índices, sendo que 79,41% dos monitorados tinham acesso aos serviços de uma UBS no T0, passando a ser 84,75% no T1 e 86,285 no T2, que contam hoje com mais facilidade de obtenção de: consultas médicas, inalações, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica.

Pessoas com Doenças Crônicas

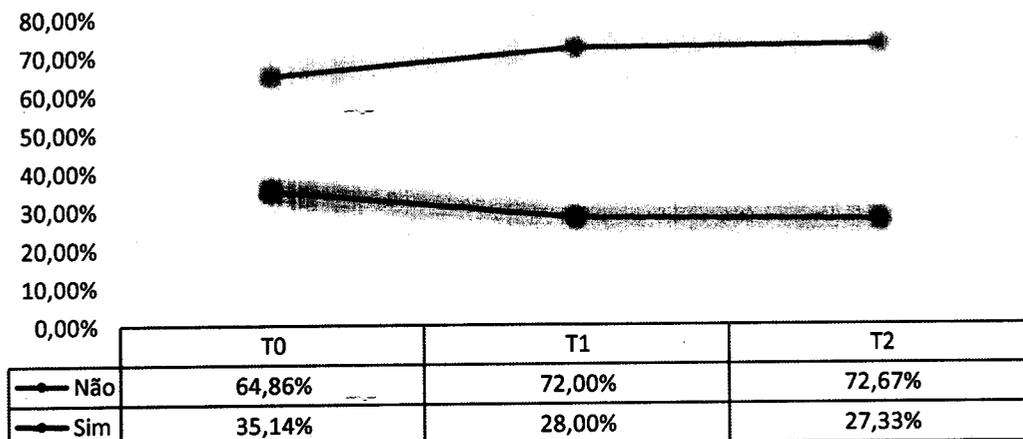
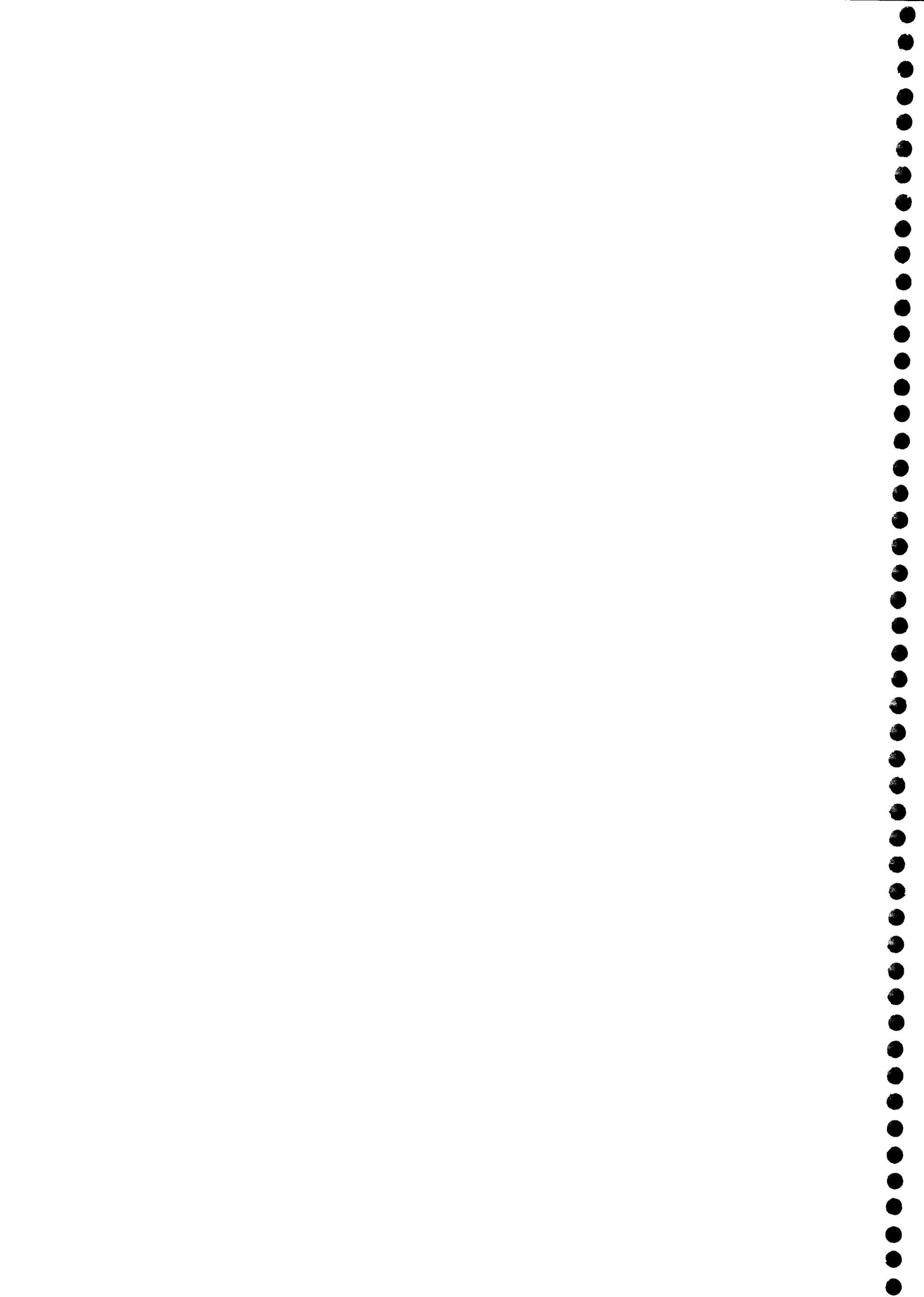


Gráfico 29: Pessoas com Doenças Crônicas.
Fonte: Plenu's, 2015.



Para efeito de pesquisa, considerou-se doença crônica as condições em que um sintoma existe, influenciando direta e continuamente na qualidade de vida dos residentes, ainda que não haja necessidade de tratamento ininterrupto. Entre os tempos de pesquisa, houve redução do quadro de doenças crônicas, de 35,14% no T0, para 28,00% no T1 e para 27,33% no T2, onde há diagnóstico de pelo menos uma ocorrência em cada grupo familiar. As mais comumente observadas são hipertensão e diabetes, nesta ordem.

Número de Banheiros

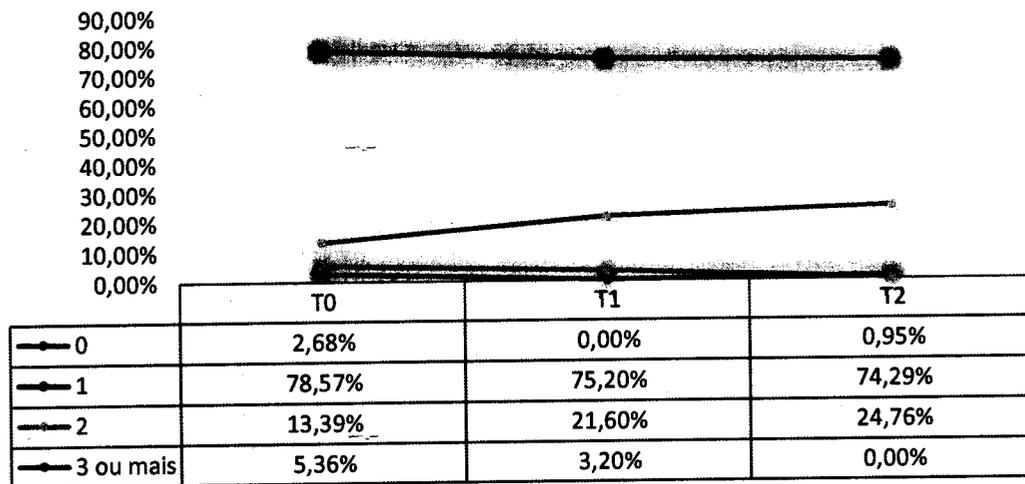
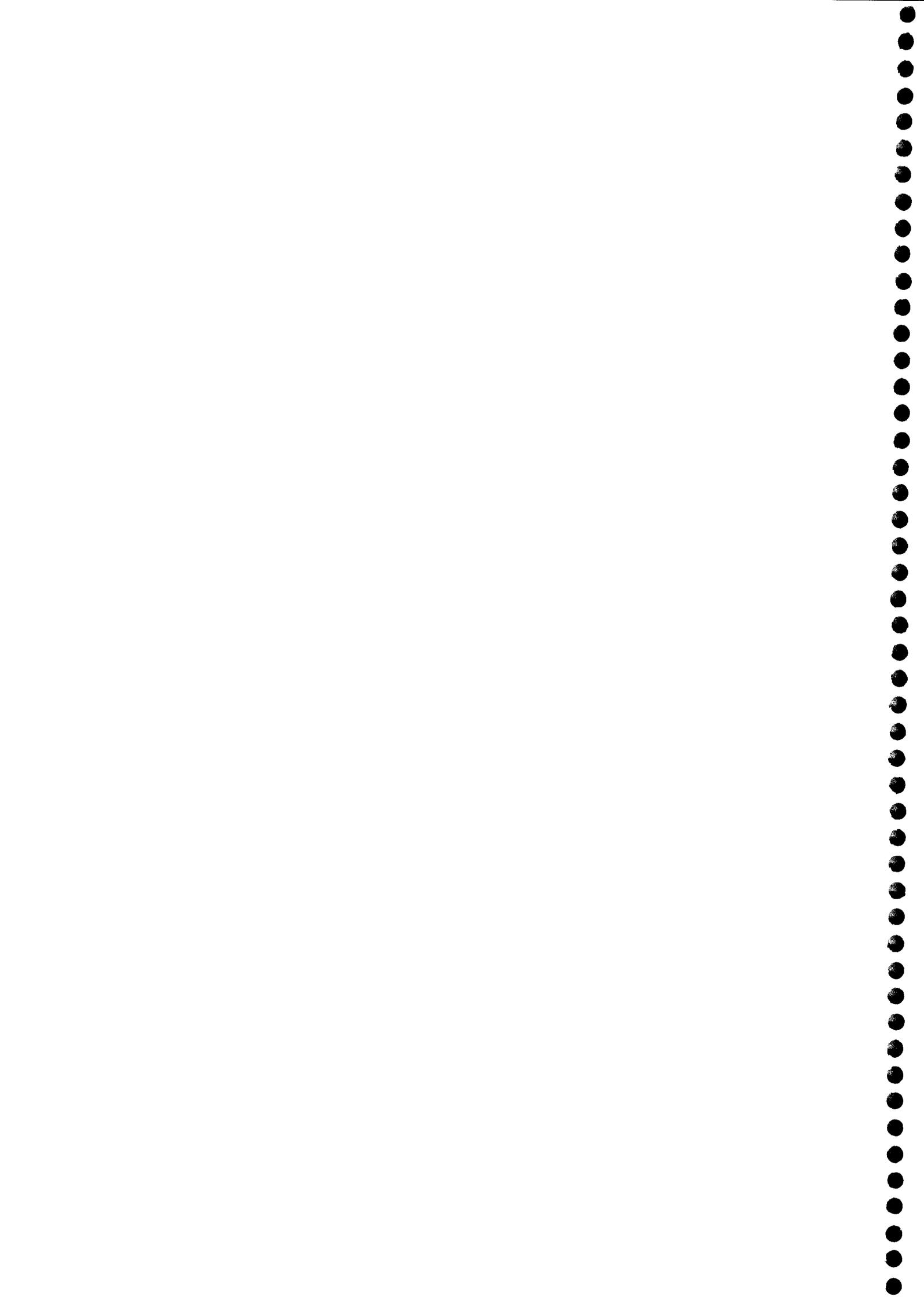


Gráfico 30: Número de Banheiros.
Fonte: Plenu's, 2015.

Seguindo a metodologia de análise dos dados proposta pela ABEP, sendo relevante para apontamento das condições de conforto, saúde e bem estar, colaborando ainda com os indicadores de classes econômicas, verificou-se a existência de instalação sanitária na residência, apontando a ocorrência de pelo menos uma unidade em 91,05% dos casos no T2. Esse dado configura uma significativa melhora na qualidade de vida para os grupos familiares que não contavam com instalação sanitária própria.

Para ter sido considerada como “existente” a instalação sanitária deveria contar com pelo menos um vaso sanitário, independente do fato de estar localizada no interior da residência ou não, e ser de uso exclusivo dos residentes.



2.8 Ambiente

Destinação de Resíduos Sólidos

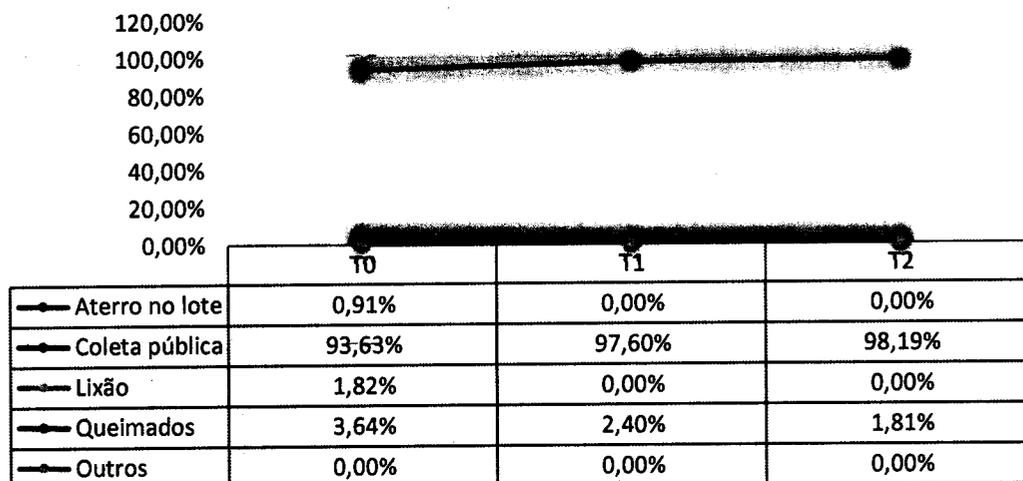


Gráfico 31: Destinação de Resíduos Sólidos.
Fonte: Plenu's, 2015.

Apresenta-se como índice favorável relativo às condições e cuidados com o ambiente a ampliação do número de monitorados que utilizam os serviços de coleta pública para descarte dos resíduos sólidos, de 93,63% no T0 para 97,60% no T1 e para 98,19% no T2. A prática nociva da queima de resíduos também reduziu, mas ainda é observada em 1,81% dos casos.

Condições e Cuidados Ambientais

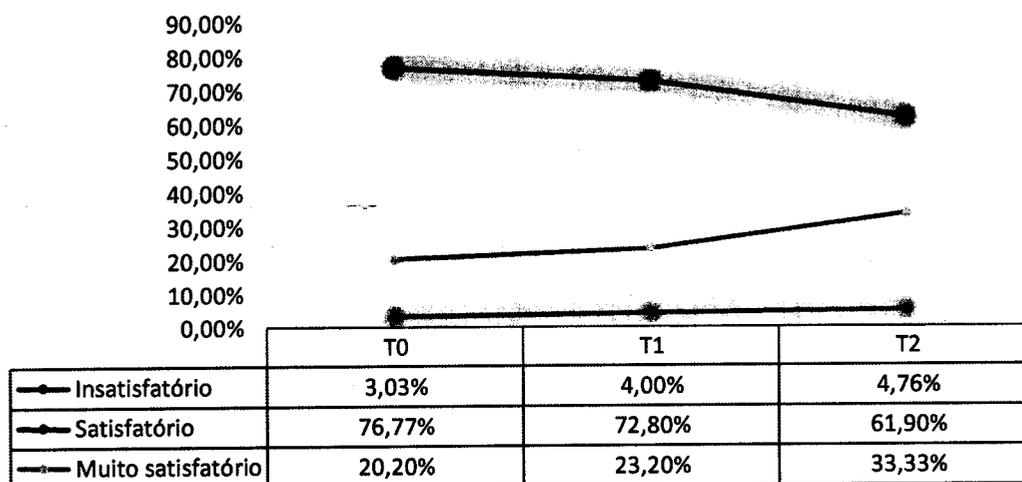
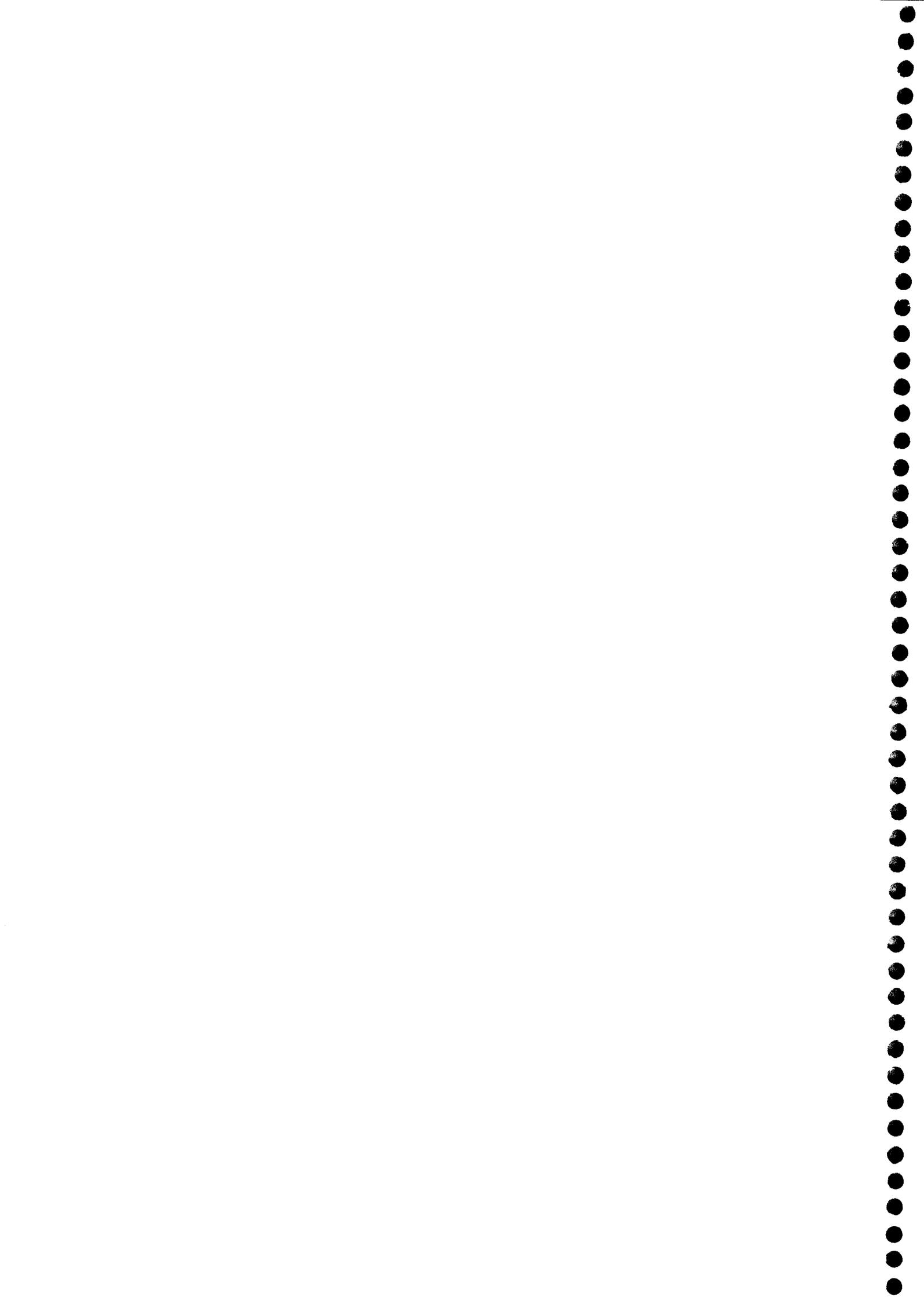
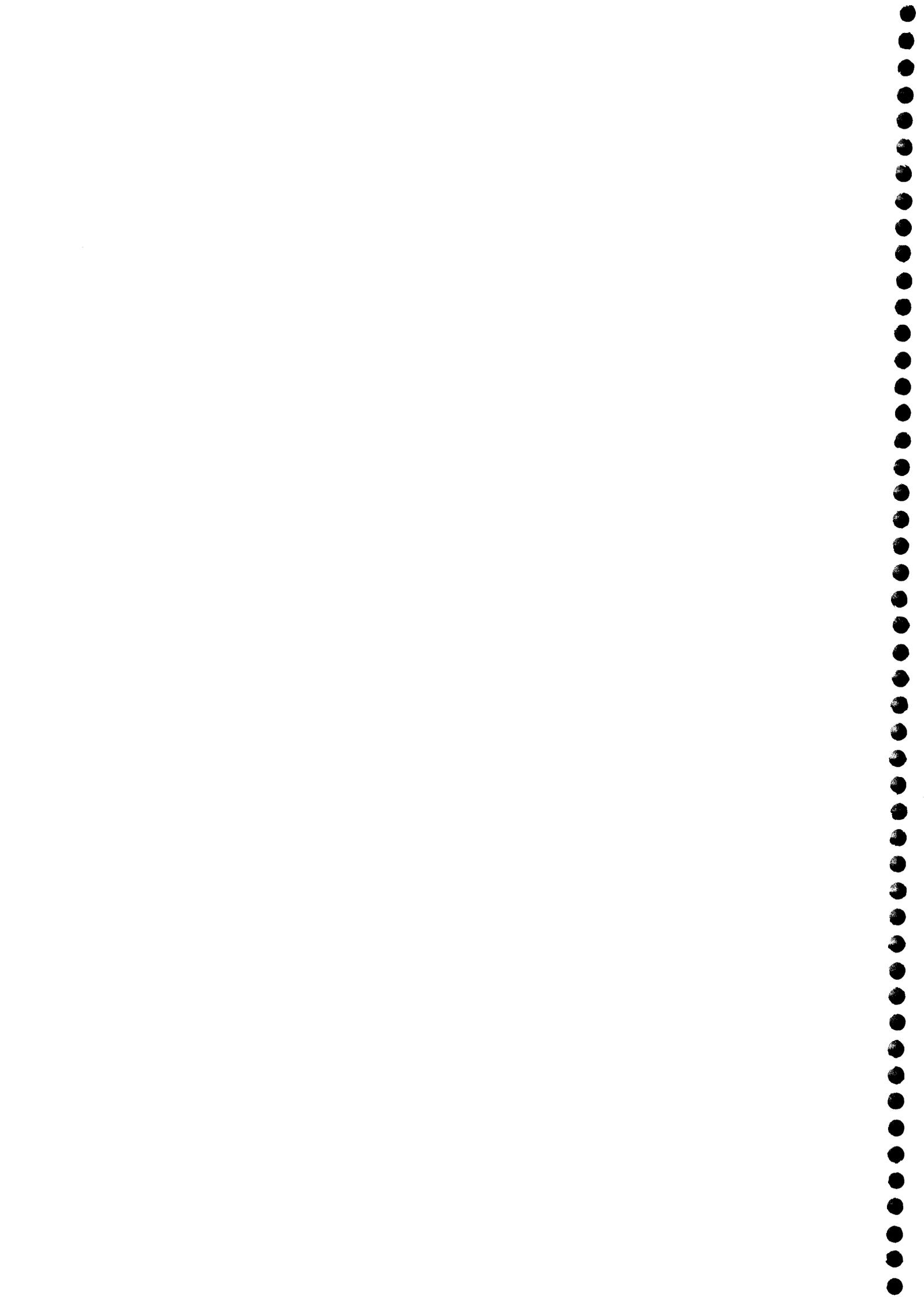


Gráfico 32: Condições e Cuidados Ambientais.
Fonte: Plenu's, 2015.



Na investigação das questões de salubridade, as manifestações dos indenizados a respeito do seu grau de satisfação em relação às condições e cuidados ambientais passam pelo aspecto subjetivo da identificação e afinidade das próprias pessoas com o ambiente e com suas residências, ratificadas pelo olhar crítico dos pesquisadores. O número dos que se expressaram satisfeitos ou muito satisfeitos manteve-se estável, variando entre 96,97% no T0, 96,00% no T1 e 95,24% no T2. Dentro desse grupo, entre os tempos de pesquisa, houve ampliação dos muito satisfeitos de 20,20% T0 para 33,33% no T2.



3 ANÁLISES CRUZADAS

Cruzando alternativas do instrumento de coleta de dados, obtém-se outros elementos que colaboram com a configuração do cenário da pesquisa.

3.1 Caracterização da Atividade por Setor da Economia

Caracterização da Atividade *por Setor*

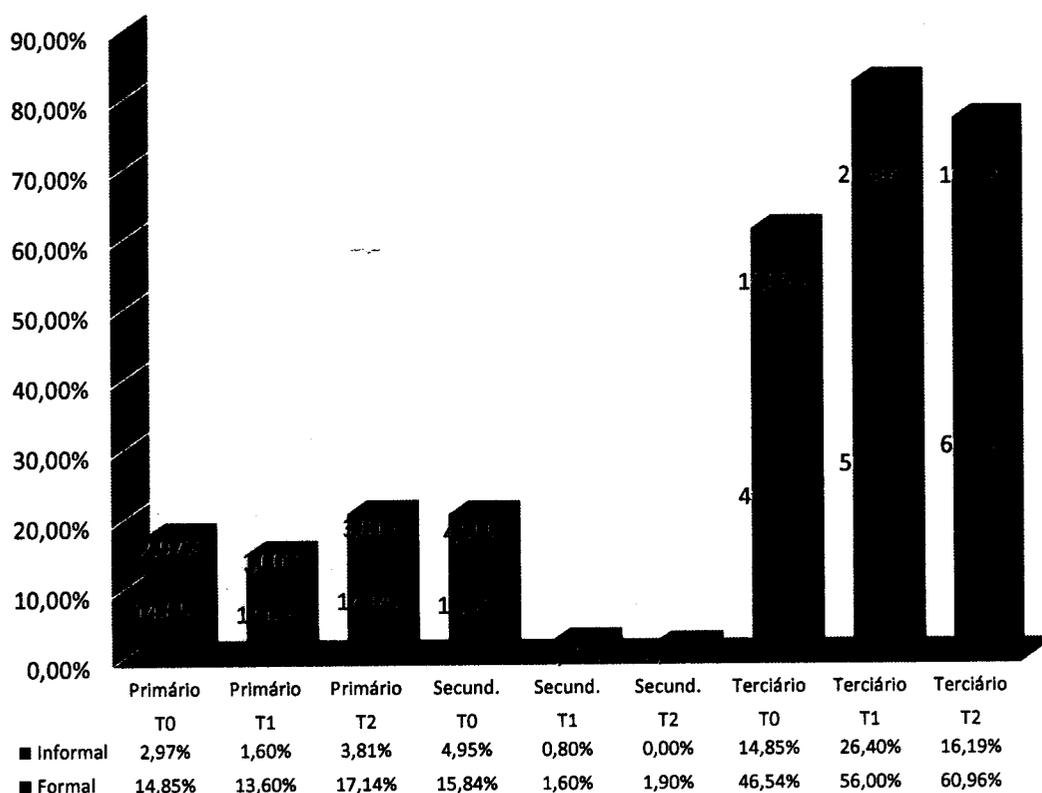
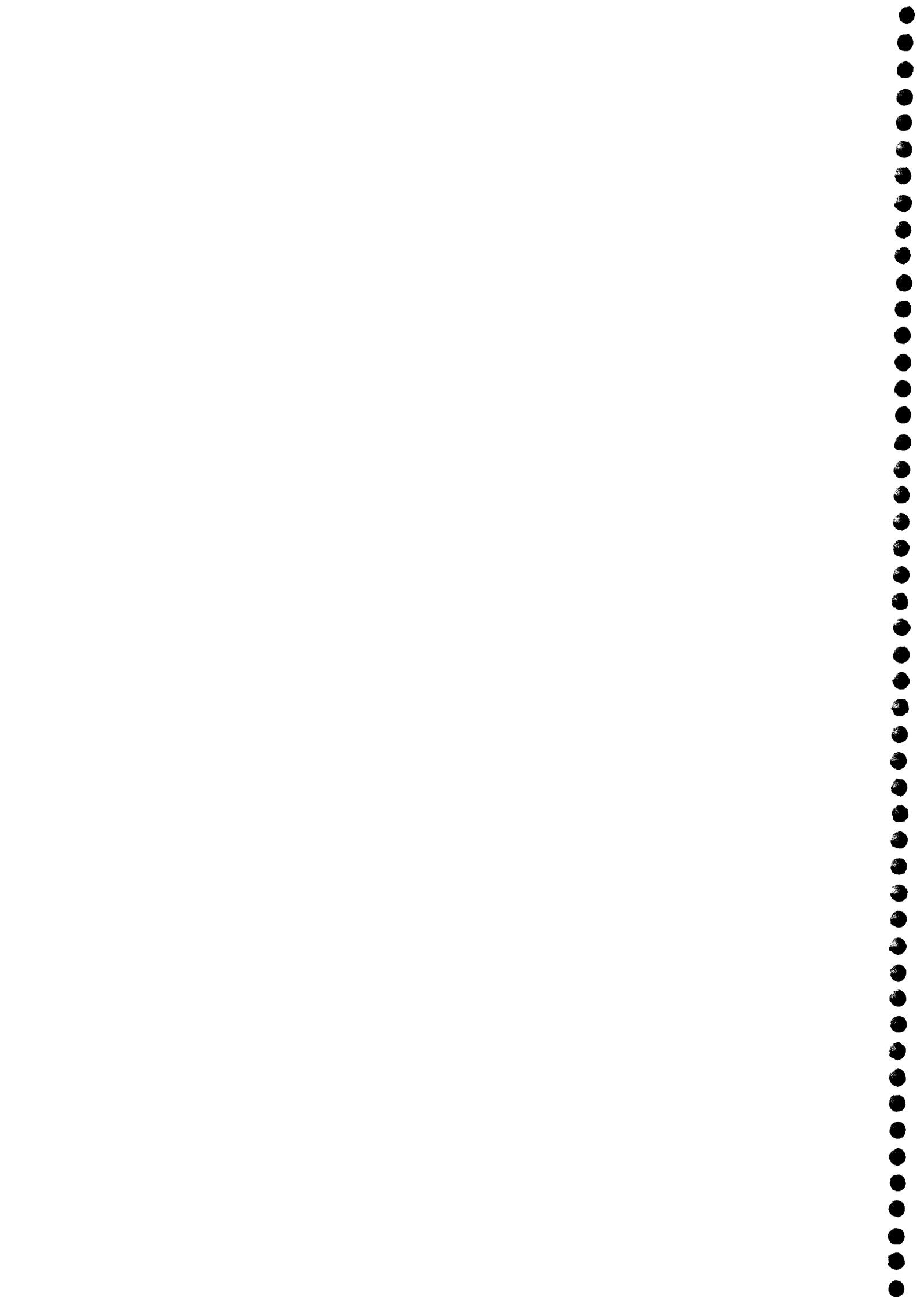


Gráfico 33: Caracterização da Atividade *por Setor*.
Fonte: Plenu's, 2015.

O nível de formalidade das atividades desenvolvidas pelos grupos familiares nos três setores da economia apresentou uma elevação entre T0 e T2, fator vinculado, basicamente, à estruturação das atividades do setor terciário, as quais contribuem atualmente com 60,96% na composição destes indicadores. Reitera-se que a concepção de trabalho informal retrata as atividades econômicas que estejam desprovidas de qualquer instrumento legal



que registre os produtos ou serviços, licença para funcionamento, ou mesmo inspeção dos órgãos competentes. O trabalho informal, além de expor seus agentes a riscos de diversas naturezas, limita as possibilidades de acesso a mercados consumidores, particularmente, pelo não fornecimento de notas fiscais.

Atividade Principal por Caracterização da Atividade

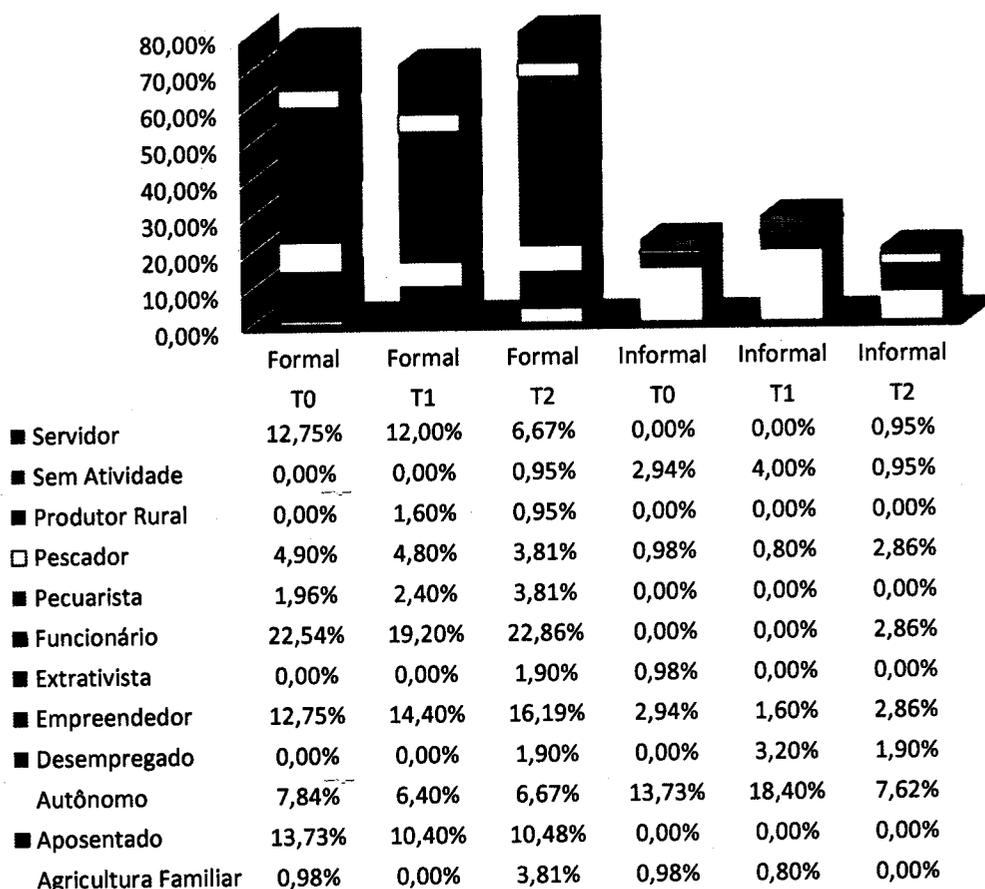
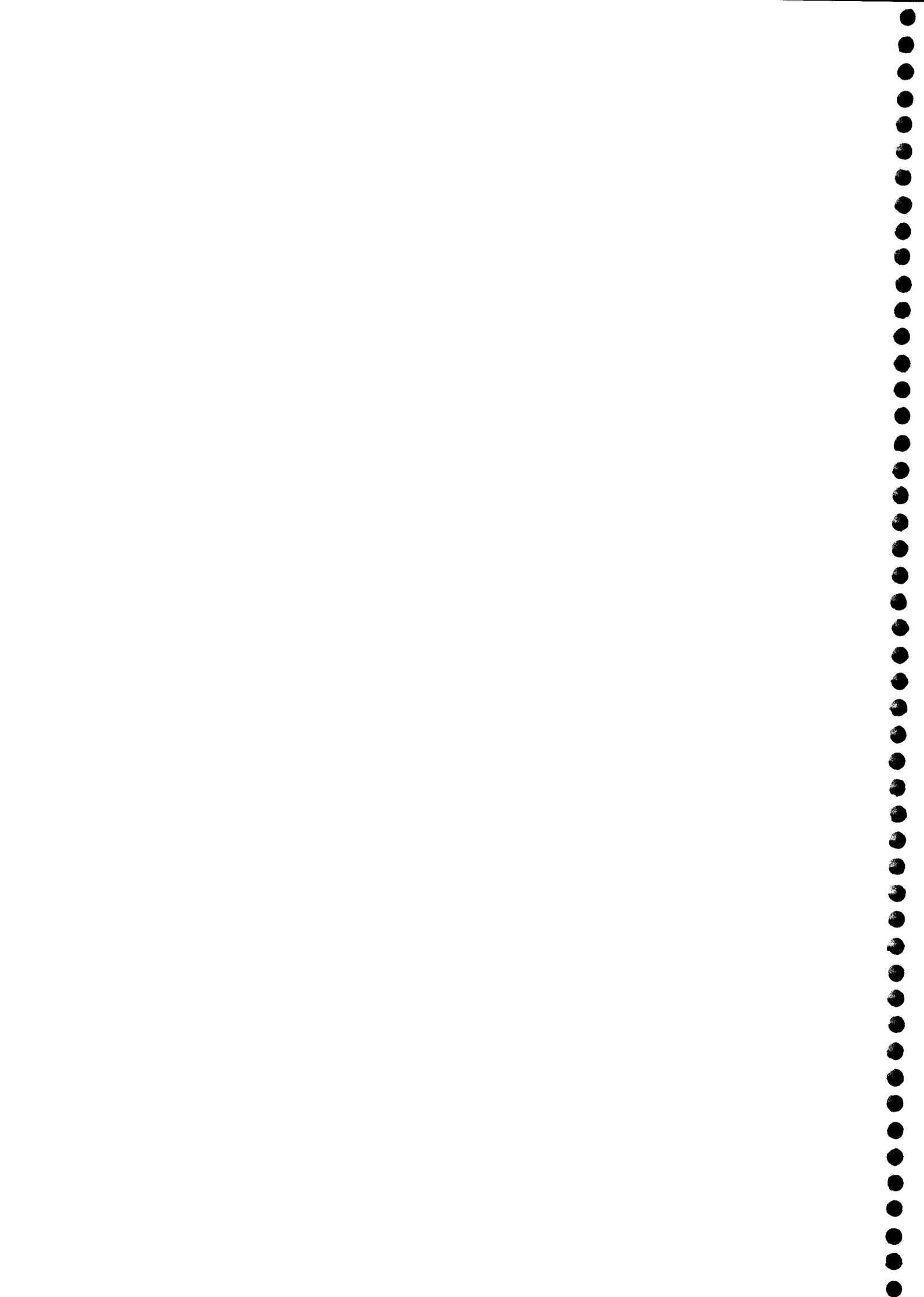


Gráfico 34: Atividade Principal por Caracterização da Atividade.
Fonte: Plenu's, 2015.

Dentre as atividades formalmente exercidas, o trabalho de funcionários de empresas do setor privado permanece como mais pontuado, agora com 22,86% dos casos. Observa-se melhoria nos índices de formalização das atividades empreendedoras, relacionadas às microempresas dos três setores da economia. Ressalta-se que redução da representatividade dos aposentados nesse contexto socioeconômico refere-se, basicamente, às mudanças



vivenciadas pelo público alvo no intervalo de pesquisa, identificando, neste caso, que a atividade deixou de ser a principal fonte de renda para 3,28% dos grupos familiares, configurando melhor condição financeira para essas famílias. Foram considerados desempregados formais aqueles que no momento da pesquisa estavam inseridos no programa de Seguro Desemprego, do Governo Federal.

3.2 Análise de Renda por Atividade

Retoma-se aqui os dados inerentes às Atividades Principais facilitando a análise da conjuntura socioeconômica, verificando-se os valores mensais médios apurados por cada segmento, comparando, assim, renda e representatividade, dentro da amostra da pesquisa.

Classe Econômica por Atividade Principal

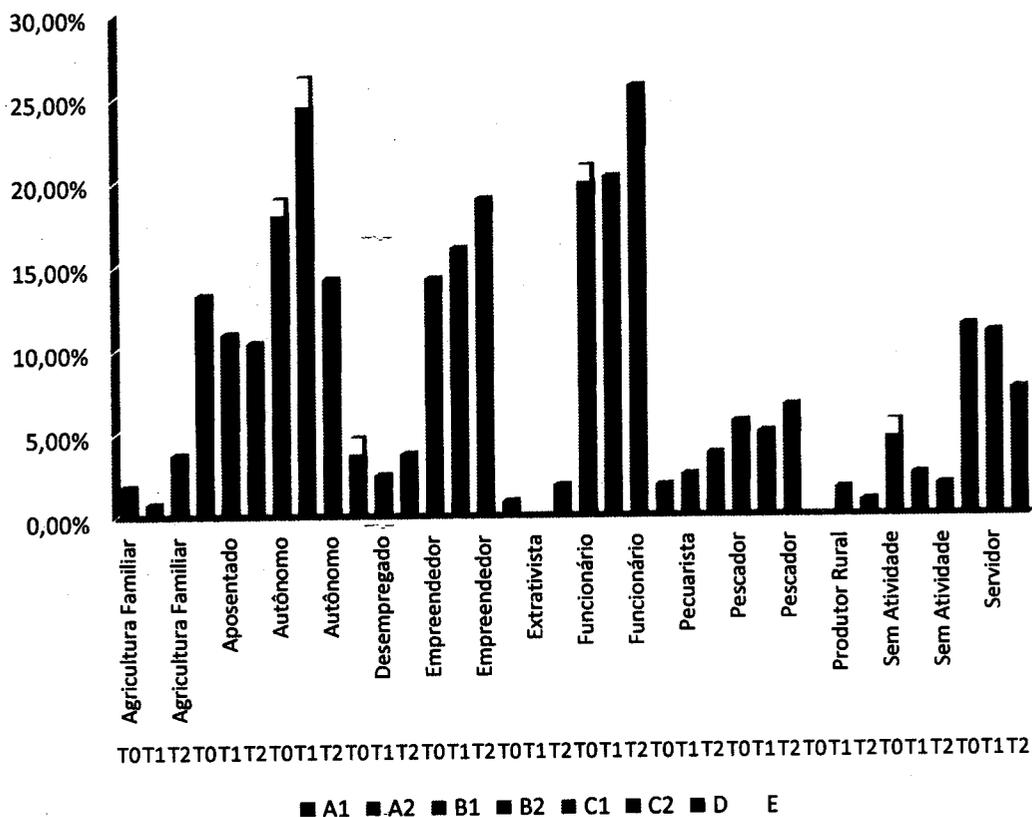
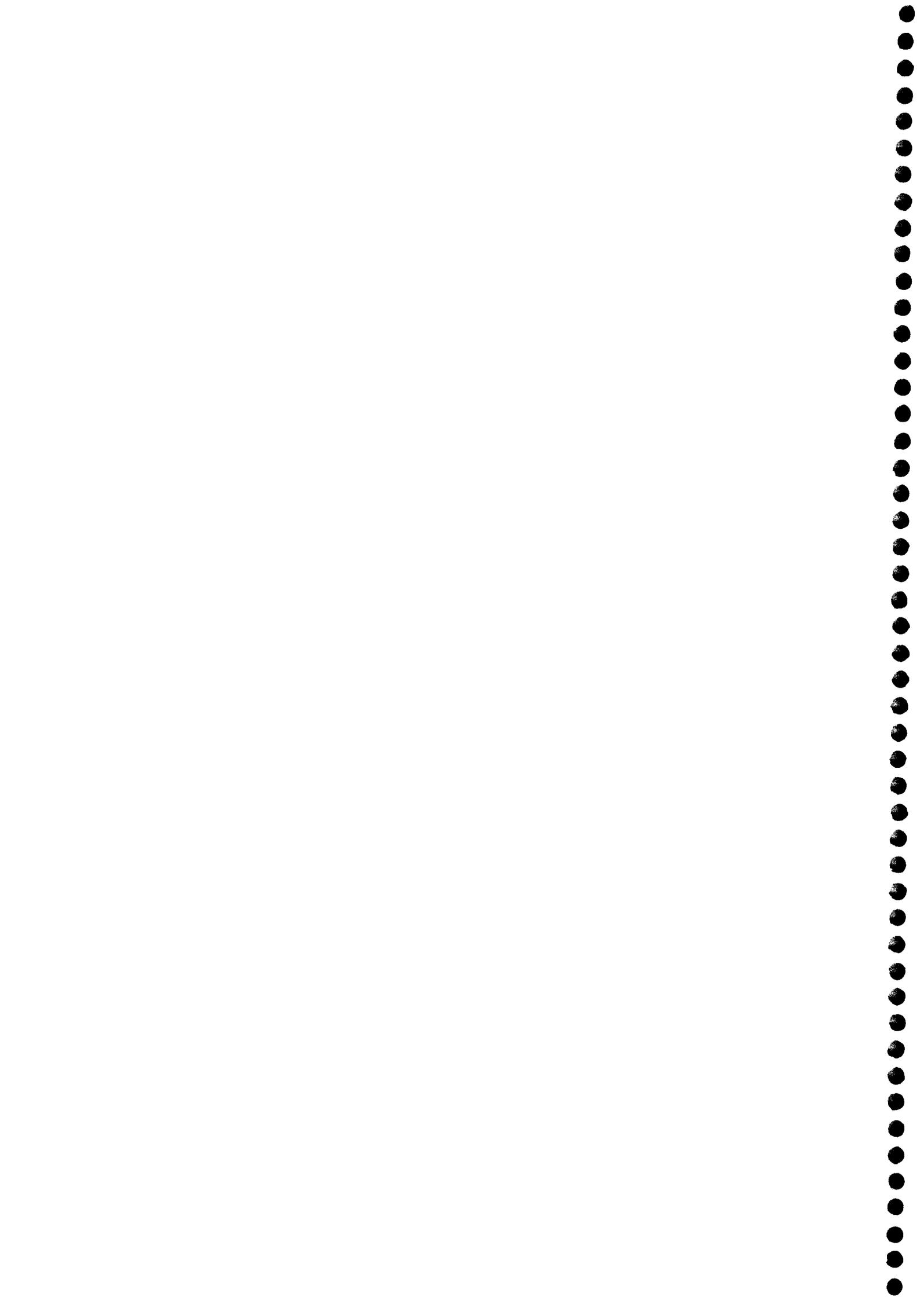


Gráfico 35: Atividade Principal por Classes Econômicas.
Fonte: Plenu's, 2015.



Equacionando a soma de todas as rendas declaradas (R\$ 289.942,00) e o número de trabalhadores do público D que compõem essa montante (150 pessoas), tem-se, no T2, a renda média por participantes na renda no valor de R\$ 1.932,95, que representa uma elevação de 11,18% em relação à média observada no T1 (R\$ 1.738,61).

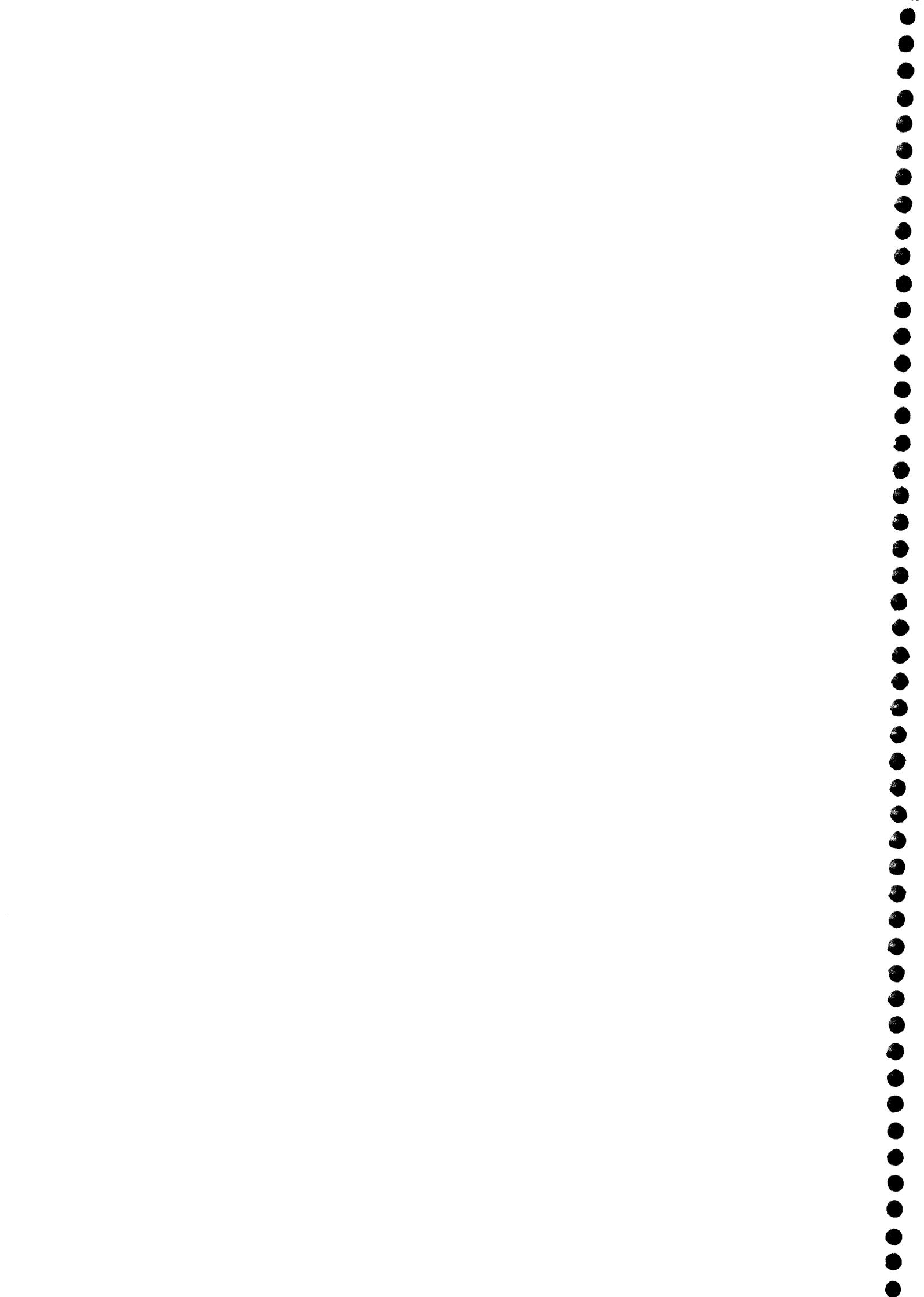
Considerando o total de residentes da amostra de pesquisa (337 pessoas), tem-se a renda per capita no T2 de R\$860,36, valor 11,98% superior à observada no T1 (R\$ 768,33).

A representação dos funcionários aumentou significativamente no quadro geral, no entanto, e se reposicionou internamente, com segundas e substanciais elevações das classes econômicas, especialmente, nas faixas mais altas, A2, B1 e B2.

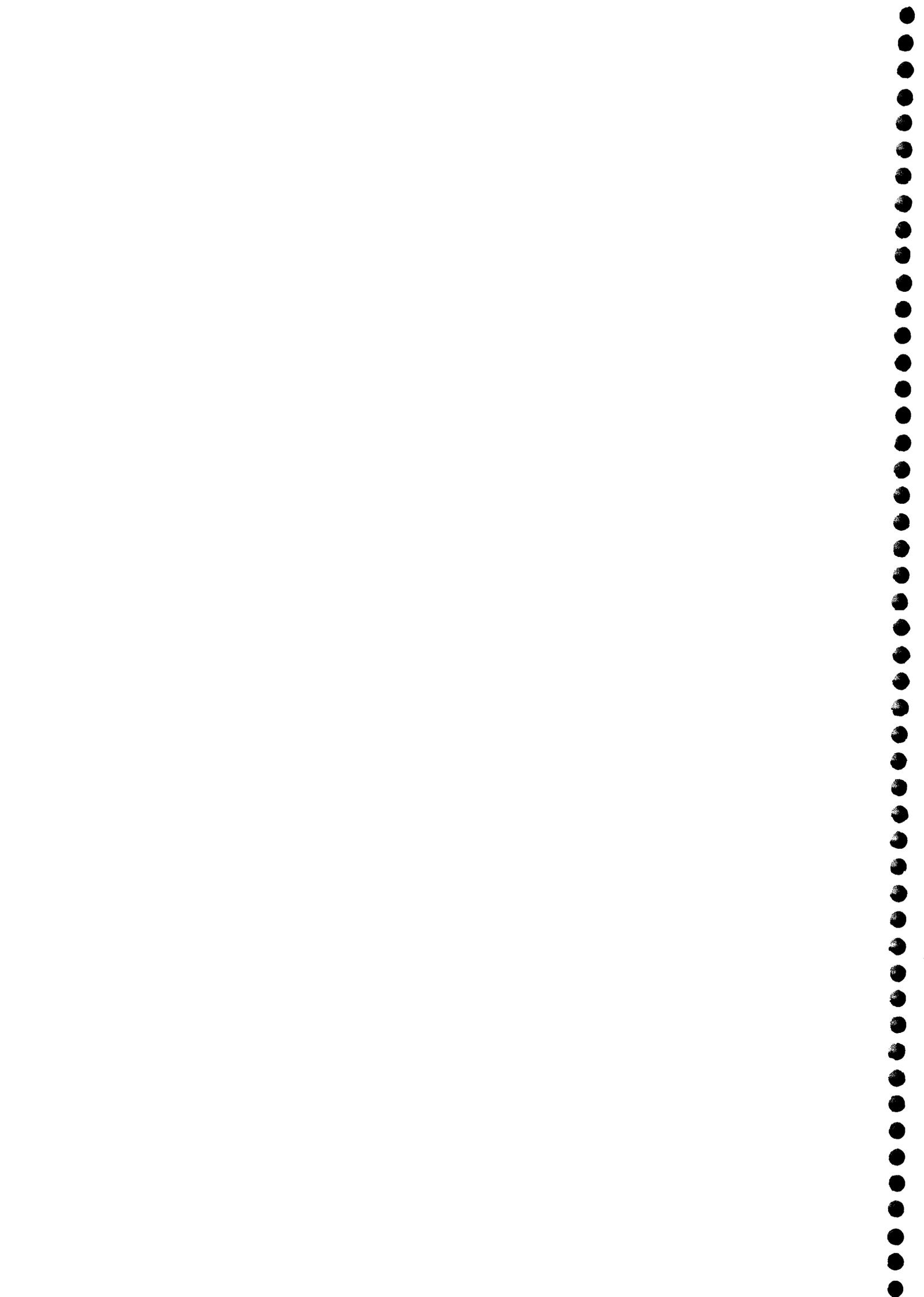
Os autônomos e os empreendedores permanecem entre as categorias mais expressivas, tanto no valor da renda média mensal quanto na representatividade dentro do universo de pesquisa.

Como já observado anteriormente, as classificações dos aposentados mantiveram-se nos mesmos patamares e a redução da sua representatividade no contexto geral indica a elevação da relevância de outras atividades dos grupos familiares a que pertencem.

O grupo dos sem atividade apresentou significativa redução, posicionando-se atualmente nas classes B2 e C1. Nesse grupo estão incluídas, basicamente, mulheres que recebem pensão alimentícia ou ajuda financeira de familiares. O índice de 0,95% da classe E, no T0, referia-se a pessoas sem qualquer atividade remunerada, não aparecendo no T1 e no T2, apontando significativa melhoria da qualidade de vida para os que se encontravam nessa condição.



A distribuição socioeconômica dos servidores se manteve equalizada entre os tempos de pesquisa, apresentando redução proporcional na representatividade no contexto geral das atividades mais significativas em termos de renda para cada grupo familiar no momento da pesquisa.



4 ANÁLISE QUALITATIVA

A aproximação da realidade vivida por parte da população indenizada pela SAE, em Porto Velho, se deu por meio do exercício de reflexão investigativa em torno de elementos mensuráveis, presentes na cotidianidade desse público, bem como pela articulação com as percepções colhidas em campo pelos pesquisadores.

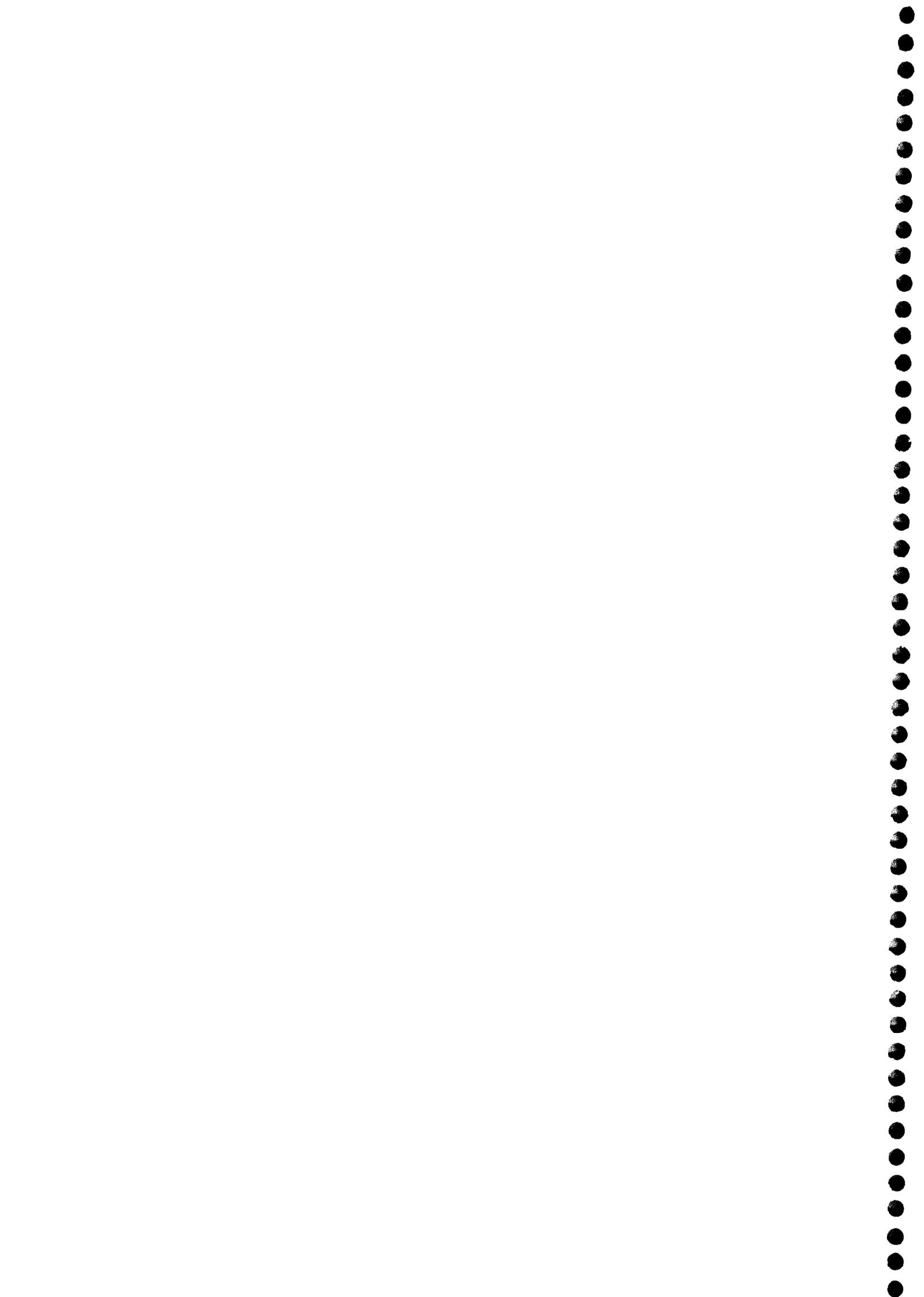
Segundo Herculano (2000), a avaliação ou a mensuração sobre a qualidade de vida de uma população vem sendo proposta de duas formas:

1) em primeiro lugar, examinando-se os recursos disponíveis, a capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades. Por exemplo, podemos analisar as condições de saúde pela quantidade de leitos hospitalares e número de médicos disponíveis, ou o grau de instrução pelo número de escolas, jornais publicados, níveis de escolaridade atingidos, etc.; podemos avaliar as condições ambientais pela potabilidade da água, coliformes e partículas de substâncias nocivas em suspensão, pela emissão aérea de poluentes, pela quantidade de domicílios conectados às redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, pela dimensão per capita de áreas verdes e espaços abertos urbanos disponíveis para amenizar a paisagem cinza do concreto e asfalto urbanos.

2) Uma segunda forma de estimar a qualidade de vida é avaliar as necessidades, através dos graus de satisfação e dos patamares desejados. Podemos, assim, tentar mensurar a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança, ou seja, pelos estágios de consciência a respeito dos graus de prazer ou felicidade experimentados (Scanlon, in Nusbaum & Sen, 1995: 185); ou a partir de um julgamento que se propõe substantivo, feito pelo próprio pesquisador, sobre o que tornaria a vida melhor.

No desenvolvimento dessa pesquisa, levou-se em conta que a clara definição do que é qualidade de vida irá variar em razão das diferenças individuais, sociais e culturais e pela acessibilidade às inovações tecnológicas. Assim, a diferença entre o que se tem e o que se deseja ter tende a existir sempre.

No extremo oposto, a percepção queixosa sobre a baixa qualidade da própria vida poderia estar relacionada a um consumismo desenfreado, ou seja,



um estilo de vida escravizado pelo desejo de consumo, condenando os indivíduos a querer mais e, portanto, a não gozar a vida pela vida.

Neste sentido, de modo objetivo, as análises desta pesquisa tiveram por base a primeira forma descrita por Herculano (2000) – que é a verificação dos recursos disponíveis e da capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades – as quais foram complementadas pela análise do *Sistema de Bem-Estar*, descrito a seguir:

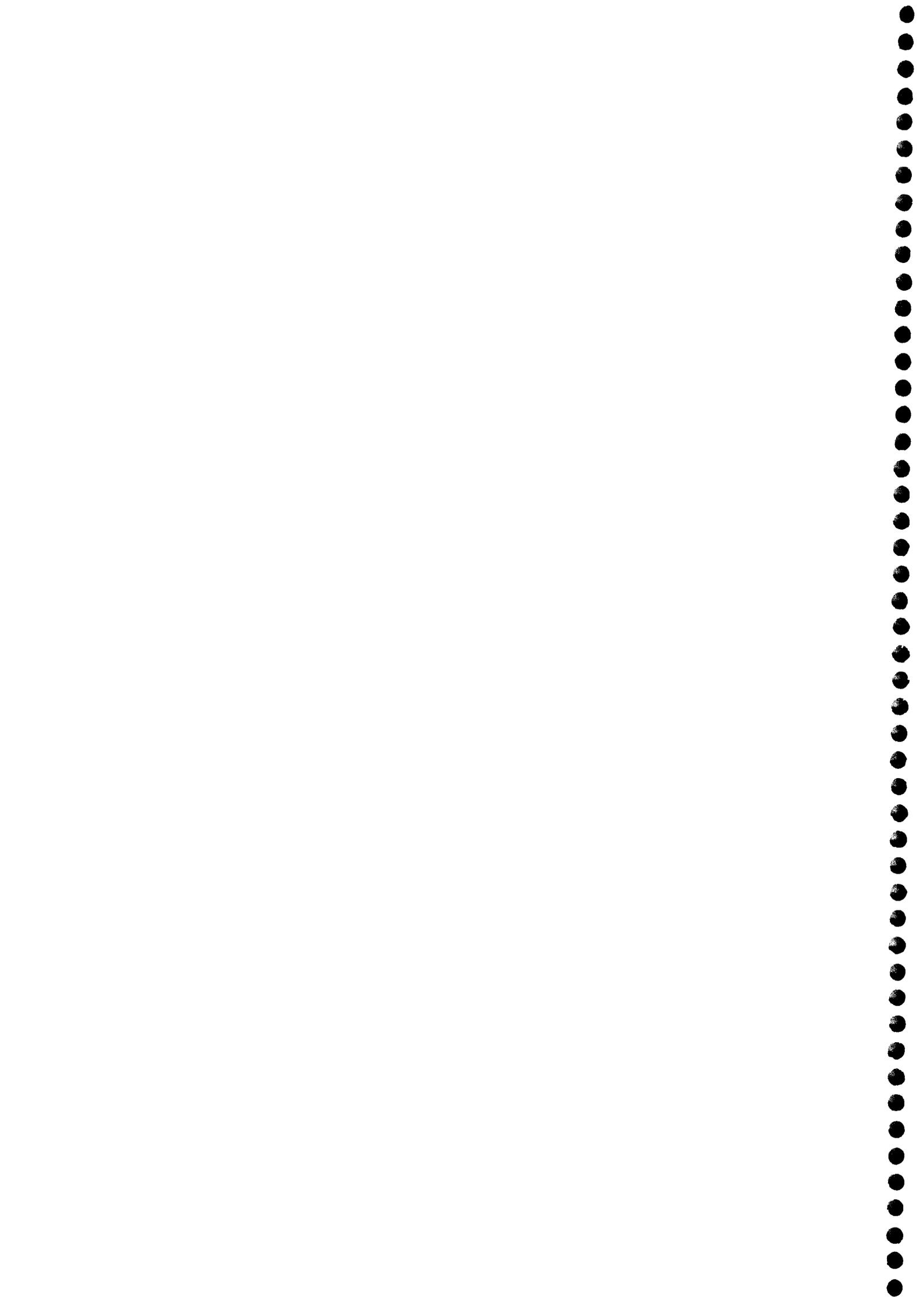
O *Sistema de Bem-Estar* da Escandinávia definiu princípios subjacentes para seus indicadores sociais, baseados em 3 verbos considerados básicos à vida humana – **ter**, **amar** e **ser** (HERCULANO 2000:88):

Ter, refere-se às condições materiais necessárias a uma sobrevivência livre da miséria: recursos econômicos (medidos por renda e riqueza); condições de habitação (medidas pelo espaço disponível e conforto doméstico); emprego (medido pela ausência de desemprego); condições físicas de trabalho (avaliado pelos ruídos e temperaturas nos postos de trabalho, rotina física, stress); saúde (sintomas de dores e doenças, acessibilidade de atendimento médico; educação (medida por anos de escolaridade).

Amar diz respeito à necessidade de se relacionar a outras pessoas e formar identidades sociais: união e contatos com a comunidade local; ligação com a família nuclear e parentes; padrões ativos de amizade; união e contatos com companheiros em associações e organizações; relações com companheiros de trabalho.

Ser refere-se à necessidade de integração com a sociedade e de harmonização com a natureza, a serem mensuradas com base nos seguintes princípios: em que medida uma pessoa participa nas decisões e atividades coletivas que influenciam sua vida; atividades políticas; oportunidades de tempo de lazer; oportunidades para uma vida profissional significativa; oportunidade de estar em contato com a natureza, em atividades lúdicas ou contemplativas.

O Sistema de Bem-Estar proposto pode ser avaliado conforme o quadro de indicadores apresentado a seguir, que oferece a possibilidade de análises a partir dos aspectos subjetivos de Herculano (2000):



	Indicadores objetivos	Indicadores subjetivos
Ter - condições materiais	Medidas objetivas do nível das condições ambientais e de vida	Sentimentos subjetivos de satisfação/insatisfação com tais condições
Amor - necessidades sociais	Medidas objetivas de relações interpessoais	Felicidade-infelicidade - sentimentos subjetivos sobre as relações sociais
Ser - necessidades de crescimento pessoal	Medidas objetivas da relação das pessoas com a sociedade e com a natureza	Sentimentos subjetivos de alienação/crescimento pessoal

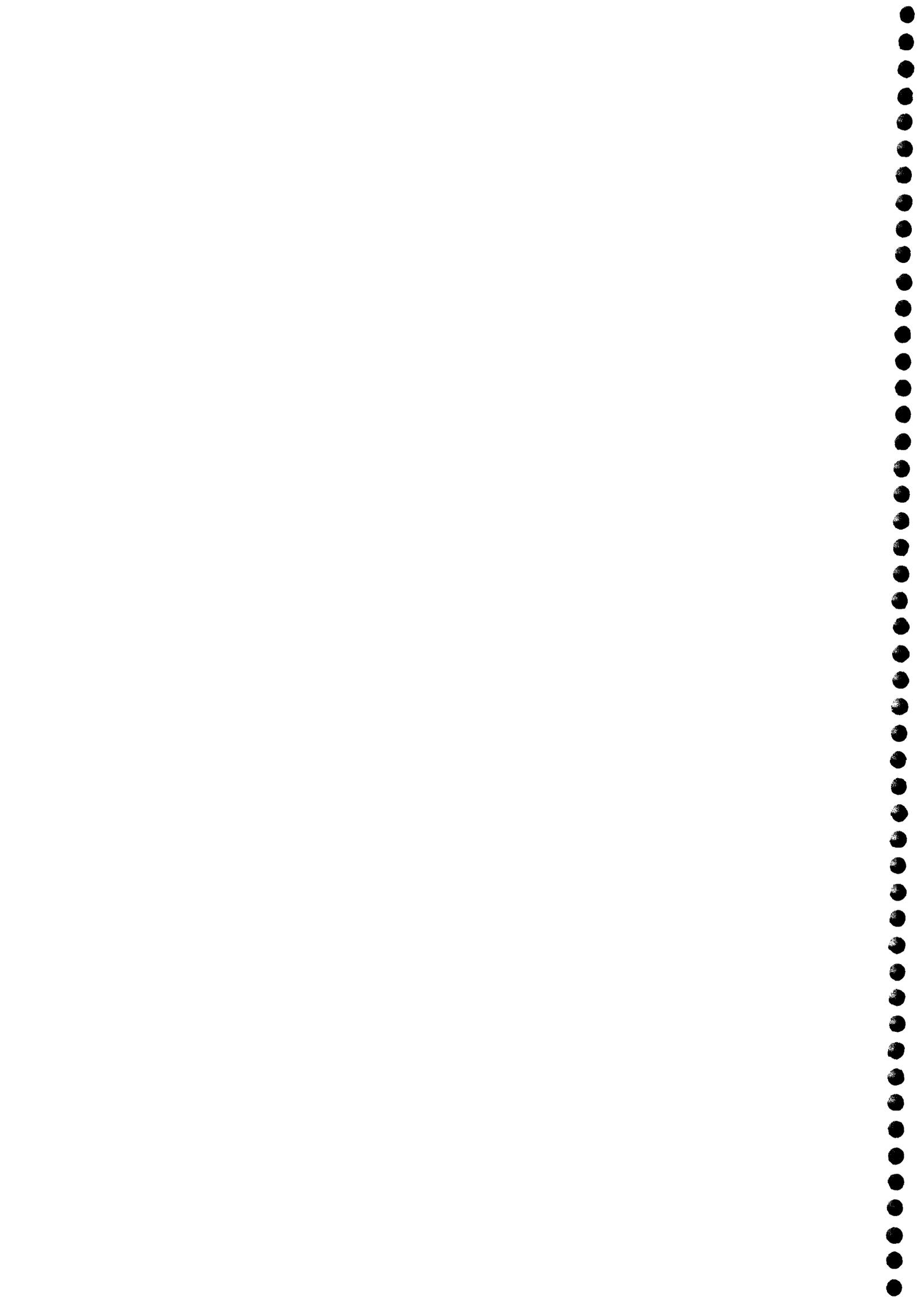
Quadro 1: Indicadores Objetivos e Subjetivos.
Fonte: Adaptado de Herculano (2000).

Esta pesquisa analisou a qualidade de vida com base nos *indicadores objetivos* apresentados no quadro acima, tendo em vista os critérios de objetividade expressos no projeto técnico.

Herculano (2000) define qualidade de vida a partir de dois conceitos:

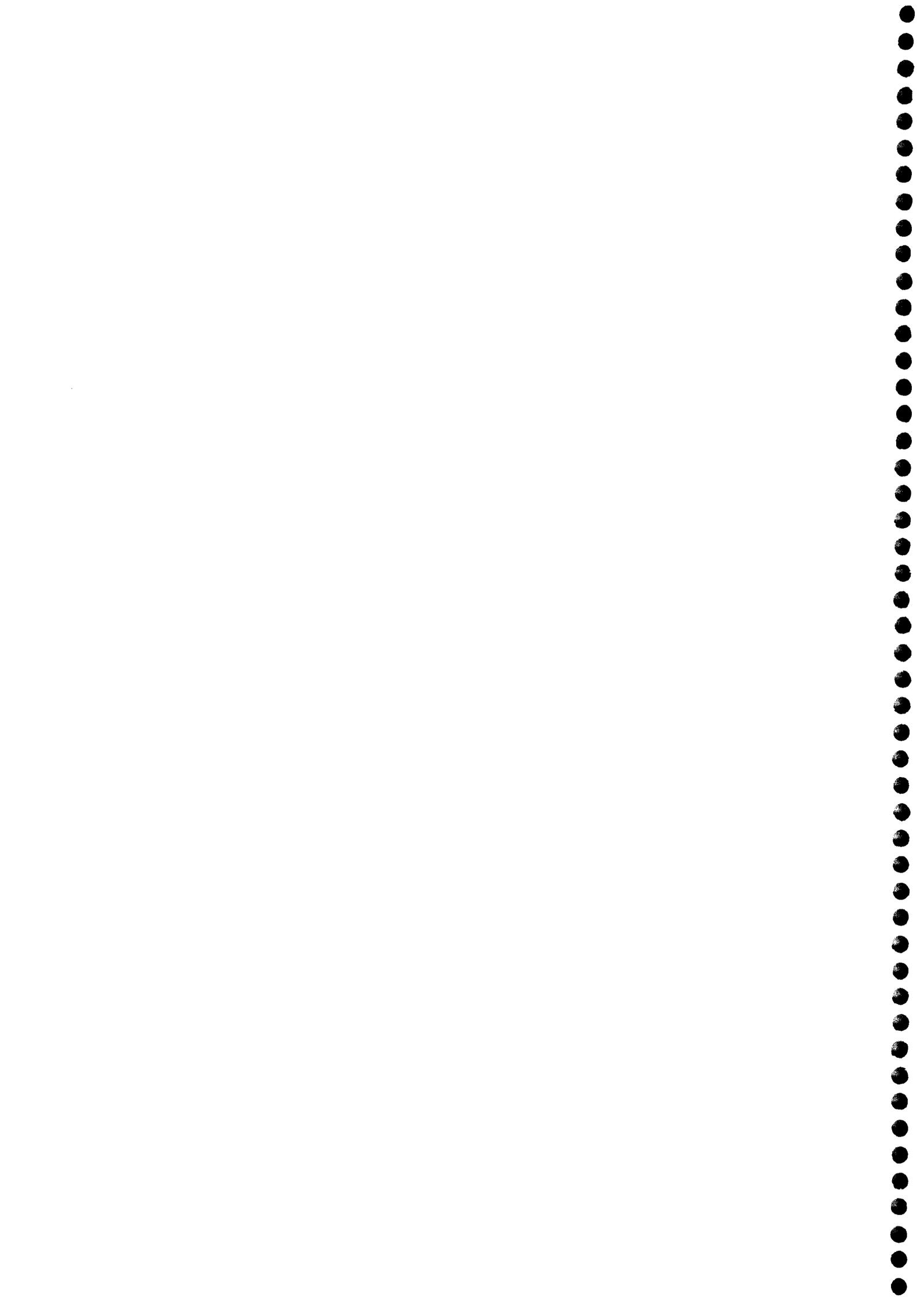
[...] capacitação (*capability*), que representa as possíveis combinações de coisas que uma pessoa está apta a fazer ou ser, e funcionalidades (*functionings*), que representa partes do estado de uma pessoa - as várias coisas que ela faz ou é. Assim, a capacitação reflete, em cada pessoa, as combinações alternativas de funcionalidades que esta pessoa pode conseguir. Desta forma, a qualidade de vida pode ser avaliada em termos da capacitação para alcançar funcionalidades, tais como as funcionalidades elementares (nutrir-se adequadamente, ter saúde, abrigo etc.) e as que envolvem auto-respeito e integração social (tomar parte da vida da comunidade).

Assim, atentando-se para a fundamentação teórica dos oito eixos temáticos desta pesquisa, que considera os princípios básicos do **Sistema de Bem-Estar** apresentado por Herculano (2000), organizou-se o Quadro 2, com os Princípios de Indicadores Sociais.



Sistema de Bem Estar	Indicadores	Perfil do Público (T0)	Perfil do Público (T1)	Perfil do Público (T2)	Análises
Ter	Econômico	<ul style="list-style-type: none"> Patrimônio <ul style="list-style-type: none"> 57,89% até R\$ 100.000,00 19,30% entre 101.000,00 a 200.000,00 Renda média dos trabalhadores de R\$ 2.521,41 Atividade econômica: <ul style="list-style-type: none"> Funcionário – 20,73% Autônomo – 19,82% Trabalhadores por família: <ul style="list-style-type: none"> Uma pessoa – 40,00% Duas pessoas – 35,00% 	<ul style="list-style-type: none"> Patrimônio <ul style="list-style-type: none"> 53,60% até R\$ 100.000,00 21,60% entre R\$ 101.000,00 a 200.000,00 12,00% entre R\$ 201.000 a R\$ 300.000,00 12,80% acima de R\$ 300.000,00 Renda média dos trabalhadores de R\$ 1.738,41 Atividade econômica: <ul style="list-style-type: none"> Autônomo – 24,80% Funcionário – 19,20% Trabalhadores por família: <ul style="list-style-type: none"> Uma pessoa – 61,35% Duas pessoas – 32,77% 	<ul style="list-style-type: none"> Patrimônio <ul style="list-style-type: none"> 47,58% até R\$ 100.000,00 23,30% entre R\$ 101.000,00 a R\$ 200.000,00 12,62% entre R\$ 201.000 a R\$ 300.000,00 16,50% acima de R\$ 300.000,00 Renda média dos trabalhadores de R\$ 1.932,95 Atividade econômica: <ul style="list-style-type: none"> Funcionário – 25,71% Empreendedor – 20,05% Trabalhadores por família: <ul style="list-style-type: none"> Uma pessoa – 65,71% Duas pessoas – 26,67% 	<p>A variação dos indicadores entre os tempos de pesquisa T0 e T2 configura melhoria objetiva dos aspectos relacionados ao verbo TER, do Sistema de Bem Estar, com elevação substancial do patrimônio, aumento de 11,18% da renda média, em patamar superior à renda <i>per capita</i> nacional, reunindo condições básicas para custeio da qualidade de vida</p> <p>Dentre as principais atividades econômicas destacam-se: os funcionários da iniciativa privada e os empreendedores</p> <p>Ampliação expressiva das famílias cuja renda advém do trabalho, de até duas pessoas</p> <p>Elevação em 72,62% das ocorrências de contratação de empregado mensalista</p> <p>Trata-se de um público que utiliza um meio de comunicação de vanguarda, indicando certo grau de conhecimento tecnológico</p>
	Logística	<ul style="list-style-type: none"> Meios de transporte <ul style="list-style-type: none"> Carro – 55,86% A pé – 20,00% Coletivo – 17,27% Meios de comunicação <ul style="list-style-type: none"> Celular – 100% Internet – 33,33% 	<ul style="list-style-type: none"> Meios de transporte <ul style="list-style-type: none"> Carro – 58,87% A pé – 27,64% Moto – 16,94% Coletivo – 16,13% Meios de comunicação <ul style="list-style-type: none"> Lotação – 15,32% Celular – 100% Internet – 32,80% 	<ul style="list-style-type: none"> Meios de transporte <ul style="list-style-type: none"> Carro – 60,95% A pé – 53,33% Lotação – 25,71% Moto – 24,76% Meios de comunicação <ul style="list-style-type: none"> Celular – 100% Internet – 32,38% 	<p>Um público que desfruta do acesso a serviços públicos de educação e, especialmente, os de saúde</p> <p>Importante redução do índice de não alfabetizados</p> <p>Manutenção do índice de associativismo</p> <p>Baixo nível de desprendimento de esforços para o aprimoramento profissional</p>
Amar	Educação	<ul style="list-style-type: none"> Ensino Médio – 42,34% Graduação – 9,01% Não alfabetizado – 10,81% Famílias com Estudantes – 66,67% Participam de associação – 19,27% 	<ul style="list-style-type: none"> Ensino Médio – 41,94% Graduação – 8,06% Não alfabetizado – 8,87% Famílias com Estudantes – 70,91% Participam de associação – 24,00% 	<ul style="list-style-type: none"> Ensino Médio – 48,57% Graduação – 6,67% Não alfabetizado – 8,57% Famílias com Estudantes – 61,90% Participam de associação – 19,05% 	<p>Um público que desfruta do acesso a serviços públicos de educação e, especialmente, os de saúde</p> <p>Importante redução do índice de não alfabetizados</p> <p>Manutenção do índice de associativismo</p> <p>Baixo nível de desprendimento de esforços para o aprimoramento profissional</p>
	Saúde e Bem Estar	<ul style="list-style-type: none"> Acesso a UBS – 79,41% Pessoas com doença crônica – 35,14% 	<ul style="list-style-type: none"> Acesso a UBS – 84,75% Pessoas com doenças crônicas – 28,00% 	<ul style="list-style-type: none"> Acesso a UBS – 86,28% Pessoas com doenças crônicas – 27,33% 	<p>Quanto ao verbo SER, verificou-se que, em média, as famílias moram entre 1 a 3 anos no mesmo local</p> <p>Ampliação da destinação dos resíduos sólidos para a coleta pública e redução dos níveis da práticas de queimadas demonstram elevação da consciência da necessidade de preservação ambiental e da facilidade de acesso aos serviços públicos</p>
Ser	Cultura e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> Tipo de lazer – passeios mensais – 19,09% Tempo de moradia – acima de 4 anos – 78,79% 	<ul style="list-style-type: none"> Tipo de lazer – passeios mensais – 26,61% Tempo de moradia <ul style="list-style-type: none"> Até 1 ano – 53,45% Acima de 4 anos – 30,17% 	<ul style="list-style-type: none"> Tipo de lazer – passeios mensais – 32,38% Tempo de moradia <ul style="list-style-type: none"> De 1 a 3 anos – 76,24% Acima de 4 anos – 16,83% 	<p>Quanto ao verbo SER, verificou-se que, em média, as famílias moram entre 1 a 3 anos no mesmo local</p> <p>Ampliação da destinação dos resíduos sólidos para a coleta pública e redução dos níveis da práticas de queimadas demonstram elevação da consciência da necessidade de preservação ambiental e da facilidade de acesso aos serviços públicos</p>
	Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Resíduos sólidos <ul style="list-style-type: none"> Queimados 3,64% Coleta pública – 96,63% 	<ul style="list-style-type: none"> Resíduos sólidos <ul style="list-style-type: none"> Queimados 2,40% Coleta pública – 97,60% 	<ul style="list-style-type: none"> Resíduos sólidos <ul style="list-style-type: none"> Queimados 1,81% Coleta pública – 98,19% 	<p>Quanto ao verbo SER, verificou-se que, em média, as famílias moram entre 1 a 3 anos no mesmo local</p> <p>Ampliação da destinação dos resíduos sólidos para a coleta pública e redução dos níveis da práticas de queimadas demonstram elevação da consciência da necessidade de preservação ambiental e da facilidade de acesso aos serviços públicos</p>

Quadro 2: Princípios de Indicadores Sociais.
Fonte: Adaptado de Herculano (2000).



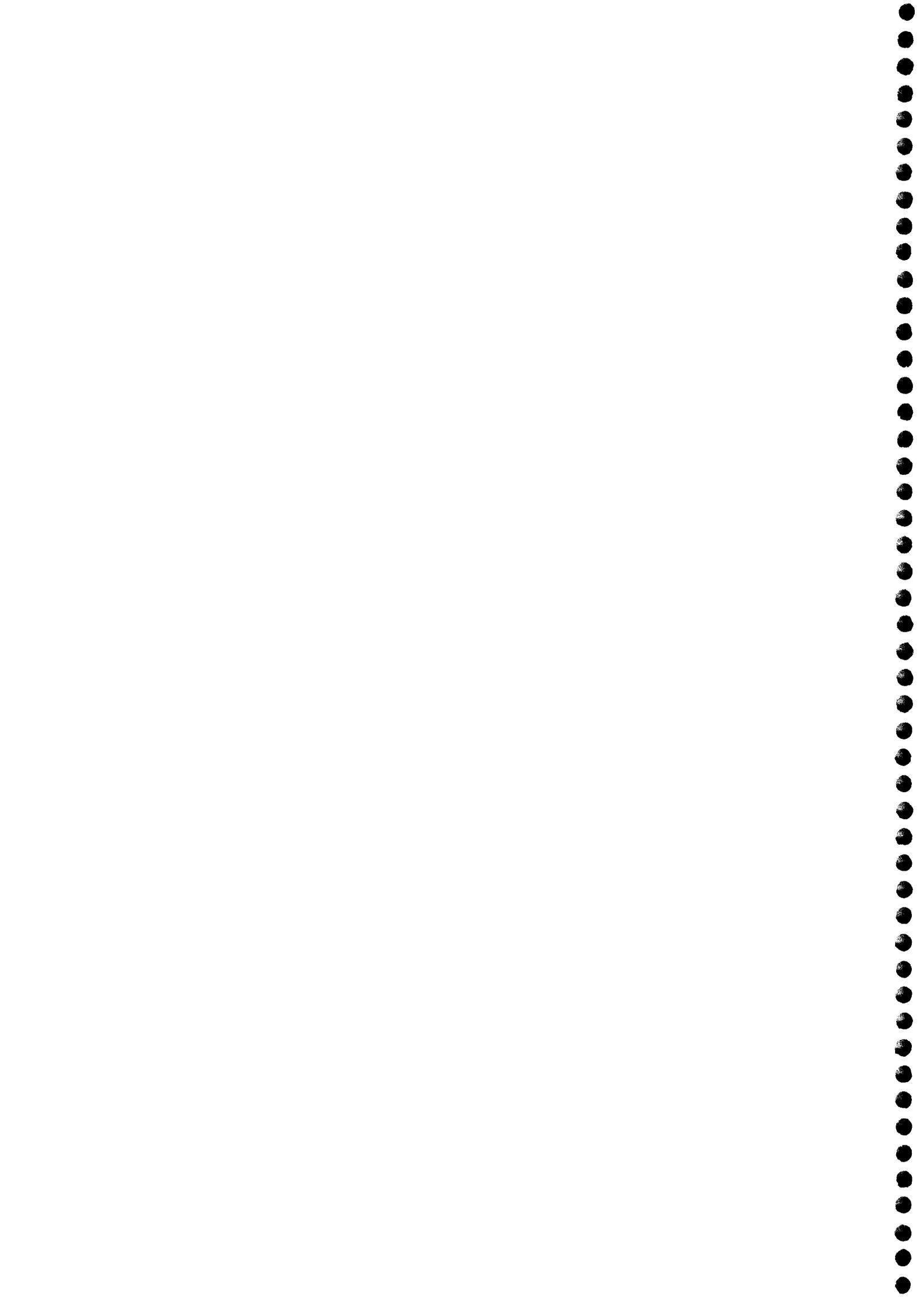
Para estruturar os resultados qualitativos foi aplicada a técnica Delphi de análises qualitativas (DEMO, 2002). A equipe de pesquisadores analisou criticamente o material elaborado, tanto em conjunto nas reuniões de avaliação quanto individualmente, com a finalidade de refinar, adequar e dar qualidade ao que foi construído coletivamente.

O conjunto de indicadores agrupados no Sistema de Bem Estar (Ter, Amar e Ser) constituem as bases dessa avaliação de “cenários”, obtidas a partir das experiências vivenciadas em campo pelos pesquisadores.

Como já apontado, as análises qualitativas aqui produzidas seguem os aspectos mais objetivos da proposta de Herculano (2000). Com essa estratégia metodológica foi possível elaborar uma descrição objetiva da realidade vivenciada pelos grupos familiares alvo desta pesquisa, a partir da delimitação de quadros de referência, abordando parceladamente o todo, para construir progressivamente a malha complexa da qualidade de vida dessa população.

Assim, em síntese, na avaliação dos indicadores sociais de qualidade de vida foram incluídos os aspectos objetivos do Termo de Especificações Técnicas da SAE e do Sistema de Bem Estar, os quais foram trabalhados pela técnica Delphi, que proporcionou o refinamento dos dados, e por uma adaptação da Escala Likert, que possibilitou a análise separada de cada questão e a sua somatória, criando um resultado único para grupos de itens (Ter, Amar e Ser).

A adaptação metodológica da Escala Likert permitiu a utilização de variáveis quantitativas discretas, atribuindo valores relacionados por uma correspondência biunívoca, com um subconjunto de números inteiros, entre 1 e 5, atribuindo um número a cada resposta, que refletisse a percepção dos pesquisadores em relação a cada questão.



Os valores das pontuações obtidos para cada questão foram dados pela média ponderada da somatória da pontuação de cada item. Por exemplo: quanto aos aspectos econômicos, quando a maior ocorrência em relação ao patrimônio familiar se apresentava até R\$ 100.000,00, atribuía-se a nota 1, quando se verificava que o maior índice estava na faixa acima R\$ 300.000,00, aplicava-se nota 5.

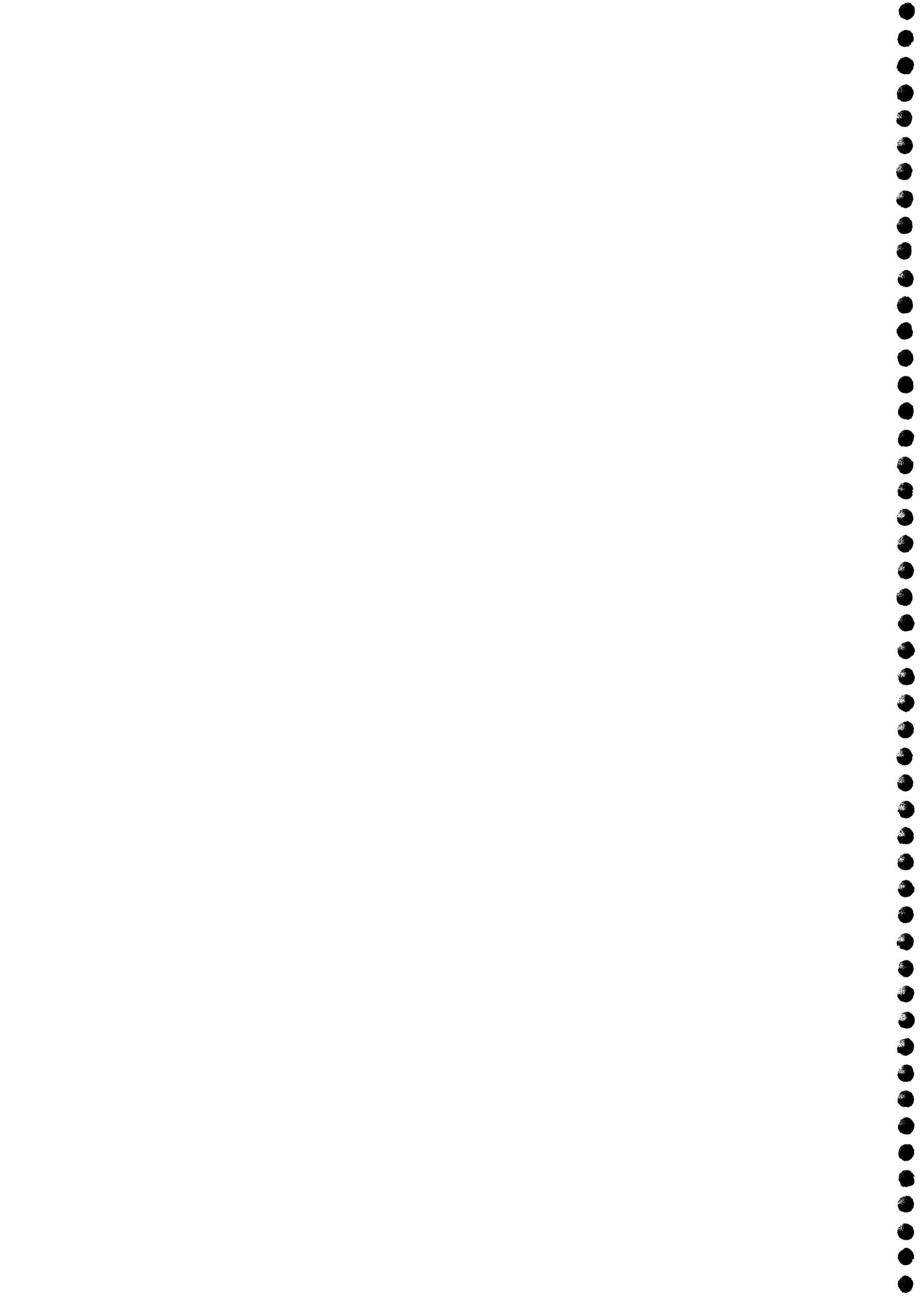
A partir dos eixos temáticos do Sistema do Bem Estar, foram valorados os aspectos mais objetivos e comuns a todos os públicos alvo das indenizações.

No eixo referente ao verbo TER foram considerados os seguintes índices: o nível de Formalização das Atividades produtivas, o tempo médio de permanência na Atividade, a distribuição das Classes socioeconômicas, o número de Participantes na Renda Familiar, a contratação de Empregado Mensalista, a faixa do Patrimônio familiar, os meios de Transporte mais utilizados, a diversificação dos veículos de comunicação.

Quanto aos aspectos vinculados ao verbo AMAR foram valorados os índices de: acesso aos serviços públicos de saúde, pessoas com doenças crônicas e número de unidades sanitárias.

Em relação aos índices ligados ao verbo SER, foram destacados: a frequência de visitas ou passeios, a prática de esportes e participação em entidades representativas.

Nesta tarefa de mensuração foram empregados os princípios estatísticos de “exaustividade”, abrangendo todos os dados possíveis de cada um dos eixos de pesquisa, e de “exclusividade”, primando pela coerência das análises, para que qualquer dado só pudesse ser representado de uma única forma nos diferentes contextos dos públicos alvo.



Com esse tratamento metodológico dos critérios mais objetivos, tornou-se possível a visualização em forma gráfica da evolução dos índices do Sistema do Bem Estar, definindo Indicadores Sociais da qualidade de vida.

Indicadores Sociais

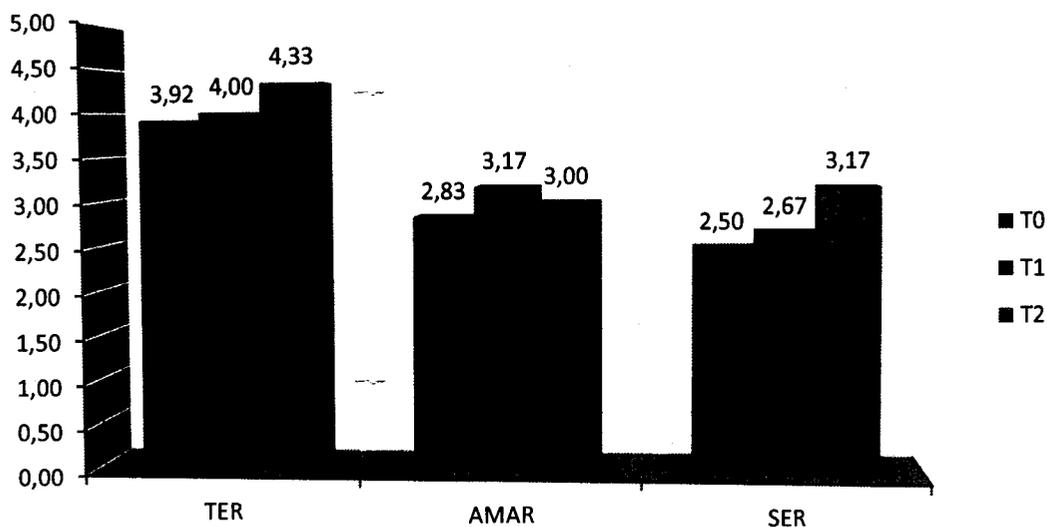
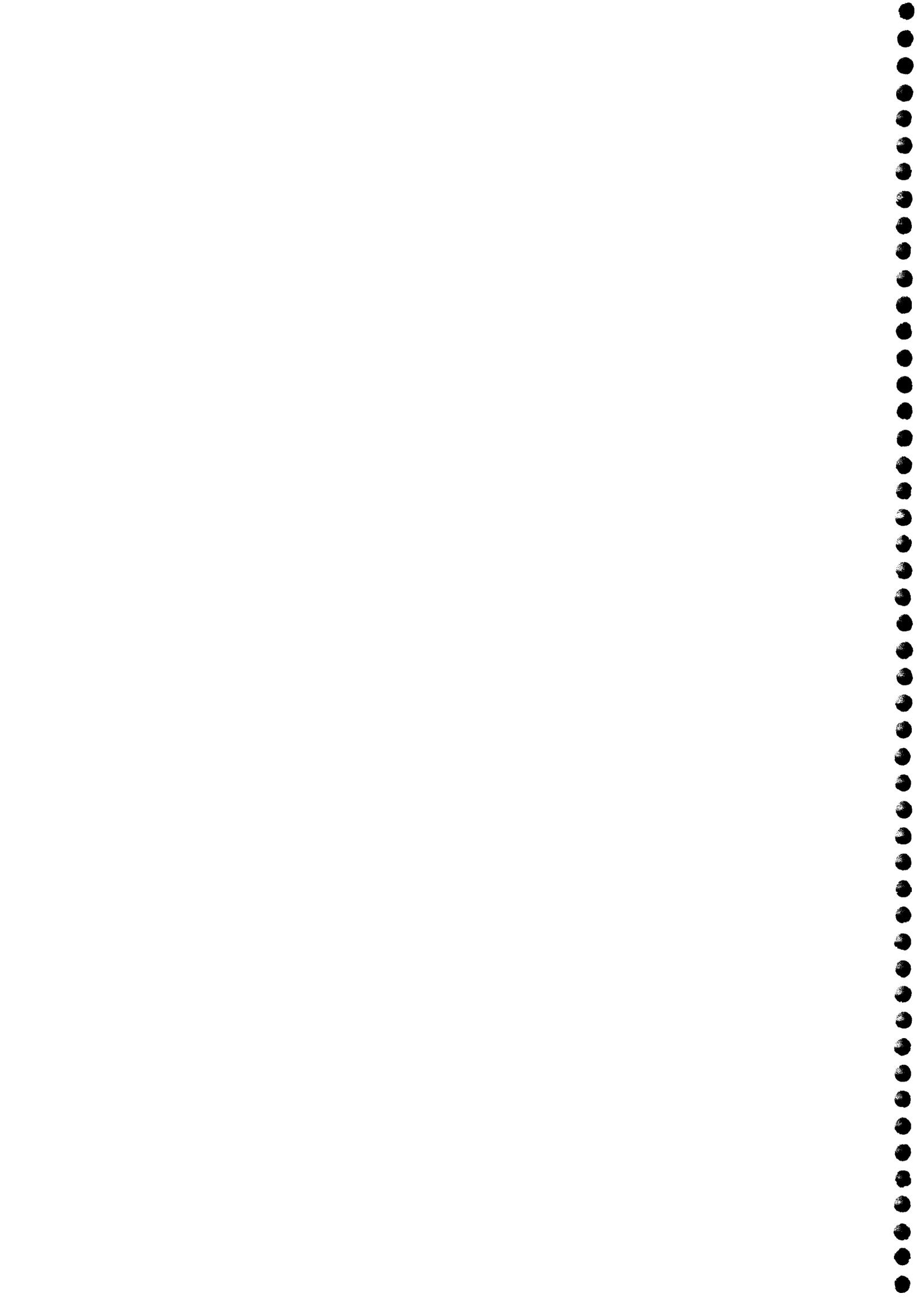


Gráfico 36: Indicadores Sociais (Público D – Novos Indenizados de Jaci-Paraná – T0).
Fonte: Plenu's, 2015.

Tendo por base os parâmetros objetivos estabelecidos nas perspectivas teóricas dessa pesquisa, onde a condição considerada ideal deve corresponder ao valor máximo na escala, ou seja, 5 pontos, observou-se, assim, o perfil do público D, tanto na condição de origem (T0) quanto nas situações posteriores (T1 e T2) voltado para as características do verbo Ter, indicando a presença de elementos da condição material de qualidade de vida. A confirmação das expectativas de investimento dos recursos, aplicados basicamente em bens duráveis, impactou positivamente nos três eixos de pesquisa, configurando um cenário de melhoria da qualidade de vida do público alvo das indenizações, especialmente no que tange ao acesso aos serviços públicos e à elevação da mobilidade urbana. No entanto, o aumento do índice de formação escolar em nível médio em contraposição à não elevação do número de estudantes cursando graduação influenciaram na redução do índice do verbo Amar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

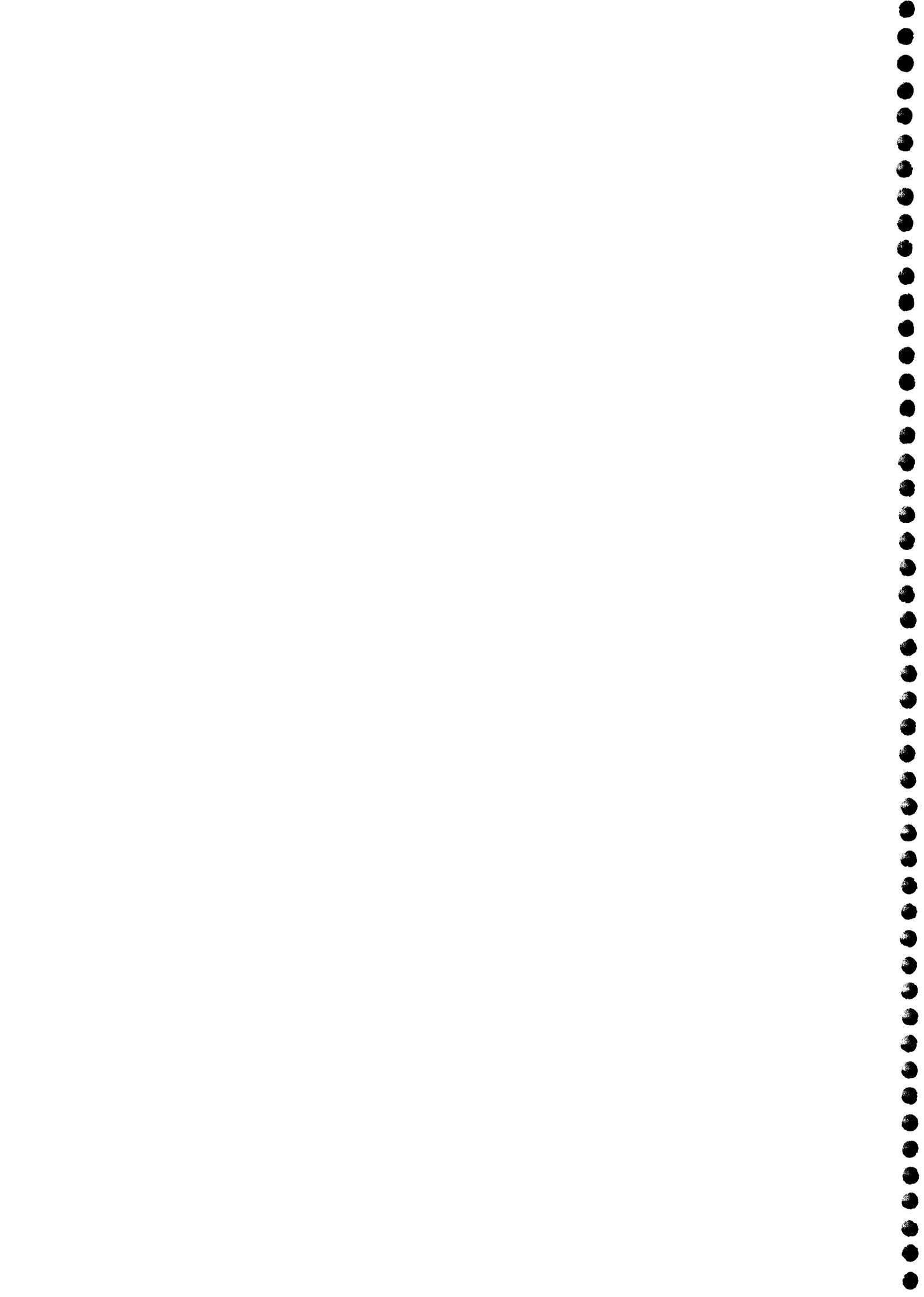
Com o intuito de elaborar uma análise comparativa do quadro conjuntural da qualidade de vida dos grupos familiares antes e após o processo de indenização, buscou-se registrar os elementos descritivos mais objetivos a respeito da situação vivencial dos indenizados pela SAE, seguindo os parâmetros dos indicadores socioeconômicos definidos em projeto previamente aprovado, configurando, por meio de pesquisa empírica com dados primários, a condição de vida do público D, em sua situação de origem, denominada T0, e nos momentos subsequentes, referidos como T1 e T2, com intervalo temporal de seis meses entre as ações de coletas de dados.

As informações apresentadas neste relatório denotam que:

Em relação aos aspectos vinculados ao verbo **ter**, identificou-se elementos fundamentais e adequados de sobrevivência livre da miséria, com condições razoáveis de habitação, de trabalho, e dos meios de transporte e de comunicação.

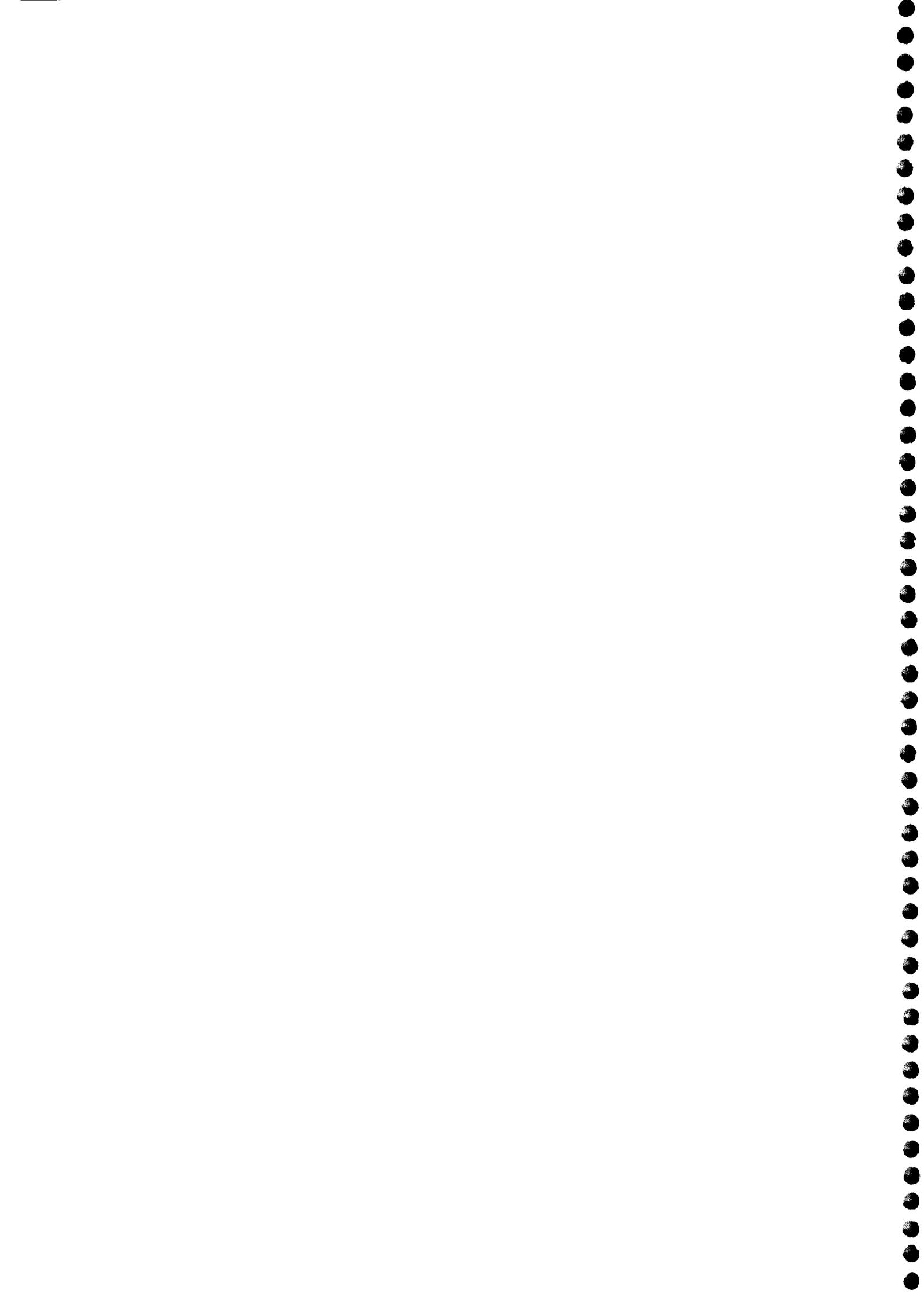
As expectativas das intenções de aplicação dos recursos provenientes da indenização foram superadas e os tipos de investimentos demonstram uma postura sóbria por parte dos indenizados, optando por bens imóveis e pelo desenvolvimento de atividades empreendedoras.

Na análise do quesito **Amar**, além da verificação de fatores objetivos, relacionados ao acesso aos serviços públicos de saúde e ao investimento em educação, observou-se também elementos complexos, como os relacionamentos, familiares e sociais, apoiando-se na percepção dos consultores, que buscaram colher dados que apontassem direta ou indiretamente para as questões desses aspectos, os quais ratificam a adequação do público alvo aos pressupostos de sociabilidade.



Os tópicos relacionados ao verbo **Ser** foram trabalhados a partir das informações a respeito das atividades de lazer e dos cuidados com o ambiente, notando-se melhoria no ambiente em que vivem as famílias, e indícios de deslocamentos menores no cotidiano dos monitorados, decorrente da localização da nova moradia, com facilidade de acesso aos serviços rotineiramente mais demandados.

A elevação dos principais indicadores de qualidade de vida associados aos verbos ter, amar e ser confirmam tanto a capacidade de adaptação às mudanças decorrentes do processo de indenização quanto o alcance dos objetivos das ações indenizatórias, colaborando com a adequação dos monitorados à nova condição de vida.



REFERÊNCIAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2012 – <www.abep.org>.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 5ª ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

DEMO, Pedro. *Avaliação Qualitativa*. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERCULANO, Selene C. *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: Eduff, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Senso 2010*. <www.ibge.gov.br>.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Dados com base no Levantamento Sócio Econômico, 2012*. <www.ibope.com.br>.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como Fazer Pesquisa Qualitativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PLENU'S, Soluções em Gestão Ltda. *Projeto Técnico para Pesquisa de Monitoramento de Qualidade de Vida dos Grupos Familiares Indenizados pela UHE Santo Antônio Energia*. Porto Velho: Plenu's, 2014.

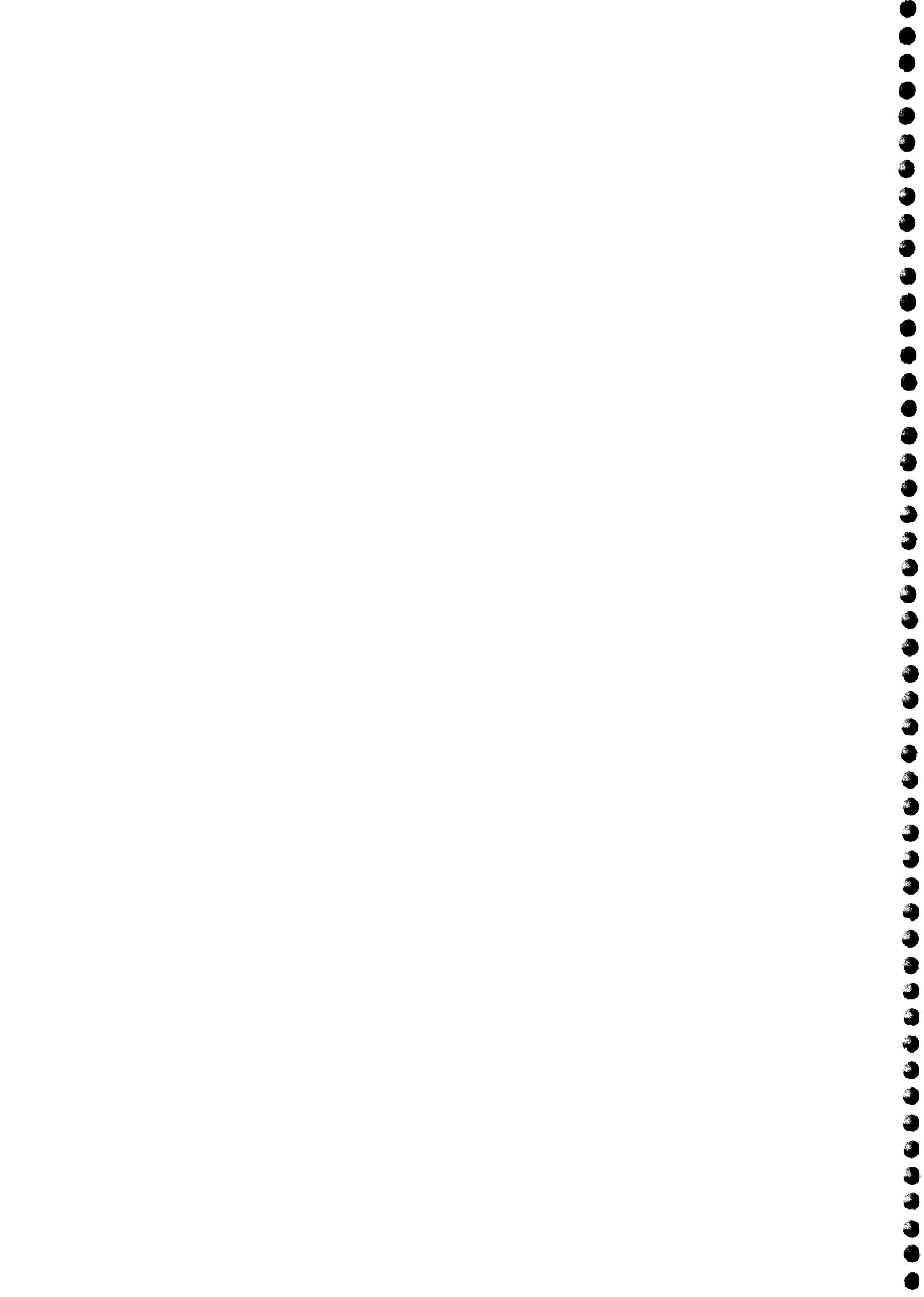
ROESCH, S. *Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 1999.

SAE, Santo Antônio Energia S/A. *Termo de especificações técnicas*. Porto Velho: SAE, 2014.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Nota Conjuntural 35*. Rio de Janeiro: Observatório Sebrae/RJ, 2015.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIENA, Osmar. *Metodologia da Pesquisa Científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos*. Porto Velho: [s.n.], 2007, 200 p.





Prefeitura do Município de Porto Velho
Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ



NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e
- NOTA PORTOVELHENSE -

Data/Hora da Emissão 02/05/2016 10:29	Competência 05/2016
Município de Prestação do Serviço Porto Velho/RO	Regime de Tributação SIMPLES NACIONAL
Exigibilidade do ISSQN Exigível	

PRESTADOR DE SERVIÇOS					
Nome/Razão Social INDUSTRIA GRAFICA IMEDIATA LTDA - EPP				CNPJ 08.755.013/0001-82	
Endereço RUA MIGUEL CHAKIAN		Número: 318	Complemento		
Bairro ROQUE	Cidade PORTO VELHO		UF RO	CEP 76820-094	
Inscrição Municipal 14226300	Email financeiro@graficaimediata.com.br				

TOMADOR DE SERVIÇO/DESTINATÁRIO					
Nome/Razão Social SANTO ANTONIO ENERGIA S.A				CNPJ/CPF 09391823000240	
Endereço ESTRADA CANTEIRO DE OBRAS DA UHE S° ANTONIO		Número: 0	Complemento BLOCO - 1		
Bairro ZONA RURAL	Cidade Porto Velho		UF RO	CEP 76805-812	
Inscrição Municipal 14229150	Email nfe@santoantonioenergia.com.br			País BRASIL	

CODIGO DO SERVIÇO
013.004 - Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS
CT.DS.410.2015 SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (GRÁFICA IMEDIATA) CC. 030202 PROG/ 0150204. PO: 16684-2(SERVIÇO 16684)
BANCO DO BRASIL AG: 3231-X C/C: 8994-4 15 DIAS

VALOR TOTAL DO SERVIÇO					R\$ 4.640,00	
Valor Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISSQN (R\$)	ISSQN Retido (R\$)	Crédito (R\$)	
0,00	4.640,00	4,61	0,00	213,90	0,00	
RETENÇÕES FEDERAIS						
PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Informações Complementares:
 Esta NFS-e foi emitida conforme Lei Complementar n°. 456, de 03 de maio de 2012 e Decreto n°. 12.879/2012.
 Empresas optantes do Simples Nacional não geram créditos para desconto do IPTU, conforme inciso III do Parágrafo Único do Art. 2 da Lei Complementar n° 456/2012.
 O ISSQN incidente sobre o serviço discriminado nesta NFS-e é devido no Município de Porto Velho/RO.

